



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2061

Terça-feira - 16 de Agosto de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	2	Herval d'Oeste	122	Pomerode	356
Arabutã	4	Ibiam	126	Porto Belo	357
Ascurra	7	Ilhota	127	Porto União	358
Balneário Piçarras	8	Imarui	128	Princesa	363
Barra Bonita	9	Imbituba	129	Rio dos Cedros	404
Barra Velha	18	Indaial	135	Rio do Sul	369
Biguaçu	19	Ipumirim	163	Romelândia	405
Blumenau	22	Irineópolis	165	Salto Veloso	406
Bom Jesus do Oeste	25	Itá	170	Santa Rosa do Sul	408
Bom Retiro	26	Itaiópolis	171	Santa Terezinha do Progresso	409
Botuvera	28	Itapiranga	172	São Bento do Sul	410
Brusque	29	Itapoá	174	São Domingos	418
Caçador	37	Ituporanga	180	São João do Oeste	421
Campo Alegre	42	Jaraguá do Sul	181	São Joaquim	423
Campos Novos	48	Joaçaba	184	São José	426
Canelinha	49	José Boiteux	188	São José do Cedro	428
Canoinhas	50	Lages	189	São Lourenço do Oeste	448
Capinzal	70	Laguna	316	São Miguel do Oeste	450
Celso Ramos	73	Luzerna	320	São Pedro de Alcântara	452
Chapadão do Lageado	74	Mafra	322	Schroeder	454
Concórdia	75	Maravilha	324	Seara	467
Cordilheira Alta	77	Massaranduba	329	Siderópolis	468
Coronel Freitas	79	Meleiro	330	Sombrio	469
Curitibanos	80	Modelo	331	Tigrinhos	470
Ermo	81	Mondai	334	Timbó	471
Faxinal dos Guedes	82	Navegantes	336	Três Barras	485
Flor do Sertão	83	Novo Horizonte	338	Treze Tílias	486
Forquilha	85	Orleans	339	Trombudo Central	488
Fraiburgo	86	Ouro	340	Tunápolis	489
Frei Rogério	92	Paial	341	União do Oeste	490
Garopaba	93	Palhoça	342	Urussanga	492
Garuva	96	Palmitos	344	Vidal Ramos	493
Gaspar	98	Passos Maia	345	Videira	513
Grão Pará	99	Penha	346	Xanxerê	522
Guaraciaba	100	Petrolândia	349	Xavantina	528
Guaramirim	104	Pinheiro Preto	350	Xaxim	529
Guarujá do Sul	121	Planalto Alegre	351		

Associações

AMAI	530	AMERIOS	530
------------	-----	---------------	-----

Consórcios

CIGA	533
CIMVI	533
CIS Nordeste	535
CISAM	536

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 070/2016

DECRETO Nº 000070/16 de 15 de Agosto de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 40.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.451.0006.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
Excesso de arrecadação 40.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Agosto de 2016.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 071/2016

DECRETO Nº 000071/16 de 15 de Agosto de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 36.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.007-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes

Diretas 1.000,00

04.01.12.365.0004.2.006-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Agosto de 2016.

ADELINO BONIFÁCIO KRETZER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 122/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 122/2016; Origem: Processo de Licitação nº 60/2016 – Pregão Presencial nº 42/2016; Contratante: MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS; Contratada: MÁRIO SÉRGIO LUCCA – ME. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção e instalação de grades pantográficas para as janelas da nova sede do corpo de bombeiros, localizada na Rua VI de Novembro, s/n, Centro, no Município de Antônio Carlos/SC. Valor: R\$ 3.071,00 (três mil e setenta e um reais). Prazo: 15 de agosto de 2016 a 15 de outubro de 2016.

Antônio Carlos, 15 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA N 301/2016

PORTARIA Nº 301/2016.

Concede Férias ao servidor efetivo.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor LEANDRO CAMPOS, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 01 de setembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 02/07/2015 a 01/07/2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 16 de agosto de 2016.

PORTARIA N 302/2016

PORTARIA Nº 302/2016.

Concede Férias ao servidor efetivo.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício,
de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, ao servidor AUGUSTO ENIZ NEUHAUS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 01 de setembro de 2016, relativo ao período aquisitivo de 04/10/2013 a 03/10/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 16 de agosto de 2016.

PORTARIA N 303/2016

PORTARIA Nº 303/2016.

Prorroga Contratação Temporária.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício,
de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA de BERNARDINO CONRAT, tendo em vista que o servidor AUGUSTO ENIZ NEUHAUS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, encontra-se de Férias até 30 de setembro de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 16 de agosto de 2016.

PORTARIA N 304/2016

PORTARIA Nº 304/2016.

Dispensa ACT.

ADELINO BONIFACIO KRETZER – Prefeito Municipal em Exercício,
de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, VERONIKA PAUZER, do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA – 40H, a partir de 16 de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 15 de agosto de 2016.

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria em 16 de agosto de 2016.

Arabutã

PREFEITURA

CONTRATO ACT 65/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 65/2016

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e CREICI LUCIANI PETRY OTFINOSKI, inscrita no CPF/MF sob o nº. 047.596.429-27, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento da vaga para o cargo de Agente de Creche e para atender as necessidades temporárias conforme Edital de Processo Seletivo nº. 007/2015, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 16 de agosto de 2016 até 30 de dezembro de 2016;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.622,11 (um mil seiscentos e vinte dois reais e onze centavos) conforme Lei Complementar nº. 158, de 29 de dezembro de 2014, anexo III;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Agente de creche;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – E.E.I.C.M
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 15 de agosto de 2016.

Creici Luciani Petry Otfinoski
Contratada

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi
CPF/MF nº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

PORTARIA 189/2016

PORTARIA Nº. 189/2016
PRORROGA LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a licença maternidade da servidora inscrita no CPF-MF sob nº 071.836.599-25, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professora, por mais 60(sessenta) dias consecutivos, a contar do dia 16 de agosto 2016, conforme art.105 da Lei Complementar nº159/2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 15 de agosto de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 187/2016

PORTARIA Nº 187/2016
DESIGNA FISCAIS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora CRISTIANE MICHAELSEN, inscrita no CPF sob nº. 027.860.559-11, para o cargo de Auxiliar Administrativo e o servidor LAIRTON SIDINEY BUENO, inscrito no CPF-MF sob nº 521.135.150-91, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços nº 99/2016, na qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do

encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de agosto de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

PORTARIA Nº. 188/2016

PORTARIA Nº 188/2016
DESIGNA FISCAIS DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora CRISTIANE MICHAELSEN, inscrita no CPF sob nº. 027.860.559-11, para o cargo de Auxiliar Administrativo e o servidor LAIRTON SIDINEY BUENO, inscrito no CPF-MF sob nº 521.135.150-91, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Administrativo nº 35/2016, na qual o Município de Arabutã é o órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que os fiscais designados deverão:

I – zelar pelo fiel cumprimento das atas, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/fornecimento de bens prestados pela(s) contratada(s), em periodicidade adequada ao objeto das atas, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados ou bens fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de agosto de 2016.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 55/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 055/2016

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, CARINA DA SILVA GALELLI, celebrado em 26 de abril de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CPF sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte o Senhor CARINA DA SILVA GALELLI, inscrita no CPF/MF sob o nº. 034.085.709-90, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica prorrogado a vigência contratual até o dia 14 de outubro de 2016.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 15 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Jackson Luiz Patzlaff – Prefeito

CONTRATADO

Carina Da Silva Galelli

Testemunhas:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 57/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 057/2016

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, ELIZIANE SCHNEIDER, celebrado em 09 de maio de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CPF sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte o Senhor ELIZIANE SCHNEIDER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 046.905.499-90, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados

as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica prorrogado a vigência contratual até o dia 14 de outubro de 2016.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 15 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Jackson Luiz Patzlaff – Prefeito

CONTRATADA

Eliziane Schneider

Testemunhas:

Leandra Christina Coldebella

CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier

CPF/MF nº. 009.112.609-60

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 13/2016 FMS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 13/2016 FMS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que a partir do dia 24/8/2016, das 8 as 11 horas, estará aberto o processo licitatório n. 13/2016 FMS - credenciamento de empresas prestadoras de serviços de assistência técnica para o Fundo Municipal de Saúde, sendo os seguintes serviços: manutenção de câmeras de vigilância e sistema operacional destas; manutenção do sistema de telefonia fixa e assimilados; manutenção e limpeza de ar condicionados; e manutenção de sistema de alarmes - em valores apurados no termo de referência (por hora de serviço prestado), que terá validade até 31/12/2016.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 16 de agosto de 2016.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 59/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 59/2016
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que a partir do dia 24/8/2016, das 8 as 11 horas, estará aberto o processo licitatório n. 59/2016 - credenciamento de empresas prestadoras de serviços de assistência técnica para todas as Secretárias do Município de Ascurra (exceto FMS neste edital), sendo os seguintes serviços: manutenção de câmeras de vigilância e sistema operacional destas; manutenção do sistema de telefonia fixa e assimilados; manutenção e limpeza de ar condicionados; e manutenção de sistema de alarmes - em valores apurados no termo de referência (por hora de serviço prestado), que terá validade até 31/12/2016.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 16 de agosto de 2016.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ADITIVO DE PRAZO TOMADA DE PREÇOS 02/2016 FUNSAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016-PMBP

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 002/2016

HOMOLOGADO EM 23/05/2016

1º Termo Aditivo de Prazo

Fica aditado o presente contrato em 90 dias, passando a vigorar até 23 de novembro de 2016 e tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obras e serviços de Drenagem Pluvial (sem fornecimento de tubos) na Rua 3400 - Pirabeiraba, Drenagem Pluvial (com fornecimento de tubos) nas Ruas 5290 - Eleotéria Vieira Figueredo, 5131 - João Gregório da Rosa, 3700 - Biguá, 4600 - Campo Largo, 3350 - Gaivotas, 3450 - Paulista e Drenagem Pluvial, Repavimentação com asfalto usinado e lajotas sextavadas na Rua 700 - Alexandre Guilherme Figueredo, conforme documentos anexos ao Processo, em diversos locais do Município de Balneário Piçarras, em estrita observância aos Memorais, Planilhas e Projetos, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, documentos anexos ao Processo.

CONTRATADO:

URCA URBANIZADORA CATARINENSE EIRELI ME

CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

VIGENCIA ADITADA EM 90 dias vigendo até 23/11/2016

Balneário Piçarras(SC), 10 de agosto de 2016

Aires Damião Testoni – Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental

REEQUILÍBRIO DE PREÇOS 01/2016 ATA 02/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REEQUILÍBRIO Nº01/2016 FME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2015 - FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2015 - FME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

Objeto: Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para as escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino básico para o ano de 2016, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação, restabelecendo assim, a relação econômico financeira da Ata de Registro de Preços.

Item	Produto	Valor Unitário	Valor Atualizado
1	AÇUCAR REFINADO ESPECIAL.	R\$2,25	R\$2,59
4	ARROZ PARBOILIZADO.	R\$1,81	R\$2,50
12	FARINHA DE MANDIOCA.	R\$2,09	R\$3,21
13	FEIJÃO.	R\$2,86	R\$5,74
20	OLEO DE SOJA	R\$2,79	R\$3,25
28	SUCO CONCENTRADO DE FRUTAS	R\$8,29	R\$9,84
37	FEIJÃO VERMELHO	R\$5,39	R\$6,95

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - ME

Balneário Piçarras(SC), 15 de agosto de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 875, DE 15 DE AGOSTO DE 2016. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2016

DECRETO Nº 875, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2016

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos candidatos (Após os recursos) do Processo Seletivo Edital nº 002/2016 da Prefeitura Municipal de Barra Bonita - SC, conforme segue:

Auxiliar de Creche			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	438028	Daniela Stella	HOMOLOGADA
2	436005	Marcia Pinheiro	HOMOLOGADA
3	436186	Michele Fontana Neto Zaccaron	HOMOLOGADA
Auxiliar de Serviços Gerais			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437202	Adriana Carla Ferreira Christofoli	HOMOLOGADA
2	438824	Doglas Dresch	HOMOLOGADA
3	439002	Felicia Saldivia Fernandes	HOMOLOGADA
4	437537	Marcelo Cenci	HOMOLOGADA
5	431715	Neiva Do Prado Ferreira	HOMOLOGADA
6	436029	Senilda Alves dos Santos	HOMOLOGADA
Instrutor de Informática			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	438220	Anderson Rebelatto	HOMOLOGADA
2	422069	Cleverton Marinho Basquera	HOMOLOGADA
3	437917	Deivid Jose Dassi	HOMOLOGADA
4	437108	Jamile Schmidt	HOMOLOGADA
5	436789	Julio Cesar Carossi	HOMOLOGADA
6	424867	Marilian De Souza Bastos	HOMOLOGADA
7	438702	Matias Fusieger	HOMOLOGADA
8	437674	Neura Maria Schonardie Deres	HOMOLOGADA
9	438910	Rafael Moretto Mezalira	HOMOLOGADA
Instrutor de instrumentos musicais (violão e flauta)			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	438547	Thiago Reolon	HOMOLOGADA
Professor Anos Iniciais - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436309	Bernardete Aparecida Furlan Buratti	HOMOLOGADA
2	435196	Delia Claudete Guaragni Bonatto	HOMOLOGADA
3	421677	Diana Marcia Wiczorek Caneppele	HOMOLOGADA

4	437483	Elaine Neumann Paula	HOMOLOGADA
5	436367	Fabiana Michelle Schauble Maciel	HOMOLOGADA
6	436168	Jezica Guaragni	HOMOLOGADA
7	421198	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	HOMOLOGADA
8	437892	Luciana Maria Zantedeschi Bernat	HOMOLOGADA
9	436212	Marcia Bogus	HOMOLOGADA
10	424046	Marta Margarete Chies Stertz	HOMOLOGADA
11	435456	Naiara Kosloski	HOMOLOGADA
12	435835	Roque Francisco Ribeiro	HOMOLOGADA
13	438252	Simone Bedin	HOMOLOGADA
14	430272	Tatiane Schroeder Silva	HOMOLOGADA

Professor Anos Iniciais - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	429937	Dayane Battaglin Eidt	HOMOLOGADA

Professor de Artes - Habilitado

Não há candidatos homologados neste cargo.

--	--	--	--

Professor de Artes – Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	428605	Marinilze Juchen	HOMOLOGADA

Professor de Ciências - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	428447	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	HOMOLOGADA

Professor de Ciências – Não Habilitado

Não há candidatos homologados neste cargo.

--	--	--	--

**Professor de Educação Física - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	428016	Adriano Dall Agnol	HOMOLOGADA
2	435401	Angela Schreiner	HOMOLOGADA
3	425839	Catiane Luiza Brambilla	HOMOLOGADA
4	438241	Elis Carla Guerra	HOMOLOGADA
5	438435	Gerson Assis De Azevedo	HOMOLOGADA
6	433631	Giovani Macedo	HOMOLOGADA
7	436953	Grazieli Loff	HOMOLOGADA
8	426090	Jacson Tiago De Luca	HOMOLOGADA
9	427486	Karin Krzyzanovski	HOMOLOGADA
10	426093	Paloma Mezzomo	HOMOLOGADA

Professor de Educação Física - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	419348	Jhonatan Mittmann	HOMOLOGADA

Professor de Educação Infantil - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
----	------	-----------	--------------------

1	422248	Andressa Ferronato	HOMOLOGADA
2	436914	Ariane Devicari	HOMOLOGADA
3	436310	Bernardete Aparecida Furlan Buratti	HOMOLOGADA
4	420885	Catia Fronza	HOMOLOGADA
5	426462	Claudete Faust	HOMOLOGADA
6	435206	Delia Claudete Guaragni Bonatto	HOMOLOGADA
7	427719	Denise Faust De Oliveira	HOMOLOGADA
8	421678	Diana Marcia Wieczorek Caneppele	HOMOLOGADA
9	434583	Fabiana Michelle Schauble Maciel	HOMOLOGADA
10	428906	Francielli Boff	HOMOLOGADA
11	420106	Geane Marcia Christofoli	HOMOLOGADA
12	426453	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	HOMOLOGADA
13	438867	Josiane Da Silva	HOMOLOGADA
14	421199	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	HOMOLOGADA
15	436213	Marcia Bogus	HOMOLOGADA
16	422740	Margarete Lisaki	HOMOLOGADA
17	423965	Marta Margarete Chies Stertz	HOMOLOGADA
18	435836	Roque Francisco Ribeiro	HOMOLOGADA
19	436978	Rosane Marlene Tonello Dresch	HOMOLOGADA
20	430522	Samara Guggiel Ramos	HOMOLOGADA
21	438253	Simone Bedin	HOMOLOGADA
22	430273	Tatiane Schroeder Silva	HOMOLOGADA

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	423376	Dayane Battaglin Eidt	HOMOLOGADA
2	436782	Maristela Cristina Ramgrab	HOMOLOGADA
3	436224	Maytê Graciela Kinsel	HOMOLOGADA
4	419670	Natalia Pasqualon	HOMOLOGADA

Professor de Geografia - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436182	Jampier Mateus Zaccaron	HOMOLOGADA
2	438315	Marister Fontana	HOMOLOGADA

Professor de Geografia - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	438148	Josiane Da Silva	HOMOLOGADA

Professor de História - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	438231	Patricia Maria Vani Zanotti	HOMOLOGADA
2	419552	Sidinei Rodrigues Alves Da Silva Janowitz	HOMOLOGADA

Professor de História – Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437752	Andrey Luigi De Pellegrin	HOMOLOGADA

Professor de Língua Estrangeira Inglês - Habilitado

Não há candidatos homologados neste cargo.

Professor de Língua Estrangeira Inglês - Não Habilitado

Não há candidatos homologados neste cargo.

Professor de Língua Portuguesa - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	430111	Gabriela Heinen	HOMOLOGADA

Professor de Língua Portuguesa - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436867	Debora Dos Passos	HOMOLOGADA

Professor de Matemática - Habilitado

Não há candidatos homologados neste cargo.

Professor de Matemática – Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	438230	Ricardo De Souza Witcoski	HOMOLOGADA

Servente

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436802	Mariclei De March Da Rocha	HOMOLOGADA

Art. 2º Foram homologadas todas as inscrições que cumpriram com os requisitos exigidos no Edital de Processo Seletivo nº 002/2016, do município de Barra Bonita/SC.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 15 de agosto de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

PORTARIA N.º 246 DE 15 DE AGOSTO DE 2016. "DISPENSA SERVIDORA TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 246 de 15 de agosto de 2016.

"Dispensa servidora temporária e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado

Resolve;

Art. 1º - Dispensar a servidora, Bernardete Aparecida Furlan Buratti matrícula nº302610 contratada temporariamente, ocupante do cargo de Professora, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com jornada de trabalho de 10 horas semanal, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 15 de agosto de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

CÂMARA MUNICIPAL**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES CONCURSO 001/2016**

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Atenção!

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 28 de agosto de 2016 das 09h00min às 12h00min na Escola de Educação Básica Professora Cecília Lotin, sito à Travessa Itamarati, n.º 87, Centro, no Município de Barra Bonita (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).

Obs.: O COMPROVANTE DE DEPÓSITO BANCÁRIO NÃO SERVE COMO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Sr. Joacir Raldi, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação das Inscrições referente ao Concurso Público n.º 001/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Concurso Público n.º 001/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, conforme segue:

Legenda:

AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS

Advogado(a)		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
81	ANA PAULA DA CUNHA	07407446903
167	ÉDINA REBELATTO	07493020973
8	CARLA ROBERTA SCHWANTES HACHMANN	89813901934
132	Carlos Renato dos Santos	00900062916
38	Cassiano Schneider	05274264905
35	CRISTIANO DA SILVA	03899239903
25	DANIELA TREVISOL	07770885922
50	DANIELI ARMONICO	06986616996
122	DANUSA CRISTINA ARALDI	06654465946
89	Dulce Isabel Lazaretti Hantt	52624439900
82	Evandro Paulo Vettorazzi	03176488025
94	Franciele Martinazo de Souza Vicari	05227339996
52	Huberto Mathias Timm	01928326030
159	JANESKA MADALOSSO DE SOUZA	01428030069
130	JEAN CARLOS RIBEIRO	07362383959
111	JESSIANE LURDES KEMPA	08082021977
137	Katia Margareth Becker Dilkin	06342123977
80	Marcelo Giordani	83987282991
141	MARCOS LAZAROTTO	06263718994
148	MARINA SOMAVILLA FEVERSANI	00520331044
171	MÁRCIA ANDRÉIA CORREIA HERBERT	05397657913
168	Michele Beal	97049220000
90	PATRICIA HAHN	07161029945
149	Paula Vanin De Toni	09005336927
83	Priscila Andressa Varolo dos Santos	08229304980
29	ROBERTA SCHEFFLER	08926820947
13	Rodrigo Cauê Araldi	05474492910
72	SIMONE DA COSTA	02936472911
2	SIMONE VETTORAZZI	08688162999
15	VANDERSON ARIEL FILIMBERTI	03787099921
147	Vanessa Cristina Ludwig	07228612906

Inscritos no cargo: 31

Agente Legislativo

N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
165	Adriano Hartmann Mayer	02120447020
178	Alexandre Seger	05958501976
118	ANDERSON ROQUE LISSAK	10305946943
27	Angie Schenkel Lago	02398084957
126	Ariel Devitte	08298434935
11	Érica Karolina Hister	06547921948
175	Camila Beatriz Spagnol Scherette	09985364902
99	Carla Schneider	06637705993
123	CLÉDINA DE OLIVEIRA	00793912903
180	Daiane Veronese	07583871999
4	Edilene Maslowski	03949285121
109	Eliane Demoliner	08360815950
7	Elyson Jean Kammler	06612913916
136	Ezequiel Alves Siqueira Sobrinho	06061217900
145	FÁBIO PEREIRA DA SIL	07181113976
129	FELIPE JOSÉ TERNUS	07978890945
174	FRANCIELE SCHWAAB	05128497909
115	FRANCIELY APARECIDA DA SILVA	05606979969
16	Geane Marcia Christofoli	91498880991
176	IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA	03411666935
138	Jaqueline Fabbi	01243108932
114	Jociane Lunardi Lima	01748571958
150	José Adalberto Rodrigues Gonçalves Neto	39007831879
119	JOSIANE DA SILVA	03929802902
67	Josiane de Fátima Kornowski	08206312994
96	Kelly Priscila leal Branco	06422922990
127	Leandro Luiz Cardoso	05503401905
104	LELIANE SIEBEL	09001906982
124	Leomir Thums	07028824969
116	LETICIA SOPRAN	06609489904
26	MAICELLY LUANA LUDWIG	09856301912
131	MARCELO ANDRE HOFFMANN	04892870935
41	MARCIA MARIA FERRONATTO	08205208964
135	Micheline Paula Barp	07015334984
54	natalia pasqualon	09354839932
117	Ofrásio Vicente Tavares	96065745987
108	Priscila Fusieger	01013856929
93	ROSANI PREVIDE MAZZARDO	01689321997
32	SAMUEL WELCHEN	07466902901
154	Silvane Peloso	00983337985
55	SIMONE RINALDI	05095471922
169	Udileida Veruska Zanchettin	10189950994
113	WILLIAN RICARDO LAMB	07727584924

Inscritos no cargo: 43

Contador(a)

N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
88	adriana sevald	05858463916
86	CARINE ANTUNES FAGUNDES	08046048941
105	CLÁUDIA BELLAN KIST	06207907922
20	Leticia Andrieli Dalla Vecchia	05999209986
51	MAITÉ CENCI	04866994983
170	Nayara Alves Mota	04406466932
78	ROSANGELA APARECIDA DE MELLO KUREK	08263249910
31	SIMONE FRARE BIEGELMEIER	00964108925
62	Udinara Vanusa Zanchettin	07113574980

Inscritos no cargo: 9

Servente		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
146	DEBORA PERONDI NUNES DE ARNOTE	05197500980
23	Diana Márcia Wieczorek Caneppele	05176184940
140	Ismael Marcos Faust	10307341941
106	Josiani de Oliveira	04254745931
44	Marcia Pinheiro	07032542948
42	MARILEI JULIA GIROLDI KOZERSKI	03128710902
61	ROSANGELA MARIA FAVRETTO TREVISAN	89204204915
43	Roseli Cristina Wolmut	02502326001
14	THAINA DE SOUZA	06702231903
Inscritos no cargo: 9		

2. Não foram homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Concurso Público n.º 001/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do pagamento da taxa de inscrição (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

Advogado(a)		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
9	adelaide holdefer pinheiro	72438568968
39	Adriano de Mello Ochoa	06417212939
73	Ana Cristina Fogaça	04810873978
76	Andrei Finco	07317127906
17	Angélica Pavin	02367180024
98	Cassiano Souza dos santos	06099176926
24	Gilvana dos Santos	07286176927
173	Greice Cristina Giacomolli Batista Belzarena	00359669042
164	IVANETE APARECIDA DE OLIVEIRA	03659537926
103	Kamila SALvi	05952925936
40	Luís Felipe Nogueira Pacheco	39905124802
57	Marilene Franca	97781240006
37	Munir Ghani Niederauer	00798669055
19	Narjara Soder	08364551930
34	Paulo Roberto Guimarães	44104162434
112	Taise Pfeifer	06454201902
143	TARIANA LISOTT	09015897999
Inscritos no cargo: 17		

Agente Legislativo		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
70	Adriana Cristina Pezzuol	00500643989
120	Ana Carolina Liebert	08254414980
158	Andrêssa Karlini Ludwig	08558006903
58	Carmen Maria Fiorini Goulart	52649237953
151	Claudia helena fleck	07925776986
10	Daiane Camera	07549060940
121	Daiara Wieczorek	07032599974
36	Daniela Paula Foletto	04026715973
65	DIEITON KEOMA RIBEIRO	07045665911
69	Divana Facin Slaviero	02419247906
128	Domenico Martini Neto	06542227970
163	Edineia Inês Wille	04686832918
133	ELIS REGINA CATTO	09551481976
87	Estefani de bona	08333965954
45	FERNANDA MENEGUZZO ZANGALLI	10846687933
157	Francielle Folmer	07561128932
110	Frederico Schefelbanis Zambarda	04437590902
85	Gerson Lopes da Silva	00363083901
134	Gilvani Sigolin	07969086993
66	INES MARGARIDA KEHL LUDWIG	82898960934
172	Júlio Henrique Stolarski	08995291940
75	Junior Jose Mix Goncalves	07285238929
64	Jussara Reginatto	04405660964
152	Leandro Carossi	09600599971
33	Leonardo Liesenfeld	03564161007
18	LETICIA SANTIN DA SILVA	09341328950
63	Luiz Fernando Diel	05860867905
179	Maikel Lopes Pian	36400116869
49	Maria Eduarda Barbosa de Moreira	07547506984
160	Maria Eduarda Webber	07987798967
77	mariana le mener cardoso silva	44828423893
156	Milena Liberato Branquinho	22447103867
107	NATHAN LUIZ GOSE	07908833926
92	PAULA MAYARA SCHMITT	06527261942
166	RAFAEL MORETTO MEZALIRA	08825377924
102	RICARDO CAPPELLARO	08600365961
84	Roberto Geovani Ludwig	06114228910
5	SANDRA MARA PAINI	02502875951
100	Simone Grokt	05698504954
139	SONIA CHIAPARINI	02926412908
155	Tânia de Fátima Barbosa Sturmer	07260011980
Inscritos no cargo: 41		

Contador(a)		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
30	ALEXANDRE DE LARA SILVA	06220493990
48	Camila Braun Machado	08007509933
21	CRISTIANE GROTH	07638389930
12	Duliana Cássia Debastiani	06974657994
28	EDINEI BAÚ	07165377964
3	GABRIELA CRISTINA KAUFMANN	06597356950
177	JANETE JUCHEM TREVIZAN	94724792949
71	Jaqueline Epping	06922048903
153	Luiz Guilherme Valverde da Silva	04264725941
53	MARCIELI WENDLING KLEIN	07633005947
95	OLIVIO JOSE VOLPI	57925640944
68	PAULO ISIDORO LORENCINI	08389243954
91	TAIS REGINA SASSO	08041964940
97	Tayz Paula Zanelato Conte	01828740012
79	WALCIONE DIAS GOES	61597589268
Inscritos no cargo: 15		

Servente



N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
56	JANICE CIVA DOS SANTOS	11288308922
59	Nayane de Sousa Lira	00225873222
101	Senilda Alves dos Santos	05558245948
22	Vanessa Breier Krzyzanovski	08691389958
Inscritos no cargo: 4		

3. Do total de 169 candidatos que realizaram suas inscrições no Concurso Público n.º 001/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, 92 tiveram as inscrições homologadas e 77 não tiveram as inscrições homologadas.

4. Os candidatos que não tiveram as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Concurso Público, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de 16 e 17 de agosto de 2016, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância do disposto no Capítulo 8 do presente Edital.

5. A publicação da HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS APRECIACÃO DOS RECURSOS e o ENSALAMENTO serão divulgados no dia 22 de agosto de 2016, ambos no site www.alternativeconcursos.com.br, bem como no Mural Oficial e site da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita (SC), www.camarabarrabonita.sc.gov.br.

6. Não houveram pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva.

7. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

8. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita (SC), 15 de agosto de 2016.

JOACIR RALDI

Presidente do Legislativo

HOMOLOGAÇÃO DOS PEDIDOS DE VAGAS PARA DEFICIENTE CONCURSO 001/2016

CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

HOMOLOGAÇÃO DOS PEDIDOS DE VAGA PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Atenção!

A prova escrita/objetiva será realizada no dia 28 de agosto de 2016 das 09h00min às 12h00min na Escola de Educação Básica Professora Cecília Lotin, sito à Travessa Itamarati, n.º 87, Centro, no Município de Barra Bonita (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).

Obs.: O COMPROVANTE DE DEPÓSITO BANCÁRIO NÃO SERVE COMO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, Sr. Joacir Raldi, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a Homologação dos Pedidos de Vaga para Candidatos Portadores de Deficiência referente ao Concurso Público n.º 001/2016, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal.

1. Apresentamos abaixo a Homologação dos Pedidos de Vaga para Candidatos Portadores de Deficiência ao Concurso Público n.º 001/2016, conforme segue:

N. INSC.	NOME	CARGO	DEFICIÊNCIA	SITUAÇÃO
117	Ofrásio Vicente Tavares	Agente Legislativo.	Visual CID: H 54.4/ H 44.15	INDEFERIDO Número insuficiente de vaga para reserva
120	Ana Carolina Liebert	Agente Legislativo.	Visual CID: H544	INDEFERIDO Não comprovou a deficiência
Total de Candidatos – 02				

2. Do total de 02 candidatos que realizaram inscrição no Concurso Público n.º 001/2016 com pedido de vaga para candidatos portadores de deficiência, ambos tiveram o pedido indeferido.

3. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

4. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Barra Bonita (SC), 15 de agosto de 2016.

LAUDIR CARLOS DALA CORTI

Presidente do Legislativo

Barra Velha

PREFEITURA

ERRATA PP 049/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 063/2016 - Pregão Presencial nº 049/2016

ERRATA 001

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE, Locação de britador móvel sobre esteira e Escavadeira Hidráulica para Secretaria de Obras do Município de Barra Velha. conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 22/08/2016 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 22/08/2016 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra E SUAS ALTERAÇÕES encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 15 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 135/2016

DECRETO Nº 135/2016 DE: 15 DE AGOSTO DE 2016.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3589/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3604/2015 - Lei Orçamentária para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2016, Lei Municipal nº 3604/2015:

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	2.170,20
	ANULA:	
3.3.93.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	1.147,50
4.4.90.00/0.1.00.0100000	Investimentos	1.022,70
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	2.170,20

04. SECRETARIA DA FAZENDA

0401.04.123.0002.2014	Manutenção da Secretaria da Fazenda	8.605,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.0100000	Investimentos	8.605,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.0100000	Outras Despesas Correntes	8.605,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 136/2016

DECRETO Nº 136/2016 DE: 15 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2016.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3589/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 392.000,00 (Trezentos e noventa e dois mil) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.2.38.0228016. A dotação abaixo relacionada:

18. Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de Média Complexidade	392.000,00
3.3.90.00/0.2.38.0228016	Outras Despesas Correntes	392.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

PORTARIA Nº 2031/2016

PORTARIA nº 2031 de 12 de agosto de 2016

Nomeia JOSÉ CARLOS COMORETTO, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Escola Básica Roldão das Neves, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, JOSÉ CARLOS COMORETTO, brasileiro (a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Escola Básica Roldão das Neves, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/07/2016.

Art. 2º O servidor opta pela remuneração normal, acrescida de 30% sobre seus vencimentos, observada a aplicação do inciso II do art. 146 da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2016.

Biguaçu, 12 de agosto de 2016.

Thaysa Nunes Johansen

Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2032/2016

PORTARIA nº 2032 de 12 de agosto de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) JEFERSON BINHOTI, detentor do cargo de provimento comissionado de Superintendente de Comunicação, nível CC-1, na Gabinete de Governo, a partir de 01/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/08/2016.

Biguaçu, 12 de agosto de 2016.
Thaysa Nunes Johansen
Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2033/2016

PORTARIA nº 2033 de 12 de agosto de 2016
Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) KAROLINE WOLLINGER, detentor do cargo de provimento comissionado de Secretaria Municipal de Governo, nível CC-1, na Gabinete de Governo, a partir de 31/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/07/2016.

Biguaçu, 12 de agosto de 2016.
Thaysa Nunes Johansen
Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2034/2016

PORTARIA nº 2034 de 12 de agosto de 2016
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) IVONEI GALLAS, detentor do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 22/07/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/07/2016.

Biguaçu, 12 de agosto de 2016.
Thaysa NuNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2035/2016

PORTARIA nº 2035 de 12 de agosto de 2016
Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) ROBSON TELES

ELOI, detentor do cargo de provimento temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 14/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 14/08/2016.

Biguaçu, 12 de agosto de 2016.
Thaysa NuNES JOHANSON
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2036/2016

PORTARIA nº 2036 de 15 de agosto de 2016
Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Daniel César da Luz, detentor do cargo de provimento comissionado de Procurador Geral do Município, nível CC-1, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 15/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/08/2016.

Biguaçu, 15 de agosto de 2016.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO PP107/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 107/2016 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGENS - 50 DIÁRIAS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS COMUNITÁRIOS PARA AS MODALIDADES DE ATLETISMO, FUTEBOL, BASQUETEBOL, FUTSAL, HANDEBOL, VOLEIBOL, XADREZ, JUDO E KARATÊ.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 26 agosto, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 26 agosto, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 15 de agosto de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 10/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 10/2016

Dispõe sobre a aprovação da inscrição das entidades, bem como dos serviços, programas e projetos no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Biguaçu.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 19 de maio de 2016.
- A ATA nº 03/2016.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/Biguaçu o programa de aprendizagem técnico-profissional para adolescentes e jovens com idade entre 14 e 22 anos e para PcD, da Instituição Associação Du Projetus, CNPJ: 11.489.174/0001-86, com sede na Praça Pereira de Oliveira, nº 18/901, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88010-540, em parceria com a ACI-BIG CDL e APAE/Biguaçu

Biguaçu, 12 de agosto de 2016.

Ana Paula Medeiros e Silva Vicente

Presidente do CMDCA/Biguaçu

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 015/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 015/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de seis passagens aéreas.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93.

VALOR TOTAL DO CERTAME: R\$8.000,00 (oito mil reais).

RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: 10/08/2016.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu - CNPJ n. 73.564.064/0001-99.

CONTRATADA: VTC Soluções em Turismo Eireli – EPP - CNPJ n. 95.870.069/0001-82

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.99.00.00.00.0.01.00.0.

Biguaçu/SC, 15 de agosto de 2016.

Vilson Norberto Alves Presidente

Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.313/2016

LEI Nº 8.313, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

ACRESCENTA DISPOSITIVOS AOS ARTIGOS 1º E 2º DA LEI Nº 8.047, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ao art. 1º da Lei nº 8.047, de 20 de novembro de 2014, que "Dispõe sobre a realização de pedágios beneficentes nos logradouros públicos municipais, pelas entidades sem fins lucrativos", é acrescentado o inciso VI, com a seguinte redação:

"Art. 1º

VI – estarem vinculadas a algum programa ou projeto social em que o nome "Blumenau" esteja envolvido."

Art. 2º O parágrafo único é renumerado como § 1º do art. 2º da Lei nº 8.047/2014, sendo acrescentado o § 2º ao referido dispositivo legal, com a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 1º

§ 2º Nos casos previstos no inciso VI do art. 1º, o pedido de reserva de data pela entidade deve vir acompanhado de declaração da secretaria, fundação ou ente público ao qual está vinculada."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de agosto de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.956/2016

PORTARIA Nº 19.956, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 140/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 01 de agosto de 2016:

ADRIANE HAUSMANN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

RAFAEL ANDRADE DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIONES SANDRA MAZO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de agosto de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.980/2016

PORTARIA Nº 19.980, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

EXONERA LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR ESPECIAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, a contar de 15 de agosto de 2016, LUIS EDUARDO DE OLIVEIRA, do cargo de provimento em comissão de Assessor Especial de Relações Institucionais, símbolo CC-2, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeado pela Portaria nº 16.501, de 02 de janeiro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de agosto de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

4º EXTRATO ADITIVOS CONTRATOS APOIO FINANCEIRO - EDITAL Nº 003/2015 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura (FMAC), através de seu Presidente, Rodrigo Rogério Ramos, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos aos contratos de Apoio Financeiro referentes ao Edital 003/2015 do FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau (FCB) e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. As partes contratantes terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos financeiros repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas apazadas constantes nos respectivos Contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
003/2015	103	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Academia de Cordas	Sexteto Ocblu	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 018/2015, Área: Música, Modalidade: Apresentação, Intitulado "Sexteto Ocblu", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta, Inciso I, letra "b" (Da Contrapartida Social e do Produto Cultural)	40.000,00	23/05/2016	04/08/2016	17/06/2016 até 15/12/2016
003/2015	104	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Adélia Eccel	III Encontro Fio dos Ventos - Brasil	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 009/2015, Área: Comunicação e formação em Cultura, Modalidade: Oficina, Intitulado "III encontro Fio dos ventos - Brasil", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta, Inciso I, letra "a", "c" e "d". (Da Contrapartida Social e do Produto Cultural)	35.124,15	23/05/2016	29/07/2016	17/06/2016 até 30/11/2016
003/2015	109	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Caio Fernando Fava Ferreira	Show ao vivo Caio Fernando	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 010/2015, Área: Música, Modalidade: Show, Intitulado "Show ao Vivo Caio Fernando", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta, Inciso I, letra "a" (Da Contrapartida Social e do Produto Cultural)	39.989,00	23/05/2016	27/07/2016	17/06/2016 até 20/12/2016
003/2015	111	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Elton Gomes	Figurino Gartenstadt Grupo Folclórico	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 039/2015, Área: Dança, Modalidade: Aquisição/Manutenção de figurino, Intitulado "Figurino Gartenstadt Grupo Folclórico", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta, Inciso I, letra "a" até "f" (Da Contrapartida Social e do Produto Cultural)	39.424,00	23/05/2016	09/08/2016	17/06/2016 até 30/12/2016

003/2015	127	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Priscila Gilinski Machado	Caixeiros Circulando	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 023/2015, Área: Teatro Modalidade: Circulação, Intitulado "Caixeiros Circulando", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta, Inciso I, letra "a", "b" e "c" (Da Contrapartida Social e do Produto Cultural)	11.650,00	23/05/2016	29/07/2016	17/06/2016 Até 19/12/2016
003/2015	129	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Sidney Michael Dietrich	Um Sonho - Circulação	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 038/2015, Área: Teatro e Circo, Modalidade: Circulação, Intitulado "Um Sonho-Circulação", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta, Inciso I, letra "c" e "j". (Da Contrapartida Social e do Produto Cultural)	19.252,08	23/05/2016	26/07/2016	17/06/2016 Até 08/12/2016

Blumenau, 15 de agosto de 2016.

Rodrigo Rogério Ramos

Presidente

Fundação Cultural de Blumenau

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2215/2016 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2215/2016 - Processo Licitação Pregão Presencial 2217/2016

Objeto: Registro de preços para confecção de placas, faixas, banners e afins, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa(s):

ACN LOCADORA NÁUTICA LTDA - EPP CNPJ: 95.791.133/0001-30

Item 06: Valor unitário R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) e valor total R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil, quinhentos reais).

Item 07: Valor unitário R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) e valor total R\$ 3.570,00 (três mil, setecentos reais).

Item 17: Valor unitário R\$ 274,00 (duzentos e setenta e quatro reais) e valor total R\$ 13.700,00 (treze mil, setecentos reais).

WEBERGRAFIC COMÉRCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS EIRELI – ME CNPJ: 11.505.113/0001-65

Item 01: Valor unitário R\$ 0,18 (dezoito centavos) e valor total R\$ 1.800,00 (um mil, oitocentos reais).

Item 02: Valor unitário R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais) e valor total R\$ 2.205,00 (dois mil, duzentos e cinco reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 30,00 (trinta reais) e valor total R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 58,50 (cinquenta e oito reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 22.815,00 (vinte e dois mil, oitocentos e quinze reais).

Item 05: Valor unitário R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais) e valor total R\$ 6.400,00 (seis mil, quatrocentos reais).

Item 08: Valor unitário R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) e valor total R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais).

Item 09: Valor unitário R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) e valor total R\$ 2.700,00 (dois mil, setecentos reais).

Item 10: Valor unitário R\$ 549,99 (quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos) e valor total R\$ 2.199,96 (dois mil, cento e noventa e nove reais e noventa e seis centavos).

Item 11: Valor unitário R\$ 298,50 (duzentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 8.955,00 (oito mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).

Item 12: Valor unitário R\$ 519,50 (quinhentos e dezenove reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 15.585,00 (quinze mil, quinhentos e oitenta e cinco reais).

Item 13: Valor unitário R\$ 239,50 (duzentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 23.950,00 (vinte e três mil, novecentos e cinquenta reais).

Item 14: Valor unitário R\$ 74,50 (setenta e quatro reais e cinquenta centavos) e valor total R\$ 14.900,00 (quatorze mil, novecentos reais).

Item 15: Valor unitário R\$ 239,00 (duzentos e trinta e nove reais) e valor total R\$ 11.950,00 (onze mil, novecentos e cinquenta reais).

Item 16: Valor unitário R\$ 885,00 (oitocentos e oitenta e cinco reais) e valor total R\$ 26.550,00 (vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta reais).

Item 18: Valor unitário R\$ 1.813,00 (um mil, oitocentos e treze reais) e valor total R\$ 27.195,00 (vinte e sete mil, cento e noventa e cinco reais).

Item 19: Valor unitário R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) e valor total R\$ 23.500,00 (vinte e três mil, quinhentos reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 29 de Julho de 2016.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4928/2016 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO 4928/2016 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

HOMOLOGA RESULTADO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA VAGAS TEMPORÁRIAS EMERGENCIAS DE AGENTES DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas com o Art. 42 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ART. 1º. Fica homologado o resultado final de classificação do Chamamento Público para vagas temporárias emergenciais de Agentes de Saúde, os quais deverão comparecer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar documentação e tomar posse, conforme relação:

Micro Área I

- 1º - Elisangela Trevisan
- 2º - Roselene Rietta Bortoli
- 3º - Solange Dejanira G. Laux
- 4º - Souzamar da Silva Comunello
- 5º - Sulamara da Silva
- 6º - Tatiane Ribeiro dos Santos

Micro Área II

- 1º - Jaqueline Ficagna Murussi

Micro Area IV

- 1º - Fabiane Scapin Walker
- 2º - Janaina Sandmann Ripke
- 3º - Elisabete Klesner Walker

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 15 de agosto 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 146/2016 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 146/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidor Municipal Sr. Joelcio Johann, inscrito no CPF sob nº 024.555.989-26 e matrícula sob nº 162-7, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, sendo do período aquisitivo de 06/09/2014 a 05/09/2015 e período de concessão de 16/08/2016 a 14/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 15 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

771.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VIVIANE R. PIRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 771/16 de 12.08.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 10 de agosto de 2016, a funcionária Viviane Rosar Pires, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

772.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA L. H. OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 772/16 de 12.08.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento exames no dia 09 de agosto de 2016, a funcionária Maria Lunalva Henckmaier de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

773.08.16 - P. FÉRIAS FERNANDA B. O. NUNES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 773/16 de 12.08.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Fernanda Bollmann Oleskovicz Nunes, ocupante do cargo de Psicóloga – Padrão I – Nível 09, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar do dia 15 de agosto com término no dia 13 de setembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

774.08.16 - P. FÉRIAS VALDIR W. HINCKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 774/16 de 12.08.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Valdir Walter Hinckel, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I – Nível 04, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 074/2016 de 11 de agosto de 2016, para gozá-las a contar do dia 11 de agosto com término no dia 09 de setembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
12 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

775.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA F. A. KULL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 775/16 de 15.08.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 10 e 11 de agosto de 2016, a funcionária Maria de Fatima Antunes Kuhl, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I – Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

776.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JULIANA M. SILVA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 776/16 de 15.08.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento consulta médica no dia 12 de agosto de 2016, a funcionária Juliana Madruga da Silva ocupante do cargo de Professor I – 3, Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

777.08.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MADALENA S. MICHELS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 777/16 de 15.08.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 13 de agosto com término no dia 27 de agosto de 2016, a funcionária Madalena Stuepp Michels, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola de Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de agosto de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Prefeito Municipal Sec. Mun. Adm. Fazenda

EXTRATO CONTRATO 158 A 162/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato Contrato 158/2016 Pregão Presencial 16/2016 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 2.881,50 (dois mil oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)

Extrato Contrato 159/2016 Pregão Presencial 16/2016 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 14.076,00 (quatorze mil setenta e seis reais)

Extrato Contrato 160/2016 Pregão Presencial 16/2016 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 872,00 (oitocentos e setenta e dois reais)

Extrato Contrato 161/2016 Pregão Presencial 16/2016 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 6.089,00 (seis mil e oitenta e nove reais)

Extrato Contrato 162/2016 Pregão Presencial 16/2016 (FMS)

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Medicamentos de AZ Eireli EPP.

Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, para ser entregue de forma parcelada no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 18.980,00 (dezoito mil novecentos e oitenta reais)

Bom Retiro, 16 de agosto de 2016.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PL64/2016-PP40/2016-MÓVEIS EM INOX

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº64/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº.40/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de MÓVEIS SOB MEDIDA EM INOX, para escola municipal Maria Luiza S. Dias, conforme descrição completa no edital. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 26/08/2016. Abertura da sessão: dia 26/08/2016 às 14:30 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47)3359-1170 e e-mail, licitacao@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 15 de Agosto de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 977/2016

PORTARIA Nº 977/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. RAFAELA HABITZREUTER, matrícula nº 327492-10, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 26/08/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 985/2016

PORTARIA Nº 985/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. ANA PRISCILA RIBEIRO DE CARVALHO DE ANDRADE, matrícula nº 4149106-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 16/05/2016.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 984/2016

PORTARIA Nº 984/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. DAIANE DE FIGUEREDO RODRIGUES, matrícula nº 1065297-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 28/07/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1638/2016

PORTARIA Nº 1638/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, o servidor Sr. PAULO CESAR DE ANDRADE DUQUESNE, matrícula nº 820946-02, lotado na Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 24/07/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 24/07/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de julho de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 976/2016

PORTARIA Nº 976/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. RAFAELA HABITZREUTER, matrícula nº 327492-10, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 28/04/2016.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 28/04/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO 035/2016 SAMAE

ATO DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS PL 035/2016

Considerando o decurso do prazo recursal, sem a apresentação do recurso administrativo por parte da empresa inabilitada, decaindo do direito ao mesmo.

Torno público que o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque/SC, fará realizar no dia 18 de agosto de 2016, às 08:30 horas, na Rua Doutor Penido, 297, neste Município, sessão pública para abertura dos envelopes "propostas" relativas ao Processo Licitatório 035/2016, modalidade Tomada de Preços.
Brusque, 15 de agosto de 2016.

Publique-se

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº061/2016

Espécie: Contrato. Signatários: O Município de Brusque e ISABELLA THAISLA ROSA MOTTA, em 01/07/2016. Objeto: Realização de estágio de estudantes de ensino médio, sem vínculo empregatício. Fundamento Legal: Nos termos da Lei nº 11.788/2008, Lei Ordinária Municipal nº 3.222, de 17 de junho de 2009. E alterações. Valor: R\$ 393,26 Vigência: 01/07/2016 a 01/07/2018, desde que mantido o vínculo estudantil com a instituição de ensino .

EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº062/2016

Espécie: Contrato. Signatários: O Município de Brusque e TAINÁ TAISI PASQUALI em 30/06/2016. Objeto: Realização de estágio de estudantes de ensino superior, sem vínculo empregatício. Fundamento Legal: Nos termos da Lei nº 11.788/2008, Lei Ordinária Municipal nº 3.222, de 17 de junho de 2009. E alterações. Valor: R\$ 561,80 Vigência: 01/07/2016 a 01/07/2018, desde que mantido o vínculo estudantil com a instituição de ensino .

EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº063/2016

Espécie: Contrato. Signatários: O Município de Brusque e BRUNO CORREA DE MORAES em 08/06/2016. Objeto: Realização de estágio de estudantes de ensino superior, sem vínculo empregatício. Fundamento Legal: Nos termos da Lei nº 11.788/2008, Lei Ordinária Municipal nº 3.222, de 17 de junho de 2009. E alterações. Valor: R\$ 561,80 Vigência: 09/06/2016 a 09/06/2018, desde que mantido o vínculo estudantil com a instituição de ensino .

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 038/2016 SAMAE

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO 038/2016

Modalidade de Pregão Presencial

Objeto: Aquisição de tubos e conexões, em PVC, PEAD, anéis de Borracha, adesivo plástico e fita vedarossa
Recorrente: Hifersane Comércio e Industria de Materiais Hidraulicos Ltda.

Resultado do Recurso Administrativo: Pelo exposto, reconhecer o recurso apresentado pela empresa Hifersane Comércio e Industria de Materiais Hidraulicos Ltda e no mérito, julga-lo improcedente, com fundamento no artigo 41 da Lei 8666/93

Brusque, 11 de agosto de 2016.

PUBLIQUE-SE

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidentel
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 045/2016 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 045/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 045/2016, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de motores elétricos. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 30 de agosto de 2016, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente
SAMAE – Brusque

PORTARIA Nº 986/2016

PORTARIA Nº 986/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, Licença Maternidade, com fundamento no Decreto nº 6.118, de 30 de setembro de 2009, à servidora Sra. ANA PRISCILA RIBEIRO DE CARVALHO DE ANDRADE, matrícula nº 4149106-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 60 (sessenta) dias, a contar de 13/09/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1099/2016

PORTARIA Nº 1099/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. MERI RODRIGUES, matrícula nº 495077-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16/05/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de junho de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 11.221

PORTARIA nº 11.221, 12 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Secretária de Assistência Social e Habitação.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 3248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Bruna Schüler para ocupar o cargo de Agente Político, Símbolo AP, como Secretária de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de agosto de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.222

PORTARIA nº 11.222, 12 DE AGOSTO DE 2016.

Substituir os membros representantes de entidades governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando a Portaria nº 10.037/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros representantes de entidades governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: (....)

Suplente: Camilla Schramm Visconti

II – Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Gleusa Luci Fischer

Suplente: Letícia Bertolini

III – Secretaria de Assistência Social e Habitação

Titular: Indira Bluning

Suplente: Lucimara Zaluski Galinski Pavesi

IV – Gabinete do Prefeito

Titular: Mery Ester Wachholz

Suplente: Tatiane Leite Dallabrida

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de agosto de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 110/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 110/2016

A Diretora Presidente do Serviço autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

1) Rescindir Contrato por tempo determinado, por término, do servidor LUIZ SERGIO DA FONSECA CORTEGOSO, matrícula 28665-0, do cargo de Agente de ETA;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/08/2016, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 08 de agosto de 2016.
FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ
Diretora Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 1100/2016

PORTARIA Nº 1100/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. PATRICIA MEURER, matrícula nº 813389-00, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 10/05/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de junho de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 111/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 111/2016

A Diretora Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

1) Conceder Licença Falecimento de 05 (cinco) dias ao servidor SÉRGIO DA VEIGA, ocupante do cargo de Agente Hidráulico, devido ao falecimento de seu pai VALDEMAR DA VEIGA, no dia 05 de agosto de 2016, conforme Declaração de óbito, Nº 108928 01 55

2016 4 00043 100 0017043 94, no Hospital Arquidiocesano Consul Carlos Renaux, à Rua Azambuja, 1089, Bairro Azambuja, Brusque-SC.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 05/08/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 10 de agosto de 2016.
FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ
Diretora Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 1131/2016

PORTARIA Nº 1131/2016, de 03 de junho de 2016.

“Altera art. 2º (segundo) da Portaria nº 1127/2016, que Instaura Processo Administrativo Disciplinar, passando a vigorar da seguinte forma:”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor ANTONIO SERGIO DA ROSA, ocupante do cargo de Agente de Transportes, lotado junto à Secretaria de Trânsito e Mobilidade desta Municipalidade, portador do CPF nº 033.467.239-25, matrícula nº 1055755-00, para apurar os fatos relatados junto aos memorandos nºs 59/16 STM, 65/16 STM, 75/16 STM e 86/16 STM e anexos; bem como do despacho de 18/05/2016, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do servidor supra-mencionada, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); e 175 (Ao servidor público é proibido:); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, I (crime contra a Administração Pública); IV (improbidade administrativa); e 263 (O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má fé, aplicará na devolução ao Erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, sendo: Fábio Caetano Pereira (matrícula nº 14753-0), Paulo Clemente Wink Junior (matrícula nº 776017-0), e Everaldo Lopes Valério - representante sindical (matrícula nº 16250-1);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 03 de junho de 2016.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1482/2016

PORTARIA Nº 1482/2016, de 08 de julho de 2016.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Sindicância nº 004/2016, instaurado pela Portaria nº 0921/2016 e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13,

RESOLVE:

Considerando as alterações no quadro de gestores municipais junto ao mês de junho deste exercício;

Considerando a necessidade urgente e imediata de saneamento e regularização dos processos administrativos disciplinares e de sindicância;

Considerando os ajustes necessários na composição da equipe de servidores e o decurso de tempo em sua regularização;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo de Sindicância nº 004/2016, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente para apurar os fatos constantes do parecer jurídico emitido pelo Procurador do Município junto ao Processo de Auxílio-Doença nº 211/2015, em 10/11/2015, bem como do despacho de 04/04/2016, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar ocorrência e autoria de irregularidades e / ou atos infracionais junto à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, com fulcro nos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 175 (Ao servidor público é proibido:), XIII (valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública), XIX (proceder de forma desidiosa), e Art. 188 (...), I (crime contra a Administração Pública), IV (improbidade administrativa) e IX (transgressão do Art. 175, incisos XIII a XIX), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de julho de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1486/2016

PORTARIA Nº 1486/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. MARIA LUCELIA JOENCK, matrícula nº 476773-01, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do termo de guarda e responsabilidade provisório para fins de adoção emitido pela Vara da Família Órfãos, Sucessões, Inf. e Juventude, Poder Judiciário da Comarca de Brusque, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 11/07/2016.

Parágrafo 1º - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 71-A, § 1º e § 2º da Lei nº 8213/91.

Parágrafo 2º - A licença concedida no art. 1º será custeada pela Previdência Social com fulcro no § 1º do artigo nº 71-A da Lei nº 8213/91.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de julho de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1551/2016

PORTARIA Nº 1551/2016, de 15 de julho de 2016.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2015, instaurado pela Portaria nº1390/2015, substitui membro da Comissão Processante e dá outras providências.”

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13, e no art. 212, parágrafo 1º, da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando o fato do servidor restar ingresso na Municipalidade, após aprovação em concurso, através de cota de especiais (inclusão);

Considerando o prazo / decurso de tempo no aguardo da resposta da designação de médico psiquiatra para composição da Junta Médica oficial do Município;

Considerando o afastamento mediante Licença, nos termos da Lei, do Secretário da Comissão Processante;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2015 (com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013), movido em desfavor do servidor JAIR HORN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão desta Municipalidade, matrícula nº 676365, para apurar os fatos constantes dos memorandos nº 152/2014, de 19/11/2014 e 165/2014, de 16/12/2014, encaminhados pela Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, bem como do despacho de 26/05/2015, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma

do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do servidor supra-mencionado, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), II (assiduidade), III (pontualidade), IV (disciplina), VI (observar as normas legais e regulamentares) e X (fazer pronta comunicação à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço); e 175 (Ao servidor público é proibido), I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato), II (retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição), XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho) e XIX (proceder de forma desidiosa), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art. 2º - Substituir o membro Secretário, Sr. Gerson Bueno, pelo servidor Fábio Caetano Pereira (matrícula nº 14753-0);

Art. 3º - Prorrogar o afastamento preventivo do servidor Jair Horn do cargo por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar 147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos nos Autos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a tramitação regular do feito;

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de julho de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1552/2016

PORTARIA Nº 1552/2016, de 15 de julho de 2016.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2015, instaurado pela Portaria nº1391/2015 e dá outras providências."

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13, e no art. 212, parágrafo 1º, da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando o fato do servidor restar ingresso na Municipalidade, após aprovação em concurso, através de cota de especiais (inclusão);

Considerando o prazo / decurso de tempo no aguardo da resposta da designação de médico psiquiatra para composição da Junta Médica oficial do Município;

;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 006/2015 (com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013), movido em desfavor do servidor EDIMAR DE PINHO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão desta Municipalidade, matrícula nº 672289-1, para apurar os fatos constantes dos memorandos nº 161/2014, de 02/12/2014 e 162/2014, de 09/12/2014, encaminhados pela Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque, do memorando nº 31/2015, da Diretoria de Patrimônio desta Municipalidade, de 05/02/2015, bem como

do despacho de 26/05/2015, exarado pelo Diretor de Recursos Humanos desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, tendente a apurar a autoria dos atos infracionais em desfavor do servidor supra-mencionado, bem como em verificação de que as condutas praticadas se amoldam aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta aos artigos 174 (São deveres do servidor), IV (disciplina), V (tratar com cortesia as pessoas) e VI (observar as normas legais e regulamentares); e 175 (Ao servidor público é proibido), XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho) e XIX (proceder de forma desidiosa), que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Art. 2º - Prorrogar o afastamento preventivo do servidor Edimar de Pinho do cargo por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar 147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos nos Autos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a tramitação regular do feito;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de julho de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1607/2016

PORTARIA Nº 1607/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º- Afastar em decorrência de licença – Acidente de Trabalho – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. EDESIO PEREIRA, matrícula nº 8915-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, em decorrência do atestado médico do dia 21/07/2016 de 15 (quinze) dias, sendo seu afastamento no dia 05/08/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de julho de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1637/2016

PORTARIA Nº 1637/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. LOUZIMAR SOARES DE SOUZA, matrícula nº 465070-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 23/07/2016.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 23/07/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de julho de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 982/2016

PORTARIA Nº 982/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. DAIANE DE FIGUEREDO RODRIGUES, matrícula nº 1065297-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 30/03/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 30/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 983/2016

PORTARIA Nº 983/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. DAIANE DE FIGUEREDO RODRIGUES, matrícula nº 1065297-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 30/03/2016.

Parágrafo Único - A licença supracitada será custeada pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência com fulcro no art. 41 da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 30/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 996/2016

PORTARIA Nº 996/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. ROSANGELA OLIVEIRA DA CUNHA, matrícula nº 1071874-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 15/05/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de maio de 2016.

Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016 - FUMREBOM

PREGÃO nº 002/2016 - FUMREBOM

Processo Licitatório nº 002/2016 - FUMREBOM

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros (FUMREBOM), com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de veículo tipo "furgão" para a 3ª Companhia de Bombeiros Militar.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 30/08/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 12/08/2016

HUGO MANFRIN DALLOSSI

1º Ten B. M. Comandante 3ª Companhia de Bombeiros Militar

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016 - FUMMPOM

PREGÃO nº 004/2016 - FUMMPOM

Processo Licitatório nº 004/2016 - FUMMPOM

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar (FUMMPOM), torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de motocicletas (on/off road) para o 18º Batalhão de Polícia Militar.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 29/08/2016, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 12/08/2016

MOACIR GOMES RIBEIRO

Ten. Cel. P.M. Comandante do 18º Batalhão de Polícia Militar

RESOLUÇÃO Nº 12/2016 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre alteração da formação da Comissão de Assuntos Jurídicos.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 11 de agosto de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997, com fundamento nos artigos 30 e 31 de seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1.º – Alterar a Comissão de Assuntos Jurídicos conforme previsto em seu Regimento Interno.

Art. 2.º – Será aletrada a composição da Comissão conforme segue abaixo:

Comissão de Assuntos Jurídicos:

Amanda Barilli – Secretaria de Assistência Social

Letícia Bertolini – Secretaria de Educação

Flavia de Brito Souza – APAE

Helena Dias – Lar Menino Deus

Art. 3.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HELENA DIAS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 13/2016 - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre utilização de recursos oriundos do FNAS- IGD-M.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 11 de agosto de 2016, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997, com fundamento nos artigos 30 e 31 de seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1.º – Aprovar a utilização de recursos financeiros do IGD-M, no valor total de R\$ 2.699,52 (Dois mil seiscentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos), para compra de materiais permanentes para estruturação da Secretaria Executiva do CMAS.

Art. 2.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

HELENA DIAS

Presidente do Conselho Municipal
de Assistência Social - CMAS

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.881

DECRETO Nº 6.881, de 15 de agosto de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, por conta do superávit financeiro do exercício, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância total de R\$ 45.437,00 (quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais):

5001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.193 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

4.4.90.00.00 0.1.89 – Superávit Recurso 0.1.89 (362) R\$ 45.437,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício no valor de R\$ 45.437,00 (quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de agosto de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.882

DECRETO Nº 6.882, de 15 de agosto de 2016.

Suplementa dotação orçamentária, por conta de remanejamento entre despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.280, de 18/12/2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, na importância de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais):

5.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.191 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

4.4.90.00.00 3375 – Superávit Financeiro Recurso 53 (325) R\$ 1.000,00

8.244.5.2.192 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00 54 – Outras Transferências de Recursos do FNAS (251) R\$ 16.000,00

TOTAL ... R\$ 17.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), conforme segue:

5.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

8.244.5.2.191 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

3.3.90.00.00 – Transferências de Convênios (243) R\$ 1.000,00

8.244.5.2.192 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

3.3.50.00.00 54 – Outras Transferências de Recursos do FNAS (343) R\$ 16.000,00

TOTAL ... R\$ 17.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 15 de agosto de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 27.163

PORTARIA Nº 27.163, de 29 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e art. 60, I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos efetivos e emprego público, lotados nas diversas Secretarias Municipais, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

I – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EFETIVOS:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de:
27	Adriana Pegoraro Donatti	Conselheira	05 dias	03/07/2016 a 07/07/2016
27	Adriana Pegoraro Donatti	Conselheira	10 dias	08/07/2016 a 17/07/2016
11784	Aline Mendes Luciano	Médico Veterinário	50 dias	10/07/2016 a 28/08/2016
11151	Andréa Romão Martins	Assistente Administrativo	15 dias	18/07/2016 a 01/08/2016
280	Cláudio Granja	Professor Ensino Fundamental II	180 dias	20/07/2016 a 15/01/2016
10530	Cristina de Castilho	Auxiliar de Creche e Berçário	60 dias	13/07/2016 a 10/09/2016
14059	Daniela Susin	Técnico em Enfermagem	07 dias	07/07/2016 a 13/07/2016
14058	Diego Garipuna	Agente de Combate às Endemias	01 dia	01/07/2016 a 01/07/2016
14058	Diego Garipuna	Agente de Combate às Endemias	10 dias	02/07/2016 a 11/07/2016
14058	Diego Garipuna	Agente de Combate às Endemias	04 dias	12/07/2016 a 15/07/2016
01	Evandro José Martins	Engenheiro Agrônomo	05 dias	25/07/2016 a 29/07/2016
13293	Fabiana Lima dos Santos Mattia	Assessor Assuntos Administrativos	01 dia	13/07/2016 a 13/07/2016
13293	Fabiana Lima dos Santos Mattia	Assessor Assuntos Administrativos	01 dia	15/07/2016 a 15/07/2016
13293	Fabiana Lima dos Santos Mattia	Assessor Assuntos Administrativos	01 dia	18/07/2016 a 18/07/2016
13293	Fabiana Lima dos Santos Mattia	Assessor Assuntos Administrativos	01 dia	25/07/2016 a 25/07/2016
13293	Fabiana Lima dos Santos Mattia	Assessor Assuntos Administrativos	02 dias	28/07/2016 a 29/07/2016
1795	Iraci Furtado	Auxiliar Serviços Gerais	04 dias	19/07/2016 a 22/07/2016
1023	Iraci Salete Sebem	Auxiliar Serviços Gerais	14 dias	20/07/2016 a 02/08/2016
14087	Jaisson Augusto Cruz Martins	Operador de Estação Aeronáutica	60 dias	04/07/2016 a 01/09/2016
3949	Luiz Carlos Ribeiro	Mecânico Chapeador	60 dias	11/07/2016 a 08/09/2016
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procurador Municipal	01 dia	29/07/2016 a 29/07/2016
3273	Maria Estela Cavichioli	Auxiliar de Enfermagem	60 dias	03/07/2016 a 31/08/2016
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar Serviços Gerais	60 dias	05/07/2016 a 02/09/2016
10446	Nelci de Jesus Oliveira Balduino	Servente Educação	60 dias	30/06/2016 a 28/08/2016
247	Orlando Nivaldo da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	08 dias	08/07/2016 a 15/07/2016
8479	Rejane Serafini	Enfermeiro	03 dias	13/07/2016 a 15/07/2016
8479	Rejane Serafini	Enfermeiro	05 dias	18/07/2016 a 22/07/2016
10764	Sandra Aparecida Corrêa	Enfermeiro	02 dias	07/07/2016 a 08/07/2016
10764	Sandra Aparecida Corrêa	Enfermeiro	60 dias	21/07/2016 a 18/09/2016
1004	Sebastião Miguel Cachoeira	Técnico Tributário	10 dias	22/07/2016 a 31/07/2016
14128	Thiago Muniz de Lima	Médico	01 dia	15/07/2016 a 15/07/2016
14128	Thiago Muniz de Lima	Médico	15 dias	20/07/2016 a 03/08/2016

II – LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EMPREGO PÚBLICO:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de:
14033	Bruna Carolini Szymkuv	Agente Comunitário de Saúde	02 dias	12/07/2016 a 13/07/2016
14033	Bruna Carolini Szymkuv	Agente Comunitário de Saúde	01 dia	14/07/2016 a 14/07/2016
14033	Bruna Carolini Szymkuv	Agente Comunitário de Saúde	01 dia	20/07/2016 a 20/07/2016
11860	Edemir Januário da Costa	Agente Comunitário de Saúde	03 dias	04/07/2016 a 06/07/2016
11860	Edemir Januário da Costa	Agente Comunitário de Saúde	02 dias	07/07/2016 a 08/07/2016
11860	Edemir Januário da Costa	Agente Comunitário de Saúde	05 dias	11/07/2016 a 15/07/2016
11860	Edemir Januário da Costa	Agente Comunitário de Saúde	04 dias	18/07/2016 a 21/07/2016

11860	Edemir Januário da Costa	Agente Comunitário de Saúde	01 dia	22/07/2016 a 22/07/2016	
11860	Edemir Januário da Costa	Agente Comunitário de Saúde	02 dias	28/07/2016 a 29/07/2016	
13977	Jéssica Padilha	Agente Comunitário de Saúde	01 dia	19/07/2016 a 19/07/2016	
13977	Jéssica Padilha	Agente Comunitário de Saúde	14 dias	21/07/2016 a 03/08/2016	
11960	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Agente Comunitário de Saúde	07 dias	19/07/2016 a 25/07/2016	
13969	Vilma de Fátima de Souza	Agente Comunitário de Saúde	03 dias	11/07/2016 a 13/07/2016	
13969	Vilma de Fátima de Souza	Agente Comunitário de Saúde	01 dia	18/07/2016 a 18/07/2016	

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.183

PORTARIA Nº 27.183, de 02 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso III, artigo 11 da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, o contrato em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados, especificando código, nome, cargo, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Carga Horária	A partir de:
14455	Ana Célia Caetano	Auxiliar de Biblioteca	40h	05/08/2016
14537	André Leonardo França	Professor Ensino Fundamental II	20h	04/08/2016
14571	Marlene Aparecida Rosa	Professor Ensino Fundamental II	20h	04/08/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de agosto de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 27.190

PORTARIA Nº 27.190, de 09 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionados, especificando código, nome, cargo, local de atuação e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	A contar de
14248	Cecília Bertotto Paloschi	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Walsin Nunes Garcia	01/08/2016
14683	Iraci Pereira da Cruz	Professor de Ensino Fundamental I	EMEB Ulysses Guimarães	01/08/2016
14239	Pedro Paulo Baruff	Professor de Ensino Fundamental I	EMEB Irmão Venâncio José EMEB Padre José Chamot	01/08/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de agosto de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 058, DE 11 DE AGOSTO DE 2016**

PORTARIA nº 058, de 11 de agosto de 2016.

Autoriza a conversão de 1/3 de férias em pecúnia à servidora Dimaleicy Aparecida Pereira.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 01/08/2015 a 31/07/2016, à servidora Dimaleicy Aparecida Pereira, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com pagamento juntamente com a remuneração mensal da competência 08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 11 de agosto de 2016.

Valmor de Paula,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

PORTARIA Nº 059, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 059, de 11 de agosto de 2016.

Autoriza a conversão de 1/3 de férias em pecúnia ao servidor Moyses Alexandre Machado.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 39, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo de 08/04/2015 a 07/04/2016, ao servidor Moyses Alexandre Machado, ocupante do cargo de Assessor Parlamentar de Gabinete, com pagamento juntamente com a remuneração mensal da competência 08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 11 de agosto de 2016.

Valmor de Paula,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

PORTARIA Nº 60, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA nº 60, de 15 de agosto de 2016.

Concede Progressão Funcional, por antiguidade, a servidora efetiva da Câmara Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 45, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 26 e 27 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder progressão funcional por antiguidade, referente ao período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2013 a 08 de agosto de 2016, à servidora Daniele Ariatti, ocupante do cargo de assistente administrativo, do quadro permanente da Câmara Municipal de Caçador, empossada em 18/02/2013, conforme anexos do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos servidores da Câmara Municipal, com ascensão da Classe/Referência I-A para I-D, na tabela de vencimentos constante do Anexo I-A.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 15 de agosto de 2016.

Valmor de Paula,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO****ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Data: 09-08-2016

Às quatorze horas do dia nove de agosto do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se o Conselho Administrativo do IPASC, tendo por local o Auditório da sede do Instituto e presentes os seguintes membros titulares: Fabio Deniz Casagrande, Eliete Catarina D'Agostini, Pedro Antonio Masiero, Zenilda Aparecida Rodrigues, Ilvaita Maria Faoro Baron, Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira, Francieli Antunes de Macedo. Presentes à reunião Silvia Linhares Martelo (membro suplente), Evandro José Fritsch, Advogado do IPASC, Fernanda Fiorelli e Edina Carla Bressan (Diretoria Executiva do IPASC). Dando início aos trabalhos, e tendo quorum, o Presidente agradecendo a presença dos Conselheiros, deu início aos trabalhos que consistiram no estudo, análise, e proposições de alterações do Regimento do Conselho Administrativo do IPASC, sendo que a minuta será enviada ao Advogado do IPASC, para considerações. O Regimento Interno será reapresentado com as eventuais considerações, para aprovação no dia 18 de agosto de 2016. Fica determinada a apresentação ao Conselho Administrativo, da previsão do Orçamento para o exercício de 2017, pela Contadora do IPASC, impreterivelmente até o dia 12 de agosto de 2016. Fica agendada reunião extraordinária para deliberação e aprovação dos mesmos, no dia 18 de agosto de 2016, às 14h00, na sede do IPASC. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a reunião. Nada mais.

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Data: 02-08-2016

Às quatorze horas do dia dois de agosto do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se o Conselho Administrativo do IPASC, tendo por local o Auditório da sede do Instituto e presentes os seguintes membros: Fabio Deniz Casagrande, Eliete Catarina D'Agostini, Pedro Antonio Masiero, Zenilda Aparecida Rodrigues, Lucimar Aparecida Appi, Ilvaita Maria Faoro Baron, Luana Lourenço Longhi e Francieli Antunes de Macedo. Dando início aos trabalhos, o Presidente agradecendo a presença dos Conselheiros, deu a palavra à Diretora Administrativa e Financeira do IPASC, Édina Carla Bressan, que apresentou o Relatório de Gestão do mês de junho de 2016, com os respectivos fundos de Investimentos e rendimento da Carteira no mês, apresentando um resultado final no mês junho, de R\$ 85.220.778,45 (oitenta e cinco milhões e duzentos e vinte mil e setecentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), acrescentando um patrimônio líquido do IPASC de R\$ 1.249.878,54 (um milhão e duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) em relação ao mês de maio de 2016. A seguir, foi debatida necessidade de ajustar o Orçamento do IPASC para o ano de 2017, tendo em vista que a Prefeitura tem o prazo até o dia 30 de agosto de 2016 para encaminhar o Projeto de Lei à Câmara Municipal para aprovação, sendo que a Diretoria Executiva deverá encaminhar até o dia 20 de agosto para ajuste. A Diretora Presidente, Fernanda Fiorelli apresentou aos Conselheiros o Relatório de gastos (despesas) do mês de junho de 2016, detalhado, de custos de Administração, Aposentados e Pensionistas e gastos de gestão, cujo valor fechou em R\$ 1.546.425,46, sendo que a folha de pagamento fechou em R\$ 1.465.369,15 (considerados a folha de pagamento do mês e primeira parcela do décimo terceiro dos aposentados). Foi sugerido

pelos Conselheiros que todos membros façam leitura da proposição do Regimento Interno, ficando marcada reunião extraordinária para deliberação e aprovação do mesmo, no dia 18 de agosto de 2016, às 14h00, na sede do IPASC. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a reunião. Nada mais.

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Data: 11-07-2016

Às quatorze horas do dia onze de julho de dois mil e dezesseis, reuniu-se o Conselho de Administração do IPASC, tendo por local o Auditório da sede do Instituto e presentes os seguintes membros: Eliete Catarina D'Agostini, Fabio Deniz Casagrande, Pedro Antonio Masiero, Zenilda Aparecida Rodrigues, Lucimar Aparecida Appi, Francieli Antunes de Macedo e Dimaleicy Aparecida Pereira. Dando início aos trabalhos, foi realizada a votação aberta para eleger, o Presidente, Vice-presidente e Secretário, sendo assim eleitos, Fabio Deniz Casagrande Presidente, Francieli Antunes de Macedo Vice-presidente e Eliete Catarina D'Agostini secretária. Foi também nomeada a representante do Conselho Administrativo no Comitê de Investimentos, sendo eleita a Sra. Eliete Catarina D'Agostini, em virtude de a mesma possuir certificação CPA-10. Os conselheiros mantiveram as datas definidas na ata nº 01/2016, para realização das reuniões ordinárias, alterando apenas o horário, passando a ser 14h00. A Diretora Administrativa e Financeira apresentou aos conselheiros, informações sobre a carteira de investimentos sobre a deliberação do Comitê de Investimentos sobre o saldo financeiro cujo valor total líquido no mês atingiu, R\$ 83.970,899,91 (oitenta e três milhões e novecentos e setenta mil e oitocentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos), acréscimo ao patrimônio líquido do IPASC de R\$ 756.424,11 (setecentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e onze centavos); observando que o retorno da carteira dos ativos em reais restou no montante de R\$ 351.693,38 (trezentos e cinquenta e um mil seiscentos e noventa e três reais e trinta e oito centavos) bem aquém da rentabilidade do mês anterior que foi de R\$ 1.753.755,16 (um milhão e setecentos e cinquenta e três mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos), conforme esclarecimento da Consultoria, a diferença considerável nos rendimentos se deu por conta das rentabilidades negativas elevadas de todos os fundos de renda variável (ações), inclusive, alguns fundos de renda fixa como IMA-B e baixa rentabilidade dos demais fundos, porém, a rentabilidade tende a ser recuperada no mês de junho do corrente ano. o Comitê de Investimentos consigna também que sobre a Carteira do IPASC, a rentabilidade do ano está superior a meta atuarial de 6,69% (seis vírgula cinquenta e nove por cento), já atingiu 8,56% (oito vírgula cinquenta e seis por cento), chegando ao retorno financeiro nos primeiros cinco meses do ano de R\$6.505.470,47 (seis milhões e quinhentos e cinco mil e quatrocentos e setenta reais e quarenta e sete centavos). Foram solicitadas pelos conselheiros, maiores informações referentes aos repasses da Prefeitura Municipal e o pagamento dos parcelamentos. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a reunião. Nada mais.

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos quinze dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais esportivos para as escolas da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ASTOR STAUDT ME, CNPJ: 91.824.383/0001-78, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 68/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	105	UN	Bola de borracha nº 08. Diâmetro de 122 a 127 mm. Peso aproximado de 140 a 160 g.	6,45	677,25
02	105	UN	Bola de borracha nº 10. Diâmetro de 150 a 160 mm. Peso de 255 a 270 g.	11,30	1.186,50
03	105	UN	Bola de borracha nº 12. Diâmetro de 178 a 184 mm. Peso de 330 a 350g.	24,00	2.520,00
04	70	UN	Bola de voleibol. Circunferência aproximada de 66 a 68cm. Peso aproximado de 260 a 280g.	23,00	1.610,00
05	70	UN	Bola de handebol H2L. Diâmetro de 54 a 56cm. Peso de 325 a 400g	89,50	6.265,00
06	70	UN	Bola de basquetebol ADULTO. Diâmetro de 75 a 76 cm.	48,00	3.360,00
07	70	UN	Bola de futsal. Peso aproximado 360g. Circunferência de 59 cm.	22,30	1.561,00
08	21	UN	Bola de futebol de campo. Peso: 425g. Circunferência de 68 a 70 cm.	22,80	478,80
09	28	PAR	Raquetes de tênis de mesa. Peso aproximado 156g.	7,70	215,60
10	140	UN	Bolinha de tênis de mesa. Altura 4,00cm. Largura 11,00cm. Profundidade 17,00 cm.	2,80	392,00
11	14	UN	Rede de tênis de mesa com suporte. Material da rede: algodão. Medidas da rede: tamanho oficial (15cm altura X 1,78 comprimento).	29,50	413,00
12	210	UN	Bambolê. Diâmetro: 60 a 65 cm.	1,90	399,00
14	70	UN	Corda pequena (1,5 metros) em sisal trançado.	2,30	161,00
VALOR TOTAL				R\$ 19.239,15	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

ASTOR STAUDT ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos quinze dias do mês de agosto de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de materiais esportivos para as escolas da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa WR COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ: 08.685.277/0001-07, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 68/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
13	21	Unidade	Corda grande (5 metros) em sisal trançado.	5,90	123,90
15	84	Unidade	Colete branco. Material: poliéster. Medidas Aprox. (AxL): 68cm X 38cm.	5,00	420,00
16	84	Unidade	Colete azul. Material: poliéster. Medidas Aprox. (AxL): 68cm X 38cm.	5,00	420,00
VALOR TOTAL				R\$ 963,90	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira



WR COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
Representante legal

DECRETO Nº 9.939 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.939 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 15 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.940 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.940 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil		
400000.00.140 -	Despesas de Capital		
440000.00.140 -	Investimentos		
449000.00.140 -	Aplicações Diretas		
449052.00.140 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de Despesa

da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação		
12.365.0013.2.805 -	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação Infantil		
300000.00.140 -	Despesas Correntes		
330000.00.140 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.140 -	Aplicações Diretas		
339030.00.140 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00	
339036.00.140 -	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 2.000,00	
339039.00.140 -	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00	
	Total	R\$ 4.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 15 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

DECRETO Nº 9.941 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.941 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário firmado com o Sr. SIDNEI JOSÉ ODIA, Registro no Sistema sob nº 955633, no Cargo Público de Agente Operacional II, na Função de Vigia, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 15 de agosto de 2016.

Parágrafo único - A Rescisão de que trata o Caput deste Artigo em virtude do Servidor Público Municipal Titular André Carlos Stefanés, Matrícula Funcional nº 000660, Registro no Sistema sob nº 955087, ter solicitado a interrupção da Licença para atividade política, requerimento devidamente assinado pelo mesmo e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo em data de 15 de agosto de 2016 sob nº 4412.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC., 15 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.370 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.370 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Chefe de Gabinete, JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, Registro no Sistema sob nº 955159, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 05 (zero cinco) dias; 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 = 07 (zero sete) dias, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art.2º) O Chefe de Gabinete gozará as férias no período de 15 de agosto de 2016 à 26 de agosto de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 15 de agosto de 2016 sob nº 4433.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 15 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.371 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.371 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DESIGNA ASSESSOR DE GABINETE PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO CARGO DE CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo nº 71 e Parágrafo 4º, da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Designar o Assessor de Gabinete JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, para responder interinamente pelo Cargo de Chefe de Gabinete, pelo período de 15 de agosto de 2016 à 26 de agosto de 2016, por motivo do Chefe de Gabinete Titular encontrar-se em gozo de férias.

Art.2º) O Assessor de Gabinete não fará jus à percepção pecuniária, a qualquer título ao cargo acumulado.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC.,

15 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.372 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.372 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

INTERROMPE LICENÇA A PEDIDO PARA PARTICIPAR DO PLEITO ELEITORAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 180 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Interromper definitivamente a pedido a Licença para participar do Pleito Eleitoral do corrente ano de 2016, a partir de 15 de agosto de 2016, do Servidor Público Municipal ANDRÉ CARLOS STEFANES, Matrícula Funcional nº 000660, Registro no Sistema sob o nº 955087, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Licença concedida pela Portaria nº 13.347 de 01 de julho de 2016.

Parágrafo único – A interrupção de que trata o caput do Art. 1º desta Portaria, em atenção ao requerimento devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo em data de 15 de agosto de 2016 sob nº 4412.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/ SC., 15 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO 74/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de pintura de meios-fios, lombadas e demais faixas viárias do município de Campo Alegre – SC, conforme tabela abaixo:

LOTE 01					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTI-MADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTI-MADO (R\$)
01	10.000	Metro	Serviço de pintura de meio-fio	0,50	5.000,00
02	60	Unidade	Serviço de pintura de lombada	30,00	1.800,00
03	10.000	Metro	Serviço de pintura de faixas divisórias da pista de rolagem	1,00	10.000,00
04	10.000	Metro	Serviço de pintura da faixa de estacionamento	1,00	10.000,00
05	100	Unidade	Serviço de pintura de faixa de pedestre	60,00	6.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 01				R\$ 32.800,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 26/08/2016, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até 09 horas e 45 minutos do dia 26/08/2016, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras na seguinte classificação:

Serviços	3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
----------	-----------------	--

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 74/2016".

A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre - SC, 16 de agosto de 2016.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 75/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2016
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de larvicida biológico para aplicação em rios e córregos para combate ao inseto borrachudo, conforme relação abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	40	galão	Larvicida biológico feito a partir dos cristais protéicos produzidos pela bactéria BTI bacillus thuringiensis variedade israelensis, concentração de 1,2%, potência 1200 Bt UTI/MG, suspensão aquosa concentrada. CEPA SA3A ou CEPA AM65-52, Galão com 10 litros. Validade 24 meses. Com registro na ANVISA	1.000,00	40.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 40.000,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 16/08/2016 até as 13h45min do dia 26/08/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 26/08/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	8.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	8.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	2.023	Vias Públicas e Logradouros
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 15 DE AGOSTO de 2016.
Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 38/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA N° 85/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 38/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26 de agosto de 2016 às 14h30min Pregão Presencial do tipo Menor Preço Por Item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 16 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 17/2016 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 017/2016. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO URBANO. CONTRATANTE: SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADA: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para execução dos serviços de engenharia sanitária de destinação final dos resíduos sólidos urbanos domiciliares e comerciais do Município de Canelinha, assim como, pelas condições do Edital do Processo de Licitação nº 011/2016, tomada de preço nº 02/2016 (processo administrativo nº 12/2016, licitação nº 02/2016-TP), cujo processo foi homologado em 05 de agosto de 2016 e ainda, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes. VALOR: R\$ 942.165,00 (novecentos e quarenta e dois mil cento e sessenta e cinco reais). VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2016, iniciado a partir da assinatura do contrato. FONTE DO RECURSO: 13.01 2.037 3.3.90.39.28. Canelinha (SC), 05 de agosto de 2016. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

EXTRATO CONTRATO Nº 187/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 187/2016. CONTRATO DE PARCERIA CORPORATIVO. PARCEIRO PÚBLICO: MUNICÍPIO DE CANELINHA. PARCEIRO ENTIDADE DE ENSINO: SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA. OBJETO: O presente CONTRATO DE PARCERIA tem por objeto estabelecer os critérios segundo os quais serão concedidas aos BENEFICIÁRIOS do MUNICÍPIO as bolsas auxílio de 40% (quarenta por cento) para cursos de graduação tradicional e para cursos de graduação tecnológica na modalidade presencial, para os 60 (sessenta) primeiros moradores do Município de Canelinha/SC que venham a se matricular nos referidos cursos, na Unidade São José da ESTÁCIO, no primeiro semestre de 2016, valendo as bolsas auxílio durante todo o período do curso até sua finalização, conforme Tabela Unificada de CONTRATO disponível no sítio da ESTÁCIO www.estacio.br/convenios. VALOR: O MUNICÍPIO e a ESTÁCIO, no cumprimento das obrigações previstas neste instrumento, não tem o direito a qualquer remuneração, a qualquer título um para outro. VIGÊNCIA: O CONTRATO DE PARCERIA vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses a contar da data de sua assinatura. Canelinha (SC), 01 de agosto de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 211/2016

DECRETO Nº 211/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2014 e 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de julho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 211/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0004051/14	03/10/2014	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	1.200,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000058/15	05/01/2015	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA	182,61
0000059/15	05/01/2015	PENITENCIARIA INDUSTRIAL JUCEMAR CESCONETTO	545,85
0000083/15	05/01/2015	CENTRO DE INTEG.EMPR.ESCOLA EST.SC -CIEE	2.279,55
0003893/15	10/08/2015	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	5,00
0003896/16	10/08/2015	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	50,00
0003898/15	10/08/2015	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	5,00
0005085/15	19/10/2015	AQUINPEL SUPR.INFORM.ESCRIT.REPRES.COMERCIAL LTDA	195,96
0005430/15	10/11/2015	NOVO POSTO CONTESTADO	1.791,95
0005509/15	17/11/2015	LOJAS COLOMBO S/A	79,90
0005658/15	23/11/2015	MAGNA COELI P.GONDIM PADILHA	60,00
0005814/15	30/11/2015	FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA	18,52
0005882/15	03/12/2015	STANG & STANG LTDA	549,10
0005886/15	03/12/2015	STANG & STANG LTDA	54,75
0005894/15	03/12/2015	STANG & STANG LTDA	967,41
0005959/15	09/12/2015	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	100,00
0005974/15	09/12/2015	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	1.200,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10100 – RECURSOS IMP. E DE TRANSF.- EDUCAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0002786/15	16/10/2015	VIGILLARE SISTEMAS MONITORAMENTO LTDA	30,54

0003892/15	10/08/2015	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	50,00
0005052/15	29/12/2015	BLINAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2.189,74
0005541/15	17/11/2015	GR SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA-ME	3.950,00
0005542/15	17/11/2015	GR SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA-ME	3.950,00
0005895/15	03/12/2015	STANG & STANG LTDA	53,31
0006174/15	29/12/2015	CASA DA AGRICULTURA NOSSA SENHORA DA GLORIA LTDA	40,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

RECURSO 10001 – RECURSOS ORDINÁRIOS REMUNERAÇÃO

Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0002788/15	16/06/2015	VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA	31,59
0005153/15	21/10/2015	COMPANHIA ULTRAGAZ S/A	11,20
0005479/15	13/11/2015	SULBBS INFORMATICA EIRELI ME	646,94
0005708/15	25/11/2015	COMPANHIA ULTRAGAZ S/A	251,20
0005891/15	03/12/2015	STANG & STANG LTDA	250,70

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

RECURSO 30000 – RECURSOS ORDINÁRIOS SUPERÁVIT

Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005139/15	20/10/2015	GAPSKI & CIA.LTDA	80,00
0005267/15	28/10/2015	STANG & STANG LTDA	5.540,82
0005504/15	16/11/2015	LINCK MAQUINAS S/A	1.234,81
0005889/15	03/12/2015	STANG & STANG LTDA	1.203,92
0005883/15	03/12/2015	STANG & STANG LTDA	37,34
0005976/15	11/12/2015	CS ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIP.P/CONSTR.	37.455,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

RECURSO 10800 – RECURSOS COSIP

Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005400/15	06/11/2015	ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	3.410,00
0005401/15	06/11/2015	ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	682,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS

RECURSO 13900 – RECURSOS FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO- CEFEM

Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003608/15	29/07/2015	KERBER & CIA LTDA	300,00

Canoinhas/SC, 13 de julho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

DECRETO Nº. 212/2016

DECRETO Nº. 212/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.892 de 13/07/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.892 de 13/07/2016, no valor de R\$ 593.437,05 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional: 1)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 593.437,05

Recursos 30800 – Contribuição para COSIP – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 593.437,05 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinco centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30800	Contribuição para COSIP – superávit	593.437,05
TOTAL		593.437,05

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei 5.892 de 13/07/2016, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Atividade 2.024 – Manutenção e ampliação da iluminação pública

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 600.000,00

Recursos 10800 – Contribuição para COSIP

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado utilizar os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), observando a arrecadação do exercício de 2015 e a tendência de arrecadação do exercício de 2016, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	Valor orçado em 2016 (A) + Excessos abertos em 2016	Estimativa de Arrecadação para 2016, conforme a tendência do exercício (B)	Provável Excesso de Arrecadação (C=B-A)
10800	1.873.300,00	2.473.300,00	600.000,00
TOTAL			600.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 5º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de julho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 213/2016

DECRETO Nº. 213/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.893 de 13/07/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.893 de 13/07/2016, no valor de R\$ 306.823,74 (trezentos e seis mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde

Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 305: Vigilância Epidemiológica

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses

Atividade 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 27.408,39

Recursos 63860 – Vigilância Epidemiológica – PFVS União – superávit

Atividade 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde – VIGEP

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 12.976,83

Recursos 63861 – Ações Estruturantes Visa União – superávit

Atividade 2.058 – Ações em Vigilância em Saúde - VIGEP

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 34.360,08

Recursos 63865 – SUS União – PVVS – Prevenção/Combate – superávit

Subfunção 304: Vigilância Sanitária
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.059 – Ações de Vigilância em Saúde - VISA
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 23.574,81
Recursos 63863 – Piso Estratégico VISA União – superávit

Subfunção 304: Vigilância Sanitária
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.059 – Ações de Vigilância em Saúde - VISA
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 25.538,12
Recursos 30600 – Rec. Ordinários FMS – Taxas Vigilância – superávit

Subfunção 302: Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.060 – Ações de média e alta complexidade
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 182.965,51
Recursos 30200 – Rec. Imp. e Transf. Imp. – Saúde – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar até o valor R\$ 306.823,74 (trezentos e seis mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta e quatro centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

Código Contábil	Descrição dos Recursos	Valor (R\$1,00)
30200	Rec. Imp. e Transf. Imp. – Saúde – superávit	182.965,51
30600	Rec. Ordinários FMS – Taxas Vigilância – superávit	25.538,12
63860	Vigilância Epidemiológica – PFVS União – superávit	27.408,39
63861	Ações Estruturantes Visa União – superávit	12.976,83
63863	Piso Estratégico VISA União – superávit	23.574,81
63865	SUS União – PVVS – Prevenção/Combate – superávit	34.360,08
TOTAL		306.823,74

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 3º da Lei 5.893 de 13/07/2016, no valor de R\$ 42.228,33 (quarenta e dois mil, duzentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde

Função 10: Saúde

Subfunção 301: Atenção Básica

Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Atividade 2.043 – Ações em Prestações de Contas de Convênios
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 42.228,33
Recursos 63300 – Transf Convênio União – SUS – superávit

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 42.228,33 (quarenta e dois mil, duzentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 17: Fundo Municipal de Saúde
Unidade 17.01: Fundo Municipal de Saúde
Função 10: Saúde

Subfunção 302: Assistência hospitalar e ambulatorial
Programa 8: Saúde de qualidade aos canoinhenses
Projeto 1.008 – Construção da Policlínica
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 42.228,33
Recursos 63300 – Transf Convênio União – SUS – superávit

Art. 5º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de julho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 214/2016

DECRETO Nº. 214/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.894 de 13/07/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.894 de 13/07/2016, no valor de R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação

Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação

Função 12: Educação

Subfunção 365: Educação Infantil

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.008 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 195.000,00

Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Subfunção 364: Ensino Superior

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.054 – Apoio ao Ensino Superior

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00

Recursos 10000 – Recursos ordinários

Subfunção 361: Ensino Fundamental

Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação

Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 130.000,00

Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014-2017 (Lei 5.201/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016 (Lei nº. 5.748/2015) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2016 (Lei nº. 5.749/2015) e seus

anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 05: Secretaria Municipal de Educação
Unidade 05.01: Secretaria Municipal de Educação
Função 12: Educação
Subfunção 361: Ensino Fundamental
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Projeto 1.001 – Construções, ampliações e reformas de escolas
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 130.000,00
Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Atividade 2.007 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00
Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Subfunção 366: Educação de Jovens e Adultos
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.067 – Manutenção e Desenvolvimento da Educ. de Jovens e Adultos-EJA
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 30.000,00
Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Atividade 2.067 – Manutenção e Desenvolvimento da Educ. de Jovens e Adultos-EJA
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 5.000,00
Recursos 10100 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Educação

Subfunção 364: Ensino Superior
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Atividade 2.054 – Apoio ao Ensino Superior
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 20.000,00
Recursos 10000 – Recursos ordinários

Atividade 2.054 – Apoio ao Ensino Superior
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 10.000,00
Recursos 10000 – Recursos ordinários

Subfunção 365: Educação Infantil
Programa 5: Gestão inovadora e qualitativa em educação
Projeto 1.002 – Construções, ampliações e reformas de CEI's
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 130.000,00
Recursos 13600 – Salário Educação – FNDE

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de julho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 215/2016

DECRETO Nº. 215/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 5.895 de 13/07/2016, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica aberto o CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR de acordo com o artigo 1º da Lei 5.895 de 13/07/2016, no valor de R\$ 56.798,28 (cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 43.798,28
Recursos 31100 – Convênio Trânsito – Polícia Civil – superávit

Atividade 2.025 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 13.000,00
Recursos 31100 – Convênio Trânsito – Polícia Civil – superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar até o valor de R\$ 56.798,28 (cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

31100	Convênio Trânsito – Polícia Civil – superávit	56.798,28
TOTAL		56.798,28

Art. 3º - As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de julho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 13/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº. 216/2016

DECRETO Nº 216/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2014, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de julho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 18/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 216/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 209 – RECURSOS CONVÊNIO ESTADO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001373/14	03/04/2014	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	29.985,09
0002225/14	30/05/2014	KERBER E CIA LTDA	2.300,00
0003595/14	05/09/2014	RODRIGO LUIS HOBI	1.920,00

Canoinhas/SC, 18 de julho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

DECRETO Nº. 217/2016

DECRETO Nº 217/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de julho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 217/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000– RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001888/15	23/04/2015	CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	12.291,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 30000– RECURSOS ORDINÁRIOS - SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005150/15	21/10/2015	CAMPINA GRANDE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	3.072,75

Canoinhas/SC, 19 de julho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

DECRETO Nº. 218/2016

DECRETO Nº 218/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2006 e 2014, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de julho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 218/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 130 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
000039/14	02/01/2014	LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA	84,50

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 131 – RECURSOS MDEB 20%			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000523/14	07/02/2014	JAIR STEIDEL	176,00
0004104/14	06/10/2014	SALETE PALHANO ANDRADE	30,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 137/201 – RECURSOS SALÁRIO EDUCAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003280/06	17/05/2006	FGT CONSTRUTORA LTDA	2.458,73

Canoinhas/SC, 19 de julho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

DECRETO Nº. 219/2016

DECRETO Nº. 219/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O COMDE – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam nomeados os 16 (dezesesseis) membros efetivos com igual número de suplentes, abaixo relacionados, para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, para o Biênio 2016/2018, como segue:

I - Não Governamentais**a) Associação Canoinhense de Deficientes – ACD**

Efetivo: Gilson dos Santos

Suplente: Luiz Fernando Hirt

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Canoinhas

Efetivo: Vanessa Moriane Sena

Suplente: Simone Geruza Sudoski Munhoz

c) Associação dos Arquitetos e Engenheiros do Vale do Canoinhas - AEVC

Efetivo: Ederson Jean Schoroeder

Suplente: Rafael Rottili Roeder

d) Câmara de Dirigentes Lojistas de Canoinhas /SC - CDL

Efetivo: José Cezar Kogi

Suplente: Gisele Heuko

e) Fundação Universidade do Contestado – UnC

Efetivo: Barbara Margaret Freitas de Souza

Suplente: Marli Sebastiana Moreschi

f) Hospital Santa Cruz de Canoinhas

Efetivo: Elcio Munhoz

Suplente: Nathyele Cristina do Nascimento

g) Sociedade Assistencial Vale do Canoinhas - SAVC

Efetivo: Kátia Simone Bueno da Silva

Suplente: Etsuro Murakami

h) Fundação de Educação DAMA

Efetivo: Amanda Damasceno Farinella

Suplente: Águeda Gonçalves Damasceno

II - Governamentais**a) Gerência de Educação – GERED**

Efetivo: Marise Adriane de S. da Costa

Suplente: Ana Maria Magalhães Bedretchuk

b) Gerência da Saúde – GERSA

Efetivo: Cibele de Fátima L. Teixeira

Suplente: Andréia Silva

c) Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Efetivo: Marisa Aparecida Melloto Gallotti

Suplente: Solange Maria Freitas Fiedler

d) Secretaria Municipal de Educação

Efetivo: Karina Vieira Carvalho

Suplente: Neide Cristina Vieira de Lima Bechel

e) Secretaria Municipal de Planejamento

Efetivo: Karoline Aparecida Crestani

Suplente: Jorge Luiz Borba

f) Secretaria Municipal de Saúde

Efetivo: Giseli Sauer

Suplente: Raquel Gracietti

g) Secretaria Municipal de Assistência Social

Efetivo: Ângela Aparecida da Rocha

Suplente: Viviana Seleme Uba

h) Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Efetivo: Jonas dos Santos Lima

Suplente: Roseli Dobroshinskei

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de julho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 220/2016

DECRETO Nº 220/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2014 e 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de julho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 220/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 130– RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000849/14	28/02/2014	ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK	2.567,50
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000– RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0002015/15	28/04/2015	SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	3.872,00
0002016/15	28/04/2015	SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	1.600,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 30000– RECURSOS ORDINÁRIOS - SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0004857/15	05/10/2015	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	296,00
0004859/15	05/10/2015	SINALCITY SINALIZAÇÃO LTDA	88,00

Canoinhas/SC, 20 de julho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

DECRETO Nº. 221/2016

DECRETO Nº 221/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2006, 2013 e 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de julho de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 221/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:	
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS	
RECURSO 10100– RECURSOS IMP. E DE TRANSF. EDUCAÇÃO	

Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0006112/15	18/12/2015	MICANTO MOVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP	5.107,60
0006113/15	18/12/2015	MICANTO MOVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP	1.119,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 137/201 – RECURSOS SALÁRIO EDUCAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000892/06	10/02/2006	VENCEDORA CONSTRUÇÕES LTDA	1.181,39
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 136 – RECURSOS COSIP			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003453/13	03/10/2013	QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA	308,56

Canoinhas/SC, 22 de julho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

DECRETO Nº. 222/2016

DECRETO Nº 222/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2014 e 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de julho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/07/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 222/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000– RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000885/15	26/02/2015	RODRIGO LUIS HOBI	12.000,00
0002962/15	15/06/2015	SIGMA COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES E TRANSP.LTDA-ME	70,00
0004081/15	21/08/2015	SHARK S/A MAQUINAS P/CONSTRUÇÃO	5.135,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10100– RECURSOS IMP. E DE TRANSF. EDUCAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000125/15	05/01/2015	I9 SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA-ME	56,16
0001051/15	04/03/2015	SIGMA COMERCIO,REPRESENTAÇÕES E TRANSP.LTDA-ME	50,75
0005714/15	25/11/2015	TECNIBOMBAS UNIÃO COM. DE BOMBAS INJ.LTDA	1.465,00
0005752/15	27/11/2015	TECNIBOMBAS UNIÃO COM. DE BOMBAS INJ.LTDA	540,00

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 200 – RECURSOS FEP			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003701/14	15/09/2014	CIMENTELA DE TELAS E ARTEF. DE CONCRETO LTDA ME	29.293,08
0003711/14	15/09/2014	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	20.194,30

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 13900 – RECURSOS FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO E CEFEM			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0004034/15	19/08/2015	SIGMA COMERCIO,REPRESENTAÇÕES E TRANSP.LTDA-ME	84,00

Canoinhas/SC, 27 de julho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

DECRETO Nº. 223/2016

DECRETO Nº. 223/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR OS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 66, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Ficam nomeados os 09 (nove) membros titulares e 08 (oito) membros suplentes, abaixo relacionados, para comporem o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV, para o Quadriênio 2016/2020, como segue:

I) Diretor Executivo do ICPREV (membro nato)

a) Titular: Jonas dos Santos Lima

II) Representante do Poder Executivo

a) Titular: Luís Gustavo Vieira de Britto

a1) Suplente: Arnaldo Soares

III) Representante do Poder Legislativo

a) Titular: Diego Rafael Alves

a1) Suplente: Márcio Juliano Seleme

IV) Representantes dos segurados ativos e aposentados

a) Titular: Izane Maria Pereira

b) Titular: Claudio Henrique Mathias

c) Titular: Cibebe Neudorf Batista

d) Titular: Viviana Wachtel Seleme Uba

e) Titular: Marilyn Rosana Munhoz da Silva Werka

f) 1º Suplente: José Carlos Herbst

g) 2º Suplente: Roseli Dobroshinskei

h) 3º Suplente: Mauro Edson Jungles

i) 4º Suplente: Lorival Schipitoski

j) 5º Suplente: Vilcéia Regina Tavares

V) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

a) Titular: Paulo Drachinski

a1) Suplente: Marilene Terezinha Paulo Artner

Art. 2º - Ficam nomeados os 07 (sete) membros titulares com igual número de suplentes, abaixo relacionados, para comporem o CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA - ICPREV, para o Quadriênio 2016/2020, como segue:

I) Representante do Poder Executivo

a) Titular: Zenilda Lemos de Souza

a1) Suplente: Diogo Carlos Seidel

II) Representante do Poder Legislativo

a) Titular: Morgana Dirschnabel Lessak

a1) Suplente: Jaqueline Wrublewski

III) Representantes dos segurados ativos e aposentados

- a) Titular: Danielle Ludka
- b) Titular: Marilise Vieira de Lima Krauss
- c) Titular: Marili de Fatima Pereira Ecker
- d) Titular: Luciane Wagner de Miranda
- e) 1º Suplente: Eliane Pereira Pieczarka
- f) 2º Suplente: Joana Scheffer de Castilho
- g) 3º Suplente: Zenite Lech
- h) 4º Suplente: Francisco Tischler Filho

IV) Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

- a) Titular: Roberto Ivan Ludka
- a1) Suplente: Lúcia Sueli Brzozowski

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 01/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 224/2016

DECRETO Nº. 224/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste Decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivara e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 224/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 23865 – RECURSOS TRANSF. SUS UNIÃO PVVS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0000216/15	30/01/2015	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP. MÉDICOS LTDA	1.907,83
0000218/15	30/01/2015	VIDEIRAMED COM. E MAN. EQUIP. MÉDICOS LTDA	4.340,30
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS			
RECURSO 66701 – RECURSOS FARMÁCIA BASICA ESTADO SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0002006/15	05/11/2015	WAN-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	2.960,00

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

DECRETO Nº. 225/2016

DECRETO Nº 225/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2013, 2014 e 2015, inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 04/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 225/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 130– RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0002179/13	17/06/2013	IMPrensa NACIONAL	151,85
0002676/13	31/07/2013	FUNDO MATERIAIS PUBL. E IMPRESSOS OFICIAIS	123,05
0004965/14	02/12/2014	FUNDO MATERIAIS PUBL. E IMPRESSOS OFICIAIS	1.685,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 131– RECURSOS IMP. E DE TRANSF. EDUCAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003686/14	11/09/2014	RETIFICA MOTOCAR LTDA	180,00
0004462/14	31/10/2014	RETIFICA MOTOCAR LTDA	500,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 136 – RECURSOS COSIP			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003552/13	14/10/2013	FUNDO MATERIAIS PUBL. E IMPRESSOS OFICIAIS	123,05
0003753/13	31/10/2013	FUNDO MATERIAIS PUBL. E IMPRESSOS OFICIAIS	61,60
0003999/13	19/11/2013	FUNDO MATERIAIS PUBL. E IMPRESSOS OFICIAIS	15,39
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 154 – RECURSOS ORDINÁRIOS REMUNERAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001426/13	08/04/2013	FUNDO MATERIAIS PUBL. E IMPRESSOS OFICIAIS	115,34
0001578/13	19/04/2013	IMPrensa NACIONAL	151,85
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:			
ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10000 – RECURSOS ORDINÁRIOS			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001332/15	17/03/2015	FUNDO MATERIAIS PUBL. E IMPRESSOS OFICIAIS	412,71
0002451/15	25/05/2015	MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO	626,00

0003339/15	14/07/2015	FUNDO MATERIAIS PUBL. E IMPRESSOS OFICIAIS	25,75
0004085/15	21/08/2015	FUNDO MATERIAIS PUBL. E IMPRESSOS OFICIAIS	252,80
0005230/15	26/10/2015	FUNDO MATERIAIS PUBL. E IMPRESSOS OFICIAIS	200,41
0005490/15	16/11/2015	M.MOBILE EIRELI	15,95
0005751/15	27/11/2015	MR COMERCIO DE FUMOS LTDA - ME	1.801,00
0005816/15	30/11/2015	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA-ME	325,99
0005824/15	30/11/2015	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA-ME	54,93
0006173/15	29/12/2015	MEGA SINTECH EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA	4.600,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10100 – RECURSOS IMP. E DE TRANSF. EDUCAÇÃO			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0001670/15	09/04/2015	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA-ME	7,60
0001839/15	17/04/2015	INVIO LÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA	45,18
0001841/15	09/04/2015	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME	308,00
0001842/15	17/04/2015	INVIO LÁVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA	154,00
0003892/15	10/08/2015	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	395,00
0003925/15	11/08/2015	RETÍFICA MOTOCAR LTDA	1.590,00
0004960/15	14/10/2015	MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME	801,64
0005349/15	03/11/2015	REUNIDAS TURISMO S/A	1.240,00
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 30000 – RECURSOS ORDINÁRIOS SUPERÁVIT			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0005040/15	15/10/2015	MADEIREIRA SILVEIRA LTDA - ME	117,60
0005518/15	17/11/2015	M.MOBILE EIRELI	23,50
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 11100 – RECURSOS TRÂNSITO SSP/SC-POL.CIVIL			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0003759/15	04/08/2015	AUTO POSTO PWIEDADE LTDA	211,20

Canoinhas/SC, 04 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

DECRETO Nº. 226/2016

DECRETO Nº. 226/2016

ALTERA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
DE CANOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 165 da Lei Complementar nº 008, de 26 de dezembro de 2005, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica alterado o Conselho Municipal de Contribuintes do Município de Canoinhas, a partir de 08/08/2016, obedecendo a seguinte composição:

I- Presidente:

- a) Efetivo: LUÍS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO;
- a1) Suplente: DOUGLAS ANTÔNIO CONCEIÇÃO.

II- CONSELHEIROS REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS:

- a) Efetivo: ROBERTO IVAN LUDKA;
- a1) Suplente: JESSÉ CARLOS BATISTA;
- b) Efetivo: FLAVIA MACCARINI;
- b1) Suplente: PAULA CRISTINA DA SILVA.

III- CONSELHEIROS REPRESENTANTES DOS CONTRIBUINTES:

- a) Efetivo: HILARIO DORNELIS BOSSE JUNIOR - SINDICONT (Sindicato dos Contabilistas de Canoinhas e Região);
- a1) Suplente: SIMONE RIBEIRO BOSSE - SINDICONT (Sindicato dos Contabilistas de Canoinhas e Região);
- b) Efetivo: ALFREDO LANG SCULTETUS - ACIC (Associação Comercial e Industrial de Canoinhas);

b1) Suplente: LUIZ ALBERTO PACHECO DE MIRANDA LIMA - CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina).

Art. 2º - Fica designada MARINA HAAG, OAB/SC nº 25.933, Advogada do Município para representar a Fazenda Municipal nos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes, segundo o disposto no art. 170 da Lei Complementar nº0008/2005.

Parágrafo Único – Em caso de impedimento ou ausência do representante da Fazenda Municipal designado no caput deste artigo, nomeia-se IVAN GILBERTO KRAUSS, OAB/SC nº 15.823, Advogado do Município para representar a Fazenda Municipal nos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes, segundo o disposto no art. 170 da Lei Complementar nº0008/2005.

Art. 3º - Fica designado GERSON JOSE SZCZYGIEL DUMKE, Secretário Geral do Conselho Municipal de Contribuintes, para os trabalhos de expediente do Órgão segundo o disposto no art. 168 da Lei Complementar nº 0008/2005.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 05 de Agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 05/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 227/2016

DECRETO Nº. 227/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo

Projeto 2.023 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações diretas 200.000,00

Recursos 30000 – Recursos Ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	200.000,00
TOTAL		200.000,00

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 08/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 228/2016

DECRETO Nº. 228/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 48.131,07 (quarenta e oito mil, cento e trinta e um reais e sete centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 03: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Unidade 03.01: Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento
Função 28: Encargos Especiais
Subfunção 846: Outros Encargos Especiais
Programa 3: Modernização Administrativa
Proj/Ativ. 0.003 – Precatórios e Sentenças Judiciais
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 48.131,07
Recursos 30000 – Recursos ordinários – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 48.131,07 (quarenta e oito mil, cento e trinta e um reais e sete centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

30000	Recursos ordinários – Superávit	48.131,07
TOTAL		48.131,07

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 09 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 229/2016

DECRETO Nº. 229/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito de Canoinhas, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com o Artigo 15 da Lei 5.749 de 17/12/2015 – LOA:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2016, no valor de R\$ 55.431,73 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e três centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)
Órgão 12: Secretaria Municipal de Obras de Desenvolvimento Urbano
Unidade 12.01: Secretaria Municipal de Obras de Desenvolvimento Urbano
Função 15: Urbanismo
Subfunção 452: Serviços Urbanos
Programa 6: Ações eficientes em obras e urbanismo
Proj/Ativ. 2.023 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 55.431,73
Recursos 33900 – Fundo Especial do Petróleo e CEFEM – Superávit

Art. 2º. Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor R\$ 55.431,73 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e setenta e três centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2015, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

33900	Fundo Especial do Petróleo e CEFEM – Superávit	55.431,73
TOTAL		55.431,73

Fonte: SMAFO/2016

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 09 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 230/2016

DECRETO Nº. 230/2016

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL, SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, A ÁREA DE TERRAS PERTENCENTES À IVANA DE PAULA E SILVA CORDEIRO E OUTROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, "e", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o art. 5º, "h" e "m" do Decreto Federal nº. 3.365/1941 que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 075/2008 que regulamenta as Leis Municipais que dispõem sobre a declaração de utilidade pública, Resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável e/ou judicial, a área de 2.184,57m² (dois mil, cento e oitenta e quatro metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), parte de uma área total de 118.340,17m² (cento e dezoito mil, trezentos e quarenta metros e dezessete decímetros quadrados), situado com a frente para a Rua Arthur Oseas Spies, no lugar denominado Caraguatá, neste município, pertencente à Ivana de Paula e Silva Cordeiro e Outros, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca de Canoinhas sob nº. 36.912.

Parágrafo Único: A área a ser desapropriada, será para única e exclusiva implantação de um Centro de Educação Infantil Municipal, vedada a utilização para finalidade diversa.

Art. 2º - A desapropriação do imóvel descrito no artigo anterior ocorrerá sem ônus financeiro para o município.

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 762/2016

PORTARIA Nº. 762/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora DANIELA CRISTINA DA SILVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 15/08/2016 a 24/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 765/2016

PORTARIA Nº. 765/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora BRONISIA GURZYNSKI ZACALUZNE, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/08/2016, conforme Comunicação Interna nº 391/DP/2016.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora ROSILDA WENDT GOMES DE CAMARGO, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/08/2016, conforme Comunicação Interna nº 391/DP/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 769/2016

PORTARIA Nº. 769/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

ALTERAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de

03/07/1990, fica alterada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, instaurada pela Portaria nº 532/2016, e, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, passando a vigorar da seguinte:

1. ROSELI DOBROSHINSKEI
2. SIMONE MARIA WENDT
3. VANESSA LANGER

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº 076/SEMAS/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento 10/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 770/2016

PORTARIA Nº. 770/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90; resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. VANESSA LANGER
2. RITA ROSÉLIS SCHULKA VICENTE DE SOUZA
3. FRANCIELI JOANA BIALESKI

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº 228/SME/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 771/2016

PORTARIA Nº. 771/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora FERNANDA DE ALBUQUERQUE FERREIRA, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 16/08/2016 a 13/12/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 772/2016

PORTARIA Nº 772/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

PRORROGAR LICENÇA

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação à DANIELA KAMIYA, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto à Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 08/09/2016 a 06/11/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento, em 11/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 773/2016

PORTARIA Nº. 773/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 038/2011, de acordo com a Lei nº 4.851/2011 de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015; CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME; CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional JAMILLE CRISTIANE PILOTTO MORANTT, na função de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar na ERM Bonetes de Cima, no período de 15/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de servidor para suprir demanda decorrente da expansão das instituições municipais. Anteriormente estava na referida vaga Débora Maria Dranka, a qual pediu demissão, conforme Comunicação Interna nº 231/SME/2016.

Art. 2º - Fica contratada a profissional JULIANE SCHEUER DRZEVIESKI, na função de Professor, na disciplina de Arte, MAG I, 10 horas semanais, 15% de regência, para atuar no CEI Prefeito Antonio de Souza Costa, no período de 15/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso IV, admissão de profissionais da educação, conforme Comunicação Interna nº 231/SME/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 774/2016

PORTARIA Nº. 774/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora MARCELA ZANIOLO VOIGT, efetiva no cargo de Médico Clínico Geral, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período

aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 15/08/2016 a 03/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora NOELI TEREZINHA OLESCOVICZ, efetiva no cargo de Técnico Terapêutico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 15/08/2016 a 03/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 775/2016

PORTARIA Nº. 775/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido ANGÉLICA CRISTINA VILLALOBOS, contratada na função de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Rodolfo Linzmeier, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 776/2016

PORTARIA Nº. 776/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor ODIRLEI FRAITAG, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 12/08/2016 a 31/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 777/2016

PORTARIA Nº. 777/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990; resolve:

**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora MARIA ELIZETE DE MATOS, efetiva no cargo de Pedagogo, 40 horas semanais, no CEI Xeila Elizabete Cornelsen, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 04/08/2016 a 02/09/2016, conforme Atestado Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC
108/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 156/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 108/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 26/08/2016, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM E FILMAGEM, PARA O DESFILE CÍVICO QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 07 DE SETEMBRO, NA RUA FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, CENTRO, CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 26/08/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 104/2016

DECRETO No 104, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 81.600,00 (Oitenta e um mil, e seiscentos reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 81.600,00 (Oitenta e um mil, e seiscentos reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0801.10.301.0150.1145	CONSTR.UNIDADE BÁSICA LOT. VILA LINDEMBERG	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-42	Aplicações Diretas	1064	00	R\$	81.600,00
	Total	1064	00	R\$	81.600,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso de arrecadação no mês de julho do corrente exercício, no valor de R\$ 81.600,00 (Oitenta e um mil e seiscentos reais), na fonte de recursos 1.064 "Atenção Básica", na destinação 00 "Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS" da unidade gestora Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transf. de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1064	00	R\$	81.600,00
Total	1064	00	R\$	81.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 12 de Agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

DECRETO Nº 105/2016

DECRETO No 105, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.950,00 (dezoito mil, novecentos e cinquenta reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 18.950,00 (dezoito mil, novecentos e cinquenta reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-234	Aplicações Diretas	1022	00	R\$	18.950,00
	Total	1022	00	R\$	18.950,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei federal no 4.320, de 1964, o excesso de arrecadação nos meses de junho e julho do corrente exercício, no valor de R\$ 18.950,00 (Dezoito mil novecentos e cinquenta reais), na fonte de recursos 1.022 "Transferências de Convênios – Instituições Privadas", na destinação 00 "Transferências de Convênios" da unidade gestora Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Excesso de Arrecadação

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Excesso de Arrecadação – Transferências de Convênios – Instituições Privadas	1022	00	R\$	18.950,00
Total	1022	00	R\$	18.950,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 15 de Agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

FUNREBOM CONTRATO 0197/2016 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0197/2016 M</p> <p>Contratante.: FUNREBOM - FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DE BOMBEIROS DE CAPINZAL</p> <p>Contratada.: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME</p> <p>Valor : 2.196,00 (dois mil cento e noventa e seis reais)</p> <p>Vigência : Início: 15/08/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : Processo Licitatório Nº 0092/2016</p> <p>Modalidade.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0054/2016</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : Registro de Preço para aquisição de Equipamentos de informática, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação infantil, Creches e pré-escolas do ensino fundamental da rede municipal de ensino, secretaria da educação, cultura e esportes; e para o Quartel do corpo de bombeiros militar de Capinzal/SC. Com recursos salário educação, municipais e FUNREBOM</p>	
Capinzal, 15 de Agosto de 2016	

FUNREBOM CONTRATO 0198/2016 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
<p>Contrato Nº.: 0198/2016 M</p> <p>Contratante.: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL</p> <p>Contratada.: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP</p> <p>Valor : 583,00 (quinhentos e oitenta e três reais)</p> <p>Vigência : Início: 15/08/2016 Término: 31/12/2016</p> <p>Licitação : Processo Licitatório Nº 0092/2016</p> <p>Modalidade.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0054/2016</p> <p>Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL</p> <p>Recursos : Dotação:</p> <p>Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Informática, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes; e para o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Com Recursos Salário Educação, Municipais e FUNREBOM</p>	
Capinzal, 15 de Agosto de 2016	

PMC CONTRATO 0197/2016 M

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº...: 0197/2016 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME	
Valor : 31.730,00 (trinta e um mil setecentos e trinta reais)	
Vigência : Início: 15/08/2016 Término: 31/12/2016	
Licitação : Processo Licitatório Nº 0092/2016	
Modalidade...: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0054/2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Informática, para melhoramento das atividades e suprimento da demanda dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-Escolas, Escolas do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, Secretaria da Educação, Cultura e Esportes; e para o Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal/SC. Com Recursos Salário Educação, Municipais e FUNREBOM	
Capinzal, 15 de Agosto de 2016	

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/38/2016****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº CAO/38/2016

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: GILBERTO BAZZO EIRELI ME

CNPJ DO CONTRATADO: 18.366.785/0001-86

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/42/2015, PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA DE ADEQUAÇÃO E REFORMA DO ABRIGO DA CAPTAÇÃO "1" DE ÁGUA BRUTA DO RIO DO PEIXE.

DATA DA ASSINATURA: 15/05/2016.

VIGÊNCIA: 19/08/2016 A 18/09/2016.

PORTARIA N º 45/2016/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 45/2016/SIMAE-CAO, de 16 de agosto de 2016.

Exonera a pedido, Servidor que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, o servidor MÁRCIO JOSÉ GAUER, nascido em 06/03/1988, do cargo de Auxiliar Técnico, Padrão 05.01, Nível 01, Referência A, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, em decorrência de sua posse no cargo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto, conforme Portaria nº SIMAE/CAO/40/2016.

Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 64 - BANHEIROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 43/2016

PROCESSO: 64/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 43/2016, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DE MÓDULOS SANITÁRIOS COM FOSSA SÉPTICA E SUMIDOURO, VISANDO ATENDER ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, MEDIANTE ELABORAÇÃO DE PARECERES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONTEMPLANDO AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 29/08/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 16 DE AGOSTO DE 2016

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria 319/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 319/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar n° 007, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º Designar o Agente Politico LUIZ CEZAR SEBOLD, para responder pela Secretaria Municipal da Administração e Planejamento, pela Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio e pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 2º O servidor supra mencionado acumulará as funções referidas com as provenientes do Cargo em Comissão de Secretario Municipal da Fazenda.

Art. 3º O servidor designado não receberá remuneração adicional pelo acúmulo das funções.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2016 - FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2016 FMAS

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FMAS, por intermédio da Gestora DO FMAS leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição e instalação de cortinas conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital sendo que o prazo para apresentação das propostas, no site www.portaldecompraspublicas.com.br, fica alterada para dia 25 de agosto de 2016 até as 08h15min, sendo que a sessão eletrônica de abertura da licitação, fica para o dia 25 de agosto de 2016 às 08h30min. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 15 de agosto de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Gestora do FMAS

AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2016 - PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Antônio Perusin (trecho 1 e 2) e Rua José Albiero (trecho 2), neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 05/09/2016, ÀS 10h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 02/09/2016, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 05/09/2016, às 10h00min.

Abertura: dia 05/09/2016, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 15 de agosto de 2016

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2016- FMAS

Termo nº 02/2016

Processo nº 25058/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2016

Aos dez dias do mês de agosto de 2016, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, neste ato representado pela gestora, senhora NEUSA APARECIDA DAHMER, doravante denominado FMAS e a SOCIEDADE CONCORDIENSE DE AUXÍLIO FRATERNAL - SCAF, inscrita no CNPJ sob nº 83.575.167/0001-08, com sede na Rua 29 de Julho, 766, Bairro Nazaré, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor GILMAR JOÃO DE BRITO, inscrito no CPF sob nº

347.355.009-44, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 02/2016, firmado em 16 de fevereiro de 2016, sujeitando-se, no que couber, às normas Leis Federais nºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações e 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica alterado o valor pago para cada atendimento: de "R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) ", para: "R\$ 110,80 (cento e dez reais e oitenta centavos) ", constante na Cláusula Terceira – Do Valor do Repasse, Cronograma de Desembolso e Classificação Orçamentária da Despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia/SC, 10 de agosto de 2016.

NEUSA APARECIDA DAHMER Gestora	GILMAR JOÃO DE BRITO Presidente da Sociedade Concordeense de Auxílio Fraternal - SCAF
Testemunhas: 1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 449/2016

DECRETO Nº 449/2016

"DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade Pregão, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Equipe Técnica responsável pelas licitações na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo de Cordilheira Alta, os seguintes servidores:

I - Pregoeiros Oficiais:

- a) Adriana de Cezaro Moresco - matrícula n. 4089-01;
- b) Solange Maria Dervanoski Lanzarin - matrícula n. 1203-01;

II - Equipe de Apoio:

- a) Flaviano Perim - matrícula n. 13348-02;
- b) Cachtiuze Magnanti - matrícula n. 13455-01;
- c) Nilvete Aparecida Sartor Atuatti - matrícula n. 293-02;
- d) Patricia Strada Machado - matrícula n. 13497-01;
- e) Kelly Cristina Ranzan - matrícula 1947-01;
- f) Ivanete Lourdes Pederssetti - matrícula n. 1109-01;
- g) Adriana de Cezaro Moresco, quando não oficial como pregoeira;
- h) Solange Maria Dervanoski Lanzarin, quando não oficial como pregoeira;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 233/2016.

Cordilheira Alta, SC, 11 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 450/2016

DECRETO Nº 450/2016

"DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR a Comissão Permanente de Licitações, e dá outras providências".

O PREFEITO DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Permanente de Licitações do Município de Cordilheira Alta, com a finalidade de dirigir e julgar os procedimentos licitatórios e os registros cadastrais deste Município, os seguintes servidores:

PRESIDENTE - Adriana de Cezaro Moresco - matrícula n. 4089-01;
1º MEMBRO - Flaviano Perim - matrícula n. 13348-02;
2º MEMBRO - Cachtiuze Magnanti - matrícula n. 13455-01;
3º MEMBRO - Solange Maria Dervanoski Lanzarin - matrícula n. 1203-01;

4º MEMBRO - Kelly Cristina Ranzan - matrícula 1947-01;
5º MEMBRO - Ivanete Lourdes Pederssetti - matrícula n. 1109-01;
6º MEMBRO - Nilvete Aparecida Sartor Atuatti - matrícula n. 293-02;
7º MEMBRO - Patricia Strada Machado - matrícula n. 13497-01;

Art. 2º O Presidente da Comissão será representado, em sua ausência, por qualquer dos membros que se fizerem presentes, respeitando-se a ordem de designação.

Art. 3º As decisões da Comissão serão tomadas com a presença de 03 (três) membros, no mínimo, e mediante voto singular de cada um deles.

Art. 4º Os membros da Comissão responderão solidariamente pelos atos decisórios que adotar, salvo se a posição divergente for devidamente registrada em ata lavrada na respectiva reunião.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 216/2016.

Cordilheira Alta, SC, 11 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 451/2016

DECRETO Nº 451/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. MARIA TERESINHA LUZA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas a partir do dia 15/08/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de agosto de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARIA TERESINHA LUZA Ciente em: ____/____/2016

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 65.2016 - PPR 25.2016**EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação coforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão de Presencial para Registro de Preço nº25/2016

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 65/2016

SOLICITANTES: Secretaria de Cultura e Esporte

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE E MANTER O PLENO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NOS PROGRAMAS DA ESCOLINHA DE FUTSAL E CAMPEONATOS MUNICIPAIS. VALOR TOTAL DO PROCESSO – Valor R\$ 8.215,00 (Oito mil e duzentos e quinze reais.).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a seguinte empresa: N.T LUIZE - EPP no valor total de R\$ 8.215,00, adjudicado em favor da empresa vencedora o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado, no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão caminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 15 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

AUTO DE INFRAÇÃO N° 41/2016

Edital: obrigação subsistente nos moldes do parágrafo § 3º do Art. 98 da Lei Municipal 2.121/15: Prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Setor de Vigilância Sanitária, Auto de Infração nº. 41/2016, tendo como parte a pessoa jurídica Altamiro Pereira do Amaral - Eireli – ME, endereço: Rua João Pessoa, 100, Passo da Areia - Coronel Freitas – SC. CNPJ/CPF: 16.976.154/0002-34, pela prática de infração sanitária contida nos Arts. 15 C/C Art. 88 inciso II e VIII C/C, Art. 89 inciso I da Lei Municipal 2.121/15, Código Sanitário Municipal. Compulsando os autos do Processo Administrativo 41/2016, verificamos despacho indeferido pedido de funcionamento sem alvará sanitário. Já com relação ao pedido de prazo formulado junto ao Secretário Municipal de Saúde o mesmo esgotou em 09/08/2016, o funcionamento deve ser paralisado imediatamente, conforme Art. 15 Lei Municipal 2.121/15. Art. 15. Os estabelecimentos sujeitos ao controle e à fiscalização sanitária somente funcionarão mediante Licença Sanitária expedida pelo órgão de vigilância sanitária, com validade de um ano, renovável por período igual e sucessivo. A autoridade de saúde decide pela imposição de multa diária no valor 300 UFRM por descumprimento de interdição sanitária a partir da data de 15/08/2016. Decide pelo envio de cópia do presente processo administrativo ao Representante do Ministério Público local, conforme estabelece o Art. 13 inciso II da Lei Municipal 2.121/15. Art. 13. A Autoridade de Saúde cientificará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que: II - ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados da mesma. Cientifica-se o Autuado para direito de defesa. Coronel Freitas, SC, 08/08/2016. Autoridade de Saúde Olir Malfatti, Fiscal de Vigilância Sanitária.

Curitibanos

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 149/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 149/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA USO DOS SERVIDORES LOTADOS NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 29/08/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 29/08/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 15 de Agosto de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 154/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 154/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA DO FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 26/08/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 26/08/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 15 de Agosto de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 049, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO N.º 049, de 10 de Agosto de 2016.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assist. e Previdência de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

10.302.0040.2.052– Manutenção do Fundo de Assistência

3.3.90.00.00.00.00.0080(1) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0080 (Recursos Próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de Agosto de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ADITIVO 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes
CONTRATADA: PortoSul Construtora e Incorporadora Ltda.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a construção do centro de cultura e eventos de Faxinal dos Guedes, com área de 2.478,20m² – incluindo materiais e mão de obra.
Número do Contrato: 0135/2014
Primeiro Termo Aditivo: Aditiva valor
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0027/2014 na Modalidade Concorrência Pública N.º 0003/2014 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.
Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de julho de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

CONTRATOS DIVERSOS_1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0107/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Editora NXT Challenger Ltda
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de material didático e pedagógico com CDS, DVDS, CDROM, livros e literatura e fábulas para a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 173.263,75 (cento e setenta e três mil duzentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0043/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de agosto de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0108/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Projeto Cultural Ltda
Objeto: Registro de preços para a aquisição de forma parcelada de material didático e pedagógico com CDS, DVDS, CDROM, livros e literatura e fábulas para a secretaria municipal de educação.
Valor: R\$ 47.164,00 (quarenta e sete mil cento e sessenta e quatro reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0043/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0029/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de agosto de 2016.
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONTRATOS DIVERSOS_1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0109/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Associação de Árbitros do Oeste
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para jogos promovidos pela assessoria de esporte, juventude e lazer de Faxinal dos Guedes
Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0044/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0030/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de agosto de 2016
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0110/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Associação Regional de Árbitros – ARA
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para jogos promovidos pela assessoria de esporte, juventude e lazer de Faxinal dos Guedes
Valor: R\$ 6.279,00 (seis mil duzentos e setenta e nove reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0044/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0030/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 15 de agosto de 2016
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 187/2016

	PORTARIA Nº 187/2016
INTERROMPE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO A LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO, concedida à servidora Municipal DEDIANE FALKOSKI DE BEN, concedida através da portaria nº 153/2016, retornando ao seu cargo de Professora com Licenciatura Núcleo Comum na data de 16/08/2016, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O retorno ao trabalho deu-se pelo motivo de que a servidora não fez o registro de sua candidatura para concorrer nas Eleições Municipais 2016 de Flor do Sertão.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 dias do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 188/2016

	PORTARIA Nº 188/2016
CONCEDE FÉRIAS E CONVERTE 10 DIAS EM ABONO PECUNIÁRIO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal DANIEL RICARDO KRANTZ, ocupante do Cargo de Fisioterapeuta, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 16/08/2016 a 04/09/2016, e converte 10 dias de férias em abono pecuniário relativo ao período aquisitivo 08/15 a 08/16.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 dias do mês de Agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

TERMO ADITIVO Nº. 002/2016 - LSW

TERMO ADITIVO Nº. 002/2016

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 012/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ROGÉRIO PERIN, brasileiro, casado, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, LSW SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.299/0001-37, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº. 563 na cidade de São Carlos - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação no prazo de 30 (Trinta) dias para finalizar a obra, pelo fato da rede de energia elétrica e rede de água entorno do barracão não estar finalizada, intempéries do tempo e pedidos de alteração de projeto feitos pela empresa que ganhou a concessão de uso do barracão industrial do processo Licitatório nº. 27/2016 na modalidade de Tomada de Preço nº. 02/2016 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL COM ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA COM ÁREA TOTAL DE 700,93m².

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 15/08/2016.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 12 dias do mês de agosto de 2016.

ROGERIO PERIN		LIANI STOFFEL WILBERT
CPF: 024.900.719-39		CPF: 868.115.509-10
CONTRATANTE		REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 30/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 30/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS 79/2014

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – VIGILÂNCIA RADAR LTDA.

DO OBJETO – O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada para realizar o serviço de monitoramento remoto de alarmes (via telefone), incluindo instalação, fornecimento, suporte e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos fornecidos em regime de locação nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 79/FMS/2014 de 15/08/2016 para 31/12/2016.

DO REAJUSTE – O valor global dos serviços previsto mensalmente sofrerá um reajuste de R\$ 50,00 (cinquenta reais) pela alteração dos serviços e mais 11,09%, de acordo com índice de IGP-M, totalizando o valor de R\$ 3.029,20 (três mil vinte e nove reais e vinte centavos) mensais, perfazendo o valor global de R\$ 13.631,40 (treze mil seiscentos e trinta e um reais e quarenta centavos) para o exercício corrente.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 21 de julho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 62/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 62/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 14/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA

DO OBJETO – Prestação de serviços de pavimentação asfáltica, a ser executada na Rua Josephina Lodetti Vassoler, Bairro Santa Cruz, Forquilha/SC, conforme contrato de operação de crédito, estabelecido entre o Município de Forquilha e a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC, de acordo com o Programa Badesc Cidades.

DO PRAZO – Em razão dos motivos supracitados, fica acrescido 120 (cento e vinte) dias no prazo de execução do contrato 14/PMF/2016 de 09/08/2016 para 07/12/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 06/04/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 09 de agosto de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 63/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 63/2016

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 66/2015

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de terraplanagem e drenagem na Rodovia Ema de César Cavalier Minatto, objetivando a recuperação e revitalização de estradas vicinais no Município de Forquilha/SC, por meio do Contrato nº. 800333/2013 e Processo nº. 2624.1014081-26/2013 – PRODESA, firmado junto ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (Redação dada pela errata do Edital publicada em 15/04/2015 no Diário Oficial dos Municípios e no Diário Oficial da União).

DO PRAZO – Em razão dos motivos supracitados, fica acrescido 120 (cento e vinte) dias no prazo de execução do contrato 66/PMF/2015 de 18/08/2016 para 16/12/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 16/03/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 09 de agosto de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2016 PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 32/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 75/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 32/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para fornecimento de refeições diversas para atendimento as necessidades da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/05/2017

2ª Publicação

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 209/2016

DECRETO Nº 209, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 – Autarquia Municipal de saneamento de Fraiburgo		
14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (7)	R\$	50.000,00
Total	R\$	50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

416002600 – Serviços de Fornecimento de Água	R\$	50.000,00
TOTAL	R\$	50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 15 DE AGOSTO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 210/2016

DECRETO Nº 210, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0301 (64)	R\$	130.000,00
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0301 (87)	R\$	70.000,00
Total	R\$	200.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721350100 – Transf. Do Salário Educação	R\$	200.000,00
TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 15 DE AGOSTO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 211/2016

DECRETO Nº 211, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2016, no valor de R\$ 45.647,81 (quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e um centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.182.0019.2.044 – Manutenção do FUNREBOM		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0700 (224)	R\$	45.647,81
TOTAL	R\$	45.647,81

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.182.0019.2.044 – Manutenção do FUNREBOM		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0700 (225)	R\$	45.647,81
TOTAL	R\$	45.647,81

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 197 de 02 de Agosto de 2016.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 15 DE AGOSTO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1654/2016

PORTARIA Nº 1654, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.
Designa Agente Público Municipal como Superintendente Responsável pela Fundação Municipal de Esportes – FME.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Agente Público Municipal, IVO BIAZZOLO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 296.656.049-53, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, para ser responsável e exercer a função de ORDENADOR DE DESPESAS como superintendente da Fundação Municipal de Esportes – FME, a partir de 01 de abril de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 01/04/2016.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1655/2016

PORTARIA Nº 1655, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.
Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RECURSOS FEDERAIS 15.08.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
15.08.2016	SUS	Vigilância Sanitária	1.352,89
15.08.2016	SUS	Vigilância Sanitária	1.352,89
15.08.2016	SUS	Vigilância Sanitária	1.352,89
11.08.2016	FNDE	Salário Educação	182.446,95

Secretaria de Finanças

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ERONDINA DOS SANTOS POMNIECINSKI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 814.004.979-49, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1656/2016

PORTARIA Nº 1656, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de NEOCIMAR PINTO RIBEIRO brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.306.949-89, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 15 de agosto de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PRESTAÇÃO DE CONTAS PMF 11-07 (1)

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
ORDENADOR DA DESPESA: NILCE PINZ				
ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA			CNPJ: 17.757.127/0001-52	
ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA , 975			CEP: 89.580-000	
RESPONSÁVEL: FLÁVIO JOSÉ MARTINS			CPF: 133.199.739-91	
Nota de Empenho:	1190	Data: 07/06/2016	Valor Total: 700.000,00	
Ordem de pagamento:	1970	Data: 11/07/2016	Valor: 235.000,00	
Nota de Empenho:	1190	Data: 07/06/2016	Valor Total: 700.000,00	
Ordem de pagamento:	1978	Data: 11/07/2016	Valor: 60.000,00	
Projeto Atividade:	2022			
Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00				
Histórico da Finalidade: Transferência voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2016, conforme TACV15PMF0008.				
Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
	11/7/2016	REPASSE DA PREFEITURA	235.000,00	
	11/7/2016	REPASSE DA PREFEITURA	60.000,00	
		Tarifas Bancárias	130,25	
		Tarifas Bancárias	0,95	
		Multa Juros	1.078,22	
		Contrapartida AFSC	81,36	
		Contrapartida AFSC	8,64	
		Contrapartida AFSC	238,36	
NF 000120	13/7/2016	Campos Serviços Médicos e Hospitalares Ltda		35.307,14
NF 000071	14/7/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		6.112,29
NF 000079	13/7/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		8.197,62
NF 000081	13/7/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		20.069,23
NF 000104	13/7/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		8.679,82
NF 000106	13/7/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		20.707,58
NF 000110	13/7/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		1.983,96
NF 000111	13/7/2016	Doctor Móvel Serviços Médicos Eireli - ME		8.266,50
NF 000005	15/7/2016	Serviços Médicos Alexandre Koerich Ltda		4.905,90
NF 000007	15/7/2016	Serviços Médicos Alexandre Koerich Ltda		18.887,71
NF 000080	13/7/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup. S/S Ltda - ME		1.689,30
NF 000081	13/7/2016	Climeso - Clínica Médica de Saúde Ocup. S/S Ltda - ME		1.013,58
NF 000051	13/7/2016	Bombassaro Serviços Médicos S/S Ltda ME		1.080,00
NF 000049	13/7/2016	Nelzi Ferreira de Queiroz Junior - Clínica Médica		8.431,83
NF 000004	13/7/2016	Clínica Médica Fernandes S/S Ltda - ME		8.784,36
NF 000003	14/7/2016	Dr. Rodrigo Lemos Médico - ME		732,25
NF 000058	13/7/2016	Pontes & Vidigal Serviços Médicos Ltda		13.538,69
NF 000129	13/7/2016	Calixto Mainardes Serviços Médicos e Hospitalares Eireli - ME		8.000,14
NF 000043	13/7/2016	Thadani Serviços Médicos e Hospitalares Eireli		11.077,11
NF 000067	13/7/2016	Fusatto & Xavier S/S		2.700,00
NF 000437	13/7/2016	Gaya - Ortopedia e Traumatologia Eireli - ME		6.546,03
NF 000223	13/7/2016	Masterclinic Serviços Médicos S/S		6.546,03
NF 000059	13/7/2016	Serviços Médicos Kurita Eireli - ME		5.538,55

NF 000190	13/7/2016	Diagmax Joaçaba Clínica Médica Ltda	22.457,90
NF 000416	13/7/2016	J & F Análises Clínicas e Ambientais Ltda - ME	1.500,00
NF 000182	13/7/2016	Reabilitar - Clínica de Fisioterapia e Reabilitação Ltda	600,00
NF 000060	12/7/2016	Raimundo Adão Savian ME	1.750,00
GRF	12/7/2016	Guia de Recolhimento do FGTS	14.120,56
DOC 71217	12/7/2016	Pensão Alimentícia - Rafaela Gomes Cortina	440,00
NF 839/489	12/7/2016	Videiramed Com. E Manutenção de Equipamentos Médicos	453,00
NF 000851	12/7/2016	Videiramed Com. E Manutenção de Equipamentos Médicos	447,00
NF 000855	12/7/2016	Videiramed Com. E Manutenção de Equipamentos Médicos	640,00
NF 041056	10/7/2016	Hbinfo Provedor Ltda - ME	300,00
NF 000414	15/7/2016	Itacir Rodrigues dos Santos - ME	52,20
NF 000190	12/7/2016	Balanças Cresgal Com. E Serviços Ltda	360,00
NF 004480	15/7/2016	Colorsul Impressoras e Suprimentos Ltda	598,28
NF 000924	11/7/2016	Santa Terezinha Transportes e Turismo S/A	495,00
NF 395/2758	15/7/2016	Hollobyte Informática Ltda - ME	619,00
NF 003402	15/7/2016	Brasilrad Consultoria em Radioproteção Ltda	650,00
NF 012066	11/7/2016	Oxigênio JBA Com. de Gases Atmosféricos e Prod. p/ Saúde Ltda	558,00
NF 012130	11/7/2016	Oxigênio JBA Com. de Gases Atmosféricos e Prod. p/ Saúde Ltda	448,00
NF 012132	11/7/2016	Oxigênio JBA Com. de Gases Atmosféricos e Prod. p/ Saúde Ltda	1.254,00
NF 012176	12/7/2016	Oxigênio JBA Com. de Gases Atmosféricos e Prod. p/ Saúde Ltda	692,00
NF 012178	12/7/2016	Oxigênio JBA Com. de Gases Atmosféricos e Prod. p/ Saúde Ltda	518,00
NF 13367423	12/7/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda	416,72
NF 13409034	14/7/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda	247,79
NF 13427162	12/7/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda	381,72
NF 13427163	12/7/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda	143,90
NF 009531	11/7/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares Ltda EPP	556,46
NF 009587	11/7/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares Ltda EPP	481,88
NF 009634	11/7/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares Ltda EPP	808,77
NF 009634	15/7/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares Ltda EPP	808,77
NF 009680	13/7/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares Ltda EPP	708,72
NF 067908	12/7/2016	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda	806,40
NF 069312	12/7/2016	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda	616,00
NF 069312	14/7/2016	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda	616,00
NF 069316	14/7/2016	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda	639,55
NF 069316	12/7/2016	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda	639,55
NF 069643	12/7/2016	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda	538,00
NF 041847	11/7/2016	Eurofarma Laboratórios S.A	524,10
NF 042521	11/7/2016	Eurofarma Laboratórios S.A	384,96
NF 933587	11/7/2016	Eurofarma Laboratórios S.A	242,04
NF 933587	13/7/2016	Eurofarma Laboratórios S.A	241,98
NF 944550	11/7/2016	Eurofarma Laboratórios S.A	193,31
NF 055600	12/7/2016	IBF Ind. Brasileira de Filmes S/A	720,00
NF 055600	15/7/2016	IBF Ind. Brasileira de Filmes S/A	720,00
NF 164424	11/7/2016	MCW Produtos Médicos e Hospitalares	485,21
NF 166953	15/7/2016	MCW Produtos Médicos e Hospitalares	554,66
NF 049742	12/7/2016	Friguzzi Tangará Ltda	491,95
NF 049940	11/7/2016	Friguzzi Tangará Ltda	500,78
NF 50090	15/7/2016	Friguzzi Tangará Ltda	278,39
NF 102268	11/7/2016	Luiz Carlos Dalle Cort ME	166,80
NF 102385	12/7/2016	Luiz Carlos Dalle Cort ME	171,60
NF 102453	14/7/2016	Luiz Carlos Dalle Cort ME	93,15
NF 116876	15/7/2016	Dimaster Com. De Produtos Hospitalares Ltda	401,03
NF 117662	14/7/2016	Dimaster Com. De Produtos Hospitalares Ltda	328,50
NF 117663	14/7/2016	Dimaster Com. De Produtos Hospitalares Ltda	67,30
NF 2493/2494	15/7/2016	Farmácia Geremias Ltda	354,00
NF 002519	15/7/2016	Farmácia Geremias Ltda	1.873,24

Conta 163617372	15/7/2016	Claro S/A		852,88
NF 041189	11/7/2016	Com. Atacadista e Varejista Progresso Ltda - Matriz		159,89
NF 041308	14/7/2016	Com. Atacadista e Varejista Progresso Ltda - Matriz		179,80
NF 111213	11/7/2016	Parcomed Com. Representação de Produtos Farmacêuticos Ltda		1.588,20
NF 112748	13/7/2016	Parcomed Com. Representação de Produtos Farmacêuticos Ltda		612,96
NF 025251	11/7/2016	3/S Material para Escritório Ltda - EPP		1.093,40
NF 025304	13/7/2016	3/S Material para Escritório Ltda - EPP		316,00
NF 110321	13/7/2016	Hospitália Cirurgica Catarinense Ltda		501,48
NF 073674	13/7/2016	Bertolini Ind. Química Ltda		342,45
NF 313443	14/7/2016	Medilar Importação e Distribuição de Prod. Medico Hospitalares		245,65
NF 184915	13/7/2016	Cooperativa Central de Coop. Unimed RS		275,76
NF 092235	14/7/2016	Cirúrgica Santa Cruz Com. De Produtos		319,18
NF 071285	11/7/2016	A.G. Kienen e Cia Ltda - Promedic		371,24
NF 012291	15/7/2016	Posto Maçã - Fraiburgo		253,83
NF 044756	11/7/2016	Controller Comércio e Serviços Ltda		485,99
NF 032051	11/7/2016	Nutriport Comercial Ltda		504,00
NF 492332	13/7/2016	Augusto Anderson Medeiros		463,00
NF 001504	11/7/2016	Doraci Baldo Zonta - ME		613,94
NF 001021	15/7/2016	Farmácia Sagrado Coração Ltda		140,83
NF 46865/46886/46928 46975/47274	15/7/2016	Atiaia Materiais de Construção Ltda		131,12
NF 117334	25/7/2016	Dimaster Com. De Produtos Hospitalares Ltda		172,18
NF 117335	25/7/2016	Dimaster Com. De Produtos Hospitalares Ltda		93,12
NF 043127	25/7/2016	Eurofarma Laboratórios S.A		395,29
NF 111438	25/7/2016	Hospitália Cirurgica Catarinense Ltda		197,60
NF 103205	25/7/2016	Luiz Carlos Dalle Cort ME		146,40
NF 13482936	25/7/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda		226,68
NF 025420	25/7/2016	3/S Material para Escritório Ltda - EPP		170,90
NF 021167	25/7/2016	NJ Plásticos Ind. Com. De Produtos p/ Laboratórios LTDA		453,35
NF 13516583	29/7/2016	Genésio A. Mendes & Cia Ltda		389,91
NF 710002	29/7/2016	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda		548,00
NF 025513	29/7/2016	3/S Material para Escritório Ltda - EPP		180,00
NF 070391	29/7/2016	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda		527,80
NF 009634	29/7/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares Ltda EPP		808,79
NF 091151	29/7/2016	Cirúrgica Santa Cruz Com. De Produtos		337,00
NF 184416	29/7/2016	Cooperativa Central de Coop. Unimed RS		588,00
NF 055600	29/7/2016	IBF Ind. Brasileira de Filmes S/A		720,00
NF 092235	29/7/2016	Cirúrgica Santa Cruz Com. De Produtos		319,19
NF 117662	29/7/2016	Dimaster Com. De Produtos Hospitalares Ltda		328,39
NF 001052	29/7/2016	Planidéia Confecção de Vestuário de Proteção Ltda EPP		385,00
NF 016101	29/7/2016	Higieniza Com. De Produtos de Higiene e Limpeza Ltda		716,00
NF 024665	29/7/2016	Sancapel Soluções para Higiene Profissional Ltda ME		659,75
NF 103561	29/7/2016	Luiz Carlos Dalle Cort ME		180,60
NF 953577	29/7/2016	Eurofarma Laboratórios S.A		570,00
NF 009785	29/7/2016	OGM Comércio de Produtos Hospitalares Ltda EPP		708,72
NF 050438	29/7/2016	Friguzzi Tangará Ltda		484,06
NF 352876	1/8/2016	Jomhedica Norte Produtos Médicos Hospitalares Ltda		247,00
DOC.1.C8A.4FC.788.144.22D	8/8/2016	Devolução ao Fundo Municipal de Saúde		371,24
		Tarifas Bancárias		131,20
		Multa/Juros		1.078,22
TOTAL GERAL			296.537,78	296.537,78

Dirceu Job Calgaro - Responsável

Cristiano Tessari - Responsável

Flávio José Martins - Presidente AFSC

Fraiburgo (SC), 05 de agosto de 2016.

Frei Rogério

PREFEITURA

PRAZO DE VALIDADE DA ATA 01/2015 = PUBLICAÇÃO AGOSTO DE 2016

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, torna público aos interessados que a ata de nº 001/2016, proveniente do processo licitatório nº 01/2016, na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2016, Registro de Preços nº 01/2016, do município de Frei Rogério, firmada no dia 16 de fevereiro de 2016, com os seguintes fornecedores:

ELZA CLEMENTINA SOLAGNA HAAG - ME

SILVANA F. RICHTER - ME

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME

TEPEL COM. DE PROD. ALIMÉNT. LTDA – ME, encontra se dentro de seu prazo de validade, cujo vencimento ocorre somente no dia 15 de fevereiro de 2017

Frei Rogério, 15 de agosto de 2016

Copia da ata em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 e ou do e-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br; licitacao@freirogerio.sc.gov.br

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 149/2016.

DECRETO N.º 149, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 5.184,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 5.184,00 (cinco mil e cento e oitenta e quatro reais), no Orçamento vigente:

08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.184,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.184,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	5.184,00
3.3.90.0.1.29.001056 - Aplicações Diretas	5.184,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 5.184,00 (cinco mil e cento e oitenta e quatro reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/08/2016, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2016
FMS

Ata nº. 48/2016; Processo nº 94/2016; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; CENTERMED COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA; MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS; CRISTALIA PROD. QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA; DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA; DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDADUPATRI HOSPITALAR COMERCIO IMP. EXPORTAÇÃO LTDA; SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP; ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; A.G. KIENEN E CIA LTDA; DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA; PROMEFARMAREPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; S & R DISTRIBUIDORA LTDA; ANGAI

DISRUIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP; L A DALLA PORTA JUNIOR EPP; ALF COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP; IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI; M.U. BACKES & CIA LTDANOVASULSOMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: Registro de Preço para aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica, pronto atendimento, de uso contínuo, Controlados e de demandas judiciais da Secretária Municipal de Saúde de Garopaba. Data da Assinatura: 15/08/2016.

PORTARIA N.º 705/2016.

PORTARIA N.º 705, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata LIDIA KARINA EICK, CPF n.º 535.241.100-10, aprovada e classificada como 1º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/08/2016, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 706/2016.

PORTARIA N.º 706, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata JOSELAINE TEIXEIRA, CPF n.º 412.860.060-15, aprovada e classificada como 2º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/08/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 707/2016.

PORTARIA N.º 707, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata LUCIANA DE ABREU CORRÊA, CPF n.º 030.822.699-23, aprovada e classificada como 3º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada;

orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/08/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 708/2016.

PORTARIA N.º 708, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata TATIANE PEREIRA TEXEIRA DA ROSA, CPF n.º 040.187.839-22, aprovada e classificada como 2º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/08/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 709/2016.

PORTARIA N.º 709, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata CRISTINA OSVALDA CONSTANTE, CPF n.º 003.483.439-73, aprovada e classificada como 6º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços manuais ou braçais, tais como: conservação de estradas, ruas, parques, jardins, coleta de lixo, auxiliar nos serviços de calceteiro, pedreiro, carpinteiro, bem como outros.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/08/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 713/2016

PORTARIA N.º 713, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata DEISE LISANA FOGLIATO DALA NORA, CPF n.º 756.556.830-91, aprovada e classificada como 2º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação

da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/08/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 714/2016

PORTARIA N.º 714, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata JOSIANE MARIA DA SILVA, CPF n.º 916.118.149-87, aprovada e classificada como 3º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de SERVENTE.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de agosto de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 16/08/2016, de acordo com a

Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

CÂMARA MUNICIPAL

DEM ADM. E CONTRAT. 1º SEMESTRE-2016

CAMARA DE VEREADORES DE GARUVA - SC

DEMONSTRATIVO DAS ADMISSÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIDORES E MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

LRF, art. 18 – parágrafo 1º
IN TCE 002/2001 – Art. 4º

1º SEMESTRE 2016

I – ADMISSÕES DE SERVIDORES

Nome do servidor	Data Admissão	Cargo	Nível/Ref.	Lei Complementar	Vencimento (R\$)
Jayson Edgar Correa	01/02/2016	Assessor de Gabinete	CPC	86/2015	2.447,13
Paula Roberta Conte	01/02/2016	Assessor de Comissões	CPC	86/2015	1.580,89
Janaina Vitra Athanazio	01/02/2016	Assessor de Comunicação	CPC	86/2015	2.165,60
João Marco Silva Paese	01/03/2016	Assessor Leg/Admin	CPC	86/2015	1.191,08
Maize Cristina de Lima Neves	01/04/2016	Assessora Parlamentar	CPC	86/2015	1.533,29
William Gonçalves	01/04/2016	Assessor Parlamentar	CPC	86/8015	1.533,29

** - Servidor exonerado em 06/04/2015

II – MAO-DE-OBRA TERCEIRIZADA

Descrição das Atividades	Número do Contrato	Contratado	Início do Contrato	Término do Contrato	Valor Total (R\$)
Não houve contratações					

Reginaldo Mews Rosa
Presidente Mesa DiretoraElvis Nei Estavam
Vice-Presidente Mesa DiretoraCelio Luiz Budal
Secretário MesaJosé Carlos Schutz
Diretora Contador

DESP. PESSOAL 1º SEMESTRE-2016

CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA - Poder Legislativo RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO DE REFERÊNCIA: Julho/2015 a Junho/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Pessoal Ativo	1.419.378,94	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.419.378,94	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF) (-)DESPESAS	0,00	0,00
NÃO COMPUTADAS(§1º do art. 19 da LRF)(II) Indenizações por Demissão e Incentivos à	0,00	0,00
Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.419.378,94	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	1.419.378,94	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	45.056.418,19	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	3,15	
LIMITE MÁXIMO(incisos I,II e III, art. 20 da LRF)-(06,00%)	2.703.385,09	
LIMITE PRUDENCIAL(§ único, art. 22 da LRF)-(05,70%)	2.568.215,84	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <90% do LIMITE MÁXIMO>	2.433.046,58	

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 15/08/2016, Hora de emissão 15h e 04m.



Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Reginaldo Mews Rosa
Pres. Mesa Diretora

ELVIS NEI ESTEVAM Vice Pres. Mesa Diretora

CÉLIO LUIZ BUDAL Secretário Mesa Diretora

JOSE CARLOS SCHUTZ Contador
CPF: 420.240.999-04
CRC: 14.555/0-5/SC

Gaspar

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 77/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 169/2016

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2016

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Persianas, instaladas, para o Município de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até às 9hs do dia 26/08/2016; LOCAL: No Depto. de Compras, Rua São Pedro, nº 128, térreo, Centro, Gaspar/SC; ABERTURA DOS ENVELOPES: a partir das 9hs, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br, ou no Depto de Compras para consulta.

Gaspar (SC), 15/08/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO = PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2016

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

AUTOS: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2016.

FUNDAMENTAÇÃO: Licitação dispensável na forma do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/1993.

INTERESSADA: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº. 83.543.546/0001-16.

OBJETO: Aquisição de 5 (cinco) microfones de mesa a serem utilizados no espaço físico do Plenário, destinando-se 4 (quatro) à Mesa Diretora e 1 (um) ao púlpito.

ADJUDUCATÁRIA: Planeta Musica Comércio de Instrumentos Musicais Ltda-ME, CNPJ nº 07.919631/0001-58.

VALOR: R\$ 7.825,00 (sete mil e oitocentos e vinte e cinco reais).

PUBLICAÇÃO: Publique-se extrato da dispensa no Diário Oficial dos Municípios e site da Edilidade. Após, emita-se empenho e providencie-se a efetividade do objeto.

Gaspar (SC), 2 de agosto de 2016.

Câmara de Vereadores de Gaspar

Giovano Borges

Presidente da Mesa Diretora.

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2016 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº. 38/2016

OBJETO: Registro de preços para aquisição de reagentes e vidrarias para análises de água.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 31/08/2016

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 31/08/2016 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 15 de agosto de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA MARLISE FELIPPE ME

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Marlise Felipe ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando-se que os serviços de que trata o Empenho abaixo citado vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MARLISE FELIPPE ME

Empenho: 3026/2016

Valor: R\$ 350,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 15 de agosto de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO 003/2016

DECRETO Nº 421/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 03/2016 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROQUE LUIZ MENECHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições (Após os recursos) do Processo Seletivo nº 03/2016 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

Professor I N1 - Anos Iniciais Ensino Fundamental			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436517	Adriani Dorigon	HOMOLOGADA
2	430054	Ana Celia Lopes Pereira	HOMOLOGADA
3	436488	Ana Melita Lamb	HOMOLOGADA
4	422235	Andressa Ferronato	HOMOLOGADA
5	436918	Ariane Devicari	HOMOLOGADA
6	426464	Claudete Faust	HOMOLOGADA
7	436975	Claudiane De Fatima Dos Santos	HOMOLOGADA
8	426579	Daniela Stoll Rinaldi	HOMOLOGADA
9	424821	Debora Trevisol	HOMOLOGADA
10	421062	Deise Daniela Dassoler	HOMOLOGADA
11	420984	Ediane Benedito	HOMOLOGADA
12	436385	Eduarda Noro	HOMOLOGADA
13	435440	Fabiane Cristina Weppo	HOMOLOGADA
14	436904	Fernanda Maria Welter	HOMOLOGADA
15	420821	Fernanda Zilli	HOMOLOGADA
16	418913	Flavia Damin	HOMOLOGADA
17	420111	Geane Marcia Christofoli	HOMOLOGADA
18	426444	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	HOMOLOGADA
19	424370	Jeanice Muller	HOMOLOGADA
20	435701	Karli Cristina Da Silveira	HOMOLOGADA
21	437970	Katia Cristina Vidal Furlanetto	HOMOLOGADA
22	431968	Kely Regina Dal Cin Franzosi	HOMOLOGADA
23	421167	Kielin Zelinda Frare De Giacometti	HOMOLOGADA
24	436528	Leandra Valeria Schultz	HOMOLOGADA
25	419801	Loreci Marques	HOMOLOGADA
26	435639	Luciane Betina Kinsel Seibel	HOMOLOGADA
27	421108	Luciane Schneider	HOMOLOGADA
28	421137	Maichele Daiane Passarin	HOMOLOGADA
29	426872	Maria Vanda Batista Ribeiro Delalibera	HOMOLOGADA
30	434746	Marines Graff Mossmann	HOMOLOGADA
31	431544	Marisa Pedrinha Turani Alba	HOMOLOGADA
32	419329	Marivane Luiza Romio	HOMOLOGADA
33	431151	Nair Lolato	HOMOLOGADA
34	428719	Paula Angelica Bagatoli	HOMOLOGADA
35	436541	Roselia Balbinot	HOMOLOGADA
36	437296	Sandra Fatima Welter Zilli	HOMOLOGADA
37	434478	Simone Maria Romio	HOMOLOGADA
38	429085	Solange Turani	HOMOLOGADA

39	437152	Tania Gonzatti Höelscher	HOMOLOGADA
40	436297	Thais Regina Santin	HOMOLOGADA
41	420654	Vanderlene Perin Bianchi	HOMOLOGADA
42	419119	Vanessa Aline Gralow	HOMOLOGADA
43	419003	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	HOMOLOGADA

Professor I N1 - Educação Infantil

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436520	Adriani Dorigon	HOMOLOGADA
2	430055	Ana Celia Lopes Pereira	HOMOLOGADA
3	436489	Ana Melita Lamb	HOMOLOGADA
4	422236	Andressa Ferronato	HOMOLOGADA
5	436919	Ariane Devicari	HOMOLOGADA
6	420904	Catia Fronza	HOMOLOGADA
7	426465	Claudete Faust	HOMOLOGADA
8	436976	Claudiane De Fatima Dos Santos	HOMOLOGADA
9	425826	Cristiane Paula Frohlich Bello	HOMOLOGADA
10	426580	Daniela Stoll Rinaldi	HOMOLOGADA
11	427700	Denise Faust De Oliveira	HOMOLOGADA
12	420985	Ediane Benedito	HOMOLOGADA
13	434579	Fabiana Michelle Schauble Maciel	HOMOLOGADA
14	435438	Fabiane Cristina Weppo	HOMOLOGADA
15	436905	Fernanda Maria Welter	HOMOLOGADA
16	420822	Fernanda Zilli	HOMOLOGADA
17	418914	Flavia Damin	HOMOLOGADA
18	436144	Francielli Boff	HOMOLOGADA
19	420112	Geane Marcia Christofoli	HOMOLOGADA
20	426445	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	HOMOLOGADA
21	420184	Janaina Ramon Negri	HOMOLOGADA
22	424371	Jeanice Muller	HOMOLOGADA
23	420034	Josiani Carine Comassetto	HOMOLOGADA
24	435702	Karli Cristina Da Silveira	HOMOLOGADA
25	438715	Katia Cristina Vidal Furlanetto	HOMOLOGADA
26	436061	Katiane Lucia Arpini Bencke	HOMOLOGADA
27	431969	Kely Regina Dal Cin Franzosi	HOMOLOGADA
28	421168	Kielin Zelinda Frare De Giacometi	HOMOLOGADA
29	419809	Loreci Marques	HOMOLOGADA
30	435641	Luciane Betina Kinsel Seibel	HOMOLOGADA
31	421109	Luciane Schneider	HOMOLOGADA
32	421138	Maichele Daiane Passarin	HOMOLOGADA
33	420586	Mari Lucia Ramos	HOMOLOGADA
34	426873	Maria Vanda Batista Ribeiro Delalibera	HOMOLOGADA
35	434747	Marines Graff Mossmann	HOMOLOGADA
36	437673	Marines Kusy Da Silva Dias Kroth	HOMOLOGADA
37	431545	Marisa Pedrinha Turani Alba	HOMOLOGADA
38	419330	Marivane Luiza Romio	HOMOLOGADA
39	431152	Nair Lolato	HOMOLOGADA
40	437332	Rosa Mari Balbinot	HOMOLOGADA

41	437992	Rosani M. Arconti Fontana	HOMOLOGADA
42	436542	Roselia Balbinot	HOMOLOGADA
43	437297	Sandra Fatima Welter Zilli	HOMOLOGADA
44	428994	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	HOMOLOGADA
45	429010	Silvia Olivia Dondoni Isotton	HOMOLOGADA
46	434479	Simone Maria Romio	HOMOLOGADA
47	438626	Simone Martinazzo Spinelli	HOMOLOGADA
48	429086	Solange Turani	HOMOLOGADA
49	437153	Tania Gonzatti Höelscher	HOMOLOGADA
50	438309	Tatiane Schroeder Silva	HOMOLOGADA
51	420655	Vanderlene Perin Bianchi	HOMOLOGADA
52	419120	Vanessa Aline Gralow	HOMOLOGADA
53	419004	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	HOMOLOGADA

Professor II N1 - Arte

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	426648	Ivanda Cardoso Lago	HOMOLOGADA
2	427707	Nadio Diogo Reolon	HOMOLOGADA
3	437248	Sirlene Estasmaier	HOMOLOGADA

Professor II N1 - Ciências

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437795	Gelavir Picinin	HOMOLOGADA
2	438972	Marceli Juliana Agostini	HOMOLOGADA
3	435707	Sandra Regiani Wastowski Gasperin	HOMOLOGADA
4	428440	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	HOMOLOGADA

Professor II N1 - Educação Física

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	431835	Acidio Pecos Valduga	HOMOLOGADA
2	435977	Ana Paula Goncalves	HOMOLOGADA
3	428761	Carolina Brustolin	HOMOLOGADA
4	425836	Catiane Luiza Brambilla	HOMOLOGADA
5	435971	Dionara Marcia Casagrande	HOMOLOGADA
6	425956	Emerson Maico Baierle	HOMOLOGADA
7	437506	Fernanda Lucia Rosanelli	HOMOLOGADA
8	436362	Fernando Cavalli	HOMOLOGADA
9	428587	Giovani Macedo	HOMOLOGADA
10	436401	Gustavo Andrioli	HOMOLOGADA
11	426091	Jacson Tiago De Luca	HOMOLOGADA
12	430713	Jair Wuitschik	HOMOLOGADA
13	426669	Jaqueline Scapin	HOMOLOGADA
14	420035	Josiani Carine Comassetto	HOMOLOGADA
15	419928	Juliana De Maman	HOMOLOGADA
16	427490	Karin Krzyzanovski	HOMOLOGADA
17	423969	Marines Aparecida Dos Santos Faccio	HOMOLOGADA
18	419791	Natieli Borla	HOMOLOGADA
19	426094	Paloma Mezzomo	HOMOLOGADA
20	438077	Roberto Schuster	HOMOLOGADA

21	435385	Sirlei Rubin	HOMOLOGADA
22	437399	Vanderlei Bortoluzzi	HOMOLOGADA
Professor II N1 - Espanhol			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	423083	Leonela Sabrina Biluca	HOMOLOGADA
2	422796	Vanderleia Aparecida Konflanz	HOMOLOGADA
Professor II N1 - Geografia			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	438332	Alexandre Eckert	HOMOLOGADA
2	438314	Marister Fontana	HOMOLOGADA
3	438258	Samara De Fatima Ames Ritter	HOMOLOGADA
Professor II N1 - História			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	438012	Cristianes Rodrigues Amancio	HOMOLOGADA
2	437802	Debora Eliane Antunes Picinin	HOMOLOGADA
3	438087	Fabio Heinen	HOMOLOGADA
4	422889	Joseane Lancini	HOMOLOGADA
5	438645	Maicon Rosin	HOMOLOGADA
6	435904	Tatiane Aparecida Gugel	HOMOLOGADA
Professor II N1 - Inglês			
Não há candidatos deferidos neste cargo.			
Professor II N1 - Matemática			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437868	Adriana Balestro Fritzen	HOMOLOGADA
2	427120	Ana Balensiefer	HOMOLOGADA
3	437403	Denise Vicentini	HOMOLOGADA
4	437796	Gelavir Picinin	HOMOLOGADA
5	437912	Loriane Smaniotto	HOMOLOGADA
6	437484	Patricia Cristina Macedo	HOMOLOGADA
Professor II N1 - Português			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436964	Dilvane Maria Bernardi Boff	HOMOLOGADA
2	435959	Elisangela Ecker	HOMOLOGADA
3	424264	Gabriela Heinen	HOMOLOGADA

Art. 2º - Foram homologadas todas as inscrições que cumpriram com os requisitos exigidos no Edital de Processo Seletivo nº 03/2016, do Município de Guaraciaba/SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba/SC, 15 de Agosto de 2016.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 673/2016

DECRETO Nº. 673/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 2.356.659,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e seis mil seiscentos e cinquenta e nove reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 2.356.659,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e seis mil seiscentos e cinquenta e nove reais), constante do orçamento Municipal, de acordo com a Lei nº. 4329/2016, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino Fundamental
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	100.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamen- tal
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	28.000,00
Código	Descrição
02	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administracao Geral
02.001.0004.0122.0002	Gestão administrativa superior
02.001.0004.0122.0002.2004	Divulgação de Atos e Fatos Administra- tivos
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00

Código	Descrição
02	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administracao Geral
02.001.0004.0122.0002	Gestão administrativa superior
02.001.0004.0122.0002.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-prefeito
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.001	Procuradoria
03.001.0004	Administração
03.001.0004.0062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03.001.0004.0062.0002	Gestão administrativa superior
03.001.0004.0062.0002.2007	Manutenção das Atribuições da Procura- doria Municipal
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	40.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012	Educação
06.005.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.005.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.005.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (pré-escolas)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários

Total Ação	25.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	299.950,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0333	Empregabilidade
09.001.0023.0333.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. deAcoes de Apoio à Qualificacao Profissional e Sine
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	22.000,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. deAcoes de Apoio à Iniciativas Produtivas e Turismo
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	110.000,00
Código	Descrição
11	Controladoria Geral do Município
11.001	Controladoria Geral do Município
11.001.0004	Administração
11.001.0004.0124	Controle Interno
11.001.0004.0124.0002	Gestão administrativa superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00

Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	111.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0126	Tecnologia da Informação
04.001.0004.0126.0004	Administração geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das Atribuições de Apoio Administrativo-pessoal e Ti
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de Esportes
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	110.000,00

Dotações Suplementadas

Código	Descrição
13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001.0008	Assistência Social
13.001.0008.0244	Assistência Comunitária
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutencao da Secretaria de Desenvolvimento Social
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim

13.001	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001.0008	Assistência Social
13.001.0008.0243	Assistência à Criança e ao Adolescente
13.001.0008.0243.0009	Assistência social
13.001.0008.0243.0009.2068	Piso Fixo de Médias Complexidade - MSE
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00

Código	Descrição
13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001.0008	Assistência Social
13.001.0008.0244	Assistência Comunitária
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2072	Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	80.000,00

Código	Descrição
13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001.0008	Assistência Social
13.001.0008.0243	Assistência à Criança e ao Adolescente
13.001.0008.0243.0009	Assistência social
13.001.0008.0243.0009.2154	Serviço de Acolhimento Institucional
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	94.974,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001.0010	Saúde
12.001.0010.0301	Atenção Básica
12.001.0010.0301.0006	Saúde priorizada
12.001.0010.0301.0006.2040	Piso da AtencaoBasicaVariavel - Saude da Familia
3319000000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
Total Ação	100.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.001.0010	Saúde
12.001.0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
12.001.0010.0302.0006	Saúde priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos Servicos Especializados de Saude
3339000000000000	Aplicações Diretas
01382300	Teto Municipal de Média e Alta Complexid
Total Ação	348.500,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
17	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001.0010	Saúde
17.001.0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
17.001.0010.0302.0006	Saúde priorizada
17.001.0010.0302.0006.2036	Manutenção do Atendimento Hospita- lar - HSA
3339000000000000	Aplicações Diretas
01382400	Teto Municipal Rede de Urgência
Total Ação	547.235,00

Total Geral Por Anulação	2.346.659,00
--------------------------	--------------

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finan- ças
04.001	Secretaria de Administração e Finan- ças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das Ações de Apoio Logis- tico, Compras Almojarifado e
3449000000000000	Aplicações Diretas
03890000	Alienação Bens Dest.outros Programas
Total Ação	10.000,00

Total Geral Por Superávit	10.000,00
Total Geral	2.356.659,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino Fundamental

3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	9.999,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamen- tal
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	23.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamen- tal
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino Infantil
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
02	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administracao Geral
02.001.0004.0122.0002	Gestão administrativa superior
02.001.0004.0122.0002.2004	Divulgação de Atos e Fatos Administra- tivos
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino Infantil
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
02	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administracao Geral
02.001.0004.0122.0002	Gestão administrativa superior
02.001.0004.0122.0002.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-prefeito
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
02	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administracao Geral
02.001.0004.0122.0002	Gestão administrativa superior
02.001.0004.0122.0002.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-prefeito
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	999,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.006.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	98.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação

06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2078	Centro de Acompanhamento Educacional - Caed Infantil
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2078	Centro de Acompanhamento Educacional - Caed Infantil
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	1.999,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.001	Procuradoria
03.001.0004	Administração
03.001.0004.0062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03.001.0004.0062.0002	Gestão administrativa superior
03.001.0004.0062.0002.2007	Manutenção das Atribuições da Procuradoria Municipal
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.002	Fundo de Defesa do Consumidor de Guaramirim
03.002.0014	Direitos da Cidadania
03.002.0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
03.002.0014.0422.0003	Serviços de utilidade pública
03.002.0014.0422.0003.2098	Manutenção das Ações do Procon
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.400,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.002	Águas de Guaramirim
08.002.0015	Urbanismo
08.002.0015.0452	Servicos Urbanos
08.002.0015.0452.0007	Saneamento básico
08.002.0015.0452.0007.2093	Manutencao de Pavim. e Rede de Coleta de Aguas Pluviais

3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	299.950,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0333	Empregabilidade
09.001.0023.0333.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. deAcoes de Apoio à Qualificacao Profissional e Sine
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. deAcoes de Apoio à Iniciativas Produtivas e Turismo
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	39.000,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. deAcoes de Apoio à Iniciativas Produtivas e Turismo
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.999,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2054	Manut, Centro de Eventos, Realização de Feiras, Exposições, Eventos

3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.999,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2054	Manut, Centro de Eventos, Realização de Feiras, Exposições, Eventos
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	7.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0129	Administração de Receitas
04.001.0004.0129.0004	Administração geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das Ações de Arrecadação e Fiscalização
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	80.000,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2057	Apoio à Mercado Público e a Pequenas Feiras
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	999,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2057	Apoio à Mercado Público e a Pequenas Feiras

3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	54.999,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2057	Apoio à Mercado Público e a Pequenas Feiras
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
11	Controladoria Geral do Município
11.001	Controladoria Geral do Município
11.001.0004	Administração
11.001.0004.0124	Controle Interno
11.001.0004.0124.0002	Gestão administrativa superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.999,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros - Jsm Identificação
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio Ciga
3317100000000000	Transferências a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00

Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao Esporte Amador
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	110.000,00

Código	Descrição
22	Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
22.001	Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
22.001.0006	Segurança Pública
22.001.0006.0182	Defesa Civil
22.001.0006.0182.0014	Defesa civil
22.001.0006.0182.0014.2080	Manutencao das Atividades da Defesa Civil
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	79.999,00

Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	40.616,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	94.974,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição

19	Fundação Cultural de Guaramirim
19.001	Fundação Cultural de Guaramirim
19.001.0013	Cultura
19.001.0013.0391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
19.001.0013.0391.0010	Desenvolvimento cultural
19.001.0013.0391.0010.2096	Manutencao da Biblioteca Publica Municipal e Arquivo Historico
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	200.000,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001.0010	Saúde
12.001.0010.0304	Vigilância Sanitária
12.001.0010.0304.0006	Saúde priorizada
12.001.0010.0304.0006.2046	Vigilancia em Saude - VigilanciaSanitaria
3319000000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
Total Ação	100.000,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
17	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001.0010	Saúde
17.001.0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
17.001.0010.0302.0006	Saúde priorizada
17.001.0010.0302.0006.2036	Manutenção do Atendimento Hospitalar - HSA
3339000000000000	Aplicações Diretas
01382300	Teto Municipal de Média e Alta Complexid
Total Ação	348.500,00

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001.0010	Saúde
12.001.0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
12.001.0010.0302.0006	Saúde priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos Servicos Especializados de Saude
3339000000000000	Aplicações Diretas
01382400	Teto Municipal Rede de Urgência
Total Ação	547.235,00

Total Geral Por Anulação 2.346.659,00

Art. 3º. O recurso para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit de exercícios anteriores na fonte 038900 no

valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 674/2016

DECRETO Nº. 674/2016

Decreta Luto Oficial no Município de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Com pesar, em homenagem "post mortem" do Poder Público Municipal de Guaramirim, fica declarado luto oficial no dia 15 do corrente mês, pelo falecimento de Carolina Simões Veloso.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 675/2016

DECRETO Nº. 675/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 51,83 (cinquenta e um reais e oitenta e três centavos).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 51,83 (cinquenta e um reais e oitenta e três centavos) constante do orçamento Municipal, aprovado pela Lei nº. 4.287/2015, a saber:

06 - Secretaria Municipal de Educação

06.006 - Educação Infantil – Creches

06.006.0012.0365.0005.1007 Construção, Ampliação e Equipamentos para Centro de Educ. Infantil

3449000000000000

3320000 R\$ 51,83

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 51,83 (cinquenta e um reais e oitenta e três centavos), no vínculo 3320000.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

ERRATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ERRATA DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2016 – PMG REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CAMADA DE ROLAMENTO COM C.B.U.Q. FAIXA "C" DNIT EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U. FAIXA "C" DNIT (E=4CM COMPACTADO), CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE MISTURA A QUENTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M³.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC) torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA DO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO do Edital de Pregão Presencial nº 058/2016 – PMG.

1. ERRATA DO EDITAL

1.1. Na tabela do item 3.1 do Edital e do Anexo III – Proposta Comercial, onde se lê (grifo nosso):

Item	Quantidade	Unidade	Produto
3	73,72	METRO²	CAMADA DE ROLAMENTO COM C.B.U.Q. FAIXA "C" DNIT. EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U. FAIXA "C" DNIT (E=4CM COMPACTADO), CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE MISTURA A QUENTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M³.

Leia-se (grifo nosso):

Item	Quantidade	Unidade	Produto
3	73,72	TONE-LADA	CAMADA DE ROLAMENTO COM C.B.U.Q. FAIXA "C" DNIT. EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM C.B.U. FAIXA "C" DNIT (E=4CM COMPACTADO), CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE MISTURA A QUENTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M³.

2. ALTERAÇÃO DA DATA DE RECEBIMENTO ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

2.1. Entrega dos envelopes: até as 9h do dia 6 de setembro de 2016.

2.2. Abertura da sessão pública de pregão: às 9h do dia 6 de setembro de 2016.

Os outros itens do edital permanecem inalterados.

O Edital alterado e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, das 8h às 14h, pelo site <http://www.guaramirim.sc.gov.br>, pelo e-mail gabriel.felippi@guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 15 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4329/2016

LEI Nº. 4329/2016

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 2.356.659,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e seis mil seiscientos e cinquenta e nove reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 2.356.659,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e seis mil seiscientos e cinquenta e nove reais), constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino Fundamental
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	100.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	28.000,00
Código	Descrição
02	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administracao Geral
02.001.0004.0122.0002	Gestão administrativa superior
02.001.0004.0122.0002.2004	Divulgação de Atos e Fatos Administrativos
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Código	Descrição
02	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
02.001.0004	Administração

02.001.0004.0122	Administracao Geral
02.001.0004.0122.0002	Gestão administrativa superior
02.001.0004.0122.0002.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-prefeito
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0365	Educação Infantil
06.006.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.001	Procuradoria
03.001.0004	Administração
03.001.0004.0062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03.001.0004.0062.0002	Gestão administrativa superior
03.001.0004.0062.0002.2007	Manutenção das Atribuições da Procuradoria Municipal
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	40.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012	Educação
06.005.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.005.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.005.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (pré-escolas)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	25.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026	Transporte
08.001.0026.0782	Transporte Rodoviário
08.001.0026.0782.0011	Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas

3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	299.950,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0333	Empregabilidade
09.001.0023.0333.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de Ações de Apoio à Qualificação Profissional e Sine
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	22.000,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de Ações de Apoio à Iniciativas Produtivas e Turismo
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	110.000,00
Código	Descrição
11	Controladoria Geral do Município
11.001	Controladoria Geral do Município
11.001.0004	Administração
11.001.0004.0124	Controle Interno
11.001.0004.0124.0002	Gestão administrativa superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	30.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administração Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários

Total Ação	111.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0126	Tecnologia da Informação
04.001.0004.0126.0004	Administração geral
04.001.0004.0126.0004.2011	Manutenção das Atribuições de Apoio Administrativo-pessoal e TI
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de Esportes
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	110.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001.0008	Assistência Social
13.001.0008.0244	Assistência Comunitária
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2065	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001.0008	Assistência Social
13.001.0008.0243	Assistência à Criança e ao Adolescente
13.001.0008.0243.0009	Assistência social
13.001.0008.0243.0009.2068	Piso Fixo de Médias Complexidade - MSE
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00

Código	Descrição
13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001.0008	Assistência Social
13.001.0008.0244	Assistência Comunitária
13.001.0008.0244.0009	Assistência social
13.001.0008.0244.0009.2072	Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	80.000,00

Código	Descrição
13	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001	Fundo Mun. de Assistência Social de Guaramirim
13.001.0008	Assistência Social
13.001.0008.0243	Assistência à Criança e ao Adolescente
13.001.0008.0243.0009	Assistência social
13.001.0008.0243.0009.2154	Serviço de Acolhimento Institucional
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	94.974,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001.0010	Saúde
12.001.0010.0301	Atenção Básica
12.001.0010.0301.0006	Saúde priorizada
12.001.0010.0301.0006.2040	Piso da AtencaoBasicaVariavel - Saude da Familia
3319000000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
Total Ação	100.000,00

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001.0010	Saúde
12.001.0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
12.001.0010.0302.0006	Saúde priorizada
12.001.0010.0302.0006.2038	Manutencao dos Servicos Especializados de Saude
3339000000000000	Aplicações Diretas
01382300	Teto Municipal de Média e Alta Complexidade

Total Ação	348.500,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
17	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001.0010	Saúde
17.001.0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
17.001.0010.0302.0006	Saúde priorizada
17.001.0010.0302.0006.2036	Manutenção do Atendimento Hospitalar - HSA
3339000000000000	Aplicações Diretas
01382400	Teto Municipal Rede de Urgência
Total Ação	547.235,00

Total Geral Por Anulação	2.346.659,00
--------------------------	--------------

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2010	Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e
3449000000000000	Aplicações Diretas
03890000	Alienação Bens Dest.outros Programas
Total Ação	10.000,00
Total Geral Por Superávit	10.000,00
Total Geral	2.356.659,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0361	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0361.0005.2018	Reforma e Manut. de Unidades Escolares do Ensino Fundamental
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	9.999,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação

06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	23.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012	Educação
06.001.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.001.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino Infantil
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
02	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administracao Geral
02.001.0004.0122.0002	Gestão administrativa superior
02.001.0004.0122.0002.2004	Divulgação de Atos e Fatos Administrativos
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.

06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino Infantil
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
02	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administracao Geral
02.001.0004.0122.0002	Gestão administrativa superior
02.001.0004.0122.0002.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-prefeito
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
02	Gabinete do Prefeito
02.001	Gabinete do Prefeito
02.001.0004	Administração
02.001.0004.0122	Administracao Geral
02.001.0004.0122.0002	Gestão administrativa superior
02.001.0004.0122.0002.2006	Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-prefeito
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	999,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012	Educação
06.006.0012.0306	Alimentação e Nutrição
06.006.0012.0306.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.006.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (creches)
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	98.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2078	Centro de Acompanhamento Educacional - Caed Infantil
3319000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação

Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012	Educação
06.002.0012.0365	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005	Mais educação, mais cidadania.
06.002.0012.0365.0005.2078	Centro de Acompanhamento Educacional - Caed Infantil
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	1.999,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.001	Procuradoria
03.001.0004	Administração
03.001.0004.0062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03.001.0004.0062.0002	Gestão administrativa superior
03.001.0004.0062.0002.2007	Manutenção das Atribuições da Procuradoria Municipal
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
03	Procuradoria
03.002	Fundo de Defesa do Consumidor de Guaramirim
03.002.0014	Direitos da Cidadania
03.002.0014.0422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
03.002.0014.0422.0003	Serviços de utilidade pública
03.002.0014.0422.0003.2098	Manutenção das Ações do Procon
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.400,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.002	Águas de Guaramirim
08.002.0015	Urbanismo
08.002.0015.0452	Serviços Urbanos
08.002.0015.0452.0007	Saneamento básico
08.002.0015.0452.0007.2093	Manutenção de Pavim. e Rede de Coleta de Águas Pluviais
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	299.950,00
Código	Descrição

09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0333	Empregabilidade
09.001.0023.0333.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0333.0012.2051	Manut. de Ações de Apoio à Qualificação Profissional e Sine
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de Ações de Apoio à Iniciativas Produtivas e Turismo
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	39.000,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de Ações de Apoio à Iniciativas Produtivas e Turismo
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.999,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2054	Manut, Centro de Eventos, Realização de Feiras, Exposições, Eventos
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.999,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços

09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2054	Manut, Centro de Eventos, Realização de Feiras, Exposições, Eventos
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	7.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0129	Administração de Receitas
04.001.0004.0129.0004	Administração geral
04.001.0004.0129.0004.2008	Manutenção das Ações de Arrecadação e Fiscalização
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	80.000,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2057	Apoio à Mercado Publico e a Pequenas Feiras
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	999,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2057	Apoio à Mercado Publico e a Pequenas Feiras
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	54.999,00
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio a indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2057	Apoio à Mercado Publico e a Pequenas Feiras

3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	4.999,00
Código	Descrição
11	Controladoria Geral do Município
11.001	Controladoria Geral do Município
11.001.0004	Administração
11.001.0004.0124	Controle Interno
11.001.0004.0124.0002	Gestão administrativa superior
11.001.0004.0124.0002.2005	Manutenção das Atividades do Controle Interno
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	9.999,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2097	Manut. de Ações de Apoio a Serviços de Terceiros - Jsm Identificação
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
04	Secretaria de Administração e Finanças
04.001	Secretaria de Administração e Finanças
04.001.0004	Administração
04.001.0004.0122	Administracao Geral
04.001.0004.0122.0004	Administração geral
04.001.0004.0122.0004.2115	Manutenção do Consórcio Ciga
3317100000000000	Transferências a Consórcios Públicos
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao Esporte Amador
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	110.000,00
Código	Descrição

22	Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
22.001	Fundo Municipal de Defesa Civil de Guaramirim
22.001.0006	Segurança Pública
22.001.0006.0182	Defesa Civil
22.001.0006.0182.0014	Defesa civil
22.001.0006.0182.0014.2080	Manutencao das Atividades da Defesa Civil
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	79.999,00

Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
26.001.0028.0846.0000	Encargos especiais
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	40.616,00

Dotações Anuladas

Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028	Encargos Especiais
26.001.0028.0846	Outros encargos Especiais
	Encargos especiais
	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	94.974,00

Dotações Anuladas

Código	Descrição
19	Fundação Cultural de Guaramirim
19.001	Fundação Cultural de Guaramirim
19.001.0013	Cultura
19.001.0013.0391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
	Desenvolvimento cultural
	Manutencao da Biblioteca Publica Municipal e Arquivo Historico
3319000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	200.000,00

Dotações Anuladas

Código	Descrição
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim

12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001.0010	Saúde
12.001.0010.0304	Vigilância Sanitária
	Saúde priorizada
	Vigilancia em Saude - VigilanciaSanitaria
3319000000000000	Aplicações Diretas
01020000	Receitas de Impostos - Saúde
Total Ação	100.000,00

Dotações Anuladas

Código	Descrição
17	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001	Hospital Municipal Santo Antônio
17.001.0010	Saúde
17.001.0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	Saúde priorizada
	Manutenção do Atendimento Hospitalar - HSA
3339000000000000	Aplicações Diretas
01382300	Teto Municipal de Média e Alta Complexid
Total Ação	348.500,00

Dotações Anuladas

Código	Descrição
12	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001	Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim
12.001.0010	Saúde
12.001.0010.0302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	Saúde priorizada
	Manutencao dos Servicos Especializados de Saude
3339000000000000	Aplicações Diretas
01382400	Teto Municipal Rede de Urgência
Total Ação	547.235,00
Total Geral Por Anulação	2.346.659,00

Art. 3º. O recurso para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit de exercícios anteriores na fonte 038900 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4330/2016

LEI Nº. 4330/2016

Altera dispositivo da Lei nº. 2344/2001, que cria o programa de moradia econômica.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A lei 2344/2001 passa a vigorar com a seguinte alteração:

.....
"Art. 4º. O interessado na obtenção do benefício a que se refere esta Lei deverá efetuar inscrição junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, tornando-se beneficiário aquele que atender os seguintes requisitos:

..... " (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4331/2016

LEI Nº. 4331/2016

Determina faixa non aedificandi no imóvel de matrícula imobiliária nº. 27.228.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica determinada a faixa non aedificandi de 10 (dez) metros de largura no imóvel de matrícula imobiliária nº. 27.228 na confrontação com o imóvel da matrícula nº. 27.227, sendo que a faixa compreende toda a extensão onde os mesmos se encontram.

Art. 2º. A faixa non aedificandi será utilizada para instalação de linhas de transmissão ligadas a subestação da Celesc, que será instalada no imóvel de matrícula nº. 27.227.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 503/2016

PORTARIA Nº. 503/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora C. I. M., levantadas pela

Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infrações administrativas, previstas no art. 49, incisos I, II, III, IV e VI, e no art. 50, incisos IV e XI da Lei Complementar nº. 007/2001, atribuídas à servidora C. I. M., matrícula 373117, na função de Cuidadora de Criança e/ou Adolescente, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Josiane Kelly de Jesus Gabardo de Carvalho, Priscila Bastian Lara e Laura Odázia de Oliveira, sob a presidência da primeira.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 504/2016

PORTARIA Nº. 504/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e Nomeia Comissão Processante.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando as atitudes da servidora D. K. C., levantadas pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, para apuração de infrações administrativas, previstas no art. 49, incisos I, II, III, IV, V, VIII, IX e XI e no art. 50, incisos IV e XI da Lei Complementar nº. 007/2001, atribuídas à servidora D. K. C., matrícula 399035, na função de Cuidadora de Criança e/ou Adolescente, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores: Priscila Bastian Lara, Daniela P. da Silva e Rosária Maria Gonçalves Leonardo, sob a presidência da primeira.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de

60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 505/2016

PORTARIA Nº. 505/2016
Exonera Marilei Deretti.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Marilei Deretti, da função de Gerente de Controle e Avaliação, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 15 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 506/2016

PORTARIA Nº. 506/2016
Nomeia Marilei Deretti.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Marilei Deretti, na função de Diretora Administrativa, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 16 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 12/2016 - Pregão Presencial Nº. 08/2016.

Objeto: Aquisição de combustível (óleo diesel S 10) para a manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 29/08/2016

(Documentos as 13:30 horas / Abertura as 13:45 horas).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 15 de agosto de 2016.

Rosmeri K. Vergutz,

Gestora do FMS.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL - FMAS 06/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGAVEL

CONTRATO Nº 06/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 03/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATADO: NEURI JORGE REOLON ME

Conforme Artigo 79, Inciso II da Lei 8666/93 e combinado com a previsão da Clausula Sétima do Contrato nº. 06/2016:

CLAUSULA PRIMEIRA - conforme acordo estabelecido entre as partes o Contrato nº. 06/2016 (Oficina de Teatro e Escultura), fica rescindido a partir de 15 de agosto de 2016, sendo anulado o valor remanescente de R\$ 14.979,60 (Quatorze mil, novecentos e setenta e nove reais, sessenta centavos).

Guarujá do Sul, SC, 15 de agosto de 2016.

Mauriane Françozi,

Responsável FMAS.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N. 05/2016

RESOLUÇÃO n. 05/2016

Revoga Resolução n. 005/90 e dá outras providências

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das prerrogativas orgânicas e constitucionais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica revogada a Resolução n. 005/90 que dispõe sobre a apreciação, emissão de parecer e aprovação de prestações de contas na transferência de recursos financeiros à entidades pela Prefeitura Municipal.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a disposições em contrário.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, aos 15 dias do mês de agosto de 2016.

Em sua 13ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 2º periodo, 53º ano de sua instalação legislativa.

Alcione Roberto Straub
Presidente

Mônica Regina Taube
1ª Secretária

TERMO DE RENÚNCIA

Guarujá do Sul, 15 de Agosto de 2016.

EXCELENTÍSSIMO Sr. VICE-PRESIDENTE

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES PARLAMENTARES

TERMO DE RENÚNCIA

Eu, ALCIONE ROBERTO STRAUB, dirijo-me às Vossas Excelências considerando os arts. 36 e 58 do Regimento Interno desta Câmara de Vereadores para RENUNCIAR cargo de presidente da Mesa Diretora a partir de 16 de agosto de 2016 por motivos particulares. Estou certo de que todos os meus compromissos administrativos estão dentro da legalidade.

Atenciosamente,

Alcione Roberto Straub
Requerente

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 926/2016

PORTARIA Nº 926/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 08 de agosto de 2016 até 03 de fevereiro de 2017, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora LÚCIA ANGELA KLEIN DE CAMPOS (Matr. 3747), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Secretário Administrativo, Nível – 7, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XII da Lei Complementar Nº. 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 927/2016

PORTARIA Nº 927/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria Nº 918/2016, que passa a ser redigida da seguinte forma:

Contratar em Caráter Temporário, o Senhor LUIZ FERNANDO FRAGOSO (Matr. 4351), para exercer a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8 - Referência "A", 40 horas semanais, constante no Artigo 10 da LC Nº 320/2014, em substituição à servidora Daniela Piovesan da Silva, que se encontra em Atestado Médico e posterior Licença Maternidade, a partir de 10 de agosto de 2016, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, aprovado e classificado em 2º lugar pelo Processo Seletivo 002/2016 – SMS/HO de 31 de maio de 2016, homologado em 23 de junho de 2016, para atuar na Unidade de Pronto Atendimento – UPA, de conformidade com a LC Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 928/2016

PORTARIA Nº 928/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Retorno às Atividades a pedido, a partir de 10 de agosto de 2016, conforme requerimento protocolado na referida data, à Servidora MARIA HELENA APARECIDA BIAZOTTI (Matr. 2877), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência – 9/B, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais.

E, Conceder Licença Para Atividade Política, conforme preceitua o Artigo 102, parágrafo único da Lei Complementar Nº 281/2011, a partir de 15 de agosto de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 15 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 929/2016

PORTARIA Nº 929/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora JUSSARA DE FÁTIMA FABRÍCIO BETTONI (Matr. 2873), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2014 a 18 de agosto de 2015, para serem gozadas a contar de 15 de agosto de 2016 a 26 de agosto de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 930/2016

PORTARIA Nº 930/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, à servidora SOLANGE DE FÁTIMA PONTES (Matr. 274), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "A", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 79 da Lei Complementar Nº 191/2005, corroborada pelo artigo Nº 104 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 15 de agosto de 2016 a 13 de setembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 931/2016

PORTARIA Nº 931/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à servidora CLARA MARIA SABOTKA TIEPO (Matr. 62), ocupante do cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível – 5, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos dos artigos 87 a 92, da Lei Complementar Nº. 006/1994, referente ao período aquisitivo de 12 de fevereiro de 1991 a 11 de fevereiro de 1996, para serem gozadas a contar de 15 de agosto de 2016 a 12 de novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 932/2016

PORTARIA Nº 932/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio à servidora CARMEN TERESINHA GHI-GGI (Matr. 59), ocupante do cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "C", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos dos artigos 87 a 92, da Lei Complementar Nº. 006/1994, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 1990 a 28 de fevereiro de 1995, para serem gozadas a contar de 15 de agosto de 2016 a 12 de novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 933/2016

PORTARIA Nº 933/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora MARILENA APARECIDA DE MATOS (Matr. 3992), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Pedagoga, Nível – 2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de setembro de 2014 e 30 de outubro de 2015, para serem gozadas a partir de 15 de agosto de 2016 a 13 de setembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 934/2016

PORTARIA Nº 934/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora DANIELY CRISTINA RATTI (Matr. 2779), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de março de 2015 e 25 de março de 2016, para serem gozadas a partir de 15 de agosto de 2016 a 13 de setembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 935/2016

PORTARIA Nº 935/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

SUBSTITUIR a servidora Jael Maria dos Santos Carletti (Matr. 574), designada pela Portaria nº 898/2016, como membro da Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório, pela servidora ANDREIA DORINI GIACOMINI (Matr. 356), para integrar à Comissão Permanente de Avaliação de Estágio Probatório dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 15 de Agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 027/2016

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

"Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

"AUTO VIAÇÃO HERVAL LTDA – ME"

CNPJ/MF Nº 02.935.521/0001-66

Av. Beira Rio, 507

TERMO ADITIVO Nº 027/2016 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Herval d'Oeste, através de sua Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 389, Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa AUTO VIAÇÃO HERVAL LTDA - ME, estabelecida na Av. Beira Rio, 507, Sala 02, no Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 02.935.521/0001-66, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Vitor Olivo brasileiro, inscrito no CPF nº 758.503.389-34 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2015, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o de 3,81% (três virgula oitenta e um por cento) nos quantitativos do item nº 06, dos itens contratados para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
6	LINHA 06 - SEDE BELEM- HERVAL D'OESTE - APAE JBA	KM	840	2,80	2.352,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com o acréscimo nos quantitativos do contrato atualizado passará de R\$ 449.930,40 (quatrocentos e quarenta e nove mil novecentos e trinta reais e quarenta centavos) para R\$ 452.282,40 (quatrocentos e cinquenta e dois mil duzentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos) representando um acréscimo de R\$ 2.352,00 (dois mil trezentos e cinquenta e dois reais)

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso I , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 035/2015, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 12 de agosto de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal
CPF: 501.589.459-72

Vitor Olivo
Sócio Administrador
CPF: 758.503.389-34

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio
CPF: 600.730.049-87

Ibiam

PREFEITURA

ADITIVO 001-2016 CONTRATO 005-2013

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2013

PREGÃO PRESENCIAL No 001/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 005/2013, que entre si celebram o Município de Ibiam, representado pelo Prefeito Municipal, Gilmar Fontana, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 00.456.865/0001-67, com sede na Rua João Pessoa, 134, 10º Andar, Centro, Criciúma/SC, neste por Procuração o Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior, CPF: 004.770.259-19, celebram o presente termo aditivo de reajuste de valores, com amparo no Art. 65 da Lei 8666/93 e Conforme Cláusula Terceira do contrato original. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica acrescidos um usuário no Sistema Flay Saúde, passado de 10 usuário no valor de R\$ 640,98 (seiscentos e quarenta reais e noventa e oito centavos) para 11 usuários no valor de R\$ 705,08 (setecentos e cinco reais e oito centavos).

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura.

Cláusula Terceira – As demais Cláusulas do contrato 005/2013 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 21 de julho de 2016.

Gilmar Fontana

Prefeito em Exercício

Contratante P/P:

BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ:00.456.865/0001-67

Ernesto M. de Souza Junior

Contratada

Testemunhas:

Rosinei Ceron Carmelita

CPF nº 004.918.899-25

Chiesa Tragancin

CPF nº 490.157.709-30

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral: OAB 34.173

Ilhota

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Edital de Convocação - Audiência Pública

O Prefeito do Município de Ilhota, tendo em vista o disposto nos arts. 4º, 5º e § 4º do art. 9º, e arts. 48 e 49, da Lei de Responsabilidade Fiscal, (LC 101/00), convida a todos os munícipes a participarem de Audiência Pública, a ser realizada nas dependências da Câmara Municipal de Ilhota, à Rua Bertoldo Simão, n.º 98, no dia 24/08/2016, às 19:00 horas relativo a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017, Relatório de Gestão Fiscal 1º Semestre 2016 (LRF art.48) e Relatório da Execução Orçamentária do 1º, 2º e 3º Bimestre 2016, as ações e metas realizadas no período das atividades e a Prestação de Contas de 2015, e demais informações. Todas as entidades e a População estão convidadas a participar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA,
Em 09 de Agosto de 2016

DECRETO 125 2016

Decreto nº 125, de 05 de agosto de 2016.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL PARA COORDENAR E ACOMPANHAR O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MORRO DO BAÚ NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, INSTITUÍDA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 029, DE 01 DE MARÇO DE 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º – Fica alterada a composição dos membros da Comissão Técnica Especial para coordenar e acompanhar o processo de criação do parque natural municipal do Morro do Baú no Município de Ilhota;

Art.2º - A Comissão Técnica instituída através do Decreto nº 029, de 01 de março de 2013, definida no seu art. 1º, passa a ter como integrantes, os seguintes membros:

Tatiana Richart Reichert - Secretária Municipal de Administração
Paulo Mundt – Representante da Sociedade Civil
Suelen Scharamm Schaadt – Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Luiz Carlos dos Santos Córdova Júnior – Engenheiro Civil CREA 097853-2
Prof. Dr. Ademir Reis – Especialista Ambiental – Membro convidado
Luiz Henrique Gevaerd – Especialista Ambiental – Membro convidado

Art. 3º - Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto originário.

Art. 4º. Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota, em 05 de agosto de 2016.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

DECRETO 125 2016

Decreto nº 125, de 05 de agosto de 2016.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL PARA COORDENAR E ACOMPANHAR O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO MORRO DO BAÚ NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, INSTITUÍDA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 029, DE 01 DE MARÇO DE 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º – Fica alterada a composição dos membros da Comissão Técnica Especial para coordenar e acompanhar o processo de criação do parque natural municipal do Morro do Baú no Município de Ilhota;

Art.2º - A Comissão Técnica instituída através do Decreto nº 029, de 01 de março de 2013, definida no seu art. 1º, passa a ter como integrantes, os seguintes membros:

Tatiana Richart Reichert – representante da região do Baú e Secretária Municipal de Administração – Coordenadora
Suelen Scharamm Schaadt – Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Luiz Carlos dos Santos Córdova Júnior – Engenheiro Civil CREA 097853-2
Prof. Dr. Ademir Reis – Especialista Ambiental – Membro convidado
Luiz Henrique Gevaerd – Especialista Ambiental – Membro convidado

Art. 3º - Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto originário.

Art. 4º. Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota, em 05 de agosto de 2016.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 523/2016

PORTARIA Nº 523/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª LARA PAIM MACHADO, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de agosto de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 15 de agosto de 2016.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 016/2016

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 29/08/2016 às 09h00min, Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Registro de Preço do Tipo Menor Preço por Item, cujo objetivo visa à aquisição de materiais de limpeza, higiene, utensílios domésticos, cama mesa e banho. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, Nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0213.

Imaruí, 15 de Agosto de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 059 DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº. 059 DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, PARA O CORRENTE EXERCÍCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica abeto crédito adicional especial para o corrente exercício, na importância de R\$ 48.862,44, com a seguinte classificação:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 1.100	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	64	1.012	Aplicações Diretas	48.862,44
Total Suplementação			48.862,44	

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Rendimento da adesão do Fundo Municipal de Saúde de Imaruí a Portaria nº 340, de 4 de Março de 2013 do Ministério da Saúde no período de 01/01/2013 a 09/08/2016 no valor de R\$ 21.909,76 para construção de USB I (Cangueri de Fora) e o valor de R\$ 26.952,68 para cada construção de UBS Porte II (Sitio Novo), sendo o total de R\$ 48.862,44.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 10 de julho de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

LEI Nº 4.746, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

LEI Nº 4.746, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar termo de convênio que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Judiciário – Tribunal de Justiça e o Município de Imbituba.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar termo de convênio que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Judiciário – Tribunal de Justiça, nos termos descritos no Anexo Único, desta Lei.

Art.2º O presente Termo de que trata o artigo primeiro tem como objetivo aderir aos serviços prestados pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA, através do Portal e-SAJ, para o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos, consulta processual e transmissão de peças processuais, referente aos processos judiciais em que atua ou representa interesses de parte.

Art.3º A vigência do termo de convênio será de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por acordo entre os convenientes, obedecendo à legislação vigente disciplinadora da matéria.

Art.4º As despesas decorrentes o presente convênio correrão à conta de dotações Próprias de cada conveniente.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amanda Flôr Marques

Chefe de Departamento de Atos Normativos

ANEXO ÚNICO

(LEI Nº 4.746, DE 12 DE AGOSTO DE 2016)

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DO PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA –, E O MUNICÍPIO DE IMBITUBA. O ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA, doravante denominado TRIBUNAL DE JUSTIÇA, estabelecido na Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.845.701/0001-59, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador NELSON SCHAEFER MARTINS, pelo Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador LUIZ CÉSAR MEDEIROS, e pelo Presidente do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação, Desembargador JORGE HENRIQUE SCHAEFER MARTINS, e o MUNICÍPIO DE IMBITUBA, pessoa jurídica de direito público, doravante denominado MUNICÍPIO DE IMBITUBA, com sede na Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, CEP 88780-000, Imbituba/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 82.909.409/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor JAISON CARDOSO,

resolvem celebrar o presente Convênio, em decorrência do Processo eletrônico n. 6309/2015, mediante sujeição às seguintes cláusulas

DO OBJETO

Cláusula primeira. Por meio do presente acordo o MUNICÍPIO DE IMBITUBA adere aos serviços prestados pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA, através do Portal e-SAJ, para o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos, consulta processual e transmissão de peças processuais, referente aos processos judiciais em que atua ou representa interesses de parte.

§1º A comunicação dos atos processuais, notadamente citações, notificações e intimações, efetuada pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA por meio eletrônico, nos termos da lei, viabilizando o acesso à íntegra do processo correspondente, é considerada vista pessoal do MUNICÍPIO DE IMBITUBA para todos os efeitos legais.

§2º O acesso à consulta processual poderá ser limitado em relação aos processos com segredo de justiça e em situações de sigilo.

§3º A transmissão de peças processuais pode ser referente a processos físicos, físicos convertidos em eletrônicos, ou originariamente eletrônicos; e sua efetivação por meio eletrônico não enseja qualquer isenção de custas ou emolumentos devidos em razão de lei ou ato normativo próprio.

§4º A tramitação eletrônica dos processos judiciais, observadas as regras processuais, poderá ser estabelecida em Procedimentos Operacionais Padrões - POP's, facultando-se ao MUNICÍPIO DE IMBITUBA a adesão, mediante termo aditivo formal e expresso.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula segunda. São atribuições do TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

I - Designar o seu Representante para acompanhar e fiscalizar a execução do convênio;

II - Disponibilizar, preferencialmente, o uso de meio eletrônico para a tramitação de processos judiciais, comunicação de atos, transmissão de peças processuais e consulta processual, ressalvadas as situações de sigilo e de segredo de justiça;

II - Examinar e responder às sugestões do MUNICÍPIO DE IMBITUBA no sentido de atualizações ou desenvolvimento de novas funcionalidades; e

III - Manter no Portal e-SAJ histórico das indisponibilidades do sistema, permitindo a emissão de certidões correspondentes.

Cláusula terceira. São atribuições do MUNICÍPIO DE IMBITUBA:

I - Designar o seu Representante para gerir a execução do convênio, assim como participar de grupos de trabalho formados para o aprimoramento o uso de meio eletrônico para a tramitação de processos judiciais, comunicação de atos, transmissão de peças processuais e consulta processual;

II - Indicar e cadastrar, diretamente ou por meio do suporte ao Portal e-SAJ, os Procuradores habilitados a representá-lo em Juízo, em cada comarca ou no âmbito do Estado de Santa Catarina, notadamente com poderes para receber as comunicações dos atos processuais de citação, notificação e intimações;

III - Assegurar o acesso ao seu provedor da internet e a configuração dos computadores utilizados para consulta processual, recebimento das comunicações de atos e transmissões das peças processuais por meio eletrônico;

IV – Gerenciar sua conta no Portal e-SAJ em moldes a garantir a efetiva funcionalidade dos serviços disponibilizados, especialmente o regular recebimento das comunicações de atos e transmissão das peças processuais, de seu interesse e responsabilidade;

V – Manter as condições técnico-operacionais necessárias à troca das informações que trata este acordo, comunicando pronta e formalmente qualquer indisponibilidade no fornecimento dos serviços; e

VI – Encaminhar formalmente as eventuais sugestões de atualizações ou desenvolvimento de novas funcionalidades Portal e-SAJ.

Cláusula quarta. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA e o MUNICÍPIO DE IMBITUBA se comprometem a buscar permanente a racionalização dos trabalhos, inclusive por meio de soluções que permitam a padronização dos documentos de comunicação dos atos, peças processuais e da tramitação eletrônica dos processos judiciais.

Cláusula quinta. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA e o MUNICÍPIO DE IMBITUBA poderão firmar Termos Aditivos ao presente convênio para formalização de Procedimentos Operacionais Padrão - POP's -, destinados à tramitação dos processos judiciais, e/ou integração dos sistemas por meio da tecnologia WebService.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

Cláusula sexta. O presente Convênio não envolverá a transferência de recursos entre os convenientes.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução do objeto de que trata a cláusula primeira correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de cada conveniente, de acordo com as responsabilidades assumidas neste Convênio.

DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Cláusula sétima. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Convênio somente se reputará válida se tomada nos termos da Lei e, expressamente, em termo aditivo, que ao presente aderir-se-á, passando a dele fazer parte.

DO PRAZO

Cláusula oitava. O prazo previsto para vigência deste Convênio será de 60 (sessenta) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por acordo entre os convenientes, obedecendo à legislação vigente disciplinadora da matéria.

DA RESILIÇÃO E DA DENÚNCIA

Cláusula nona. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA ou o MUNICÍPIO DE IMBITUBA poderão, a qualquer tempo, resilir o presente Convênio mediante denúncia, notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, pelo não cumprimento de qualquer uma de suas cláusulas, pela falta de interesse de qualquer na sua manutenção, por mútuo acordo ou por força de lei que o torne material ou formalmente impraticável.

Parágrafo único. Protocolado o pedido, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no prazo de 5 (cinco) dias, tomará as providências para cessação do envio de comunicações eletrônicas de atos processuais, por meio do Portal e-SAJ, ressalvada a validade das disponibilizadas por esta via até a resilição do presente Convênio.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula décima. Caberá o Tribunal de Justiça publicar o extrato do convênio e de seus aditivos, se ocorrerem, no Diário da Justiça Eletrônico, órgão oficial de divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, veiculado no seguinte endereço eletrônico: www.tjsc.jus.br.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

Cláusula décima primeira. Este Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666/1993, Lei n. 11.419/2006, pelos

preceitos de direito público e, supletivamente, pelas disposições de direito privado correlatas.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

DO FORO

Cláusula décima segunda. Fica eleito o Foro da comarca da Capital, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas deste Convênio.

E por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor:

Florianópolis, de 2016.

PODER JUDICIÁRIO – TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nelson Schaefer Martins

PRESIDENTE

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

Jaison Cardoso

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA PMI/GGP Nº 450/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 450, de 11 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a alteração da data de exoneração de Gerente de Administração Fazendária, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a data de exoneração, para 31 de agosto de 2016, da Sra. SIMONE HIPÓLITO MARTINS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 035.259.199-48, do cargo/função de Gerente de Administração Fazendária, junto a Secretaria Municipal da Fazenda, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 145, de 04 de março de 2015, para exercer o respectivo cargo/função, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 451/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 451, de 11 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a Demissão a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 11 de fevereiro de 2016, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015 e PORTARIA PMI/GGP Nº 113/2016, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Eliege Teresinha da Silva Soares	Professora II - 20h	806.483.639-53	05/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 11 de agosto de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 452/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 452, de 11 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a Demissão de Nutricionista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 08 de agosto de 2014, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 10/2014 e da PORTARIA PMI/DGP Nº 406/2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Ana Paula do Nascimento Marques	Nutricionista - 40h	054.450.249-38	05/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 11 de agosto de 2016.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 453/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 453, de 11 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a exoneração de servidora de carreira do magistério, em função gratificada de Secretária de CEI, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora de carreira do magistério abaixo descrita, da função gratificada de Secretária de CEI do Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Floriano Polachini, nomeada para compor a Estrutura Regimental da Secretaria Municipal de Educação, conforme expresso.

LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Exoneração
Secretária de CEI do Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Floriano Polachini (Vila Alvorada)	SEDUC	Vanusa Machado de Moraes Silva	038.666.009-33	11/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/GGP Nº 454/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 454, de 12 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira do magistério, em função gratificada de Secretária de CEI, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a servidora de carreira do magistério abaixo descrita, na função gratificada de Secretária de CEI do Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Floriano Polachini, para compor a Estrutura Regimental da Secretaria Municipal de Educação, conforme expresso.

LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Secretária de CEI do Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Floriano Polachini (Vila Alvorada)	SEDUC	Rosineide David dos Passos Crispim	691.521.369-49	12/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de agosto de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/PGM Nº 003, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA PMI/PGM Nº 003, de 12 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a delegação de competências pelo Procurador-Geral do Município aos Advogados e Procuradores Municipais, bem como estabelece outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 11 e seguintes da lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009, permitindo a delegação de competência do titular de órgão administrativo aos seus subordinados, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

CONSIDERANDO a racionalidade necessária ao exercício das funções da Procuradoria-Geral do Município, demandando uma divisão no desempenho daquelas funções, tecnicamente recomendável, objetivando ainda a qualificação jurídica dos serviços prestados e a economia de tempo para tanto.

CONSIDERANDO o contrato entabulado com a empresa INFODIGI INFORMAÇÕES DIGITAIS LTDA, possibilitando, entre outros, o acompanhamento pelos Procuradores das publicações judiciais veiculando seu nome na condição de advogados do Município de Imbituba.

CONSIDERANDO que a divisão de trabalho entre o Procurador-Geral do Município e seus Advogados e Procuradores sempre foi realizada através de livros de protocolo e protocolo eletrônico, com a respectiva subscrição para assunção da competência.

RESOLVE:

Art. 1º Ao Advogado DIEGO DA ROSA SENA SILVEIRA, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, sob o nº 23.867, fica delegada a competência para o patrocínio dos interesses do Município de Imbituba, em qualquer posição processual assumida (demandante, demandado e terceiro), no âmbito das demandas individuais que tramitem no Poder Judiciário Trabalhista, bem como a competência para examinar e expedir pareceres em Processos Administrativos que versem sobre matérias trabalhistas e, ainda, no âmbito das demandas individuais que tramitem no Poder Judiciário Federal.

Art. 2º Ao Procurador CARLOS JOSÉ BARBOSA FILHO, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, sob o nº 19.543, fica delegada a competência para o patrocínio dos interesses do Município de Imbituba, em qualquer posição processual assumida (demandante, demandado e terceiro), no âmbito das demandas individuais que tramitem no Poder Judiciário Federal e Estadual.

Art. 3º Ao Procurador GERALDO FLOR PEDRO, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, sob o nº 43.579, fica delegada a competência para o patrocínio dos interesses do Município de Imbituba, em qualquer posição processual assumida (demandante, demandado e terceiro), no âmbito das demandas individuais que tramitem no Poder Judiciário Federal e Estadual.

Art. 4º Ao Advogado EUCLIDES DE OLIVEIRA PORTO, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, sob o nº 28.613, fica delegada a competência para o patrocínio dos interesses do Município de Imbituba, em qualquer posição processual assumida (demandante, demandado e terceiro), no âmbito das demandas individuais que tramitem no Poder Judiciário Federal e Estadual, relativas a tributos federais, estaduais e municipais, bem como a competência para examinar e apresentar resposta em

Processos Administrativos que versem sobre matérias tributárias.

Art. 5º À Procuradora LUCIANA DOMINGOS PACHECO DE FREITAS, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, sob o nº 30.411, também de forma idêntica ao disposto nos artigos 3º e 4º desta Portaria, fica delegada a competência para o patrocínio dos interesses do Município de Imbituba, em qualquer posição processual assumida (demandante, demandado e terceiro), no âmbito das demandas individuais que tramitem no Poder Judiciário Federal e Estadual e, ainda atuar junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

Art. 6º A Procuradora SABRINA MACHADO STEFANES DA SILVA, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina, sob o nº 24.287, fica delegada a competência para examinar e apresentar resposta aos Processos Administrativos, Comunicações Internas e demais expediente encaminhados à Procuradoria Geral do Município, bem como para emitir pareceres acerca da legalidade dos processos licitatórios, conforme previsto no inciso VI do artigo 38 da LLC, aprovar as minutas dos editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes envolvendo a Administração Pública Municipal.

Art. 7º Aos Advogados e Procuradores, devidamente nominados nos artigos anteriores, competem igualmente examinar e apresentar resposta aos ofícios encaminhados a Procuradoria Geral do Município, quando, através de livro de protocolo ou protocolo eletrônico, lhes for atribuída tal responsabilidade.

Art. 8º Aos Procuradores e Advogados também poderão ser atribuída (delegada) à responsabilidade pela análise de procedimentos administrativos ou patrocínio de demandas judiciais não abrangidas nos artigos anteriores.

§ 1º Nessa hipótese, a outorga de competência se fará individualmente por processo administrativo ou jurisdicional, através de livro de protocolo ou protocolo eletrônico, quando o Procurador ou Advogado, subscrevendo o campo de recebimento, assumirá a responsabilidade àqueles processos.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo quando o Procurador-Geral ou Procurador declarar impedimento ou suspeição para atuação em determinado processo, estiver afastado transitoriamente de suas funções, bem como, pelo volume de trabalho, a distribuição de que tratam os artigos anteriores não ser recomendável.

Art. 9º A competência ora delegada, no campo jurisdicional, limita-se ao patrocínio ad judícia do Município de Imbituba, nos limites dos poderes descritos na primeira parte do artigo 38 do Código de Processo Civil, não abrangendo as exceções indicadas no mesmo preceptivo.

Parágrafo único. Identificada hipótese de edição de Enunciado de Súmula Administrativa ou de realização de acordo ou transação judicial, o Procurador ou o Advogado deverá observar o disposto nas Leis nos 3.452 e 3.453, ambas de 11 de fevereiro de 2009.

Art. 10. Os Procuradores ou os Advogados, nos processos de sua competência e responsabilidade, deverão observar e cumprir tempestivamente todos os prazos, administrativos e/ou judiciais, esgotando todas as instâncias administrativas e judiciais previstas pelo ordenamento jurídico na defesa dos interesses do Município. Parágrafo único. Sempre que o Procurador ou o Advogado entender que a realização de qualquer ato administrativo ou processual seja desvantajosa ao Município (relação custo/benefício), deverá observar o disposto no artigo 2º da lei nº 3.453/2009, realizando exposição de motivos ao Titular do Poder Executivo, visando sua autorização para a não realização daqueles atos.

Art. 11. Os Procuradores e Advogados, nos processos jurisdicionais de sua competência e responsabilidade, deverão postular expressamente que as publicações veiculem seu nome na condição de

advogados do Município, nos moldes do artigo 236, § 1º, do Código de Processo Civil.

Art. 12. Os Procuradores e Advogados, nos processos jurisdicionais de sua competência e responsabilidade, deverão comunicar a servidora pública Ana Maria Espíndola sobre decisões judiciais a serem cumpridas pelo Município de Imbituba, a fim de que esta acompanhe seu cumprimento.

Art. 13. Aos Procuradores e Advogados incumbe verificar diariamente as publicações consignando o seu nome, enquanto advogados do Município de Imbituba, no site <http://www.publicacoesonline.com.br/>, mediante login e senha que lhes serão disponibilizadas. Parágrafo único. Os Procuradores e Advogados poderão alterar a senha de que trata este artigo, desde que comunicada imediatamente a nova senha ao Procurador-Geral do Município.

Art. 14. À servidora pública Kátia Silva Pires incumbe a gestão, por meio dos demais servidores da Procuradoria-Geral do Município, da verificação diária das publicações consignando o nome do Município de Imbituba, no site <http://www.publicacoesonline.com.br/>, mediante login e senha que já lhes foram disponibilizadas, para posterior distribuição das publicações entre os Advogados e Procuradores, conforme estabelecido nesta Portaria, colhendo a assinatura dos respectivos, para assunção de suas responsabilidades, em livro próprio de protocolo ou protocolo eletrônico, quanto ao recebimento.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Imbituba, SC, 12 de agosto de 2016.

Daniel Vinício Arantes Neto
Procurador-Geral do Município

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 138/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 138/2016
CONTRATADA: RT INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$ 12.600,00

PRAZO: 04 de agosto de 2016 até 01 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2016.

CONTRATO Nº 139/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 139/2016
CONTRATADA: ACN COMÉRCIO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LTDA - EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$ 24.240,00

PRAZO: 04 de agosto de 2016 até 01 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2016.

CONTRATO Nº 140/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 140/2016
CONTRATADA: REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$16.710,00

PRAZO: 04 de agosto de 2016 até 01 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2016.

CONTRATO Nº 141/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 141/2016
CONTRATADA: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA - EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$ 10.515,00

PRAZO: 04 de agosto de 2016 até 01 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2016.

CONTRATO Nº 142/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 142/2016
CONTRATADA: PRINTBLU IMPRESSORAS E COPIADORAS LTDA – ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$ 2.360,00

PRAZO: 04 de agosto de 2016 até 01 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2016.

CONTRATO Nº 143/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 143/2016
CONTRATADA: PERFORM TECNOLOGIA EIRELI – EPP.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos de informática, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$ 2.163,60

PRAZO: 04 de agosto de 2016 até 01 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 04/08/2016.

CONTRATO Nº 145/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 145/2016
CONTRATADA: COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA EM INDAIAL.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a locação de um imóvel, com características de sala comercial, com área de 285,00 m2, em alvenaria, contendo 01 (uma) sala, 03 (três) banheiros, além de 03 (três) vagas de estacionamento na área externa. Edificação em imóvel registrado no Livro de Transcrição das Transmissões no 3-E, folha 78. Registro anterior sob no 4.564 de Blumenau.

VALOR: R\$3.000,00 (mensal)

PRAZO: 08 de agosto de 2016 à 08 de agosto de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2016.

CONTRATO Nº 146/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 146/2016
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de materiais hospitalares e de enfermagem em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$ 2.942,21

PRAZO: 05 de agosto de 2016 até 02 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2016.

CONTRATO Nº 147/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 147/2016
CONTRATADA: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de materiais hospitalares e de enfermagem em geral, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$5.243,40

PRAZO: 05 de agosto de 2016 até 02 de novembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2016.

CONTRATO Nº 148/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 148/2016
CONTRATADA: ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução, através do Sistema de Mutirão, da pavimentação da Rua Deputado Aldo Pereira de Andrade, com largura de 10,00 mts, extensão de 936,15 mts lineares, totalizando área de 9.361,51m² e 1.872,30 metros lineares de meio-fio.

VALOR: R\$799.472,86

PRAZO: 08 de agosto de 2016 a 03 de fevereiro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016.

CONVÊNIO Nº 011/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 011/2016

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE INDAIAL.

OBJETO DO CONTRATO: O presente termo de Convênio tem como objeto o custeio de despesas de manutenção à Conveniada, conforme Lei Municipal nº 5.276/2016.

VALOR: R\$60.000,00

PRAZO: 15 de junho de 2016 até 31 de dezembro 2016.

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2016.

DECRETO Nº 2086/16

. DECRETO Nº 2086/16

. De 15 de agosto de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.435,59 (sete mil quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MOBILIA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03671002	ESF Estado E.A.
	Valor: (7.435,59)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2087/16

. DECRETO Nº 2087/16

. De 15 de agosto de 2016

EXONERA DIRETORA DE OUVIDORIA / JOVANIA DE FREITAS

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, a partir de 16 de agosto de 2016, do Cargo em Comissão de Diretora de Ouvidoria, previsto na Lei Complementar nº 83/2008 (símbolo CC-2) e alterações, JOVANIA DE FREITAS, nomeada pelo Decreto nº 850/14.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2016

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Indaial

Processo Licitatório nº 115/2016

Inexigibilidade nº 001/2016-25331

Objeto: Contratação de capacitação para conselheiros municipais dos direitos da criança e do adolescente.

Entrega dos envelopes: 16/08/2016

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 085/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 085/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETERS – FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Rogério Wilson Theiss, Responsável pela Diretoria Executiva, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 665.509.559-04 e Cédula de Identidade nº 3/R 2179357, residente e domiciliado à Rua Miracema do Norte, nº 27, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, VINICIUS RONCAGLIO – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.654.822/0001-29, com sede na rua Dr.Bevilaqua, nº s/nº, Bairro Centro, na cidade de Palmas - Estado do Paraná, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Vinicius Roncaglio, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 045.813.059-18 e Cédula de Identidade nº 8.533.656-8 SSP/PR, residente à Rua Bispo Dom Carlos, nº 213, bairro Centro, na cidade de Palmas – Estado do Paraná, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivocontrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação

em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação dos serviços de impressão de livros, para publicação das obras literárias vencedoras do Concurso no 001/2014-28983, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS

8.1. O prazo do presente Contrato é de 08 de agosto de 2016 até 06 de outubro de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 04 de agosto de 2016.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Rogério Wilson Theiss Responsável pela Diretoria Executiva	VINICIUS RONCAGLIO - ME Vinicius Roncaglio Contratada
---	---

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Angelo Soar
OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 106/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 106/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de

Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.128.438/0001-00, com sede na Rua Professor James Fruhstuck, nº 68, bairro Costa e Silva, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Arthur Leocadio Maes Cordeiro, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no CPF nº 054288.109-80 e Cédula de Identidade nº 5.150.436 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Emílio Cubas, nº 55, Apto 102, bairro Bucarein, na cidade de Joinville – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490523400.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490521200.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490523300.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.03000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01010000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01360000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01010000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490521200.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523300.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523400.01000000
- 30.001.140.4490.03671002 ESF Estado E.A.

CLAUSULA SEGUNDA:

O presente Termo ditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 05 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA – ME Arthur Leocadio Maes Cordeiro Contratada
--	--

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Marcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Geovanne Hubs Nicolletti
Secretária Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Osair Reginaldo Anacleto
Responsável Pela Secretaria

FUNDO MUN. DE SAÚDE
Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Tânia Lúcia Petters
Assessora Jurídica
OAB/SC 5.824

Testemunhas:
Nome Legível:
CPF.:

Nome Legível:
CPF.:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 107/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 107/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ADL COMERCIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.267.298/0001-78, com sede na Rua Floriania, nº 467, fundos, bairro Velha Central, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Ivanir Laurindo, brasileiro, inscrito no CPF nº 458.668.999-49 e Cédula de Identidade nº 1.394.100-3, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1, e quarta, item 4.1 e quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
09	01	Unid.	Televisor LED mínimo 40 full HD, com conversor digital embutido, HDMI, controle remoto total, alimentação automática 127-380 v, saída de áudio digital, entrada USB, entrada para PC, com base 100-240 v, garantia mínima de 01 ano.	R\$ 1.994,50	R\$ 1.994,50
17	12	Unid.	Telefone com fio, 02 volumes de campainha, com as seguintes funções adicionais: mute, mode, flash e redial, teclado numérico, deveram estar integrados, obrigatoriamente na base, e não no fone.	R\$ 45,70	R\$ 548,40
24	01	Unid.	Liquidificador tipo industrial com capacidade para 04l, copo em aço inox, gabinete externo em aço inox, motor com potencia mínima de 1,2cv, baixo consumo de energia, com no mínimo 01 ano de garantia.	R\$ 524,80	R\$ 524,80
25	01	Unid.	Liquidificador industrial, com capacidade 02l, copo inox, alta rotação, motor 1/2 cv, voltagem 220v ou bivolt automático, peso aproximado 03kg. Garantia de 01 ano após entrega.	R\$ 462,50	R\$ 462,50
36	01	Unid.	Escada domestica alumínio 7 degraus.	R\$ 164,00	R\$ 164,00
37	03	Unid.	Tenda portátil 3 x 3 c/fechamento lateral.	R\$ 328,90	R\$ 986,70

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$4.680,90 (quatro mil seiscentos e oitenta reais e noventa centavos).

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490523400.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490521200.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490523300.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.03000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01010000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01360000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01010000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490521200.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523300.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523400.01000000
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-3650011
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-1650011
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-3650012
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-1650012
- 31.001.008.244.0031.2517.4490-1650016

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 29 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Contratante	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP Ivanir Laurindo Contratada

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Marcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Geovanne Hubs Nicolletti
Secretária Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Osair Reginaldo Anacleto
Responsável Pela Secretaria

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 108/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 108/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarlino, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.275.465/0001-22, com sede na rua Professor Max Humpl, nº 1.139, sala comercial, Bairro Salto do Norte, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Evandro da Silva, inscrito no CPF sob nº 037.381.209-47 e Cédula de Identidade nº 4.262.328, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490523400.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490521200.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490523300.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.03000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01010000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01360000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01010000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000

- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490521200.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523300.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523400.01000000
- 30.001.140.4490.03671002 ESF Estado E.A.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo ditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 05 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – EPP Evandro Silva Contratada
SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Marcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Geovanne Hubes Nicolletti
Secretária Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Osair Reginaldo Anacleto
Responsável Pela Secretaria

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Tânia Lúcia Petters
Assessora Jurídica
OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Nome Legível:

CPF.:

Nome Legível:

CPF.:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 109/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 109/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de

Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.304.312/0001-69, com sede na rua Amsterdam, nº 891, Bairro Itoupavazinha, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Genuir Kurek, inscrito no CPF sob nº 007.192.539-26 e Cédula de Identidade nº 5.251.086-7, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490523400.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490521200.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490523300.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.03000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01010000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01360000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01010000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490521200.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523300.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523400.01000000
- 30.001.140.4490.03671002 ESF Estado E.A.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo ditado passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que

produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 05 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME Genuir Kurek Contratada
SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Marcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Geovanne Hubs Nicolletti

Secretária Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Osair Reginaldo Anacleto

Responsável Pela Secretaria

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Adriane Machado Ferrari

Secretária Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Tânia Lúcia Petters

Assessora Jurídica

OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 110/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 110/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.138.763/0001-69, com sede na rua Wally Emília Mohr, nº 60, sala 02, Bairro Água Verde, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Altair Scheer, brasileiro, representante comercial, casado, inscrito no CPF sob nº 015.668.139-05, residente e domiciliado na Rua 370-Willy Dorow, nº 100, bairro Vila Rau, na cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1, e quarta, item 4.1 e quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	02	Unid.	Caixa de som, com Subwoofer potência: 15 Watts RMS (Subwoofer 10 W satélites 2,5 W), tensão 220 V ou Bivolt, som estéreo, Woofer e Subwoofer em MDF, frequência de resposta 20 kHz, comunicação ou interface p2 (3.5 mm), controle de volume e grave. Conteúdo da embalagem 02 alto falantes, 01 subwoofer e 01 cabo RCA, 01 ano de garantia.	R\$ 873,00	R\$ 1.746,00
04	01	Unid.	Kit multimídia contendo caixa de som amplificada, microfone e fone de ouvido, na cor preta,	R\$ 53,25	R\$ 53,25
06	01	Unid.	Microfone sem fio, transmissão na faixa alta de UHF de 614 a 806 MHz, canais disponíveis 08 frequências distintas, alcance em área totalmente livre sem barreiras, 75m, microfone classe c profissional, chave liga/desliga, alimentação do receptor fonte a/c110/220 v, automática	R\$ 702,99	R\$ 702,99
12	11	Unid.	Antena digital externa com mínimo 15 elementos.	R\$ 109,70	R\$ 1.206,00
15	01	Unid.	Tela Datashow 180 x 180 m, com tripé, possui mecanismo de velocidade de retração com acionamento manual, com estojo metálico em aço pintura eletrostática anticorrosiva com proteção contra arranhões e alça, com uma tela que permite o ganho de 1,3 vezes de brilho e o realce considerável de contraste, devido à sua superfície de projeção do tipo Matte White (branco opaco) e a existência das bordas pretas proporcionam um excelente enquadramento da projeção de imagem, permitindo ajustar a altura desejada devido ao seu sistema de múltiplas paradas (posições).	R\$ 518,90	R\$ 518,90
22	02	Unid.	Micro ondas para lactário, capacidade 22l, acabamento aço carbono, na cor branca, potência 800 w, painel e timer. Funções: auto reaquecimento e descongelamento rápido. Peso aproximado 12,5kg. Com no mínimo 01 ano de garantia.	R\$ 507,00	R\$ 1.014,00
34	01	Unid.	Aspirador de água e pó, 1.300 watts, capacidade de 20l, voltagem: 110 v ou 220 v; garantia 12 meses; níveis de filtragem: 03; tipo do saco coletor: papel descartável; rodas para transporte: maior mobilidade e estabilidade; mangueira, bocais para piso, cantos e estofados, comprimento do cabo de energia: 08m.	R\$ 501,00	R\$ 501,00
35	03	Unid.	Maquina de costura tipo domestica.	R\$ 833,00	R\$ 2.499,00

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$8.241,84 (oito mil duzentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 30.001.1440.4490.03671002 ESF Estado E.A.

- 31.01.008.244.031.2517.4490523400.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490521200.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490523300.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.03000000

- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.03000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01010000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01360000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01010000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490521200.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523300.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523400.01000000
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-3650011
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-1650011
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-3650012
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-1650012
- 31.001.008.244.0031.2517.4490-1650016

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 29 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mario Withoeft Contratante	COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME Altair Scheer Contratada

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Marcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Geovanne Hubs Nicolletti
Secretária Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Osair Reginaldo Anacleto
Responsável Pela Secretaria

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Nome Legível:
CPF.:

Nome Legível:
CPF.:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 113/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 113/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarlino, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.524.233/0001-09, com sede na Rua Blumenau, nº 83, Bairro Centro, na cidade de Apiúna – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Moacir Antonio Fistarol, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 383.807.069-00 e Cédula de Identidade nº 96.630 SESPDC-SC, residente e domiciliado na Avenida Florianópolis, nº 75, bairro Centro, na cidade de Apiúna – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1, e quarta, item 4.1 e quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
02	04	Unid.	Caixa de som amplificada de 100 W RMS, utiliza 01 alto falante de 12 tweeter, 02 entradas de microfone, entrada CD/auxiliar com conector RCA, entrada para teclado, com entrada para guitarra, com níveis Hig e Low, controles de graves médios e agudos, alimentação 127/220 V – 60 HZ, consumo máximo 80 W.	R\$ 1.296,00	R\$ 5.184,00
13	01	Unid.	Receptor e antena parabólica: recepção de sinais aberto e analógicos em banda c, 200cm de diâmetro, refletores em alumínio, base de construção em aço galvanizado, conversão desses sinais para o canal 3 de vhf, através de um conector fema em sua saída, saídas auxiliares de áudio e de video através de conectores rca fema, controle remoto para todas as funções do receptor, controle do volume de som da tv, deverão acompanhar: base suporte para a fixação da antena, elétrica e mão de obra.	R\$ 699,00	R\$ 699,00
18	12	Unid.	Telefone sem fio, com as seguintes funções, flash, mute, redial, modo de espera, identificador de chamadas, itens inclusos: base monofone, baterias recarregável aaa, fonte automática 110/220 v, manual do usuário, garantia de 01 ano.	R\$ 99,50	R\$1.194,00
32	01	Unid.	Maquina de lavar roupas 3 kg.	R\$ 287,00	R\$ 287,00
33	01	Unid.	Centrifuga para roupa capacidade 10 kg.	R\$ 359,00	R\$ 359,00
43	02	Unid.	Condicionador de ar, ciclo frio, tipo Split no mínimo 18.000 btu's, incluindo instalação. Procel A. Tipo Split high wall, filtro de ar antibactérias, fungos e ácaros, compressor rotativo, chassi aço galvanizado, display digital, controle remoto total, termostato digital, voltagem 220 v ou bivolt, nível de ruído (silencioso ou baixo), com cinco modos de operação (refrigera, ventila, desumidifica e automático), aprovado pelo INMETRO, garantia mínima de três anos. Devidamente instalados por técnico credenciado pela marca, caso necessário para manter a garantia.	R\$ 2.145,00	R\$ 4.290,00

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$12.908,50 (doze mil e novecentos e oito reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490523400.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490521200.03650016

- 31.01.008.244.031.2517.4490523300.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.03000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01010000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01360000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01010000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490521200.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523300.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523400.01000000
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-3650011
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-1650011
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-3650012
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-1650012
- 31.001.008.244.0031.2517.4490-1650016

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 29 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mario Withoef Contratante	FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - EPP Moacir Antonio Fistarol Contratada

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Marcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Geovanne Hubs Nicolletti
Secretária Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Osair Reginaldo Anacleto
Responsável Pela Secretaria

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Angelo Soar
OAB/SC 6.699

Testemunhas:

Nome Legível:
CPF:

Nome Legível:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 114/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 114/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarlíng, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GILMAR SANI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.588.549/0001-62, com sede na Rua Anitápolis, nº 135, Bairro Centro, na cidade de Alfredo Wagner – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rodrigo Alves de Campos, brasileiro, solteiro, representante comercial, inscrito no CPF sob nº 080.057.959-39, Residente e domiciliado na Felício Ledra, nº 245, bairro Santana, na cidade de Rio do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em geral, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490523400.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490521200.03650016
- 31.01.008.244.031.2517.4490523300.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490521200.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523300.03000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01020000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.01000000
- 30.01.010.301.030.1440.4490523400.03000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490523400.01010000

- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01360000
- 05.01.012.365.005.1102.4490523400.01010000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 04.01.004.122.004.1061.4490523400.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490521200.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523300.01000000
- 20.01.016.482.020.1283.4490523400.01000000
- 30.001.140.4490.03671002 ESF Estado E.A.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo ditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 05 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	GILMAR SANI - ME Rodrigo Alves de Campos Contratada
--	---

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS Marcio Antonio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
---	---

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Geovanne Hubs Nicolletti
Secretária Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Osair Reginaldo Anacleto
Responsável Pela Secretaria

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Tânia Lúcia Petters
Assessora Jurídica
OAB/SC 5.824

Testemunhas:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF.:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF.:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 115/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 115/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SUPRIMOVEIS EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.563.256/0001-68, com sede na Rua Coronel Buchelle, nº 646, sala 01, bairro Centro, na cidade de Tijucas- Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Anderson Santos Faria, brasileiro, inscrito no CPF nº 046.057.519-80 e Cédula de Identidade nº 4.239.399 SSP/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1, e quarta, item 4.1 e quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis em geral, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	08	Unid.	Estantes de aço 06 prateleiras com reforço medindo 1,20 x 0,90.	R\$ 125,19	R\$ 1.001,52
18	15	Unid.	Estante em aço, tipo biblioteca reforçada, medindo 1,98m x 92 cm x 30 cm com 6 prateleiras reguláveis com reforço em "x", chapa 20 com tratamento anti ferrugem e pintura eletrostática na cor cinza.	R\$ 202,23	R\$ 3.033,45
19	03	Unid.	Estante de aço com reforço 06 prateleiras medindo 0,90 x 1,98.	R\$ 115,56	R\$ 346,68
20	01	Unid.	Armário de aço com 2 portas, Cor cinza. Estrutura em chapa de aço carbono 22 (0,75mm) estruturada. Pintura eletrostática epóxi pó de alta micragem e acabamento texturizado acetinado cor cinza claro. Os montantes laterais e frontais do móvel, bordas superiores e inferiores das portas, deverão ser arredondadas com raio mínimo de 19 mm (variação de 1 mm para mais ou para menos); Maçaneta metálica cromada, Móvel dotado de fechadura cilíndrica. Dotada de quatro prateleiras, com reforço Ômega. Dimensões 900mm x 400mm x 1980mm (largura x Profundidade x Altura), com variação de mais ou menos 10mm.	R\$ 651,94	R\$ 651,94
21	12	Unid.	Arquivo em aço, medindo 1335 x 710 x 470, tipo vertical, 04 gavetas deslizantes em carrinhos telescópicos, formato ofício, para pastas suspensas, com chave, puxadores de aço e porta etiquetas, estrutura de aço em chapa 24, com tratamento anti ferrugem, e pintura eletrostática, móvel na cor cinza cristal.	R\$ 528,68	R\$ 6.344,16
22	6	Unid.	Armário de aço com duas portas com chave, na cor cinza tamanho 1,97m (a) x 90cm (c) x 40cm (p), com quatro prateleiras reguláveis, estrutura de aço em chapa 24, com pintura antiferrugem e pintura eletrostática na cor cinza.	R\$ 365,93	R\$ 2.195,58
23	04	Unid.	Arquivo de aço com 04 gavetas, cor cinza, com suporte para pastas suspensas e compressores, gavetas com porta-etiquetas estampadas, com fechadura e puxadores embutidos na própria frente da gavetas, puxadores deverão ter impreterivelmente a mesma cor do móvel. Estrutura em chapa de aço carbono 22 (0,75mm) estruturada. Pintura eletrostática epóxi pó de alta micragem e acabamento texturizado acetinado com cinza claro. Cfme especificações do anexo vii do edital.	R\$ 462,24	R\$ 1.848,96

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$15.422,29 (quinze mil quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e nove centavos).

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490524200.03650016

- 30.01.010.301.030.1440.4490524200.01020000
- 20.01.016.482.020.1283.4490524200.01000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490524200.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490524200.01360000
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-3650011
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-1650011
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-3650012
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-1650012
- 31.001.008.244.0031.2517.4490-1650016

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 29 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Witheft Contratante	SUPRIMOVEIS EIRELI – EPP Anderson Santos Faria Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Hubs Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretaria	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Ângelo Soar
OAB/SC nº 6699

Testemunhas:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 116/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 116/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.514.780/0001-13, com sede na Rua Presidente Castelo Branco, nº 167, bairro Paraíso, na cidade de Caçador - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Josnei Rodrigues, brasileiro, vendedor, inscrito no CPF nº 870.612.799-15 e Cédula de Identidade nº 25.927.969, residente na Rua Paulo Trauner, nº 45, Bairro Alegre, na cidade de Rio Negrinho – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente

contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1, e quarta, item 4.1 e quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis em geral, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
LOTE 04					
11	20	Unid.	Cadeira com base fixa tipo trapézio, pintura em epóxi na cor cinza, assento e encosto com espuma injetada 45mm, revestidas em tecido 100% poliéster, resistente a abrasão e ao desgaste, cor a definir.	R\$ 105,17	R\$ 2.103,40
12	30	Unid.	Cadeira fixa 4 pés secretaria tec. Preto.	R\$ 171,02	R\$ 5.130,60
13	10	Unid.	Banqueta de aço com estofado vinil preto.	R\$ 243,79	R\$ 2.437,90
14	04	Unid.	Cadeira Fixa Aproximação Descrição Cadeira Fixa de Aproximação sem apoia braços; Madeira do assento em compensado multilaminado com espessura de 12 mm moldado anatomicamente a quente, com curvatura na parte frontal para evitar o estrangulamento da corrente sanguínea nas pernas. Descritivo conforme descrito (ANEXO V).	R\$ 216,24	R\$ 864,96
15	10	Unid.	Cadeira de escritório, com braços, giratória a gás, mecanismo de regulação de altura do encosto, assento e braços, largura 62 cm, altura 92 cm, profundidade 63 cm, material estofado - cor preta.	R\$ 268,33	R\$ 2.683,30
16	25	Unid.	Longarina com 03 lugares cor preta.	R\$ 260,46	R\$ 6.511,50
VALOR TOTAL LOTE				R\$ 19.731,66	

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$19.731,66 (dezenove mil setecentos e trinta e um reais e sessenta e seis centavos).

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490524200.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490524200.01020000
- 20.01.016.482.020.1283.4490524200.01000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490524200.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490524200.01360000
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-3650011
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-1650011
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-3650012
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-1650012
- 31.001.008.244.0031.2517.4490-1650016

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 29 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Contratante	DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - EPP Josnei Rodrigues Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Hubs Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal

FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretaria	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal
--	---

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Ângelo Soar
OAB/SC nº 6699

Testemunhas:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 117/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 117/2016

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDIAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDIAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, EKOMOB COMÉRCIO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.825.521/0001-55, com sede na Rua Francisco João Tobias, nº 30, bairro Escalvados, na cidade de Navegantes - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Ednelson Booz, brasileiro, vendedor, inscrito no CPF nº 006.825.419-90 e Cédula de Identidade nº 3.234.822-3, residente e domiciliado na cidade de Itajaí – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1, e quarta, item 4.1 e quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de móveis em geral, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis em geral, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
LOTE 06					
24	06	Unid.	Mesa secretaria em mdf 15 mm, cor ovo/ovo com gaveteiro fixo com 03 gavetas ovo/ovo, medindo 121 x 61 x 74.	R\$ 244,61	R\$ 1.467,66
25	5	Unid.	Mesa para impressora em madeira com rodas.	R\$ 181,02	R\$ 905,10
26	03	Unid.	Mesa para computador em formica ovo 1,20m.	R\$ 234,83	R\$ 704,49
27	01	Unid.	Mesa para reunião em formica ovo 2,40m.	R\$ 419,27	R\$ 419,27
28	01	Unid.	Mesa para cozinha, com 04 pés em madeira maciça, tampo em mdp, medindo aproximadamente 1,60m de comprimento x 0,75m de largura x 0,77m de altura, com 06 cadeiras em madeira maciça, assento com espuma revestido em tecido 100% poliester, encosto ripado de madeira maciça, na cor branca.	R\$ 802,33	R\$ 802,33
29	03	Unid.	Mesa escrivaninha reta, com 1200mm de comprimento X 600mm de largura X 750mm de altura, tampo em chapa de fibra de madeira MDF, espessura 25mm, totalmente revestido em chapa de laminado melamínico de alta pressão post-forming 180 graus. Descritivo conforme ANEXO V.	R\$ 321,91	R\$ 965,73
30	01	Unid.	Mesa em madeira e tampo em mdf cinza 3000x100x80	R\$ 391,38	R\$ 391,38
31	6	Unid.	Mesa tipo escrivaninha com 03 gavetas, medindo 120 x 60 x 74 cm na cor cinza.	R\$ 342,46	R\$ 2.054,76

32	02	Unid.	Mesa em formato "I" 170mm x 90mm, conexão 90 graus, gaveteiro com 3 gavetas em pós form 25mm na cor cinza.	R\$ 391,38	R\$ 782,76
VALOR TOTAL LOTE				R\$ 8.493,48	

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$8.493,48 (oito mil quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490524200.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490524200.01020000
- 20.01.016.482.020.1283.4490524200.01000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490524200.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490524200.01360000
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-3650011
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-1650011
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-3650012
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-1650012
- 31.001.008.244.0031.2517.4490-1650016

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 29 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mario Withoeft Contratante	EKOMOB COMÉRCIO LTDA - EPP Ednelson Booz Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Hubs Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretaria	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Ângelo Soar
OAB/SC nº 6699

Testemunhas:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 119/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 119/2016

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zaring, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.275.465/0001-22, com sede na Rua Professor Max Humpl, nº 1.139, sala comercial, bairro Salto do Norte, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Evandro da Silva, brasileiro, inscrito no CPF nº 037.381.209-47 e Cédula de Identidade nº 4.262.328, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1, e quarta, item 4.1 e quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de em geral, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis em geral, conforme quantitativos e especificações a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
LOTE 08					
36	50	Unid.	Banquetas plásticas.	R\$ 23,54	R\$ 1.177,00
37	12	Unid.	Mesa plástica branca quadrada 680mm x 680mm x 730mm.	R\$ 94,33	R\$ 1.131,96
38	130	Unid.	Cadeira de plástico: Cadeira monobloco de polipropileno, na cor branca, pesando 2,150kg.	R\$ 44,27	R\$ 5.755,10
39	50	Unid.	Cadeira plástica branca sem braço 510mm x 430mm x 900mm.	R\$ 65,20	R\$ 3.260,00
VALOR TOTAL LOTE				R\$ 11.324,06	

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$11.324,06 (onze mil trezentos e vinte e quatro reais e seis centavos).

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490524200.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490524200.01020000
- 20.01.016.482.020.1283.4490524200.01000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490524200.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490524200.01360000
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-3650011
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-1650011
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-3650012
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-1650012
- 31.001.008.244.0031.2517.4490-1650016

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 29 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mario Withoeft Contratante	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS Evandro da Silva Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Hubs Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretaria	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Miguel Ângelo Soar

OAB/SC nº 6699

Testemunhas:

Nome Legível:

CPF:

Nome Legível:

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 121/2016

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 121/2016

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Mário Withoeft, Vice - Prefeito no exercício do cargo de prefeito, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado na Rua Viçosa, nº 175, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato pelo Sr. Osair Reginaldo Anacleto, brasileiro, Responsável pela Secretaria de Assistência Social, inscrito no CPF sob nº 768.996.759-00 e Cédula de Identidade nº 2.175.154-4, residente e domiciliado na Rua Arthur Zarling, nº 611, Bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, PAULINÉIA LOTTERMANN REIS - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.936.352/0001-07, com sede na Rua Guilherme Ludwig, nº 242, bairro Área Industrial, na cidade de São José do Inhacora - Estado do Rio Grande do Sul, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Leandro Alberto Kerber, brasileiro, inscrito no CPF nº 770.863.410-53 e Cédula de Identidade nº 3039655141, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1, e quarta, item 4.1 e quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a aquisição de em geral, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição de móveis em geral, conforme quantitativos e especificações a seguir:

TEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
LOTE 01					
01	06	Unid.	Armário pequeno com 01 (uma) porta e 05 (cinco) gavetas. Linha Domo, cor Bege.	R\$ 230,27	R\$ 1.611,89
02	01	Unid.	Armário aéreo mdf branco com 03 portas 120 cm x 27 cm x 61 cm.	R\$ 135,56	R\$ 135,56
03	06	Unid.	Armário madeira grande 02 portas.	R\$ 518,11	R\$ 3.108,66
04	06	Unid.	Armário vitrine com 02 portas e 04 prateleiras em vidro, com fechadura nas portas, fundo teto lateral de ferro (tamanho aproximado 0,65m 0,40m x 1,65m).	R\$ 705,67	R\$ 4.234,02
05	04	Unid.	Armário grande 03 (três) portas. Linha Domo, cor bege.	R\$ 547,82	R\$ 2.191,28
06	01	Unid.	Armário aéreo para cozinha, com três portas e prateleiras internas, fabricado em mdf e portas em madeira maciça de reflorestamento (pinus), acabamento laqueado e verniz, medidas: 67cm de altura x 120cm largura x 34,8cm profundidade.	R\$ 183,86	R\$ 183,86
VALOR TOTAL LOTE				R\$ 11.465,27	

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$11.465,27 (onze mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste contrato serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias

do exercício de 2016:

- 31.01.008.244.031.2517.4490524200.03650016
- 30.01.010.301.030.1440.4490524200.01020000
- 20.01.016.482.020.1283.4490524200.01000000
- 05.01.012.365.005.1103.4490524200.01190000
- 05.01.012.365.005.1103.4490524200.01360000
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-3650011
- 31.001.008.244.0031.2510.4490-1650011
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-3650012
- 31.001.008.243.0031.2503.4490-1650012
- 31.001.008.244.0031.2517.4490-1650016

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos e jurídicos.

Indaial/SC, em 29 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Mário Withoef Contratante	PAULINÉIA LOTTERMANN REIS - ME Leandro Alberto Kerber Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Hubs Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL Osair Reginaldo Anacleto Responsável Pela Secretaria	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Adriane Machado Ferrari Secretária Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
Miguel Ângelo Soar
OAB/SC nº 6699

Testemunhas:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF.:

Assinatura:
Nome Legível:
CPF.:

TERMO ADITIVO Nº 012 AO CONTRATO Nº 127/2014

TERMO ADITIVO Nº 012 AO CONTRATO Nº 127/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e as empresas SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, com sede na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, na Rua Pedro da Cunha, 61 – Capoeiras, inscrita no CNPJ sob nº 05.039.594/0001-68, e AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, com sede na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, na Rua Michigan, 651 – Brooklin, inscrita no CNPJ sob nº 31.332.778/0001-21, que constituem o CONSÓRCIO AERO-INDAIAL, inscrito no CNPJ sob nº 20.146.984/0001-20, do qual ficou designado entre as partes consorciadas a empresa AEROCARTA S.A ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, como líder do Consórcio, representada pelos Srs. Massayoshi Assano, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 478.277.698-53 e Cédula de Identidade nº 4.186.000 SSP/SP, com endereço na rua Brás Leme, nº 2.242, Apto131, Bloco 1, Santana, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, e Saint-Cler Soares, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 061.429.908-04 e Cédula de Identidade nº 2.579.439-5 SSP/SP, com endereço na rua Granja Julieta, 9, Apto 124, Granja Julieta, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula décima, item 10.1, do contrato original, que tem como objeto a execução dos serviços de engenharia, contemplando a atualização da base cartográfica, atualização do cadastro imobiliário e implantação de sistema de informações geográficas – SIG, incluindo a integração do sistema de geoprocessamento e sistema de informações interno do Município de Indaial, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA DÉCIMA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2016:

09.01.015.451.009.2234.3390399900.01000000
09.01.015.451.009.2234.3390399900.01830004
09.01.015.451.009.2234.3390399900.03000000
09.001.0015.0451.0009.2233.3339000000000000.01000000

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 05 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAL

Sérgio Almir dos Santos

Contratante

AEROCARTA S.A ENGENHARIA Massayoshi Assano Contratada	AEROCARTA S.A ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS Saint-Cler Soares Contratada
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2016**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.19/2016****Processo Licitatório Nº 16/00000097****Pregão Nº 29/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.19/2016**

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **Mario Withoeft**, Prefeito em exercício legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 381.254.479/20 e Cédula de Identidade nº 757.931-4, residente e domiciliado à Rua Viçosa, nº 175, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 16/00000097 - Pregão Nº 29/2016, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 LA BRECIA LANCHES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.071.606/0001-31, estabelecida à RODOVIA BR 470, nº 152 – Bairro BENEDITO, no município de Indaial – Santa Catarina.

2. DO OBJETO:

- 2.1. Aquisição de alimentação preparada
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

3. VALORES REGISTRADOS:

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1.

300950 - LA BRECIA LANCHES LTDA ME						
Lote: 1 - LOTE 01						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	REFEIÇÕES DIÁRIAS, ALMOÇO E JANTAR, COMPREENDENDO	UNIDADE		4.700	R\$15,00	R\$70.500,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.19/2016

	ENTREGA DA ALIMENTAÇÃO PRONTA NO LOCAL. CFME AS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS MENCIONADOS NO QUADRO ACIMA, ESTÃO INSERIDAS NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.					
2	REFEIÇÕES DIÁRIAS, ALMOÇO E JANTAR, COMPREENDENDO ENTREGA DA ALIMENTAÇÃO PRONTA, TIPO MARMITA. CFME AS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS MENCIONADOS NO QUADRO ACIMA, ESTÃO INSERIDAS NO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		300	R\$12,50	R\$3.750,00
Total Lote:						R\$74.250,00
Total Fornecedor:						R\$74.250,00
Total Homologação:						R\$74.250,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.19/2016**

- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

7. PRAZO DE VALIDADE:

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.19/2016**

públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

- 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 97/2016 - Edital de Pregão nº 29/2016.

9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

10. SANÇÕES:

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
 - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
 - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
 - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
 - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
 - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
 - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.19/2016**

- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
 - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

11. RESCISÃO DA ATA:

- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.
- 11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.19/2016**

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 25 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL
Mario Withoeft
Prefeito em exercício

**ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS Nº.19/2016**

LA BRECIA LANCHES LTDA ME
JOSÉ EDSON MOTA
Representante

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 273/2016 DE 15 DE AGOSTO DE 2016
NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-SC.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

NOMEIA

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para constituírem a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal De Educação – PME, do Município de Ipumirim/SC.

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Marizete Bonissoni Cagol
Suplente: Ione Farina

II - Representante da Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social da Câmara de Vereadores:
Titular: Marilete Pramio Bortoli
Suplente: Adriana de Pinho Tiepo

III - Representante do Conselho Municipal de Educação:
Titular: Adriana Gedoz Raymundi
Suplente: Ivalene Pelin Klee

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 15 de agosto de 2016.
Valdir Zanella
Prefeito

PORTARIA Nº 274/2016 CMPC
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM
IPUMIRIM-SC

PORTARIA Nº 274/2016 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.
HOMOLOGA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL-CMPC

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais.

HOMOLOGA

Art. 1 – Ficam homologados os seguintes membros para constituírem o Conselho Municipal de Política Cultural:

I - GOVERNAMENTAIS:

a) Diretor do Departamento Municipal de Cultura
Titular: Hedio Meine
Suplente: Marilei Salete Frigeri Carpinelli

b) Dirigente ou Funcionário de Instituição Pública Cultural
Titular: Marisa Rossetto
Suplente: Vania Tedesco

c) Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Titular: Aneliria Tecchio
Suplente: Adriana Ongaratto

d) Representantes de Secretarias ou Órgãos Municipais ou Instituições Públicas Estaduais ou Federais com Ações Afins ou Transversais à Cultura
Titular: Danusia Carmem Bonissoni
Suplente: Nedio Patzlaff

Titular: Gessi Campos
Suplente: Jakline Fracasso

Titular: Gilmar Antonio da Rosa
Suplente: Ivone Siebeneichler

II – SOCIEDADE CIVIL:

a) Representante da Cultura nas Escolas
Titular: Roselei Regert - 9937.6448
Suplente: Rosmeri Guerini Falabretti

b) Representante da Cultura nas Comunidades Rurais
Titular: Lademir Zanella

c) Representante de Artes
Titular: Juliane Rell
Suplente: João Batista de Quadros

d) Representante de Artesanato
Titular: Ires Zoraide Sonntag Parizotto
Suplente: Marcos Biondo

e) Representante da Música e Canto Coral
Titular: Margner Helbing
Suplente: Paulo Lersch

f) Representante do Patrimônio Cultural Material e Imaterial
Titular: Leda Isabel Biffi Spricigo
Suplente: João Batista Martins Machado

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir da presente data.

Ipumirim-SC, 15 de agosto de 2016.
Valdir Zanella
Prefeito

PORTARIA Nº. 272/2016 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PÚBLICO POR AUXÍLIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providências.

AFASTA POR AUXÍLIO DOENÇA

DANIELA ZANELLA, matrícula 2031, brasileira, portadora da cédula de identidade nº. 3.931.587 e CPF sob o nº. 029.292.229/99, residente e domiciliada na Rua Antonio José Techio, no cargo Efetivo de Professora, com carga horária de 20 horas semanais, afastamento por auxílio doença por prazo indeterminado.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 13 de Agosto de 2016.

Ipumirim – SC, 15 de Agosto de 2016.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Maira Comboski
Auxiliar Administrativo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 46/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 29/08/2016, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 29/08/2016. Objeto da licitação: contratação de empresa para serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para a frota municipal de máquinas e veículos com entrega de forma parcelada, conforme as necessidades verificadas em cada setor. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 15/08/2016

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02/2016 CMHIS

A Comissão de Organização do processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil que integrarão o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS gestão 2016/2018.

RESOLUÇÃO Nº. 02/2016

Dispõe sobre a prorrogação do prazo das habilitações das entidades não governamentais para participação do processo de escolha dos representantes da sociedade civil em fórum específico/plenária aberta para a composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

A Comissão de Organização do processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil que integrarão o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS gestão 2016/2018, no uso de suas atribuições que são conferidas através da Resolução nº. 01/2016 e do Edital nº. 01/2016 faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica prorrogado o prazo das habilitações das entidades não governamentais para participação do processo de escolha dos representantes da sociedade civil em fórum específico/plenária aberta para a composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, em decorrência da insuficiência de entidades que apresentaram a documentação para habilitação, diante disso amplia – se para o período de 15 de agosto de 2016 à 25 de agosto de 2016, para apresentação da documentação perante a comissão organizadora do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social em formulário próprio, no endereço Rua Bento Gonçalves nº. 259 - centro, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nos dias úteis, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

Art. 2º. Perante a prorrogação de 10 (dez) dias do período de habilitação as demais datas contidas no Edital nº. 01/2016 ficam alteradas automaticamente.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim SC, 15 de agosto de 2016

Membro da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão

Membro da Comissão

Irineópolis

HOSPITAL Bom JESUS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05-2016.

PROCESSO LICITATÓRIO 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL 02/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016.

VALIDADE: 12 (DOZE MESES)

O Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.145.375/0001-77, com sede administrativa estabelecida à Rua Paraná, 168, em Irineópolis - SC, neste ato representado pela Senhora MÁRCIA MARIA KERSCHER, brasileira, casada, no exercício do Cargo de Presidente do referido hospital, residente e domiciliada na localidade de São Pascoal, na zona rural do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 780.532.939-72, e RG nº 2.313.536, de ora em diante denominado de Contratante; e a empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Alameda Rio Negro, 161, 17º e 18º pavimentos, Edifício West Point, Alphaville, CEP 06454-000, no município de Barueri, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.740.876/0001-25, pelos seus representantes, Júlio Cesar Moreira de Brito, brasileiro, casado, administrador de empresas, Diretor Comercial, portador de RG 96.631.872-2 SSP/BA, e CPF 334.525.801-30, e Julio Cesar Melo Plum, brasileiro, casado, administrador de empresas, Superintendente, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00, e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 02/2016, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

TABELA COM TOTAIS ESTIMADOS DE BENEFICIÁRIOS E VALORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ÚNICO	FORNECIMENTO DE CARTÕES DE ALIMENTAÇÃO	18	R\$ 216,82	R\$ 3.035,48	R\$ 46.833,12
VALOR UNITÁRIO MENSAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (REAIS) R\$ 2,21			VALOR TOTAL MENSAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (REAIS) – R\$ 39.78		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA COM A INCIDÊNCIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 47.310,48 (QUARENTA E SETE MIL, TREZENTOS E DEZ REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).		

VALOR TOTAL MENSAL COM A INCIDÊNCIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 3.942,54
(Três mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

1.2 – A detentora da Ata de Registro, quando da solicitação pela secretaria devesse atender as seguintes exigências:

1.2.1. Entregar os produtos no endereço: Rua Paraná, nº 168, centro – Irineópolis/SC.

1.3 - Os produtos deverão ter validade mínima de 06 (seis) meses, a contar da data da efetiva entrega dos mesmos no local indicado, conforme item anterior.

CLAUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

2.2 – Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os materiais referidos na clausula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 – Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 02/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLAUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1 – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da nota fiscal pelo setor competente, mediante

boleto bancário.

3.2 – A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3.3 – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem a aplicação da penalidade.

3.4 – As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias.

3.4.1 – juntamente com a nota fiscal, a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.5 – O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 – Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLAUSULA QUARTA DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 – O prazo de entrega será de no máximo 05 (cinco) dias consecutivos, a partir do recebimento da nota de empenho.

4.1.1 – A empresa fornecedora deverá constar na nota fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

4.2 – Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, o funcionário responsável não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.3 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 05 (cinco).

4.4 – A secretaria terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.5 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Hospital:

5.1.1 – Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 – Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso;

5.1.3 – Prestar a contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 – Notificar, por escrito, à contratada da aplicação de qualquer sanção.

5.2 – Da empresa Vencedora:

5.2.1 – Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 – pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 – Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5 – Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 – Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

CLAUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 – Os contratos de aquisição, decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 – A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 – A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na copia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 – A copia da nota de empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLAUSULA SETIMA DAS PENALIDADES

7.1 – Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de 02% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 – Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 – Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “d” e “e”, do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 – O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido a Presidente da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLAUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da clausula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº. 02/2016 o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLAUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 – a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 – a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 – a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 – por razões de interesse publico devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLAUSULA DECIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 – A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 – A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – Integra esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 01 /2016 e a proposta da empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.684/2007, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 – As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 10 de agosto de 2016
MÁRCIA MARIA KERSCHER
PRESIDENTE DO HMBJ

Júlio Cesar Moreira de Brito

Júlio Cesar Melo Plum

COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS.
EMPRESA DETENTORA DO CONTRATO

Testemunhas:

Nome: Maria Laura Binder Lima
CPF: 899.073.709-59

Nome: Silvana Rodrigues da Silva
CPF: 063.466.079 - 95

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05-2016

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05/2016

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratada: Companhia Brasileira de Soluções e Serviços

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER VALES ALIMENTAÇÃO EM FORMA DE CARTÃO MAGNÉTICO/ELETRÔNICO COM OU SEM CHIP DE SEGURANÇA.

Valor: R\$ 47.310,48 (Quarenta e Sete mil, Trezentos e Dez Reais e Quarenta e Oito Centavos).

Vigência: 10/08/2016 a 10/08/2017.

Lei: 10.520/02 e 8.666/93 consolidada.

MARCIA MARIA KERSCHER

Presidente HMBJ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PROCESSO N° 02/2016

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - RP N° 02/2016.

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS – IRINEÓPOLIS – SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2016

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS.

Irineópolis, 10 de agosto de 2016.

MÁRCIA MARIA KERSCHER

Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 004/2016, em prol da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, CNPJ nº. 34.028.316/0028-23, visando a prestação de serviços e venda de produtos disponibilizados em unidades de atendimento da ECT. O valor a ser pago é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo pago em doze parcelas iguais de R\$ 1.000,00 (dois mil reais). Fundamentação legal: Art. 24, inciso VIII da Lei nº. 8.666/93.

Itá SC., 12 de agosto de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 13/2016

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIÓPOLIS/SC. Processo Licitatório nº 13/2016; Pregão Presencial nº 08/2016; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios, carga de gás de cozinha, materiais de acondicionamento e embalagem e material de copa e cozinha para uso na FHMSA. Entrega dos Envelopes: Até às 08:45 horas do dia 30 de agosto de 2016; Abertura dos Envelopes: às 09:00 horas do dia 30 de agosto de 2016 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º andar de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fone 047 3652 2211 ou no site www.itaiopolis.sc.gov.br. Itaiópolis, 15 de agosto de 2016. Nair Veronica Pivovar – Administradora Hospitalar.

AVISO DE SUSPENSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE SUSPENSÃO

Processo Licitatório nº 37/2016 – Pregão Presencial nº 23/2016 – Objeto: Contratação de licença de uso de solução para gestão pública informatizada de acordo com o detalhamento técnico, quantitativos e serviços correlatos descritos no Anexo I - PROJETO BÁSICO, do Edital. Fica SUSPENSO SINE DIE, diante a impugnação impetrada pela empresa BETHA SISTEMAS LTDA, e conforme decisão do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio. Itaiópolis, 15 de agosto de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE - Prefeito Municipal.

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIOPOLIS/SC

Processo Licitatório nº 19/2016 – Pregão Eletrônico nº 17/2016. O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, resolve revogar a presente licitação, que tem por objeto a aquisição de medicamentos para uso e distribuição nas Unidades Sanitárias e ESF's da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiopolis. Fundamentação: art. 49 da Lei 8.666/93. Esta licitação terá nova data que será publicada. Itaiopolis 15 de agosto de 2016. José Heraldo Schritke. Prefeito Municipal.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Extrato de Licitação Nº 20/2016. Pregão Presencial Nº 18/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de combustíveis (gasolina Comum e Óleo Diesel S-10) para uso dos veículos da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiopolis, quando em viagem ao Município de Florianópolis/SC, transportando pacientes encaminhados para tratamento especializado de Média e Alta Complexidade onde a capacidade normal de combustível dos mesmos não é suficiente para terminar o percurso. Contratada: Posto Galo Ltda. Gasolina Comum. Valor: R\$ 29.320,00 e Óleo Diesel S-10. Valor: 6.398,00. Vigência: 12 de agosto de 2017. Itaiópolis, 15/08/2016. José Heraldo Schritke – Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 129, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 129, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de Recurso 86 – Convênio de Trânsito Civil, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais):

03.01 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos
04.181.0014.2007 – Convênio de Trânsito
33.90.00.00.00.00.00.0086 - Aplicações diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 12 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DISPENSA Nº 128/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 128/2016

Dispensa de Licitação nº 128/2016

Partes: Município de Itapiranga e COOAFI – Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapiranga.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados para o Programa da Merenda Escolar, deste município.

Fundamento: Resolução CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009 e no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE c/c art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009 e os pressupostos do art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Valor: R\$:33.844,00

Vigência: 31/12/2016

Itapiranga - SC., 12 de agosto de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 100/2016

Portaria nº 100 de 12 de agosto de 2016

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o pagamento de insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento), aos servidores municipais abaixo relacionados, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.

NOME DO SERVIDOR MATRÍCULA CARGO DO SERVIDOR

André Batista Schrippe 15243/01 Aux. de Manutenção Hidráulica

Marco Antônio Vieira 15241/01 Agente de Combate a Endemias

Vanessa Bartz Silva 15242/01 Agente de Combate a Endemias

Art. 2º - Cessar o pagamento de insalubridade aos servidores municipais abaixo relacionados, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT e Parecer Jurídico nº 123/2016.

NOME DO SERVIDOR MATRÍCULA CARGO DO SERVIDOR

Querino João Mueller 1343/01 Aux. de Serviços Gerais

Nélio Weigner 4114/01 Operador de Máquinas

Afonso Lauro Engel 5966/01 Operador de Máquinas

Artur Weigner 6348/01 Operador de Máquinas

Alceu da Silva Vaz 6375/01 Operador de Máquinas

Paulo Rohr 10137/05 Motorista

Maria S. M. Lima Hobold 10233/01 Professora

Ariel Welter 12509/02 Operador de máquinas

Rosimere de Souza 14438/01 Aux. de Serviços Gerais

Laércio José Weber 12570/01 Operador de Máquinas

Otávio Speth 13154/04 Pedreiro

Clenio José Negri 14118/02 Motorista

Tarcisio Schlickmann 14136/02 Motorista

Ricardo Meurer 14181/02 Aux. de Manut. Hidráulica

Doraldino Walker 14195/02 Operador de Máquinas

Leandro Piffer 14253/01 Operador de Máquinas

Joel Staub 14256/01 Operador de Máquinas

Laerton João Weber 14946/01 Operador de Máquinas

Andréia Teloecken 14434/01 Aux. de Serviços Gerais

Maurício Pauli 14437/01 Jardineiro

Rosemeri Bourscheidt 14438/01 Jardineiro

Alberto Kolling 14558/01 Motorista

Elton Luis Locatelli 14645/01 Motorista

Sírio José Ruschel 14779/01 Motorista

Sérgio Luis Reckziegel 14795/01 Motorista

Moacir Royer 14968/01 Motorista

Elisandro de Souza 15031/01 Motorista

Adael Mauricio Giehl 15073/01 Operador de Máquinas

Art. 3º - Alterar o percentual de insalubridade de 40% (quarenta por cento) para 20% (vinte por cento), dos servidores municipais abaixo relacionados, em conformidade com Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT.

NOME DO SERVIDOR MATRÍCULA CARGO DO SERVIDOR

Domicílio José Stefanello 6382/01 Médico Veterinário

Oto Afonso Theobald 7617/01 Aux. de Serviços Gerais

Hilário Luiz Strack 14262/02 Borracheiro

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/8/2016.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 12 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 101/2016

PORTARIA Nº 101 de 15 de agosto de 2016

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a carga horária de vinte horas semanais para quarenta horas semanais da servidora municipal Ida Cecília Vogt, matrícula nº 14303/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, no período de 15/08/2016 até 26/08/2016, em virtude do afastamento por doença da servidora Dinéia Ferreira Mendes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC., 15 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 129/2016, cujo objeto é a locação de estruturas metálicas e locação de geradores de energia elétrica, destinados para a realização de eventos no município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 26 de agosto de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 15 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 42/2016

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2016 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo dia do mês de agosto de 2016, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICK DUTRA POHL, MARIZA APARECIDA FILLA E JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, nomeados pelo (a) Decreto nº 2722/2016, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 21/2016, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricar os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
BAUER COMERCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS LTDA ME	HASSAN PARHAMFARD
MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA	IVAN PIETRO JUNKES

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
BAUER COMERCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS LTDA ME	1, 2, 3, 4, 5, 6	R\$ 13.169,40

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos

termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 10 de agosto de 2016

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
ISABELA RAICK DUTRA POHL Membro	MARIZA APARECIDA FILLA Membro
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	

Licitantes:

BAUER COMERCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS LTDA ME HASSAN PARHAMFARD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA IVAN PIETRO JUNKES
---	---

DECRETO MUNICIPAL Nº 2854/2016 – REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2220/2014, DE 06 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2854/2016

Data: 05 de agosto de 2016.

REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2220/2014, DE 06 DE JUNHO DE 2014, QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A PROFISSIONAL DE SAÚDE DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica Revogado o Decreto Municipal nº 2220/2014, de 06 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de julho de 2016.

Itapoá (SC), 05 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2858/2016 – ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2448/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015, QUE NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE REVISÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

DECRETO MUNICIPAL nº 2858/2016

Data: 11 de agosto de 2016.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2448/2015, DE 08 DE MAIO DE 2015, QUE NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE REVISÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art.1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto Municipal nº 2848/2015, de 08 de maio de 2015, com a seguinte inclusão:

7. Rosilda Aparecida Boldori
8. Jackson Alves de Assunção

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 11 de agosto de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/16

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2016

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: BAUER COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAMENTAS LTDA ME, com sede à Av. Brasil, nº 2557, Bairro: Centro, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.260.099/0001-99 e Inscrição Estadual: 257210792, representada neste ato por sócio, o Sr. HASSAN PARHAMFARD, portadora do CNPJ/MF nº 127.09.268-54 e do Registro Nacional de Estrangeiro nº V088725-R.

Licitação: PREGÃO Nº42/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016 - PROCESSO Nº 55/2016.

Objeto: Aquisição de lubrificantes para abastecimento da frota de veículos, caminhões e máquinas pesadas do Município de Itapoá, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 13.169,00

DATA DA ASSINATURA: 12/08/2016

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93.

Itapoá, 12 de agosto de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

MEIO AMBIENTE: EDITAL 007/2016 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO

EDITAL 007/2016 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO

A Autoridade Ambiental Fiscalizadora da Secretaria de Turismo, Meio Ambiente Cultura através do Departamento de Meio Ambiente, setor de fiscalização, vem por meio deste Edital INTIMAR/NOTIFICAR os autuados citados nos processos administrativos decorrentes de Auto de infrações Ambiental abaixo listados nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 021/2008 , Art 39 § 2º Não tendo sido encontrado, o infrator, nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a comunicação da decisão será feita via edital oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá, por um período de dez dias, após o que, as providencias legais serão tomadas. Para querendo no prazo de 10 (dez) dias passados do edital, apresente as alegações finais, devendo protocola-las, ate as 14:00 do Ultimo dia do Prazo , no setor de protocolos do Departamento de Meio Ambiente, localizados na Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188, Jardim Perola do Atlântico, Itapoá, SC, endereçando para a Autoridade Ambiental Fiscalizadora do Departamento de Meio Ambiente.

A presente relação também estará disponível na pagina da Prefeitura Municipal de Itapoá em: <http://www.itapoa.sc.gov.br>, e será fixada no mural da sede do Departamento de Meio Ambiente no endereço Citado Acima informado. Os processos administrativos encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, no mesmo endereço.

RELAÇÃO DOS AUTUADOS

Autuado	CNPJ/CPF	Auto	Local
Ademar Borim Chaurais	322.410.209-82	64	Sai Mirim Q 44 L 06
Marcos Lopes Maciel	032.986.009-70	60	Sai Mirim Q 103 L 14
Melyssa Martins Santana	213.490.533-68	59	Princesa do Mar Q 63 L 004
Ida Vitalina Soccol	000.691.759-3438	56	Sai Mirim Q 47 L 08,09,10 e 11

Itapoá 15 de agosto de 2016.

João Claudio Soares

Fiscal de Meio Ambiente

Departamento de Meio Ambiente

Secretária de Turismo, Meio Meio Ambiente e Cultura

Prefeitura Municipal de Itapoá

MEIO AMBIENTE: EDITAL 008/2016 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO TERMO DE CIÊNCIA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTANCIA

EDITAL 008/2016 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO TERMO DE CIÊNCIA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTANCIA..

A Autoridade Ambiental Fiscalizadora da Secretaria de Turismo, Meio Ambiente Cultura através do Departamento de Meio Ambiente, setor de fiscalização, vem por meio deste Edital INTIMAR/NOTIFICAR os autuados citados nos processos administrativos decorrentes de Auto de infrações Ambiental abaixo listados nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 021/2008 , Art 39 § 2º Não tendo sido encontrado, o infrator, nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a comunicação da decisão será feita via edital oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá, por um período de dez dias, após o que, as providencias legais serão tomadas. Para querendo no prazo de 10 (dez) dias passados do edital, apresente as alegações finais, devendo protocola-las, ate as 14:00 do Ultimo dia do Prazo , no setor de protocolos do Departamento de Meio Ambiente, localizados na Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira 188, Jardim Perola do Atlântico, Itapoá, SC, endereçando para a Autoridade Ambiental Fiscalizadora do Departamento de Meio Ambiente.

A presente relação também estará disponível na pagina da Prefeitura Municipal de Itapoá em: <http://www.itapoa.sc.gov.br>, e será fixada no mural da sede do Departamento de Meio Ambiente no endereço Citado Acima informado. Os processos administrativos encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, no mesmo endereço.

RELAÇÃO DOS AUTUADOS

Autuado	CNPJ/CPF	Auto	Local
Lourival Peyerl		33	Nascimento Q 10 L 07

Itapoá 15 de agosto de 2016.

João Claudio Soares

Fiscal de Meio Ambiente

Departamento de Meio Ambiente

Secretária de Turismo, Meio Meio Ambiente e Cultura

Prefeitura Municipal de Itapoá

PORTARIA 001/2016-STMC/SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA

Itapoá,15 de Agosto de 2016

PORTARIA 001/2016-STMC/Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura

O Secretário de Meio Ambiente no uso de suas atribuições, RESOLVE :

Considerando as atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local;

Considerando que está na competência municipal a fiscalização das atividades consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental de impacto local;

Considerando a existência de grande volume de resíduos sólidos gerados por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, oriundos de cortes de vegetação ou rejeitos da construção civil;

Considerando a existência de grandes impactos ambientais causados no município por pessoas físicas ou jurídicas, público ou privada relacionados aos resíduos citados acima;

Considerando que a Lei Federal 12.305/2010- Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos;

Considerando o disposto do Art 47 parágrafo II e III do CAP VI desta lei proíbe a destinação final destes resíduos em locais inadequados;

Considerando o disposto do Art 29 do CAP III da lei 12.305/2010 que cabe ao poder público combater assim que tenha conhecimento, qualquer evento lesivo ao meio ambiente ou a saúde pública relacionada ao gerenciamento de resíduos sólidos;

Considerando o disposto do ART 11 inciso II do CAP I da lei 12305/2010, cabe ao órgão ambiental do Sisnama controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitos ao licenciamento ambiental para atividades ou empreendimentos que gerem resíduos;

Considerando que o município de Itapoá responde a vários ofícios expedidos pelo MPSC-Promotoria Regional do Meio Ambiente Comarca de Jaraguá do Sul, para que preste informações relacionadas as soluções que serão adotadas para resolver o problema de destinação final correta de resíduos da construção civil e volumosos;

RESOLVE:

Art.1º Fica obrigatório a apresentação de documento que comprove a destinação final correta de resíduos oriundos de supressões de vegetação ou remoção de aterros para processos de correção ou implantação terraplanagem, ex (CDS-Certificado de Destinação Final de Resíduos),conforme prazos estabelecidos na AuC- Autorização de Corte ou licença de terraplanagem.

Art.2º Fica vedado a qualquer servidor deste dpto a entrega de AuC ou Licença de terraplanagem sem a assinatura do requerente de "Termo

de Compromisso” para cumprimento no prazo específico das condicionantes apresentadas.

Art 3º Esta portaria passa a ter validade conforme data de publicação no diário oficial do município-DOM

Atenciosamente

Conrado Schneider Junior
Secretário de Turismo, Meio Ambiente e Cultura

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 134/2016 DO EDITAL Nº 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 134/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 17/08/2016, às 10h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
43	40	Educação Infantil	Joelma Dutra de Almeida	23/08/2016	31/10/2016

Itapoá, 15 de agosto de 2016.
Ana Claudia de Oliveira Jacinto
Secretária de Educação

TERMO ADITIVO Nº 24/2016

TERMO ADITIVO Nº 24/2016 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2014. (8º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, portadora do CNPF/MF nº: 104.750.538-00 e do CI.RG. nº 6.555.545 SSP/PR e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, de outro lado a Empresa SOLO ENGENHARIA LTDA, com sede à Rua Francisco Pauli, nº 451, Sala 04, Bairro: Oxford na cidade de São Bento do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.743.714/0001-00 e Inscrição Estadual nº 255.378.181, representada neste ato por sócio, o Sr. TIAGO LUY, portador do CNPF/MF nº 045.957.139-75 e do CI.RG nº 4.358.866 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Cobertura em estrutura metálica galvanizada, com 772,40m², na quadra poliesportiva da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 14/2014 – PROCESSO Nº 141/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 118/2014, em 60 (sessenta) dias corridos contados a partir do dia 10/08/2016, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 118/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 118/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 09 de agosto de 2016.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA SOLO ENGENHARIA LTDA TIAGO LUY
ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas:	
NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

TERMO ADITIVO Nº25/2016-MANUTENÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

TERMO ADITIVO 25/2016 QUE VISA ADITIVAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2014. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, ato representado pelo Diretor de Obras e Serviços Públicos, o Sr. IRINEU ANTÔNIO IGNÁCIO, portador do CI.RG. nº 596829 SSP/SC e do CNPF/MF nº 248.322.789-91, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 873994 SSP/PR e do CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA com sede à Rua Abelardo Manoel Peixer, nº 55, Bairro Barreiros na cidade de São José/SC, CEP 88.110-055 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.008.659/0001-69 e Inscrição Estadual nº 255.464.754, representada neste ato pelo sócio administrador o Sr. ELIGÍO JOSÉ SCHMITT, portador do CNPF/MF nº 732.446.439-49 e do CI.RG nº 2.081.798-3 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo que visa aditar a Contratação de empresa de engenharia elétrica, devidamente estabelecida para este fim, para executar serviços na rede de iluminação pública do município de Itapoá/SC, compreendendo os serviços de manutenção corretiva e preventiva, melhorias, ampliação com efficientização do parque de iluminação pública com 6.667 (seis mil seiscentos e sessenta e sete) pontos de iluminação e atendimento a eventos municipais, com: fornecimento de materiais, inventário e cadastramento georreferenciado dos pontos de iluminação, atendimento via call-center, bem como destinação final das lâmpadas de acordo com a legislação atual. Também contemplando a elaboração de projetos e fornecimento de documentos que visem a liberação de obras relativas à iluminação pública, junto a concessionária de distribuição de energia CELESC Distribuição S.A. A prestação dos serviços e o fornecimento de materiais serão de forma continuada pelo período estabelecido no Edital, e eventuais prorrogações amparadas na legislação, conforme especificações contidas neste Projeto e demais documentos anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA Nº 02/2014 - PROCESSO Nº 69/2014, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa prorrogar a vigência Contrato Administrativo nº 80/2014 em 12 (doze) meses e conceder o reajuste dos valores atualmente praticados em conformidade com cláusula sétima do respectivo contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

Prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 80/2014, em 12 (doze) meses contados a partir do dia 01/09/2016, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula quinta "Do Preço", acrescentando o valor de R\$ 1.351.327,56 (um milhão trezentos e cinquenta e um mil trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos), correspondentes ao valor total para o período de prorrogação, considerando o reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC conforme cláusula sétima do referido contrato, demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO RESUMO - ANEXO VIII - B - ATUALIZAÇÃO 3º ADITIVO				
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	MESES	PREVISÃO ORÇAMEN- TÁRIA MENSAL R\$	PREVISÃO ORÇAMEN- TÁRIA TOTAL R\$
1	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONTROLE E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E SISTEMA POR SOFTWARE	12	R\$ 29.706,05	R\$ 356.472,60
2	SERVIÇOS DE MELHORIA AMPLIAÇÃO E EVENTOS	12	R\$ 13.822,15	R\$ 165.865,80
2.A	SERVIÇOS DE MELHORIA AMPLIAÇÃO E EVENTOS - 1ª ADITIVO Nº 44/2015	12	R\$ 3.455,55	R\$ 41.466,60
3	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO, MELHORIA, AMPLIAÇÃO E EVENTOS	12	R\$ 52.646,90	R\$ 631.762,80
3.A	MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO, MELHORIA, AMPLIAÇÃO E EVENTOS - 1ª ADITIVO Nº 44/2015	12	R\$ 12.979,90	R\$ 155.758,80
TOTAL GERAL (R\$)				R\$ 1.351.326,60

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 80/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 80/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 12 de agosto de 2016.

CONTRATANTE SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	CONTRATADA ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA ELIGÍO JOSÉ SCHMITT
IRINEU ANTÔNIO IGNÁCIO SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DIRETOR DE OBRAS	
Testemunhas: Nome: CPF/MF:	Nome: CPF/MF:

TERMO ADITIVO Nº26/2016-TRANSPORTE DE PACIENTES

TERMO ADITIVO N.º26/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º56/2015 de prestação de serviços que celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC e Empresa TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. ANTONIO PAULO TERCZIANY, portador do CNPF/MF nº 721.685.280-04 e CI.RG nº 1042352409 SSP/RS e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, de outro lado a Empresa TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede à Rua Avenida Santos Dumont, nº 450, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 84.697.051/0001-04 e Inscrição Estadual n.º 251.799.786, representada neste ato pelos sócios, o Sr. WALDIR HARGER, portador do CNPF/MF sob o nº: 154.649.209-78, e do CI.RG nº 2/R.124.529-SSI/SC, e o Sr. VILMAR HARGER, portador do CNPF/MF sob nº 217.317.219-00, e do CI.RG nº 237.768-3 - SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Contratação de empresa para prestação serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá aos Hospitais, clínicas e Postos de Saúde de Joinville, conforme determinação da Secretaria de Saúde, e especificações constantes no Anexo I do edital, e em conformidade com o processo de licitação tipo Tomada de Preço nº 04/2015 – Processo nº64/2015, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo terá vigência a partir do dia 14/08/2016 até 14/08/2017, podendo ser renovado ou rescindido nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula terceira “do preço”, reajustando com base a menor que índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), totalizando um percentual para o período de 10,19%, passando o valor unitário mensal para R\$ 19.945,49 (dezenove mil novecentos e quarenta e cinco reais), e o valor total para o período é de R\$ 239.345,88 (duzentos e trinta e nove mil trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta oito centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR Mensal Unit. R\$	VALOR (12 meses) TOTAL. R\$
1	Veículo de transporte rodoviário com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) lugares com poltronas reclináveis e banheiro, em bom estado de conservação para o transporte de pacientes da saúde no trajeto, Itapoá/Joinville e Joinville/Itapoá com saída de Itapoá no período matutino e retorno de Joinville no período vespertino, de segundas as sextas-feiras, perfazendo diariamente uma quilometragem aproximada de 250 km diário via BR 101.	19.945,49	239.345,88

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 56/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º56/2015, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 12 de agosto de 2016.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA WALDIR HARGER
ANTONIO PAULO TERCZIANY MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SECRETÁRIO DE SAÚDE	CONTRATADA TRANSPORTE & TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA VILMAR HARGER
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO DE UM IMÓVEL O QUAL SE ENCONTRA INSTALADO O SCFV ? SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE ITUPORANGA, NA RUA: CARLOS THIESEN, Nº 180, BAIRRO: CENTRO, ITUPORANGA - SC. A NECESSIDADE DESTES ALUGUEL JUSTIFICA-SE PELO GRANDE NÚMERO DE CR

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 03/2016

Processo: 56/2016

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 24 Inciso X da Lei Federal 8.666/93 que formalizou, Dispensa de Licitação nº 03/2016, Processo nº56/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, CNPJ 09.280.446/0001-91. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO DE UM IMÓVEL O QUAL SE ENCONTRA INSTALADO O SCFV SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE ITUPORANGA, NA RUA: CARLOS THIESEN, Nº 180, BAIRRO: CENTRO, ITUPORANGA - SC. A NECESSIDADE DESTES ALUGUEL JUSTIFICA-SE PELO GRANDE NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS, POR SE TRATAR DE UM IMÓVEL ADEQUADO PARA AS INSTALAÇÕES DO SCFV, pelo período de 24 meses. Valor total R\$62.880,00 (sessenta e dois mil oitocentos e oitenta reais). Ituporanga, 10 de agosto de 2016. ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO - Prefeito do Município

DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO QUANTO AO ALUGUEL DE UM IMÓVEL O QUAL SE ENCONTRA INSTALADO O CRAS ? CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA: CARLOS THIESEN, Nº 177, CENTRO. A NECESSIDADE DESTES ALUGUEL JUSTIFICA-SE PELO GRANDE NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE NECESSITAM

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 04/2016

Processo: 57/2016

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 24 Inciso X da Lei Federal 8.666/93 que formalizou, Dispensa de Licitação nº 04/2016, Processo nº57/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: Matheus Muller Sens, CPF 040.630.229-43. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO QUANTO AO ALUGUEL DE UM IMÓVEL O QUAL SE ENCONTRA INSTALADO O CRAS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA: CARLOS THIESEN, Nº 177, CENTRO. A NECESSIDADE DESTES ALUGUEL JUSTIFICA-SE PELO GRANDE NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE NECESSITAM DE DO, E PELAS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DE READEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO CRAS, INFORMADAS ATRAVÉS DO OFÍCIO DIAS/GEPSB Nº 89/2014 PELA SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, pelo período de 24 meses. Valor total R\$60.000,00 (sessenta mil reais). Ituporanga, 10 de agosto de 2016. ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO - Prefeito do Município

DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO QUANTO AO ALUGUEL DE UM IMÓVEL O QUAL SE ENCONTRA INSTALADO O LAR DA SOLIDARIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, LOCALIZADO NA RUA: CARLOS THIESEN, Nº 85, CENTRO. A NECESSIDADE DESTES ALUGUEL JUSTIFICA-SE PELO GRANDE NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE NECESSITAM

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 05/2016

Processo: 58/2016

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 24 Inciso X da Lei Federal 8.666/93 que formalizou, Dispensa de Licitação nº 05/2016, Processo nº58/2016. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: NILDO HILLESHEIM, CPF 004.441.979-15. Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO QUANTO AO ALUGUEL DE UM IMÓVEL O QUAL SE ENCONTRA INSTALADO O LAR DA SOLIDARIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, LOCALIZADO NA RUA: CARLOS THIESEN, Nº 85, CENTRO. A NECESSIDADE DESTES ALUGUEL JUSTIFICA-SE PELO GRANDE NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE NECESSITAM DE DOAÇÕES DE ROUPAS EM NOSSO MUNICÍPIO, pelo período de 24 meses. Valor total R\$ 21.120,00 (vinte e um mil cento e vinte reais). Ituporanga, 10 de agosto de 2016. ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO - Prefeito do Município

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.979/2016

D E C R E T O Nº 10.979/2016

Altera a Denominação das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício 665/2016-Semed, de 10/08/2016, da Secretaria Municipal da Educação;

DECRETA :

Art.1º Ficam alteradas de Escolas Municipais de Ensino Fundamental para Escolas Municipais de Educação Básica as nomenclaturas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, que passam a denominar-se:

I - Escola Municipal de Educação Básica Adelino Francener;

II - Escola Municipal de Educação Básica Albano Kanzler;

III - Escola Municipal de Educação Básica Alberto Bauer;

IV - Escola Municipal de Educação Básica Anna Töwe Nagel;

V - Escola Municipal de Educação Básica Antônio Estanislau Ayroso;

VI - Escola Municipal de Educação Básica Atayde Machado;

VII - Escola Municipal de Educação Básica Cristina Marcatto;

VIII - Escola Municipal de Educação Básica Dom Pio de Freitas;

IX - Escola Municipal de Educação Básica Erich Blosfeld;

X - Escola Municipal de Educação Básica Francisco de Paula;

XI - Escola Municipal de Educação Básica Guilherme Hanemann;

XII - Escola Municipal de Educação Básica Helmuth Guilherme Duwe;

XIII - Escola Municipal de Educação Básica Jonas Alves de Souza;

XIV - Escola Municipal de Educação Básica Loteamento Amizade;

XV - Escola Municipal de Educação Básica Luiz Gonzaga Ayroso;

XVI - Escola Municipal de Educação Básica Machado de Assis;

XVII - Escola Municipal de Educação Básica Marcos Emílio Verbinen;

XVIII - Escola Municipal de Educação Básica Maria Nilda Salai Stähelin;

XIX - Escola Municipal de Educação Básica Max Schubert;

XX - Escola Municipal de Educação Básica Padre Alberto Jacobs;

XXI - Escola Municipal de Educação Básica Professora Gertrudes Steilein Milbratz;

XXII - Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco Solamon;

XXIII - Escola Municipal de Educação Básica Professor Henrique Heise;

XXIV - Escola Municipal de Educação Básica Renato Pradi;

XXV - Escola Municipal de Educação Básica Ribeirão Cavallo;

XXVI - Escola Municipal de Educação Básica Ribeirão Molha;

XXVII - Escola Municipal de Educação Básica Ricieri Marcatto;

Escola Municipal de Educação Básica Rodolpho Dornbusch;

Escola Municipal de Educação Básica Santo Estêvão;

Escola Municipal de Educação Básica Vitor Meirelles;

Escola Municipal de Educação Básica Waldemar Schmitz.

Parágrafo único. As denominações das unidades escolares constantes do caput deste artigo serão implantadas até 31 de dezembro de 2016.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ELSON QUIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

RONALDO DE LIMA, Presidente da Fundação Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul – Instituto Jourdan no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 11 da Lei Complementar Municipal Nº 145, de 12 de dezembro de 2013,

Considerando a necessidade de revisão do plano diretor, conforme disposto no §3º do art. 40, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 e o disposto no art. 124 da Lei Complementar Municipal nº 65, de 01 de junho de 2007;

Considerando a importância da participação popular neste processo, torna público que o Município de Jaraguá do Sul, por meio do Instituto Jourdan, realizará Audiências Públicas para Revisão do Plano Diretor.

Diante disso, CONVOCA toda comunidade Jaraguense à participar da 1ª Audiência Pública para Revisão do Plano Diretor, a ser realizada no dia 31 de agosto de 2016, às 19h, na Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul.

Jaraguá do Sul, 15 de agosto de 2016.

RONALDO DE LIMA

Presidente do Instituto Jourdan

ISSEM - CONTRATO Nº 180/2016

CONTRATO Nº 180/2016

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 100/2016, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos de Cálculo Atuarial para o Fundo Municipal de Assistência e Saúde – FMSA, que mantém entre si, a ACTA – ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ATUARIAL LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar o prazo de execução do serviço para mais 01 (um) mês, conforme estabelecido no item 7.1. do contrato 100/2016.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 29 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente	Karen Tressino Contratada
---	------------------------------

TESTEMUNHA:

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde

ISSEM - CONTRATO Nº 181/2016

CONTRATO Nº 181/2016

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 190/2015, Tomada de Preço nº 04/2015, de contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de Assessoria em Relação ao Mercado Financeiro, que mantém entre si, a empresa SMI PRIME CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar o prazo de execução do item 1 do contrato. A renovação deverá ser pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 01/09/2016, conforme estabelecido no item 8.1.;

2) Reajustar em 9,49%, conforme índice INPC, o valor mensal da prestação do serviço previsto no objeto, conforme previsto no item 5.1. do contrato. O valor mensal passará a ser de R\$ 4.927,05 (quatro mil novecentos e vinte e sete reais e cinco centavos).

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretor Presidente	Rodrigo Scussiato da Costa
--	----------------------------

TESTEMUNHA:

Deise Fernanda Pincegher Rodrigues Superintendente de Previdência Social

ISSEM - CONTRATO Nº 182/2016

EXTRATO - CONTRATO Nº 182/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA ENERGIA E SAÚDE S/S LTDA (CNPJ nº 10.469.589/0001-25)

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE CONSULTAS PSICOLÓGICAS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 12/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a contar de 01/08/2016.

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Andressa Titz.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente

ISSEM - CONTRATO Nº 183/2016

EXTRATO - CONTRATO Nº 183/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 11/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: CLÍNICA E LABORATÓRIO ODONTOLÓGICO DENTAL JARAGUÁ LTDA (CNPJ nº 07.532.920/0001-08)

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE ODONTOLOGIA BÁSICA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 11/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a contar de 01/08/2016.

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2016.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Alexandre Pacheco Simm.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente

ISSEM - EXTRATO – CONTRATO Nº 179/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 179/2016 - ISSEM

PARTES: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70) e BACK SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA (CNPJ nº 85.787.737/0001-59)

OBJETO: Monitoramento Remoto de Equipamentos Eletrônicos de Alarme .

VALOR MENSAL: R\$ 605,00 (seiscentos e cinco reais).

VIGÊNCIA: até 31/07/2017.

DATA DA ASSINATURA: 29/07/2016.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Cristiane Longhi Tortelli

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente

PORTARIA Nº 706/2016

PORTARIANº 706/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 883/2016/Semsa, de
08/08/2016, da Secretaria Municipal da Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR a servidora pública municipal TANIA MARA FODI, Representante da Secretaria Municipal da Saúde, para compor a COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA (CFT), constituída pela Portaria Nº 1021/2014, de 03/06/2014, em substituição a Cristiane Gregolewitsch.

Art.2º DESIGNAR o servidor público municipal JOSÉ JORGE MARGIS FERNANDES, Médico do ESF, para compor a COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA (CFT), constituída pela Portaria Nº 1021/2014, de 03/06/2014, em substituição a Hérica Suzana Santos Tomelin.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

Joaçaba

PREFEITURA

05/2016 FMS/14 TA 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016/FMS/14 – TA 01

Aos 10 (dez) dias do mês de agosto do ano de 2016, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, no Município de Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, como órgão gerenciador e a empresa ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP, estabelecida na Rodovia da Uva, nº 902, bairro Roça Grande, município de Colombo, PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.217.590/0001-60, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato pela Sra. Rosemery Américo Salvador, portadora da cédula de identidade nº 4.241.127-2 e inscrita no CPF/MF sob o nº 020.219.419-14, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 05/2016/FMS/14, firmada em 20 de maio de 2016, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2016/FMS - Edital de Pregão Presencial nº 06/2016/FMS, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC, observando-se o disposto no inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 99, 127 e 248 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL	VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO
99	Dexclorfeniramina susp. oral 120 ml	fr	HIPOLABOR	0,98	1,278
127	Enalapril 20 mg - GENÉRICO Lei 9787/1999	cp	TEUTO	0,038	0,05
248	Ranitidina 15 mg/ml 120ml	fr	NATIVITA	3,15	4,306

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 05/2016/FMS/14.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 10 de agosto de 2016.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / F. M. SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER
Secretária

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP
ROSEMERY AMERICO SALVADOR

Testemunhas:

1. _____

2. _____

998/2008 TA 11

CONTRATO Nº 998/2008 – TA 11

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pela Secretária, PAULA GIOVANA KLEBER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 223, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.594.533/0001-00, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO, e a Sra. IVONE SILVEIRA DE MENDONÇA, brasileira, portadora do CPF nº 436.518.959-04, residente e domiciliada na cidade de Joaçaba (SC), com anuência do Sr. LEANDRO MENDONÇA LINDNER, portador do CPF nº 006.479.699-04, de acordo com o usufruto vitalício do imóvel de matrícula nº 1.368, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, celebram TERMO ADITIVO ao contrato 998/2008, celebrado em 10/07/2008, que tem por objeto a locação de um imóvel, localizado na Rua Martinho Lutero, 232 neste Município, e destina-se à instalação e desenvolvimento das atividades terapêuticas do Programa CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL), do Fundo Municipal de Saúde, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE do contrato original, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E REAJUSTE**

O valor mensal do contrato (R\$ 2.400,00 - ajustado em 01/08/2011) fica reajustado em 43,3634%, relativos à variação do INPC/IBGE no período de 01/08/2011 a 31/07/2016, passando para R\$ 3.440,00 (três mil quatrocentos e quarenta reais), a contar de 01 de agosto de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 11 de agosto de 2016.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

IVONE DE MENDONÇA
LEANDRO MENDONÇA LINDNER
LOCADOR

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO - CORPO DE BOMBEIRO MILITAR - TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 02/2016

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 02/2016. PARTICIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Joaçaba. OBJETO: Cessão do veículo marca Renault, modelo Clio Expression 1.0 16V, tipo Automóvel, combustível Álcool/Gasolina, ano/modelo 2015/2016, cor vermelha, chassi nº 8A1BB8215GL129735, placa QHW-3531. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: Joaçaba, 20 de junho de 2016. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Rafael Laske, pelo Município.

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PP 37/2016/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 63/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016/PMJ

O Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação

ALTEVIR DA CÁS, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 63/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 37/2016/PMJ.

Objeto: contratação de empresa(s) para a execução dos serviços e o fornecimento do material necessário para reparos em pontes de madeira localizadas no interior do Município de Joaçaba.

-Empresas Vencedoras:

M.N. SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA ME

VALOR R\$ 46.000,00

FISCAL: NELSI CARNIEL

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 10 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretario de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação.

ALTEVIR DA CAS

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO 0029/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0036/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0029/2016

PROTOCOLO JHL 1861/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0029/2016 – Licitação 0036/2016, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA OS SETORES TÉCNICOS E ADMINISTRATIVO DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00min do dia 31/08/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 31/08/2016 às 14h10min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 16/08/2016 a 31/08/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 15 de agosto de 2016.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0061/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0061/2016

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0021/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2016

Data: 11/08/2016

Objeto: Com fundamento no artigo 65, inciso I, alínea "a" e § 1º da Lei nº 8.666/93, as partes resolvem realizar supressões no valor total de R\$ 9.019,26 (nove mil e dezenove reais e vinte e seis centavos), passando o valor total pago à Contratada ser de R\$ 64.637,42 (sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos).

Contratado: VIGA – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.

Prazo de vigência: Permanece o mesmo.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Adjunto do SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 3/2016 - TP
	Processo Administrativo: 31/2016 Processo de Licitação: 31/2016 Data do Processo: 30/05/2016

Folha: 1/1

José Boiteux**CÂMARA MUNICIPAL****PREGÃO 001/2016**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

CÂMARA DE VEREADORES

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 26/08/2016, às 14:00 horas, tendo como local, a Câmara de Vereadores de José Boiteux, sito a Rua 09 de Dezembro, nº804, REFERENTE Contratação de empresa especializada no fornecimento de licença de uso, instalação, manutenção, treinamento, provimento de datacenter e suporte técnico para sistema informatizado de Gestão Pública em ambiente WEB, para a Câmara Municipal de José Boiteux/SC, em conformidade com o anexo I, do presente Edital.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Câmara, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7184.

José Boiteux/SC, em 15 de Agosto de 2016.

GILSON LEHMKUHL

Presidente

Lages

PREFEITURA

EDITAL CONCURSO 01-2016 PML



Prefeitura Municipal de Lages

EDITAL Nº 01/2016

Abre inscrições para o Concurso Público, destinado a provimento de vagas no quadro de servidores públicos do Município de Lages.

A Prefeitura do Município de Lages faz saber a quem interessar possa que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado a prover vagas para o quadro de servidores públicos do Município de Lages.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Concurso Público será regido por este Edital, seus anexos e publicações e será executado pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, localizada no Campus Reitor João David Ferreira Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Trindade, Florianópolis-SC. Endereço eletrônico: <http://concursolages.fepese.org.br/> e endereço de e-mail concursolages@fepese.org.br.
- 1.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
- 1.3 O Concurso Público terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por até dois anos, a critério da administração municipal.
- 1.4 Os documentos relacionados ao presente concurso público poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, em um dos endereços e horários estabelecidos abaixo:

Posto de atendimento ao candidato na FEPESE

FEPESE
Campus Reitor João David Ferreira Lima.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Trindade – Florianópolis, SC.

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Posto de atendimento ao candidato no Município de Lages

Biblioteca Pública Municipal Carlos Dorval Macedo
Parque Jonas Ramos, s/n.

Centro

Lages, SC.

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 13h às 18h.

- 1.5 Documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), preferencialmente por serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX), para serem entregues no endereço da FEPESE rigorosamente no prazo determinado pelo Edital, sendo responsabilidade do candidato a expedição com a devida antecedência, pois não serão aceitos os documentos entregues à FEPESE após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de recebimento da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

FEPESE – CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES
Campus Reitor João David Ferreira Lima.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Caixa Postal – 5067
Trindade
88040-900 – Florianópolis, SC.

- 1.6 Não são admitidas, após o término dos prazos previstos no Edital, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues por qualquer meio.
- 1.7 Ao se inscrever o candidato concorda, caso seja necessário, com a identificação datiloscópica, com a revista pessoal ou de seus pertences, com a captura de imagens por fotografia ou vídeo e com a divulgação por qualquer meio ou mídia de seus dados de identificação e desempenho nas diferentes etapas do concurso público.

2. DOS CARGOS, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL, REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO CARGO, VENCIMENTOS E ATRIBUIÇÕES.

- 2.1 O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas existentes o quadro de servidores públicos do Município de Lages e vagas que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso Público.

- 2.1.1 Cargos, requisitos para provimento, vagas, vencimentos e carga horária semanal.

Cargos com exigência de curso superior

CARGO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO	VAGAS	VENCIMENTO (R\$)	CARGA HORÁRIA
Administrador	Diploma/Certificado de nível superior em Administração, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão fiscalizador da profissão.	2	1.723,54	40h semanais
Administrador de Recursos Humanos	Diploma/Certificado de nível superior em Administração, devidamente registrado no órgão competente, com especialização em Gestão de Pessoas. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	1	2.317,62	40h semanais
Assistente Social	Diploma/Certificado de nível superior em Serviço Social. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	16	1.723,54	40h semanais
Assistente Social de Programas da Saúde	Diploma/Certificado de nível superior em Serviço Social, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão	3	1.606,53	40h semanais

[2]

	fiscalizador da profissão.			
Auditor Fiscal Tributário	Diploma/Certificado de nível superior em Administração, Economia, Direito ou Contabilidade, devidamente registrado no órgão competente. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	4	4.701,21	40 h semanais
Bibliotecário	Diploma/Certificado de nível superior em Biblioteconomia devidamente registrado no órgão competente Registro no órgão fiscalizador da profissão.	1	1.723,54	40h semanais
Cirurgião Dentista de Programas da Saúde	Diploma/Certificado de nível superior de Cirurgião Dentista, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão fiscalizador da profissão.	10	3.213,02	40h semanais
Contador	Diploma/Certificado de nível superior em Ciências Contábeis devidamente registrado no órgão competente. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	2	1.723,54	40h semanais
Educador Físico de Programas da Saúde	Diploma/Certificado de nível superior em Educação Física, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão fiscalizador da profissão.	1	1.606,53	40h semanais
Enfermeiro	Diploma/Certificado de nível superior em Enfermagem devidamente registrado no órgão competente. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	12	1.723,54	40h semanais
Enfermeiro de Programas da Saúde	Diploma/Certificado de nível superior em Enfermagem, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão fiscalizador da profissão.	20	1.606,53	40h semanais
Engenheiro Agrônomo	Diploma/Certificado de nível superior em Agronomia devidamente registrado no órgão competente. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	1	1.723,54	40h semanais
Engenheiro Civil	Diploma/Certificado de nível superior em Engenharia Civil devidamente registrado no órgão competente. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	3	1.723,54	40h semanais
Engenheiro de Segurança no Trabalho	Diploma/Certificado de nível superior em curso que permita registro no sistema CONFEA/CREA, com especialização em Engenharia de Segurança no Trabalho. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	1	1.723,54	40h semanais
Farmacêutico/Bioquímico	Diploma/Certificado de nível superior em Farmácia e/ou Bioquímica com habilitação em Bioquímica ou Análises Clínicas, devidamente registrado no órgão competente. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	2	1.723,54	40h semanais
Farmacêutico Bioquímico de Programas da Saúde	Diploma/Certificado de nível superior em Farmácia e/ou Bioquímica com habilitação em Bioquímica ou Análises Clínicas, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão	1	1.606,53	40h semanais

[3]

	fiscalizador da profissão.			
Fisioterapeuta	Diploma/Certificado de nível superior em Fisioterapia devidamente registrado no órgão competente. Registro no órgão fiscalizador da profissão.	1	1.723,54	30h semanais
Fisioterapeuta de Programas da Saúde	Diploma/Certificado de nível superior em Fisioterapia, devidamente registrado no órgão fiscalizador da profissão.	3	1.606,53	30h semanais
Médico Clínico Geral	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico em Programas de Saúde	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente. Registro da profissão no órgão fiscalizador.	31	11.734,73	40h semanais
Médico- Otorrinolaringologia	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Otorrinolaringologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico - Pneumologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Pneumologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico - Angiologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Angiologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico-Cardiologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Cardiologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h Semanais
Médico - Cirurgia Geral.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Cirurgia Geral. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h Semanais
Médico - Dermatologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Dermatologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico do Trabalho	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no	2	4.701,21	20h semanais

[4]

	órgão competente e da especialização em Medicina do Trabalho. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.			
Médico em Programas da Saúde do Trabalhador	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina e de Especialização na área de Saúde do Trabalhador devidamente registrado no órgão competente. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.837,28	20h semanais
Médico - Endocrinologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Endocrinologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico - Gastreenterologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Gastreenterologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico - Ginecologia/obstetrícia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Ginecologia e/ou Obstetrícia. Registro da profissão e especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico-Nefrologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Nefrologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Medico-Neurologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Neurologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico - Oftalmologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Oftalmologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico - Ortopedia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e da especialização em Ortopedia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico - Pediatria.	Diploma/Certificado de nível superior em	1	4.701,21	20h

[5]

	Medicina, devidamente registrado no órgão competente e de especialização em Pediatria. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.			semanais
Médico - Plantonista para PA	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente. Registro da profissão no órgão fiscalizador.	28	4.701,21	20h semanais/ 80h mês
Médico - Reumatologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e de especialização em Reumatologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico - Urologia.	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina, devidamente registrado no órgão competente e de especialização na área de Urologia. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	1	4.701,21	20h semanais
Médico em Programas da Saúde Mental	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina e de Especialização na área de Saúde Mental devidamente registrado no órgão competente. Registro da profissão e da especialidade no órgão fiscalizador.	2	4.837,28	20h semanais
Médico Veterinário	Diploma/Certificado de nível superior em Medicina Veterinária, devidamente registrado no órgão fiscalizador.	1	1.723,54	40h Semanais
Nutricionista	Diploma/Certificado de nível superior em Nutrição, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão fiscalizador da profissão.	3	1.723,54	40h semanais
Nutricionista em Programas da Saúde	Diploma/Certificado de nível superior em Nutrição, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão fiscalizador da profissão.	2	1.606,53	40h Semanais
Procurador	Diploma/Certificado de nível superior em Ciências Jurídicas (Direito) e registro na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	3	5.852,68	20h semanais
Psicólogo	Diploma/Certificado de nível superior em Psicologia, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão fiscalizador da profissão.	10	1.723,54	40h semanais
Psicólogo em Programas da Saúde	Diploma/Certificado de nível superior em Psicologia, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão fiscalizador da profissão.	5	1.606,53	40h semanais
Terapeuta Ocupacional em Programas da Saúde	Diploma/Certificado de nível superior em Terapia Ocupacional, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão fiscalizador da profissão.	2	1.606,53	30h semanais

[6]

Cargos com exigência de curso de ensino médio

CARGO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO	VAGAS	VENCIMENTOS R\$	CARGA HORÁRIA
Agente administrativo	Diploma/Certificado de curso de Ensino Médio.	50	1.100,12	40h semanais
Artesão de Programas da Saúde	Diploma/Certificado de Ensino Médio, certificado de, no mínimo, 40 horas de cursos de artesanato.	3	1.025,43	40h semanais
Assistente de Tecnologia da Informação	Diploma/Certificado de curso de Ensino Médio. Curso técnico na área de informática.	2	1.393,50	40h semanais
Assistente Técnico Educacional	Diploma/Certificado de curso de Ensino Médio. Curso técnico na área de Informática com a carga horária mínima de 60 horas.	14	1.393,50	40h semanais
Auxiliar de Consultório Dentário-	Diploma/Certificado de Ensino Médio, certificado de curso de Auxiliar de Consultório Dentário e registro no órgão fiscalizador da profissão.	8	1.100,12	40h semanais
Auxiliar de Consultório Dentário- Programas de Saúde	Diploma/Certificado de Ensino Médio, certificado de curso de Auxiliar de Consultório Dentário e registro no órgão fiscalizador da profissão.	2	1.025,43	40h semanais
Auxiliar de administração	Diploma/Certificado de curso de Ensino Médio.	30	909,44	40h semanais
Auxiliar de Enfermagem	Diploma/Certificado de curso de Ensino Médio e Diploma/certificadocurso técnico de auxiliar de enfermagem. Registro no COREN.	12	1.100,12	40h semanais
Cuidador social	Diploma/Certificado de curso de Ensino Médio.	5	909,44	40h semanais
Fiscal de Obras	Diploma/Certificado de curso de Ensino Médio. Curso técnico na área de atuação e registro no Conselho Profissional.	4	1.393,50	40h semanais
Fiscal de Serviços Públicos	Diploma/Certificado de curso de Ensino Médio.	4	1.100,12	40h semanais
Instrutor de Panificação	Diploma/Certificado de Ensino Médio em curso reconhecido pela autoridade competente. Curso profissionalizante na área de panificação. Experiência comprovada na área de panificação de no mínimo 6 (seis) meses.	4	1.393,50	40h semanais
Técnico de enfermagem	Diploma/Certificado de Curso de Ensino Médio. Curso Técnico em Enfermagem com registro no órgão fiscalizador da profissão – COREN	28	1.393,50	40h semanais
Técnico de enfermagem em Programas da Saúde	Diploma/Certificado de Ensino Médio e de Técnico em Enfermagem com registro no órgão fiscalizador da profissão - COREN	20	1.298,87	40h semanais
Telefonista	Diploma/Certificado de Ensino Médio.	3	909,44	40h semanais

[7]

Cargos com exigência de curso de ensino fundamental e alfabetizado

CARGO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO	VAGAS	VENCIMENTOS R\$	CARGA HORÁRIA
Ajudante de Serviços Gerais	Alfabetizado. Saber ler e escrever.	60	888,80	40h semanais
Auxiliar de Serviços Gerais	Alfabetizado. Saber ler e escrever.	70	888,80	40h semanais
Motorista	Diploma/Certificado de Ensino Fundamental. Carteira nacional de habilitação categoria "B".	40	1.100,12	40h semanais
Motorista de Ônibus	Diploma/Certificado de Ensino Fundamental. Carteira nacional de habilitação categoria "D".	3	1.393,50	40h semanais
Motorista Socorrista de programas da Saúde	Diploma/Certificado de Ensino Fundamental. Carteira nacional de habilitação categoria "D".	4	1.298,87	40h semanais
Motorista de Veículos de Emergência	Diploma/Certificado de Ensino Fundamental. Carteira nacional de habilitação categoria "D".	2	1.393,50	40h semanais
Motorista de Veículos Pesados	Diploma/Certificado de Ensino Fundamental. Carteira nacional de habilitação categoria "E".	6	1.393,50	40h semanais
Operador de Máquinas Pesadas	Diploma/Certificado de Ensino Fundamental. Carteira nacional de habilitação categoria "D".	10	1.393,50	40h semanais
Operador de Máquinas Leves	Alfabetizado. Saber ler e escrever.	05	909,44	40h semanais
Vigia	Ensino Fundamental: séries iniciais. Alfabetizado. Saber ler e escrever.	15	888,80	40h semanais

- 2.1.2 As vantagens específicas de cada cargo encontram-se descritas na legislação Municipal.
- 2.1.3 As atribuições dos cargos objeto do Concurso Público estão descritas no Anexo 4 do presente Edital.
- 2.2 O candidato deverá atender cumulativamente, para investidura no cargo, aos seguintes requisitos:
1. Ter sido aprovado e classificado no concurso público, na forma prevista pelo presente edital;
 2. Nacionalidade brasileira;
 3. O gozo dos direitos políticos;
 4. A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
 5. A idade mínima de dezoito anos;
 6. Aptidão física e mental;
 7. Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
 8. Habilitação específica para as funções atribuídas ao cargo.
 9. Não possuir antecedentes criminais, comprovados por certidões negativas expedidas por órgãos policiais e judiciais, estaduais e federais;
 10. Não ter sido punido com pena de demissão, aplicada por entidade integrante da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

- 2.3 O candidato aprovado e classificado no Concurso Público será lotado em qualquer das Secretarias ou unidades administrativas do Município, segundo as necessidades e conveniências da Administração Pública, com exceção dos cargos previstos na LC n. 333/2009 que serão lotados na Secretaria Municipal da Saúde e do cargo de Assistente Técnico Educacional, que será lotado na Secretaria Municipal da Educação, conforme Lei Complementar nº 372/2011.

3 DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 3.1 É assegurado às pessoas com deficiência, nos termos da Lei complementar nº 293, de 06 de setembro de 2007, Artigo 5º - § 2º, a inscrição no concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas, conforme o quadro abaixo. Nos termos do Artigo 36 - § 2º do Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999, caso a aplicação deste percentual resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

CARGO	VAGAS	VAGAS RESERVADAS	VAGAS LIVRE CONCORRÊNCIA
Assistente Social	16	1	15
Enfermeiro de Programas da Saúde	20	1	19
Médico em Programas da Saúde	31	2	29
Medico - Plantonista p PA	28	2	26
Psicólogo	10	1	09
Agente administrativo	50	3	47
Auxiliar de administração	30	2	28
Auxiliar de Enfermagem	12	1	11
Técnico de enfermagem em Programas da Saúde	20	1	19
Técnico de enfermagem	28	2	26
Ajudante de Serviços Gerais	60	3	57
Auxiliar de Serviços Gerais	70	4	66
Motorista	40	2	38
Operador de máquinas pesadas	10	1	09
Vigia	15	1	14

- 3.2 Para os demais cargos, aplicado o percentual estabelecido pela Lei complementar nº 293 de 06 de setembro de 2007, não houve oferecimento imediato de vagas. Neste caso, será convocado o primeiro classificado entre os candidatos inscritos para as vagas reservadas, para ocupar a 11ª (décima primeira)vaga que vier a ser aberta no prazo de validade do concurso público.
- 3.3 Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias abaixo descritas no Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999:
1. Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; .
 2. Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; .
 3. **Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).**

Nos termos da Súmula nº 377 do STJ, o portador de visão monocular tem direito de concorrer às vagas reservadas para as pessoas com deficiência.

4. Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
 - a) Comunicação;
 - b) Cuidado pessoal;
 - c) Habilidades sociais;
 - d) Utilização dos recursos da comunidade; .
 - e) Saúde e segurança;
 - f) Habilidades acadêmicas;
 - g) Lazer; e
 - h) Trabalho.
 5. Deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.
 6. Transtorno do Espectro Autista- Nos termos da Lei 12764 de 27 de dezembro de 2012.
- 3.4 Os candidatos com deficiência que desejarem concorrer às vagas reservadas deverão assinalar, no Requerimento de Inscrição, a sua condição e entregar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages, ou enviar via postal- preferencialmente por SEDEX, até o último dia de inscrições e observados os horários de atendimento, os seguintes documentos:
1. Cópia do requerimento de inscrição;
 2. Atestado médico especificando a respectiva deficiência e o respectivo CID, cuja data de expedição seja igual ou posterior a 16 de maio de 2016.
- 3.5 O deferimento da inscrição para as vagas reservadas às pessoas com deficiência será publicado no site do concurso na Internet na data provável de 28 de setembro de 2016.
- 3.6 O candidato cuja deficiência atestada não se enquadrar nas categorias descritas no presente edital ou que deixar de entregar, no prazo e locais determinados a documentação exigida, passará a concorrer apenas às vagas de livre concorrência.
- 3.7 Os candidatos com deficiência aprovados no presente concurso, quando convocados para nomeação, serão submetidos à avaliação da Junta Médica Oficial, a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e, o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício do cargo.
- 3.8 Nos casos em que a decisão final da Junta Médica Oficial concluir que a deficiência incapacita o candidato para o exercício do cargo público, ele será desclassificado deste concurso e impedido de tomar posse.
- 3.9 O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.
- 3.10 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.
- 3.11 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.
- 3.12 Os requerimentos e documentos exigidos poderão ser enviados pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o endereço da FEPESE, mas só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega de correspondência.

4 DAS INSCRIÇÕES

- 4.1 A participação no Concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.
- 4.2 O candidato poderá se inscrever em mais de um cargo desde que as provas para os cargos em que se inscrever sejam aplicadas em horários diferentes. No caso de inscrição em mais de um cargo deverá efetuar o pagamento do valor da inscrição nos dois cargos para os quais se inscreveu.
- 4.3 São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do requerimento de inscrição.
- 4.4 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço residencial e eletrônico (e-mail) constante da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada à FEPESE por carta ou e-mail, até a data de publicação do resultado final do concurso público e, a partir desta data à Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lages.
- 4.5 As inscrições para o concurso público estarão abertas das 12 horas do dia 16 de agosto de 2016 às 16 horas do dia 23 de setembro de 2016, por um dos seguintes meios:
- 1) Inscrição pela Internet;
 - 2) Inscrição presencial em um dos Postos de Atendimento ao candidato;
- 4.5.1 Instruções para a inscrição pela Internet
Para efetivar a sua inscrição pela Internet, o candidato deverá seguir os passos:
1. Acessar o endereço eletrônico <http://concursolages.fepese.org.br/>;
 2. Ler atentamente o edital, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;
 3. Preencher o Requerimento de Inscrição e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
 4. Imprimir e efetivar o pagamento do Boleto de pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou "home banking", preferencialmente do Banco Itaú S.A., até a data de encerramento das inscrições.
- 4.5.2 Instruções para a inscrição presencial
Para efetivar a sua inscrição presencial, o candidato deverá seguir os passos:
1. Comparecer na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages, nos horários informados munido de documento de identidade original com foto e do Cadastro de Pessoal Física (CPF);
 2. Se procurador, portar documento de identidade original com foto e cópia xerográfica autenticada do documento de identidade do candidato e do CPF, além do original do instrumento público de procuração, específico para realizar a inscrição;
 3. Preencher o Requerimento de Inscrição e realizar os procedimentos indicados;
 4. Obter e efetivar o Boleto de pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou "home banking", preferencialmente do Itaú S.A., até a data de encerramento das inscrições.
- 4.6 A taxa de inscrição é de:
- a) Para os cargos com exigência de ensino fundamental e ou alfabetizado: R\$ 60,00;
 - b) Para os cargos com exigência de ensino médio: R\$ 90,00;
 - c) Para os cargos de Médico: R\$ 150,00;
 - d) Para os demais cargos com exigência de curso superior: R\$ 120,00.
- 4.7 O valor referente ao pagamento da inscrição, por destinar-se a cobrir os custos com todo o concurso, não será restituído, exceto no caso de suspensão definitiva do concurso público.
- 4.8 O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no sítio do concurso público na Internet: <http://concursolages.fepese.org.br/>. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço.

- 4.9 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.
- 4.10 O preenchimento do Requerimento de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida a alteração das informações prestadas, exceto a eventual mudança de endereço.
- 4.11 A FEPESE e o Município de Lages não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados, impressão dos documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.
- 4.12 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 4.13 Não serão admitidas, publicado o ato ou resultado de etapa do concurso público, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.
- 4.14 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, para um mesmo cargo, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.
- 4.15 Caso o candidato venha a se inscrever em dois cargos cujas provas sejam realizadas no mesmo horário, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.
- 4.16 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.
- 4.17 Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei nº 11.689/2008, deverão entregar na FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages (SC), pessoalmente, por procurador ou via postal, até o último dia de inscrições, cópia autenticada de certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.
- 4.18 O candidato que necessitar de condições especiais para realização da Prova Escrita ou adaptação da prova prática deverá informar no ato da inscrição, as condições especiais que necessita, sendo vedadas alterações posteriores. No caso de pedido de dilação do tempo da Prova escrita ou adaptação da prova prática, deverá entregar na FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages (SC), pessoalmente ou via postal, até o último dia de inscrições, original de laudo médico, emitido em data posterior a 16 de maio de 2016, justificando a necessidade de dilação do tempo e ou adaptação da prova prática. No caso de uso de equipamentos, estes deverão ser fornecidos pelo candidato e submetidos à vistoria da Coordenação do local de prova antes do seu início.
- 4.19 A candidata lactante que tiver a necessidade de amamentar no dia da prova deverá informar no ato da inscrição a necessidade de condições especiais, indicando a de amamentação. No dia da prova deverá ser acompanhada de pessoa de maior idade, portando documento de identificação que terá a função de cuidar da criança em lugar reservado e diferente do local de prova da candidata. Com a devida antecedência deverá procurar à Coordenação do local da prova que indicará o local onde a pessoa acompanhante permanecerá com a criança. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários, não podendo, nesse momento, a pessoa acompanhante permanecer junto à candidata. A acompanhante não poderá portar livros, papéis ou qualquer material de consulta, bem como telefones ou qualquer outro equipamento eletro eletrônico. A falta de uma pessoa acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova. Não haverá compensação do tempo dispensado com a amamentação.
- 4.20 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais, os candidatos que usem marca-passo e ou tenham implantados pinos cirúrgicos ou outros

[12]

- instrumentos metálicos deverão assinalar no requerimento de inscrição esta circunstância e portar no dia da realização da prova exame ou laudo médico comprovando o seu uso.
- 4.21 As condições especiais solicitadas pelo candidato serão analisadas e atendidas, segundo critérios de legalidade, viabilidade e razoabilidade.
- 4.22 O ato de deferimento dos pedidos de condições especiais será publicado no site do concurso na Internet, na data provável de 28 de setembro de 2016.
- 4.23 As despesas com a obtenção de documentos e exames exigidos, bem como as de transporte, hospedagem e alimentação durante todas as etapas do concurso público são de inteira responsabilidade do candidato.
- 4.24 Não serão aceitas inscrições intempestivas, condicionais, via fax, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não descrito no presente Edital.
- 4.25 A relação das inscrições deferidas será divulgada na data provável de 28 de setembro de 2016, no site: <http://concursolages.fepese.org.br/>.
- 4.26 Em caso de não homologação da inscrição ou havendo discordância quanto à grafia ou qualquer outro dado da inscrição, o candidato deverá interpor recurso nos termos do Edital.
- 4.27 Será concedida isenção, desde que satisfeitas as condições do presente Edital, do pagamento do valor da inscrição no Concurso Público aos candidatos que forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos) e estiverem inscritos na data de abertura das inscrições no presente Concurso Público, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal- CadÚnico.
- 4.28 Para usufruírem do benefício da isenção dos referidos valores os candidatos deverão, após a sua inscrição, entregar pessoalmente ou por Procurador no Posto de Atendimento aos candidatos em Lages ou na FEPESE até às 17 horas de 22 de agosto de 2016, os seguintes documentos:
1. Requerimento de isenção da taxa de inscrição devidamente preenchido (Anexo 2);
 2. Declaração de próprio punho ou impressa que é membro de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou com renda familiar de até três salários mínimos).
- 4.29 A relação dos candidatos beneficiados com a isenção de pagamento da inscrição será divulgada na data prevista no cronograma do concurso público, pelo site <http://concursolages.fepese.org.br/>.
- 4.30 O candidato não contemplado com a isenção do pagamento, para ter a sua inscrição validada, deverá imprimir o Boleto Bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o último dia previsto para o seu pagamento.
- 4.31 O não cumprimento pelo candidato ou pelo seu representante legal de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará automaticamente, no indeferimento de seu pedido de isenção.
- 4.32 Não será aceita a solicitação de isenção do pagamento da inscrição por qualquer outro meio.
- 4.33 A FEPESE consultará o Ministério de Desenvolvimento Social para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto no 83.936, de 6 de setembro de 1979.
- 4.34 Constatada a falsidade, a qualquer tempo, nas informações prestadas no processo aqui definido para obtenção de isenção do pagamento da inscrição, a inscrição será cancelada, tornando-se nulos todos os atos dela decorrentes, além de sujeitar-se o candidato às penalidades previstas em lei.

5 DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

5.1 O Concurso Público constará das seguintes etapas:

Para os cargos de Instrutor de Panificação, Motorista Socorrista de Programas da Saúde, Motorista, Motorista de Ônibus, Motorista de Veículos de Emergência, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Pesadas e Operador de Máquinas Leves:

Primeira etapa: Prova escrita com questões objetivas de caráter eliminatório e classificatório;

Segunda etapa: Prova Prática de caráter eliminatório e classificatório.

Para os demais cargos:

Etapa única: Prova escrita com questões objetivas de caráter eliminatório e classificatório;

5.2 É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal confirmar o local e horário de realização da Prova Escrita com questões objetivas, bem como das demais fases do concurso público.

6 DA PRIMEIRA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO: PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

6.1 A prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente concurso público e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo 1 ao presente edital.

6.2 A Prova escrita com questões objetivas será aplicada na cidade de Lages (SC), na data provável de 9 de outubro de 2016, em locais que serão divulgados no site do concurso público na data provável de 4 de outubro de 2016.

6.3 Em não havendo na cidade de Lages locais apropriados para alocação de todos os candidatos inscritos, poderão ser utilizados locais de prova em cidades e municípios vizinhos.

6.4 O candidato não poderá prestar a prova em local diferente daquele para o qual foi alocado.

6.5 A aplicação da prova escrita com questões objetivas seguirá o cronograma abaixo:

6.5.1. Prova escrita com questões objetivas para os cargos com exigência de ensino fundamental, alfabetizado e ensino médio.

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova- entrada dos candidatos.	7h10 minutos
Fechamento dos portões dos locais de prova- proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário.	7h50 minutos
Abertura dos invólucros e distribuição dos cadernos de prova. O candidato deverá aguardar o comando para iniciar a sua resolução.	7h52 minutos
Início da prova.	8 h
Período mínimo de permanência no local de prova. Até às	9h
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de provas e cartão-resposta.	11h30 min

6.5.1. Prova escrita com questões objetivas para os cargos com exigência de ensino superior

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova- entrada dos candidatos.	13h
Fechamento dos portões dos locais de prova- proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário.	13h40 minutos
Abertura dos invólucros e distribuição dos cadernos de prova. O candidato deverá aguardar o comando para iniciar a sua resolução.	13h42 minutos
Início da prova.	14 h
Período mínimo de permanência no local de prova. Até às	15h
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de provas e cartão-resposta.	18 h

6.5.2 O número de questões da prova, a sua distribuição e o valor constam das tabelas abaixo:

6.5.2.1. Prova escrita com questões objetivas para os cargos com exigência de ensino superior

Área de conhecimento		Nº de questões	Valor da questão	Total
Conhecimentos Gerais	Aspectos históricos e geográficos	5	0,10	0,50
	Legislação municipal	5	0,10	0,50
	Português	5	0,20	1,00
Conhecimentos específicos		20	0,40	8,00
Total		35	-	10,00

6.5.2.2. Prova escrita com questões objetivas para os cargos com exigência de ensino médio

Área de conhecimento		Nº de questões	Valor da questão	Total
Conhecimentos Gerais	Aspectos históricos e geográficos	5	0,10	0,50
	Legislação municipal	5	0,10	0,50
	Noções de Informática	5	0,20	1,00
	Português	5	0,20	1,00
Conhecimentos específicos		10	0,70	7,00
Total		30	-	10,00

6.6.2.2. Prova escrita com questões objetivas para os cargos com exigência de ensino fundamental

Área de conhecimento		Nº de questões	Valor da questão	Total
Conhecimentos Gerais	Aspectos históricos e geográficos	5	0,20	1,00
	Higiene e segurança no trabalho	10	0,40	4,00

	Português	5	0,20	1,00
Conhecimentos específicos		5	0,80	4,00
Total		25	-	10,00

6.6.2.3. Prova escrita com questões objetivas para os cargos com exigência de ensino fundamental séries iniciais e alfabetizado

Área de conhecimento		Nº de questões	Valor da questão	Total
Conhecimentos Gerais	Aspectos históricos e geográficos	5	0,20	1,00
	Higiene e segurança no trabalho	5	0,60	3,00
	Português	5	0,20	1,00
Conhecimentos específicos		5	1,00	5,00
Total		20	-	10,00

6.7 A nota da Prova objetiva será expressa de 0,00 a 10,00, sem arredondamento. Serão considerados aprovados na prova escrita os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

6.8 O programa da Prova objetiva acha-se publicado no anexo 1 ao presente edital.

6.9 Normas para ingresso e prestação da Prova objetiva

- 6.9.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo Edital e apresentar documento (original) de identificação não sendo permitido o acesso ao local de prova do candidato que chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada ou que não apresentar a devida identificação.
- 6.9.2 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista (com foto), carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.
- 6.9.3 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, RANI (Registro Administrativo de Nascimento Indígena), nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.
- 6.9.4 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias. Neste caso o candidato será submetido à identificação especial, com coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 6.9.5 Só serão aceitos documentos originais e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura, não sendo aceitos protocolos ou cópias mesmo que autenticadas.

- 6.9.6 O candidato só poderá ter consigo no local de prova a ele determinado:
1. Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
 2. Documento de identificação e cópia do comprovante de pagamento da taxa de inscrição.
 3. Se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.
- 6.9.7 O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta. Deve ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno de questões corresponde ao cargo para a qual se inscreveu, se contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.
- 6.9.8 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso Público enviará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Caso não haja número suficiente de Cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.
- 6.9.9 A existência de erros ou imperfeições no caderno de provas, caso não sejam reclamados até o término do horário da prova, não poderão ser arguidos posteriormente ou justificar pedido de anulação de questões.
- 6.9.10 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas.
- 6.9.11 O cartão resposta não será substituído por erro do candidato.
- 6.9.12 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso do candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um agente da FEPESE devidamente treinado.
- 6.9.13 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões ou em qualquer outro local.
- 6.9.14 Será atribuída nota 0 (zero) à questão:
- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
 - b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
 - c) Com mais de uma opção de resposta assinalada;
 - d) Não assinalada no cartão de respostas;
 - e) Preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- 6.9.15 Ao terminar a prova entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala o cartão de respostas devidamente assinado e o caderno de provas.
- 6.9.16 A não assinatura no cartão resposta implicará na atribuição de nota 0,00 (zero) à prova do candidato e na sua consequente desclassificação.
- 6.9.17 Durante a prova não será permitido (a):
- a) A comunicação entre os candidatos;
 - b) A consulta a qualquer obra ou anotação;
 - c) O uso de relógio, telefones celulares ou qualquer outro equipamento receptor/emissor de sinal eletromagnético, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura bem como o porte de armas;
 - d) A saída do candidato de sala sem o acompanhamento de um fiscal e ou portando o cartão resposta ou caderno de prova;
 - e) Fumar ou ingerir alimentos e bebidas, exceto água acondicionada em embalagem transparente sem qualquer rótulo e ou etiqueta.

- 6.9.18 Por razões de segurança, não será permitida a entrega da prova e cartão resposta e ou a saída do local onde a prova se realizar, antes de decorrida 1 hora do seu início, mesmo que o candidato seja desistente ou tenha sido excluído.
- 6.9.19 A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público, sendo atribuída nota zero à Prova escrita.
- 6.9.20 O porte de qualquer tipo de armamento, sob qualquer alegação, impedirá a entrada do candidato no local de aplicação da prova. A FEPESE não ficará com a guarda do armamento.
- 6.9.21 Os três (3) últimos candidatos de cada sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo.
- 6.9.22 A prova e o gabarito provisório serão divulgados no endereço eletrônico: <http://concursolages.fepese.org.br/> a partir das 21 horas do dia da sua realização.
- 6.9.23 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, de qualquer das fases, nem a realização de prova fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.
- 6.9.24 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como do cartão de respostas, mesmo após o encerramento do concurso público.
- 6.9.25 O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser submetido à revista pessoal e ou de seus pertences, à varredura eletrônica e à identificação datiloscópica.

6.10 Classificação e critérios de desempate

- 6.10.1 Apreciados os recursos dos candidatos e divulgado o gabarito definitivo da Prova escrita, os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota obtida na referida prova, expressa em notas de 0,00 a 10,00 com duas casas decimais sem arredondamento.
- 6.10.2 Em caso de empate na classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:
1. Tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Concurso, conforme art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003;
 2. Obter a maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
 3. Obter a maior nota nas questões de Língua Portuguesa;
 4. Obter a maior nota nas questões de Noções de Informática- quando houver;
 5. Obter a maior nota nas questões de Aspectos Históricos e Geográficos;
 6. Obter a maior nota nas questões de Legislação Municipal- quando houver;
 7. Obter a maior nota nas questões de Higiene e Primeiros Socorros- quando houver;
 8. Tiver exercido o papel de jurado, desde que antecipadamente habilitado nos termos do Edital;
 9. Tiver a maior idade.
- 6.10.3 Os resultados da Prova objetiva e a respectiva classificação serão publicados no endereço eletrônico do concurso na Internet <http://concursolages.fepese.org.br/>, na data provável de 20 de outubro de 2016.

7 SEGUNDA FASE DO CONCURSO PÚBLICO: PROVA PRÁTICA

- 7.1 A segunda etapa do concurso público para os cargos de Instrutor de Panificação, Motorista Socorrista de Programas da Saúde, Motorista, Motorista de Ônibus, Motorista de Veículos de Emergência, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Pesadas e Operador de Máquinas Leves, será constituída prova prática de caráter eliminatório e classificatório.
- 7.2 Só poderão participar da segunda etapa do concurso público os candidatos aprovados na prova escrita que obtiverem a classificação abaixo:

Cargo	Classificação exigida para participar da Prova Prática
Instrutor de Panificação	Aprovado na prova escrita e classificado do 1º ao 8º lugar.
Motorista Socorrista de Programas da Saúde	Aprovado na prova escrita e classificado do 1º ao 8º lugar.
Motorista	Aprovado na prova escrita e classificado do 1º ao 80º lugar.
Motorista de Ônibus	Aprovado na prova escrita e classificado do 1º ao 6º lugar.
Motorista de Veículos de Emergência	Aprovado na prova escrita e classificado do 1º ao 4º lugar.
Motorista de Veículos Pesados	Aprovado na prova escrita e classificado do 1º ao 12º lugar.
Operador de Máquinas Pesadas	Aprovado na prova escrita e classificado do 1º ao 20º lugar.
Operador de Máquinas Leves	Aprovado na prova escrita e classificado do 1º ao 10º lugar.

- 7.3 No caso de existir mais de um candidato com a mesma nota do que obteve a última classificação como dispostos no item 7.2, serão critérios de desempate:
- a) Tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Concurso, conforme art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003;
 - b) Maior nota nas questões de Conhecimentos específicos;
 - c) Maior nota nas questões de Português;
 - d) Maior nota nas questões de Aspectos Históricos e Geográficos;
 - e) Maior nota nas questões de Higiene e Primeiros Socorros;
 - f) Tiver exercido o papel de jurado, desde que antecipadamente habilitado nos termos do Edital;
 - g) Maior idade.
- 7.4 Os candidatos, mesmo que aprovados na prova escrita, que não obtiverem a classificação determinada no item 7.2, serão desclassificados.
- 7.5 A prova prática será aplicada na data provável de 6 de novembro de 2016, em dia e local que serão informados no endereço eletrônico do concurso na data de 31 de outubro de 2016.
- 7.6 Será atribuída nota zero na prova prática, ao candidato que, por qualquer razão, chegar atrasado, não comparecer ou comparecer em local e horário diverso do publicado.
- 7.7 A prova prática poderá ser transferida, a critério da Comissão Organizadora, por razões de ordem técnica e ou fatores meteorológicos.
- 7.8 No caso de alteração da data e ou local de aplicação da prova, os candidatos serão avisados por comunicado publicado no site do concurso público ou por aviso fixado na entrada principal ou mural de entrada da Prefeitura Municipal, caso o evento determinante da alteração seja de natureza imprevisível.

- 7.9 Os candidatos deverão comparecer ao local e horário determinados munidos de documento de identificação no prazo de validade. Não serão aceitas cópias- mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.
- 7.10 Os candidatos aos cargos de Motorista, Motorista de ônibus, Motorista Socorrista de Programas de Saúde, Motorista de veículos de emergência, Motorista de veículos pesados e Operador de máquinas pesadas deverão apresentar também carteira nacional de habilitação exigida para o provimento do cargo.
- 7.11 Os candidatos, ao se inscreverem, declaram gozar de perfeita saúde e aptos para realizar as tarefas que lhe forem atribuídas na Prova Prática.
- 7.12 Durante a realização da prova prática é proibido utilizar telefones celulares e ou qualquer outro equipamento de comunicação, usar equipamento de som de qualquer natureza, fumar ou ingerir qualquer medicamento, alimento ou bebida, exceto água acondicionada em garrafa de material plástico transparente e sem rótulo.
- 7.13 Os veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser usados na prova prática serão fornecidos no estado em que se encontrarem.
- 7.14 Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com as ferramentas e materiais, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o uso de forma inadequada, implicarão na desclassificação do candidato.
- 7.15 O veículo ou equipamento que será utilizado, as tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova estarão especificados e descritos em Folha de Tarefa que será preparada pela banca de avaliação da prova prática e sorteada pelos candidatos.
- 7.16 O veículo ou equipamento que couber por sorteio ao candidato não poderá ser substituído ou trocado, salvo se por razão de segurança ou pane mecânica que não tenha sido provocada pelo examinado, sempre a critério do avaliador.
- 7.17 O candidato só poderá iniciar a execução da tarefa após a determinação do avaliador.
- 7.18 Findado o prazo fixado na folha de tarefa o candidato interromperá a execução da tarefa, mesmo que não a tenha concluído, sendo avaliadas as etapas que cumpriu.
- 7.19 Durante a realização da Prova Prática serão avaliados:
- a) Postura corporal durante execução da tarefa;
 - b) Conhecimento dos conteúdos quando couber e ou das técnicas exigidas e correto manuseio das ferramentas e equipamentos ou condução do veículo/máquina, quando couber;
 - c) Disciplina, persistência e capacidade de concentração.
 - d) Qualidade da execução da tarefa.
 - e) Demonstração pelo candidato de que conhece as atividades do cargo que se inscreveu.
- 7.20 A avaliação da Prova Prática será feita por avaliador designado pela FEPESE que atribuirá uma nota de 0,00 a 10,00 para cada um dos quesitos descritos. A nota da Prova Prática resultará da soma/média aritmética das notas recebidas pelo candidato nos diferentes quesitos avaliados.
- 7.21 A demonstração pelo candidato de que não possui o necessário conhecimento para operar qualquer dos equipamentos, máquinas ou veículos nos quais deverá prestar a prova prática, sem danificá-los ou colocar em risco os presentes à avaliação, instalações e ou equipamentos do local de prova, implicará na imediata suspensão da tarefa que está sendo realizada e na exclusão do candidato.
- 7.22 A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.
- 7.23 Será considerado aprovado na Prova Prática o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco).
- 7.24 Será atribuída nota 0,00 (zero) que implicará na reprovação e desclassificação no concurso público ao candidato que:
1. Não comparecer ou chegar com atraso;
 2. Não apresentar o documento de identificação e- para os cargos de Motorista, Motorista de ônibus, Motorista Socorrista de Programas de Saúde, Motorista de veículos de emergência,

[20]

Motorista de veículos pesados e Operador de máquinas pesadas, também a habilitação exigida no edital;

3. Deixar de cumprir quaisquer das exigências constantes do edital ou instruções específicas dos avaliadores quanto à segurança pessoal do candidato e ou avaliadores, dos equipamentos e das instalações.
4. Tiver a sua prova interrompida por colocar em risco os presentes, as instalações ou equipamentos do local da prova;
5. Obter nota inferior a 5,00 (cinco).

7.25 DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

7.25.1 Prova prática para o cargo de Instrutor de Panificação.

Procedimentos e tarefas que serão determinados durante a prova prática.

A prova prática para o cargo de Instrutor de Panificação constará da apresentação de uma aula/ instrução expositiva com a duração ideal de 20 minutos (aceitando-se o mínimo de 15 e o máximo de 25 minutos) em que deverá explicar todas as fases de preparação de uma receita de pão de leite.

O candidato poderá utilizar recursos audiovisuais cabendo, neste caso, a sua aquisição, transporte, instalação e operação. Serão concedidos 10 minutos para que os instale, não sendo permitida a ajuda de terceiros para a instalação e operação dos equipamentos utilizados. A Comissão Organizadora oferecerá unicamente a instalação elétrica, não sendo responsável por falhas ou defeitos que venha a apresentar. No caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica ou falha ou defeito da rede e ou equipamentos que interrompam a apresentação a mesma não poderá ser descontinuada e o tempo de duração não será ampliado, devendo o candidato continuar a apresentação sem a utilização do equipamento. Caso não possa fazê-lo será avaliado pela apresentação até a sua interrupção.

Os avaliadores não farão perguntas durante a apresentação e indicarão unicamente o término do tempo da aula, tendo o candidato após o aviso, no máximo 5 minutos para a sua conclusão, quando a apresentação será interrompida.

Os avaliadores não farão qualquer comentário sobre a apresentação do candidato ou sua avaliação. Atribuirão cada um deles, uma nota de 0,00 a 10,00 de acordo com o quadro de avaliação.

A nota da prova prática será a média aritmética das notas registradas pelos avaliadores.

A aula deverá seguir o seguinte roteiro:

1. Introdução- Breve histórico do pão e sua importância para a alimentação;
2. Cuidados de higiene e segurança na panificação;
3. Preparação da massa, descanso e divisão;
4. Moldagem e acondicionamento;
5. Fermentação, cozimento e resfriamento.

Os candidatos deverão, antes do início da apresentação, entregar aos avaliadores plano de aula/ instrução datilografado ou impresso em duas vias.

O plano de aula é o registro do planejamento da aula/ instrução e deverá conter:

- a) Objetivos;
- b) Conteúdos que serão ministrados;
- c) Recursos didáticos;
- d) Avaliação- como o conteúdo ministrado seria avaliado numa situação real.

Quadro de avaliação da Prova Prática para o cargo de Instrutor de Panificação

Item avaliado	Pontuação			
	Atingiu plenamente	Atingiu parcialmente	Atingiu mínimamente	Não atingiu
1 Plano de aula: Clareza, correção e adequação.	1,00	0,7	0,5	0
2 Apresentação do instrutor, dicção, clareza na exposição, correção e adequação da linguagem.	2,00	1,4	1	0
3 Adequação do conteúdo aos objetivos e recursos didáticos.	1,00	0,7	0,5	0
4 Domínio do conteúdo. Gradação e adequação ao nível de ensino.	3,00	2,1	1,5	0
5 Recursos didáticos. Adequação, e qualidade.	2,00	1,4	1	0
6 Recursos didáticos. Provocaram a motivação dos instruídos?	1,00	0,7	0,5	0
Pontuação máxima	10,00	7,00	5,00	0

7.26.1 Prova prática para os cargos de Motorista, Motorista Socorrista de Programas da Saúde, Motorista de ônibus, Motorista de Veículos de Emergência, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Pesadas.

Procedimentos e tarefas que serão determinados durante a prova prática.

A Prova Prática para os cargos de Motorista, Motorista Socorrista de Programas da Saúde, Motorista de ônibus, Motorista de Veículos de Emergência, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Pesadas constará da execução prática dos seguintes procedimentos:

1. Ligar o equipamento/ veículo;
2. Tomar todas as precauções de segurança antes de iniciar a sua operação;
3. Conduzir o equipamento/ veículo até local determinado pelo avaliador, atentando para todas as normas técnicas de segurança e condução do equipamento/veículo, bem como para as determinações do Código de Trânsito Brasileiro;
4. Realizar uma ou mais operações típicas do equipamento/ veículo, determinadas na Folha de Tarefas;
5. Conduzir o equipamento/ veículo até local determinado pelo avaliador. Estacionar em área determinada e concluir a operação observando as normas técnicas e de segurança.

Quadro de avaliação da Prova Prática para os cargos de Motorista, Motorista Socorrista de Programas da Saúde, Motorista de ônibus, Motorista de Veículos de Emergência, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Pesadas:

ITEM AVALIADO		Avaliação/pontuação			
		Atingiu plenamente	Atingiu parcialmente	Atingiu minimamente	Não atingiu
1	Verificação da condição e operação e segurança.	0,5	0,35	0,25	0
2	Ligar e arrancar com segurança.	1	0,7	0,5	0
3	Operação durante o trajeto indicado.	3	2,1	1,5	0
4	Realização de tarefa própria ao cargo.	4	2,8	2	0
5	Estacionamento e operações finais.	1	0,7	0,5	0
6	Postura corporal.	0,5	0,35	0,25	0
	PONTUAÇÃO MÁXIMA	10	7	5	0

7.26.2 Prova prática para o cargo de Operador de Máquinas Leves.

Procedimentos e tarefas que serão determinados durante a prova prática.

A Prova Prática para o cargo de Operador de Máquinas Leves constará da execução prática dos seguintes procedimentos:

1. Ligar o equipamento;
2. Montar e desmontar quando necessário.
3. Tomar todas as precauções de segurança antes de iniciar a sua operação;
4. Realizar uma ou mais operações típicas do equipamento determinadas na Folha de Tarefas;
5. Desligar e guardar o equipamento no local determinado pelo avaliador de acordo com os procedimentos padrão para a sua guarda.

Quadro de avaliação da Prova Prática para o cargo de Operador de Máquinas Leves:

ITEM AVALIADO		Avaliação/pontuação			
		Atingiu plenamente	Atingiu parcialmente	Atingiu minimamente	Não atingiu
1	Verificação da condição e operação e segurança.	1,00	0,70	0,50	0
2	Ligar e operar com segurança.	2,00	1,40	1,00	0
4	Realização de tarefa própria ao cargo.	5,00	3,50	2,50	0
5	Limpeza e guarda do equipamento.	1,00	0,70	0,50	0
6	Postura corporal.	1,00	0,70	0,50	0
	PONTUAÇÃO MÁXIMA	10	7,00	5,00	0

8 DOS RECURSOS

8.1 Caberão recursos:

1. Do indeferimento do pedido de isenção do valor da inscrição.
2. Da incorreção de dados ou não homologação da inscrição;
3. Do teor das questões e ou gabarito preliminar da Prova escrita com questões objetivas;
4. Do resultado da Prova escrita com questões objetivas;
5. Do resultado da Prova prática;
6. Do resultado final.

8.2 Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do resultado contra o qual deseja o candidato recorrer, por um dos seguintes meios:

- 1) On line no sitio do Concurso Público: <http://concursolages.fepese.org.br/>;
- 2) Pessoalmente ou por Procurador nos postos de atendimento ao candidato; ou
- 3) Via postal- Mediante requerimento em anexo ao Edital entregue à FEPESE no prazo determinado pelo Edital.

Instruções para a interposição dos recursos.

Interposição de recursos pela Internet

Para interposição de recursos pela Internet o candidato deverá:

- a) Acessar a página do Concurso Público na Internet: <http://concursolages.fepese.org.br/>
- b) Preencher o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- c) Enviar pela Internet seguindo as instruções do sistema.

Interposição de recursos presencial

Para interposição de recursos presencialmente o candidato deverá:

- a) Comparecer em um dos postos de atendimento ao candidato, pessoalmente munido de documento de identidade original, com foto ou por Procurador munido de documento de identidade original, com foto, cópia autenticada do documento de identidade do candidato e documento original de Procuração Pública- passada em cartório com fins específicos.
- b) Preencher o requerimento (Anexo) com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- c) Protocolar o requerimento no Atendimento, ao candidato da FEPESE guardando o respectivo protocolo.

Interposição de recursos via postal

Para interposição de recursos via postal o candidato deverá:

- a) Preencher e assinar o requerimento (Anexo) com argumentação clara, consistente e objetiva.
- b) Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- c) Datar e assinar;

- d) Anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente;
- e) Colocar o (s) requerimento (s) em um envelope resistente e enviar para o endereço:

FEPESE – CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES

Recurso administrativo

Campus Reitor João David Ferreira Lima.

Caixa Postal 5067

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

88040-900- Trindade – Florianópolis, SC.

O candidato deverá expedir o documento com AR (Aviso de Recebimento), preferencialmente pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue à FEPESE rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, valendo para todos os fins de direito o comprovante da data de entrega à FEPESE, emitido pelo Correio.

- 8.3 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem transmitidos e ou entregues pessoalmente ou pelo correio até o último dia previsto para entrega (segundo dia útil após a publicação do ato contestado).
- 8.4 Caso o candidato venha a transmitir (pela Internet), ou entregar (pessoalmente ou por procurador) ou enviar via postal, mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do Concurso Público, só será analisado o último transmitido, entregue ou recebido.
- 8.5 A FEPESE e ou a Prefeitura Municipal de Lages, não se responsabilizam pelo extravio ou atraso na entrega dos requerimentos dos candidatos enviados pelo correio. Para fins de direito constitui-se prova unicamente o carimbo de recebimento ou entrega da correspondência à FEPESE.
- 8.6 No caso de anulação de qualquer questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que prestaram a respectiva prova.
- 8.7 No caso de erro na indicação da resposta correta o gabarito provisório será alterado, sendo as provas corrigidas com base no gabarito definitivo.
- 8.8 O despacho dos recursos será publicado coletivamente no endereço eletrônico do Concurso Público. Uma resposta individual a cada requerimento será acessível na aba Respostas a Recursos e Requerimentos. Não serão encaminhadas respostas a recursos por qualquer outro meio. No site do concurso público, na área reservada aos candidatos, será possível obter a cópia do cartão resposta da prova escrita e das fichas de avaliação da prova prática.
- 8.9 A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora, é irrecorrível na esfera administrativa.
- 8.10 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio não descritos no Edital.
- 8.11 Os recursos intempestivos e inconsistentes não serão analisados.
- 8.12 As notas, médias e classificação dos candidatos poderão ser alteradas em qualquer fase do certame, ainda que publicado o resultado final, em face de deferimento de recurso administrativo ou decisão fundamentada de Ofício havida pela Comissão Organizadora em função de erro material.

9 DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

9.1 A nota final do candidato será calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

Para os cargos de Instrutor de Panificação, Motorista Socorrista de Programas da Saúde, Motorista, Motorista de Ônibus, Motorista de Veículos de Emergência, Motorista de Veículos Pesados, Operador de Máquinas Pesadas e Operador de Máquinas Leves:

$$NF = \frac{NPE + NPP}{2}$$

Sendo:

NF= Nota final

NPE= Nota da Prova escrita com questões objetivas

NPP= Nota da Prova prática.

Para os demais cargos:

$$NF= NPE$$

Sendo:

NF= Nota final

NPE= Nota da Prova escrita com questões objetivas

9.2 Será eliminado do Concurso Público o candidato que, além dos outros requisitos e exigências previstos neste Edital:

1. Prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos com tais vícios, em qualquer fase do Concurso Público;
2. Apresentar-se após o horário estabelecido para prestar quaisquer fases e provas;
3. Não comparecer a qualquer uma das provas;
4. Não apresentar um dos documentos de identidade oficialmente exigidos nos termos deste Edital, para prestar quaisquer fases;
5. Ausentar-se da sala de realização da prova sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, de decorrido o prazo mínimo para saída do candidato da sala;
6. For surpreendido em comunicação, qualquer que seja a forma, com outras pessoas ou utilizando-se de quaisquer materiais vedados por este Edital;
7. Não depositar no local indicado pelos fiscais os utensílios e ou equipamentos não permitidos e ou forem surpreendidos tendo ao alcance (ainda que desligados) ou fazendo uso dos mesmos na sala, banheiros ou quaisquer ambientes, durante o horário da prova.
8. Lançar mão de meios ilícitos para a execução de qualquer uma das etapas do Concurso Público;
9. Não devolver integralmente todo o material de prova (caderno de prova e cartão resposta);
10. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
11. Não preencher ou cumprir qualquer um dos requisitos ou normas exigidos pelo presente Edital;
12. Não apresentar os documentos exigidos;

13. Faltar com o respeito ou tratar com descortesia os fiscais, coordenadores, seguranças ou membros da Comissão do Concurso Público ou da FEPESE.

10 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

10.1 Os candidatos aprovados na Prova escrita com questões objetivas e, quando devido, na Prova prática serão ordenados e classificados segundo a ordem decrescente da nota final.

10.2 Em caso de igualdade na nota final, para fins da classificação final, o desempate se fará da seguinte forma:

1. Candidato que tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Concurso, conforme art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003;
2. Obter a maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
3. Obter a maior nota nas questões de Língua Portuguesa;
4. Obter a maior nota nas questões de Noções de Informática- quando houver;
5. Obter a maior nota nas questões de Aspectos Históricos e Geográficos;
6. Obter a maior nota nas questões de Legislação Municipal- quando houver;
7. Obter a maior nota nas questões de Higiene e Primeiros Socorros- quando houver;
8. Tiver exercido o papel de jurado, (conforme artigo 440 do Código de Processo Penal), mediante prévia entrega da documentação hábil nos termos deste Edital;
9. Tiver a maior idade.

10.3 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência constarão, além da classificação geral, de lista especial.

11 DA NOMEAÇÃO E POSSE

11.1 Os atos relativos à convocação, à nomeação e à posse dos candidatos são de exclusiva competência da Administração do Município de Lages.

11.2 A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do ato de nomeação, prorrogável por igual período, a requerimento do nomeado. Não verificada no prazo estabelecido, o Chefe do Poder Executivo tornará sem efeito a nomeação e declarará extinto o direito do nomeado.

11.3 A posse em cargo público municipal dependerá de prévia inspeção pela junta médica designada pelo Município.

11.4 No ato da posse, o servidor apresentará declaração tanto de bens e valores que constituem seu patrimônio quanto do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

11.5 No ato da posse, o servidor apresentará certidão negativa de antecedentes criminais expedidas por órgãos policiais e judiciais, estaduais e federais;

11.6 No ato da posse, o servidor apresentará declaração de não ter sido punido com pena de demissão, aplicada por entidade integrante da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As datas constantes no presente Edital são as previstas e poderão por razões administrativas serem alteradas por aviso publicado no sítio do Concurso Público na Internet.

12.2 Os casos omissos ao Edital serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso Público do Município de Lages e pela FEPESE.

12.3 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação em Diário Oficial.

12.4 Todas as informações relativas à nomeação e posse, após a publicação do resultado final, deverão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Lages.

[27]

- 12.5 Os candidatos aprovados e classificados neste Concurso Público devem manter atualizados seus endereços junto à Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lages, sendo de sua responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização desta informação.
- 12.6 Todas as despesas decorrentes da participação no presente concurso, mesmo que os horários e locais de provas venham a ser alterados, são de exclusiva responsabilidade dos candidatos.
- 12.7 O candidato concorda expressamente que os seus dados de identificação, desempenho e classificação nas provas, bem como despacho dos recursos e requerimentos que venha a interpor, sejam afixados em local público quando exigidos pela legislação, publicados na Internet nas páginas do concurso público e do Município ou por qualquer outro meio ou mídia.
- 12.8 Delegam-se à FEPESE as seguintes competências:
- a) deferir e indeferir as inscrições;
 - b) emitir os documentos de homologação das inscrições;
 - c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita e a prova prática;
 - d) apreciar, responder e dar publicidade aos recursos previstos neste Edital;
 - e) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - f) prestar informações sobre o Concurso Público;
 - g) publicar o Resultado Final no sítio do Concurso Público na Internet.

Lages, 16 de agosto de 2016.

PEDRO MARCOS ORTIZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

[28]

Anexo 1

Programas das provas

Nas questões relacionadas à legislação federal, estadual ou municipal, poderão ser exigidas as alterações ocorridas até a data de publicação do presente Edital.

As questões relacionadas a conhecimentos de informática poderão se relacionar a qualquer versão dos softwares em uso no mercado na data de publicação do Edital.

Cargos com exigência de curso superior

Programas das questões de Conhecimentos Gerais (comuns a todos os cargos)

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Brasil: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Santa Catarina: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Município de Lages: localização geográfica, área, população, limites, história, aspectos econômicos, sociais e culturais. Análise de acontecimentos significativos ocorridos no Brasil e no Mundo, nas áreas de economia, política, meio ambiente, segurança pública, saúde, cultura, esportes e tecnologia, suas causas e consequências, ocorridos nos anos de 2014 a 2016.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Nº 293, De 06 de setembro de 2007 (e suas alterações até a data de publicação do Edital)- Estatuto Dos Servidores Públicos Municipais.

PORTUGUÊS

Interpretação de texto. Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Semântica: Significação das palavras no contexto. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monossêmia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação Oficial.

Programas das questões de Conhecimentos Específicos- para cada um dos cargos

ADMINISTRADOR

Administração Pública: Organização Governamental Brasileira; Princípios da administração pública; Paradigmas da Administração Pública e reformas administrativas: Administração Pública burocrática, estado do bem-estar social; a nova gestão pública; princípios; fundamentos da nova governança pública. Políticas Públicas: Formulação e avaliação de políticas públicas; Estado e políticas públicas; O processo de política pública; as instituições e as políticas públicas; arranjos institucionais e política pública. Planejamento público: planos; programas de governo; processo orçamentário; Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA. Flexibilização da ação estatal: parcerias público-privadas; consórcios; terceirização; redes e parcerias com organizações da sociedade civil. Mudanças institucionais: conselhos; organizações sociais; organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP); agência reguladora; agência executiva; centralização versus descentralização. Governança: princípios da governança; fundamentos e governança pública, governança dos espaços comuns; governabilidade; accountability. Gestão por resultados no setor público: metodologias de gestão; avaliação de programas e projetos públicos; indicadores de desempenho. Licitação Pública: modalidades; dispensa; inexigibilidade; pregão; contratos e compras.

Noções de Direito Administrativo: Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão; Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário da administração; Normas Constitucionais sobre Administração Pública: artigos 37 a 41 da Constituição Federal.

ADMINISTRADOR DE RECURSOS HUMANOS

Noções de Direito Administrativo: Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão; Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário da administração; Normas Constitucionais sobre Administração Pública: artigos 37 a 41 da Constituição Federal.

Capacitação e formação profissional: a importância do T&D. A Avaliação do Desempenho Profissional (ADP) como importante estratégia de gestão de pessoas. Políticas e Práticas de Gestão de Pessoas. Administração de cargos e salários. Seleção de pessoas. Improbidade administrativa. Lei Federal n.º 8.429/92. Conhecimentos em administração de pessoal e gestão de recursos humanos. Legislação trabalhista e previdenciária, rotinas de administração de pessoal e benefícios, recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento, e administração de cargos e salários. Gestão por competências e avaliação de desempenho. Gestão estratégica de recursos humanos. Noções de gestão de projetos. Noções de gestão de pessoas em administração pública. Relações interpessoais, cultura e clima organizacional. Dispositivos dos artigos 37, 39 e 40 da Constituição Federal: princípios da administração pública, concurso público, nomeação para cargos, empregos e funções, remuneração, regras para acumulação de cargos e remuneração, reserva de vagas, direitos do trabalhador, regime de previdência e efetivação em cargo público. Correspondência Oficial, conforme Manual da Presidência da República.

ASSISTENTE SOCIAL/ ASSISTENTE SOCIAL DE PROGRAMAS DA SAÚDE

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. O Serviço Social no Brasil. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Trabalho e Serviço Social. Planejamento e Serviço Social. O código de ética profissional do assistente social. Instituições Públicas e Políticas Públicas. Relação Estado / Sociedade. Pobreza e desigualdade social no Brasil. Etapas/fases do processo de política pública: formulação, implementação, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação. Gestão social das Políticas Públicas: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais. Pesquisa em Serviço Social. Conselhos e Conferências. Lei Orgânica da Saúde, Sistema Único de Saúde - SUS, Lei Orgânica da Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Redes de atendimento. Desenvolvimento local: concepção de território, participação no poder local, planejamento participativo, plano diretor, questões sociais urbanas e rurais. Família: As novas modalidades de família, metodologias de abordagem familiar. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Declaração dos Direitos Humanos.

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

Lei Orgânica do Município de Lages. Lei Nº 721/83- Regula com Fundamento na Constituição Federal o Sistema Tributário do Município de Lages e estabelece as Normas de Direito Tributário aplicáveis ao Município e suas alterações. Lei Complementar Municipal n. 197/2003. Lei Complementar Municipal n. 251/2005. Lei Complementar Municipal n. 287/2007. Decreto Municipal n. 15.215/2016. Lei n. 1449/88. Lei Complementar Municipal n. 148/2001. Lei Complementar Municipal n. 224/2004. Lei Municipal n. 3336/2006. Noções de Contabilidade: Conceito, objeto, princípios fundamentais da Contabilidade. Fatos e lançamentos contábeis. Classificação de contas. Regimes contábeis: competência de exercício e de caixa. Apuração o resultado e encerramento do exercício. Demonstrações contábeis e financeiras. Direito Tributário: Poder de tributar e competência tributária. Sistema Tributário Nacional. Tributos: conceitos e espécies. Princípios constitucionais tributários. Obrigação tributária: espécies, fato gerador, sujeito ativo e passivo, solidariedade, responsabilidade, substituição tributária. Crédito tributário: constituição, suspensão da exigibilidade e extinção, garantias e privilégios. Pagamento e repetição do indébito tributário: renúncia de receitas tributárias, imunidade, isenção, outros benefícios fiscais, decadência e prescrição do crédito tributário. Tributos estaduais e municipais. Normas Brasileiras de Contabilidade e de Auditoria emanadas do CFC. Testes de Auditoria: Substantivos, de Observância, Revisão Analítica. Procedimentos de Auditoria: Inspeção, Observação, Investigação, Confirmação, Cálculo, Procedimentos Analíticos. Tipos de Teste em Áreas Específicas das Demonstrações Contábeis: Caixa e Bancos, Clientes, Estoques, Investimentos, Imobilizado, Fornecedores, Advogados, Seguros, Folha de Pagamentos. Amostragem Estatística: Tipo de Amostragem, Tamanho da Amostra, Risco de Amostragem, Seleção da Amostra, Avaliação do Resultado do Teste.

BIBLIOTECÁRIO

Documentação: conceitos básicos e finalidades da documentação geral e jurídica. Biblioteconomia e ciência da informação: conceitos básicos e finalidades. Noções de informática para bibliotecas: dispositivos de memória, de entrada e saída de dados Normas técnicas para a área de documentação: referência bibliográfica (de acordo com as

[30]

normas da ABNT), resumos, abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas, sumário, preparação de índices de publicações, preparação de guias de bibliotecas, centros de informação e de documentação. Indexação: conceito, definição, linguagens, descritores, processos e tipos de indexação. Resumos e índices: tipos e funções. Classificação decimal universal (CDU): estrutura, princípios e índices principais e emprego das tabelas auxiliares. Catalogação (AACR-2): catalogação descritiva, entradas e cabeçalhos; catalogação de multimeios: CD-ROM, fitas de vídeos e fitas cassetes. Catálogo: tipos e funções. Organização e administração de bibliotecas: princípios e funções administrativas em bibliotecas. Desenvolvimento de coleções: políticas de seleção e de aquisição, avaliação de coleções. Atendimento ao usuário. Estudo de usuário – entrevista. Estratégias de busca da informação. Disseminação da informação. Automação: formato de intercâmbio, formato US MARC, banco de dados, base de dados, planejamento da automação. Bibliografia: conceituação, teorias, classificação, histórico e objetivos.

CIRURGIÃO DENTISTA DE PROGRAMAS DA SAÚDE

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Anatomia, Histologia e Fisiologia do Sistema Estomatognático; Microbiologia e Bioquímica bucal; Estomatologia e Tratamento das principais doenças bucais; Periodontia; Endodontia; Dentística; Odontopediatria; Odontogeriatria; Odonto-hebiatria; Cirurgia oral menor; Ortodontia; Prótese; Terapêutica e farmacologia de interesse na clínica odontológica; Radiologia; Anestesiologia; Atendimento às pessoas com necessidades especiais; Princípios de traumatologia; Urgências em odontologia; Biossegurança e ergonomia; Epidemiologia das principais doenças bucais; Levantamentos epidemiológicos em saúde bucal; Métodos de prevenção das principais doenças bucais; Educação em Saúde; Trabalho em equipe; Biossegurança e ergonomia; Sistemas de Informação em Saúde; Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal; Código de Ética Odontológica.

CONTADOR

Orçamento Público: Conceito, Tipos e Princípios Orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. Elaboração, Aprovação, Execução e Avaliação do Orçamento. Classificação Institucional e Funcional Programática. Contabilidade Pública: Conceito, Campo de Atuação e Regimes Contábeis. Receita Pública: Conceito e Classificação. Receita Orçamentária. Receita Extra- orçamentária. Codificação. Estágios. Restituição e Anulação de Receitas. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito e Classificação. Despesa Orçamentária e Despesa Extra Orçamentária. Classificação Econômica. Classificação Funcional-Programática. Codificação. Estágios. Restos a Pagar. Dívida Pública. Regime de Adiantamento. Créditos Adicionais. Escrituração das operações típicas das Entidades Públicas: do Sistema Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais. Lei nº 4.320/1964. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). Resolução nº. 750 do Conselho Federal de Contabilidade. Licitações: Conceito, princípios, objeto e finalidade. Obrigatoriedade dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Procedimentos e fases. Revogação e anulação (fundamentos, iniciativa e efeitos decorrentes). Contratos administrativos: conceito, características e principais tipos: reajuste de preços: correção monetária: reequilíbrio econômico e financeiro. Auditoria: Noções gerais sobre auditoria: conceituação e objetivos. Auditoria interna, externa e fiscal: conceito, objetivos, forma de atuação, responsabilidades e atribuições. Procedimentos de auditoria. Normas de execução dos trabalhos de auditoria. Estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos. Aplicação dos procedimentos de auditoria. Documentação de auditoria. Continuidade normal dos negócios da entidade. Tipos de Parecer do auditor. Fraude e erro. Auditoria das contas de resultado: receitas, despesas e custos. Resolução nº 1.111/07 do Conselho Federal de Contabilidade.

EDUCADOR FÍSICO DE PROGRAMAS DA SAÚDE

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a

organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Referenciais teóricos sobre a Atividade Física com base na fisiologia do exercício; princípios do treinamento e aspectos metodológicos da atividade física aplicada a situações especiais (criança, idosos, gestantes e doenças crônicas não transmissíveis). Cinesiologia e Cine antropometria. Análise de dados em atividade física e saúde; Saúde Coletiva e Atividade Física, Metodologia do Treinamento Desportivo, Esporte adaptado, Prescrição de Exercício Físico para Saúde, Diretrizes Gerais para prescrição de exercício e orientação de atividades físicas. Práticas Integrativas e Complementares.

ENFERMEIRO/ ENFERMEIRO DE PROGRAMAS DA SAÚDE

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Educação em saúde, Assistência de enfermagem à saúde da criança, Assistência de enfermagem à saúde do adolescente, Assistência de enfermagem saúde da mulher, Assistência de enfermagem à saúde do adulto, Assistência de enfermagem à saúde do idoso e Saúde Mental. Necessidades biopsicossociais do indivíduo nas diferentes faixas etárias. Enfermagem Médico-cirúrgica: patologias e procedimentos. Assistência em enfermagem nas situações de Urgência e Emergência neonatais, pediátricas, ginecológicas e obstétricas, psiquiátricas, trauma, cardiovasculares, respiratórias e metabólicas. Atendimento Pré-Hospitalar (APH) e transporte inter-hospitalar. Transporte de acidentados, Abordagem inicial da vítima, Noções em Situações de Atenção a Múltiplas Vítimas, Sinais vitais, PCR e Reanimação cardiopulmonar, Choque, Infarto, Crise Hipertensiva, Edema Agudo de Pulmão, Hemorragias, Hemorragia digestiva, Acidente Vascular Cerebral, Desmaio, Alcoolismo agudo, Convulsão, Asfixia, Corpo estranho, Lesões traumato-ortopedicas, Luxação, Contusão, Escoriação, Esmagamento, Amputação, Imobilização, Lesões de tecido mole, na cabeça e lesões oculares. Trauma torácico e abdominal. Queimaduras, Animais Peçonhentos, Tentativa de suicídio, procedimento em caso de agressões por arma de fogo e arma branca, Afogamento.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Agricultura - Culturas perenes e temporárias: principais práticas culturais e particularidades de lavouras de importância econômica; épocas de preparo do solo, de plantio, de realização de tratamentos culturais, e da colheita das principais culturas. Pecuária - bovinocultura (de corte e leiteira), suinocultura e avicultura: Manejo (conhecimento das particularidades de cada espécie explorada). Principais raças e aptidões. Reprodução (ciclo reprodutivo e técnicas promotoras de maiores produtividades). Índices zootécnicos (taxas de natalidade, desfrute); Mecanismos e financiamentos da política agrícola, política macroeconômica e agricultura, instrumento de política agrícola: créditos, preços, tributação, tecnologia, armazenamento e comercialização, políticas de segurança alimentar, políticas de reforma agrária e colonização. 6. Abordagens sobre: interpretação analógica e digital de imagens obtidas através de sensores remotos, aplicada a mapeamentos de solos; gênese do solo; processos e fatores de formação dos solos; características físicas, químicas e mineralógicas dos solos; principais atributos do solo para fins de classificação; Sistema Brasileiro de Classificação de Solos; aplicações dos estudos / levantamentos de solos.

ENGENHEIRO CIVIL

Lei Nº 134/63- Código de Posturas do Município de Lages. Lei Nº 236/65- Código de Obras do Município de Lages. Lei Complementar Nº 306/2007- Plano Diretor de desenvolvimento territorial de Lages- PDDT-Lages. Elaboração de pareceres, informes técnicos e/ou relatórios. Vistorias. Princípios de planejamento e de orçamento de obras públicas. Elaboração de orçamentos. Projetos de obras civis: Estruturais (concreto aço e madeira); Fundações; Instalações elétricas e hidro sanitárias. Especificação de materiais e serviços. Programação de obras: Orçamento e composição de custos unitários, parciais e totais: levantamento de quantidades; Planejamento e cronograma físico financeiro. Acompanhamento de obras. Construção: Organização do canteiro de obras: execução de fundações (sapatas, estacas

e tubulões); Alvenaria; Estruturas e concreto armado; Aço e madeira; Coberturas e impermeabilização; Esquadrias; Pisos e revestimentos; Pinturas; instalações (água, esgoto, eletricidade, lógica e telefonia); Etapas de uma obra e descrição de serviços. Fiscalização: Acompanhamento da aplicação de recursos (medições, emissão de fatura etc.); Controle de materiais (cimento, agregados aditivos, concreto usinado, aço, madeira, materiais cerâmicos, vidro etc.); Controle de execução de obras e serviços. Noções de drenagem, de hidráulica, de hidrologia e solos. Higiene do Trabalho; Prevenção de acidentes do trabalho; Proteção do Meio Ambiente; Proteção contra Incêndios e Explosões. Normas Técnicas. Uso de ferramentas de apoio como sistemas CAD, SIG, Modelagem Matemática.

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA NO TRABALHO

Legislação sobre Higiene e Segurança do Trabalho; Organização e Administração; Psicologia e Comunicação; Estatísticas de Acidente do Trabalho; Fisiologia do Trabalho; Ergonomia; Ventilação Industrial; Noções de Toxicologia Industrial; Noções de Toxicologia Industrial; Noções de Epidemiologia; Saneamento do meio; Proteção contra incêndio; Primeiros Socorros; Higiene do Trabalho; Arranjo Físico. Avaliação e controle dos riscos: proteção coletiva, equipamento de proteção individual, riscos ambientais: agentes químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos; riscos em eletricidade; transporte e movimentação de materiais; Segurança na construção civil; Programas, Campanhas e SIPATs; Acidentes do Trabalho: causas, consequências programas de prevenção, comunicação e análise de acidentes; Segurança no trânsito; Inspeções de segurança; SESMT - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Conceito de Risco, perigo, acidente, incidente; PPRA e PCMSO; PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário; LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho; Programas de Gerenciamento de Riscos; Auditoria de Segurança; Técnicas de Análise de Riscos: Série de Riscos, Análise Preliminar de Riscos, Análise de Modos de Falha e Efeitos, HAZOP, Análise de Árvore de Falhas, Técnica de Incidentes Críticos; Proteção do Meio Ambiente; Transporte de materiais perigosos.

FARMACÊUTICO- BIOQUÍMICO/ FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO DE PROGRAMAS DA SAÚDE

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Organização de almoxarifados, avaliação da área física e condições adequadas de armazenamento. Controle de estoques de medicamentos e material de consumo. Padronização dos itens de consumo. Sistema de compra. Sistema de dispensação de medicamentos e materiais de consumo. Sistema de distribuição de medicamentos. Farmacologia. Assistência Farmacêutica. Política de medicamentos. Legislação Farmacêutica. Educação em saúde - noções básicas. Estrutura física e organizacional e funções da farmácia hospitalar. Seleção de medicamentos, germicidas e correlatos. Programação e estimativas de necessidade de medicamento. Noções básicas de epidemiologia. Farmacologia clínica e terapêutica. Serviços/centros de informação de medicamentos. Farmacovigilância e farmacoepidemiologia. A farmácia hospitalar no controle de infecção hospitalar. Farmacotécnica e Tecnologia Farmacêutica. Misturas intravenosas, nutrição parenteral e manipulação de citostáticos. Controle de qualidade dos produtos farmacêuticos - métodos físicos, químicos, físico-químicos, biológicos e microbiológicos. Boas práticas de fabricação de produtos farmacêuticos. Conhecimentos gerais sobre material médico-hospitalar. Garantia de qualidade em farmácia hospitalar.

FISIOTERAPEUTA/ FISIOTERAPEUTA DE PROGRAMAS DA SAÚDE

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Fisioterapia: conceito, recursos e objetivos. Reabilitação: conceito, objetivos técnicos e sociais. Trabalho Interdisciplinar em Saúde. Bases anatômicas, fisiológicas e cinesiológicas aplicadas a Fisioterapia. Fisioterapia nos processos incapacitantes no trabalho, nas doenças infectocontagiosas e crônico-degenerativas. Fisioterapia em: Traumatologia e Ortopedia, Neurologia, Pneumologia, Reumatologia, Queimados, Cardiologia e Angiologia, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Geriatria e Gerontologia, UTI Adulto e Infantil, Dermatologia, Cirurgia plástica e Cirurgia Geral. Órteses e adaptações: prescrição e aplicação. Ética e Legislação Profissional.

MEDICO- CLÍNICO GERAL/ MEDICO - PLANTONISTA P PA

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Cuidados gerais com o paciente em medicina interna. Doenças cardiovasculares: hipertensão arterial, cardiopatia isquêmica, insuficiência cardíaca, mio cardiopatis e valvulopatias, arritmias cardíacas. Doenças pulmonares: asma brônquica e doença pulmonar obstrutiva crônica; embolia pulmonar; pneumonias e abscessos pulmonares; doença pulmonar intersticial; hipertensão pulmonar. Doenças gastrointestinais e hepáticas: úlcera péptica, doenças intestinais inflamatórias e parasitárias, diarreia, colestase e colelitise, pancreatite, hepatites virais e hepatopatias tóxicas, insuficiência hepática crônica. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, síndrome nefrótica, litíase renal. Doenças endócrinas: diabetes mellitus, hipotireoidismo e hipertireoidismo, tireoidite e nódulos tireoidianos, distúrbios das glândulas suprarrenais, distúrbios das glândulas paratireoides. Doenças reumáticas: artrite reumatoide, espondiloartropatias, collagenoses, gota. Doenças infecciosas e terapia antibiótica. Distúrbios hidroeletrólíticos e acidobásicos. Psicologia médica. Farmacologia.

MEDICO EM PROGRAMAS DE SAÚDE/ MÉDICO EM PROGRAMAS DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Aspectos gerais na prática da medicina ambulatorial em nível primário: Medicina baseada em evidências. A promoção e a prevenção da saúde. Intervenções preventivas no adulto. Atividade física e saúde. Tabagismo. Alcoolismo. A Estratégia de Saúde da Família: fundamentação legal, princípios e diretrizes. Organização dos serviços de atenção primária à saúde. Bases clínicas-epidemiológicas das condutas clínicas. Antropologia médica e atenção primária à saúde. Detecção precoce de doenças do adulto. Raciocínio clínico: Anamnese e exame físico. Temas clínicos: Interpretação clínica do hemograma, diagnóstico diferencial e tratamentos das anemias, leucopenias, policitemias, leucemias e linfomas. Diagnóstico diferencial das linfadenopatias e esplenomegalias. Arritmias. Diagnóstico diferencial das cardiomiopatias (restritiva, congestiva e hipertrófica). Hipertensão Arterial. Insuficiência cardíaca. Doenças coronarianas; Doença valvular cardíaca. Doenças da Aorta. Doença arterial periférica. Doença venosa periférica. Asma brônquica. Enfisema pulmonar. Bronquite crônica. Doença pulmonar obstrutiva crônica. Tabagismo. Pneumotórax. Doença pulmonar ocupacional. Doença intersticial pulmonar. Pneumonias. Síndrome de insuficiência

respiratória. Tuberculose pulmonar e extra pulmonar. Câncer de pulmão. Trombo embolia pulmonar. Insuficiência respiratória aguda. Avaliação clínica da função renal. Importância clínica do exame simples de urina (EAS). Insuficiência renal aguda. Insuficiência renal crônica. Infecções urinárias. Doenças glomerulares. Nefro litíase (uropatia obstrutiva). Doenças da próstata. Hemorragia digestiva. Doenças do esôfago. Doença ulcero-péptica. Gastrites. Doenças funcionais do tubo digestivo. Doença inflamatória intestinal. Má absorção intestinal. Diagnósticodiferencial das diarreias e da síndrome disabsortiva. Parasitoses intestinais. Diarreia. Câncer do estômago. Câncer do cólon. Câncer do pâncreas. Pancreatites. Icterícias. Hepatites. Cirroses e suas complicações. Hepatopatia alcoólica. Hepatopatia induzida por drogas. Diagnóstico diferencial das icterícias e cirrose hepática. Tumores hepáticos. Doenças da vesícula e vias biliares. Síndrome metabólica, Diabetes e doenças cardiovasculares. Prevenção clínica das doenças cardiovasculares. Diagnóstico diferencial das dislipidemias. Obesidade e desnutrição. Hipertireoidismo. Hipotireoidismo. Doenças infecto parasitárias. AIDS e suas complicações. Doenças sexualmente transmissíveis. Dengue. Lesões elementares da pele. Manifestações cutâneas das doenças sistêmicas. Osteoporose. Osteoartrite. Febre reumática. Artrite reumatoide. Vasculites.

MEDICO-OTORRINOLARINGOLOGIA

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Adenoamigdalites; Cefaleias e dores faciais; 3. Corpos estranhos em Otorrinolaringologia; Diagnóstico por imagem em otorrinolaringologia. Disfonias; Epistaxes; Estomatites; Física do som; Fisiologia do ouvido nariz e garganta. Hipoacusais e vertigens: diagnóstico e tratamento; Laringites agudas e crônicas; Malformações congênitas em Otorrinolaringologia; Otites externas; Otites médias, agudas e crônicas; Rinopatias agudas e crônicas; Sinusites agudas e crônicas; Tumores da boca, faringe e laringe; Tumores do nariz e seios paranasais; Tumores do ouvido; Urgências em Otorrinolaringologia.

MEDICO - PNEUMOLOGIA

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica; Tosse Crônica; Tuberculose. Tromboembolismo Pulmonar; Influenza; Prevenção. Pneumologia Pediátrica: Fibrose cística. Pneumonias. Broncoespasmos. Imunodeficiências. Alergias. Supurações Pulmonares: Bronquectasias. Abscesso Pulmonar primário e secundário. Sarcoidose; Pneumoconioses; Provas de Função Pulmonar / Gasometria: Interpretação de resultados. Derrames Pleurais.

MÉDICO - ANGIOLOGIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Estrutura da parede vascular e suas implicações na fisiopatologia das doenças vasculares periféricas; fisiopatologia do sistema vascular aplicado ao estudo das doenças vasculares periféricas; coagulação e anticoagulantes; drogas que interferem na função plaquetária; sistema fibrinolítico e terapêutica fibrinolítica; terapêutica para aumento do fluxo sanguíneo, bases da reconstrução cirúrgica vascular, próteses e enxertos vasculares, bases da microcirurgia vascular, angioplastia, angioplastia transluminal percutânea e próteses metálicas endovasculares, embolização transcatheter no tratamento das lesões vasculares, simpatectomia nas arteriopatas isquêmicas, tratamento compressivo, reabilitação de doenças vasculares periféricas; reabilitação do amputado; diagnóstico clínico das doenças arteriais periféricas; reabilitação do amputado; diagnóstico clínico das doenças arteriais periféricas; métodos complementares empregados no diagnóstico das doenças arteriais periféricas; diagnóstico e tratamento das oclusões arteriais agudas; diagnóstico e tratamento da arteriosclerose ocliterante periférica; diagnóstico e tratamento dos aneurismas de aorta; aneurismas periféricos; isquemia cerebral de origem extracraniana; tumor no corpo carotídeo; isquemia intestinal; hipertensão renovascular; tromboangiíte ocliterante; artrite de células gigantes; artrite infecciosa; vasculites nas doenças do tecido conjuntivo; dissecação aguda de aorta; doença cística nas artérias; síndrome do aprisionamento da artéria poplíteia; displasia fibromuscular; arteriopatas funcionais; ergotismo; diagnóstico clínico das doenças venosas periféricas; métodos complementares aplicados ao diagnóstico das doenças venosas periféricas; diagnóstico e tratamento da tromboflebite superficial; diagnóstico e tratamento da trombose venosa profunda dos membros inferiores e dos membros superiores; diagnóstico e tratamento da trombo embolia pulmonar; diagnóstico e tratamento das varizes dos membros inferiores; diagnóstico e tratamento da insuficiência venosa crônica, diagnóstico e tratamento das doenças linfáticas; diagnóstico e tratamento das doenças vasculares de origem mista; acessos vasculares para hemodiálise; angioplasias; tumores vasculares; síndromes compressivas neurovasculares do desfiladeiro cervicotoracoaxilar e síndromes do túnel do carpo; pé diabético; impotência sexual vasculogênica.

MEDICO-CARDIOLOGIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Anatomia e fisiologia do aparelho cardiovascular. Semiologia do aparelho cardiovascular. Métodos diagnósticos: eletrocardiografia, eco cardiografia, medicina nuclear, hemodinâmica, ressonância magnética, radiologia. Cardiopatas congênitas cianóticas e acianóticas: diagnóstico e tratamento. Hipertensão arterial. Isquemia miocárdica. Síndromes clínicas crônicas e agudas: fisiopatologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia. Doença reumática. Valvopatas. Diagnóstico e tratamento. Mio cardiopatas. Diagnóstico e tratamento. Insuficiência cardíaca congestiva. Doença de Chagas. Arritmias cardíacas. Diagnóstico e tratamento. Distúrbios de condução. Marca-passos

artificiais. Endocardite infecciosa. Hipertensão pulmonar. Síncope. Doenças do pericárdio. Doenças da aorta. Embolia pulmonar. Cor pulmonar. Patologias sistêmicas e aparelho cardiovascular. Infecções pulmonares.

MEDICO - CIRURGIA GERAL

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Considerações fundamentais: pré e pós-operatório; resposta endócrina e metabólica ao trauma; reposição nutricional e hidroeletrólítica do paciente cirúrgico. Trauma; poli traumatismo; choque; infecções e complicações em cirurgia. Cicatrização das feridas e cuidados com drenos e curativos. Lesões por agentes físicos, químicos e biológicos; queimaduras. Hemorragias interna e externa; hemostasia; sangramento cirúrgico e transfusão. Noções importantes para o exercício da Cirurgia Geral sobre oncologia; anestesia; cirurgias pediátrica, vascular periférica e urológica; ginecologia e obstetrícia. Antibioticoterapia profilática e terapêutica; infecção hospitalar. Tétano; mordeduras de animais. Cirurgia de urgência; lesões viscerais intra-abdominais. Abdome agudo inflamatório, traumático penetrante e por contusão. Sistemas orgânicos específicos: pele e tecido celular subcutâneo; tireoide e paratireoide; tumores da cabeça e do pescoço; parede torácica, pleura, pulmão e mediastino. Doenças venosa, linfática e arterial periférica. Esôfago e hérnias diafragmáticas. Estômago, duodeno e intestino delgado. Cólon, apêndice, reto e ânus. Fígado, pâncreas e baço. Vesícula biliar e sistema biliar extra-hepático. Peritonites e abscessos intra-abdominais. Hérnias da parede abdominal. Parede abdominal; epíplao; mesentério; retroperitônio.

MEDICO - DERMATOLOGIA

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Exame dermatológico. Dermatoses alérgicas. Acne, Eritema polimorfo e eritema nodoso. Rosácea. Dermite seborreica. Urticária. Farmacodermias. Psoríase. Manifestações dermatológicas de doenças do tecido conjuntivo. Discromias. Doenças bolhosas. Líquen plano e erupções liquenóides. Úlcera da perna. Dermatoses ectoparasitárias. Dermatoviroses. Micoses. Vitiligo. Alopecia. DST. Zoodermatoses mais comuns no nosso meio. Leishmaniose tegumentar americana. Hanseníase. Dermatoses pré-cancerosas. Câncer cutâneo. Nevos. Foto dermatoses. Dermatoses ocupacionais.

MEDICO DO TRABALHO

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a

organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Noções básicas para o reconhecimento dos riscos potenciais à saúde nos locais de trabalho. Epidemiologia e bioestatística relacionadas à saúde ocupacional. Doenças originadas pelo trabalho: Identificação e Prevenção. Agentes químicos (metais, solventes, gases e poeiras). Agentes físicos (ruídos, temperatura, radiação ionizante e não ionizante). Agentes biológicos (vírus, bactérias, protozoários) Fatores ergonômicos (movimentos repetitivos, elevação de peso, posições estáticas e dinâmicas). Ergonomia: Princípios básicos da adaptação do posto de trabalho ao ser humano. Fundamentos de biomecânica e sua aplicação prática na prevenção das lombalgias e tenossinovites relacionadas ao trabalho. Doenças degenerativas e crônicas, agravadas por condições especiais de trabalho. Exames, avaliações e visitas médicos ocupacionais. Saúde mental do trabalhador e estresse. Vigilância sanitária nos locais de trabalho (tóxicos sociais e doenças transmissíveis). Atendimento médico ambulatorial e nas urgências e emergências clínicas no local de trabalho. Acidentes do trabalho: Aspectos clínicos, preventivos, trabalhistas e previdenciários. Promoção de saúde nos ambientes de trabalho.

MEDICO - ENDOCRINOLOGIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Diabetes Mellitus: Diagnóstico Clínico, Diagnóstico Laboratorial, Tratamento Ambulatorial, Complicações Crônicas - Diagnóstico e Tratamento, Oculopatias, Neuropatias, Nefropatias, Angiopatias, Hipoglicemias, Resistência Insulínica; Tireoide: Diagnóstico Diferencial dos Nódulos Tireoidianos, Câncer de Tireoide - Diagnóstico e Tratamento, Hipertireoidismo, Hipotireoidismo, Tireoidites Aguda, Subaguda e Crônica - Diagnóstico e Tratamento; Hiperprolactinemia - Diagnóstico e Tratamento, Tumores Hipofisários - Diagnóstico Clínico, Laboratorial e Radiológico, Diabetes Insipidus e SIADH, Testes Funcionais do Eixo Hipotálamo-Hipofisário; Adrenal: Síndrome de Cushing - Diagnóstico Diferencial e Tratamento, Insuficiência Adrenal - Diagnóstico e Tratamento, Defeitos de Síntese de Adrenal, Hiperadosteronismo e Hipoaldosteronismo, Feocromocitoma; Puberdade; Puberdade Precoce - Diagnóstico e Tratamento, Retardam Puberal - Diagnóstico e Tratamento; Reprodução: Amenorreia - Diagnóstico Diferencial e Tratamento, Infertilidade Masculina e Feminina, Hirsutismo - Diagnóstico Diferencial e Tratamento, Síndrome de Ovários Policísticos, Menopausa e Reposição Hormonal, Tumores Ovarianos e Testiculares; Alterações Metabólicas: Diagnóstico Diferencial de Obesidade, Hiperglicemias - Diagnóstico e Tratamento, Tratamento Dietético de Obesidade e Hiperlipemias; Paratireoides: Hiperparatireoidismo - Diagnóstico e Tratamento, Hipoparatiroidismo - Diagnóstico e Tratamento, Diagnóstico Diferencial das Hipercalemias, Osteoporose - Diagnóstico e Tratamento, Diagnóstico Diferencial dos Distúrbios de Calcificação.

MEDICO - GASTROENTEROLOGIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Hemorragia digestiva. Abdome agudo. Doença do refluxo gastroesofágico. Esofagites. Tumores do esôfago (benignos e malignos). Doença ulcero-péptica. *Helicobacter pylori* e doenças associadas. Gastrites. Tumores do estômago (benignos e malignos). Má absorção intestinal. Doença celíaca. Diarreia aguda. Diarreia crônica. Tumores do intestino delgado. Enteroparasitoses. Tumores do cólon (benignos e malignos). Doenças diverticular do tubo digestivo. Pancreatite aguda. Pancreatite crônica. Tumores do pâncreas. Cistos e pseudocistos do pâncreas. Colelitíase e suas complicações. Câncer da vesícula biliar. Hepatites agudas. Hepatites crônicas. Hepatite autoimune. Cirrose hepática. Carcinoma hepatocelular. Disfagia. Odinofagia. Ascite. Hipertensão porta. Icterícia. Constipação intestinal. Distúrbios funcionais do tubo digestivo. Doenças inflamatórias intestinais.

MEDICO - GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Gestação humana: anatomia e embriologia do trato genital feminino, ovulação e espermatogênese, diagnóstico de gravidez; Fisiologia da gestação: endométrio, decidua: menstruação e gravidez, anexos fetais, endocrinologia do ciclo gestativo, desenvolvimento morfofuncional do feto, adaptações maternas às prenhes; Assistência pré-natal: pré-natal, estática fetal, pelve normal; Trabalho de parto - parto normal: fisiologia do trabalho de parto, mecanismo do parto, condução do trabalho de parto normal, assistência ao parto, anestesia e analgesia em obstetrícia, puerpério normal; Distúrbios do trabalho de parto: discinesias, distócia devido à anormalidade na apresentação, posição e no desenvolvimento fetal, distócia devido à anormalidade do trajeto, tóco traumatismo; Tóco cirúrgico: fórceps, parto pélvico, grande extração, versão interna e externa, operação cesariana. Anormalidade do puerpério: doenças do secundamento, infecção puerperal, mastite, papel da obstetra no aleitamento materno; Interrupção da gestação: aborto, gestação ectópica; Doenças da placenta e membranas: doenças da placenta, neoplasia trofoblástica gestacional, amniorrexe prematura; Doenças específicas da gestação: pré-eclâmpsia, hemorragias do terceiro trimestre, prematuridade, pós-datismo, gestação múltipla; Anormalidades fetais: genética, diagnóstico pré-natal, drogas na gestação, ultrassonografia; Avaliação da vitalidade fetal: cardiotocografia, perfil biofísico fetal, dopiervelocimetria; Doenças clínicas intercorrentes do ciclo grávido puerperal: cuidados intensivos e traumatismos, cardiopatias, pneumopatias, nefropatias, uropatias, doenças do aparelho digestivo, endocrinopatias, doenças do tecido conjuntivo, neuropatias, DST, infecções.

MEDICO-NEFROLOGIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Provas de função renal. Equilíbrio Hidroeletrólítico: Equilíbrio do sódio; Equilíbrio da água; Equilíbrio do potássio; Metabolismo do cálcio; Metabolismo do magnésio; Plano de reposição hidroeletrólítica. Equilíbrio acidobásico: Aspectos fisiológicos; Aspectos clínicos; Aspectos Laboratoriais; plano de correção de distúrbios acidobásicos. Síndromes renais: o rim da doença sistêmica hipertensiva; Síndrome nefrítica; Síndrome nefrótica; Infecções urinárias; Insuficiência renal e aguda; Insuficiência renal crônica; Nefropatias congênitas; O rim nas doenças sistêmicas; Nefropatia tóxica. Procedimentos dialíticos: Acesso vascular para hemodiálise; Anticoagulação; Indicações de diálise peritoneal e Hemodiálise; Complicações da diálise peritoneal e hemodiálise. Evolução dos pacientes em diálise: problemas clínicos; Anestesia e uso de drogas em pacientes com insuficiência renal crônica e aguda em tratamento dialítico. Transplante renal: Preparação do receptor; Preparação do doador; Imunossupressão no transplante renal; Controle clínico do receptor pós-transplante; Complicações clínicas.

MEDICO-NEUROLOGIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Infecções do sistema nervoso central. Doenças Vasculares Cerebrais. Hipertensão intracraniana. Comas. Epilepsias. Doenças Desmielinizantes. Doenças neuromusculares. Neuropatias periféricas. Demências. Doenças Congênitas. Algas e Cefaleias. Princípios gerais da Psicofarmacologia. Doenças Extrapiramidais. Doenças Metabólicas e tóxicas. Sono normal e seus distúrbios. Alcoolismo e crise de abstinências.

MEDICO - OFTALMOLOGIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Noções de Anatomia e Fisiologia ocular. Correção cirúrgica das afecções palpebrais. Cirurgia da conjuntiva. Cirurgia da córnea. Cirurgia da órbita. Traumatismos oculares. Anomalias da refração. Afecções da conjuntiva, córnea e esclera. Afecções do trato uveal. Manifestações oculares em doenças do sistema nervoso. Manifestações oculares em doenças sistêmicas. Afecções do cristalino. Tumores oculares. Afecções das pálpebras. Afecções da órbita. Afecções das vias lacrimais. Prevenção da cegueira. Fundo de olho: normal; na retinopatia hipertensiva; na retinopatia diabética. Queimaduras oculares. Urgências em oftalmologia. Glaucoma.

MEDICO - ORTOPEDIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde

no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Anatomia do sistema musculoesquelético e Articular. Exame físico e semiologia ortopédica. Fraturas, luxações e lesões ligamentares do esqueleto axial: mecanismo causal, classificação, diagnóstico e tratamento. Fraturas do membro superior no adulto e na criança: mecanismo causal, classificação, diagnóstico e tratamento. Fraturas do membro inferior no adulto e na criança: mecanismo causal, classificação, diagnóstico e tratamento. Afecções infecciosas do aparelho osteomioarticular. Patologias congênitas do esqueleto axial, membros superiores e membros inferiores, na criança e no adulto. Vias de acesso em cirurgia traumato-ortopédicas. Lesões tumorais e pseudo tumorais na criança e no adulto, que afetam o aparelho osteomioarticular. Desordens adquiridas acometendo a cartilagem de crescimento. Embriologia, fisiologia do aparelho osteomioarticular. Propedêutica e tratamento das deformidades angulares e rotacionais, que acometem o esqueleto axial e apendicular. Radiologia convencional e avançada: TC, RM, US. Navegação. Propedêutica e tratamento das afecções degenerativas que acometem o esqueleto axial e apendicular. Doenças Ocupacionais Relacionadas ao Trabalho-DORT (ex- L.E.R.). Afecções da Coluna Vertebral-Cervicobraquialgias, Dorsalgias, Lombalgias e Lombociatalgias Agudas e Crônicas. Urgências em Traumatologia e Emergências Traumato-ortopédicas. Doenças Osteometabólicas.

MEDICO - PEDIATRIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Crescimento e desenvolvimento da criança: do período neonatal à adolescência. Alimentação da criança e do adolescente. Morbidade e mortalidade na infância. Imunizações na criança e adolescência. Prevenção de acidentes na infância. Assistência à criança vítima de violência. Anemias. Parasitoses intestinais. Distúrbios do crescimento e desenvolvimento. Baixa estatura. Obesidade. Infecções urinárias. Hematúrias. Enurese. Encoprese. Constipação crônica funcional na infância. Atendimento ambulatorial da criança com necessidades especiais. Dificuldades escolares. Distúrbios psicológicos mais frequentes em pediatria. Dores recorrentes na infância. Abordagem do sopro cardíaco na criança. Adenomegalias. Infecções congênitas. Asma brônquica. Abordagem do lactente chador. Infecções de vias aéreas superiores e inferiores. Infecções pulmonares bacterianas. Tuberculose na criança.

MEDICO - REUMATOLOGIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Exame clínico do paciente reumático. Mecanismos etiopatogênicos da dor da inflamação e da autoimunidade. Doenças difusas do tecido conjuntivo: espondiloartropatias - vasculites. Doenças reumáticas de partes moles: bromialgia. Enfermidades da coluna vertebral. Osteoartrite, artrites micro cristalinas. Doenças Osteometabólicas. Artrites infecciosas: neoplasias articulares. Doenças sistêmicas com manifestações articulares. Enfermidades reumáticas da criança e do adolescente.

MEDICO - UROLOGIA.

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Anatomia cirúrgica e imagiologia do trato urinário e genital. Traumatismo urogenital. Tumores renais. Tumores de próstata. Tumores de bexiga. Tumores da suprarrenal. Tumores do Uroepitácio alto. Tumores de testículo. Tumores de pênis. Litíase Urinária. Infecções Urinárias. Tuberculose urogenital. Transplante renal. Uropediatria. Infertilidade Masculina. Disfunção Erétil. Urologia Feminina. Uro-neurologia. Endourologia e Cirurgia Videolaparoscópica. Doenças Sexualmente Transmissíveis.

MÉDICO EM PROGRAMAS DE SAÚDE MENTAL

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico.

Fundamentos Psicanalíticos: Teoria e Psicopatologia. Delirium, Demência, Transtorno Amnésico. Transtornos Relacionados a Substâncias. Esquizofrenia. Outros Transtornos Psicóticos. Transtornos de Humor. Transtornos de Ansiedade. Transtornos Alimentares. Transtorno de Déficit de Atenção. Reforma psiquiátrica. Diagnóstico em Psiquiatria. Psicopatologia. Transtornos mentais orgânicos, incluindo sintomáticos. Transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos do humor (afetivos). Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes. Síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos. Transtornos de personalidade e de comportamento em adultos. Transtornos emocionais e de comportamento com início usualmente ocorrendo na infância e adolescência. Psicogeriatrics. Psicofarmacologia e psicofarmacoterapia. Tratamentos biológicos em psiquiatria. Emergências psiquiátricas. Psiquiatria de ligação e Inter consulta.

MÉDICO VETERINÁRIO

Lei Complementar Nº 19-Altera o Código de Postura do Município de Lages (Lei Nº 134/1963).

Epidemiologia Geral: cadeia epidemiológica, formas de ocorrência de doenças em populações, profilaxia geral e prevenção. Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública: controle sanitário, projetos de saúde animal e saúde pública. Educação Sanitária. Tecnologia e Inspeção de Produtos de Origem Animal: legislação e fiscalização sanitária, manipulação e armazenamento de produtos de origem animal. Clínica Médica e Cirurgia Veterinária: noções básicas com vistas de instituir diagnóstico, prognóstico e tratamento individual. Zootecnia: técnicas de criação, manejo, alimentação e produção animal. Reprodução.

NUTRICIONISTA/ NUTRICIONISTAEM PROGRAMAS DA SAÚDE

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros, saneamento e segurança na produção de alimentos, aspectos físicos, métodos de conservação, técnica de higienização da área física, equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Sistema de análise de perigos em pontos críticos de controle - APPCC. Vigilância e Legislação Sanitária. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais, Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil; crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição proteico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição proteico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis.

PROCURADOR

Direito Administrativo

Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Constitucionais. Poderes da Administração. Deveres. O uso e o abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Da Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Entidades Paraestatais. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia. Processo administrativo disciplinar. Do ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécie. Anulação e Revogação. Licitação e Contratos (Lei n. 8.666/93): Conceito. Normas Gerais. Objeto. Princípios. Modalidades. Procedimentos. Finalidades. Obrigatoriedade. Dispensa. Inexigibilidade. Pregão. Vedação. Revogação. Anulação. Sanções penais. Peculiaridades e Interpretação dos Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Serviços delegados (concessões, permissões e autorizações), convênios e consórcios. Parcerias público-privadas. Regime de Contratação Diferenciado. Os Agentes e Servidores Públicos: Regimes jurídicos dos Servidores Públicos. Direitos e deveres. Responsabilidades. Direitos dos Usuários. Aposentadoria. Ato de Pessoal. Processo Especial dos Crimes Praticados por Servidores Públicos. Controle da administração pública: Controle interno. Controle externo, inclusive a cargo do Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Sistema de Contencioso administrativo e Sistema de jurisdição única. Instrumentos do controle jurisdicional. Investidura. Domínio Público: Bens públicos. Administração, utilização e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração de bens públicos. Aquisição de bens pela administração. Responsabilidade Civil da Administração. Poder de polícia. Desapropriação. Lei de Improbidade Administrativa. Lei de Transparência, Lei nº 12.846/2013. Crimes contra a Administração Pública.

Direito Constitucional

Constituição: Conceito. Classificação das Constituições. Evolução Constitucional do Brasil. Interpretação e caracterização das normas constitucionais. Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado: Características. Emenda à Constituição. Hierarquia das Normas Jurídicas. Princípio da Supremacia da Constituição. Revisão Constitucional. Controle de Constitucionalidade das Leis. Normas Constitucionais: Eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Integração. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Princípios do Estado de Direito: legalidade, igualdade, controle judiciário. Garantias constitucionais: Conceito. Classificação. Mandado de Segurança. Direito de petição. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Direitos Políticos. Federação: Soberania e autonomia do Estado Federal. Repartição de competências. Intervenção Federal nos Estados e nos Municípios. Divisão de poderes. A unidade do Poder Estatal. Princípios e normas da Administração Pública. União. Competência. Estado-Membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações.

Direito Civil

Fontes formais do direito positivo. Da Lei: Vigência e eficácia. Conflitos no tempo e no espaço. Hermenêutica e aplicação. Das Pessoas Naturais: Registro. Personalidade. Capacidade. Domicílio. Estado. Das Pessoas Jurídicas: Registro. Espécies. Classificação (direito público X direito privado). Personalidade Jurídica. Habilidade. Ratificação e convalidação. Prescrição e Decadência: Conceitos. Disposições Gerais. Efeitos. Causas suspensivas e interruptivas. Prazos. Das Obrigações: Definição. Elementos constitutivos. Fontes. Classificação. Modalidades. Liquidação. Solidariedade. Transmissão. Cláusula Penal. Extinção. Inexecução. Juros. Correção monetária. Mora. Pagamento. Objeto. Prova. Lugar e tempo. Do pagamento indevido por consignação e com sub-rogação. Dação em Pagamento. Compensação. Novação. Transação.

Direito do Trabalho

Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 01 de maio de 1943. Relação de trabalho e relação de emprego. A figura jurídica do empregado e do empregador. Jornada de Trabalho: jornada legal e convencional; limitação da jornada. Formas de prorrogação. Trabalho extraordinário. Trabalho noturno. Repouso semanal remunerado. Jornadas especiais de trabalho: turnos ininterruptos de revezamento. Banco de horas. Férias: férias individuais e coletivas; Período aquisitivo e concessivo; Remuneração; Abono; Efeitos na rescisão contratual. Contrato de Trabalho: Natureza jurídica; Elementos essenciais; Duração; Alteração; Suspensão e Interrupção; Término do Contrato.

Direito Tributário

Conceito. Conteúdo. Natureza. Autonomia. Fontes. Relação com o Direito Financeiro. Sistema Constitucional Tributário: Poder de tributar. Competência tributária. Capacidade tributária. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço. Aplicação. Hermenêutica tributária. Interpretação e integração de legislação tributária no Código Tributário Nacional. Norma Tributária: Incidência. Vigência. Aplicação. Interpretação. Tributos: Conceito. Natureza Jurídica. Classificação. Espécies. Princípios constitucionais do Direito Tributário: legalidade, Isonomia. Irretroatividade. Anualidade e anterioridade. Proibição de uso de tributo com efeito de confisco.

Direito Processual Civil

Jurisdição: Conceito. Características. Poderes. Princípios. Espécies. Competência: Espécies. Modificações. Prevenção. Incompetência. Conflito de competência. Ação: Conceito. Natureza Jurídica. Condições. Classificação. Elementos. Cumulação de ações. Processos: Conceito. Espécies. Procedimento. Princípios. Pressupostos. Formação do Processo. Prazos: Conceito. Classificação. Princípios. Comunicação. Preclusão. Decadência. Sujeitos da Relação Processual: Das partes e dos procuradores. Do Juiz. Do Ministério Público. Dos Órgãos Auxiliares da Justiça. Sujeitos. Capacidade. Representação. Substituto processual. Litisconsórcio e suas espécies: Assistência. Intervenção de terceiros. Oposição. Nomeação à autoria. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Dos Atos processuais: Forma, tempo e lugar. Teorias das Nulidades. Preclusão. Decadência. Do Procedimento Ordinário: Peculiaridades. Do Procedimento Sumário: Peculiaridades. Do Procedimento Sumaríssimo: Peculiaridades. Da Petição inicial: Conceito. Requisitos. Pedido. Juízo de Admissibilidade. Aditamento. Indeferimento. Do Pedido: Espécies. Modificação. Cumulação. Da Resposta do Réu: Contestação. Exceções. Reconvenção. Da Revelia: Conceito. Caracterização. Efeitos. Das providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Da Antecipação da Tutela. Da Prova: Conceito. Modalidades. Princípios Gerais. Espécies. Objeto. Ônus. Valoração. Da Audiência de Instrução e Julgamento. Da Sentença. Da coisa Julgada. Dos Recursos: Conceito. Princípios. Fundamentos. Classificação. Pressupostos de Admissibilidade. Efeitos. Juízo de mérito. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo Retido. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Recurso Ordinário. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes. Embargos de Divergência. Da Ação Rescisória. Das Nulidades. Do Processo de Execução: Pressupostos. Princípios. Espécies. Penhora. Avaliação. Arrematação. Incidentes. Da defesa dos Executados. Dos Embargos do Devedor: Natureza Jurídica. Procedimento. Dos Embargos de Terceiro: Natureza Jurídica. Legitimidade. Procedimento. Da Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80): características. Processamento. Da Ação Monitória. Do Processo Cautelar: Disposições Gerais. Poder Geral de Cautela. Requisitos para o deferimento da medida cautelar. Dos Procedimentos cautelares Específicos: Arresto. Sequestro. Busca e apreensão. Exibição. Produção antecipada de provas. Arrolamento de bens. Justificação. Protestos. Da ação de consignação em pagamento. Das ações possessórias. Da ação de Usucapião. Do Mandado de Segurança. Da Ação popular.

Direitos Difusos e Coletivos

Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Proteção ao patrimônio público e social. Políticas públicas. Ação Civil Pública: conceito, objeto, legitimação, interesse de agir. Litisconsórcio e assistência. competência. Transação. Sentença. Recursos. Coisa julgada. Execução. Fundo para reparação dos bens lesados. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta. Ação popular: conceito, objeto, legitimação, interesse de agir. Ação popular destinada à anulação de ato lesivo ao interesse público e à tutela de interesses difusos. Competência. Sentença. Coisa julgada. Recursos. Posição processual das pessoas de direito público. Criança e Adolescente. Princípios. Direitos fundamentais. Política de atendimento. Medidas de proteção. Proteção da criança e do adolescente em juízo: individual e coletiva. Conselho tutelar. Estatuto do Idoso. Princípios. Direitos fundamentais. Outros interesses difusos e coletivos: patrimônio histórico, artístico, turístico, urbanístico. A tutela dos interesses metaindividuais pelo

Município. Legitimação e interesse. LOAS / PNAS / NOB-SUAS – (Lei Orgânica da Assistência Social - Lei nº 8.742/93; Política Nacional de Assistência Social) – PNAS.

PSICÓLOGO / PSICÓLOGO EM PROGRAMAS DA SAÚDE

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Psicologia no contexto da saúde pública. Psicopatologia geral; psicologia geral, experimental e do desenvolvimento; práticas e técnicas psicológicas, especialmente aplicáveis à população estudantil e à população em geral; ação do psicólogo nas atividades de saúde pública a cargo do Município; orientação profissional; teoria e técnicas psicoterápicas; acompanhamento e tratamento à pessoas portadoras de deficiências e seus familiares; ações preventivas; interpretação de sinais e sintomas; medicação; procedimentos psicológicos; conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, e das políticas, ações e serviços de saúde pública a cargo do Município; conhecimentos do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Psicologia Educacional. Teorias Psicológicas da Aprendizagem. Psicologia do Desenvolvimento.

TERAPEUTA OCUPACIONAL EM PROGRAMAS DA SAÚDE

Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; elementos conceituais da: Atenção Primária, Estratégia Saúde da Família, Núcleo de Apoio à Saúde da Família, Controle de doenças crônicas não transmissíveis, Prevenção Primária, Secundária e Terciária, Programa para melhoria da qualidade e do acesso na Estratégia Saúde da Família, Avaliação e estratificação de risco; Trabalho em equipe multiprofissional. Programas de Intervenção em Atividade Física e Saúde no Brasil e no mundo, Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Promoção de Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990- Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011/ Ministério da Saúde: aprova a política nacional de atenção básica.

Terapia Ocupacional: conceito, recursos e objetivos. Reabilitação: conceito, objetivos técnicos e sociais. Trabalho Interdisciplinar em Saúde. Bases anatômicas, fisiológicas e cinesiológicas aplicadas a Terapia Ocupacional. Ergoterapia e a assistência asilar. Conceitos básicos da terapia ocupacional e socioterápica. Conceitos e ideias básicas dos modelos de terapia ocupacional que se fundamentam nas linhas psicológicas, terapia ocupacional psicodinâmica e junguiana. Conceitos e ideias que fundamentam a terapia ocupacional das críticas ao sistema segregativo e asilar, isto é das práticas de transformação institucional. A ideia do trabalho como recurso de terapia ocupacional. Os modelos de terapia ocupacional referentes ao atendimento às pessoas portadoras de deficiência física e/ou sensorial (modelo neurológico e cinesiológico), bem como as abordagens corporais e globalizantes (Gerda Alexander Noshe Faldenkrais, Pheto Sandor). O papel das unidades extra-hospitalares (UBS), centro de convivência hospitalar-dia e centros de referência diante da questão da não internação do paciente psiquiátrico e da não institucionalização da pessoa portadora de deficiência física, sensorial e/ou mental. Terapia Ocupacional aplicada à neurologia, traumatologia-ortopedia, reumatologia, geriatria, gerontologia, saúde mental, materno-infantil. Terapia Ocupacional na Atenção Básica. Fundamentos de psicopatologia e psicofarmacologia. Avaliação em Terapia Ocupacional nas diversas áreas de intervenção. Análise de atividades: indicações e aplicação no tratamento ocupacional. Órteses e adaptações: prescrição e aplicação. Reabilitação psicossocial. Adequação postural para usuários de cadeira de rodas. A atuação do terapeuta ocupacional no atendimento ao bebê de alto risco e a crianças que apresentam retardo no desenvolvimento neuropsicomotor. Portaria 3.088 de 2011 e demais legislação pertinente à Rede de Atenção Psicossocial.

[45]

Cargos com exigência de curso de ensino médio

Programas das questões de Conhecimentos Gerais (comuns a todos os cargos)

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Brasil: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Santa Catarina: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Município de Lages: localização geográfica, área, população, limites, história, aspectos econômicos, sociais e culturais. Análise de acontecimentos significativos ocorridos no Brasil e no Mundo, nas áreas de economia, política, meio ambiente, segurança pública, saúde, cultura, esportes e tecnologia, suas causas e consequências, ocorridos nos anos de 2014 a 2016.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar Nº 293, De 06 de setembro de 2007 (e suas alterações até a data de publicação do Edital)- Estatuto Dos Servidores Públicos Municipais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções básicas de funcionamento de computadores, impressoras e scanners. Sistema Operacional Windows: Área de trabalho, barra de tarefas, ícones, botão iniciar. Criar uma pasta. Selecionar arquivos/ pastas. Renomear arquivos/ pastas. Copiar arquivos/ pastas. Microsoft Word: Criar documentos, layout da página. Inserir tabela, imagem, cabeçalho, rodapé, número de página, caixa de texto. Mala direta. Salvar um documento. Copiar, salvar e excluir documentos. Noções de Internet. Correio eletrônico. Microsoft Excel: criar tabela, criar pasta de trabalho, formatar uma planilha, inserir dados, imprimir. Operações básicas.

PORTUGUÊS

Interpretação de texto. Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Semântica: Significação das palavras no contexto. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monossímia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação Oficial.

Programas das questões de Conhecimentos Específicos- para cada um dos cargos

AGENTE ADMINISTRATIVO

Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos. Conhecimentos Básicos sobre Licitações (Lei 8.666/93). Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas.

ARTESÃO DE PROGRAMAS DA SAÚDE

Estatuto da Criança e do Adolescente; Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Elementos da Linguagem Visual. Folclore Brasileiro e Catarinense. Arte: suas linguagens, materiais e conceitos. Artesanato brasileiro e catarinense. Materiais, técnicas e utensílios empregados no artesanato. Materiais e técnicas empregadas no desenho, na pintura, no mosaico e na modelagem

ASSISTENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Sistemas Operacionais: Conceitos básicos; Instalação e configuração de sistemas operacionais Windows Server 2012/ Windows 7 /Windows 8.1 e Linux; Noções básicas de sistemas de arquivos; Compartilhamento de recursos; Instalação e configuração de drivers. Software Aplicativo: Instalação, configuração e utilização do Microsoft Office; Instalação e configuração de aplicações da Internet; Utilização de software de suporte remoto. Arquitetura de Computadores: Componentes de um computador e periféricos; Montagem e manutenção de computadores; Detecção de problemas de instalação. Redes de Computadores: Equipamentos de comunicação de dados; Redes locais; Cabeamento estruturado; Redes sem fio; Serviços e protocolos da Internet. Segurança: Instalação e configuração de software de segurança (firewall, antivírus, Anti-spam e anti-spy); VPN (Virtual Private Network); Backup. Administração de Servidores Windows.

ASSISTENTE TÉCNICO EDUCACIONAL

Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96. MEC – Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries. Atendimento ao público: presencial e telefone. Noções de Protocolo e Arquivo escolar. Rotinas de Secretaria Escolar.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO/ AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO- PROGRAMAS DE SAÚDE

Lei 8.080 de 19/9/1990. Orientação sobre técnicas de higiene bucal. Recepção do paciente: preenchimento de ficha clínica e organização do arquivo e fichário e controle do movimento financeiro. Revelação e montagem de radiografias dentárias. Material de uso odontológico: classificação e manipulação. Instrumental odontológico: identificação, classificação, técnicas de instrumentação. Moldeiras odontológicas: tipos, seleção e confecção de modelos em gesso. Métodos preventivos contra a cárie dental e doenças periodontais: técnicas de aplicação. Consultório odontológico: conservação, manutenção do equipamento e do ambiente do trabalho.

AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas.

Conhecimentos básicos sobre o modo de funcionamento, utilidade e reparo de pequenos defeitos de equipamentos de escritório: central telefônica, impressora de computador, fac. símile e fragmentadora.

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Conhecimentos específicos da função: Normas regulamentadoras do trabalho (NR(s)). Atribuições dos profissionais de segurança, higiene e medicina do trabalho. Atenção à mulher. Atenção à criança. Atenção ao adulto. Assistência à saúde do trabalhador. Fundamentos de enfermagem. Noções de Anatomia e Fisiologia. Imunização. Verificação de sinais vitais. Administração de medicamentos. Curativos: Cuidados e tipos de ferimentos. Primeiros Socorros. Assistência de enfermagem nas urgências e emergências: PCR, hemorragias, choques, traumatismo e outros. LER/DORT, conceito e medidas preventivas. Noções de Farmacologia. Doenças transmissíveis imunizáveis. Doenças transmissíveis não imunizáveis. Doenças sexualmente transmissíveis.

CUIDADOR SOCIAL

Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS; Política Nacional de Assistência Social – PNAS; Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais; Estatuto da Criança e do Adolescente; Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Noções de primeiros socorros. Prevenção de acidentes. Calendário de Vacinação. Atendimento a crianças e adolescentes: orientação na higiene pessoal, verificação da acuidade visual, escabiose e pediculose, planejamento familiar, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de doenças infecto contagiosas, amamentação. Importância da alimentação na saúde das crianças e adolescentes. Cuidados na limpeza dos ambientes, copas, cozinhas. Noções básicas de técnicas de preparação de alimentos.

FISCAL DE OBRAS/ FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Lei Nº 134/63- Código de Posturas do Município de Lages. Lei Nº 236/65- Código de Obras do Município de Lages. Lei Complementar Nº 306/2007- Plano Diretor de desenvolvimento territorial de Lages- PDDT-Lages.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: Princípios de Direito Administrativo. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplina2r, poder regulamentar, poder de polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos; classificação; espécies; extinção, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Mérito do ato administrativo. Discricionariedade. Teoria dos motivos determinantes. Contratos Administrativos: aspectos gerais e especiais, abrangendo a formalização, execução, inexecução, revisão e rescisão; Controle da Administração: controle administrativo, legislativo e judiciário da administração; Normas Constitucionais sobre Administração Pública: artigos 37 a 41 da Constituição Federal.

INSTRUTOR DE PANIFICAÇÃO

Técnicas de preparação e elaboração de pães. Técnicas de preparo, decoração e elaboração de doces e produtos de chocolate. Segurança e manipulação de alimentos. Tecnologia dos materiais e ingredientes da produção. Conhecimento e aplicabilidade dos utensílios e equipamentos. Padronização de produtos. Higiene e Conservação de

Alimentos: Boas Práticas de Fabricação. Métodos de Conservação (armazenamento e vida de prateleira dos alimentos). Embalagens e rotulagem dos alimentos. Conhecimento do uso de utensílios e equipamentos.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM/ TÉCNICO DE ENFERMAGEM EM PROGRAMAS DE SAÚDE

Política Nacional da Atenção Básica (portaria nº 2488/2011). Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB e E-SUS). Programa Nacional de Melhoria de Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB). Ações, Programas e Estratégias da DAB: Academia da Saúde, Brasil Sorridente, Consultório na Rua, Melhor em Casa, Requalifica UBS e Programa Saúde na Escola. Redes de Atenção à Saúde, 2010 – portaria nº 4.279, de 30/12/2010. Administração de medicamentos; Assistência humanizada de enfermagem; Cálculos de doses de medicações; Calendário Nacional de imunização; Conceito de infecção, desinfecção, assepsia, antissepsia; Cuidados básicos de enfermagem na atenção à saúde da criança, adolescente, mulher/gestante/puerpera, adulto e idoso; Doenças de notificação compulsória; Doenças infectocontagiosas: Conceitos, tipos, formas de transmissão, precauções, padrão de prevenção e cuidados na assistência dessas doenças; Doenças relacionadas ao trabalho; Epidemiologia, prevenção e controle de infecções; Feridas: tipos, técnicas de realização de curativos e de prevenção; Legislação e normas regulamentadoras da profissão; Legislação que regulamenta a segurança e saúde do trabalhador em estabelecimento de saúde; Medidas de controle de infecção; Mensuração de dados vitais - Conceito, técnicas de mensuração e valores de referência; Estratégia de saúde da família: conceito de acolhimento no ESF, conceito e ações de visitas domiciliares do ESF; Imunização: calendário de vacinação, técnicas de preparo de vacinas, vias de administração, reações imediatas e tardias. Urgências e emergências.

TELEFONISTA

Características técnicas de funcionamento e operação de equipamentos de telefonia e fac. símile. Ligações locais e a distância. Atuação do (a) telefonista: voz, interesse, calma e sigilo. Atendimento de chamadas: fraseologias adequadas. Defeitos na aparelhagem: prevenção e providências. Fluxo de informações: recepção e transmissão de mensagens telefônicas, elaboração de recados, avisos e memorandos.

Cargos com exigência de curso de ensino fundamental e alfabetizado

Programas das questões de Conhecimentos Gerais (comuns a todos os cargos)

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Brasil: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Santa Catarina: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Município de Lages: localização geográfica, área, população, limites, história, aspectos econômicos, sociais e culturais.

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Prevenção de doenças: alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinações e exames preventivos que devemos e podemos fazer na Rede Pública de Saúde. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Riscos na utilização de ferramentas, utensílios e máquinas no trabalho, cuidados que devemos tomar. Cuidados no manuseio de energia elétrica. Cuidados no trânsito (pedestre) e no transporte coletivo. O que fazer no caso de um acidente: engasgos, queimaduras, choque elétrico, atropelamento.

PORTUGUÊS

Sílabas e divisão silábica. Classes gramaticais: Substantivo, gênero (masculino e feminino), número (singular e plural) e grau (diminutivo e aumentativo). Classificação do substantivo (próprio, comum e coletivo). Adjetivo (número e gênero).

Programas das questões para cada um dos cargos

AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS/ AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Conhecimentos básicos para a realização de serviços de higienização e limpeza em locais como: copa, cozinha, banheiro e lavanderia. Conhecimentos básicos para realização de serviços de manutenção e pequenos reparos de alvenaria, carpintaria e eletricidade. Noções básicas de limpeza e conservação de móveis e equipamentos. Conhecimentos básicos de utilização e armazenamento de materiais de limpeza. Noções básicas de manipulação, estocagem e conservação de alimentos. Conhecimentos de coleta, armazenamento e reciclagem de lixo. Noções de

trabalho em equipe e relacionamento interpessoal considerando aspectos de conduta pessoal e atitudes no local de trabalho.

MOTORISTA/ MOTORISTA DE ÔNIBUS/MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS/ MOTORISTA SOCORRISTA DE PROGRAMAS DE SAÚDE/ MOTORISTA DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: Regras Gerais de Circulação: Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regras de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias;LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: Dos Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos; Dos equipamentos obrigatórios; Da Condução de Escolares; Dos Documentos de Porte Obrigatório; Da Habilitação; Das Penalidades; Medidas e Processo Administrativo; Das Infrações;SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros;Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação;DIREÇÃO DEFENSIVA: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes; Leis da Física; Aquaplanagem; Tipos de Acidentes.

NOÇÕES DE MECÂNICA: O Motor; Sistema de Transmissão e Suspensão; Sistema de Direção e Freios; Sistema Elétrico, Pneus e Chassi.

CONHECIMENTOS GERAIS DO VEÍCULO: Conhecimentos Práticos de Operação e Manutenção do veículo; Procedimentos de Segurança; Funcionamento Básico dos Motores; Sistema de Lubrificação; Arrefecimento; Transmissão; Suspensão; Direção; Freios; Pneus; Painel de instrumentos; Sistema Elétrico.

OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: Regras Gerais de Circulação: Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regras de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: Dos Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos; Dos equipamentos obrigatórios; Da Condução de Escolares; Dos Documentos de Porte Obrigatório; Da Habilitação; Das Penalidades; Medidas e Processo Administrativo; Das Infrações.

SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros;Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação;

DIREÇÃO DEFENSIVA: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes; Leis da Física; Aquaplanagem; Tipos de Acidentes.

NOÇÕES DE MECÂNICA: O Motor; Sistema de Transmissão e Suspensão; Sistema de Direção e Freios; Sistema Elétrico, Pneus e Chassi.

CONHECIMENTOS GERAIS DO EQUIPAMENTO: Tipos de máquinas pesadas. Conhecimentos Práticos de utilização, operação e manutenção das máquinas pesadas; Procedimentos de Segurança; Funcionamento Básico dos Motores; Sistema de Lubrificação; Arrefecimento; Transmissão; Suspensão; Direção; Freios; Pneus; Painel de instrumentos; Sistema Elétrico.

OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES

CONHECIMENTOS E OPERAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS: Tipos de roçadeiras. Tipos de motosserras. Conhecimentos Práticos de utilização, operação e manutenção de roçadeiras e motosserras. Operação de roçadeiras acopladas a trator. Procedimentos de Segurança. Roçamento. Poda de árvores e arbustos. Corte e poda: técnicas, equipamentos utilizados, normas de segurança. Funcionamento Básico dos Motores de roçadeiras e motosserras.

VIGIA

Normas de atendimento ao público. Noções de vigilância. Noções de segurança. Conhecimento e uso de equipamentos de telefonia e rádio comunicação. Registro de eventos e irregularidades verificadas no turno do serviço. Controle de entradas e saídas de veículos e pessoas.

Anexo 2

**REQUERIMENTO PEDINDO A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO VALOR DA INSCRIÇÃO -
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

Nome completo do candidato		Inscrição	
Cargo	RG	CPF	

Informar o número de inscrição no CadastroÚnico para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico:

NIS

REQUERIMENTO

Venho perante a Comissão Organizadora do Concurso Público para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Lages, requerer a isenção da taxa de inscrição no concurso público por:

- [] **Sou inscrito no Cadastro Único** para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico e membro de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou com renda familiar de até três salários mínimos).

Estou ciente de que as informações prestadas no presente requerimento são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estou sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto n. 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Lages , _____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato ou representante legal

[50]

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo do candidato		Inscrição	
Cargo	RG	CPF	

O candidato acima identificado requer a revisão da seguinte decisão (assinalar):

	Indeferimento do pedido de isenção
	Erro no Requerimento de Inscrição
	Não homologação da inscrição
	Resultado da Prova objetiva
	Resultado da Prova Prática
	Resultado/ classificação final
	<u>Teor da questão ou gabarito preliminar- preencher obrigatoriamente as informações abaixo:</u>

Prova/ área de conhecimento:

Número da questão (preencher um requerimento para cada questão):

Fundamentação do recurso

[illegible]

 **DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

....., ____ de _____ de 2016.

.....

Assinatura do requerente

Atenção:

Caso o número de linhas seja insuficiente, copie quantas folhas forem necessárias.

Caso deseje enviar pelo correio, coloque em um envelope com a sua identificação:

Nome do candidato
Cargo
Número de Inscrição

Entregue pessoalmente, por procurador devidamente constituído ou envie pelo correio (preferencialmente por SEDEX Urgente) para:

FEPESSE –

Concurso público- Prefeitura Municipal de Lages

Campus Reitor João David Ferreira Lima.

Caixa Postal: 5067

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

88040-900- Trindade – Florianópolis, SC.

Só serão analisados os recursos entregues no endereço da FEPESSE rigorosamente no prazo fixado pelo Edital.

[52]

Anexo 4

ATRIBUIÇÕES

Administrador

Planejar, organizar, desenvolver, controlar e assessorar as diversas áreas de atividade da Prefeitura; promover estudos e implementar programas; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Administrador de Recursos humanos

Administrar o Plano de Carreira do Município, com o intuito de mantê-lo atualizado e em acordo com os objetivos da Administração Pública e Servidores, planejando o quadro de pessoal, de acordo com solicitação/necessidade das secretarias, elaborando/atualizando descrições de cargos, avaliando cargos de acordo com metodologia preestabelecida, realizando pesquisas de vencimentos no setor público e/ou privado, analisando estatísticas e informações salariais, efetuando manutenção de tabelas salariais e exercícios de enquadramento; Elaborar, implantar, realizar e acompanhar programas de treinamento, atendendo às necessidades das secretarias, fundações e/ou autarquias do município de Lages, bem como, buscando capacitar os servidores para promover um melhor atendimento aos munícipes; Capacitar o corpo de servidores do município, melhorando a qualidade do serviço público prestado à comunidade, promovendo e/ou possibilitando ações de treinamento e desenvolvimento de pessoal: - Identificando demandas, seja presencialmente, por meio de pesquisas ou solicitações, Elaborando e/ou ministrando programas de treinamento; - Buscando e contratando (mediante autorização) instituições ou profissionais capacitados para desenvolver o programa; - Orçando custos envolvidos; - Preparando cronograma; - Elaborando materiais didáticos; - Realizando avaliação de resultado e de aplicabilidade do treinamento ministrado; - Mantendo registro dos treinamentos frequentados por cada servidor, com respectiva carga horária, a fim de contabilizar horas necessárias ao crescimento de carreira; Possibilitar melhores condições de trabalho aos servidores, promovendo ações de assistência e qualidade de vida aos mesmos: Realizar atividades pertinentes à área de Recursos Humanos, contribuindo com um bom clima organizacional, retenção de talentos no quadro do município, desenvolvimento e capacitação dos servidores, a fim de contribuir com a prestação de serviços públicos de qualidade e o alcance dos objetivos propostos pela gestão municipal mediando conflitos interpessoais no ambiente de trabalho; - Realizando atendimentos pontuais a fim de prestar suporte ao servidor, seja em assuntos relacionados ao trabalho ou fora deste; - Desenvolvendo programas focados em qualidade de vida; - Atuando em parceria com a área de medicina e segurança do trabalho; Conscientizar o servidor a respeito de seus direitos e deveres, mantendo-se sempre atento às questões de valorização e reconhecimento do servidor; Desenvolver e implementar novos programas, processos ou procedimentos na área de recursos humanos relacionados à produtividade, absenteísmo, rotatividade e definições de papéis ocupacionais, realizando diagnóstico organizacional com vistas a prevenção e constatação de problemas relacionados ao trabalho, visando aprimorar constantemente a qualidade e eficiência dos serviços prestados e melhorar o clima organizacional; Acompanhar, orientar e apoiar as lideranças de todas as secretarias, fundações e/ou autarquias, atuando de maneira consultiva e prestando suporte nos mais diversos processos que envolvam atividades de Recursos Humanos; Acompanhar os programas de inclusão dos portadores de necessidades especiais no município, de modo a oferecer sua inserção no mercado de trabalho e cumprir com a legislação vigente; Viabilizar o pagamento mensal de salário aos servidores, supervisionando e conferindo o processamento da folha de pagamento dos servidores públicos; Atender aos servidores, pessoalmente ou por telefone, visando esclarecer dúvidas, receber solicitações, bem como buscar soluções para eventuais transtornos; Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento ao planejamento estratégico do município; Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

Assistente Social

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias e comunidade e instituições sobre direitos e deveres, serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional; desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Assistente social de Programas de Saúde

Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias e comunidade e instituições sobre direitos e deveres, serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional; desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Trabalhar nos determinantes sociais que envolvam as situações de transtornos mentais, juntamente com a equipe multidisciplinar, destacando as influências e/ou consequências destas no contexto da saúde; acompanhar os processos dos usuário que tenham necessidade de se internar por indicação do psiquiatra ou de outro médico e em processos de internação em clínica psiquiátrica ou hospital geral; acompanhar a alta do usuário de hospital psiquiátrico ou de alta de hospital geral e encaminhá-lo ao serviço de Saúde Mental e a à UBS, prestando a devida assistência social. Coordenar os trabalhos de caráter social adstritos às ESF; Estimular e acompanhar o desenvolvimento de trabalhos de caráter comunitário em conjunto com as ESF; Discutir e refletir permanentemente

[53]

com as ESF a realidade social e as formas de organização social dos territórios, desenvolvendo estratégias de como lidar com suas adversidades e potencialidades; Atender as famílias de forma integral, em conjunto com as ESF, estimulando a reflexão sobre o conhecimento dessas famílias, como espaços de desenvolvimento individual e grupal, sua dinâmica e crises potenciais; Identificar no território, junto com as ESF, valores e normas culturais das famílias e da comunidade que possam contribuir para o processo de adoecimento; Discutir e realizar visitas domiciliares com as ESF, desenvolvendo técnicas para qualificar essa ação de saúde; Possibilitar e compartilhar técnicas que identifiquem oportunidades de geração de renda e desenvolvimento sustentável na comunidade, ou de estratégias que propiciem o exercício da cidadania em sua plenitude, com as ESF e a comunidade; Apoiar e desenvolver técnicas de educação e mobilização em saúde; Desenvolver junto com os profissionais das ESF estratégias para identificar e abordar problemas vinculados à violência, ao abuso de álcool e a outras drogas; Estimular e acompanhar as ações de Controle Social em conjunto com as ESF; Capacitar, orientar e organizar, junto com as ESF, o acompanhamento das famílias do Programa Bolsa Família e outros programas federais e estaduais de distribuição de renda; Identificar as necessidades e realizar as ações de Oxigenioterapia, capacitando as ESF no acompanhamento dessa ação de atenção à saúde. Fiscalizar locais de trabalho; Conhecer sobre a saúde do trabalhador; Mediar entre o usuário e a instituição ou até mesmo o ambiente de trabalho; Realizar pesquisas na área de saúde do trabalhador; Notificar acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho.

Auditor Fiscal Tributário

Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária; constituir o crédito tributário mediante lançamento; promover a cobrança de tributos; realizar buscas e apreensões de documentos fiscais; analisar e emitir parecer sobre processos administrativo-fiscais; atender e orientar contribuintes; realizar vistorias técnicas e diligências fiscais; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Bibliotecário

Disseminar informação e registro de vários tipos de suporte, com o objetivo de facilitar o acesso e geração de conhecimento; tratar tecnicamente e desenvolver recursos e informações; desenvolver estudos e pesquisas; realizar difusão cultural; desenvolver atividades educativas; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Cirurgião dentista de Programas de Saúde

Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde; Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS; Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica; Participar das atividades de educação permanente; Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais; Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal; Realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais; Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade; Encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento; Coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais; Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e ESF; Realizar supervisão técnica do THD e ACD; Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

Contador

Coordenar, orientar e executar atividades relativas à contabilidade, de acordo com o plano de contas e as exigências legais; elaborar planos orçamentários, financeiros e demonstrações contábeis; realizar auditoria interna; prestar informações aos órgãos fiscalizadores, desenvolver atividades educativas; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Educador físico de Programas de Saúde

Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade; Veicular informações que visam à prevenção, a minimização dos riscos e à proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado; Incentivar a criação de espaços de inclusão social, com ações que ampliem o sentimento de pertinência social nas comunidades, por meio da atividade física regular, do esporte e lazer, das práticas corporais; Proporcionar Educação Permanente em Atividade Física/ Práticas Corporais, nutrição e saúde juntamente com as ESF, sob a forma de coparticipação, acompanhamento supervisionado, discussão de caso e demais metodologias da aprendizagem em serviço, dentro de um processo de Educação Permanente; Articular ações, de forma integrada às ESF, sobre o conjunto de prioridades locais em saúde que incluam os diversos setores da administração pública; Contribuir para a ampliação e a valorização da utilização dos espaços públicos de convivência como proposta de inclusão social e combate à violência; Identificar profissionais e/ou membros da comunidade com potencial para o desenvolvimento do trabalho em práticas corporais, em conjunto com as ESF; Capacitar os profissionais, inclusive os Agentes Comunitários de Saúde - ACS, para atuarem como facilitadores/monitores no desenvolvimento de Atividades Físicas/Práticas Corporais; Supervisionar, de forma compartilhada e participativa, as atividades desenvolvidas pelas ESF na comunidade; Promover ações ligadas à Atividade Física/Práticas Corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no território escolas, creches etc.; Articular parcerias com outros setores da área adstrita, junto com as ESF e a população, visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais; Promover eventos que estimulem ações que valorizem Atividade Física/Práticas Corporais e sua importância para a saúde da população e Realizar avaliação física dos indivíduos. Promover sequências de atividades físicas específicas que respeitem as habilidades e limitações de cada usuário dos serviços de Saúde Mental com os seguintes objetivos: desenvolver, quando possível, potencialidades orgânico-funcionais; favorecer motricidade; proporcionar vivências; melhorar a autoconfiança; possibilitar o domínio de formas recreativas; ajudar na reativação do usuário; contribuir para seu estado de saúde e de higiene e da sua inserção social.

Enfermeiro

Prestar assistência ao paciente em hospitais, ambulatórios e postos de saúde, realizando consultas e procedimentos de maior complexidade e prescrevendo ações; coordenar e auditar serviços de enfermagem; implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; exercer fiscalização na área de vigilância sanitária em estabelecimentos comerciais e industriais; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Enfermeiro de Programas da Saúde

Prestar assistência ao paciente em hospitais, ambulatórios e postos de saúde, realizando consultas e procedimentos de maior complexidade e prescrevendo ações; coordenar e auditar serviços de enfermagem, implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; exercer fiscalização na área da vigilância sanitária em estabelecimentos comerciais e industriais; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde; Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS; Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica; Participar das atividades de educação permanente; Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais; Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS; Supervisionar, coordenar e realizar atividades de qualificação e educação permanente dos ACS, com vistas ao desempenho de suas funções; Facilitar a relação entre os profissionais da Unidade Básica de Saúde e ACS, contribuindo para a organização da demanda referenciada; Realizar consultas e procedimentos de enfermagem na Unidade Básica de Saúde e, quando necessário, no domicílio e na comunidade; Solicitar exames complementares e

[55]

prescrever medicações, conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão; Organizar e coordenar grupos específicos de indivíduos e famílias em situação de risco da área de atuação dos ACS; Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da UBS; Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; Conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações; Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS; Supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem; Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Técnicos de Enfermagem, ACD e THD; e Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF. Prestar assistência ao paciente portador de transtorno mental, realizando consultas e procedimentos e prescrevendo ações de enfermagem; Coordenar e auditar serviços de enfermagem; Planejar, implementar, avaliar a assistência de enfermagem, a cada paciente, família ou grupo de pacientes em saúde mental; Realizar o acolhimento do paciente e da família; Auxiliar nas reuniões de famílias; Programar e executar ações de prevenção e promoção de saúde mental junto à comunidade; Planejar e coordenar grupo e oficinas terapêuticas em saúde mental; Organizar procedimentos de encaminhamento de pacientes para consultas com outros profissionais da área da saúde; Realizar visitas domiciliares a fim de orientar paciente e família sobre o tratamento; Atendimento de urgência a crianças e adolescentes, quando houver a necessidade; Orientação e encaminhamento para vacinação dos pacientes que não possuem as mesmas; Acompanhamento de pacientes em outras consultas médicas e/ou internamentos, quando necessários; Encaminhamento de referência e contra referência as Unidades Básicas de Saúde; Cadastro, controle e orientações sobre a medicação que os pacientes são orientados administrar; Realizar registros e elaborar relatórios; Trabalhar em equipe interdisciplinar; Participar em solenidades, festas e trabalhos diversos relacionados aos pacientes; Participar das reuniões de equipe. Conhecer sobre a legislação da saúde do trabalhador; Realizar notificações de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; Prestar informações relacionadas a saúde e direitos dos trabalhadores.

Engenheiro Agrônomo

Planejar, coordenar e executar atividades e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais; fiscalizar estas atividades, promover a extensão rural orientando produtores nos vários aspectos das atividades; elaborar e acompanhar projetos, convênios e programas; elaborar e expedir documentação técnica e científica de áreas de preservação permanente e lei de diretrizes; promover estudos; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Engenheiro Civil

Desenvolver projetos de engenharia civil; planejar, orçar e executar obras; coordenar a manutenção das mesmas; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços contratados; elaborar normas e documentação técnica; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Engenheiro de Segurança no Trabalho

Coordenação e execução de programas e projetos relacionados à área de saúde ocupacional, desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com os Conselhos Profissionais visando auxiliar na promoção da melhoria na qualidade de vida da população; Buscar, de forma preventiva e corretiva, aprimorar as condições de saúde e de desempenho funcional dos trabalhadores, por meio de fiscalização desenvolvendo estudos, estabelecendo métodos e técnicas, avaliando os postos de trabalhos e seus respectivos riscos à saúde e à segurança; Possibilitar o cumprimento das normas técnicas e legais de segurança do trabalho, elaborando pareceres, relatórios, documentos, observando as anotações das aplicações e procedimentos realizados juntamente aos municípios; Promover a preservação da saúde e segurança, desenvolvendo juntamente com a equipe técnica e/ou multiprofissional, investigações, programas de treinamento, seminários, palestras e outras atividades relacionados a sua área de atuação; Auxiliar na plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe técnica de segurança, acompanhando sempre que necessário, inclusive em visitas in loco, em diferentes postos de trabalho, de modo a manter atualizados os sistemas de informações de programas, órgãos e serviços de vigilância; Visar a promoção constante da qualidade e segurança no trabalho, mediante inspeção de materiais e equipamentos, desde a aquisição, distribuição, utilização, funcionamento, manutenção entre outros, dos mesmos, em conjunto com outros órgãos, quando necessário; Colaborar com a formação e no aprimoramento de outros profissionais, como Técnicos em Segurança do Trabalho, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço; Atender às diversas unidades do município sobre assuntos e exigências técnicas e legais de Segurança do Trabalho; Preparar informes e documentos em assuntos em Segurança do Trabalho, a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros; Elaborar e/ou analisar laudos ambientais para constatação de insalubridade e periculosidade; Esclarecer e conscientizar os trabalhadores sobre acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento

do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município, quando necessário e/ou solicitado pela chefia imediata; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

Farmacêutico / Bioquímico

Preparar e fornecer medicamentos de acordo com prescrições médicas; preparar produtos farmacêuticos; participar na elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos; exercer fiscalização na área da vigilância sanitária em estabelecimentos comerciais e industriais; orientar sobre o uso de produtos; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Farmacêutico Bioquímico de Programas da Saúde

Preparar e fornecer medicamentos de acordo com prescrições médicas; preparar produtos farmacêuticos; participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos; exercer fiscalização na área da vigilância sanitária em estabelecimentos comerciais e industriais; orientar sobre uso de produtos; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Coordenar e executar as atividades de Assistência Farmacêutica no âmbito da Atenção Básica/Saúde da Família; Auxiliar os gestores e a equipe de saúde no planejamento das ações e serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica/ Saúde da Família, assegurando a integralidade e a intersetorialidade das ações de saúde; Promover o acesso e o uso racional de medicamentos junto à população e aos profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o uso; Acompanhar e avaliar a utilização de medicamentos e insumos, inclusive os medicamentos fitoterápicos, homeopáticos, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população; Subsidiar o gestor, os profissionais de saúde e as ESF com informações relacionadas à morbimortalidade associados aos medicamentos; Elaborar, em conformidade com as diretrizes municipais, estaduais e nacionais, e de acordo com o perfil epidemiológico, projetos na área da Atenção/Assistência Farmacêutica a serem desenvolvidos dentro de seu território de responsabilidade; Intervir diretamente com os usuários nos casos específicos necessários, em conformidade com a equipe de Atenção Básica/Saúde da Família, visando uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados à melhoria da qualidade de vida; Estimular, apoiar, propor e garantir a educação permanente de profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família envolvidos em atividades de Atenção/Assistência Farmacêutica; Treinar e capacitar os recursos humanos da Atenção Básica/ Saúde da Família para o cumprimento das atividades referentes à Assistência Farmacêutica. Serviços referentes a pesquisa de novos produtos e de novos processos de fabricação, direção, orientação e fiscalização da produção, análises clínicas e toxicológicas, saúde pública (controle ambiental e de medicamentos, cosméticos e alimentos a venda ao público). Coordenar e executar as atividades de Assistência Farmacêutica no âmbito da Atenção Básica/Saúde da Família; Auxiliar os gestores e a equipe de saúde no planejamento das ações e serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica/ Saúde da Família, assegurando a integralidade e a intersetorialidade das ações de saúde; Promover o acesso e o uso racional de medicamentos junto à população e aos profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o uso; Acompanhar e avaliar a utilização de medicamentos e insumos, inclusive os medicamentos fitoterápicos, homeopáticos, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população; Subsidiar o gestor, os profissionais de saúde e as ESF com informações relacionadas à morbimortalidade associados aos medicamentos; Elaborar, em conformidade com as diretrizes municipais, estaduais e nacionais, e de acordo com o perfil epidemiológico, projetos na área da Atenção/Assistência Farmacêutica a serem desenvolvidos dentro de seu território de responsabilidade; Intervir diretamente com os usuários nos casos específicos necessários, em conformidade com a Atenção Básica/Saúde da Família, visando uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados à melhoria da qualidade de vida; Estimular, apoiar, propor e garantir a educação permanente de profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família envolvidos em atividades de Atenção/Assistência Farmacêutica; Treinar e capacitar os recursos humanos da Atenção Básica/ Saúde da Família para o cumprimento das atividades referentes à Assistência Farmacêutica.

Fisioterapeuta

Atuar na prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia; efetuar avaliação e diagnóstico fisioterápicos; orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Fisioterapeuta de Programas da Saúde

Atuar na prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de fisioterapia; efetuar avaliação e diagnóstico fisioterápicos; orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; executar outras tarefas de mesma

natureza e nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Fiscalizar locais e processos de trabalho; Realizar visitas domiciliares e hospitalares; Ter conhecimento na área de saúde do trabalhador; Noções sobre a previdência social; Realizar atendimento clínico na clínica do CEREST; Realizar capacitações na área de saúde do trabalhador; Conhecer os processos de saúde e doença do trabalho; Realizar atenção básica em saúde do trabalhador; Realizar vigilância em saúde do trabalhador; Ter noções básicas da interface da saúde do trabalhador com a saúde ambiental; Conhecer a realidade laboral da região de atuação/AMURES.

Medico

Realizar atendimento ao paciente, emitir atestados e laudos; realizar encaminhamentos, articular recursos intersetoriais disponíveis para diminuição dos agravos à saúde dos pacientes; compor junta médica; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Medico em Programas de Saúde

Realizar consultas individuais, atendimentos em grupos com pacientes e familiares; prescrever e acompanhar o tratamento médico especializado, bem como suspendê-lo quando necessário; determinar intervenções para usuários dos serviços de Saúde Mental; participar no planejamento e organização de atividades reabilitacionais e de integração dos usuários; orientar as famílias quanto à conduta e quanto ao tratamento médico, buscando garantir a adesão ao Programa de Saúde Mental. Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde; Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS; Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica; Participar das atividades de educação permanente; Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais; Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade; Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos; Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência; Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário; Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Técnicos de Enfermagem, ACD e THD; e Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

Medico do Trabalho

Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações para a promoção da saúde; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Médico em Programas da Saúde do Trabalhador

Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações para promoção da saúde; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica; Realizar capacitações na saúde do trabalhador; Identificar e notificar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; Realizar visitas domiciliares e hospitalares; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Médico em Programas de Saúde Mental

Realizar consultas individuais, atendimentos em grupos com pacientes e familiares; diagnosticar e tratar distúrbios psíquicos e de dependência química, empregando produtos farmacológicos e terapias especializadas; bem como suspendê-lo quando necessário; determinar intervenções para usuários dos serviços de Saúde Mental (Dependência Química); participar no planejamento e organização de atividades reabilitacionais e de integração dos usuários; orientar as famílias quanto à conduta e quanto ao tratamento médico, buscando garantir a adesão ao Programa.

Médico Veterinário

Praticar clínica médica em todas as suas especialidades; contribuir para o bem-estar animal; promover saúde pública e defesa do consumidor; exercer defesa sanitária animal; elaborar laudos, pareceres e atestados; assessorar a elaboração de legislação pertinente; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Nutricionista

Prestar assistência e registro nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Nutricionista em Programas de Saúde

Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Conhecer e estimular a produção e o consumo dos alimentos saudáveis produzidos regionalmente; Promover a articulação Inter setorial para viabilizar o cultivo de hortas e pomares comunitários; Capacitar ESF e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micro nutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição; Elaborar em conjunto com as ESF, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à Alimentação e Nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contra referência do atendimento; Realizar avaliação nutricional dos indivíduos.

Procurador

Prestar assistência em jurídica à Prefeitura Municipal de Lages nas ações em que esta for autora, ré ou parte interessada, atuando em todos os atos processuais, inclusive examinando documentos, circunstâncias do litígio e emitindo parecer relativo à lide; assessorar questões trabalhistas, elaborar pareceres, minutas, projetos de lei, decretos e vetos; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Psicólogo

Executar serviços de apoio psicológico em área clínica e organizacional; realizar procedimentos para a coleta, tratamento, análise de dados e informações; planejar e coordenar atividades psico- sociais; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Psicólogo em Programas de Saúde

Executar serviços de apoio psicológico em área clínica e organizacional; realizar procedimentos para coleta, tratamento, análise de dados e informações; planejar e coordenar atividades psicossociais; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Trabalhar com questões individuais dos usuários dos serviços de Saúde Mental, visando sua inserção familiar e social, através de consultas individuais e familiares e de trabalhos grupais e comunitários; juntamente com a equipe multidisciplinar auxiliar nas atividades de terapia ocupacional e nas de cunho reabilitativo; exercer suas funções específicas de psicodiagnóstico, psicoterapia individual, e psicoterapia em grupo segundo método de sua escolha, sozinho ou em co-terapia com outro psicólogo, outros profissionais e/ou com o psiquiatra; participar efetivamente na coordenação, planejamento e controle das atividades psicoterapêuticas; prestar esclarecimentos ao usuário e familiares quanto a patologia psiquiátrica; participar das atividades das oficinas terapêuticas e de grupos de usuários; promover atividades de integração com a comunidade, prestando o devido atendimento psicológico; prestar assistência ao usuário em clínicas, hospitais, ambulatorios, unidades de saúde e em domicílio; Atendimento e orientação aos Pais; Auxiliar nas reuniões de famílias; Mediar e articular com a rede de atendimento de saúde, social e educacional; Acompanhamento de pacientes em outras consultas médicas e/ou internamentos, quando necessários; Realizar intervenções no sistema educativo; Participar em eventos e trabalhos diversos relacionados aos pacientes. Realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional; Apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situações de violência familiar; Discutir com as ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a

questões subjetivas; Criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade; Evitar práticas que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatrização e à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana; Fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não-manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura; Desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial - conselhos tutelares, associações de bairro, grupos de autoajuda etc.; Priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade; Ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração. Fiscalizar organizações e processos de trabalho; Realizar visitas domiciliares e hospitalares; Ter conhecimento da área de saúde do trabalhador; realizar capacitações em saúde do trabalhador; Conhecer os processos de saúde e doença do trabalho; Realizar atenção básica em saúde do trabalhador; Ter noções básicas em saúde do trabalhador; Ter noções básicas da interface da saúde do trabalhador com a saúde ambiental; Conhecer a realidade laboral da região de atuação/AMURES; Produzir pesquisas na saúde do trabalhador; Identificar e notificar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Terapeuta Ocupacional em Programas da Saúde

Atuar na prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas utilizando protocolos e procedimentos específicos de terapia ocupacional; efetuar avaliação e diagnóstico específicos; orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; desenvolver programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Fazer avaliações próprias para indicação de terapia ocupacional; indicar e encaminhar usuários dos serviços de Saúde Mental para atividades socioterápica e oficinas terapêuticas; prescrever atividades para os grupos e oficinas; orientar atividades; atender individualmente; promover atividades de cunho reabilitacional e profissionalizantes; promover atividades de integração com a comunidade; prestar assistência ao usuário em clínicas, hospitais, ambulatorios, unidades de saúde e em domicílio.

Agente administrativo

Coordenar, organizar, executar atividades gerais de seu ambiente funcional; orientar e atender o público interno e externo; receber e enviar documentos e correspondências; elaborar, cadastrar, arquivar e disponibilizar informações e documentos; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Artesão de Programas da Saúde

Acompanhar usuários dos serviços de Saúde Mental em atividades de artesanato e de oficinas terapêuticas; prescrever atividades para os grupos e oficinas apropriadas das variadas formas de expressão como desenho, pintura, mosaico, modelagem entre outras como facilitadoras de expressão; orientar atividades; atender individualmente; promover atividades de cunho reabilitacional e profissionalizantes; promover atividades de integração com a comunidade;

Assistente de Tecnologia da Informação

Auxiliar na manutenção de sistemas e aplicativos, fornecer suporte nas áreas de software e hardware aos usuários; atuar na manutenção preventiva e corretiva de sistemas e equipamentos; prestar assistência aos usuários; montar e propiciar condições para emissão de relatórios gerenciais; montar e imprimir relatórios; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Assistente Técnico Educacional

Atividades de expediente junto as Unidades Escolares do Sistema Municipal de Educação, correspondência, arquivo, fichário, relatório, escrituração e guarda dos valores da Unidade, além de:

- I - participar com a Comunidade Escolar da construção do projeto pedagógico da Unidade Escolar;
- II - organizar todo o serviço da secretaria escolar, de modo a concentrar nela toda a escrituração;
- III - organizar o arquivo, de modo a assegurar a preservação dos documentos e o poder de atender com urgência a qualquer pedido de informação e esclarecimento do interessado, da Direção ou das autoridades de ensino;
- IV - redigir e fazer toda correspondência oficial da Unidade Escolar, submetendo-a à assinatura da Direção;
- V - redigir e subscrever os editais de chamada para as matrículas, os quais serão publicados por ordem da Direção;
- VI - elaborar os relatórios oficiais, encaminhando-os aos órgãos competentes;
- VII - trazer em dia a coleta de Leis, regulamentos, circulares, instruções e despachos que dizem respeito às atividades na Unidade Escolar;
- VIII - Manter atualizados os registros e demais documentos que se referem às notas e médias do aluno;
- IX - lavrar e subscrever as atas e termos referentes à provas e resultados dos trabalhos escolares;
- X - assinar, juntamente com a Direção, os documentos escolares que forem expedidos, inclusive os diplomas e certificados;
- XI - responsabilizar-se pela veracidade das informações e documentações emitidas pela Unidade Escolar, observando

[60]

sempre as normas legais;

XII - exercer as demais atribuições que lhes forem atribuídas.

XIII - Coordenar e executar as tarefas da secretaria escolar;

XIV - organizar e manter em dia o protocolo, arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares;

XV - rever todo o expediente a ser submetido a despacho pelo diretor;

XVI - apresentar ao diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

XVII - coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;

XVIII - preparar e secretariar reuniões, quando convocado pela direção;

XIX - zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais, e conservação dos bens materiais distribuídos à secretaria escolar;

XX - comunicar à direção toda irregularidade que venha a ocorrer na secretaria;

XXI - organizar e preparar a documentação necessária para o encaminhamento dos processos diversos;

XXII - conhecer a estrutura, compreender e viabilizar o funcionamento das instâncias colegiadas na unidade escolar;

XXIII - registrar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores e executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Auxiliar de Consultório Dentário

Recepcionar e identificar o paciente; organizar a sala de atendimento; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar o cirurgião dentista nas atividades odontológicas; manipular materiais odontológicos; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Auxiliar de Consultório Dentário- Programas de Saúde

Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde; Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS; Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica; Participar das atividades de educação permanente; Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais; Realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde; Proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados; Preparar e organizar instrumental e materiais necessários; Instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista e/ou o THD nos procedimentos clínicos; Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; Organizar a agenda clínica; Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

Auxiliar de Administração

Executar serviços auxiliares de apoio administrativo sob orientação direta; atender, prestar e receber informações; preparar relatórios e planilhas; receber, registrar, controlar e entregar documentos e correspondências; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Auxiliar de Enfermagem

Recepcionar e identificar e prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro; auxiliar o enfermeiro nas atividades técnicas de enfermagem, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental; organizar o ambiente de trabalho, dar continuidade aos plantões, trabalhar em conformidade com as boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Cuidador social

Executar tarefas de atendimento a menores de idade atuando em processos de socialização e de capacidade profissional visando sua reinserção social. Controlar e orientar o desenvolvimento de tarefas ocupacionais; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Fiscal de Obras

Executar vistoria técnica e diligências fiscais em imóveis para verificação de conformidades com o projeto aprovado e para cadastramento imobiliário; fiscalizar serviços de limpeza em vielas, terrenos, calçadas, lotes urbanos; preparar e instruir processos; elaborar relatórios, lavrar auto de infração, proceder a informações de contribuintes; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Fiscal de Serviços Públicos

Executar tarefas de fiscalização da postura municipal junto a prestadores de serviços estabelecidos ou ambulantes; fiscalizar os prestadores de serviços de transporte de passageiros licenciados a operar pela administração municipal; atender e prestar as informações aos contribuintes; realizar vistorias técnicas e diligências fiscais, autuar contribuintes em infrações; instruir processos, realizar a apreensão de produtos, materiais, técnicas e produtos, matéria e ou equipamentos; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Instrutor de Panificação

Planejar e executar cursos de panificação; ministrar conhecimentos específicos na área profissional e auxiliares a educandos; adaptar o programa aos interesses da clientela; responsabilizar-se pelo uso do material e equipamento a sua disposição; planejar e elaborar relatórios inerentes às atividades desenvolvidas no setor; executar o curso planejado, através das aulas ministradas; elaborar e aplicar instrumentos de avaliação dos cursos ministrados; organizar, a partir de estudos e pesquisas, apostilas de orientação pedagógica; auxiliar o desempenho dos cursistas; executar a limpeza e conservação de oficinas e equipamentos e; executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Técnico de enfermagem

Desempenhar tarefas de enfermagem em hospitais, clínicas, postos de saúde e outras áreas; prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão; desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica; atuar em ações de prevenção epidemiológicas; realizar registros e elaborar relatórios; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Técnico de enfermagem em Programas de Saúde

Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em hospitais, clínicas e postos de saúde e outras áreas; prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão; desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica; atuar em ações de prevenção epidemiológicas; realizar registros e elaborar relatórios; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; Realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário; Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local; Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde; Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local; Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde; Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis; Promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social; Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersectoriais com a equipe, sob coordenação da SMS; Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica; Participar das atividades de educação permanente; Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais; Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, em domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe; Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

Telefonista

Atender, transferir, completar chamadas telefônicas; auxiliar o público interno e externo, fornecendo informações; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Ajudante de Serviços Gerais

Executar carga e descarga de materiais, auxiliar na aplicação de asfalto, auxiliar capinagem, podas de árvores, abrir valas, limpeza de vias públicas, abastecer veículos, limpar, lavar e lubrificar veículos; montar e desmontar palcos e estruturas; laçar e recolher animais; auxiliar na coleta de dados relacionados com a topografia; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Auxiliar de Serviços Gerais

Efetuar a limpeza em prédios, salas, pátios, banheiros, cozinhas e outros locais, varrendo, tirando o pó, encerando, lustrando móveis, limpando vidraças e instalações; arrumar armários e estantes; higienizar salas e móveis e objetos; coletar e acondicionar lixo; lavar, secar e passar; preparar e servir café; efetuar pequenos reparos em peças de roupas; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Motorista

Dirigir veículo leve transportando pessoas, materiais, mercadorias e ou equipamentos, atendendo e respeitando as leis de trânsito e as normas e procedimentos administrativos e de segurança, zelar pela conservação e uso do veículo; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Motorista de ônibus

Dirigir veículo leve transportando pessoas, materiais, mercadorias e ou equipamentos, atendendo e respeitando as leis de trânsito e as normas e procedimentos administrativos e de segurança, zelar pela conservação e uso do veículo; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Motorista Socorrista de programas de Saúde

Dirigir e manobrar veículos de emergência e automóvel, micro-ônibus, entre outros, no transporte de pessoas, materiais e ou equipamentos; auxiliar equipe médica e de enfermagem no atendimento aos pacientes no local da ocorrência; auxiliar na imobilização e transporte de pacientes; realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa; trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Dirigir veículo atendendo e respeitando as leis de trânsito e as normas e procedimentos administrativos e de segurança, zelar pela conservação e uso do veículo.

Motorista de veículos de emergência

Dirigir e manobrar veículos (ambulância) no transporte de pessoas; auxiliar equipe médica e de enfermagem no atendimento aos pacientes no local da ocorrência; auxiliar na imobilização de pacientes no local da ocorrência; auxiliar na imobilização e transporte de pacientes; realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa; trabalhar seguindo as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Motorista de veículos pesados

Transportar, coletar, movimentar e entregar cargas em geral; operar equipamentos e realizar inspeções e reparos em veículos, atendendo e respeitando as leis de trânsito e as normas e procedimentos administrativos e de segurança, zelar pela conservação e uso do veículo executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Operador de máquinas pesadas

Operar máquinas pesadas tais como: trator, rolo-compressor, patrôla, retroescavadeira e outras, engatando implementos, operando equipamentos na execução de aterros, drenagens, acabamento em pavimentos; zelar pela conservação e manutenção da máquina; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Operador de máquinas leves

Preparar, ajustar e operar máquina roçadeira e motosserra, na execução de serviços de corte e poda. Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

Vigia

Zelar pela guarda do patrimônio, exercer a vigilância percorrendo, inspecionando suas dependências para evitar incêndios, roubos, entradas de pessoas estranhas e outras anormalidades; verificar instalações elétricas e hidráulicas vigia, executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade e ambiente funcional.

[64]

Anexo 5

CRONOGRAMA

Evento		Datas prováveis	
		Início	Encerramento
01	Publicação do Edital		16/8/16
02	Período de inscrições	16/8/16	23/9/16
03	Requerimento de isenção	16/8/16	22/8/16
04	Publicação do deferimento dos pedidos de isenção		26/8/16
05	Prazo recursal	29/8/16	30/8/16
06	Publicação dos despachos dos recursos		5/9/16
07	Requerimento de condições especiais	8/8/16	22/9/16
08	Requerimento de inscrição pessoas com deficiência	16/8/16	23/9/16
09	Deferimento dos pedidos de condições especiais		28/9/16
10	Homologação das inscrições		28/9/16
11	Período recursal	29/9/16	30/9/16
12	Publicação dos despachos dos recursos		4/10/16
13	Publicação dos locais de prova		4/10/16
14	Prova escrita		9/10/16
15	Prazo recursal	10/10/16	11/10/16
16	Publicação dos despachos dos recursos		20/10/16
17	Resultado da prova escrita		20/10/16
18	Prazo recursal	21/10/16	24/10/16
19	Publicação dos despachos dos recursos		31/10/16
20	Convocação para as provas práticas		31/10/16
21	Provas práticas		6/11/16
22	Resultado das provas práticas		9/11/16
23	Prazo recursal	10/11/16	11/11/16
24	Publicação dos despachos dos recursos		16/11/16
39	Resultado final do concurso público		12/12/16
40	Prazo recursal	13/12/16	14/12/16
41	Publicação do resultado dos recursos		19/12/16
42	Homologação do resultado do concurso público		19/12/16
43	Publicação do resultado pós-recursos		19/12/16

AB 25516050716280716080816

[65]

Anexo 6

EXAMES QUE DEVEM SER APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS APROVADOS

**Importante: Estes exames só deverão ser apresentados pelos candidatos aprovados e classificados, quando no processo de admissão ao serviço público.
Não devem ser entregues ou enviados quando da inscrição no Concurso Público.**

Exames que devem ser apresentados por todos os candidatos aprovados:

- Calendário vacinal – Tétano, Rubéola e Hepatite B;
- Exame laboratorial – Glicemia Jejum, Tipagem sanguínea (ABO e Rh), Hemograma completo, EQU (Exame qualitativo de urina) e EPF (exame parasitológico de fezes);
- Avaliação Psicológica Psicossocial;
- Declaração de ter realizado ou não tratamento psiquiátrico, se sim, apresentar parecer do Médico Psiquiatra assistente.

Exames que devem ser apresentados por todos os candidatos aprovados com idade superior a trinta e cinco anos:

- ECG (Eletrocardiograma) com laudo.

Exames adicionais que devem ser apresentados pelos candidatos com idade superior a trinta e cinco anos aprovados para os cargos de Auxiliar de Consultório Dentário, Dentistas, Artesão e Educador Físico de Programas de Saúde:

- Radiografia de Coluna Lombo Sacra AP e P (anteroposterior e perfil) com laudo.

Exames adicionais que devem ser apresentados pelos candidatos aprovados para os cargos de Ajudante de Serviços Gerais e Auxiliar de Serviços Gerais:

- Radiografia Coluna Lombo Sacra AP e P com laudo;
- Ultrassonografia Bilateral dos Ombros, punhos e mãos com laudo.

Exames que devem ser apresentados por todos os candidatos aprovados (de qualquer idade) para o cargo de Telefonista:

- Avaliação Vocal ;
- Audiometria.

Exames complementares que devem ser apresentados por todos os candidatos aprovados para o cargo de Instrutor de Panificação:

- Coprocultura;
- Micológico de Unha.
- Ultrassonografia Bilateral dos Ombros e punhos com laudo.

Exames que devem ser apresentados por todos os candidatos aprovados (de qualquer idade) para os cargos de Motoristas e Operador de Máquinas Pesadas:

- Audiometria;
- Gama GT;
- ECG (Eletrocardiograma) com laudo;
- EEG (Eletroencefalograma) com laudo;
- Radiografia da Coluna Lombo Sacra AP e P com laudo;

- Acuidade Visual por Médico Oftalmologista;
- Ultrassonografia Bilateral dos Ombros e punhos com laudo.

Exames que devem ser apresentados **por todos os candidatos** aprovados (de qualquer idade) para o cargo de Vigia:

- Audiometria;
- Radiografia Coluna Lombo Sacra AP e P com laudo;
- Radiografia de Tórax PA e P com laudo;
- Acuidade visual por médico oftalmologista;
- Ultrassonografia Bilateral dos Ombros com laudo.

Exames que devem ser apresentados **pelos candidatos com deficiência** aprovados:

- Deficiência Física: Laudo Médico com descrição da deficiência;
- Deficiência Mental: Laudo Psiquiátrico;
- Deficiência Visual: Laudo Oftalmológico;
- Deficiência Auditiva: Audiometria.

[67]

EDITAL CONCURSO 02-2016 PML**Prefeitura Municipal de Lages**

EDITAL Nº 02/2016

Abre inscrições para o Concurso Público, destinado a provimento de vagas no quadro de servidores públicos do Município de Lages.

A Prefeitura do Município de Lages faz saber a quem interessar possa que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado a prover vagas para o quadro do Magistério Público do Município de Lages – SC.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Concurso Público será regido por este Edital, seus anexos e publicações e será executado pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, localizada no Campus Reitor João David Ferreira Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Trindade, Florianópolis-SC. Endereço eletrônico: <http://concursolages.fepese.org.br/> e endereço de e-mail concursolages@fepese.org.br.
- 1.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
- 1.3 O Concurso Público terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por até dois anos, a critério da administração municipal.
- 1.4 Os documentos relacionados ao presente concurso público poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, em um dos endereços e horários estabelecidos abaixo:

Posto de atendimento ao candidato na FEPESE
FEPESE
Campus Reitor João David Ferreira Lima.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Trindade – Florianópolis, SC.

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Posto de atendimento ao candidato no Município de Lages

Biblioteca Pública Municipal Carlos Dorval Macedo
Parque Jonas Ramos, s/n.

[1]

Centro
Lages, SC.

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 13h às 18h.

- 1.5 Documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), preferencialmente por serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX), para serem entregues no endereço da FEPESE rigorosamente no prazo determinado pelo Edital, sendo responsabilidade do candidato a expedição com a devida antecedência, pois não serão aceitos os documentos entregues à FEPESE após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de recebimento da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

FEPESE – CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES
Campus Reitor João David Ferreira Lima.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Caixa Postal – 5067
Trindade
88040-900 – Florianópolis, SC.

- 1.6 Não são admitidas, após o término dos prazos previstos no Edital, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues por qualquer meio.
- 1.7 Ao se inscrever o candidato concorda, caso seja necessário, com a identificação datiloscópica, com a revista pessoal ou de seus pertences, com a captura de imagens por fotografia ou vídeo e com a divulgação por qualquer meio ou mídia de seus dados de identificação e desempenho nas diferentes etapas do concurso público.

2. DOS CARGOS, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL, REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO CARGO, VENCIMENTOS E ATRIBUIÇÕES

- 2.1 O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas existentes no quadro de servidores públicos do Município de Lages e no caso de vagas que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso Público.

- 2.1.1 Cargos, requisitos para provimento, vagas, vencimentos e carga horária semanal.

Cargos com exigência de curso superior

CARGO	HABILITAÇÃO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO	VAGAS	VENCIMENTO R\$	CARGA HORÁRIA
Professor - Anos Finais	Educação Física	Curso de licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em Educação Física.	4	1.211,48	20 h semanais
Professor - Anos Finais	Matemática	Curso de licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em Matemática.	8	1.211,48	20 h semanais
Professor - Anos Finais	Português	Curso de licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em Língua Nacional- Português.	6	1.211,48	20 h semanais

CARGO	HABILITAÇÃO	REQUISITOS PARA PROVIMENTO	VAGAS	VENCIMENTO R\$	CARGA HORÁRIA
Professor- Anos Finais	História	Curso de licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em História.	6	1.211,48	20 h semanais
Professor- Anos Finais	Geografia	Curso de licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em Geografia.	6	1.211,48	20 h semanais
Professor- Anos Finais	Ciências	Curso de licenciatura de graduação plena, com habilitação em Ciências ou Biologia.	4	1.211,48	20 h semanais
Professor – Anos finais	Inglês	Curso de licenciatura de graduação plena em Letras, com habilitação específica em Inglês.	2	1.211,48	20h semanais
Professor	Educação Infantil	Licenciatura em Pedagogia – Educação Infantil	70	2.422,96	40 h semanais
Professor	Anos Iniciais	Licenciatura em Pedagogia – anos iniciais	16	1.211,48	20 h semanais
Professor	Educação Física – pré e anos iniciais	Curso de licenciatura de graduação plena, com habilitação específica em Educação Física.	8	1.211,48	20h semanais

1.1.2 As vantagens específicas de cada cargo encontram-se descritas na legislação Municipal.

1.1.3 São atribuições do cargo de Professor, reger classes da Educação Básica, em sua área de habilitação específica.

1.2 O candidato deverá atender cumulativamente, para investidura no cargo, aos seguintes requisitos:

1. Ter sido aprovado e classificado no concurso público, na forma prevista pelo presente edital;
2. Nacionalidade brasileira;
3. O gozo dos direitos políticos;
4. A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
5. A idade mínima de dezoito anos;
6. Aptidão física e mental;
7. Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
8. Habilitação específica para as funções atribuídas ao cargo.
9. Não possuir antecedentes criminais, comprovados por certidões negativas expedidas por órgãos policiais e judiciais, estaduais e federais;
10. Não ter sido punido com pena de demissão, aplicada por entidade integrante da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

1.3 O candidato aprovado e classificado no Concurso Público será ser lotado na Secretaria Municipal de Educação, sendo-lhe atribuído exercício na unidade escolar.

2. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

2.1 É assegurado às pessoas com deficiência, nos termos da Lei complementar nº 293, de 06 de setembro de 2007, Artigo 5º - § 2º, a inscrição no concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas, conforme o quadro abaixo. Nos termos do Artigo 36 - § 2º do Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999, caso a aplicação deste percentual resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

CARGO	HABILITAÇÃO	VAGAS	VAGAS RESERVADAS	VAGAS LIVRE CONCORRÊNCIA
Professor	Educação Infantil	70	4	66
Professor	Anos Iniciais	16	1	15

- 2.2 Para as demais habilitações, aplicado o percentual estabelecido pela Lei complementar nº 293 de 06 de setembro de 2007, não houve oferecimento imediato de vagas. Neste caso, será convocado o primeiro classificado entre os candidatos inscritos para as vagas reservadas, para ocupar a 11ª (décima primeira) vaga que vier a ser aberta no prazo de validade do concurso público.
- 2.3 Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias abaixo descritas no Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999:
1. Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)
 2. Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)
 3. **Deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).**
Nos termos da Súmula nº 377 do STJ, o portador de visão monocular tem direito de concorrer às vagas reservadas para as pessoas com deficiência.
 4. Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
 - a) Comunicação;
 - b) Cuidado pessoal;
 - c) Habilidades sociais;
 - d) Utilização dos recursos da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)
 - e) Saúde e segurança;
 - f) Habilidades acadêmicas;
 - g) Lazer; e
 - h) Trabalho.
 5. Deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.
 6. Transtorno do Espectro Autista- Nos termos da Lei 12764 de 27 de dezembro de 2012.
- 2.4 Os candidatos com deficiência que desejarem concorrer às vagas reservadas deverão assinalar, no Requerimento de Inscrição, a sua condição e entregar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages, ou enviar via postal- preferencialmente por SEDEX, até o último dia de inscrições e observados os horários de atendimento, os seguintes documentos:
1. Cópia do requerimento de inscrição;
 2. Atestado médico especificando a respectiva deficiência e o respectivo CID, cuja data de expedição seja igual ou posterior a 16 de maio de 2016.

- 2.5 O deferimento da inscrição para as vagas reservadas às pessoas com deficiência será publicado no site do concurso na Internet na data provável de 28 de setembro de 2016.
- 2.6 O candidato cuja deficiência atestada não se enquadrar nas categorias descritas no presente edital ou que deixar de entregar, no prazo e locais determinados a documentação exigida, passará a concorrer apenas às vagas de livre concorrência.
- 2.7 Os candidatos com deficiência aprovados no presente concurso, quando convocados para nomeação, serão submetidos à avaliação da Junta Médica Oficial, a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e, o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício do cargo.
- 2.8 Nos casos em que a decisão final da Junta Médica Oficial concluir que a deficiência incapacita o candidato para o exercício do cargo público, ele será desclassificado deste concurso e impedido de tomar posse.
- 2.9 O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.
- 2.10 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.
- 2.11 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.
- 2.12 Os requerimentos e documentos exigidos poderão ser enviados pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o endereço da FEPESE, mas só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega de correspondência.

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 A participação no Concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.
- 3.2 O candidato poderá se inscrever em mais de um cargo desde que as provas para os cargos em que se inscrever sejam aplicadas em horários diferentes. No caso de inscrição em mais de um cargo deverá efetuar o pagamento do valor da inscrição nos dois cargos para os quais se inscreveu.
- 3.3 São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do requerimento de inscrição.
- 3.4 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço residencial e eletrônico (e-mail) constante da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada à FEPESE por carta ou e-mail, até a data de publicação do resultado final do concurso público e, a partir desta data à Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lages.
- 3.5 As inscrições para o concurso público estarão abertas das 12 horas do dia 16 de agosto de 2016 às 16 horas do dia 23 de setembro de 2016, por um dos seguintes meios:
- 1) Inscrição pela Internet;
 - 2) Inscrição presencial em um dos Postos de Atendimento ao candidato;
- 3.5.1 Instruções para a inscrição pela Internet
Para efetivar a sua inscrição pela Internet, o candidato deverá seguir os passos:
1. Acessar o endereço eletrônico <http://concursoslages.fepese.org.br/>;
 2. Ler atentamente o edital, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;

3. Preencher o Requerimento de Inscrição e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
4. Imprimir e efetivar o pagamento do Boleto de pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou "home banking", preferencialmente do Banco Itaú S.A., até a data de encerramento das inscrições.

3.5.2 Instruções para a inscrição presencial

Para efetivar a sua inscrição presencial, o candidato deverá seguir os passos:

1. Comparecer na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages, nos horários informados munido de documento de identidade original com foto e do Cadastro de Pessoal Física (CPF);
 2. Se procurador, portar documento de identidade original com foto e copia xerográfica autenticada do documento de identidade do candidato e do CPF, além do original do instrumento público de procuração, específico para realizar a inscrição;
 3. Preencher o Requerimento de Inscrição e realizar os procedimentos indicados;
 4. Obter e efetivar o Boleto de pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou "home banking", preferencialmente do Itaú S.A., até a data de encerramento das inscrições.
- 3.6 A taxa de inscrição é de:
- 3.6.1 Para o cargo de Professor: R\$ 120,00;
- 3.7 O valor referente ao pagamento da inscrição, por destinar-se a cobrir os custos com todo o concurso, não será restituído, exceto no caso de suspensão definitiva do concurso público.
- 3.8 O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no sítio do concurso público na Internet: <http://concursolages.fepese.org.br/>. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço.
- 3.9 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.
- 3.10 O preenchimento do Requerimento de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida a alteração das informações prestadas, exceto a eventual mudança de endereço.
- 3.11 A FEPESE e o Município de Lages não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência dos dados, impressão dos documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.
- 3.12 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 3.13 Não serão admitidas, publicado o ato ou resultado de etapa do concurso público, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.
- 3.14 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, para um mesmo cargo, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.
- 3.15 Caso o candidato venha a se inscrever em dois cargos cujas provas sejam realizadas no mesmo horário, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.
- 3.16 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.

- 3.17 Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei nº 11.689/2008, deverão entregar na FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages (SC), pessoalmente, por procurador ou via postal, até o último dia de inscrições, cópia autenticada de certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.
- 3.18 O candidato que necessitar de condições especiais para realização da Prova Escrita deverá informar no ato da inscrição, as condições especiais que necessita, sendo vedadas alterações posteriores. No caso de pedido de dilação do tempo deverá entregar na FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages (SC), pessoalmente ou via postal, até o último dia de inscrições, original de laudo médico, emitido em data posterior a 16 de maio de 2016, justificando a necessidade de dilação do tempo e ou adaptação da prova prática. No caso de uso de equipamentos, estes deverão ser fornecidos pelo candidato e submetidos à vistoria da Coordenação do local de prova antes do seu início.
- 3.19 A candidata lactante que tiver a necessidade de amamentar no dia da prova deverá informar no ato da inscrição a necessidade de condições especiais, indicando a de amamentação. No dia da prova deverá ser acompanhada de pessoa de maior idade, portando documento de identificação que terá a função de cuidar da criança em lugar reservado e diferente do local de prova da candidata. Com a devida antecedência deverá procurar à Coordenação do local da prova que indicará o local onde a pessoa acompanhante permanecerá com a criança. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários, não podendo, nesse momento, a pessoa acompanhante permanecer junto à candidata. A acompanhante não poderá portar livros, papéis ou qualquer material de consulta, bem como telefones ou qualquer outro equipamento eletro eletrônico. A falta de uma pessoa acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova. Não haverá compensação do tempo dispensado com a amamentação.
- 3.20 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais, os candidatos que usem marca-passos e ou tenham implantados pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão assinalar no requerimento de inscrição esta circunstância e portar no dia da realização da prova exame ou laudo médico comprovando o seu uso.
- 3.21 As condições especiais solicitadas pelo candidato serão analisadas e atendidas, segundo critérios de legalidade, viabilidade e razoabilidade.
- 3.22 O ato de deferimento dos pedidos de condições especiais será publicado no site do concurso na Internet, na data provável de 28 de setembro de 2016.
- 3.23 As despesas com a obtenção de documentos e exames exigidos, bem como as de transporte, hospedagem e alimentação durante todas as etapas do concurso público são de inteira responsabilidade do candidato.
- 3.24 Não serão aceitas inscrições intempestivas, condicionais, via fax, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não descrito no presente Edital.
- 3.25 A relação das inscrições deferidas será divulgada na data provável de 28 de setembro de 2016, no site: <http://concursolages.fepese.org.br/>.
- 3.26 Em caso de não homologação da inscrição ou havendo discordância quanto à grafia ou qualquer outro dado da inscrição, o candidato deverá interpor recurso nos termos do Edital.
- 3.27 Será concedida isenção, desde que satisfeitas as condições do presente Edital, do pagamento do valor da inscrição no Concurso Público aos candidatos que forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos) e estiverem inscritos na data de abertura das inscrições no presente Concurso Público, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal- CadÚnico.

3.28 Para usufruírem do benefício da isenção do referido valores candidatos deverão, após a sua inscrição, entregar pessoalmente ou por Procurador no Posto de Atendimento aos candidatos em Lages ou na FEPESE até às 17 horas de 22 de agosto de 2016, os seguintes documentos:

1. Requerimento de isenção da taxa de inscrição devidamente preenchido (Anexo 2);
2. Declaração, de próprio punho ou impressa, que é membro de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou com renda familiar de até três salários mínimos).

3.29 A relação dos candidatos beneficiados com a isenção de pagamento da inscrição será divulgada na data prevista no cronograma do concurso público, pelo site <http://concursolages.fepese.org.br/>.

3.30 O candidato não contemplado com a isenção do pagamento, para ter a sua inscrição validada, deverá imprimir o Boleto Bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o último dia previsto para o seu pagamento.

3.31 O não cumprimento pelo candidato ou pelo seu representante legal de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará automaticamente, no indeferimento de seu pedido de isenção.

3.32 Não será aceita a solicitação de isenção do pagamento da inscrição por qualquer outro meio.

3.33 A FEPESE consultará o Ministério do Desenvolvimento Social para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto no 83.936, de 6 de setembro de 1979.

3.34 Constatada a falsidade, a qualquer tempo, nas informações prestadas no processo aqui definido para obtenção de isenção do pagamento da inscrição, a inscrição será cancelada, tornando-se nulos todos os atos dela decorrentes, além de sujeitar-se o candidato às penalidades previstas em lei.

4 DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

4.5 O Concurso Público constará das seguintes etapas:

- 1) Primeira etapa: Prova escrita com questões objetivas de caráter eliminatório e classificatório;
- 2) Segunda etapa: Prova de títulos de caráter unicamente classificatório.

4.6 É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal confirmar o local e horário de realização da Prova Escrita com questões objetivas, bem como os locais e prazos para a entrega dos documentos para a participação na Prova de Títulos.

5 DA PRIMEIRA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO: PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

5.5 A prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente concurso público e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo 1 ao presente edital.

5.6 A Prova escrita com questões objetivas será aplicada na cidade de Lages (SC), na data provável de 9 de outubro de 2016, em locais que serão divulgados no site do concurso público na data provável de 4 de outubro de 2016.

5.7 Em não havendo na cidade de Lages locais apropriados para alocação de todos os candidatos inscritos, poderão ser utilizados locais de prova em cidades e municípios vizinhos.

5.8 O candidato não poderá prestar a prova em local diferente daquele para o qual foi alocado.

5.9 A aplicação da prova escrita com questões objetivas seguirá o cronograma abaixo:

5.9.1 Prova escrita com questões objetivas para os cargos de Professor- Educação Infantil, Professor Anos Iniciais e Professor Educação Física- pré e anos iniciais.

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova- entrada dos candidatos.	7h10 minutos
Fechamento dos portões dos locais de prova- proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário.	7h50 minutos
Abertura dos invólucros e distribuição dos cadernos de prova. O candidato deverá aguardar o comando para iniciar a sua resolução.	7h52 minutos
Início da prova.	8 h
Período mínimo de permanência no local de prova. Até às	9h
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de provas e cartão-resposta.	11h30 min

5.9.2 Prova escrita com questões objetivas para os cargos de Professor Anos Finais:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova- entrada dos candidatos.	13h
Fechamento dos portões dos locais de prova- proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário.	13h40 minutos
Abertura dos invólucros e distribuição dos cadernos de prova. O candidato deverá aguardar o comando para iniciar a sua resolução.	13h42 minutos
Início da prova.	14 h
Período mínimo de permanência no local de prova. Até às	15h
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de provas e cartão-resposta.	18 h

5.9.3 O número de questões da prova, a sua distribuição e o valor constam das tabelas abaixo:

Prova escrita com questões objetivas para os cargos de Professor Anos Finais .

Área de conhecimento		Nº de questões	Valor da questão	Total
Conhecimentos Gerais	Aspectos históricos e geográficos	5	0,10	0,50
	Legislação municipal	5	0,10	0,50
	Português	5	0,10	0,50
Conhecimentos específicos	Temas de Educação	10	0,20	2,00
	Conhecimentos da disciplina	10	0,45	4,50
Total		35	-	8,00

Prova escrita com questões objetivas para os cargos de Professor- Educação Infantil, Professor Anos Iniciais e Professor Educação Física- pré e anos iniciais.

Área de conhecimento		Nº de questões	Valor da questão	Total
Conhecimentos Gerais	Aspectos históricos e geográficos	5	0,10	0,50
	Legislação municipal	5	0,10	0,50
	Noções de Informática	5	0,10	0,50
	Português	5	0,10	0,50
Conhecimentos específicos	Temas de Educação	5	0,40	2,00
	Conhecimentos da disciplina	5	0,80	4,00
Total		30	-	8,00

5.10 A nota da Prova objetiva será expressa de 0,00 a 8,00 sem arredondamento.

5.11 Serão considerados aprovados na prova escrita os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).

5.12 O programa da Prova objetiva acha-se publicado no anexo 1 ao presente edital.

5.13 Normas para ingresso e prestação da Prova objetiva

5.13.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo Edital e apresentar documento (original) de identificação não sendo permitido o acesso ao local de prova do candidato que chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada ou que não apresentar a devida identificação.

5.13.2 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista (com foto), carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

5.13.3 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, RANI (Registro Administrativo de Nascimento Indígena), não identificáveis e/ou danificados.

5.13.4 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias. Neste caso o candidato será submetido à identificação especial, com coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

5.13.5 Só serão aceitos documentos originais e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura, não sendo aceitos protocolos ou cópias mesmo que autenticadas.

5.13.6 O candidato só poderá ter consigo no local de prova a ele determinado:

1. Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
2. Documento de identificação e cópia do comprovante de pagamento da taxa de inscrição.
3. Se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

[10]

- 5.13.7 O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta. Deve ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno de questões corresponde ao cargo para o qual se inscreveu, se contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.
- 5.13.8 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso Público envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Caso não haja número suficiente de Cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.
- 5.13.9 A existência de erros ou imperfeições no caderno de provas, caso não sejam reclamados até o término do horário da prova, não poderão ser arguidos posteriormente ou justificar pedido de anulação de questões.
- 5.13.10 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas.
- 5.13.11 O cartão resposta não será substituído por erro do candidato.
- 5.13.12 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso do candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um agente da FEPESE devidamente treinado.
- 5.13.13 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões ou em qualquer outro local.
- 5.13.14 Será atribuída nota 0 (zero) à questão:
- a) Cujas respostas não coincidam com o gabarito oficial;
 - b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
 - c) Com mais de uma opção de resposta assinalada;
 - d) Não assinalada no cartão de respostas;
 - e) Preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- 5.13.15 Ao terminar a prova entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala o cartão de respostas devidamente assinado e o caderno de provas.
- 5.13.16 A não assinatura no cartão resposta implicará na atribuição de nota 0,00 (zero) à prova do candidato e na sua consequente desclassificação.
- 5.13.17 Durante a prova não será permitido (a):
- a) A comunicação entre os candidatos;
 - b) A consulta a qualquer obra ou anotação;
 - c) O uso de relógio, telefones celulares ou qualquer outro equipamento receptor/emissor de sinal eletromagnético, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura bem como o porte de armas;
 - d) A saída do candidato de sala sem o acompanhamento de um fiscal e ou portando o cartão resposta ou caderno de prova;
 - e) Fumar ou ingerir alimentos e bebidas, exceto água acondicionada em embalagem transparente sem qualquer rótulo e ou etiqueta.
- 5.13.18 Por razões de segurança, não será permitida a entrega da prova e cartão resposta e ou a saída do local onde a prova se realizar, antes de decorrida 1 hora do seu início, mesmo que o candidato seja desistente ou tenha sido excluído.

- 5.13.19 A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público, sendo atribuída nota zero à Prova escrita.
- 5.13.20 O porte de qualquer tipo de armamento, sob qualquer alegação, impedirá a entrada do candidato no local de aplicação da prova. A FEPESE não ficará com a guarda do armamento.
- 5.13.21 Os três (3) últimos candidatos de cada sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo.
- 5.13.22 A prova e o gabarito provisório serão divulgados no endereço eletrônico: <http://concursolages.fepese.org.br/> a partir das 21 horas do dia da sua realização.
- 5.13.23 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, de qualquer das fases, nem a realização de prova fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.
- 5.13.24 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como do cartão de respostas, mesmo após o encerramento do concurso público.
- 5.13.25 O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser submetido à revista pessoal e ou de seus pertences, à varredura eletrônica e à identificação datiloscópica.

6 SEGUNDA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO: PROVA DE TÍTULOS

- 6.1 A segunda etapa do concurso público para os cargos do quadro do Magistério Público do Município, será constituída de Prova de Títulos de caráter unicamente classificatório.
- 6.2 A Prova de Títulos é constituída pela análise e pontuação de certificados e ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e atualização e ou cursos de pós-graduação, apresentados pelos candidatos, a saber:

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E ATUALIZAÇÃO

- 1) Documento Exigido:
Diplomas e ou certificados devidamente registrados no órgão competente de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, na disciplina para a qual se inscreveu ou em Educação conforme relação constante do item 7.3, com a duração mínima de 40 horas, realizados a partir de 1º de janeiro de 2014. Somadas as cargas horárias de todos os títulos apresentados serão pontuados até no máximo 200 horas.
- 2) Pontuação:

Somadas as cargas horárias de todos os títulos apresentados serão pontuados até no máximo 200 horas, conforme a tabela abaixo. Caso o somatório de horas resulte em fração a pontuação será arredonda para o número inteiro subsequente.

SOMATÓRIO DAS CARGAS HORÁRIAS DOS TÍTULOS APRESENTADOS/PONTUAÇÃO

SOMATÓRIO	PONTUAÇÃO
40	0,2
50	0,25
60	0,3

[12]

70	0,35
80	0,4
90	0,45
100	0,5
110	0,55
120	0,6
130	0,65
140	0,7
150	0,75
160	0,8
170	0,85
180	0,9
190	0,95
200	1,00

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

1) Documento Exigido

Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, devidamente registrado no órgão competente na disciplina para a qual se inscreveu ou em Educação, conforme relação constante do item 6.3. Os certificados de cursos de pós-graduação em nível de Especialização devem ser entregues acompanhados do respectivo histórico escolar.

Será avaliado unicamente um título de curso de pós-graduação. Caso o candidato apresente mais de um título será pontuado unicamente o de maior valor acadêmico.

2) Pontuação:

Título/Documento	Pontuação
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Especialização.	0,20
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado	0,50
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado	1,00

6.3 São considerados cursos na área da Educação os realizados nas disciplinas abaixo relacionadas, com base na Tabela das Áreas de Conhecimento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES):

Administração de Sistemas Educacionais
Administração de Unidades Educativas
Administração Educacional
Antropologia Educacional
Avaliação da Aprendizagem
Avaliação de Sistemas, Instituições, planos e Programas Educacionais
Currículo
Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação

Didáticas especiais
Didática Geral
Economia da Educação
Educação de Adultos
Educação em Periferias Urbanas
Educação Especial
Educação Permanente
Educação Pré-Escolar
Educação Rural
Ensino Profissionalizante

Ensino-Aprendizagem
Filosofia da Educação
Fundamentos da Educação
História da Educação
Métodos e Técnicas de Ensino
Orientação e Aconselhamento
Orientação Educacional
Orientação Vocacional
Planejamento e Avaliação Educacional
Planejamento Educacional

Política Educacional
Psicologia Educacional
Psicopedagogia Escolar
Sociologia da Educação
Tecnologia Educacional
Teoria Geral de Planejamento e
Desenvolvimento Curricular
Teorias da Instrução
Tópicos Específicos de Educação

- 6.4 A nota da Prova de Títulos será o somatório dos pontos obtidos com a análise dos certificados ou diplomas dos cursos de aperfeiçoamento e atualização mais a pontuação atribuída ao certificado de curso de pós-graduação, mais a pontuação dos cursos de aperfeiçoamento específicos.

$$NPT = PCCAA + PCPG$$

Onde:

NPT= Nota da prova de títulos.

PCCAA= Pontuação dos certificados/ diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização.

PCPG= Pontuação do certificado/diploma do curso de pós-graduação.

- 6.5 A nota máxima da prova de títulos será 2,00 (dois pontos) que será somada à nota da prova escrita para o cálculo da nota final.
- 6.6 Para participar da Prova de Títulos o candidato deverá entregar em um dos postos de atendimento até às 16 horas do último dia de inscrição, cópias xerográficas dos certificados e ou diplomas que pretende sejam avaliados, acompanhados – quando exigido – do respectivo histórico escolar e do Requerimento para a Prova de Títulos (Anexo).
- 6.7 Só serão avaliados os certificados e diplomas de cursos de atualização e ou aperfeiçoamento realizados a partir de 1º de janeiro de 2014, emitidos de acordo com as normas legais por estabelecimentos de ensino devidamente autorizados ou por órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e registrados no órgão competente, acompanhados do respectivo histórico escolar, com a duração mínima de 40 (quarenta) horas.
- 6.8 Os títulos de cursos de pós-graduação em nível de mestrado e ou doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.
- 6.9 Os títulos de curso de pós-graduação em nível de especialização deverão ser acompanhados do respectivo Histórico Escolar.
- 6.10 Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.
- 6.11 Não serão pontuados:

1. Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei e da exigida no presente edital, salvo certidão emitida pela Secretaria do Programa de Pós Graduação atestando ter o candidato concluído todas as etapas do curso de pós-graduação, defendido e ter sido aprovada sem ressalvas a monografia ou dissertação ou tese e lhe ter sido concedido o devido grau, desde que a defesa de tese/ monografia tenha sido realizada após o dia 1º de janeiro de 2016.
2. Os títulos não entregues no prazo e locais determinados;

[14]

3. Os títulos apresentados em número excedente ao previsto no edital;
4. Os documentos borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível.
5. Os títulos dos candidatos não aprovados na Prova Escrita.

6.12O candidato declara, para fins de direito, que é titular dos documentos protocolados emitidos com grafia diferente do nome que consta no requerimento de inscrição e que apresentará se solicitado, a retificação de registro civil, sentença judicial ou outro documento legalmente emitido que fundamente a alteração ou divergência existente. A não comprovação, no prazo máximo de 48 horas após à sua exigência, implicará na exclusão do concurso público e ou revogação da sua nomeação caso já tenha sido nomeado, sem prejuízo das demais sanções legais.

6.13A nota da prova de títulos será somada à da prova escrita para obtenção da nota final.

6.14A participação na prova de títulos não é obrigatória.

7 DOS RECURSOS

7.1 Caberão recursos:

1. Do indeferimento do pedido de isenção do valor da inscrição.
2. Da incorreção de dados ou não homologação da inscrição;
3. Do teor das questões e ou gabarito preliminar da Prova escrita com questões objetivas;
4. Do resultado da Prova escrita com questões objetivas;
5. Do resultado da Prova de Títulos;
6. Do resultado final.

7.2 Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do resultado contra o qual deseja o candidato recorrer, por um dos seguintes meios:

- 1) On line no sitio do Concurso Público: <http://concursolages.fepese.org.br/>;
- 2) Pessoalmente ou por Procurador nos postos de atendimento ao candidato; ou
- 3) Via postal- Mediante requerimento em anexo ao Edital entregue à FEPESE no prazo determinado pelo Edital.

Instruções para a interposição dos recursos.

Interposição de recursos pela Internet

Para interposição de recursos pela Internet o candidato deverá:

- a) Acessar a página do Concurso Público na Internet: <http://concursolages.fepese.org.br/>
- b) Preencher o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- c) Enviar pela Internet seguindo as instruções do sistema.

Interposição de recursos presencial

Para interposição de recursos presencialmente o candidato deverá:

- a) Comparecer em um dos postos de atendimento ao candidato, pessoalmente munido de documento de identidade original, com foto ou por Procurador munido de documento de identidade original, com foto, cópia autenticada do documento de identidade do candidato e documento original de Procuração Pública- passada em cartório com fins específicos.

- b) Preencher o requerimento (Anexo) com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- c) Protocolar o requerimento no Atendimento, ao candidato da FEPESE guardando o respectivo protocolo.

Interposição de recursos via postal

Para interposição de recursos via postal o candidato deverá:

- a) Preencher e assinar o requerimento (Anexo) com argumentação clara, consistente e objetiva.
- b) Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- c) Datar e assinar;
- d) Anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente;
- e) Colocar o (s) requerimento (s) em um envelope resistente e enviar para o endereço:

FEPESE – CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES

Recurso administrativo

Campus Reitor João David Ferreira Lima.

Caixa Postal 5067

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

88040-900- Trindade – Florianópolis, SC.

O candidato deverá expedir o documento com AR (Aviso de Recebimento), preferencialmente pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue à FEPESE rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, valendo para todos os fins de direito o comprovante da data de entrega à FEPESE, emitido pelo Correio.

- 7.3 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem transmitidos e ou entregues pessoalmente ou pelo correio até o último dia previsto para entrega (segundo dia útil após a publicação do ato contestado).
- 7.4 Caso o candidato venha a transmitir (pela Internet), ou entregar (pessoalmente ou por procurador) ou enviar via postal, mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do Concurso Público, só será analisado o último transmitido, entregue ou recebido.
- 7.5 A FEPESE e ou a Prefeitura Municipal de Lages, não se responsabilizam pelo extravio ou atraso na entrega dos requerimentos dos candidatos enviados pelo correio. Para fins de direito constitui-se prova unicamente o carimbo de recebimento ou entrega da correspondência à FEPESE.
- 7.6 No caso de anulação de qualquer questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que prestaram a respectiva prova.
- 7.7 No caso de erro na indicação da resposta correta o gabarito provisório será alterado, sendo as provas corrigidas com base no gabarito definitivo.
- 7.8 O despacho dos recursos será publicado coletivamente no endereço eletrônico do Concurso Público. Uma resposta individual a cada requerimento será acessível na aba Respostas a Recursos e Requerimentos. Não serão encaminhadas respostas a recursos por qualquer outro meio. No site do

concurso público, na área reservada aos candidatos, será possível obter a cópia do cartão resposta da prova escrita e a ficha de avaliação da Prova de Títulos.

7.9 A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora, é irrecorrível na esfera administrativa.

7.10 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio não descritos no Edital.

7.11 Os recursos intempestivos e inconsistentes não serão analisados.

7.12 As notas, médias e classificação dos candidatos poderão ser alteradas em qualquer fase do certame, ainda que publicado o resultado final, em face de deferimento de recurso administrativo ou decisão fundamentada de Ofício havida pela Comissão Organizadora em função de erro material.

8 DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

8.1 A nota final do candidato será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = NPE + NPT$$

Sendo:

NF= Nota final

NPE= Nota da Prova escrita com questões objetivas

NPT= Nota da Prova de Títulos.

8.2 Será excluído do Concurso Público o candidato que:

1. Não obter o desempenho mínimo exigido na Prova escrita;
2. Prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos com tais vícios, em qualquer fase do Concurso Público;
3. Apresentar-se após o horário estabelecido para prestar a prova;
4. Não comparecer a qualquer uma das provas;
5. Não apresentar um dos documentos de identidade oficialmente exigidos nos termos deste Edital, para prestar a prova escrita;
6. Ausentar-se da sala de realização da prova sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, de decorrido o prazo mínimo para saída do candidato da sala;
7. For surpreendido em comunicação, qualquer que seja a forma, com outras pessoas ou utilizando-se de quaisquer materiais vedados por este Edital;
8. Não depositar no local indicado pelos fiscais os utensílios e ou equipamentos não permitidos e ou for surpreendido tendo ao alcance (ainda que desligados) ou fazendo uso dos mesmos na sala, banheiros ou quaisquer ambientes, durante o horário da prova.
9. Lançar mão de meios ilícitos para a execução qualquer uma das etapas do Concurso Público;
10. Não devolver integralmente todo o material de prova (caderno de prova e cartão resposta);
11. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

12. Não preencher ou cumprir integralmente qualquer um dos requisitos ou normas exigidos pelo presente Edital;

13. Não apresentar os documentos exigidos;

14. Faltar com o respeito ou tratar com descortesia os fiscais, coordenadores, seguranças ou membros da Comissão do Concurso Público ou da FEPESE.

9 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

9.1 Os candidatos aprovados na Prova escrita com questões objetivas serão ordenados e classificados segundo a ordem decrescente da nota final, de acordo com a disciplina para a qual se inscreveram.

9.2 Em caso de igualdade na nota final, para fins da classificação final, o desempate beneficiará sucessivamente o candidato que:

1. Tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Concurso, conforme art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003;
2. Obter a maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
3. Obter a maior nota nas questões de Temas de Educação;
4. Obter a maior nota nas questões de Língua Portuguesa;
5. Obter a maior nota nas questões de Noções de Informática- quando houver;
6. Obter a maior nota nas questões de Aspectos Históricos e Geográficos;
7. Obter a maior nota nas questões de Legislação Municipal- quando houver;
8. Tiver exercido o papel de jurado, (conforme artigo 440 do Código de Processo Penal), mediante prévia entrega da documentação hábil nos termos deste Edital;
9. Tiver a maior idade.

9.3 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência constarão, além da classificação geral, de lista especial.

10 DA NOMEAÇÃO E POSSE

10.1 Os atos relativos à convocação, à nomeação e à posse dos candidatos são de exclusiva competência da Administração do Município de Lages.

10.2 A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do ato de nomeação, prorrogável por igual período, a requerimento do nomeado. Não verificada no prazo estabelecido, o Chefe do Poder Executivo tornará sem efeito a nomeação e declarará extinto o direito do nomeado.

10.3 A posse em cargo público municipal dependerá de prévia inspeção pela junta médica designada pelo Município.

10.4 No ato da posse, o servidor apresentará declaração tanto de bens e valores que constituem seu patrimônio quanto do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

10.5 No ato da posse, o servidor apresentará certidão negativa de antecedentes criminais expedidas por órgãos policiais e judiciais, estaduais e federais;

10.6 No ato da posse, o servidor apresentará declaração de não ter sido punido com pena de demissão, aplicada por entidade integrante da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As datas constantes no presente Edital são as previstas e poderão por razões administrativas serem alteradas por aviso publicado no sítio do Concurso Público na Internet.

11.2 Os casos omissos ao Edital serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lages e pela FEPESE.

- 11.3 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação legal.
- 11.4 Todas as informações relativas à nomeação e posse, após a publicação do resultado final, deverão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Lages.
- 11.5 Os candidatos aprovados e classificados neste Concurso Público devem manter atualizados seus endereços junto à Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lages, sendo de sua responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização desta informação.
- 11.6 Todas as despesas decorrentes da participação no presente concurso, mesmo que os horários e locais de provas venham a ser alterados, são de exclusiva responsabilidade dos candidatos.
- 11.7 O candidato concorda expressamente que os seus dados de identificação, desempenho e classificação nas provas, bem como despacho dos recursos e requerimentos que venha a interpor, sejam afixados em local público quando exigidos pela legislação, publicados na Internet nas páginas do concurso público e do Município ou por qualquer outro meio ou mídia.
- 11.8 Delegam-se à FEPESE as seguintes competências:
- a) deferir e indeferir as inscrições;
 - b) emitir os documentos de homologação das inscrições;
 - c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita e a prova de títulos;
 - d) apreciar, responder e dar publicidade aos recursos previstos neste Edital;
 - e) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - f) prestar informações sobre o Concurso Público;
 - g) publicar o Resultado Final no sítio do Concurso Público na Internet.

Lages, 16 de agosto de 2016.

PEDRO MARCOS ORTIZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Anexo 1

Programas das provas

Nas questões relacionadas à legislação federal, estadual ou municipal, poderão ser exigidas as alterações ocorridas até a data de publicação do presente Edital.

As questões relacionadas a conhecimentos de informática poderão se relacionar a qualquer versão dos softwares em uso no mercado na data de publicação do Edital .

Programas das provas para o cargo de Professor Anos Finais.

Programas das questões comuns a todas as disciplinas

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Brasil: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Santa Catarina: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Município de Lages: localização geográfica, área, população, limites, história, aspectos econômicos, sociais e culturais. Análise de acontecimentos significativos ocorridos no Brasil e no Mundo, nas áreas de economia, política, meio ambiente, segurança pública, saúde, cultura, esportes e tecnologia, suas causas e consequências, ocorridos nos anos de 2014 a 2016.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Nº 293, De 06 de setembro de 2007 (e suas alterações até a data de publicação do Edital)- Estatuto Dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar Municipal nº 353/2011.

PORTUGUÊS

Interpretação de texto. Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Semântica: Significação das palavras no contexto. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monossímia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação Oficial.

TEMAS DE EDUCAÇÃO

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Parâmetros Curriculares Nacionais.

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Didática e trabalho pedagógico. Fundamentos de currículo. Perspectivas metodológicas. Planejamento e gestão educacional. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. As funções sociais da escola pública contemporânea. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira.

Programas das questões de Conhecimentos Específicos- para cada uma das disciplinas

PROFESSOR ANOS FINAIS: EDUCAÇÃO FÍSICA

Metodologias para o ensino da Educação Física. Abordagens de ensino na Educação Física Escolar. Objetivos da Educação Física na Escola. Conteúdos da Educação Física Escolar: atividades rítmicas e expressivas, conhecimento sobre o corpo, ginásticas, jogos, lutas. Fundamentos, concepções e princípios de esporte na escola. Atividade física e saúde na escola. Concepções pedagógicas da Educação Física na educação infantil. Desenvolvimento motor. Metodologias de ensino para a educação física adaptada.

PROFESSOR ANOS FINAIS: MATEMÁTICA

Metodologia do ensino da Matemática. A história da Matemática. Razão e Proporção. Média aritmética e ponderada. Regra de três simples e composta, porcentagens e juros simples. Campos Numéricos: o sistema de numeração, números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais (identificação, propriedades e operações), números decimais, potência de 10, cálculo com radicais. Campos algébricos: expressões algébricas, polinômios, produtos notáveis, frações do 1º grau. Campos Geométricos: sistemas de medidas (comprimento, área, capacidades e massa). Ângulos: operações, ângulos complementares e suplementares opostos pelo vértice. Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras. Trigonometria. Razões trigonométricas. Polígonos convexos (triângulos e quadriláteros). Relações métricas no triângulo. Relações métricas de um triângulo qualquer. Circunferência. Tratamento de informação. Temas Transversais.

[20]

PROFESSOR ANOS FINAIS: PORTUGUÊS

Princípios de Linguística Geral. Concepções de linguagem. Variações linguísticas. Adequação textual: Informação X Argumentação. Coerência textual. Coesão textual. Leitura e Produção de textos. Tipologia textual. Gêneros do discurso. Concordância nominal / verbal. Regência nominal / verbal. Gramática e ensino da língua. Linguagem falada X linguagem escrita. Língua e interdisciplinaridade. Morfossintaxe. Interpretação de textos. Temas Transversais.

PROFESSOR ANOS FINAIS: INGLÊS

Compreensão e análise de textos modernos; Artigos; substantivos (gênero, número, caso genitivo, composto “countable” e “uncountable”); Pronomes (pessoais retos e oblíquos, reflexivos, relativos); Adjetivos e pronomes possessivos, interrogativos, indefinidos, demonstrativos; Adjetivos e advérbio (ênfase nas formas comparativas e superlativas); preposições; Verbos (tempos, formas e modos: regulares, irregulares, “nonfinites”, modais; formas: afirmativa, negativa, interrogativa e imperativa; forma causativa de “have”, “question tags”) “Phrasal verbs” (mais usados); Numerais; Discurso direto e indireto; grupos nominais; Períodos simples e compostos por coordenação e subordinação (uso de marcadores de discurso); Aspectos metodológicos teóricos e práticos ligados à abordagem do ensino-aprendizagem da língua inglesa.

Importante: As questões e respectivas alternativas, poderão ser formuladas em Língua Inglesa.

PROFESSOR ANOS FINAIS: HISTÓRIA

Metodologia do ensino de História. A Pré-História; as sociedades da antiguidade; a sociedade medieval; as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas com o desenvolvimento do comércio e da vida urbana; a expansão marítima e o processo de colonização da América; Reforma Protestante; Renascimento Cultural; o Iluminismo; a Revolução Industrial; a Revolução Francesa, Conflitos mundiais do século XX. O Holocausto na Segunda Guerra Mundial. Brasil colônia: expansão territorial e o Povoamento Vicentista em Santa Catarina. Povoamento Açoriano. Economia e sociedade colonial. Escravidão e a resistência negra no Brasil. O processo de independência. As lutas internas no Primeiro e Segundo Império. Revolução Farroupilha. A República Juliana. As lutas externas no Primeiro e Segundo Império. A agricultura cafeeira e as mudanças econômicas. A imigração europeia em Santa Catarina. A República Velha. A República Nova. Os governos militares e a redemocratização. O mundo contemporâneo: a globalização, o conflito no Oriente Médio, o terrorismo, os problemas do meio-ambiente.

PROFESSOR ANOS FINAIS: GEOGRAFIA

A didática e a metodologia do ensino da Geografia. Geografia Física, Humana e Econômica. Aspectos geográficos do Município de Lages; Geografia de Santa Catarina; Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia; Leitura de Paisagens; Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza; Meio Rural e Meio Urbano; Produção e Distribuição de Riquezas; População; Brasil – Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica; Brasil – Diversidade Cultural segundo o IBGE; Brasil – Campos – Cidades. Espaços em transformação; Brasil – Regiões Geoeconômicas; Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra; Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido; A antiga e a Nova Ordem Mundial; A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica – Conflitos Mundiais Contemporâneos. Temas Transversais.

PROFESSOR ANOS FINAIS: CIÊNCIAS

Metodologia para o ensino de ciências. Seres vivos. Ecologia: Ecossistemas, Cadeia trófica, Fontes e fluxo de energia, Biosfera, Biomas, Poluição da água do ar e do solo, Destino de resíduos sólidos, Conservação. Desenvolvimento humano. Doenças sexualmente transmissíveis e métodos anticoncepcionais.

Programas das provas para o cargo de Professor Anos Iniciais e Educação Infantil.

Programas das questões comuns a todas as disciplinas

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Brasil: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Santa Catarina: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Município de Lages: localização geográfica, área, população, limites,

história, aspectos econômicos, sociais e culturais. Análise de acontecimentos significativos ocorridos no Brasil e no Mundo, nas áreas de economia, política, meio ambiente, segurança pública, saúde, cultura, esportes e tecnologia, suas causas e consequências, ocorridos nos anos de 2014 a 2016.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar Nº 293, De 06 de setembro de 2007 (e suas alterações até a data de publicação do Edital)- Estatuto Dos Servidores Públicos Municipais e Lei Complementar Municipal n. 353/2011.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções básicas de funcionamento de computadores, impressoras e scanners. Sistema Operacional Windows: Área de trabalho, barra de tarefas, ícones, botão iniciar. Criar uma pasta. Selecionar arquivos/pastas. Renomear arquivos/ pastas. Copiar arquivos/ pastas. Microsoft Word: Criar documentos, layout da página. Inserir tabela, imagem, cabeçalho, rodapé, número de página, caixa de texto. Mala direta. Salvar um documento. Copiar, salvar e excluir documentos. Noções de Internet. Correio eletrônico. Microsoft Excel: criar tabela, criar pasta de trabalho, formatar uma planilha, inserir dados, imprimir. Operações básicas.

PORTUGUÊS

Interpretação de texto. Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Semântica: Significação das palavras no contexto. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monossímia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação Oficial.

TEMAS DE EDUCAÇÃO

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Parâmetros Curriculares Nacionais.

Teorias da aprendizagem. Avaliação. Didática e trabalho pedagógico. Fundamentos de currículo. Perspectivas metodológicas. Planejamento e gestão educacional. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. As funções sociais da escola pública contemporânea. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira.

Programas das questões de Conhecimentos Específicos- para cada uma das disciplinas

PROFESSOR: EDUCAÇÃO FÍSICA – PRÉ E ANOS INICIAIS

Metodologias para o ensino da Educação Física. Abordagens de ensino na Educação Física Escolar. Objetivos da Educação Física na Escola. Conteúdos da Educação Física Escolar: atividades rítmicas e expressivas, conhecimento sobre o corpo, ginásticas, jogos, lutas. Fundamentos, concepções e princípios de esporte na escola. Atividade física e saúde na escola. Concepções pedagógicas da Educação Física na educação infantil. Desenvolvimento motor. Metodologias de ensino para a educação física adaptada.

PROFESSOR: EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil e seu papel hoje. O papel social da educação infantil; Educar e cuidar; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância e relação creche família; as instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Política nacional de educação: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.

PROFESSOR: ANOS INICIAIS

Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais. Alfabetização e letramento. Processos cognitivos na alfabetização. A construção e desenvolvimento da leitura e escrita. A

formação do pensamento lógico da criança. O ambiente alfabetizador e as dificuldades de aprendizagem. A alfabetização nos diferentes momentos históricos. A função social da alfabetização. A intencionalidade da avaliação no processo de apropriação e produção do conhecimento. Desenvolvimento linguístico e desenvolvimento cognitivo. As etapas do processo de alfabetização. A importância da consciência fonológica na alfabetização. A tecnologia a favor da alfabetização. A perspectiva infantil na fase da alfabetização.

[23]

Anexo 2

REQUERIMENTO PEDINDO A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO VALOR DA INSCRIÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo do candidato		Inscrição
Cargo	RG	CPT

Informar o número de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico:

NIS

REQUERIMENTO

Venho perante a Comissão Organizadora do Concurso Público para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Lages, requerer a isenção da taxa de inscrição no concurso público por:

- [] Sou inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico e membro de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou com renda familiar de até três salários mínimos).

Estou ciente de que as informações prestadas no presente requerimento são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estou sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto n. 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Lages , _____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato ou representante legal

Anexo 3

REQUERIMENTO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo do candidato		Inscrição	
Cargo	RG	CPF	

Requerimento

À Banca Examinadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lages.

O candidato acima identificado requer a revisão da seguinte decisão (assinalar):

<input type="checkbox"/>	Indeferimento do pedido de isenção
<input type="checkbox"/>	Erro no Requerimento de Inscrição
<input type="checkbox"/>	Não homologação da inscrição
<input type="checkbox"/>	Resultado da Prova objetiva
<input type="checkbox"/>	Resultado da Prova de Títulos
<input type="checkbox"/>	Resultado/ classificação final
<input type="checkbox"/>	<u>Teor da questão ou gabarito preliminar- preencher obrigatoriamente as informações abaixo:</u>

Prova/ área de conhecimento:

Número da questão (preencher um requerimento para cada questão):

Fundamentação do recurso

[25]

....., ____ de _____ de 2016.

.....

Assinatura do requerente

Atenção:

Caso o número de linhas seja insuficiente, copie quantas folhas forem necessárias.

Caso deseje enviar pelo correio, coloque em um envelope com a sua identificação:

Concurso: Prefeitura Municipal de Lages

Nome do candidato

Cargo

Número de Inscrição

Entregue pessoalmente, por procurador devidamente constituído ou envie pelo correio (preferencialmente por SEDEX Urgente) para:

FEPese –

Concurso público- Prefeitura Municipal de Lages

Campus Reitor João David Ferreira Lima.

Caixa Postal: 5067

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

88040-900- Trindade – Florianópolis, SC.

Só serão analisados os recursos entregues no endereço da FEPese rigorosamente no prazo fixado pelo Edital.

Anexo 4

REQUERIMENTO – PROVA DE TÍTULOS

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lages-Edital 002/2016, requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados que declaro serem cópias autênticas dos documentos originais que me foram outorgados. Declaro igualmente que os documentos grafados de forma diferente do documento de inscrição decorrem de alteração legal do meu nome, que deverei comprovar quando solicitado, no prazo máximo de 48 horas, sob pena de exclusão do concurso público.

Estou ciente de que só serão pontuados os títulos que atenderem a todas as disposições das normas do Edital.

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome		
Disciplina	CPF	Número de inscrição

2. TÍTULOS APRESENTADOS

2.1. Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, com a duração mínima de 40 horas, na disciplina para a qual estou inscrito ou em Educação (*):

	INSTITUIÇÃO MINISTRANTE	DATA DE CONCLUSÃO	CARGA HORÁRIA DO CURSO
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
	Total da carga horária		

2.2 Certificado ou diploma de curso de pós-graduação, devidamente registrado no órgão competente na disciplina para a qual estou inscrito ou em Educação. Os certificados de cursos de Pós-Graduação em nível de Especialização devem ser acompanhados do Histórico Escolar.

INSTITUIÇÃO MINISTRANTE	TÍTULO RECEBIDO	

(*) Sendo insuficiente o número de linhas, anexe tantas folhas quanto necessárias para relacionar todos os diplomas/certificados apresentados para avaliação.

Lages, ____ de _____ de 2016.

.....
Assinatura do Candidato

[27]

Anexo 5

CRONOGRAMA

Evento		Datas prováveis	
		Início	Encerramento
01	Publicação do Edital		16/8/16
02	Período de inscrições	16/8/16	23/9/16
03	Entrega de comprovantes para a Prova de Títulos	16/8/16	23/9/16
04	Requerimento de isenção	16/8/16	22/8/16
05	Publicação do deferimento dos pedidos de isenção		26/8/16
06	Prazo recursal	29/8/16	30/8/16
07	Publicação dos despachos dos recursos		5/9/16
08	Requerimento de condições especiais	8/8/16	22/9/16
09	Requerimento de inscrição pessoas com deficiência	16/8/16	23/9/16
10	Deferimento dos pedidos de condições especiais		28/9/16
11	Homologação das inscrições		28/9/16
12	Período recursal	29/9/16	30/9/16
13	Publicação dos despachos dos recursos		4/10/16
14	Publicação dos locais de prova		4/10/16
15	Prova escrita		9/10/16
16	Prazo recursal	10/10/16	11/10/16
17	Publicação dos despachos dos recursos		20/10/16
18	Resultado da prova escrita		20/10/16
19	Resultado da prova de títulos		20/10/16
20	Prazo recursal – resultado da prova escrita e da prova de títulos	21/10/16	24/10/16
21	Publicação dos despachos dos recursos		31/10/16
22	Resultado final do concurso público		12/12/16
23	Prazo recursal	13/12/16	14/12/16
24	Publicação do resultado dos recursos		19/12/16
25	Homologação do resultado do concurso público		19/12/16
26	Publicação do resultado pós-recursos		19/12/16

AB 25516050716280716080816090816

[28]

Anexo 6

EXAMES QUE DEVEM SER APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS APROVADOS

**Importante: Estes exames só deverão ser apresentados pelos candidatos aprovados e classificados, quando no processo de admissão ao serviço público.
Não devem ser entregues ou enviados quando da inscrição no Concurso Público.**

Exames que devem ser apresentados **por todos os candidatos** aprovados:

- Calendário vacinal – Tétano, Rubéola e Hepatite B;
- Exame laboratorial – Glicemia Jejum, Tipagem sanguínea (ABO e Rh), Hemograma completo, EQU (Exame qualitativo de urina) e EPF (exame parasitológico de fezes);
- Avaliação Psicológica Psicossocial;
- Declaração de ter realizado ou não tratamento psiquiátrico, se sim, apresentar parecer do Médico Psiquiatra assistente.
- Avaliação Vocal;
- Audiometria.
- Ultrassonografia Bilateral dos Ombros e punhos com laudo.

Exames que devem ser apresentados **por todos os candidatos** aprovados com idade superior a trinta e cinco anos:

- ECG (Eletrocardiograma) com laudo.
- Radiografia de Coluna Lombo Sacra AP e P (anteroposterior e perfil) com laudo.

Exames que devem ser apresentados **pelos candidatos** com deficiência aprovados:

- Deficiência Física: Laudo Médico com descrição da deficiência;
- Deficiência Mental: Laudo Psiquiátrico;
- Deficiência Visual: Laudo Oftalmológico;
- Deficiência Auditiva: Audiometria.

EDITAL CONCURSO 03-2016 PML

Prefeitura Municipal de Lages

EDITAL Nº 03/2016

Abre inscrições para o Concurso Público, destinado a provimento de vagas no quadro de servidores públicos do Município de Lages.

A Prefeitura do Município de Lages faz saber a quem interessar possa que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado a prover vagas para o cargo de Agente da Autoridade de Trânsito do quadro de servidores públicos do Município de Lages.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Concurso Público será regido por este Edital, seus anexos e publicações e será executado pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, localizada no Campus Reitor João David Ferreira Lima, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Trindade, Florianópolis-SC. Endereço eletrônico: <http://concursolages.fepese.org.br/> e endereço de e-mail concursolages@fepese.org.br.
- 1.2 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.
- 1.3 O Concurso Público terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por até dois anos, a critério da administração municipal.
- 1.4 Os documentos relacionados ao presente concurso público poderão ser entregues, pessoalmente pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, em um dos endereços e horários estabelecidos abaixo:

Posto de atendimento ao candidato na FEPESE
FEPESE
Campus Reitor João David Ferreira Lima.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Trindade – Florianópolis, SC.

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Posto de atendimento ao candidato no Município de Lages

Biblioteca Pública Municipal Carlos Dorval Macedo
Parque Jonas Ramos, s/n.

Centro
Lages, SC.

[1]

Horário de atendimento: Nos dias úteis, das 13h às 18h.

- 1.5 Documentos também poderão ser enviados via postal com AR (Aviso de Recebimento), preferencialmente por serviço de entrega expressa de documentos (SEDEX), para serem entregues no endereço da FEPESE rigorosamente no prazo determinado pelo Edital, sendo responsabilidade do candidato a expedição com a devida antecedência, pois não serão aceitos os documentos entregues à FEPESE após a data e horário determinados, mesmo que postados anteriormente, valendo para fins de direito a data registrada de recebimento da correspondência.

Endereço para remessa via postal de documentos:

FEPESE – CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES
Campus Reitor João David Ferreira Lima.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Caixa Postal – 5067
Trindade
88040-900 – Florianópolis, SC.

- 1.6 Não são admitidas, após o término dos prazos previstos no Edital, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues por qualquer meio.
- 1.7 Ao se inscrever o candidato concorda, caso seja necessário, com a identificação datiloscópica, com a revista pessoal ou de seus pertences, com a captura de imagens por fotografia ou vídeo e com a divulgação por qualquer meio ou mídia de seus dados de identificação e desempenho nas diferentes etapas do concurso público.

2. DO CARGO, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL, REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO CARGO, VENCIMENTOS E ATRIBUIÇÕES

2.1.1 Cargo, vagas, vencimentos, carga horária, requisitos para provimento e atribuições.

Cargo: Agente da Autoridade de Trânsito

Vagas: 8

Vencimentos: R\$1.393,50

Carga horária: 40h

Requisitos para provimento do cargo:

1. Diploma/Certificado de conclusão de ensino médio;
2. Possuir Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo categoria "B", para o ingresso na carreira.

Atribuições (Lei complementar nº 416 de 14 de agosto de 2013)

1. Executar a fiscalização de trânsito, bem como, por delegação da autoridade de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do poder de polícia de trânsito;
2. Atuar em cumprimento às demais obrigações, responsabilidades, atividades e regras impostas pelo Código de Trânsito Brasileiro e resoluções que vierem a ser baixadas;
3. Participar da formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e cultural dos servidores;
4. Desenvolver atividades permanentes para garantir a excelência das ações de sua competência;
5. Participar de ações integradas com órgãos públicos municipais, estaduais, federais e de entidades privadas, no interesse de suas atribuições, atuando em colaboração com os mesmos, mediante solicitação, em atendimento a situações excepcionais;
6. Manter intercâmbio operacional e técnico-científico com instituições nacionais e estrangeiras;

[2]

7. Interagir com programas sociais governamentais e da sociedade civil.

2.1.2 As vantagens específicas do cargo encontram-se descritas na legislação Municipal.

2.2 O candidato deverá atender cumulativamente, para investidura no cargo, aos seguintes requisitos:

1. Ter sido aprovado e classificado no concurso público, na forma prevista pelo presente edital;
2. Nacionalidade brasileira;
3. O gozo dos direitos políticos;
4. A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
5. A idade mínima de dezoito anos;
6. Aptidão física e mental;
7. Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
8. Habilitação específica para as funções atribuídas ao cargo;
9. Não possuir antecedentes criminais, comprovados por certidões negativas expedidas por órgãos policiais e judiciais, estaduais e federais;
10. Não ter sido punido com pena de demissão, aplicada por entidade integrante da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

2.3 O candidato aprovado e classificado no Concurso Público será lotado na Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública.

3 DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1 É assegurado às pessoas com deficiência, nos termos da Lei complementar nº 293, de 06 de setembro de 2007, Artigo 5º - § 2º, a inscrição no concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo a elas reservadas até 5% (cinco por cento) das vagas, conforme o quadro abaixo. Nos termos do Artigo 36 - § 2º do Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999, caso a aplicação deste percentual resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.2 Em face ao número de vagas, aplicado o percentual estabelecido pela Lei complementar nº 293 de 06 de setembro de 2007, não houve oferecimento imediato de vagas. Neste caso, será convocado o primeiro classificado entre os candidatos inscritos para as vagas reservadas, para ocupar a 11ª (décima primeira) vaga que vier a ser aberta no prazo de validade do concurso público.

3.3 Considera-se pessoa com deficiência, nos termos da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas e que se enquadre nas categorias abaixo descritas no Decreto 3298 de 20 de dezembro de 1999:

1. Deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)
2. Deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)
3. **Deficiência visual** - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004).

[3]

Nos termos da Súmula nº 377 do STJ, o portador de visão monocular tem direito de concorrer às vagas reservadas para as pessoas com deficiência.

4. Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
 - a) Comunicação;
 - b) Cuidado pessoal;
 - c) Habilidades sociais;
 - d) Utilização dos recursos da comunidade; (Redação dada pelo Decreto nº 5.296, de 2004)
 - e) Saúde e segurança;
 - f) Habilidades acadêmicas;
 - g) Lazer; e
 - h) Trabalho.
 5. Deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências.
 6. Transtorno do Espectro Autista- Nos termos da Lei 12764 de 27 de dezembro de 2012.
- 3.4 Os candidatos com deficiência que desejarem concorrer às vagas reservadas deverão assinalar, no Requerimento de Inscrição, a sua condição e entregar pessoalmente ou por procurador devidamente constituído na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages, ou enviar via postal- preferencialmente por SEDEX, até o último dia de inscrições e observados os horários de atendimento, os seguintes documentos:
 1. Cópia do requerimento de inscrição;
 2. Atestado médico especificando a respectiva deficiência e o respectivo CID, cuja data de expedição seja igual ou posterior a 16 de maio de 2016.
 - 3.5 O deferimento da inscrição para as vagas reservadas às pessoas com deficiência será publicado no site do concurso na Internet na data provável de 28 de setembro de 2016.
 - 3.6 O candidato cuja deficiência atestada não se enquadrar nas categorias descritas no presente edital ou que deixar de entregar, no prazo e locais determinados a documentação exigida, passará a concorrer apenas às vagas de livre concorrência.
 - 3.7 Os candidatos com deficiência aprovados no presente concurso, quando convocados para nomeação, serão submetidos à avaliação da Junta Médica Oficial, a qual terá a decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não e, o grau de deficiência, capacitante (aptidão) ou incapacitante (inaptidão) para o exercício do cargo.
 - 3.8 Nos casos em que a decisão final da Junta Médica Oficial concluir que a deficiência incapacita o candidato para o exercício do cargo público, ele será desclassificado deste concurso e impedido de tomar posse.
 - 3.9 O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.
 - 3.10 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.
 - 3.11 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.
 - 3.12 Os requerimentos e documentos exigidos poderão ser enviados pelo correio, com AR, preferencialmente por SEDEX, unicamente para o endereço da FEPESE, mas só serão examinados se forem entregues até a data determinada no edital, valendo para fins de direito o carimbo ou registro postal de entrega de correspondência.

4 DAS INSCRIÇÕES

- 4.1 A participação no Concurso iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.
- 4.2 São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do requerimento de inscrição.
- 4.3 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço residencial e eletrônico (e-mail) constante da inscrição. Sua eventual alteração deve ser comunicada à FEPESE por carta ou e-mail, até a data de publicação do resultado final do concurso público e, a partir desta data à Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lages.
- 4.4 As inscrições para o concurso público estarão abertas das 12 horas do dia 16 de agosto de 2016 às 16 horas do dia 23 de setembro de 2016, por um dos seguintes meios:
- 1) Inscrição pela Internet;
 - 2) Inscrição presencial em um dos Postos de Atendimento ao candidato;
- 4.5.1 Instruções para a inscrição pela Internet
Para efetivar a sua inscrição pela Internet, o candidato deverá seguir os passos:
1. Acessar o endereço eletrônico <http://concursolages.fepese.org.br/>;
 2. Ler atentamente o edital, inteirando-se das condições do certame e certificando-se de que preenche todas as condições exigidas;
 3. Preencher o Requerimento de Inscrição e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
 4. Imprimir e efetivar o pagamento do Boleto de pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou "home banking", preferencialmente do Banco Itaú S.A., até a data de encerramento das inscrições.
- 4.5.2 Instruções para a inscrição presencial
Para efetivar a sua inscrição presencial, o candidato deverá seguir os passos:
1. Comparecer na sede da FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages, nos horários informados munido de documento de identidade original com foto e do Cadastro de Pessoal Física (CPF);
 2. Se procurador, portar documento de identidade original com foto e cópia xerográfica autenticada do documento de identidade do candidato e do CPF, além do original do instrumento público de procuração, específico para realizar a inscrição;
 3. Preencher o Requerimento de Inscrição e realizar os procedimentos indicados;
 4. Obter e efetivar o Boleto de pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência bancária, posto de autoatendimento ou "home banking", preferencialmente do Itaú S.A., até a data de encerramento das inscrições.
- 4.6 A taxa de inscrição é de: R\$ 90,00;
- 4.7 O valor referente ao pagamento da inscrição, por destinar-se a cobrir os custos com todo o concurso, não será restituído, exceto no caso de suspensão definitiva do concurso público.
- 4.8 O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no sítio do concurso público na Internet: <http://concursolages.fepese.org.br/>. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço.
- 4.9 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.
- 4.10 O preenchimento do Requerimento de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida a alteração das informações prestadas, exceto a eventual mudança de endereço.
- 4.11 A FEPESE e o Município de Lages não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem

[5]

técnica que impossibilitem a transferência dos dados, impressão dos documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

- 4.12 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 4.13 Não serão admitidas, publicado o ato ou resultado de etapa do concurso público, a complementação, a inclusão ou a substituição dos documentos entregues.
- 4.14 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, para um mesmo cargo, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.
- 4.15 A inscrição só será aceita quando o estabelecimento bancário onde foi feito o recolhimento da taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento, sendo canceladas as inscrições cuja taxa de inscrição tiver sido paga com cheque sem cobertura ou com qualquer outra irregularidade.
- 4.16 Os candidatos que pretenderem, em caso de empate na classificação final, o benefício da Lei nº 11.689/2008, deverão entregar na FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages (SC), pessoalmente, por procurador ou via postal, até o último dia de inscrições, cópia autenticada de certidão e ou declaração e ou atestado ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008.
- 4.17 O candidato que necessitar de condições especiais para realização da Prova Escrita ou adaptação da prova de aptidão física deverá informar no ato da inscrição, as condições especiais que necessita, sendo vedadas alterações posteriores. No caso de pedido de dilação do tempo da Prova escrita ou adaptação da prova de aptidão física, deverá entregar na FEPESE ou no Posto de Atendimento ao candidato em Lages (SC), pessoalmente ou via postal, até o último dia de inscrições, original de laudo médico, emitido em data posterior a 08 de maio de 2016, justificando a necessidade de dilação do tempo e ou adaptação da prova de aptidão física. No caso de uso de equipamentos, estes deverão ser fornecidos pelo candidato e submetidos à vistoria da Coordenação do local de prova antes do seu início.
- 4.18 A candidata lactante que tiver a necessidade de amamentar no dia da prova deverá informar no ato da inscrição a necessidade de condições especiais, indicando a de amamentação. No dia da prova deverá ser acompanhada de pessoa de maior idade, portando documento de identificação que terá a função de cuidar da criança em lugar reservado e diferente do local de prova da candidata. Com a devida antecedência deverá procurar à Coordenação do local da prova que indicará o local onde a pessoa acompanhante permanecerá com a criança. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários, não podendo, nesse momento, a pessoa acompanhante permanecer junto à candidata. A acompanhante não poderá portar livros, papéis ou qualquer material de consulta, bem como telefones ou qualquer outro equipamento eletro eletrônico. A falta de uma pessoa acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova. Não haverá compensação do tempo dispensado com a amamentação.
- 4.19 Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais, os candidatos que usem marca-passo e ou tenham implantados pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão assinalar no requerimento de inscrição esta circunstância e portar no dia da realização da prova exame ou laudo médico comprovando o seu uso.
- 4.20 As condições especiais solicitadas pelo candidato serão analisadas e atendidas, segundo critérios de legalidade, viabilidade e razoabilidade.
- 4.21 O ato de deferimento dos pedidos de condições especiais será publicado no site do concurso na Internet, na data provável de 28 de setembro de 2016.

- 4.22 As despesas com a obtenção de documentos e exames exigidos, bem como as de transporte, hospedagem e alimentação durante todas as etapas do concurso público são de inteira responsabilidade do candidato.
- 4.23 Não serão aceitas inscrições intempestivas, condicionais, via fax, via correio eletrônico ou por qualquer outro meio não descrito no presente Edital.
- 4.24 A relação das inscrições deferidas será divulgada na data provável de 14 de setembro de 2016, no site: <http://concursolages.fepese.org.br/>.
- 4.25 Em caso de não homologação da inscrição ou havendo discordância quanto à grafia ou qualquer outro dado da inscrição, o candidato deverá interpor recurso nos termos do Edital.
- 4.26 Será concedida isenção, desde que satisfeitas as condições do presente Edital, do pagamento do valor da inscrição no Concurso Público aos candidatos que forem membros de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos) e estiverem inscritos na data de abertura das inscrições no presente Concurso Público, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal- CadÚnico.
- 4.27 Para usufruírem do benefício da isenção do referido valores candidatos deverão, após a sua inscrição, entregar pessoalmente ou por Procurador no Posto de Atendimento aos candidatos em Lages ou na FEPESE até às 17 horas de 26 de agosto de 2016, os seguintes documentos:
1. Requerimento de isenção da taxa de inscrição devidamente preenchido (Anexo 2);
 2. Declaração de próprio punho (manuscrita ou impressa) que é membro de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou com renda familiar de até três salários mínimos).
- 4.28 A relação dos candidatos beneficiados com a isenção de pagamento da inscrição será divulgada na data prevista no cronograma do concurso público, pelo site <http://concursolages.fepese.org.br/>.
- 4.29 O candidato não contemplado com a isenção do pagamento, para ter a sua inscrição validada, deverá imprimir o Boleto Bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o último dia previsto para o seu pagamento.
- 4.30 O não cumprimento pelo candidato ou pelo seu representante legal de qualquer um dos itens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará automaticamente, no indeferimento de seu pedido de isenção.
- 4.31 Não será aceita a solicitação de isenção do pagamento da inscrição por qualquer outro meio.
- 4.32 A FEPESE consultará o Ministério do Desenvolvimento Social para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato. Declarações falsas estarão sujeitas às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto no 83.936, de 6 de setembro de 1979.
- 4.33 Constatada a falsidade, a qualquer tempo, nas informações prestadas no processo aqui definido para obtenção de isenção do pagamento da inscrição, a inscrição será cancelada, tornando-se nulos todos os atos dela decorrentes, além de sujeitar-se o candidato às penalidades previstas em lei.

5 DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

- 5.1 O Concurso Público constará das seguintes etapas:
- 1) Primeira etapa: Prova escrita com questões objetivas de caráter eliminatório e classificatório;
 - 2) Segunda etapa: Teste de aptidão física de caráter eliminatório;
 - 3) Terceira etapa: Exame psicotécnico vocacional de caráter eliminatório;

[7]

- 4) Quarta etapa: Questionário de investigação social de caráter eliminatório.
- 5.2 É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal confirmar o local e horário de realização da Prova Escrita com questões objetivas, bem como das demais etapas do concurso público.
- 6 DA PRIMEIRA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO: PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS
- 6.1 A prova escrita com questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, visa avaliar os conhecimentos indispensáveis ao exercício das atribuições dos cargos oferecidos pelo presente concurso público e versará sobre os conteúdos programáticos indicados no Anexo 1 ao presente edital.
- 6.2 A Prova escrita com questões objetivas será aplicada na cidade de Lages (SC), na data provável de 9 de outubro de 2016, em locais que serão divulgados no site do concurso público na data provável de 4 de outubro de 2016.
- 6.3 Em não havendo na cidade de Lages locais apropriados para alocação de todos os candidatos inscritos, poderão ser utilizados locais de prova em cidades e municípios vizinhos.
- 6.4 O candidato não poderá prestar a prova em local diferente daquele para o qual foi alocado.
- 6.5 A aplicação da prova escrita com questões objetivas seguirá o cronograma abaixo:

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões dos locais de prova- entrada dos candidatos.	7h10 minutos
Fechamento dos portões dos locais de prova- proibido o ingresso sob qualquer alegação a partir deste horário.	7h50 minutos
Abertura dos invólucros e distribuição dos cadernos de prova. O candidato deverá aguardar o comando para iniciar a sua resolução.	7h52 minutos
Início da prova.	8 h
Período mínimo de permanência no local de prova. Até às	9h
Final da prova. Entrega obrigatória do caderno de provas e cartão-resposta.	11h30 min

- 6.6 O número de questões da prova, a sua distribuição e o valor constam das tabelas abaixo:

Área de conhecimento		Nº de questões	Valor da questão	Total
Conhecimentos Gerais	Aspectos históricos e geográficos	5	0,10	0,50
	Legislação municipal	5	0,10	0,50
	Noções de Informática	5	0,20	1,00
	Português	5	0,20	1,00
Conhecimentos específicos		10	0,70	7,00
Total		30	-	10,00

- 6.7 A nota da Prova escrita com questões objetivas será expressa de 0,00 a 10,00, sem arredondamento. Serão considerados aprovados na prova escrita os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco).
- 6.8 O programa da Prova escrita com questões objetivas acha-se publicado no anexo 1 ao presente edital.

Normas para ingresso e prestação da Prova escrita

- 6.9 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo Edital e apresentar documento (original) de identificação não sendo permitido o acesso ao local de prova do candidato que chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada ou que não apresentar a devida identificação.
- 6.10 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista (com foto), carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.
- 6.11 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, RANI (Registro Administrativo de Nascimento Indígena), não identificáveis e/ou danificados.
- 6.12 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias. Neste caso o candidato será submetido à identificação especial, com coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 6.13 Só serão aceitos documentos originais e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura, não sendo aceitos protocolos ou cópias mesmo que autenticadas.
- 6.14 O candidato só poderá ter consigo no local de prova a ele determinado:
1. Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
 2. Documento de identificação e cópia do comprovante de pagamento da taxa de inscrição.
 3. Se assim o desejar: água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.
- 6.15 O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta. Deve ler e conferir todos os dados, informações e instruções, bem como verificar se o caderno de questões corresponde ao cargo para o qual se inscreveu, se contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.
- 6.16 A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e ou no cartão resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do Concurso Público enviará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Caso não haja número suficiente de Cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas. O tempo gasto para a substituição dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.
- 6.17 A existência de erros ou imperfeições no caderno de provas, caso não sejam reclamados até o término do horário da prova, não poderão ser arguidos posteriormente ou justificar pedido de anulação de questões.
- 6.18 O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente de tinta preta ou azul, seguindo as instruções nele contidas.

- 6.19 O cartão resposta não será substituído por erro do candidato.
- 6.20 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso do candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um agente da FEPESE devidamente treinado.
- 6.21 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão resposta e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões ou em qualquer outro local.
- 6.22 Será atribuída nota 0 (zero) à questão:
- a) Cujas respostas não coincidam com o gabarito oficial;
 - b) Que contenha emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
 - c) Com mais de uma opção de resposta assinalada;
 - d) Não assinalada no cartão de respostas;
 - e) Preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- 6.23 Ao terminar a prova entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala o cartão de respostas devidamente assinado e o caderno de provas.
- 6.24 A não assinatura no cartão resposta implicará na atribuição de nota 0,00 (zero) à prova do candidato e na sua consequente desclassificação.
- 6.25 Durante a prova não será permitido (a):
- a) A comunicação entre os candidatos;
 - b) A consulta a qualquer obra ou anotação;
 - c) O uso de relógio, telefones celulares ou qualquer outro equipamento receptor/emissor de sinal eletromagnético, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura bem como o porte de armas;
 - d) A saída do candidato de sala sem o acompanhamento de um fiscal e ou portando o cartão resposta ou caderno de prova;
 - e) Fumar ou ingerir alimentos e bebidas, exceto água acondicionada em embalagem transparente sem qualquer rótulo e ou etiqueta.
- 6.26 Por razões de segurança, não será permitida a entrega da prova e cartão resposta e ou a saída do local onde a prova se realizar, antes de decorrida 1 hora do seu início, mesmo que o candidato seja desistente ou tenha sido excluído.
- 6.27 A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público, sendo atribuída nota zero à Prova escrita.
- 6.28 O porte de qualquer tipo de armamento, sob qualquer alegação, impedirá a entrada do candidato no local de aplicação da prova. A FEPESE não ficará com a guarda do armamento.
- 6.29 Os três (3) últimos candidatos de cada sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo.
- 6.30 A prova e o gabarito provisório serão divulgados no endereço eletrônico: <http://concursolages.fepese.org.br/a> partir das 21 horas do dia da sua realização.
- 6.31 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, de qualquer das fases, nem a realização de prova fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.
- 6.32 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como do cartão de respostas, mesmo após o encerramento do concurso público.

- 6.32.2 O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser submetido à revista pessoal e ou de seus pertences, à varredura eletrônica e à identificação datiloscópica.

Classificação e critérios de desempate

- 6.33 Apreciados os recursos dos candidatos e divulgado o gabarito definitivo da Prova escrita, os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota obtida na referida prova, expressa em notas de 0,00 a 10,00 com duas casas decimais sem arredondamento.
- 6.34 Os resultados da Prova escrita com questões objetivas e a respectiva classificação serão publicados no endereço eletrônico do concurso na Internet <http://concursolages.fepese.org.br/>, na data provável de 20 de outubro de 2016.

7 SEGUNDA FASE DO CONCURSO PÚBLICO: TESTE DE APTIDÃO FÍSICA DE CARÁTER ELIMINATÓRIO

- 7.1 A segunda fase do Concurso Público constará de teste de aptidão física, de caráter eliminatório, visa a avaliar se o candidato tem condições para suportar o exercício permanente das atividades inerentes ao cargo de Agente de Autoridade de Trânsito.
- 7.2 O teste de aptidão física indicará como resultado se o candidato se encontra apto ou inapto para exercer o cargo.
- 7.3 Serão convocados para o teste de aptidão física os candidatos aprovados na Prova escrita, em ordem decrescente da nota obtida, classificados do 1º (primeiro) ao 24º (vigésimo quarto) lugar.
- 7.4 No caso de empate na nota correspondente à última classificação de que trata o item anterior, serão critérios de desempate:
- a) Candidato que tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Concurso, conforme art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003;
 - b) A maior nota nas questões de Conhecimentos específicos;
 - c) A maior nota nas questões de Português;
 - d) A maior nota de Aspectos históricos e geográficos;
 - e) A maior nota de Legislação Municipal;
 - f) A maior nota de Noções de Informática;
 - g) Tiver exercido o papel de jurado, (conforme artigo 440 do Código de Processo Penal), mediante prévia entrega da documentação hábil nos termos deste Edital;
 - h) Tiver a maior idade.
- 7.5 Se após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos no Edital persistir o empate, serão convocados todos os candidatos eventualmente empatados na última posição (após a aplicação de todos os critérios de desempate).
- 7.6 A convocação dos candidatos para o teste de aptidão física será feita por meio de publicação de Edital específico no site <http://concursolages.fepese.org.br/>, na data provável de 31 de outubro de 2016.
- 7.7 Os candidatos que não forem convocados para o teste de aptidão física serão considerados desclassificados no Concurso Público.
- 7.8 Para a realização do teste de aptidão física, o candidato deverá comparecer ao local designado com trajes e calçados adequados para a prática de educação física, portando:
1. Documento de identidade original, consoante normas de ingresso para a Prova escrita;

2. Atestado médico original ou fotocópia autenticada, expedido em data máxima retroativa a 30 (trinta) dias da data de realização da prova, constando o nome, assinatura e registro do CRM do médico que o emitiu e atestando gozar o candidato de boa saúde e ter perfeitas condições físicas para ser submetido a todos os testes da teste de aptidão física do concurso público para o cargo de Agente de Autoridade de Trânsito da Prefeitura Municipal de Lages.
- 7.9 Não serão admitidos no local do teste os candidatos que:
1. Não tenham sido aprovados, classificados e convocados nos termos deste Edital;
 2. Chegarem com atraso;
 3. Não estiverem trajados e calçados adequadamente;
 4. Não apresentarem o atestado médico de acordo com as especificações do Edital, não sendo aceitos documentos para qualquer outra finalidade e ou que não especifiquem ter o candidato perfeitas condições físicas para ser submetido a todos os testes da teste de aptidão física do concurso público para o cargo de Agente de Autoridade de Trânsito da Prefeitura Municipal de Lages.
- 7.10 Aplicam-se a teste de aptidão física as normas de identificação e segurança determinadas para a realização da Prova escrita, no que forem compatíveis.
- 7.11 Recomenda-se que o candidato, para realização dos exercícios, tenha feito sua última refeição com uma antecedência mínima de 2 (duas) horas.
- 7.12 São de responsabilidade do candidato o preparo físico e aquecimento para a realização dos testes.
- 7.13 Na aplicação do teste de aptidão física serão gravadas imagens de todos os testes aplicados.
- 7.14 As imagens gravadas destinam-se a apuração de eventuais dúvidas na avaliação dos candidatos e não serão disponibilizadas a terceiros por qualquer meio ou mídia.
- 7.15 Os exercícios não executados corretamente no julgamento do avaliador, não serão computados.
- 7.16 Não haverá adiamento ou remarcação da Teste de aptidão física, em razão de lesão, dores musculares, cólicas e ou quaisquer outras alterações psicológicas ou fisiológicas do candidato.
- 7.17 A Banca Avaliadora poderá, a qualquer tempo, adiar ou cancelar a Teste de aptidão física durante sua execução, caso as condições climáticas se mostrem desfavoráveis ou sobrevenham outras causas de força maior. Na hipótese de adiamento ou cancelamento durante a execução da prova, somente serão autorizados a refazê-la posteriormente (parcial ou totalmente) os candidatos que estavam presentes, regularmente identificados pela Comissão e que não a tenham concluído parcial ou totalmente até a hora da interrupção.
- 7.18 Salvo nos casos de adiamento ou cancelamento por motivos climáticos ou de força maior, não haverá em hipótese alguma segunda chamada para o Teste de aptidão física, nem realização da prova fora dos horários e locais marcados para todos os candidatos.
- 7.19 Em face aos resultados obtidos o candidato será julgado APTO ou NÃO APTO.
- 7.20 Será julgado APTO no Teste de aptidão física unicamente o candidato que lograr completar de acordo com os índices definidos todos os exercícios da prova.
- 7.21 Os candidatos julgados NÃO APTOS serão desclassificados no concurso público.
- 7.22 O resultado do Teste de aptidão física será publicado pela "Internet" no site <http://concursolages.fepese.org.br/>, na data provável de 9 de novembro 2016.

DESCRIÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

1 IMPULSÃO HORIZONTAL

1.1 Metodologias de preparação e execução do exercício para ambos os sexos:

I – Posição Inicial: ao comando “em posição”, o (a) candidato (a) deverá posicionar-se atrás da linha de medição inicial (2 cm de largura – fazendo parte do valor medido), em pé, parado, com os pés paralelos entre si e atrás da linha de medição inicial marcada no solo, sem tocá-la;

II – Execução: Ao comando “iniciar”, o (a) candidato (a) saltará à frente com movimento simultâneo dos pés devendo ultrapassar, com os dois pés, a segunda linha de medição marcada no solo e paralela à linha inicial (quando completar o salto, o desequilíbrio, se houver, deverá ser à frente da segunda linha de medição marcada no solo).

1.2. Não será permitido aos candidatos quando da realização do teste de impulsão:

I - Utilizar qualquer tipo de ajuda física;

II - Utilizar qualquer equipamento, aparelho ou material de auxílio à impulsão.

III - Perder o contato de algum dos pés com o solo antes da impulsão

IV – Tocar com o (s) pé(s) a linha de medição inicial ou final (salto “queimado”);

V - Projetar o corpo à frente com conseqüente rolamento.

1.3 Distâncias mínimas para execução do exercício, conforme tabela abaixo:

TESTE	DISTÂNCIA MÍNIMA
Impulsão Horizontal (masculino)	1 metro e 70 centímetros
Impulsão Horizontal (feminino)	1 metro e 30 centímetros

1.4 Será concedida uma segunda tentativa ao candidato que não obtiver o desempenho mínimo na primeira ou “queimar” o salto, no caso, tocar no momento do salto na linha de medição inicial ou tocar na segunda linha de medição ao completar o salto.

1.7 O salto realizado em quaisquer das condições proibidas será contado como tentativa, sendo que 02 (dois) saltos realizados nestas condições implicarão na eliminação do candidato.

1.8. Será considerado (a) inapto (a) o candidato (a) que não obtiver o desempenho mínimo exigido na tabela acima.

2 FLEXÃO ABDOMINAL EM 1 MINUTO (MASCULINO/FEMININO)

2.1 A metodologia exigida para a preparação e execução do exercício para os candidatos dos sexos MASCULINO E FEMININO consistirá em:

I – Posição inicial: ao comando “em posição”, o (a) candidato (a) deverá deitar de costas no solo, na posição completamente horizontal de todo o corpo, com as costas e a cabeça em contato pleno com o solo, joelhos estendidos, os braços atrás da cabeça, cotovelos estendidos e dorso das mãos tocando o solo;

II – Execução: Ao comando “iniciar”, após o silvo de apito, o (a) candidato (a) começará a primeira fase do movimento, realizando um movimento simultâneo, onde os joelhos devem ser flexionados, a planta dos pés devem tocar totalmente o solo, o quadril deve ser flexionado (posição sentado) e os cotovelos devem alcançar ou ultrapassar a linha dos joelhos pelo lado de

fora do corpo. Em seguida e sem interrupção, o candidato deve voltar à posição inicial realizando o movimento inverso. Esse movimento completo, finalizado com o retorno a posição inicial, corresponderá a uma unidade de execução. Após o silvo do apito e iniciado o movimento avaliador acionará o cronometro para cronometragem do tempo máximo de 01 (um) minuto.

2.2 A contagem das execuções corretas levará em consideração o seguinte:

I - O teste terá a duração de 01 (um) minuto e será iniciado e terminado com o silvo de apito;

II - Cada execução começa e termina sempre na posição inicial;

III - na primeira fase do movimento, os joelhos devem ser flexionados, os pés devem tocar o solo, o tronco deve ser flexionado e os cotovelos alcançar ou ultrapassar os joelhos pelo lado de fora;

IV - Ao final de cada repetição, a cabeça, o dorso das mãos e os calcanhares, com os joelhos completamente estendidos devem encostar ao solo;

V- Somente será contada a repetição realizada completa e corretamente, começando e terminando sempre na posição inicial;

2.3 O avaliador irá contar em voz alta o número de repetições realizadas. Quando o exercício não atender ao previsto neste Edital, o avaliador repetirá o número do último realizado de maneira correta.

2.4 se, ao soar o apito de término do teste, o (a) candidato (a) estiver em meio à execução, essa repetição não será computada.

2.5. A contagem considerada oficial será somente a realizada pelo avaliador.

2.6. Será proibido aos candidatos quando da realização do TESTE DE FLEXÃO ABDOMINAL EM 1 MINUTO:

I - Utilizar qualquer tipo de ajuda física;

II - Utilizar qualquer equipamento, aparelho ou material de auxílio;

III - Não alcançar ou ultrapassar os cotovelos com a linha dos joelhos pelo lado de fora do corpo;

IV - Não tocar os pés no solo ao flexionar os joelhos;

V - Não encostar a cabeça e o dorso das mãos ao solo ao voltar à posição inicial;

VI - Não estender completamente os joelhos ao voltar à posição inicial;

2.7. Será aceita apenas 01 (uma) tentativa.

2.8 O número mínimo de repetições está descrito na tabela abaixo:

DESEMPENHO MÍNIMO NO EXERCÍCIO

TESTE	NÚMERO MÍNIMO DE REPETIÇÕES
Flexão Abdominal em 01 minuto (masculino)	30 (trinta)
Flexão Abdominal em 01 minuto (feminino)	20 (vinte)

2.9. Será considerado (a) inapto (a) o candidato (a) que não obtiver o desempenho mínimo exigido na tabela acima.

3 CORRIDA EM 12 MINUTOS (MASCULINO/FEMININO)

3.1 A metodologia para a preparação e execução do exercício do teste de corrida de doze minutos consistirá em:

I – Posição inicial: ao comando “em posição”, o (a) candidato (a) deverá posicionar-se atrás da linha de medição inicial (2 cm de largura), em pé e sem tocar a linha;

II – Execução: Ao comando “iniciar”, após o silvo de apito, o (a) candidato (a) deverá atingir a distância mínima exigida podendo se deslocar em qualquer ritmo, correndo ou caminhando, podendo, inclusive, parar e depois prosseguir. Após o silvo do apito o avaliador acionará o cronometro para cronometragem do tempo máximo de 12 (doze) minutos.

3.2 Sempre que o candidato passar pela linha de medição inicial (volta completa/distância percorrida) o avaliador informará ao candidato em voz alta o tempo de execução do teste e a volta (distância) que o candidato completou.

3.3. Será proibido o (s) candidato (a) quando da realização do TESTE DE CORRIDA DE DOZE MINUTOS para os CANDIDATOS MASCULINOS E FEMININOS:

I - Dar ou receber qualquer tipo de ajuda física (como puxar, empurrar, carregar, segurar na mão, etc.);

II - Utilizar qualquer equipamento, aparelho ou material de auxílio;

III - Depois de iniciado o teste, abandonar a pista antes da liberação do avaliador;

IV - Se deslocar, no sentido progressivo ou regressivo da marcação da pista, depois de findos os 12 (doze) minutos, sem a respectiva liberação do avaliador;

3.4. Nesse exercício será aceito apenas 01 (uma) tentativa.

3.5 A distância mínima será conforme tabela abaixo:

DESEMPENHO MÍNIMO TESTE

TESTE	DESEMPENHO MÍNIMO		
	CANDIDATOS DO SEXO MASCULINO	CANDIDATAS DO SEXO FEMININO	DO SEXO
Corrida de 12 minutos	2.000 metros	1.800 metros	

3.6. Será considerado (a) inapto (a) o candidato (a) que não obtiver o desempenho mínimo exigido na tabela.

3.7. Ao sinal de término da prova, o candidato deverá interromper a trajetória da corrida, evitando ultrapassar a linha de chegada ou abandonar a pista e aguardar sua liberação por parte do examinador. A não obediência a esta orientação acarretará na eliminação do candidato do certame.

8 TERCEIRA FASE DO CONCURSO PÚBLICO: – EXAME PSICOTÉCNICO VOCACIONAL

8.1 A terceira fase do Concurso Público será constituída de Exame Psicotécnico Vocacional.

- 8.2 OExame Psicotécnico Vocacional, de caráter eliminatório, verificar tecnicamente dados da personalidade do candidato, perfil e capacidade mental e psicomotora específicos para o exercício das atribuições do cargo de Agente de Autoridade de Trânsito e será aplicado por profissional habilitado e regularmente registrado no Conselho Regional de Psicologia.
- 8.3 Serão convocados para o Exame Psicotécnico Vocacional os candidatos considerados APTOS no teste de aptidão física.
- 8.4 A convocação dos candidatos para oExame Psicotécnico Vocacional será publicada por meio de Edital específico no site <http://concursolages.fepese.org.br/>, na data provável de 16 de novembro de 2016.
- 8.5 Os candidatos que não forem convocados para a prova de aptidão psicológica serão considerados desclassificados no Concurso Público.
- 8.6 Para ser admitido para oExame Psicotécnico Vocacional o candidato deverá portar:
1. Documento de identidade original, consoante normas de ingresso para a Prova escrita;
 2. Lápis preto nº. 02, borracha e caneta esferográfica feita de material transparente com tinta azul ou preta.
- 8.7 Não serão admitidos no local doExame Psicotécnico Vocacional, os candidatos que:
1. Não tenham sido julgados aptos na Prova de Aptidão Física, classificados e convocados nos termos deste Edital;
 2. Cheguem com atraso;
 3. Não apresentarem o documento de identificação e o material necessário para a realização da prova.
- 8.8 Para oExame Psicotécnico Vocacional serão empregados técnicas e instrumentos psicológicos validados pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP, visando estabelecer um diagnóstico e um prognóstico de adaptação ao cargo de Agente de Autoridade de Trânsito
- 8.9 Da avaliação dos resultados obtidos pelo candidato, o avaliador designado emitirá um parecer de APTO ou NÃO APTO. Será considerado APTO o candidato que apresentar características de personalidade em dimensões compatíveis para o exercício das atividades inerentes ao cargo de Agente de Autoridade de Trânsito Será considerado NÃO APTO o candidato que apresentar características de personalidade em dimensões incompatíveis, no momento, para o exercício das atividades inerentes ao cargo de Agente de Autoridade de Trânsito
- 8.10 Será considerado FALTANTE e desclassificado no concurso público, o candidato que não comparecer, chegar atrasado ou se apresentar sem o documento de identificação e ou material necessário ou deixar de realizar por qualquer razão uma das etapas que compõem a prova.
- 8.11 Não haverá, em hipótese alguma, segunda chamada para a Exame Psicotécnico Vocacional, nem sua realização fora do horário e local marcado no documento de convocação.
- 8.12 Aplicam-se aoExame Psicotécnico Vocacional as normas de realização da Prova escrita com questões objetivas no que forem compatíveis.
- 8.13 O resultado da Exame Psicotécnico Vocacional será publicado na data provável de 1 de dezembro de 2016, pela Internet no site <http://concursolages.fepese.org.br/>.
- 8.14 Quando da publicação do resultado doExame Psicotécnico Vocacional serão informados local e horário em que os candidatos considerados não aptos poderão comparecer à Entrevista Devolutiva que será oportunizada na data provável de 2 de dezembro de 2016.
- 8.15 A entrevista devolutiva tem caráter exclusivamente informativo, para esclarecimento da inaptidão do candidato, não se constituindo recurso ou segunda oportunidade para a realização

[16]

da avaliação. Os candidatos, se assim entenderem e não obrigatoriamente, poderão estar acompanhados de Psicólogo registrado no Conselho Regional de Psicologia.

- 8.16 O perfil Profissiográfico exigido será publicado no Edital de Convocação para o Exame Psicotécnico Vocacional.

9 QUARTA ETAPA DO CONCURSO PÚBLICO: INVESTIGAÇÃO SOCIAL

- 9.1 A quarta etapa do Concurso Público é a investigação social a que serão submetidos os candidatos considerados Aptos no Exame Psicotécnico Vocacional.
- 9.2 Quando da inscrição, o candidato deverá preencher o Questionário de Investigação Social.
- 9.3 Ao se inscrever no Concurso Público e preencher o Questionário de Investigação Social, o candidato autoriza expressamente à FEPESE a coletar e analisar os dados e informações necessários para o cumprimento da Investigação Social.
- 9.4 A investigação social tem a finalidade de apurar e avaliar a conduta do candidato, sob os aspectos morais, sociais e criminais.
- 9.5 Os candidatos inscritos no concurso público e aprovados na prova escrita serão convocados por Edital de Convocação publicado pela Internet no site <http://concursolages.fepese.org.br/> a entregarem no dia 6 de novembro de 2016, em local que será informado no edital de convocação dentro de um envelope lacrado e identificado com o seu nome e número de inscrição, os documentos abaixo relacionados necessários à Investigação Social.

DOCUMENTOS QUE DEVEM SER ENTREGUES

1. Cópia autenticada em cartório de documento de identidade;
2. Cópia autenticada em cartório do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Cópia autenticada em cartório do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino ou certidão expedida por órgão militar que comprove estar quite com as obrigações militares.
4. Cópia autenticada em cartório do título eleitoral e do último comprovante de votação ou certidão da Justiça Eleitoral que comprove esta condição;
5. Cópia autenticada em cartório da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou declaração do órgão que comprove o último e/ou atual emprego, ou declaração firmada pelo candidato de que nunca exerceu atividade laboral;
6. Cópia autenticada em cartório do comprovante do domicílio atualizado (água, luz, telefone, etc.). No caso de não possuir comprovante de residência em seu nome, o candidato deverá juntar e assinar documento sob o título “declaração de residência”, indicando detalhadamente o endereço onde reside;
7. Comprovação de não ter sido condenado e de não estar sendo processado criminalmente ou respondendo a quaisquer procedimentos na área judicial resultantes da aplicação da legislação penal, anexando Certidão Negativa expedida “on-line” ou diretamente pelas Varas Criminais da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;
8. Comprovação de não ter sido condenado e de não estar sendo processado criminalmente ou respondendo a quaisquer procedimentos na área judicial resultantes da aplicação da legislação penal, anexando Certidão Negativa expedida “on-line” ou diretamente pelas Varas Criminais da Justiça Federal com competência jurisdicional sobre os lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos;
9. Comprovação de não ter respondido e de não estar respondendo a qualquer procedimento no âmbito policial, anexando declaração emitida pela Polícia Civil dos

lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. Em caso de ter sido autuado ou de estar respondendo a quaisquer procedimentos na área policial, o candidato deverá prestar a declaração indicando dados que permitam a identificação e avaliação pelos examinadores, tais como, identificação da Delegacia ou órgão policial, ano e número dos autos.

- 9.6 Os candidatos também poderão enviar a documentação pelo correio, registrados com AR, preferencialmente por SEDEX. Os documentos enviados pelo correio devem ser despachados com a devida antecedência para serem entregues no dia previsto no Edital, findo o qual não mais serão aceitos. Para fins de comprovação serve unicamente o comprovante da data de entrega para a FEPESE.

Endereço para remessa via postal de documentos:

FEPESE – CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES
Documentos exigidos para participação no Concurso Público: Agente da Autoridade de Trânsito.
Campus Reitor João David Ferreira Lima.
Caixa Postal 5067
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
88040-900- Trindade – Florianópolis, SC.

- 9.7 Em face da análise das informações do candidato a Comissão Organizadora emitirá parecer de INDICADO ou NÃO INDICADO e publicará, na data provável de 25 de novembro de 2016, no sítio do concurso na Internet a relação dos candidatos considerados INDICADOS.

- 9.8 Fica desclassificado do Concurso Público o candidato que:
1. Não preencher o Questionário de Investigação Social;
 2. Deixar de entregar, entregar em lugar diverso ao determinado ou entregar com atraso a documentação exigida pelo Edital ou que fornecer dados inexatos ou omitir ou fazer declarações falsas da vida pregressa que o desabone.
 3. O candidato considerado NÃO INDICADO.

10 DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

- 10.1 Será considerado aprovado no concurso público o candidato:
- 1) Aprovado da Prova escrita com questões objetivas (obtiver nota igual ou superior a 5,00); e
 - 2) Apto no teste de aptidão física; e
 - 3) Apto na prova de Exame Psicotécnico Vocacional; e
 - 4) Indicado na investigação social.
- 10.2 A nota final do candidato será a nota da prova escrita com questões objetivas.
- 10.3 Será eliminado do Concurso Público o candidato que, além dos outros requisitos e exigências previstos neste Edital:
1. Prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos com tais vícios, em qualquer fase do Concurso Público;
 2. Apresentar-se após o horário estabelecido para prestar quaisquer fases e provas;
 3. Não comparecer a qualquer uma das provas;
 4. Não apresentar um dos documentos de identidade oficialmente exigidos nos termos deste Edital, para prestar quaisquer fases;

5. Ausentar-se da sala de realização da prova sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, de decorrido o prazo mínimo para saída do candidato da sala;
6. For surpreendido em comunicação, qualquer que seja a forma, com outras pessoas ou utilizando-se de quaisquer materiais vedados por este Edital;
7. Não depositar no local indicado pelos fiscais os utensílios e ou equipamentos não permitidos e ou forem surpreendidos tendo ao alcance (ainda que desligados) ou fazendo uso dos mesmos na sala, banheiros ou quaisquer ambientes, durante o horário da prova.
8. Lançar mão de meios ilícitos para a execução de qualquer uma das etapas do Concurso Público;
9. Não devolver integralmente todo o material de prova (caderno de prova e cartão resposta);
10. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
11. Não preencher ou cumprir qualquer um dos requisitos ou normas exigidos pelo presente Edital;
12. Não apresentar qualquer um dos documentos exigidos;
13. Faltar com o respeito ou tratar com descortesia os fiscais, coordenadores, seguranças ou membros da Comissão do Concurso Público ou da FEPESE.

11 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO

- 11.1 Os candidatos aprovados no Concurso Público serão ordenados e classificados segundo a ordem decrescente da nota da prova escrita.
- 11.2 Em caso de igualdade na nota, para fins da classificação final, o desempate se fará da seguinte forma:
 1. Candidato que tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Concurso, conforme art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso, Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003;
 2. Obter a maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
 3. Obter a maior nota nas questões de Língua Portuguesa;
 4. Obter a maior nota nas questões de Aspectos Históricos e Geográficos;
 5. Obter a maior nota nas questões de Legislação Municipal;
 6. Obter a maior nota nas questões de Noções de Informática;
 7. Tiver exercido o papel de jurado, (conforme artigo 440 do Código de Processo Penal), mediante prévia entrega da documentação hábil nos termos deste Edital;
 8. Tiver a maior idade.
- 11.3 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência constarão, além da classificação geral, de lista especial.
- 11.4 Os candidatos aprovados no Concurso Público serão convocados, por edital próprio, pela Prefeitura Municipal de Lages, para exame biomédico.

12 DOS RECURSOS

12.1 Caberão recursos:

1. Do indeferimento da isenção do valor da inscrição;
2. Da incorreção de dados ou não homologação da inscrição;
3. Do teor das questões e ou gabarito preliminar da Prova escrita com questões objetivas;
4. Do resultado da Prova escrita com questões objetivas;
5. Do resultado do Teste de Aptidão Física;
6. Do resultado do Exame Psicotécnico Vocacional;
7. Do resultado da Investigação Social;

[19]

8. Do resultado e classificação final.

12.2 Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do resultado contra o qual deseja o candidato recorrer, por um dos seguintes meios:

- 1) On line no sitio do Concurso Público: <http://concursolages.fepese.org.br/>;
- 2) Pessoalmente ou por Procurador nos postos de atendimento ao candidato; ou
- 3) Via postal- Mediante requerimento em anexo ao Edital entregue à FEPESE no prazo determinado pelo Edital.

Instruções para a interposição dos recursos.

Interposição de recursos pela Internet

Para interposição de recursos pela Internet o candidato deverá:

- a) Acessar a página do Concurso Público na Internet: <http://concursolages.fepese.org.br/>
- b) Preencher o requerimento com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- c) Enviar pela Internet seguindo as instruções do sistema.

Interposição de recursos presencial

Para interposição de recursos presencialmente o candidato deverá:

- a) Comparecer em um dos postos de atendimento ao candidato, pessoalmente munido de documento de identidade original, com foto ou por Procurador munido de documento de identidade original, com foto, cópia autenticada do documento de identidade do candidato e documento original de Procuração Pública- passada em cartório com fins específicos.
- b) Preencher o requerimento (Anexo) com argumentação clara, consistente e objetiva. Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- c) Protocolar o requerimento no Atendimento, ao candidato da FEPESE guardando o respectivo protocolo.

Interposição de recursos via postal

Para interposição de recursos via postal o candidato deverá:

- a) Preencher e assinar o requerimento (Anexo) com argumentação clara, consistente e objetiva.
- b) Caso o recurso seja contra o teor da questão ou gabarito preliminar, deve ser preenchido um requerimento para cada uma das questões contestadas;
- c) Datar e assinar;
- d) Anexar cópia autenticada do documento de identidade do requerente;
- e) Colocar o (s) requerimento (s) em um envelope resistente e enviar para o endereço:

FEPESE – CONCURSO PÚBLICO PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES

Recurso administrativo

Campus Reitor João David Ferreira Lima.

Caixa Postal 5067

[20]

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
88040-900- Trindade – Florianópolis, SC.

O candidato deverá expedir o documento com AR (Aviso de Recebimento), preferencialmente pelo Serviço de encomenda expressa de documentos e mercadorias – SEDEX. O documento deve ser entregue à FEPESE rigorosamente no prazo previsto no Edital, findo o qual não será aceito, valendo para todos os fins de direito o comprovante da data de entrega à FEPESE, emitido pelo Correio.

- 12.3 Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem transmitidos e ou entregues pessoalmente ou pelo correio até o último dia previsto para entrega (segundo dia útil após a publicação do ato contestado).
- 12.4 Caso o candidato venha a transmitir (pela Internet), ou entregar (pessoalmente ou por procurador) ou enviar via postal, mais de um recurso contra a mesma questão ou ato do Concurso Público, só será analisado o último transmitido, entregue ou recebido.
- 12.5 A FEPESE e ou a Prefeitura Municipal de Lages, não se responsabilizam pelo extravio ou atraso na entrega dos requerimentos e documentos dos candidatos enviados pelo correio. Para fins de direito constitui-se prova unicamente o carimbo de recebimento ou entrega da correspondência à FEPESE.
- 12.6 No caso de anulação de qualquer questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que prestaram a respectiva prova.
- 12.7 No caso de erro na indicação da resposta correta o gabarito provisório será alterado, sendo as provas corrigidas com base no gabarito definitivo.
- 12.8 O despacho dos recursos será publicado coletivamente no endereço eletrônico do Concurso Público. Uma resposta individual a cada requerimento será acessível na aba Respostas a Recursos e Requerimentos. Não serão encaminhadas respostas a recursos por qualquer outro meio. No site do concurso público, na área reservada aos candidatos, será possível obter a cópia do cartão resposta da prova escrita e as fichas de avaliação do teste de aptidão física.
- 12.9 A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora, é irrecorrível na esfera administrativa.
- 12.10 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio não descritos no Edital.
- 12.11 Os recursos intempestivos e inconsistentes não serão analisados.
- 12.12 As notas, médias e classificação dos candidatos poderão ser alteradas em qualquer fase do certame, ainda que publicado o resultado final, em face de deferimento de recurso administrativo ou decisão fundamentada de Ofício havida pela Comissão Organizadora em função de erro material.

13 DA NOMEAÇÃO E POSSE

- 13.1 Os atos relativos à convocação, à nomeação e à posse dos candidatos são de exclusiva competência da Administração do Município de Lages.
- 13.2 A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do ato de nomeação, prorrogável por igual período, a requerimento do nomeado. Não verificada no prazo estabelecido, o Chefe do Poder Executivo tornará sem efeito a nomeação e declarará extinto o direito do nomeado.
- 13.3 No ato da posse, o servidor apresentará declaração tanto de bens e valores que constituem seu patrimônio quanto do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

[21]

- 13.4 No ato da posse, o servidor apresentará certidão negativa de antecedentes criminais expedidas por órgãos policiais e judiciais, estaduais e federais;
- 13.5 No ato da posse, o servidor apresentará declaração de não ter sido punido com pena de demissão, aplicada por entidade integrante da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 As datas constantes no presente Edital são as previstas e poderão por razões administrativas serem alteradas por aviso publicado no sítio do Concurso Público na Internet.
- 14.2 Os casos omissos ao Edital serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do Município de Lages e pela FEPESE.
- 14.3 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação em Diário Oficial.
- 14.4 Todas as informações relativas à nomeação e posse, após a publicação do resultado final, deverão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Lages.
- 14.5 Os candidatos aprovados e classificados neste Concurso Público devem manter atualizados seus endereços junto à Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Lages, sendo de sua responsabilidade os prejuízos decorrentes da não atualização desta informação.
- 14.6 Todas as despesas decorrentes da participação no presente concurso, mesmo que os horários e locais de provas venham a ser alterados, são de exclusiva responsabilidade dos candidatos.
- 14.7 O candidato concorda expressamente que os seus dados de identificação, desempenho e classificação nas provas, bem como despacho dos recursos e requerimentos que venha a interpor, sejam afixados em local público quando exigidos pela legislação, publicados na Internet nas páginas do concurso público e do Município ou por qualquer outro meio ou mídia.
- 14.8 Delegam-se à FEPESE as seguintes competências:
- a) deferir e indeferir as inscrições;
 - b) emitir os documentos de homologação das inscrições;
 - c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar todas as etapas do Concurso Público;
 - d) apreciar, responder e dar publicidade aos recursos previstos neste Edital;
 - e) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
 - f) prestar informações sobre o Concurso Público;
 - g) publicar o Resultado Final no sítio do Concurso Público na Internet.

Lages, 16 de agosto de 2016.

PEDRO MARCOR ORTIZ
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

[22]

Anexo 1

Nas questões relacionadas à legislação federal, estadual ou municipal, poderão ser exigidas as alterações ocorridas até a data de publicação do presente Edital.

As questões relacionadas a conhecimentos de informática poderão se relacionar a qualquer versão dos softwares em uso no mercado na data de publicação do Edital .

Programas das questões de Conhecimentos Gerais

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Brasil: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Santa Catarina: localização geográfica, área, população, limites, regiões. Município de Lages: localização geográfica, área, população, limites, história, aspectos econômicos, sociais e culturais. Análise de acontecimentos significativos ocorridos no Brasil e no Mundo, nas áreas de economia, política, meio ambiente, segurança pública, saúde, cultura, esportes e tecnologia, suas causas e consequências, ocorridos nos anos de 2014 a 2016.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município. Lei Complementar Nº 293, De 06 de setembro de 2007 (e suas alterações até a data de publicação do Edital)- Estatuto Dos Servidores Públicos Municipais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções básicas de funcionamento de computadores, impressoras e scanners. Sistema Operacional Windows: Área de trabalho, barra de tarefas, ícones, botão iniciar. Criar uma pasta. Selecionar arquivos/ pastas. Renomear arquivos/ pastas. Copiar arquivos/ pastas. Microsoft Word: Criar documentos, layout da página. Inserir tabela, imagem, cabeçalho, rodapé, número de página, caixa de texto. Mala direta. Salvar um documento. Copiar, salvar e excluir documentos. Noções de Internet. Correio eletrônico. Microsoft Excel: criar tabela, criar pasta de trabalho, formatar uma planilha, inserir dados, imprimir. Operações básicas.

PORTUGUÊS

Interpretação de texto. Fonética (acentuação tônica e gráfica). Sintaxe (análise sintática, funções sintáticas, termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios). Orações coordenadas. Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Predicação verbal. Crase. Colocação pronominal. Semântica: Significação das palavras no contexto. Homônimas, parônimas, antônimas, sinônimas, monossêmia e polissemia. Sentido denotativo e conotativo (figurado). Pontuação gráfica. Vícios de linguagem. Redação Oficial.

Programas das questões de Conhecimentos Específicos

Agente da Autoridade de Trânsito

Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade – Dos Direitos Políticos.

Legislação municipal específica: Decreto nº 15.298, de 10 de fevereiro de 2016. Decreto nº 15.258, de 21 de dezembro de 2015. Lei complementar nº 462, de 23 de julho de 2015. Decreto nº 14.066, de 24 de setembro de 2013. Lei Complementar Municipal n. 416/2013.

Conhecimento da cidade: Localização das Secretarias e órgãos municipais. Localização dos órgãos estaduais e federais. Localização e como chegar às principais vias públicas, aos hospitais, clínicas médicas, jardins, praças, estabelecimentos de ensino, centro comercial, aeroporto e atrações turísticas do Município.

Código de Trânsito Brasileiro: Lei nº 9503 de 23 de setembro de 1997, suas alterações e atualizações. Vide Decreto 2327/1997; Lei 13303/2015; Lei 13281/2016 e Lei 13290/2016.

Anexo 2

REQUERIMENTO PEDINDO A ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO VALOR DA INSCRIÇÃO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo do candidato		Inscrição	
Cargo	RG	CPF	

Informar o número de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico:

NIS

REQUERIMENTO

Venho perante a Comissão Organizadora do Concurso Público para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Lages, requerer a isenção da taxa de inscrição no concurso público por:

- [] Sou inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico e membro de família de baixa renda (com renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou com renda familiar de até três salários mínimos).

Estou ciente de que as informações prestadas no presente requerimento são de minha inteira responsabilidade e que, no caso de declaração falsa, estou sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto n. 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Lages, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do candidato ou representante legal

Anexo 3

REQUERIMENTO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo do candidato		Inscrição	
Cargo	RG	CPF	

Requerimento

À Banca Examinadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lages/ Agente da Autoridade de Trânsito.

O candidato acima identificado requer a revisão da seguinte decisão (assinalar):

	Indeferimento do pedido de isenção da taxa de inscrição
	Erro no Requerimento de Inscrição
	Não homologação da inscrição
	Resultado da Prova escrita
	Resultado do Teste de aptidão física
	Resultado do Exame Psicotécnico Vocacional
	Resultado da Investigação Social
	Resultado/ classificação final
	Teor da questão ou gabarito preliminar- preencher obrigatoriamente as informações abaixo:

Prova/ área de conhecimento:

Número da questão (preencher um requerimento para cada questão):

□

Fundamentação do recurso

[illegible]

[25]

....., ____ de _____ de 2016.

.....

Assinatura do requerente

Atenção:

Caso deseje enviar pelo correio, coloque em um envelope com a sua identificação:

Nome do candidato Número de Inscrição Local da prova
--

Caso o número de linhas seja insuficiente, copie quantas folhas forem necessárias.

Entregue pessoalmente, por procurador devidamente constituído ou envie pelo correio (preferencialmente por SEDEX Urgente) para:

FEPese –

Concurso público- Prefeitura Municipal de Lages.

Campus Reitor João David Ferreira Lima.

Caixa Postal: 5067

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

88040-900- Trindade – Florianópolis, SC.

Só serão analisados os recursos entregues à FEPese até às 17 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do ato contra o qual se insurge o candidato.

Anexo 4

QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Nome:			
			Data de Nascimento:
Natural de:	Cidade:	Estado:	País:
CPF:			
Documento de identidade	RG Nº	Orgão emissor:	Estado
Possui outro RG?	RG Nº	Orgão emissor:	Estado
Outro nome ou apelido com o que é conhecido:			
Telefones (com código de área):	Residência	Trabalho	Celular
Residência atual- Rua/Avenida		Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado
Residência anterior (1)- Rua/Avenida		Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado
Residência anterior (2)- Rua/Avenida		Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado
Residência anterior (3)- Rua/Avenida		Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado
Residência anterior (4)- Rua/Avenida		Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado
Residência anterior (5)- Rua/Avenida		Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado
Residência anterior (6)- Rua/Avenida		Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado

Profissão atual:

Trabalha?

SIM

NAO

Emprego atual	Orgão/Empresa		
Endereço	Rua	Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado
Emprego anterior (1)	Orgão/Empresa		
Endereço	Rua	Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado
Emprego anterior (2)	Orgão/Empresa		
Endereço	Rua	Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado
Emprego anterior (3)	Orgão/Empresa		
Endereço	Rua	Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado
Emprego anterior (4)	Orgão/Empresa		
Endereço	Rua	Nº	Complemento
Bairro	CEP	Cidade	Estado

INFORMAÇÕES SOCIO-FAMILIARES

Estado civil:	
Se casado (a), nome do cônjuge:	
Nome do Pai	
Nome da Mãe	

Lages ____ de _____ de 2016

Caso o número de linhas seja insuficiente, copie quantas folhas forem necessárias.

[28]

Anexo 5

CRONOGRAMA

Evento	Datas prováveis	
	Início	Encerramento
01 Publicação do Edital		16/8/16
02 Período de inscrições	16/8/16	23/9/16
03 Requerimento de isenção	16/8/16	22/8/16
04 Publicação do deferimento dos pedidos de isenção		26/8/16
05 Prazo recursal	29/8/16	30/8/16
06 Publicação dos despachos dos recursos		5/9/16
07 Prazo para pagamento das inscrições candidatos que tiveram indeferidos seus pedidos de isenção	6/9/16	23/9/16
08 Requerimento de condições especiais	8/8/16	22/9/16
09 Requerimento de inscrição pessoas com deficiência	16/8/16	23/9/16
10 Deferimento dos pedidos de condições especiais		28/9/16
11 Homologação das inscrições		28/9/16
12 Período recursal (06/ 07)	29/9/16	30/9/16
13 Publicação dos despachos dos recursos (06/07)		4/10/16
14 Publicação dos locais de prova		4/10/16
15 Prova escrita		9/10/16
16 Prazo recursal (11)	10/10/16	11/10/16
17 Publicação dos despachos dos recursos		20/10/16
18 Resultado da prova escrita		20/10/16
19 Prazo recursal	21/10/16	24/10/16
20 Publicação dos despachos dos recursos		31/10/16
21 Convocação para o teste de aptidão física		31/10/16
22 Teste de aptidão física		6/11/16
23 Entrega dos documentos para investigação social		6/11/16
24 Resultado do teste de aptidão física		9/11/16
25 Prazo recursal	10/11/16	11/11/16
26 Publicação dos despachos dos recursos		16/11/16
27 Convocação para o exame psicotécnico vocacional		16/11/16
28 Exame psicotécnico vocacional		20/11/16
29 Resultado do exame psicotécnico vocacional		1/12/16

[29]

30	Resultado da investigação social	1/12/16
31	Entrevista devolutiva	2/12/16
32	Prazo recursal	5/12/16 6/12/16
33	Publicação dos despachos dos recursos	12/12/16
34	Resultado final do concurso público	12/12/16
35	Prazo recursal	13/12/16 14/12/16
36	Publicação do resultado dos recursos	19/12/16
37	Homologação do resultado do concurso público	19/12/16
38	Publicação do resultado pós-recursos	19/12/16

[30]

Anexo 6

EXAMES QUE DEVEM SER APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS APROVADOS

**Importante: Estes exames só deverão ser apresentados pelos candidatos aprovados e classificados, quando no processo de admissão ao serviço público.
Não devem ser entregues ou enviados quando da inscrição.**

Exames que devem ser apresentados **por todos os candidatos** aprovados:

- Calendário vacinal – Tétano, Rubéola e Hepatite B;
- Exame laboratorial – Glicemia Jejum, Tipagem sanguínea (ABO e Rh), Hemograma completo, EQU (Exame qualitativo de urina) e EPF (exame parasitológico de fezes);
- Avaliação Psicológica Psicossocial;
- Declaração de ter realizado ou não tratamento psiquiátrico, se sim, apresentar parecer do Médico Psiquiatra assistente.
- Audiometria;
- Acuidade visual por médico oftalmologista;

Exames que devem ser apresentados **por todos os candidatos aprovados com idade superior a trinta e cinco anos:**

- ECG (Eletrocardiograma) com laudo.
- Radiografia de Coluna Lombo Sacra AP e P (anteroposterior e perfil) com laudo.

Exames que devem ser apresentados **pelos candidatos com deficiência** aprovados:

- Deficiência Física: Laudo Médico com descrição da deficiência;
- Deficiência Mental: Laudo Psiquiátrico;
- Deficiência Visual: Laudo Oftalmológico;
- Deficiência Auditiva: Audiometria.

AB 1505160707161 0716 090816

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA 01/2016 DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA 01/2016 DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O Prefeito Municipal de Laguna, EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, DETERMINA:

Considerando as informações contidas no processo administrativo n. 0593/16 e a possibilidade de infração ao art. 78, da Lei Complementar n. 136/06.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração de infração ao art. 78, I, "a", III, "d", IV, "n" da Lei Complementar n. 136/06, em desfavor do servidor C. M. N.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão ora constituída é integrada pelos seguintes membros titulares: Ricardo Augusto Silveira, Luis Fernando Nandi Vicente e Syllas Timóteo Mariz Melo.

Parágrafo Único - A presente comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal e a Coordenadoria de Controle Interno.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna, 12 de agosto de 2016
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA 02/2016 DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA 02/2016 DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O Prefeito Municipal de Laguna, EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, DETERMINA:

Considerando as informações contidas no processo administrativo n. 0597/16 e a possibilidade de infração ao art. 78, da Lei Complementar n. 136/06.

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, para apuração de infração ao art. 78, I, "a", III, "d", IV, "n" da Lei Complementar n. 136/06, em desfavor do servidor R. F.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão ora constituída é integrada pelos seguintes membros titulares: Ricardo Augusto Silveira, Luis Fernando Nandi

Vicente e Syllas Timóteo Mariz Melo.

Parágrafo Único - A presente comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal e a Coordenadoria de Controle Interno.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna, 12 de agosto de 2016
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 826/2016

PORTARIA RH Nº 826/2016

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 01.08.16 a 30.08.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Camila Bianca dos Reis	2015/2016
Gislei Nascimento de Souza	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Agosto de 2016.
MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 829/2016

PORTARIA RH Nº 829/2016

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, OSMAR LAUREANO Motorista, do dia 05.07.2016 a 03.08.2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Agosto de 2016.
MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 834/2016

PORTARIA RH Nº 834/2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, BRUNO CARNEIRO FLORA Coordenador, do dia 02.08.2016 a 31.08.2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 02 de Agosto de 2016.

NORTON DE ARAÚJO MATTOS

Presidente da Fundação

PORTARIA Nº 843/2016

PORTARIA RH Nº 843/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 4124/2016;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 05 de Agosto de 2016 a 02 de Novembro de 2016, a Servidora KARINA BIROLO TEIXEIRA HENRIQUE, Psicóloga, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 05 de Agosto de 2016.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 846/2016

PORTARIA RH Nº 846/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 08.08.16 a 06.09.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Luana Branco de Abreu	2015/2016
Ketlyn Sônia de Mello	2015/2016
Marco Aurélio da Silva Souza	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2016.

RAQUEL XAVIER

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 847/2016

PORTARIA RH Nº 847/2016

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 08.08.16 a 06.09.2016.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Gilsa Duarte de Andrade	2015/2016
Silvia Passos Marinho	2015/2016

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2016.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 849/2016

PORTARIA RH Nº 849/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO, SILVIA DE OLIVEIRA VERGILIO, admitido em caráter temporário, do Cargo de Professor Auxiliar, 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 850/2016

PORTARIA RH Nº 850/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, RAQUEL REBELO DE FIGUEIREDO ROSA, admitido em caráter temporário, do Cargo de Professor Anos Iniciais, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 851/2016

PORTARIA RH Nº 851/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, RITA DE CÁSSIA SOARES DE OLIVEIRA, admitido em caráter temporário, do Cargo de Professor EJA, 20 horas semanais, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/08/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 852/2016

PORTARIA RH Nº 852/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário, as pessoas abaixo relacionadas, para exercerem o Cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/08/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

- Claudete Firmino Pedro Joaquim – HAB 300 – 40 horas;
- Gabriela de Jesus Mendonça – HAB 010 – 20 horas;
- Márcia Dias Delfino Pizzolo – HAB 300 – 40 horas;
- Rejane Roque Pereira – HAB 300 – 40 horas;
- Vanessa Vieira Martins – HAB 300 – 40 horas.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 853/2016

PORTARIA RH Nº 853/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário BEATRIZ SIMÃO VIEIRA para exercer o Cargo de Professor Anos Iniciais, 20 horas semanais, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 01/08/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 854/2016

PORTARIA RH Nº 854/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário TATIANA MARTINS para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, HAB 300, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 02/08/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 855/2016

PORTARIA RH Nº 855/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ADRIANA DE SOUZA MACHADO SOUZA para exercer o Cargo de Professor Auxiliar, 40 horas semanais, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 03/08/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 856/2016

PORTARIA RH Nº 856/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR, em caráter temporário ELOISA MEDEIROS ANTUNES para exercer o Cargo de Professor de Língua Portuguesa, 40 horas semanais, HAB 030, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 05/08/2016, em conformidade com as Leis nº 134/2006 e nº 217/2010 e Edital 03/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 08 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 857/2016

PORTARIA RH Nº 857/2016

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, MANOEL SIQUEIRA TOMÉ Operário Braçal, do dia 10.08.2016 a 08.09.2016, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Agosto de 2016.

RENATO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 858/2016

PORTARIA RH Nº 858/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, GRAZIELA LAURINDO do Cargo de Professor de Educação Infantil, de provimento efetivo, 20 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Agosto de 2016.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2251

DECRETO Nº 2251 de 12 de agosto de 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2016”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso I, do art. 04 e 05, da Lei nº 1.406 de 10 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 447,29 (quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e nove centavos), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do Excesso de Arrecadação apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificado, já descontados os recursos utilizados pelo Decreto 2.233 de 30 de junho de 2016, conforme tabela abaixo na forma do disposto na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.99.24.00 - Rendimentos - Defesa Civil (Enxurrada)

1.7.6.2.99.00.01.00 - Convênio Defesa Civil - Diesel (Enxurrada)

Detalhamento de Recursos: 119 - Defesa Civil - Diesel (Enxurrada)

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 68.472,77

Valores de Excesso já utilizados:

Decreto 2.233 - R\$ 67.998,48

Total já utilizado por decretos anteriores: R\$ 67.998,48

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte: 64 - Transferências de Convênios - Estado/Outros R\$ 447.29

Detalhamento de Recursos: 119 - Defesa Civil - Diesel (Enxurrada)

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 12 de agosto de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO DECRETO 2251

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Agosto
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada
Administração Direta

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.0.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS		0,00	0,00	68.472,77	68.472,77	0,00
4.1.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	68.472,77	68.472,77	0,00
4.1.3.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	474,29	474,29	0,00
4.1.3.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		0,00	0,00	474,29	474,29	0,00
4.1.3.2.5.0.0.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		0,00	0,00	474,29	474,29	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados		0,00	0,00	474,29	474,29	0,00
4.1.3.2.5.01.99.24.00.00 Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados		0,00	0,00	474,29	474,29	0,00
4.1.3.2.5.01.99.24.00.00 Rendimentos - Defesa Civil - Diesel (Enxurrada) (4	00.01.0098	0,00	0,00	474,29	474,29	0,00
4.1.7.0.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	0,00	67.998,48	67.998,48	0,00
4.1.7.6.0.0.00.00.00.00.00 Transf. de Conv.		0,00	0,00	67.998,48	67.998,48	0,00
4.1.7.6.2.0.0.00.00.00.00 Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.		0,00	0,00	67.998,48	67.998,48	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados		0,00	0,00	67.998,48	67.998,48	0,00
4.1.7.6.2.99.00.01.00.00 Convênio Defesa Civil - Diesel (Enxurrada)	00.01.0098	0,00	0,00	67.998,48	67.998,48	0,00
Totais Gerais :			0,00	68.472,77	68.472,77	0,00

Luzerna, 15/08/2016

DREONE MENDES CONTADOR - CRC/SC 36.461	MOISES DIERSMANN PREFEITO MUNICIPAL
---	--

Mafra

PREFEITURA

ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO REFERENTE A TP Nº 008/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO REFERENTE A TP Nº 008/2016.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, que após transcorrido o prazo para recurso e contrarrazões, se fará no dia 23/08/2016 às 14h00min a abertura da proposta de preços das empresas habilitadas no Processo Licitatório nº 246/2016 - Tomada de Preço nº 008/2016, referente à contratação de empresa especializada para realizar obra de desassoreamento e revitalização do Rio Bandeira, através da Secretaria Municipal de Governo e Cidadania”.

Mafra (SC), 15 de agosto de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 073/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamentos e materiais de informática, destinados a Secretaria Municipal de Saúde e as Secretarias do Município de Mafra/SC, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 02/09/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 15 de agosto de 2016.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 042/2015

EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 042/2015
Contrato nº: 042/2015
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada: ALARMES ALERTA SOLUÇÕES ELETRÔNICAS LTDA
CNPJ: 03.619.151/0001-10
Modalidade: Processo Licitatório nº 028/2015, Pregão Presencial nº 003/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 10 de agosto de 2016.
O Termo Aditivo visa suprimir o item inicialmente contratado conforme tabela abaixo:

LOTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR TOTAL MENSAL
14	Taxa monitoramento Mensal 24h (Clinica Reabilitação)	R\$ 82,05

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 083/2013

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 083/2013
Contrato nº: 083/2013
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 83.073.536/0001-64
Modalidade: Processo Licitatório nº 382/2013, Tomada de Preço nº 004/2013.
Data Assinatura do termo aditivo: 10 de agosto de 2016.
Valor do Termo Aditivo: Fica alterado o valor do contrato conforme índice do INPC/IBGE referente a Julho/2014 a Junho/2016, conforme segue:

Descrição	Valor Unit./Mês atual R\$	Valor Unit./Mês com REAJUSTE R\$
Recolhimento de lixo hospitalar da Secretaria de Saúde e suas Unidades	R\$ 7.063,42	R\$ 8.454,28

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATO Nº: 067/2016

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Contrato nº: 067/2016
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: JHONATAN BAGATOLI ME.
CNPJ nº 22.992.632/0001-11
Modalidade: Pregão Presencial nº 080/2016, Processo nº 230/2016
Valor R\$ 28.300,00(Vinte e oito mil e trezentos reais).
Data de Pagamento 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal
Data de assinatura 06/07/2016.
Prazo: 31/12/2016, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.
Dotação Orçamentária:
24 - 6 . 17001 . 12 . 361 . 17 . 2.104 . 0 . 449000 Aplicações Diretas
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATO Nº: 066/2016 DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº: 066/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: VOPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP

CNPJ nº 03.393.652/0001-21

Objeto: contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação na Rua Benemérito Pedro Kuss, conforme financiamento do BADESC, através da Secretaria Municipal de

Desenvolvimento Urbano.

Modalidade: Tomada de Preços nº 010/2016, Processo nº 336/2016

Valor: R\$ 238.034,19 (duzentos e trinta e oito mil trinta e quatro reais e dezenove centavos)

Data de assinatura: 09/08/2016.

Prazo: 31.12.2016, podendo ser prorrogado conforme disposto na Lei Federal 8.666/1993.

Dotação Orçamentária:

303 - 1 . 13001 . 15 . 451 . 13 . 2.54 . 0 . 449000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 40/2016

PORTARIA Nº 40/2016, de 11 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDOR DE FÉRIAS.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA-SC, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR o servidor LUIZ FERNANDO FLORES FILHO, portador do CPF nº 466.183.689-87, para retornar as atividades em 12/08/2016.

Art. 2º - O período de férias não gozadas, a que faz jus o (a) servidor (a), deverão ser gozados de uma só vez.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 11 de agosto de 2016.

Ver. Ednilson Schelbauer

Presidente

PORTARIA Nº 41/2016

PORTARIA Nº 41/2016, de 12 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador EDENILSON SCHELBAUER, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias à servidora PRISCILA COLAÇO TEODOROVITZ JANTSCH, ocupante de cargo de controladora interna, do quadro de provimento efetivo da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único As férias refere-se ao período aquisitivo de 2015, que será usufruída de 15 de agosto de 2016 a 24 de agosto de 2016, voltando dia 25 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 12 de agosto de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente

PORTARIA Nº 42/2016

PORTARIA Nº 42/2016, de 15 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSIONADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA.

O Vereador Ednilson Schelbauer, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município e, no Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Concede férias a servidora FABIANE FASZANK, ocupante de cargo de Assessora Legislativa, do quadro de provimento comissionado da Câmara Municipal de Mafra.

Parágrafo Único: As férias referem-se ao período aquisitivo de 2015/2016, que será gozada de 12 de setembro de 2016 a 1º de outubro de 2016, voltando dia 03 de outubro de 2016.

Art. 2º A Câmara Municipal converteu 10 (dez) dias de férias, em abono pecuniário, conforme solicitação feita através de requerimento, devidamente protocolado junto a Presidência da Câmara Municipal e com base no art. 80, § 6º da Lei Complementar nº 16 de 28 de dezembro de 2005 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Mafra, das Autarquias e Fundações Municipais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 15 de agosto de 2016.

Vereador Ednilson Schelbauer

Presidente

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 630/2016

DECRETO Nº 630, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

06 – Segurança Pública

06.181 – Policiamento

06.181.0011 – Serviços Urbanos

06.181.0011.2.032 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – CONV. FUNREBOM

Destinação de Recursos: 0.1.07 – Recursos FUNREBOM

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

06 – Segurança Pública

06.181 – Policiamento

06.181.0011 – Serviços Urbanos

06.181.0011.2.032 – MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA – CONV. FUNREBOM

Destinação de Recursos: 0.1.07 – Recursos FUNREBOM

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 50.000,00

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 12 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 631/2016

DECRETO Nº 631, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Institui e nomeia a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME, do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Institui e nomeia a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Maravilha/SC, conforme a Lei Municipal nº 3.872, de 22 de junho de 2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I - Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;

II - Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;

III - Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV - Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V - Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;

VI - Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;

VII - Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA – LDO e LOA do município;

VIII - Verificar prazos e o período de validação (bianaual);

IX - Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X - Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3º Nomeia, para compor a Equipe Técnica que constará no presente decreto, os seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

a) Raquel Rollwagen;

b) Fabiana Grando.

II - Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Fazenda:

a) Marília Dessbesell;

b) Neiva Carnette.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de agosto de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 632/2016

DECRETO Nº 632, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública LEDIANE MARIA PROVENSI LIVINALI, matrícula nº 489801, ocupante do cargo de Professor ACT, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de agosto de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 633/2016

DECRETO Nº 633, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Nomeia a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME, do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 3º do Decreto nº 614, de 1º de agosto de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam, pelo presente Decreto, nomeados os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME, do Município de Maravilha/SC, sendo:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

a) Titular: Rosiméri B. Rodrigues da Silva. b) Suplente: Marcia Campana.

II - Representantes da Comissão de Educação, Ciência, Comunicação, Cultura, Desporto, Saúde Pública e Assistência Social:

a) Titular: Odair Batistello. b) Suplente: Eliana Simionatto.

III - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) Titular: Dilva B. Benvenutti. b) Suplente: Asta Diva L. Nerling.

IV - Representantes do Fórum Municipal de Educação:

a) Titular: Lucirlene Pertusatti de Lemes. b) Suplente: Adriane

Polazzo.

Art. 2º As atividades desempenhadas pela Comissão são de caráter relevante, não onerando o Município com quaisquer despesas.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de agosto de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 634/2016

DECRETO Nº 634, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.910, de 18 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 – Departamento de Urbanismo

15 - Urbanismo

15.452 – Serviços Urbanos

15.452.0011 – Serviços Urbanos

15.452.0011.2.033 – MANUTENÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Destinação de Recursos: 0.1.17 – Contrib. Custeio Ilum. Publica - COSIP

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de agosto de 2016.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 635/2016

DECRETO Nº 635, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.694/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 306/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

A licença prêmio da servidora Márcia Rufatto,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 2 a 18 de agosto de 2016, SANDRA ANDRÉIA GOETTMS DE BASTIANI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 041.472.839-42, para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de agosto de 2016.

Maravilha – SC, 15 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 636/2016

DECRETO Nº 636, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.694/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 307/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

O atestado médico do servidor Vilson Debastiani,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 2 a 19 de agosto de 2016, KARINA PAULINHA MULLER SIGNOR, brasileira, inscrita no CPF sob nº 038.413.469-60, para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de agosto de 2016.

Maravilha – SC, 15 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 637/2016

DECRETO Nº 637, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.694/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 308/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

O atestado médico concedido ao filho da servidora Aline Petry,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 2 de agosto a 16 de setembro de 2016, MARI DEYSE DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 427.879.040-68, para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de agosto de 2016.

Maravilha – SC, 15 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 638/2016

DECRETO Nº 638, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.694/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 309/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

O atestado médico da servidora Márcia Scapin,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 2 de agosto a 17 de outubro de 2016, NEIVA LÚCIA DOS SANTOS SCHWERZ, brasileira, inscrita no CPF sob nº 525.739.909-15, para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de agosto de 2016.

Maravilha – SC, 15 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 639/2016

DECRETO Nº 639, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.694/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 310/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto,

O atestado médico da servidora Elsi Regina Diesel Grebien,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 8 de agosto a 12 de setembro de 2016, VANESSA DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 067.696.259-97, para ocupar o cargo de Professor, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Pequeno Príncipe, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 8 de agosto de 2016.

Maravilha – SC, 15 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 640/2016

DECRETO Nº 640, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 35, inciso V, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 19 de novembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal INELDE HOFFMANN, ocupante do cargo de Telefonista, 40 horas semanais.

Parágrafo único. A rescisão dá-se em razão de aposentadoria por tempo de contribuição, benefício nº 171.692.954-4

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 15 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATO ADM. 062/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Extrato de Contrato

Espécie: Contrato Administrativo n. 062/2016. Partes: Município de Maravilha – SC e Djonata Rafael Wink ME. Objeto: Execução de pavimentação com pedras de basalto irregulares (calçamento), com serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização e meio fio, com área de 4.080,00m² no Trecho III e no Trecho IV com área de 2.489,40m², na linha Barro Preto do município de Maravilha – SC. Vigência: 120 dias após recebimento da ordem de serviço. Valor R\$ 306.862,49. Data de assinatura do Contrato Administrativo: 12/08/2016. Signatários: Rosimar Maldaner pela Contratante e João Sidnei Wink pela Contratada.

EXTRATO CONTRATO N. 061/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 087/2016

Dispensa por Justificativa n. 006/2016

Contratado: Sirley Teresinha Kammler

Valor mensal: R\$ 2.391,40

Contrato Administrativo n. 061/2016

Vigência: 31/12/2016.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de dispensa por justificativa para locação de imóvel para abrigar, as atividades do Caps do Município de Maravilha - SC, 15 de agosto de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Lei nº 3.977/2016

LEI Nº 3.977, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre desafetação de cláusula de destinação de imóvel e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei, para todos os fins e efeitos, desafetado de sua caracterização original de "Imóvel destinado ao Serviço Público Municipal", conforme AV. 1/13.671, o imóvel objeto da Matrícula nº 13.671.

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.978/2016

LEI Nº 3.978, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Denomina Sala de Troféus e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei denominada de "SALA DE TROFÉUS ADELIR ORLANDO CAMPANA - (NUTCHA)" a sala de troféus localizada junto às dependências do ginásio municipal de esporte Gelson Tadeu de Melo Lara.

Art. 2º A Prefeitura Municipal fica obrigada a colocar placa de identificação na entrada da sala de troféus com sua devida denominação.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização da presente Lei correm por conta do Orçamento Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de agosto de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 089/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 089/2016 – Modalidade de Pregão Presencial n. 025/2016 .

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para execução de substituição das luminárias comuns da iluminação pública por luminárias de LED, na Avenida Araucária, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 14 horas do dia 31 de agosto de 2016, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19h. Maravilha - SC, 15 de agosto de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 79.2016 CONC 05.2016 (PMM) - CONCESSÃO: RESTAURANTE DA RODOVIÁRIA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2016
CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO Nº 05/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com a Lei Federal 8.987/95, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como a Lei Municipal 1.734/2016 e Decreto Municipal 3.325/2016, realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA objetivando a CONCESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE MASSARANDUBA, LOCALIZADO NA RUA 25 DE JULHO, S/N, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 30/09/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 30/09/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 16 de agosto de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 96.2016 TP 06.2016 (PMM) - PAVIMENTAÇÃO BRAÇO DO NORTE

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2016
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 06/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, do tipo MENOR PREÇO – GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução (com mão-de-obra, materiais e equipamentos) da PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DOS ENTRONCAMENTOS DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, LOCALIDADE BRAÇO DO NORTE NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até 08h00min do dia 02/09/2016.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 08h30min do dia 02/09/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou pelo site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 16 de agosto de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 94.2016 TP 05.2016 (PMM) - PAVIMENTAÇÃO GUARANI-AÇÚ

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2016
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 05/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, do tipo MENOR PREÇO – GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução (com mão-de-obra, materiais e equipamentos) da PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DE TRECHO DA ESTRADA LINHA TELEGRÁFICA NA LOCALIDADE DO GUARANI-AÇÚ NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até 08h00min do dia 01/09/2016.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 08h30min do dia 01/09/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou pelo site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 16 de agosto de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº411-2016

PORTARIA n.º 411/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora JULIANA NICOSKI ALAMINI, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Inês Tonelli Nápole, em virtude do pedido de exoneração da servidora JUCELIA WILLEMANN ALBINO.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº412-2016

PORTARIA n.º 412/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora SONIR MAFIOLETTI BORDIGNON, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº413-2016

PORTARIA n.º 413/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora CLAUDIA CASAGRANDE GONÇALVES, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Prefeito Luiz de Pelegrini Sapi-ranga, em substituição à servidora SONIR MAFIOLETTI BORDIGNON, em virtude de licença saúde, até o retorno da mesa.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 1109/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Nº: 1109/2016
Dispensa de Licitação Nº 1040/2016

O Município de Modelo/SC comunica que fica dispensada de licitação para a despesa, cujo objeto é a EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL NA SERVIDÃO LOURENÇO SPADA. ÁREA DE 395,40 m². COMPREENDENDO - EXECUÇÃO PINTURA LIGAÇÃO RR-2C (ANTES DA REPERFILAGEM) - FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE MASSA DE EXECUÇÃO CAP-20 - PINTURA FAIXA CONTÍNUA MEIO PISTA. DE CONFORMIDADE COM PROJETO, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMA E ART ANEXOS A ESTE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR JUSTIFICATIVA, COM RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC, com fulcro na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, e de conformidade com, Lei Nº 11.107 de 06 de abril de 2005. CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR
CNPJ/CPF: 11.117.243/0001-20
ENDEREÇO: Av. São Paulo 1615 Andar I – Centro – Pinhalzinho - SC
VALOR: R\$ 8.776,06

JUSTIFICATIVA PELA CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

Justifica-se tal contratação por tratar-se de consórcio público criado exclusivamente para prover serviços de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, numa associação de entes federados formada pelos municípios de Pinhalzinho (sede), Saudades, Nova Erechim, Águas Frias, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Saltinho, Cunha Porã e Campo Erê, visando prestação mais racional, eficiente e econômica de serviços públicos de interesse comum, num compartilhamento de servidores, máquinas e equipamentos, saber tecnológico e capacidade administrativa, fundamentado pela Lei 11.107/2005 (Sistema de Consórcios)

Modelo/SC, 15 de agosto de 2016.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0229/2016

DECRETO Nº 0229/2016 DE 08/08/2016.

DISPÕE SOBRE OS VALORES DA TABELA DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, PESSOAL E OUTROS BENS MUNICIPAIS, MEDIANTE REMUNERAÇÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial:

Considerando as disposições dos artigos 97 e parágrafo único da Lei Municipal 971/90 que autoriza o Poder Executivo Municipal a executar serviços com máquinas ou equipamentos rodoviários, pessoal e outros bens municipais, mediante remuneração, a pessoas jurídicas de direito público ou privado ou a pessoas físicas, cobrando preço público ou tarifa, visando a justa remuneração econômica, prevendo a reposição de investimento e o ressarcimento do custo operacional e demais disposições da referida Lei; Considerando as disposições da Lei Orgânica Municipal, em especial

nas atribuições municipais de organizar a administração dentro de um processo de planejamento permanente, atendendo as peculiaridades locais e ao desenvolvimento integrado da comunidade e igualmente de assegurar aos agricultores uma política agrícola que visa melhorar as condições de vida, melhoria da produção e da produtividade e ainda, dos princípios gerais da atividade econômica e social;

Considerando a Lei Municipal nº 1.599/2005 de 14/03/2005, que dispõe sobre execução de serviços industriais;

Considerando o Código Tributário Municipal;

Considerando as disposições da Lei Municipal 2193/2014;

Considerando as disposições do Conselho Municipal da Agricultura;

Considerando as demais disposições legais que regulam a matéria:

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixada a tabela de valores de horas máquinas, caminhões e outros equipamentos, materiais e serviços, de propriedade do Município de Modelo SC, no uso de serviços particulares de conformidade com a Lei Municipal nº 971/90, em especial o artigo 97 e parágrafo único, da Lei Municipal 2193/2014 e demais disposições legais, conforme abaixo especificado:

DESCRIÇÃO/SERVIÇO/MAQUINAS/EQUIPAMENTOS	VALOR – R\$
MOTONIVELADORA	POR HORA R\$ 195,00
PA CARREGADEIRA	POR HORA R\$ 130,00
RETRO ESCAVADEIRA	POR HORA R\$ 125,00
TRATOR DE PNEUS – LIMPEZA DE FOSSA	POR HORA R\$ 50,00
TRATOR DE PNEUS – DEMAIS SERVIÇOS	POR HORA R\$ 100,00
TRATOR DE PNEUS – SERVIÇOS SILAGEM 1 LINHA	POR HORA R\$ 100,00
TRATOR DE PNEUS – SERVIÇOS SILAGEM 2 LINHAS	POR HORA R\$ 112,50
TRANSPORTE SILAGEM	POR HORA R\$ 68,75
ROLO COMPACTADOR	POR HORA R\$ 62,50
DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO	POR HORA 10,00
DISTRIBUIDOR DE ADUBO SOLIDO	POR HORA 10,00
ENSILADEIRA	POR HORA 20,00
CARRETÃO AGRICOLA	POR HORA 10,00
PÉ DE PATO	POR HORA 5,00
ESCAVADEIRA HIDRAULICA	POR HORA R\$ 185,00
ROLO VAP	POR HORA R\$ 112,50
CAMINHÃO CAÇAMBA(TOCO)	R\$ 35,00 por carga – mais o valor de R\$ 3,00 o Km que exceder a distância de 5 km distante da sede da Prefeitura.
CAMINHÃO CAÇAMBA TRUQUE	R\$ 45,00 por carga – mais o valor de R\$ 3,00 o Km que exceder a distância de 5 km distante da sede da Prefeitura.
CARGA DE TERRA – PERIMETRO URBANO	R\$ 45,00 por carga – mais o valor de R\$ 3,00 o Km que exceder a distância de 5 km distante da sede da Prefeitura.
ABERTURA VALA – PARA ENTERRO ANIMAIS ATÉ 5 KM	R\$ 20,00

ABERTURA VALA – PARA ENTERRO ANIMAIS MAIS DE 5 KM E ATÉ 10 KM	R\$ 30,00
ABERTURA VALA – PARA ENTERRO ANIMAIS ACIMA DE 10 KM	R\$ 35,00
ABERTURA DE FONTE DE AGUA	R\$ 20,00 (POR FONTE)

TAXA DE INSEMINAÇÃO /MELHORAMENTO GENÉTICO:	VALOR POR INSEMINAÇÃO
1ª INSEMINAÇÃO	R\$ 15,00
2ª REPETIÇÃO DA INSEMINAÇÃO	R\$ 20,00
3ª REPETIÇÃO DA INSEMINAÇÃO	R\$ 30,00

§ 1º – Fica concedido desconto de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor apurado, para os serviços em que for efetuado o pagamento em até 30 (trinta) dias da realização dos respectivos serviços constantes desta tabela, excetuando-se a Taxa de Inseminação.

§ 2º - Para fazer jus aos serviços e valor da taxa de inseminação deverá ser atendido o disposto no programa de melhoramento genético conforme Lei Municipal 2193/2014.

Art. 2º - Fica fixada a tabela de valores de horas máquinas caminhões e outros equipamentos, materiais e serviços, de propriedade do Município de Modelo SC, com redução de 50%, relativo aos valores da tabela constante do artigo 1º deste Decreto, na realização dos serviços de abertura, manutenção e conservação das estradas de acesso às roças, nas propriedades dos produtores rurais do Município de Modelo SC, conforme disposto no artigo 22, § 2º, da Lei Municipal 2193/2014 e demais disposições legais, conforme abaixo especificado:

DESCRIÇÃO/SERVIÇO/MAQUINAS/EQUIPAMENTOS	VALOR - R\$
MOTONIVELADORA	POR HORA R\$ 97,50
PA CARREGADEIRA	POR HORA R\$ 65,00
RETRO ESCAVADEIRA	POR HORA R\$ 62,50
ROLO COMPACTADOR	POR HORA R\$ 31,25
ESCAVADEIRA HIDRAULICA	POR HORA R\$ 92,50
ROLO VAP	POR HORA R\$ 56,25
CAMINHÃO CAÇAMBA(TOCO)	R\$ 17,50 por carga – mais o valor de R\$ 1,50 Km que exceder a distância de 5 km distante da sede da Prefeitura.
CAMINHÃO CAÇAMBA TRUQUE	R\$ 22,50 por carga – mais o valor de R\$ 1,50 o Km que exceder a distância de 5 km distante da sede da Prefeitura.

§ 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo, igualmente autorizado, em conceder desconto de 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor apurado, para os serviços em que for efetuado o pagamento em até 30 (trinta) dias da realização dos serviços, constante da tabela de valores de horas máquinas, caminhões e outros equipamentos, materiais e serviços, de propriedade do município de Modelo SC, de que trata o caput deste artigo, em atendimento ao disposto na Lei Municipal 2193/2014- Programa “Melhorias do Campo”.

§ 2º - Os serviços serão executados atendidos a viabilidade técnica, econômica, normas e licenciamento ambiental e de conformidade com as disponibilidades financeiras e cronograma de serviços do DMER (Departamento Municipal de Estradas de Rodagem) e Departamento Municipal da Agricultura.

§ 3º - Para ser beneficiado com o Programa “Melhorias do Campo”

conforme Lei Municipal 2193/2014 e constante deste artigo, o agricultor empreendedor deverá preencher todos os requisitos previstos no Capítulo I desta lei, além dos requisitos específicos previstos para cada Programa junto a Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 3º - O interessado nos serviços de que dispõe este Decreto, de que trata o artigo 1º deste Decreto, deverá requerer ao Município, através do Departamento de Agricultura, Obras e ou DMER, de conformidade com a finalidade dos respectivos serviços, mencionando o local e o número aproximado de horas e ou de cargas a serem utilizadas ou de materiais necessários.

Parágrafo Único - Os serviços solicitados de que dispõe este Decreto serão realizados de conformidade com a disponibilidade do Município, a programação dos serviços, para que não haja solução de continuidade das atividades administrativas, atendido com prioridade o interesse público em obediência ao princípio da economicidade, a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais disposições legais.

Art. 4º - O Departamento Municipal encarregado encaminhará ao Setor de Tributação do Município as informações para lançamento do débito, contendo o nome do beneficiário, a data, o tipo e o tempo de serviço realizado, devidamente assinado pelo beneficiário atestando a realização e recebimento dos serviços e conhecimento de seu lançamento para a respectiva cobrança, e do operador/servidor que realizou o serviço, conforme modelo Anexo I, integrante deste Decreto.

Art. 5º - Somente serão realizados os serviços aos requerentes que estiverem adimplentes com o setor de tributação do Município de Modelo SC.

Art. 6º - O prazo de pagamento será de até 30 dias após a efetivação dos serviços, ficando o beneficiário responsável em retirar junto ao setor de tributação do município a respectiva guia para pagamento do débito lançado.

Parágrafo Único – Após o vencimento, não havendo pagamento, sofrerá acréscimos de correção monetária, juros e multa de conformidade com o Código tributário Municipal e poderá igualmente ser lançado em Dívida Ativa.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 281/2015 de 10/12/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 08 de agosto de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
ASSESSORA DE DEPARTAMENTO

PORTARIA Nº 0139/2016

PORTARIA Nº 0139/2016 DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DO PREFEITO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.253/2016 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando as Leis Municipais nº 1.810/2008 e 2.037/2012, Considerando em especial o § 3º do Art. 4º da Lei Municipal nº 1810/2008, que dispõe: "O gozo de férias correspondentes ao último ano de mandato poderá ser antecipada para o segundo semestre daquele período",

RESOLVE:

Art. 1º - Fica registrado nos assentos funcionais do Prefeito Municipal RICARDO LUIS MALDANER, a fruição de 30 (trinta) dias de férias, a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 01.01.2016 a 31.12.2016, que serão usufruídas no período de 16.08.2016 a 14.09.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 15 de agosto de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): KNAPP & CIA LTDA – VALOR REGISTRADO R\$ 106.000,00 (cento e seis mil reais).

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de perfuração e detonação de rochas destinado para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do Município de Mondaí – SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 064/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é de um ano a partir de sua assinatura.

Mondaí – SC, 15 de agosto de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 44/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 044/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC

OBJETO: Constitui-se objeto deste instrumento a execução de horas de consultoria destinadas à roteirização turística da região da AMEOSC pelo Contratado ao Contratante, conforme características, objetivos e metodologia discutidos e aprovados de comum acordo entre as partes.

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 007/2016

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 15 de agosto de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 46/2016/FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MONDAÍ

CONTRATADO: VIETAO APOIO À GESTÃO DE SAÚDE LTDA

OBJETO: Contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de serviços médicos profissionais na área clínica geral, com carga horária de 08 (oito) horas semanais, para atendimento junto ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, conforme especificações contidas no gráfico que integra a Cláusula Quarta.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 006/2016.

VALOR: R\$ 13.005,00 (treze mil e cinco reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 12 de agosto de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 008/2016

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TRANSPORTES SERNI LTDA

OBJETO: ampliação em 25% (vinte e cinco) por cento a quantidade contratada do item 2 (recolhimento, transporte e deposição final de lixo (ferragens, louça e alumínio, móveis e eletrodomésticos sucateados)), conforme disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 15/2015.

VALOR: Até R\$ 37.500,00 (Trinta e sete mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente Termo Aditivo é a partir de 05 de agosto de 2016 e término previsto para o dia 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 05 de agosto de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº0102/2015

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: IMPERIAL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA

OBJETO: ampliação em 25% (vinte e cinco) por cento a quantidade contratada pedras irregulares, conforme disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

VALOR: R\$ 14.437,50 (Catorze mil quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

ORIGEM: Edital de Tomada de Preços nº 009/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 15 de agosto de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 21 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 64/2016 - PR Processo Administrativo: 92/2016 Processo de Licitação: 92/2016 Data do Processo: 02/08/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 92/2016
b) Licitação Nr.: 64/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/08/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços para eventual contratação de serviços de perfuração e detonação de rochas, destinado para manutenção atividades Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos do Município de Mondai - SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

KNAPP & CIA LTDA. (6512)

1	Serviços de perfuração e detonação de rochas com fornecimento de equipamento, material e serviços	M	2.000,00	0,0000	53,00	106.000,00
Total do Fornecedor:						106.000,00
Total Geral:						106.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00 (159), 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (169)

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ANÁLISE DAS AMOSTRAS PREGÃO Nº 50/2016 – COMPLEMENTAR

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Navegantes
Secretaria de Educação

Navegantes, 29 de Julho de 2016.

ANÁLISE DAS AMOSTRAS PREGÃO Nº 50/2016 – COMPLEMENTAR

Vimos através deste apresentar a análise final das amostras dos itens do Pregão nº50/2016, referente à aquisição de materiais de higiene e produtos de limpeza, a serem utilizados no Paço Municipal e Centros Educacionais do município de Navegantes. Segue dados abaixo:

Empresa: COMERCIAL STORINNY - EPP

CNPJ: 73.977.480/0001-19

Pregão nº 50/2016

ITENS ANALISADOS:

06 – ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% - REPROVADO POR FALTA DE AMOSTRA.

26 – PANO DE CHÃO - REPROVADO POR FALTA DE AMOSTRA.

Atenciosamente,

Nerozilda Pinheiro Ferreira
Secretária de Educação

ATA PREGÃO 07/2016 FUNREBOM - PARECER DA COMISSÃO

ABERTO O CERTAME NO DIA 08 DE AGOSTO DE 2016, COM NE-
NHUM PARTICIPANTE PRESENTE, MAS FOI ENTREGUE UM EN-
VELOPE COM OUTROS TRÊS DENTRO DO MESMO, DA EMPRESA
CLARO S.A. DEVIDAMENTE CREDENCIADA E SE NÃO ENQUADRA
COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VIS-
TADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. COM A PARTI-
CIPAÇÃO DO 3º SARGENTO ADONIS.

APÓS FORA ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA ONDE
SE VERIFICOU QUE A EMPRESA CUMPRIU COM OS REQUISITOS
SOLICITADOS NO EDITAL.

APÓS A SESSÃO DE LANCE FORAM VERIFICADOS OS DOCUMEN-
TOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE A EMPRESA
VENCEDORA CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDI-
TAL.

SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E
ATESTAR A QUALIDADE DOS PRODUTOS CONFORME O DESCRITIVO
DO ITEM NO EDITAL.

NÃO HAVENDO MENSÃO DE RECURSOS. MOMENTO EM QUE SE
ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE
PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

ATA TOMADA DE PREÇO Nº07/2016 FMV

ATA TOMADA DE PREÇO Nº07/2016 FMV

Aberto o certame no dia 15 de agosto de 2016, com a participação das empresas: Cidade Viva, Tranzum, BK2 Engenharia, LePadron, Procidades (presentes) e IMTRAFF, DRZ Geotecnologia e Matricial (ausentes).

Após as considerações iniciais, a Comissão procedeu a abertura dos envelopes de habilitação. São consideradas ME/EPP as empresas BK2, Lepadron e Imtraff (todas apresentaram declaração e certidão simplificada). Já a empresa Matricial apresentou declaração, mas não a certidão simplificada.

Em seguida, os licitantes presentes iniciaram vistas dos documentos.

A empresa Procidades apresentou capital social divergente do que consta na certidão de pessoa jurídica (CAU/CREA). A empresa Matricial apresentou capital social divergente do que consta na certidão de pessoa jurídica (CAU/CREA).

Houve questionamentos quanto aos atestados de capacidade técnica (Mobilidade e transporte) das empresas LEPADRON e DRZ. Porém, segundo a Lepadron, o item 5.4.3 menciona que o objeto deve ser similar ao edital. Desta forma, a Comissão passará os atestados para análise da Fundação Municipal de Vigilância (responsável/solicitante).

A empresa BK2 não apresentou os balanços, apenas o recibo de entrega e termos de abertura e encerramento.

Em razão do tempo, a sessão foi suspensa para análise dos atestados e dos índices contábeis (contador). A ata será publicada no DOM e Site do Município.

Momento em que encerra a sessão.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

AVISO ABERTURA ENVELOPES AMOSTRAS PREGÃO 13/2016 FMS

AVISO - ABERTURA DOS ENVELOPES DE AMOSTRAS PREGÃO 13/2016 FMS

O Município de Navegantes informa da data para abertura dos envelopes de amostras das empresas habilitadas no Pregão 13/2016 FMS. Data: 17/08/2016 – 14h00min. Local: Auditório Prefeitura Municipal de Navegantes. Comissão de Licitação.

AVISO ABERTURA ENVELOPES PROPOSTAS PREGÃO 64/2016 PMN

AVISO - ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS PREGÃO 64/2016 PMN

O Município de Navegantes informa da data para abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas no Pregão 64/2016 PMN. Data: 19/08/2016 – 14h00min. Local: Auditório Prefeitura Municipal de Navegantes. Comissão de Licitação.

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO 24/2016 FMS

Setor de Compras e Licitações

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL 24/2016 FMS

A Prefeitura Municipal de Navegantes torna público que está SUSPENSO por tempo indeterminado, para revisão do edital, o Pregão Presencial 24/2016-FMS, do objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS DESTINADOS À UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Maiores informações poderão ser sanadas pelo telefone (47) 3342-9578. Navegantes, 15 de agosto de 2016 - Roberto Carlos de Souza – Prefeito

EXTRATO ATA: PREGÃO 14/2016 FMS – DESERTA

PARECER DA COMISSÃO JULGADORA PREGÃO PRESENCIAL 14/2016 FMS - DESERTA

RESUMO DA ATA

A PREGOEIRA E A EQUIPE DE APOIO REUNIRAM-SE NO LOCAL E HORÁRIO PREVIAMENTE AGENDADO COM INTUITO DE PROCESSAR E JULGAR AS PROPOSTAS INERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL 14/2016 FMS – DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (AUTOMÓVEIS MODELO HATCH 0KM 1.0 4P), PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AOS AGENTES COMUNITÁRIOS EM COMBATE A DENGUE E AO PROGRAMA DE ESTRATÉGIA DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

RESULTADO: LICITAÇÃO FOI DESERTA.

LAUDO AMOSTRAS PREGÃO 85/2016 PMN

Empresa licitante: PL Fernandes Distribuidora Ltda EPP

Item 01 – peito de frango sem pele e sem osso.

O produto atende aos requisitos do edital.

Sandra Maria Pereira – Nutricionista

Suzana Tiemi Morais - Nutricionista

ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/2016 - ESTACIONAMENTO PRIVATIVO - CARROS OFICIAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC

ORDEM DE SERVIÇO nº 07/2016

CONSIDERANDO que a colocação de propaganda, bonecos, faixas, cavaletes e banners em frente a órgãos públicos e empresas permissionárias de serviços públicos é considerada propaganda eleitoral irregular (art. 14, caput, Resolução TSE nº 23.457/2015);

CONSIDERANDO que a Resolução TSE nº 23.457/2015, proíbe a utilização de bens públicos, de bens de uso comum, de postes de iluminação pública, de árvores e jardins em áreas públicas;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos e empresas permissionárias e concessionárias de serviço público devem não só possuir isenção e transparência, mas efetivamente demonstrar a imparcialidade no processo eleitoral e perante a opinião pública;

RESOLVE:

A todos(as) os(as) Funcionários(as), Secretários(as), Chefes de Gabinete, Procuradora, Subprefeitos e Superintendentes da Prefeitura de Navegantes

Pela presente, como forma de regulamentar a questão do estacionamento, determino que o ESTACIONAMENTO PRIVATIVO (parte interna do estacionamento da Prefeitura) poderá ser utilizado somente para estacionar CARROS OFICIAIS;

Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Demais deverão utilizar o estacionamento público no outro pátio;

Para Secretarias, Escolas, Creches, Unidades de Saúde e afins o estacionamento também está restritivo somente para carros oficiais. Está determinação deverá ter cumprimento imediato.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Navegantes, 15 de agosto de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO 2º TA A ARP Nº 009/2016

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

DETENTOR: MADEIREIRA FAVERO LTDA - ME

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços, consiste no acréscimo de 25% (Vinte e cinco por cento) no item 19 referente ao objeto – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Fundamento Legal: fundamento no item 6.8 e 7.3 da referida ata, no artigo 65, II § 1º da Lei 8.666/93, no artigo 11 do Decreto Municipal Nº 1.694/2009 e na vigência da Ata que é até o dia 18/07/2017.

VALOR: R\$ 577,50 (Quinhentos e setenta sete reais e cinquenta centavos).

Novo Horizonte/SC, em 15 de Agosto de 2.016 – Pregoeiro-ARNO GOLDSCHMIDT

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 048/2015 12/08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DIA: 12/08/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.512,00 (Três mil quinhentos e doze reais).

DATA: 12/08/2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº002/2015, mediante o qual fica CONVOCADO (a), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) no CONCURSO PÚBLICO Nº002/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de CONCURSO PÚBLICO Nº002/2015 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital CONCURSO PÚBLICO Nº002/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
JULIANA DE FREITA BERNHRDT	MÉDICO PSIQUIATRA	20 HS

Orleans, 15 de agosto de 2016.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº006/2016, mediante o qual fica CONVOCADO (a), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo nº 006/2016, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h30min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital de Processo Seletivo nº006/2016 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Edital de Processo Seletivo nº 006/2016, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
CAROLINA BRIGHENTE PADILHA	MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 HS

Orleans, 15 de agosto de 2016.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Ouro

PREFEITURA

004-2016 AACO

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2016

CONVENIENTES - Município de Ouro e a ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO OURO.

OBJETO - o repasse de recursos financeiros para a aquisição de transporte rodoviário intermunicipal aos acadêmicos residentes no Município de Ouro.

VALOR: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DA VIGÊNCIA – De 22/07/2016 a 31/12/2016.

DATA E ASSINATURAS - Ouro (SC), 22/07/2016.– Marcia Pereira Maziero, Município de Ouro, e Angela Moresco, Presidente AACO.

DECRETO Nº 375, FIXA O VALOR DA UNIDADE DE REFERÊNCIA MUNICIPAL - URM PARA O MÊS DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 375, DE 25 DE JULHO DE 2016.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de agosto de 2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de junho de 2016, de 1,69% (um inteiro e sessenta e nove centésimos por cento),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,3417 (três inteiros e três mil, quatrocentos e dezessete dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de agosto de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de agosto de 2016.

Ouro-SC, 25 de julho de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Paial

PREFEITURA

PP 024/2016

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 024/2016 PROCESSO 037/2016

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços e fornecimento de peças para recuperação do veículo Toyota Bandeirante (placa: HQP 7813), da secretaria de obras e infraestrutura do município de Paial, conforme relação de peças e serviços constantes no Anexo I deste edital.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Recebimento das propostas: até as 13hs30min do dia 26/08/2016

Abertura das propostas: 26/08/2016 as 13hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial – SC em 15 de agosto de 2016.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 26 de agosto de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 101/2016, que tem como objeto a Aquisição de materiais especializados, necessários aos serviços de limpeza urbana e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto – SAMAE de Palhoça/SC, através do Sistema de Registro de Preços. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.. Palhoça, 15 de agosto de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

PORTARIA 56/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 56/2016

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora RUTNEIA GONÇALVES DEFREY, para substituir o membro JIZIANI FARIAS PEREIRA na Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nos seguintes processos: 14613/2016, 14614 E 15900.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor a partir desta data.

Palhoça, 15 de agosto de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária Municipal de Administração e Serviços Compartilhados

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 094/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 094/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de peças para substituição em equipamentos na Estação de Tratamento de Esgoto do Loteamento Jardins e Madri, Condomínio Empresarial e Industrial de Palhoça, para uso da Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

BOMMOTOR COMÉRCIO DE BOMBAS E MOTORES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 01, 02,03, 05, 06 e 07, totalizando R\$ 16.177,00 (dezesesseis mil e cento e setenta e sete reais);

GARRA SC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no item 04, totalizando R\$ 2.553,44 (dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Palhoça, 15 de agosto de 2016.

RESULTADO DO PREGÃO 93/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL RP nº 93/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL RP, que tem como objeto a contratação especializada em serviços de Dedetização, desinsetização e desratização a serem utilizados nas unidades de ensino do Município de Palhoça, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS VENCEDORAS:

ALL LUX SERV, COME IMPORTAÇÃO LTDA ME CNPJ 17.178.064/0001-80, ficou classificada no item 01 em seu menor preço, totalizando a importância de R\$ 40.709,35 (Quarenta mil setecentos e nove reais e trinta e cinco centavos).

Palhoça, 15 de agosto de 2016.

SANDRA PEREIRA DE ABREU OLIVEIRA
Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 033/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERMO ADITIVO N.º 033/2016, PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º078/2016 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: – Fica alterada a empresa fornecedora do item 47 (Cloridrato de Ticlopidina 250mg) da Ata de Registro de Preços nº 78/2016 para a PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. DATA: 18/07/2016.

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 86/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 86/2016. Modalidade: Dispensa de Licitação 18/2016. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO DE VEÍCULOS VIA SATÉLITE, COMPREENDENDO A INSTALAÇÃO, EM COMODATO, DE MÓDULOS RASTREADORES E A DISPONIBILIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GERENCIAMENTO COM ACESSO VIA WEB. Valor: R\$ 3.600,00. Contratada: VISAO TOTAL CHAPECO RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR. Palmitos, 11 de Agosto de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Passos Maia

PREFEITURA

ATA N. 0038/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0038/2016

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0058/2016

PREGÃO PRESENCIAL n. 0031/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: CENTRO DE USNAGEM E MANUTENÇÃO PAZ LTDA ME

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços para aquisição de peças e acessórios para a manutenção de caminhões pertencentes a frota do Município de Passos Maia, conforme especificados no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial n. 0031/2016, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante.

Valor: O valor do presente Contrato R\$ 28.594,96 (vinte e oito mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa e seis centavos).

Vigência: – O presente contrato vigera até a data de 12 (doze) meses.

Passos Maia, SC, 12 de agosto de 2016.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2016 - AGENTE ENDÊMICO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 22/08/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Cadastro Reserva Edital nº 03/2016.

Cargo: AGENTE ENDÊMICO
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
04º. 44 ROZILENE MARIA SANTOS

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem

a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 15 de agosto de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2016.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),
() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____
CPF nº. _____, RG nº. _____
Rua= _____, nº. _____
_____, Bairro: _____ Cidade de _____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada
() Efetivo Cargo: ____/____/____
() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____
() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____
() Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____
() Comissionado Cargo: ____/____/____
5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

DECRETO Nº 2780/2016

DECRETO Nº 2780/16

EXONERA GESTOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PENHA – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 14º, da Lei Complementar nº08/2009, e Lei Complementar 047/2011, e outras

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerado o Sr. DORVAL CARVALHO GONÇALVES, do cargo em comissão de Gestor do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Penha – Secretaria de Planejamento, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 2618/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 11 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2781/2016

DECRETO Nº 2781/2016

EXONERA CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica exonerada a Sra. ELISE VICENTE PINHEIRO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, da Secretaria de Administração.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 1496/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 11 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2782/2016

DECRETO Nº 2782/16

NOMEIA – COORDENADOR DE COMPRAS

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013 e outras.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeada a Sra. ELISE VICENTE PINHEIRO, para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE COMPRAS, do Departamento de Compras e Licitações, da Secretaria de Administração, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 12 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2783/2016

DECRETO Nº 2783/16
NOMEIA SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado, o Sr. DORVAL CARVALHO GONÇALVES, para ocupar o cargo em comissão de Superintendente da Fundação Municipal de Esportes, a contar desta data.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 12 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

DECRETO Nº 2784/2016

DECRETO Nº 2784/2016
NOMEIA CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeada a Sra. VANESSA FONTANA PACHECO, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO I, da Secretaria de Administração.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 12 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

TERMO ADITIVO Nº 41/2016 FMS

2º TERMO ADITIVO Nº 041/2016 - FMS
AO CONTRATO Nº 28/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 041/16 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 28/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) ANA CRISTINA DE CASTRO ALMEIDA, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 065.683.186-39, residente e domiciliado(a) na Balneário Camboriú/SC, na Rua Nova Iguaçu, nº 43, Nova Esperança, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº28/2016, fica prorrogado até 13/11/2016, a contar de 14/08/2016.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 12 de agosto de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES ANA CRISTINA DE CASTRO ALMEIDA PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Petrolândia

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO - BETHA SISTEMAS

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2013

Termo aditivo que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ: 00.456.865/0001-67. Objeto: FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, COMPREENDENDO LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES TEMPORÁRIAS E NÃO EXCLUSIVAS, A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA, MIGRAÇÃO DE DADOS ORIUNDOS DE SISTEMAS LEGADOS, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DO SISTEMA. Data: 10/08/2016. Petrolândia, 16 de agosto de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

4º TERMO ADITIVO - SERRANA ENGENHARIA

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2012

Termo Aditivo que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Agricultura e a EMPRESA SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ: 83.073.536/0001-64. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. Data: 29/07/2016. Valor dos Serviços: R\$ 200.030,28. Petrolândia, 16 de agosto de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.430, DE 01 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 4.430, DE 01 DE AGOSTO DE 2016
DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 4.417.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.
DECRETA

Art. 1º Fica revogado o decreto nº 4.417 que dispõe sobre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, com data de 10 de junho de 2016. Na seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINAN-
CAS
Função: 23 - Comércio e Serviços
Subfunção: 695 - Turismo
Programa: 22 - Promoção Do Turismo
Ação: 2.41 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES VOLTADAS AO TURISMO
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior

Total Revogado
.... R\$ 30.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 01 DE AGOSTO DE 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA Nº 1.897, DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.897, DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 08 DE JULHO DE 2014 QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA – NASF, MODALIDADE NASF-3, CRIA EMPREGOS QUE ESPECIFICA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada composição do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, modalidade NASF-3, composto pelos seguintes profissionais de nível superior:

- I – Fisioterapeuta, duas vagas;
- II – Nutricionista;
- III – Psicólogo.

Art. 2º Para atender os objetivos desta lei, fica alterado o Quadro de Pessoal da Administração Direta, os empregos públicos de provimento efetivo relacionados no Anexo I da Lei Complementar nº 204/2014, Regime Jurídico Celetista, com a remuneração já prevista na referida Lei Complementar.

Parágrafo único. O regime jurídico para os cargos de que trata o

art. 1º desta lei é o Celetista, regulamento pela Lei Complementar nº 141, de 22 de agosto de 2007.

Art. 3º As atribuições dos empregos de que trata esta lei são às constantes da Lei Complementar 204/2014.

Art. 4º Fica extinto o cargo de Professor de Educação Física, constante no anexo I da Lei Complementar nº 204/2014.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotação orçamentárias consignadas no orçamento em vigor.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de agosto de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 449, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 449, DE 11 DE agosto DE 2016.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA JURCELEI BERTHA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora JURCELEI BERTHA, ocupante do emprego público de Assistente Social - cras, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 07/01/2015 a 06/01/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 15 de agosto de 2016 a 29 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 11 de agosto de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 450, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 450, DE 11 DE agosto DE 2016.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA ELOIZA FELCHILCHER.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora ELOIZA FELCHILCHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de recursos Humanos, 15 (quinze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 06/04/2015 a 05/04/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 15 de agosto de 2016 a 29 de agosto de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 11 de agosto de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4586/2016

DECRETO Nº 4586/2016, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 5.265,62 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais com sessenta e dois centavos), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 12 de agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4586/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
12/08/2016	1	Adicionar	5.265,62	147	2	44900000000000	1000 - Recursos Ordinários
12/08/2016	2	Subtrair	5.265,62	145	2	33900000000000	1000 - Recursos Ordinários
TOTAL DA ENTIDADE			5.265,62				

Planalto Alegre/SC, em 12 de agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 072/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 072/2016

NOMEIA A SENHORA JESSICA FERNANDA MELLO PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE SETOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PLINIO DALLACORTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora JESSICA FERNANDA MELLO, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor de Desenvolvimento de Atividades Culturais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horaria de 40hrs semanais, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 09 de Agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se

PORTARIA 073/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 073/2016

NOMEIA A SENHORA JOZIELI RIBEIRO DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO COMISSONADO DE CHEFE DE SETOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

PLINIO DALLACORTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora JOZIELI RIBEIRO DOS SANTOS, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Setor de Iniciação ao Esporte Amador, lotada na Secretaria Municipal de Esportes, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horaria de 40hrs semanais, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 09 de Agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se

PORTARIA 075/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 075/2016

DESLOCA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EGYDIO MUCELINI DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Art. nº 35 da Lei Municipal nº 279, de 29 de dezembro de 2001, o Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal Sr. EGYDIO MUCELINI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo Único – A remoção de ofício de que trata o caput deste Artigo, não altera as funções do referido cargo, bem como não lhe atribuem quaisquer remunerações extras aquelas atinentes a suas funções.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 11 de Agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA 076/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 076/2016

DESLOCA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLOE ROANI DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no Art. nº 35 da Lei Municipal nº 279, de 29 de dezembro de 2001, o Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Servidora Pública Municipal Sra. CLOE ROANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo Único – A remoção de ofício de que trata o caput deste Artigo, não altera as funções do referido cargo, bem como não lhe atribuem quaisquer remunerações extras aquelas atinentes a suas funções.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 15 de Agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 077/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 077/2016

NOMEIA O SENHOR RODRIGO SEIDEL PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE SECRETARIO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PLINIO DALLACORTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor RODRIGO SEIDEL, para exercer o cargo comissionado de Secretario Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, regime estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horaria de 40hrs semanais, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 15 de Agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 078/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 078/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 61 da Lei Municipal nº 279, de 29 de novembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao (s) Servidor (es) Público (s) Municipal, GILVANIA MARIA ROANI FELIPPI, Agente Comunitária de Saúde, lotada (s) na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de 16/08/2016 a 14/09/2016, referente ao período aquisitivo de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre – SC, em 15 de Agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

PORTARIA Nº 69/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 069/2016

NOMEIA A SENHORA VANICE CRISTINA DE MELLO PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

PLINIO DALLACORTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora VANICE CRISTINA DE MELLO, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horaria de 40hrs semanais, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 05 de Agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se

PORTARIA Nº 70/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 070/2016

NOMEIA A SENHORA ESIQUIELA MARIA LISTONE PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE GABINETE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

PLINIO DALLACORTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora ESIQUIELA MARIA LISTONE, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Gabinete, lotada na Secretaria

Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horaria de 40hrs semanais, percebendo valores fixados no anexo II da Lei Complementar nº 11 de 12 de março de 2009 e suas alterações.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 05 de Agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se

PORTARIA Nº 71/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 071/2016

NOMEIA A SENHORA MAKELLY RUTHE BACK SJLENDER PARA ATUAR EM CARATER TEMPORARIO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

PLINIO DALLACORTE, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº 045/2013, Lei Complementar nº 50/2014 e Edital de processo Seletivo nº 01/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora MAKELLY RUTHE BACK SJLENDER, de acordo com o inciso IV da lei Complementar nº 045/2013 e inciso II do Art. 4º da lei Complementar nº 50/2014 para exercer em caráter temporário, no período de 05/08/2016 a 05/08/2018, o cargo de Psicóloga – PAIF, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, regime estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, com carga horaria de 40hrs semanais, percebendo valores fixados na Lei Municipal nº 587/2011.

Art. 2º para fazer frente às despesas decorrentes deste decreto serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, 05 de Agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Pomerode

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 043 / 2016 TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 008 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 043 / 2016

TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 008 / 2016

A Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria n.º 20.379/2016, torna público o Resultado de Licitação do Processo Administrativo n.º 043 / 2016 na modalidade de Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO VIÁRIO E DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DOS ATIRADORES, POMERODE/SC, INCLUINDO TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, PASSEIO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS LINDEIROS AO TRECHO PROJETADO PARA POSTERIOR LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO", como segue: Empresas habilitadas com propostas classificadas – Preço Global: - IGUATEMI – CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA / Valor Proposta: R\$331.562,50; - AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA – ME / Valor Proposta: R\$327.937,50; e – ESTEL ENGENHARIA LTDA EPP / Valor Proposta: R\$329.610,72. Fica declarada vencedora do certame a Empresa AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA – ME, com a menor proposta no valor global de R\$327.937,50 (trezentos e vinte e sete mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Pomerode / SC, 15 de Agosto de 2016.

MARCOS ALBERTO REITER

Presidente da Comissão de Licitações

ALCINO SIEWERT

Secretário

EDUARDO JOSÉ PANDOLFO

Membro

Porto Belo

PREFEITURA

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 025/2016 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão – Registro de Preço - 025/2016 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e implantação de placas e materiais de sinalização para suprir as necessidades do Departamento de Trânsito do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 25/08/2016, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: às 14:01 horas do dia 25/08/2016, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 15 de agosto de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 990/2016

DECRETO Nº 990, de 27 de julho de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3390 – 170 – Aplicações Diretas	184	50.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		50.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na Fonte 170 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Saúde – Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 27 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças

ROGÉRIO LUÍS STASIAK

Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

DECRETO Nº 991/2016

DECRETO Nº 991, de 12 de agosto de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2009 – Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	33	60.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	15	80.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		140.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação na Fonte 104 – 25% dos Impostos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 992/2016

DECRETO Nº 992, de 12 de agosto de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 32.016,98 (Trinta e dois mil, dezesseis reais e noventa e oito centavos):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2009 – Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	4490 – 3170 – Aplicações Diretas	53	32.016,98
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		32.016,98

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de recursos provenientes de superávit financeiro do exercício 2015, na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 993/2016

DECRETO Nº 993, de 12 de agosto de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2004 – Manutenção DEMUTRAN		
MODALIDADE	4490 – 3167 – Aplicações Diretas	217	77.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		77.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit do exercício 2015, na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 994/2016

DECRETO Nº 994, de 12 de agosto de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2004 – Manutenção DEMUTRAN		
MODALIDADE	4490 – 167 – Aplicações Diretas	216	120.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		120.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício, na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2016 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 014/2016 – FAS.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 011/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para contratação de empresa para prestação de serviços de auxílio funeral. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 12 de setembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 082/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 154/2016.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 082/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de gêneros de alimentação e material de higiene e limpeza para manutenção da Prefeitura Municipal de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 09 de setembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 083/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 155/2016.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 083/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de móveis para equipar o Departamento Municipal de Trânsito. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 12 de setembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 084/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 156/2016 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 084/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de produtos alimentícios para o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 13 de setembro de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 15 de agosto de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.409/2016

LEI Nº 4.409, de 10 de agosto de 2016.

Denomina "Doralice de Aquino Micalichen" a via pública localizada entre as Ruas Nilo Peçanha e Carlos Evaldo Unterstell, no Bairro São Pedro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Doralice de Aquino Micalichen", a via pública localizada entre as Ruas Nilo Peçanha e Carlos Evaldo Unterstell, no Bairro São Pedro, conforme croqui anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 10 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO I

Doralice de Aquino Micalichen nasceu no dia vinte de fevereiro de um mil novecentos e trinta, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina. Filha de João Fernandes de Aquino e Santa de Aquino.

Casou-se com Estefano Micalichen, morador de nossa cidade, carpinteiro conhecido no Bairro São Pedro. Desta união tiveram nove filhos: Rose Micalichen (in memorian), Valdira Micalichen Rodowski, Maurício Micalichen (in memorian), Walderis Bohn, Mari Micalichen, Mario Micalichen, Marcos Micalichen, Manoel Micalichen e Marcio Micalichen. Teve nove netos e vinte e um bisnetos.

Dona Doralice, como era conhecida, e toda família sempre moraram no Bairro São Pedro. Dedicaram-se à agricultura, agropecuária e fruticultura no terreno onde hoje é a COHAB. Comercializavam doces, geléias, frutas secas, venda de leite e derivados. Desde pequena teve o exemplo e a dedicação dos pais aos mais necessitados, com isso aprendeu ajudar os mais carentes e desprovidos. Trabalhou com o cultivo das plantas medicinais e chás que sugeria para as pessoas que procuravam seu auxílio. Além dos afazeres domésticos costurava para ter mais uma fonte de renda. Sempre residiu com a família no Município de Porto União, no Bairro Tócos, sendo uma das primeiras moradoras do local, hoje Bairro São Pedro.

Dona Dora, como era popularmente conhecida, era muito especial e querida no Bairro São Pedro. Dedicou seus oitenta e um anos de vida ao trabalho à comunidade, deixando muitos exemplos e admiração por todos que a conheceram.

Pelo exemplo de cidadania, por sua representatividade e trajetória de vida, a família de Doralice de Aquino Micalichen ficará honrada em ter seu nome nessa via pública que era de propriedade de seu pai, no Bairro São Pedro. Portanto, esta homenagem ficará eternizada na memória e na história, não só dos moradores do Bairro São Pedro, mas em todo Município de Porto União.

PORTARIA Nº 521/2016 - RH

PORTARIA Nº 521, de 5 de agosto de 2016.

Designa responsável pela Controladoria do Município de Porto União e concede função gratificada.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR COMO RESPONSÁVEL PELA CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, a servidora efetiva Laureci Freisleben, nos termos do Parágrafo Único do Art. 1º da Lei nº 2.819, de 23 de dezembro de 2002, com redação dada pela Lei nº 4.408, de 19 de julho de 2016.

Art. 2º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Equipe de Trabalho de 30% (trinta por cento), à referida servidora conforme Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 3 de agosto de 2016.

Porto União - SC, em 5 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO ADITIVO 02/2016 AO CONTRATO 07/2014

Extrato de Termo Aditivo nº 002/2016 ao Contrato 007/2014

AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União

Partes: AMASPU e VALDIR FERREIRA INFORMÁTICA - ME

Vigência: prorrogação por 12 (doze) meses.

Base legal: artigo 57, IV, da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 19 de agosto de 2016.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

VALDIR FERREIRA INFORMÁTICA - ME.

Contratada

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 147 DE 15.08.2016

DECRETO Nº. 147, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 021 de 30 de dezembro de 2015, Lei nº. 228, de 29 de outubro de 2001, Edital de Processo Seletivo nº. 002/2015, de 10 de Julho de 2015, e Ata nº. 029/2016,

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Educação;

CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, a falta de profissionais efetivos para suprir as necessidades educacionais para o ano letivo de 2016;

CONSIDERANDO, o número máximo de alunos permitido para cada Profissional da educação;

CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada a Educação e, que a oferta ou não oferta irregular do ensino implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a continuidade dos trabalhos relativos à educação, bem como o comprimento do calendário do ano letivo, sem prejuízo aos alunos.

CONSIDERANDO a aposentadoria especial da Professora titular da vaga, Adenice Maria Winter Noll, a partir da data de 12.08.2016, benefício número 1769005827;

CONSIDERANDO a vacância do cargo, conforme artigo 57, inciso V da Lei nº. 109 de 28 de Dezembro de 2004;

CONSIDERANDO, a indisponibilidade de profissionais concursados para assumirem a vaga e a inexistência de Concurso Público vigente para a nomeação;

CONSIDERANDO, a existência de Processo Seletivo nº. 002/2015 para o cargo de Professor de Ensino Fundamental, homologado até a data de 02.07.2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada IVANETE DA SILVA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Romilda Beckenkamp, número 175, Bairro São Luiz, Município de São José do Cedro, portadora do CPF nº. 028.293.429-41 professora habilitada, classificada em 4º lugar no Edital de Processo Seletivo nº 002/2015, para atuar no cargo e função de Professor de Educação Fundamental, 4º ano, na Escola Pública Municipal Renascer, 20 horas semanais, turno matutino, assumindo a vaga a partir de 15.08.2016, até o final do ano letivo de 2016. Essa nomeação se fundamenta pela aposentadoria especial da Professora titular da vaga Adenice Maria Winter Noll em 12.08.2016.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 15.08.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
15 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

DECRETO 148 DE 15.08.2016

DECRETO Nº 148, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS (APÓS OS RECURSOS) RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições (Após os recursos) dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo Edital nº 003/2016 da Prefeitura Municipal de Princesa – SC.

Monitor de Creche			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435932	Alessandra Carol Markus	HOMOLOGADA
2	416108	Ana Paula Knop	HOMOLOGADA
3	436746	Carina Bonfante	HOMOLOGADA

4	438026	Cleice da Silva	HOMOLOGADA
5	436098	Debora Marta Bruzzo	HOMOLOGADA
6	417685	Deisi Gralow	HOMOLOGADA
7	437858	Edeli Dittrich Bolgenhagen	HOMOLOGADA
8	436925	Fernanda Fatima Franzosi Castelli	HOMOLOGADA
9	437351	Giordana Monique Lorenzon	HOMOLOGADA
10	435203	Irene Margarida Nardes Hofstaetter	HOMOLOGADA
11	431798	Juliana Ines Kern	HOMOLOGADA
12	428641	Marciane Bitsch	HOMOLOGADA
13	438100	Marinalva De Moraes	HOMOLOGADA
14	435745	Micheli Carla Sartori	HOMOLOGADA
15	437516	Rosane Dos Santos	HOMOLOGADA
16	435655	Salete Terezinha Gerlach	HOMOLOGADA
17	432915	Sandra Zanotelli Martinelli	HOMOLOGADA
18	437971	Simone Patricia Corti	HOMOLOGADA
19	436814	Taisa Markus	HOMOLOGADA
20	437737	Thais Regina Hoffmann	HOMOLOGADA

Professor de Artes - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435629	Marines Philipsen	HOMOLOGADA
2	419005	Rubia Taisi Pinheiro	HOMOLOGADA
3	417088	Silvana Ester Delevatti	HOMOLOGADA

Professor de Artes – Não Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

--	--	--	--

Professor de Educação Física - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435663	Ana Jucely De Souza	HOMOLOGADA
2	428743	Carolina Brustolin	HOMOLOGADA
3	423810	Caroline Markus	HOMOLOGADA
4	435462	Eider Carlos Silva	HOMOLOGADA
5	436400	Gustavo Andrioli	HOMOLOGADA
6	417730	Jaqueline Lazzari	HOMOLOGADA
7	435709	Jossiel Becker	HOMOLOGADA
8	435657	Karen Zanetti Bizotto	HOMOLOGADA
9	430096	Leandro Schein	HOMOLOGADA
10	426548	Paloma Schuerz	HOMOLOGADA
11	436603	Sirlei Rubin	HOMOLOGADA

Professor de Educação Física - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	427358	Elizandra Fontana	HOMOLOGADA
2	437306	Guilherme Smaniotto Toigo	HOMOLOGADA

Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
----	------	-----------	--------------------

1	435370	Adenice Maria Winter Noll	HOMOLOGADA
2	435987	Aline Cristina Dittrich	HOMOLOGADA
3	419451	Claudiane Pauli	HOMOLOGADA
4	424953	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	HOMOLOGADA
5	425807	Daiane Pavin	HOMOLOGADA
6	428485	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	HOMOLOGADA
7	431080	Deise Michele Tiecher	HOMOLOGADA
8	428284	Dionara Decarli	HOMOLOGADA
9	435814	Edina Seibel Backes	HOMOLOGADA
10	436380	Eduarda Noro	HOMOLOGADA
11	436804	Elisandra Dos Reis	HOMOLOGADA
12	425589	Franciele Da Rosa	HOMOLOGADA
13	437968	Ivanete Zimmer	HOMOLOGADA
14	437663	Janete Bernardy	HOMOLOGADA
15	435940	Jovana Neinas	HOMOLOGADA
16	436454	Judite Lorenzon Deicke	HOMOLOGADA
17	425854	Juliana Seibel Freddi	HOMOLOGADA
18	428066	Keila Cieplak	HOMOLOGADA
19	419467	Mara De Re	HOMOLOGADA
20	427067	Marcia Beatriz Stein Scain	HOMOLOGADA
21	428242	Patricia Noll	HOMOLOGADA
22	418443	Rosamar Mazzoneto	HOMOLOGADA
23	435635	Vera Lucia Schmitz	HOMOLOGADA

Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Habilitado com Magistério

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	429449	Helena Cristine Pacheco	HOMOLOGADA
2	430807	Maria Carolina Araujo Johner	HOMOLOGADA
3	420850	Marisa Lassen	HOMOLOGADA
4	435925	Roseli Maria Bonfante	HOMOLOGADA

Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436118	Cristiane Knob	HOMOLOGADA
2	437719	Cristiane Maria Bolgenhagen	HOMOLOGADA
3	437659	Marta Elena Bernardy Apio	HOMOLOGADA

Professor de Ensino Infantil - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435413	Aline Andreia Spironello	HOMOLOGADA
2	435989	Aline Cristina Dittrich	HOMOLOGADA
3	424164	Ana Maria Casagrande Conferri	HOMOLOGADA
4	426806	Angela Cristina Both	HOMOLOGADA
5	427227	Beatriz De Mello Martini	HOMOLOGADA
6	418364	Camila Regina Kummer Brum	HOMOLOGADA
7	436227	Catiane Regina Lavall	HOMOLOGADA
8	435815	Edina Seibel Backes	HOMOLOGADA
9	436381	Eduarda Noro	HOMOLOGADA

10	435360	Elisiane Alves	HOMOLOGADA
11	435808	Ivanete Da Silva	HOMOLOGADA
12	437969	Ivanete Zimmer	HOMOLOGADA
13	434689	Juliana Both Maldaner	HOMOLOGADA
14	425855	Juliana Seibel Freddi	HOMOLOGADA
15	428756	Juliane Kafer	HOMOLOGADA
16	437597	Katia Sirlene Kuhn Dallo	HOMOLOGADA
17	436117	Leila Sandra Baierle Bittencourt	HOMOLOGADA
18	427068	Marcia Beatriz Stein Scain	HOMOLOGADA
19	436902	Neiva Maria Becker Bossa	HOMOLOGADA
20	418444	Rosamar Mazzoneto	HOMOLOGADA
21	428724	Sandra Luiza Back	HOMOLOGADA
22	430162	Yeligel Laris Delevatti	HOMOLOGADA

Professor de Ensino Infantil - Habilitado com Magistério

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	429450	Helena Cristine Pacheco	HOMOLOGADA
2	437007	Lidiane Siqueira Weppo	HOMOLOGADA
3	430808	Maria Carolina Araujo Johner	HOMOLOGADA

Professor de Ensino Infantil - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437570	Andressa Gräf	HOMOLOGADA
2	436119	Cristiane Knob	HOMOLOGADA
3	416950	Daiane Cristina Giehl	HOMOLOGADA
4	430193	Karline Elizabete Back	HOMOLOGADA
5	437480	Lisane Lucia Warken	HOMOLOGADA
6	437660	Marta Elena Bernardy Apio	HOMOLOGADA
7	416139	Natalia Pasqualon	HOMOLOGADA

Professor de Espanhol - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437295	Arci Deicke Pagno	HOMOLOGADA
2	431829	Graciela Neumann	HOMOLOGADA
3	437021	Marcele Dreyer Schneider	HOMOLOGADA
4	435748	Raquelly Taube	HOMOLOGADA

Professor de Espanhol - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	425378	Vanderlisse Ribeiro Alves	HOMOLOGADA

Segundo Professor – Ensino Fundamental e Ensino Infantil - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435414	Aline Andreia Spironello	HOMOLOGADA
2	424165	Ana Maria Casagrande Conferri	HOMOLOGADA
3	426807	Angela Cristina Both	HOMOLOGADA
4	427228	Beatriz De Mello Martini	HOMOLOGADA
5	418365	Camila Regina Kummer Brum	HOMOLOGADA

6	436228	Catiane Regina Lavall	HOMOLOGADA
7	424954	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	HOMOLOGADA
8	428486	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	HOMOLOGADA
9	431081	Deise Michele Tiecher	HOMOLOGADA
10	428285	Dionara Decarli	HOMOLOGADA
11	436805	Elisandra Dos Reis	HOMOLOGADA
12	435361	Elisiane Alves	HOMOLOGADA
13	425590	Franciele Da Rosa	HOMOLOGADA
14	437664	Janete Bernardy	HOMOLOGADA
15	435941	Jovana Neinas	HOMOLOGADA
16	434690	Juliana Both Maldaner	HOMOLOGADA
17	428067	Keila Cieplak	HOMOLOGADA
18	419468	Mara De Re	HOMOLOGADA
19	428243	Patricia Noll	HOMOLOGADA
20	428725	Sandra Luiza Back	HOMOLOGADA
21	436868	Tathiane Mary Garcias Stanguerlin	HOMOLOGADA

Vigia

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437212	Alex Verfer	HOMOLOGADA
2	428314	Anderson Cassiano Noll	HOMOLOGADA
3	437276	Carlos Reckziegel	HOMOLOGADA
4	437395	Evair Salvati	HOMOLOGADA
5	427265	Maico Luis Klauss	HOMOLOGADA
6	437857	Mateus Della Flora	HOMOLOGADA
7	418236	Nelson Mendes da Silva Andrade	HOMOLOGADA
8	437010	Uelinton Joao Da Silva	HOMOLOGADA

Art. 2º. Foram homologadas todas as inscrições que cumpriram com os requisitos exigidos no Edital de Processo Seletivo nº 003/2016, do município de Princesa/SC.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,

15 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 42/2016 - JOHN RR SEGURANÇA LTDA - ME

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: JOHN RR SEGURANÇA LTDA - ME

Contrato: 42/2016-PM

Processo Licitatório: 69/2016-PM

Pregão Presencial: 49/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇO DE SEGURANÇA para as festividades oficiais do XXI Aniversário do Município de Princesa/SC".

Data da Assinatura: 15/08/2016

Data da Publicação: 16/08/2016

Vigência: de 16/08/2016 a 15/10/2016

Valor Total previsto do contrato: R\$ 3.070,00 (três mil e setenta reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

EXTRATO DE CONTRATO 43/2016 - PÁTRIA SEGURANÇA LTDA - ME

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: PÁTRIA SEGURANÇA LTDA - ME

Contrato: 43/2016-PM

Processo Licitatório: 69/2016-PM

Pregão Presencial: 49/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇO DE SEGURANÇA para as festividades oficiais do XXI Aniversário do Município de Princesa/SC".

Data da Assinatura: 15/08/2016

Data da Publicação: 16/08/2016

Vigência: de 16/08/2016 a 15/10/2016

Valor Total previsto do contrato: R\$ 3.560,00 (três mil, quinhentos e sessenta reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

PORTARIA Nº. 106, DE 15/08/2016

PORTARIA Nº. 106, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a servidora DAIANE PAGNO, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Município de Princesa, portadora do CPF nº. 056.464.959-70, ocupante do cargo e função de Agente Administrativo, para responder por todos os atos inerentes ao setor de Recursos Humanos e Pessoal, sem ônus para o Município.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 02.03.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 15 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 107, 15.08.2016

PORTARIA Nº. 107, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a servidora EDINÉIA INÊS WILLE, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de São José do Cedro, Linha Mariflor, portadora do CPF nº. 046.868.329-18, ocupante do cargo e função de Agente Administrativo, para responder por todos os atos inerentes ao setor de Patrimônio, sem ônus para o Município.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01.08.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 15 de Agosto de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 089/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 089/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016

INTERESSADO: DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Aos quatro (04) dia do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, CEP 89.160-900, devidamente representado e assistido, e a empresa Sebold Comercial Atacado de Produtos, Alimentos e Equipamentos Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.196.745/0001-42, com sede a Rua Treze de Junho, 798, Bairro Flor de Nápolis, São José, Estado de Santa Catarina, CEP 88.106-470, por seu representante legal, Sr Luiz Fernando Sebold, portadora do RG nº 4.430.088-3SSP/SC, inscrita no CPF sob o nº 051.400.039-29, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 042/2016, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para diversas Secretarias Municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 278130 - SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
11	Flanela para limpeza, 38 x 58.	U	Martimpanos	300	R\$1,42	R\$426,00
12	Limpa vidro, 500 ml.	U	Sauba	550	R\$3,18	R\$1.749,00
19	Sabao em po, pct 1kg	U	ULTRA CLASS	300	R\$4,37	R\$1.311,00
21	Saponáceo cremoso, 300 ml.	U	Sauba	300	R\$2,76	R\$828,00
34	Absorvente simples, com abas, neutro, pacote com 8 unidades	U	COTTON BABY	50	R\$3,87	R\$193,50
35	Alvejante, 05 litros.	U	Limpinha	400	R\$20,65	R\$8.260,00
38	Aparelho de barbear	U	Fiat Lux	1.500	R\$2,59	R\$3.885,00
43	Cera em pasta, 400 gr.	U	andreaia	200	R\$8,82	R\$1.764,00
46	CLORO (HIPOCLORITO DE SÓDIO 5,63%) - 5 LITROS	Glão.	RARIDADE	500	R\$18,00	R\$9.000,00
47	Creme de Barbear	U	BIC	200	R\$7,00	R\$1.400,00
62	Esponja dupla Face Antibactericida 110mm x 75mm x 20mm.	U	Bettanin	500	R\$1,08	R\$540,00
79	Pente para cabelo.	U	SBRISSA	50	R\$5,30	R\$265,00
85	Sabonete liquido, 5 litros.	U	Max	300	R\$19,70	R\$5.910,00
88	Shampoo	U	Sauba	150	R\$5,80	R\$870,00
94	Fio Dental 100 metros	und	MEDFIO	200	R\$4,50	R\$900,00
95	Lenco de papel facial em folha dupla de alta qualidade pct com 4 unidades medindo aproximadamente 14,8 X 21,5cm	U	KISS	100	R\$14,95	R\$1.495,00
98	Garrafa térmica com vidro 1,8 litros. Corpo em polipropileno. Dimensões 200x150x390mm	U	TERMOLAR	200	R\$154,90	R\$30.980,00
Total do Fornecedor:						R\$69.776,50
Total Geral dos Itens:						R\$69.776,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Sebold Comercial Atacado de Produtos, Alimentos e Equipamentos Ltda - ME

Procurador



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 090/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 090/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016

INTERESSADO: DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Aos quatro (04) dia do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, CEP 89.160-900, devidamente representado e assistido, e a empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP inscrita com o CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede a Rua do Comércio, s/nº, BR 283, Centro, Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP 89.882-000, por seu representante legal, Srª Renata Raquel Ahlf dos Santos, portadora do RG nº 4.256.445, inscrita no CPF sob o nº 005.351.199-92, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 042/2016, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para diversas Secretarias Municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 436771 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
7	Detergente concentrado 5lt	U	FLEX	100	R\$9,95	R\$995,00
26	Limpador perfumado 05 litros.	U	FLEX	200	R\$16,58	R\$3.316,00
37	Amarrador de cabelo, resistentes, várias cores - pacote c/50	U	H20	50	R\$7,00	R\$350,00
48	Creme Dental, 90 gr.	U	FREDENTT	250	R\$2,43	R\$607,50
52	Detergente 5 litros.	U	FLEX	250	R\$15,50	R\$3.875,00
53	Detergente liq c/ 500 ml	U	FLEX	400	R\$1,37	R\$548,00
58	Escova dental, macia, tamanho médio.	U	SQ	400	R\$3,68	R\$1.472,00
68	Inseticida Aerosol Líquido 300 ml.	FR	DEXTER	100	R\$9,50	R\$950,00
77	Papel toalha interfolha 2 dobras branco, com 1000 folhas.	Pct	guipel	2.000	R\$13,90	R\$27.800,00
Total do Fornecedor:						R\$39.913,50
Total Geral dos Itens:						R\$39.913,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP

Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 092/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 092/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016

INTERESSADO: DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Aos quatro (04) dia do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, CEP 89.160-900, devidamente representado e assistido, e a empresa JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME, inscrita com o CNPJ sob o nº 13.965.228/0001-68, com sede a Av. 24 de Outubro, 930, Centro, Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, CEP 88.680-000, por seu representante legal, Sr Luiz Antônio Junckes, portadora do RG nº 4.554.108, inscrita no CPF sob o nº 064.386.889-59, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 042/2016, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para diversas Secretarias Municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 445860 - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	-------	------------	----------------	-------------

27	Saco p/ lixo 200 litros, emb. com 100 unid., 0,9 micra	U	Ideal	100	R\$57,75	R\$5.775,00
28	Saco para lixo 150 litros, emb. com 100 unid., 0,9 micra	SC	Ideal	400	R\$69,00	R\$27.600,00
29	Saco p/ lixo 100 litros, pacotes com 10 sacos.	U	Ideal	200	R\$59,90	R\$11.980,00
30	Saco p/ lixo 50 litros c/ 100 un., 0,3 micra	U	Ideal	400	R\$12,59	R\$5.036,00
31	SACO DE LIXO 20 LTS c/ 100 unidades 0,4mc	U	Ideal	300	R\$6,80	R\$2.040,00
76	Papel toalha 22 x 22,8 c/ 2 rolos picotados e gofrados	Pct.	DALMATA	500	R\$5,18	R\$2.590,00
81	Rodo com duas borrachas, com cabo.	U	HARACEM	50	R\$16,88	R\$844,00
86	Saco de lixo 30 litros, pct com 100 un, micra 40x55x4	Pcts.	Ideal	400	R\$24,90	R\$9.960,00
93	Limpa forno.	U	PRATIK	50	R\$9,70	R\$485,00
Total do Fornecedor:						R\$66.310,00
Total Geral dos Itens:						R\$66.310,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI ME
Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 093/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 093/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016

INTERESSADO: DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Aos quatro (04) dia do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, CEP 89.160-900, devidamente representado e assistido, e a empresa Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda - ME., inscrita com o CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, com sede a Rua Brasília, 220-D, Jardim Itália, Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.802-320, por seu representante legal, Sr. Ivanor de Lima Pinto, portador do RG nº 3570747, inscrita no CPF sob o nº 017.776.399-05, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 042/2016, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para diversas Secretarias Municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 452491 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Desinfetante Concentrado Floral Diluição 1/50 - 5Lt	Gl	CLASSLIMP	1.100	R\$8,32	R\$9.152,00
8	Detergente para limpeza pesada, com 5 litros, concentrado, diluição 1/100.	U	CLASSLIMP	100	R\$19,33	R\$1.933,00
14	Papel Higiênico Rolão 8 x 600 metros - Branco c/ 8	Frd.	QUALILUX	200	R\$41,08	R\$8.216,00
15	PAPEL HIGIÊNICO C/ 04 ROLOS DE 30 MTS CADA	Pct.	QUALILUX	100	R\$42,67	R\$4.267,00
17	Rodo Cabo de Alumínio Absorvente	und	desafio	50	R\$7,90	R\$395,00
25	Cera líquida incolor, 5 litros.	U	ILO	20	R\$26,18	R\$523,60
36	Amaciante 2 litros	U	lar	250	R\$4,52	R\$1.130,00
44	Cera líquida 5lts, incolor	Gl	ILO	500	R\$29,33	R\$14.665,00

49	Desengordurante concentrado com 5 litros, diluição 1/400.	U	CLASSLIMP	200	R\$38,77	R\$7.754,00
Total do Fornecedor:						R\$48.035,60
Total Geral dos Itens:						R\$48.035,60

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda - ME

Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 094/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 094/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016

INTERESSADO: DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Aos quatro (04) dia do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, CEP 89.160-900, devidamente representado e assistido, e a empresa Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda., inscrita com o CNPJ sob o nº 04.584.756/0001-86, com sede a Rua Humberto de Campos, 836, Bairro Sagrado Coração de Jesus, Lages, Estado de Santa Catarina, CEP 88.508-190, por seu representante legal, Sr. Luciano Cruz Facina, portador do RG nº 9/R-2.827.889, inscrita no CPF sob o nº 014.379.819-76, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 042/2016, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para diversas Secretarias Municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 1715194 - FACCINA DALTORA EQUIP SEG LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
33	Luva de Látex P/Limpeza	U	DANNY	200	R\$2,30	R\$460,00
39	Avental branco para limpeza em tecido	U	FACCINA DALTORA	100	R\$21,53	R\$2.153,00
42	Botas de borracha.	Par	CARTOON BOX	100	R\$26,90	R\$2.690,00
69	luvas descartáveis de latex (média) caixa com 100	Cxa.	UNIGLOVES	300	R\$26,90	R\$8.070,00
70	maskara descartável tripla com elástico caixa com 50 unidades	Cxa.	PREVEMAX	50	R\$16,90	R\$845,00
80	Protetor Solar fator 30 gel ou oil free - hipoalergênico, UVA e UVB, com vitamina E, que não saia na água	FR	PRO SUN	1.000	R\$16,90	R\$16.900,00
90	Toucas descartáveis brancas - Atóxicas; 100% Polipropileno; sem latex; sem fibra de vidro, pacote com 50 unidades	Pct.	PREVEMAX	50	R\$14,90	R\$745,00
91	Vassoura de Pelo c/ Cabo	und	LUVANO	100	R\$16,90	R\$1.690,00
Total do Fornecedor:						R\$33.553,00
Total Geral dos Itens:						R\$33.553,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Faccina Daltora Equipamentos de Segurança Ltda

Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 095/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 095/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016

INTERESSADO: DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Aos quatro (04) dia do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, CEP 89.160-900, devidamente representado e assistido, e a empresa Comercial Storinny Ltda - EPP, inscrita com o CNPJ sob o nº 73.977.480/0001-19, com sede a Rua Otavio Quinholi, 180, Sala 1, Perequê, Porto Belo, Estado de Santa Catarina, CEP 88.210-000, por seu representante legal, Sr. Valter Placido dos Santos Junior, portador do RG nº 4/R-2.862.131, inscrita no CPF sob o nº 612.664.269-49, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 042/2016, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para diversas Secretarias Municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31538096 - COMERCIAL STORINNY LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
84	Sabonete 90 gr - anti-bacteriano.	U	IARA	500	R\$0,99	R\$495,00
87	Saco Plastico transparente 16 x 30 x 005 bobina com 1000 unidades picotado	U	BOM PACK	100	R\$8,71	R\$871,00
Total do Fornecedor:						R\$1.366,00
Total Geral dos Itens:						R\$1.366,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Comercial Storinny Ltda - EPP

Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 096/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 096/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016

INTERESSADO: DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Aos quatro (04) dia do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, CEP 89.160-900, devidamente representado e assistido, e a empresa Alfredo Comércio Varejista Ltda., inscrita com o CNPJ sob o nº 21.593.746/0001-36, com sede a Rua Padre Cristovão Arnaud, 89, Bairro Estreito, Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, CEP 88.450-000, por seu representante legal, Srª Jessica Silveira Chiquio, portadora do RG nº 5155482, inscrita no CPF sob o nº 086.237.299-27, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 042/2016, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para diversas Secretarias Municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31556108 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Água sanitária 5lt	U	SEQUINEL	1.200	R\$6,72	R\$8.064,00
2	Álcool gel 70%, 500 gramas.	U	flops	700	R\$3,93	R\$2.751,00
3	Alcool 46%, 1 litro	Lts.	flops	700	R\$3,54	R\$2.478,00
4	Copo descartável 50ml.	U	coposul	100	R\$67,60	R\$6.760,00
9	Esponja dupla face.	U	BRILHUS	500	R\$0,69	R\$345,00
10	Esfregão de aço.	U	MARTINS	50	R\$1,19	R\$59,50
13	Aromatizante de Ar Aerosol Spray 400 ml	FR	GLADE	300	R\$7,71	R\$2.313,00
22	Vassoura de nylon com cabo.	U	HARACEM	150	R\$6,50	R\$975,00
23	Vassoura palha c/ Cabo	und	GL	150	R\$16,70	R\$2.505,00
24	Pedra sanitária 25 gr.	U	SANY BRIL	350	R\$0,92	R\$322,00

40	Balde 12 litros, plástico reforçado.	U	arquiplast	100	R\$3,95	R\$395,00
50	Desodorante aerosol feminino, 150ml	U	REXONA	500	R\$11,49	R\$5.745,00
51	Desodorante aerosol masculino, 150ml	U	REXONA	150	R\$11,49	R\$1.723,50
71	Desodorizador de ambientes 400 ml.	U	GLADE	1.000	R\$9,58	R\$9.580,00
74	Pano de chão duplo branco 60x1,20	U	MARTINS	600	R\$5,00	R\$3.000,00
75	Papel higiênico branco rolo 30 mts, folha dupla, pct com 4 rolos	Pct	IDEALLE	1.000	R\$3,64	R\$3.640,00
92	Saco plastico transparente 12 x 18 x 0,05 - KG	Kg.	MEGAMIL	50	R\$4,99	R\$249,50
Total do Fornecedor:						R\$50.905,50
Total Geral dos Itens:						R\$50.905,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Alfredo Comércio Varejista Ltda
Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 097/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 097/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2016

INTERESSADO: DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Aos quatro (04) dia do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezesseis (2016), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, CEP 89.160-900, devidamente representado e assistido, e a empresa Aline Raitz - ME., inscrita com o CNPJ sob o nº 23.970.820/0001-01, com sede a Rua Fernando Allein – Copa 94, 220, Centro, Imbuia, Estado de Santa Catarina, CEP 88.440-000, por seu representante legal, Sr Claiton Petres, portadora do RG nº 3.662.803, inscrita no CPF sob o nº 027.855.409-13, acordam proceder, nos termos do edital de Pregão Presencial nº 042/2016, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais diversos para diversas Secretarias Municipais, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 31606709 - ALINE RAITZ ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
5	Copos plasticos, 180 ml, caixa com 25 tiras de 100 unidades.	Cxa.	CRISTALCOPOS	150	R\$57,66	R\$8.649,00
16	Papel toalha em rolo de 200 metros, 100% celulose, c/ 6 unid.	U	QUALIMAX	200	R\$54,95	R\$10.990,00
18	Rodo de Espuma P/Cera	und	colonial	50	R\$6,50	R\$325,00
20	Sabonete liquido perolizado, 5lt	Gl	VERDEZAN	100	R\$16,64	R\$1.664,00
32	Escova de roupa.	U	BOM PACK	50	R\$2,37	R\$118,50
41	Balde plastico 20 litros.	und	arquiplast	50	R\$4,80	R\$240,00
54	Dispenser de parede para alcool gel 800ml	U	Premisse	40	R\$46,60	R\$1.864,00
55	Toalheiro em ABS super resistente, modelo moderno e atualizado, fácil Instalação, sistema de abertura inteligente,excluindo sistema antigo de chaves, visor frontal para reposição de papel toalha.	U	Nobre	40	R\$45,50	R\$1.820,00

56	Dispenser P/Sabonete Líquido	und	Premisse	40	R\$46,60	R\$1.864,00
57	escova de mao para limpeza	U	BOM PACK	50	R\$3,69	R\$184,50
59	Escova Sanitária com Suporte	und	BOM PACK	50	R\$3,69	R\$184,50
61	Esponja de la de aco.	Pct	Inove	150	R\$1,90	R\$285,00
63	Fosforo c/ 200.	U	Fiat Lux	100	R\$2,58	R\$258,00
67	Grampo de Roupa c/12	Dza.	MALU	60	R\$3,88	R\$232,80
72	Pa para lixo.	U	BOM PACK	50	R\$2,99	R\$149,50
73	Palha de aco.	U	Inove	200	R\$1,93	R\$386,00
78	Pasta Cristal 500 Gr.	und	Cristal	60	R\$3,29	R\$197,40
82	Rodo com esponja e cabo.	U	colonial	100	R\$8,80	R\$880,00
83	Sabão em Pedra C/5 barras	Pct	LAVARTE	200	R\$8,17	R\$1.634,00
89	Toalha de Louça 100% Algodão 50 X 70 cm	U	MARTINS	100	R\$3,10	R\$310,00
99	Pano Multiuso, rolo com 300 metros, descartável, tipo Perfex furadinho, picotado.	U	Nobre	100	R\$126,80	R\$12.680,00
Total do Fornecedor:						R\$44.916,20
Total Geral dos Itens:						R\$44.916,20

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Aline Raitz - ME

Procurador

DECRETO Nº 5462, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5462, de 08 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2016 de 27.06.2016. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 5043, de 01 de dezembro de 2015, o resultado da Concorrência Pública 001/2016 de 27.06.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

MARGARETE FERRARI BOGO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

08 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDUARDO MARZALL

Superintendente da FMD Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 5462/2016

Concorrência Pública nº 001/2016 de 27.06.2016.

Objeto da Licitação: CONCESSÃO DE ESPAÇO NO ESTÁDIO MUNICIPAL ALFREDO JOÃO KRIECK PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MASSOTERAPIA. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO DE RIO DO SUL.

Participante:

MARGARETE FERRARI BOGO.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

MARGARETE FERRARI BOGO.

DECRETO Nº 5463, DE 08 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5463, de 08 de agosto de 2016.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL. ”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015
DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR		
2.090	Blmac - Ceo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01381100	Ceo - Federal	R\$	40.000,00
	TOTAL	R\$	40.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
40.03	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL HOSPITALAR			
2.090	Blmac - Ceo			
4.0.00.00	Despesas de Capital			
4.4.00.00	Investimentos			
4.4.90.00	Aplicações Diretas			
01381100	Ceo - Federal	R\$	40.000,00	
	TOTAL	R\$	40.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

08 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

DECRETO Nº 5464, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5464, de 10 de agosto de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016, DE 15.07.2016”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 004/2016 de 15.07.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

NOVELLO & CARNBONELLI LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

WILLIAN WALTER SIEVERDT

Superintendente da FCRS

ANEXO AO DECRETO Nº 5464/2016

Pregão Presencial nº 004/2016 de 15.07.2016

Objeto da Licitação: .CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DA REVISTA "RIO DO SUL" NOSSA HISTÓRIA EM REVISTA. FCRS

Participantes:

NOVELLO & CARNBONELLI LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

NOVELLO & CARNBONELLI LTDA.

DECRETO Nº 5465, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5465, de 11 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 026/2016 FMS, de 19.07.16".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Edital da Chamada Pública Nº 026/2016 FMS, de 19.07.2016.

Parágrafo único - Chamada Pública para Gestão Plena, por meio de Contrato de Gestão, a ser celebrado a partir do programa de trabalho selecionado de acordo com as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, para prestação de serviços de fomento à execução de atividades na área da Saúde no Município de Rio do Sul, especificadamente a gestão e execução das ações e serviços de saúde da Unidade de pronto atendimento, por Organização Social qualificada junto ao Poder Executivo Municipal, com base na Lei Municipal nº 5.726/2016.

Classificada: GAMP – Grupo de Apoio a Medicina Preventiva e a Saúde Pública.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

DECRETO Nº 5466, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5466, de 11 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 019/2016 FMS - DE 29.07.16".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 5042, de 01 de dezembro de 2015, o resultado da Carta Convite nº 019/2016 FMS, de 29.07.16, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

MOSER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO EPP;
GISIANE MATILDE VIEIRA ME;
RICCHESSE MÓVEIS LTDA EPP;
NELITA GOMES FARIAS EPP;
EKOMOB COMÉRCIO LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
11 de agosto de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE
Secretário Municipal Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5466/2016

Carta Convite nº 019/2016 FMS DE 29.03.2016

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL PARA AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE RIO DO SUL.

Empresa que Participaram do Ato de Abertura:

MOSER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO EPP;
PICKLER MOVEIS LTDA ME;
MC INDÚSTRIA DE MOVEIS LTDA ME;
EKOMOB COMÉRCIO LTDA;
GISIANE MATILDE VIEIRA ME;
RICCHESSE MÓVEIS LTDA EPP;
NELITA GOMES FARIAS EPP;
BELNIAKI E BELNIAKI EPP.

Decisão: Pelo critério de menor preço global a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedores os licitantes:

MOSER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO EPP;
GISIANE MATILDE VIEIRA ME;
RICCHESSE MÓVEIS LTDA EPP;
NELITA GOMES FARIAS EPP;
EKOMOB COMÉRCIO LTDA.

DECRETO Nº 5467, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5467, de 11 de agosto de 2016.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.694 de 15/12/2015

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.02	ATENÇÃO BÁSICA		
2.095	Blatb – Pab Fixo – Ações Básicas		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01380600	PMAQ - Federal	R\$	25.000,00
	TOTAL	R\$	25.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
40.02	ATENÇÃO BÁSICA			
2.095	Blatb – Pab Fixo – Ações Básicas			
3.0.00.00	Despesas Correntes			
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes			
3.3.90.00	Aplicações Diretas			
01380600	PMAQ - Federal	R\$	25.000,00	
	TOTAL	R\$	25.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 5468, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5468, de 12 de agosto de 2016.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2016 FMS, DE 11.07.16”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial s nº 024/2016 de 11.07.16 FMS, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

RAIMUNDO ALBERTO A SILVA REIS.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5468/2016

Pregão Presencial nº 024/2016, de 11.07.16 FMS

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participantes:

EDILSON LUIZ LORENZI;
RAIMUNDO ALBERTO A SILVA REIS.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

RAIMUNDO ALBERTO A SILVA REIS.

DECRETO Nº 5469, DE 12 AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5469, de 12 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016 FMS, DE 11.07.16".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial s nº 022/2016 de 19.07.16 FMS, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA;
IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
12 de agosto de 2016.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO DUARTE
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 5468/2016

Pregão Presencial nº 022/2016, de 19.07.16 FMS

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Participantes:

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA;
IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA;
IGF COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME.

DECRETO Nº 5470, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5470, de 12 de agosto de 2016.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO À EMPRESA BRASILTEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA ME".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o estabelecido no artigo 19 da Lei Municipal n.º 5.707/2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido à BRASILTEC AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL LTDA ME, CNPJ 08.754.254/0001-07, Cadastro Econômico 750, com base no parecer exarado pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do Protocolo 160224/2016, incentivo com base na Lei Municipal n. 5.707, de 09 de março de 2016, incisos IV, V e VI, na forma que segue:

I - Isenção de 50% (cinquenta por cento) do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) pelo prazo de até 03 (três) anos, do endereço Rua Aldo Luiz Cristofolini, bairro Taboão, de Matrícula sob o número 31863.

II - Isenção de emolumentos relativos a análise e aprovação de projetos de área de 2.823,74m²;

III - Isenção de 50% (cinquenta por cento) de ISS para as obras e serviços executados para a implantação e/ou ampliação de projetos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

MARCUS BAUERMANN COSTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econ. e Empreendedorismo

DECRETO Nº 5472, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5472, de 12 de agosto de 2016.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016, DE 30.05.16".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5043/2015, de 01 de dezembro de 2015, o resultado do Pregão Presencial nº 022/2016 de 30.05.2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

INDÚSTRIA E COM. DE MÓVEIS LUNELLI LTDA – ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

JAMES OCÁCIO PRUST

Secretário Municipal da Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 5472/2016

Pregão Presencial nº 022/2016, de 30.05.2016

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA REPOSIÇÃO NOS SETORES DO PRÉDIO CENTRAL DO CORPO DE BOMBEIROS.

Participante:

INDÚSTRIA E COM. DE MÓVEIS LUNELLI LTDA – ME;
GILMAR SANI – ME - HENRIQUE DEPARTAMENTOS.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

INDÚSTRIA E COM. DE MÓVEIS LUNELLI LTDA – ME.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 069/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SETOR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 069/2016**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

O Município de Rio do Sul pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua 25 de julho, nº 01, Centro, CEP 89.160-900, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.574/0001-06 representada neste ato pelo Prefeito, o Senhor Garibaldi Antônio Ayroso no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE nº 11.947/2009, Resolução FNDE/CD/FNDE nº 26/2013, Resolução FNDE/CD/FNDE nº 04/2015, torna público para conhecimento dos interessados, que está realizando a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o período de setembro de 2016 a janeiro de 2017 com finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação escolar e habilitação dos fornecedores.

DAS DATAS, HORÁRIOS E LOCAL DOS EVENTOS:

Período de divulgação da Chamada Pública: de 16/08/2016 a 31/08/2016

Entrega dos Envelopes: Até às 13:30 horas do dia 31/08/2016 (horário de Brasília)

Abertura dos Envelopes: Dia 01/09/2016, às 9 horas (horário de Brasília)

Endereço da Sessão Pública: Avenida Barão do Rio Branco, 220, Bairro Budag, Rio do Sul-SC, CEP 89160-202.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do segundo semestre de 2016, conforme especificações dos gêneros alimentícios no anexo I e nas informações abaixo:

Item	Alimento	Quantidade	Unidade comercial	Valor unitário	Valor total de aquisição
01	Acelga	1770	Unidade	R\$ 2,50	R\$ 4.425,00
02	Aipim descascado	2160	kg	R\$ 3,00	R\$ 6.480,00
03	Alface crespa	4608	Unidade	R\$ 2,10	R\$ 9.676,80
04	Arroz parabolizado	3000	Pct de 05 kg	R\$ 11,85	R\$ 35.550,00
05	Arroz integral	2500	Pct de 01 kg	R\$ 3,90	R\$ 9.750,00
06	Batata inglesa	16200	Kg	R\$ 3,50	R\$ 56.700,00
07	Batata doce	1720	Kg	R\$ 3,20	R\$ 5.504,00
08	Beterraba	1600	Kg	R\$ 3,00	R\$ 4.800,00
09	Brócolis	2970	Unidade	R\$ 3,00	R\$ 8.910,00
10	Cebola	1260	kg	R\$ 2,77	R\$ 3.490,20
11	Cebolinha	2970	Maço	R\$ 2,05	R\$ 6.088,50
12	Cenoura	2000	Kg	R\$ 2,94	R\$ 5.880,00
13	Couve flor	2970	Unidade	R\$ 3,00	R\$ 8.910,00
14	Couve folha mineira	2625	Maço	R\$ 2,09	R\$ 5.486,25
15	Doce de frutas (geleia)	300	Kg	R\$ 10,00	R\$ 3.000,00
16	Feijão preto	3600	Kg	R\$ 4,98	R\$ 17.928,00
17	Repolho	3175	Unidade	R\$ 2,80	R\$ 8.890,00
18	Suco de uva integral orgânico	700	Litros	R\$ 15,40	R\$ 10.780,00
19	Suco integral de limão cravo	2.300	Kg	R\$ 5,00	R\$ 11.500,00
20	Melancia	7650	Kg	R\$ 2,00	R\$ 15.300,00
TOTAL					R\$ 239.048,75

2. FONTE DE RECURSO

2.1. Recursos para acerto das despesas decorrentes da presente contratação, correrão à conta dos recursos provenientes do FNDE/PNAE.

3. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola, de acordo com o Art. 27 da Resolução FNDE nº 26/2013:

- Fornecedores Individuais (detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP física);
- Grupos Informais (detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP Física de cada agricultor) e;
- Grupos Formais (Agricultores familiares organizados em grupos formais, sendo cooperativas e associações, detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP Jurídica).

3.2. Os envelopes deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul, localizado na Avenida Barão do Rio Branco, nº 220, Bairro Budag, Rio do Sul-SC CEP 89165-472.

3.3. Cada participante deverá apresentar um único envelope contendo os documentos de habilitação.

- 3.4. A fim de evitar atrasos ou extravios de entrega dos envelopes, não é aconselhado o encaminhamento de envelope por via postal.
- 3.5. A Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul não se responsabilizará por envelopes entregues em qualquer outra repartição do órgão municipal.
- 3.6. Somente serão recebidos envelopes até o momento definido previamente neste edital, se ultrapassado esse horário, nenhum outro será recebido, tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação.
- 3.7. O conjunto de documentos relativos à habilitação deverá ser entregue em envelope fechado e lacrado, identificado com o nome do participante e contendo em suas partes externas e frontais os seguintes dizeres:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL

CHAMADA PÚBLICA Nº 069/2016

Fornecedor Individual: nome e CPF;

Grupo Informal: nome de um dos agricultores e CPF;

Grupo Formal: nome do grupo e CNPJ.

3.8. Para a habilitação, os participantes deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, conforme o tipo de fornecedor que se enquadrem:

3.8.1. ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo).

O Fornecedor Individual deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I- a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II- o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III- o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;

IV- a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso e;

V- a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

3.8.2. ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

O Grupo Informal deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I- a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II- o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III- o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;

IV- a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso e;

V- a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

3.8.3. ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

O Grupo Formal deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I- a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II- o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III- a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV- as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V- o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;

VI - a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VII- a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.

VIII- a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

4. PROJETO DE VENDA

4.1. Os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme Anexo III deste edital, baseado no modelo da Resolução FNDE n.º 04/2015.

4.2. A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata 3 dias após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será publicado 5 dias após o prazo da publicação da relação dos proponentes e no prazo de 7 dias o(s) selecionado(s) será(ão) convocado(s) para assinatura do(s) contrato(s).

4.3. O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 25 da Resolução FNDE n.º 26/2013.

4.4. Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

4.5. Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 3 dias, conforme análise da Comissão Julgadora.

4.6. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente participarão ativamente os proponentes ou representantes credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

5.1. Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

5.2. Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I- o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II- o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III- o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

5.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I- os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II- os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III- os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física).

Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.

5.4. No caso de empate entre grupos formais, terão prioridades organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

5.5. Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

5.6. Os gêneros alimentícios, quando for o caso, deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MDA.

5.7. O encaminhamento dos projetos de venda pressupõe o pleno conhecimento de todas as exigências contidas no edital de chamada pública e seus anexos e implica a aceitação integral aos termos e condições deste edital e anexos.

6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

6.1. O(s) fornecedor(es) classificado(s) deverão entregar as amostras indicadas na sede da Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul, na Avenida Barão do Rio Branco, 220, Bairro Budag, Rio do Sul-SC, até às 13:30 horas de segunda a sexta, após a fase de habilitação.

6.2. O resultado da análise será publicado em até 7 dias após o prazo da apresentação das amostras.

6.3. As amostras deverão ser apresentadas na quantidade de 2 kg por produto, para aqueles fornecidos em caixa ou kg, e 10 produtos, para aqueles fornecidos em unidades.

6.4. As amostras deverão ser apresentadas em embalagens identificadas com o número desta chamada pública, nome do fornecedor e especificação do conteúdo.

6.5. As amostras serão submetidas aos testes necessários e analisadas pelo Nutricionista Responsável Técnico da Alimentação Escolar da rede municipal de ensino, o qual emitirá seu parecer em laudo devidamente assinado e identificado.

6.7. A não apresentação de amostra ou aquela apresentada em desacordo com este edital e anexos, implicará a automática desclassificação do item e/ou proposta pelo fornecedor.

7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. A entrega dos gêneros alimentícios deverá respeitar o cronograma abaixo:

Alimento	Local de Entrega	Periodicidade de entrega (semanal, quinzenal ou mensal)
Acelga	SME	Semanal
Aipim descascado	Centro Educacionais	Quinzenal
Alface crespa	SME	Semanal
Arroz parboilizado	SME	Quinzenal
Arroz integral	SME	Quinzenal
Batata inglesa	SME	Semanal
Batata doce	SME	Quinzenal
Beterraba	SME	Semanal
Brócolis	SME	Semanal
Cebola	SME	Semanal
Cebolinha	SME	Semanal
Cenoura	SME	Semanal
Couve flor	SME	Semanal
Couve folha mineira	SME	Semanal
Doce de frutas (geleia)	SME	Mensal
Feijão preto	SME	Mensal
Repolho	SME	Semanal
Suco de uva integral orgânico	SME	Quinzenal
Suco integral de limão cravo	Centros Educacionais	Semanal
Melancia	SME	Semanal

Legenda: SME (Secretaria Municipal de Educação).

8. PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado até 30 dias após a última entrega do mês, através de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente no nome do contratado, na agência e estabelecimento bancário indicados pelo fornecedor, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até cinco dias, contado do Recebimento Definitivo do objeto licitado e mediante apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. A nota fiscal deverá referir-se a produtos/serviços de uma Nota de Empenho/Ordem de Compras.

9. DO CONTRATO

9.1. O(s) proponente(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do aviso ao convocado, a assinar o contrato.

9.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do futuro fornecedor e aceita pela Secretaria Municipal de Educação.

9.2. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

9.3. É expressamente vedada a subcontratação de outro fornecedor para substituir o fornecedor participante desta chamada pública.

9.4. O prazo de vigência do contrato será de seis meses, a partir da data da assinatura ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos.

9.5. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro.

9.6. As obrigações do contratante e do contratado são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do contrato, bem como em outros itens deste edital.

9.6.1. É obrigação do contratante fornecer semanalmente os dados referentes as quantidades a serem entregues pelos fornecedores nas semanas seguintes, de modo a solicitar a quantidade necessária para atender aos estudantes.

9.6.2. É obrigação do contratante fornecer informações, com antecedência, aos fornecedores sobre a redução ou não recebimento de alguma mercadoria nos dias que não houverem atividades nas escolas, por exemplo, férias escolares, feriados prolongados, viagens, eventos, etc.

9.6.3. É obrigação do contratante receber produtos alimentícios de qualidade e na quantidade solicitada, conforme o anexo I, e em caso de irregularidades devolver o produto ao fornecedor. A notificação ao fornecedor deve ser feita no ato da devolução. A contratante deverá realizar os procedimentos de conferência em todos os produtos e indicar no Termo de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar e entregar ao fornecedor.

9.6.4. O contratado deverá fornecer, no mínimo 80% do total do produto comercializado semanalmente. Quando houver impossibilidades de fornecimento, por qualquer que seja o período de interrupção de entregas, o fornecedor deverá contatar imediatamente ao Nutricionista Responsável Técnico da Alimentação Escolar e esclarecer as razões da ausência da entrega. Essa entrega está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional, pois a não pontualidade na entrega das mercadorias implicará em prejuízo à execução do cardápio e consequentes transtornos ao balanceamento nutricional, dando ensejo à rescisão contratual.

9.6.5. É obrigação do contratado fornecer os gêneros alimentícios em embalagem e quantidades adequados conforme solicitado pelo Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação.

9.6.6. É obrigação do contratado guardar por um período de cinco (05) anos os Termos de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar e contrato a fim de certificar posteriores informações.

9.7. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida nos seguintes locais: Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul.

10.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

10.3. O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá as seguintes regras:

I- Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/E.Ex.

II- Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

10.4. A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo III - Dos Contratos, da Lei 8.666/1993.

10.5. Os gêneros alimentícios a serem entregues poderão ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem nesta chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente. Essa necessidade de substituição deverá ser atestada pelo Nutricionista Responsável Técnico da Alimentação Escolar, que poderá contar com o respaldo do CAE e com a declaração técnica da Assistência Técnica e Extensão Rural.

10.6. As quantidades de gêneros alimentícios por entrega são previsões, de acordo com o histórico de consumo das escolas. Desta forma, essas quantidades poderão ser alteradas, conforme necessidade das escolas.

10.6.1. Nos meses de dezembro e parte de janeiro as quantidades de entrega poderão ser reduzidas significativamente, devido às férias da rede municipal de ensino de Rio do Sul.

10.7. A convocação para início do fornecimento deverá ter antecedência mínima de 48 horas.

10.8. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nas segundas-feiras, das 6h às 7h, na sede da Secretaria Municipal de Educação. Em caso de alterações de horários de recebimento, os fornecedores deverão ser comunicados previamente.

10.9. Quanto a entrega, as frutas, verduras e legumes deverão apresentar-se no geral:

10.9.1. Isentos de substâncias terrosas;

10.9.2. Sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;

10.9.3. Sem parasitas, larvas ou outros animais, inclusive nas embalagens;

10.9.4. Não estarem murchos, danificados, estragados, excessivamente maduros ou verdes ou qualquer outro dano que prejudique a segurança alimentar;

10.9.5. Isentos de odor e sabor estranhos;

10.9.6. Isentos de enfermidades.

10.10. Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagens adequadas ao produto, que não danifiquem e provoquem lesões que afetem a sua aparência e utilização. Além disso, deverão conter a identificação do produto, data de validade e identificação do produtor.

10.11. Se ocorrer alterações sensoriais com os gêneros alimentícios armazenados na Secretaria Municipal de Educação, tais como em sucos de uva, doce de frutas, entre outros, os fornecedores serão comunicados e deverá ser providenciado a substituição dos itens.

10.12. Quando houver gêneros alimentícios devolvidos, substituídos ou trocados, os custos pelas correções do fornecimento em desconformidade correrão exclusivamente às expensas do contratado.

10.13. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o edital e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, concomitantemente, sem o prejuízo de outras:

11.1.1. Advertência, comunicando o contratado sobre o descumprimento de obrigações assumidas, e, conforme o caso, informando o prazo para a adoção das medidas corretivas cabíveis;

11.1.2. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Secretaria Municipal de Educação pelo prazo de até dois anos.

Rio do Sul, 15 de agosto de 2016.

ELENIR HOLLER

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

PREFEITO DE RIO DO SUL

ANEXO I

Especificações para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Item	Unidade	Especificação do produto
01	Unidade	Acelga: in natura, fresca, 1ª qualidade, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas, folhas firmes, bem unidas e íntegras, não espigada. Sem rachaduras, manchas, podridão, folhas queimadas ou deformações. Cor: verde-claro esbranquiçado. Preferencialmente orgânico. Peso: entre 1,0 kg a 1,5 kg a unidade. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada.
02	Kg	Aipim descascado: branco, 1ª qualidade, descascado, lavado, cortado em pedaços, congelado, em embalagens de plástico resistente, sem rupturas, transparente, de 1kg. Sem rupturas ou defeitos, não fibroso, livre de terra e corpos estranhos. Não deverá apresentar odor forte e intenso (não característico do produto), além de coloração anormal (branca com pontos amarelo escuro e/ou marrom). Entrega nos centros educacionais municipais conforme a quantidade solicitada.
03	Unidade	Alface crespa: in natura, fresca, em unidade, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, firme, intacta, isenta de material terroso, sem parasitas ou larvas. Peso: entre 0,4 a 0,6 kg a unidade. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada.
04	Pct de 05 kg	Arroz parboilizado: tipo 1, longo, constituídos de grãos inteiros, isento de sujidades e materiais estranhos, embalagem de 5 kg em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. Preferencialmente orgânico. Conter na embalagem: identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na Secretaria Municipal de Educação.
05	Pct de 01 kg	Arroz integral: classe longo fino, tipo 1, pacote contendo 01 kg, armazenado em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. Preferencialmente orgânico. Conter na embalagem: identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na Secretaria Municipal de Educação.

06	Kg	Batata Inglesa: de 1ª qualidade, fresca, tamanho grande, casca lisa, isento de brotamento, esverdeamento, rachadura profunda, podridão no centro e na casca, ausência de sujidades, parasitas e larvas. Peso: entre 0,10 a 0,15 kg a unidade. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada.
07	Kg	Batata doce: in natura, de 1ª qualidade, com casca e interior sem lesões, rachaduras ou cortes, ausência de sujidades, parasitas e larvas. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada.
08	Kg	Beterraba: vermelha, in natura, de 1ª qualidade, fresca, sem folhas e talos, isentas de danos profundos, podridão, murcha, passada e ausência de sujidades, parasitas e larvas. Peso: entre 0,1 kg a 0,5 kg. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada.
09	Unidade	Brócolis de cabeça: in natura, de 1ª qualidade, fresco. Coloração verde, tenros, ausência de sujidades, mofos, parasitas e larvas. Não apresentar-se com folhas amareladas e danos. Preferencialmente orgânico. Peso: 0,18 kg a 0,25 kg a unidade. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada.
10	Kg	Cebola: in natura, de 1ª qualidade, produto fresco, bulbos de tamanho médio, com casca compacta, firme, sem rupturas e lesões. Coloração amarelo dourado. Deve estar isentos de sujidades, parasitas e larvas e brotamento. Preferencialmente orgânico. Peso entre 0,16 a 0,25 kg a unidade. Embalagem: sacos de nylon novos, conforme quantidade solicitada, apresentando etiqueta de pesagem. Capacidade da embalagem: 20 kg.
11	Maço	Cebolinha: verde, in natura, de 1ª qualidade, apresentar em maço de 0,2 kg, com folhas frescas compridas e cilíndricas, com tubos ocos e inflados desde a base, de coloração uniforme, firme e intacta, ausência de sujidades, pontas secas, parasitas e larvas. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada.
12	Kg	Cenoura: in natura, de 1ª qualidade, produto fresco, com tamanho e coloração uniforme (tamanho médio entre 10 a 17 cm de comprimento), de coloração laranja intensa, sem pigmentação verde ou roxa na parte superior, sem folhas, com casca sã, isento de rachaduras, podridão e cortes na casca. Ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Peso entre 70 a 140 gramas a unidade. Preferencialmente orgânico. Embalagem: caixa plástica resistente, conforme a quantidade solicitada. Capacidade da embalagem: 20 kg.
13	Unidade	Couve-flor: de cor branca ou creme, in natura, de 1ª qualidade, produto fresco, cabeça compacta envolvida por folhas verdes, sem sinais de murcha, sem manchas escuras, sem mofo. Ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Preferencialmente orgânico. Peso entre 1,2 kg a 1,5 kg. Entregar em caixa plástica, conforme a quantidade solicitada.
14	Maço	Couve-folha: in natura, de 1ª qualidade, produto fresco, sem manchas escuras ou amarelas, sem sinais de murcha e com os talos firmes. Ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Preferencialmente orgânico. Apresentar maços de 350 a 500 g. Entregar em caixa plástica, conforme a quantidade solicitada.
15	Kg	Doce de fruta: sabores Maçã, Banana, Uva, Jabuticaba, Maçã com banana, goiaba. De 1ª qualidade. Produzido de acordo com as boas práticas de manipulação de alimentos. Preferencialmente orgânico. Embalagem primária em vidros com vedação de tampa de 1 kg, e em embalagem secundária em caixas de papelão. Constar na embalagem: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes, marca, endereço. Entregar em caixas conforme a quantidade solicitada. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na Secretaria Municipal de Educação.
16	Kg	Feijão preto: tipo 1, grãos inteiros e sãos, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas e mistura de outras variedades, embalados em embalagem transparente, atóxica, devidamente rotulado e conter 01Kg. Preferencialmente orgânico. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na Secretaria Municipal de Educação.
17	Unidade	Repolho verde/branco: in natura, de 1ª qualidade, produto fresco, cabeças fechadas com as folhas externas principais, sem fermentos, firmes, isenta de folhas amareladas, sem manchas e coloração uniforme. Ausência de resíduos terrosos, sujidades, parasitas e larvas. Peso entre 1,5 kg a 3,0 kg a unidade. Preferencialmente orgânico. Entregar em caixa plástica, conforme a quantidade solicitada.
18	Litros	Suco de uva integral: de 1ª qualidade, sem adição de açúcar, pronto para consumo, atender os limites permitidos quanto a densidade, açúcar redutor total, álcool, brix, acidez total, relação brix/acidez, sólidos em suspensão, acidez volátil. Produzido de acordo com as boas práticas de manipulação de alimentos. Embalagem primária em vidros de 1 L com vedação de tampa, e em embalagem secundária em caixas de papelão. Constar na embalagem: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes, marca, endereço. Preferencialmente orgânico. Entregar em caixas conforme a quantidade solicitada. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega na Secretaria de Educação.
19	Kg	Suco de Limão Cravo: suco de limão cravo in natura, de 1ª qualidade, sem adição de açúcar, sem conservantes, sem aromatizantes, não fermentada e congelado. Isento de substâncias estranhas à fruta ou parte do vegetal de sua origem. Produzido de acordo com as boas práticas de manipulação de alimentos. Embalagem primária em saco plástico transparente, resistente, com peso de 01 kg por embalagem. Constar rotulagem na embalagem: data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional e ingredientes, marca, endereço. Embalagem secundária de papelão lacrada com 20 kg. Entregar conforme a quantidade solicitada em cada unidade educacional em veículo específico refrigerado. O produto deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega nas unidades educacionais.
20	Kg	Melancia: redonda, graúda, de primeira, livre de sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, acondicionada em a granel, pesando entre 6 a 10 kg cada unidade.

ANEXO II
MODELO PROPOSTO DE CONTRATO DE VENDA

CONTRATO N.º xxx/2016

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

A Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Barão do Rio Branco, n.º220, Bairro Budag, inscrita no CNPJ sob n.º 83102574/0001-06, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal ou fornecedor individual), com situado à Av. _____, n.º____, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º _____, (para grupo formal), CPF sob n.º _____ (grupos informais e individuais), DAP FÍSICA OU JURÍDICA _____ doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 069/2016, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 2º semestre de 2016, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 069/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de entrega	Preço unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Valor total do contrato					R\$

d) É obrigação do contratante receber produtos alimentícios de qualidade e na quantidade solicitada, e em caso de irregularidades os produtos serão devolvidos ao fornecedor. A notificação ao fornecedor deve ser feita no ato da devolução. A contratante deverá realizar os procedimentos de conferência em todos os produtos e indicar no Termo de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar e entregar ao fornecedor.

e) O contratado deverá fornecer, no mínimo 80% do total do produto comercializado semanalmente. Quando houver impossibilidades de fornecimento, por qualquer que seja o período de interrupção de entregas, o fornecedor deverá contatar imediatamente ao Nutricionista Responsável Técnico da Alimentação Escolar e esclarecer as razões da ausência da entrega. Essa entrega está vinculada ao cumprimento do Cardápio Nutricional, pois a não pontualidade na entrega das mercadorias implicará em prejuízo à execução do cardápio e consequentes transtornos ao balanceamento nutricional, dando ensejo à rescisão contratual.

f) É obrigação do contratado fornecer os gêneros alimentícios em embalagem e quantidades adequados conforme solicitado pelo Nutricionista da Secretaria Municipal de Educação.

g) É obrigação do contratado guardar por um período de cinco (05) anos os Termos de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar e contrato a fim de certificar posteriores informações.

h) Os gêneros alimentícios a serem entregues poderão ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que os produtos substitutos constem nesta chamada pública e sejam correlatos nutricionalmente. Essa necessidade de substituição deverá ser atestada pelo Nutricionista Responsável Técnico da Alimentação Escolar, que poderá contar com o respaldo do CAE e com a declaração técnica da Assistência Técnica e Extensão Rural.

i) As quantidades de gêneros alimentícios por entrega são previsões, de acordo com o histórico de consumo das escolas. Desta forma, essas quantidades poderão ser alteradas, conforme necessidade das escolas.

j) Nos meses de janeiro, parte de fevereiro e de julho as quantidades de entrega poderão ser reduzidas significativamente, devido às férias e/ou recesso dos estudantes da rede municipal de ensino de Rio do Sul.

l) A convocação para início do fornecimento deverá ter antecedência mínima de 48 horas.

m) Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nas segundas-feiras, em horário estabelecido pela na sede da Secretaria Municipal de Educação. Em caso de alterações de horários de recebimento, os fornecedores deverão ser comunicados previamente.

n) Quanto a entrega, as frutas, verduras e legumes deverão apresentar-se no geral:

o) ISENTAS de substâncias terrosas;

- p) Sem sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa;
- q) Sem parasitas, larvas ou outros animais, inclusive nas embalagens;
- r) Não estarem murchos, danificados, estragados, excessivamente maduros ou verdes ou qualquer outro dano que prejudique a segurança alimentar;
- s) Isentos de odor e sabor estranhos;
- t) Isentos de enfermidades.
- u) Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagens adequadas ao produto, que não danifiquem e provoquem lesões que afetem a sua aparência e utilização. Além disso, deverão conter a identificação do produto, data de validade e identificação do produtor.
- v) Se ocorrer alterações sensoriais com os gêneros alimentícios armazenados na Secretaria Municipal de Educação, tais como em sucos de uva, doce de frutas, biscoitos, entre outros, os fornecedores serão comunicados e deverá ser providenciado a substituição dos itens.
- x) Quando houver gêneros alimentícios devolvidos, substituídos ou trocados, os custos pelas correções do fornecimento em desconformidade correrão exclusivamente às expensas do contratado.
- z) Os interessados deverão estudar minuciosamente o edital e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto.

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:
08.02.2123.33903203-307

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 069/2016, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;

- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até setembro/2016 à janeiro/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Rio do Sul, xxx de xxxxxxx de 2016.

CONTRATADO(S) (Individual ou Grupo Informal)

CONTRATADA (Grupo Formal)

PREFEITO MUNICIPAL TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

ANEXO III**MODELO DE PROJETO DE VENDA****MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS FORMAIS**

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE					
Identificação da proposta de atendimento ao edital/chamada pública nº 069/2016					
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES					
A - Grupo Formal					
1. Nome do Proponente			2. CNPJ		
3. Endereço		4. Município		5. CEP	
6. Nome do representante legal		7. CPF		8. DDD/Fone	
9. Banco		10. Nº da Agência		11. Nº da Conta Corrente	
12. Nº DAP Jurídica		13. Nº de Associados		14. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006	
15. Nº de Associados com DAP Física					
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade Articuladora			2. CNPJ		
3. Município/UF		4. Endereço		5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail			7. CPF		
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição		5. Cronograma de Entrega dos produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total	
OBS: Preço publicado no Edital					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					
Assinatura do Representante do Grupo Formal			Local e Data		
B - Fornecedor Individual					
1. Nome do Proponente			2. CPF		
3. Endereço		4. Município		5. CEP	

6. Nome da Entidade Articuladora		7. CPF		8. DDD/Fone		
9. Banco		10. Nº da Agência		11. Nº da Conta Corrente		
12. Nº da DAP Física						
II - RELAÇÃO DE PRODUTOS						
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição		5. Cronograma de Entrega dos produtos	
			4.1. Unitário	4.2. Total		
OBS: Preço publicado no Edital						
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome		2. CNPJ		3. Município		
4. Endereço			5. Fone			
6. Nome do Representante Legal			7. CPF			
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Assinatura do Fornecedor Individual		CPF		Local e Data:		
C - Grupo Informal						
1. Nome do Proponente			2. CPF			
3. Endereço		4. Município		5. CEP		
6. Nome da Entidade Articuladora		7. CPF		8. DDD/Fone:		
9. Banco		10. Nº da Agência		11. Nº da Conta-Corrente		
8. Organizado por Entidade Articuladora () Sim () Não		9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		10. E-mail/Fone		
II - FORNECEDORES PARTICIPANTES						
1. Nome do Agricultor (a) Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente	
III- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome da Entidade		2. CNPJ		3. Município		
4. Endereço			5. DDD/Fone			
6. Nome do representante e e-mail			7. CPF			
III - RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS						
1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição		6. Valor Total por agricultor
				4.1. Unitário	4.2. Total	
TOTAL DO PROJETO						
OBS: Preço publicado no Edital Nº 02/2016						
IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO						
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/ Unidade	5. Valor Total por Produto	6. Cronograma de Entrega dos Produtos	

TOTAL DO PROJETO		
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.		
Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Informal	Fone/E-mail: CPF:
Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal	Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ORIGEM DOS PRODUTOS

Declaro para os devidos fins que os gêneros alimentícios a serem fornecidos a Secretaria Municipal de Educação de Rio do Sul, constantes no Projeto de Venda apresentado para participação na Chamada Pública nº 069/2016, processo _____, são oriundos da produção própria do participante descrito.

Nome do produtor/grupo:
Número da DAP:

RIO DO SUL, ____ DE _____ DE 2016

Assinatura do fornecedor

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 002/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 002/2016

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 29 de Agosto de 2016, às 08hs00, no plenário da Câmara de Vereadores, sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 152900/2015

Nome do Recorrente: Adalcio Bini & Cia Ltda

Nº do Recurso: 004/2016

Número do Protocolo: Protocolo Nº 157291/2016

Nome do Recorrente: Recabloco Ret e Recup Cabeçotes e Blocos Ltda

Nº do Recurso: 005/2016

Procurador: Edemilson Gorges

Número do Protocolo: Protocolo Nº 157292/2016

Nome do Recorrente: Recabloco Ret e Recup Cabeçotes e Blocos Ltda

Nº do Recurso: 006/2016

Procurador: Edemilson Gorges

Número do Protocolo: Protocolo Nº 157293/2016

Nome do Recorrente: Recabloco Ret e Recup Cabeçotes e Blocos Ltda

Nº do Recurso: 007/2016

Procurador: Edemilson Gorges

Número do Protocolo: Protocolo Nº 157294/2016

Nome do Recorrente: Recabloco Ret e Recup Cabeçotes e Blocos Ltda

Nº do Recurso: 008/2016

Procurador: Edemilson Gorges

Número do Protocolo: Protocolo Nº 157296/2016

Nome do Recorrente: Recabloco Ret e Recup Cabeçotes e Blocos Ltda

Nº do Recurso: 009/2016

Procurador: Edemilson Gorges

Número do Protocolo: Protocolo Nº 157297/2016
Nome do Recorrente: Recabloco Ret e Recup Cabeçotes e Blocos Ltda
Nº do Recurso: 010/2016
Procurador: Edemilson Gorges

Número do Protocolo: Protocolo Nº 146850/2014
Nome do Recorrente: Roberto Andrade Bastos
Nº do Recurso: 003/2016

Rio do Sul, 15 de Agosto de 2016.

LEONICE WITTE
Secretária geral do CMC

PORTARIA Nº 0876/RH

PORTARIA N. 0876/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· As conclusões da Comissão Processante de fls. 213 a 222, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 002/2015, instaurado pela Portaria n. 0348/RH de 26 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 29 de maio de 2015 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 225 a 227 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da denúncia contra a servidora municipal Gishlaine Apolinário, matrícula n. 102660-17, ocupante do cargo de Professor, no que diz respeito às possíveis infrações, previstas nos art. 170, inciso III, e art. 171, inciso XI, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015, tendo em vista restar comprovada a denúncia contra a referida servidor, porém considerando o término do contrato temporário em 2014, bem como a prescrição do período para aplicação da penalidade de Advertência.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 25 de julho de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0918/RH

PORTARIA Nº. 0918/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, MAURILIA BARBINO, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de agosto de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Rp

PORTARIA Nº 0919/RH

PORTARIA Nº. 0919/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, LEILA CRISTINA PADILHA, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Rp

PORTARIA Nº 0920/RH

PORTARIA Nº. 0920/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Rp

PORTARIA Nº 0921/RH

PORTARIA Nº. 0921/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, VIVIANE BATISTA DA SILVA DE MEDEIROS, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR ANOS INICIAIS, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de agosto de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Rp

PORTARIA Nº 0922/RH

PORTARIA N. 0922/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 027 a 030, dos autos da Sindicância Administrativa n. 023/2014, instaurada pela Portaria n. 01223/RH de 01 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 10 de dezembro de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 032 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 023/2014, instaurada para apurar o desaparecimento de 15 quilos de carne de frango congelada do Centro Integrado de Atenção à Comunidade – CONVIVA, em 19/11/2014, em virtude de falta de provas suficientes para elucidar o caso, bem como, esgotamento do prazo legal para conclusão dos autos do processo, impossibilitando a Comissão em precisar a autoria da ocorrência.

Art. 2º. Determinar que a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação analise o orçamento do corrente ano ou inclua no planejamento orçamentário e financeiro do ano de 2017, o procedimento de instalação de câmeras, com intuito de garantir a máxima segurança do centro Integrado de Atenção à Comunidade – CONVIVA.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0923/RH

PORTARIA N. 0923/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 027 a 030, dos autos da Sindicância Administrativa n. 011/2015, instaurada pela Portaria n. 0671/RH de 31 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 18 de setembro de 2015 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 032 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 011/2015, instaurada para apurar o desaparecimento de baterias de ônibus escolares, estacionados no pátio da Secretaria Municipal de Agricultura, em virtude de falta de provas suficientes para elucidar o caso, bem como, esgotamento do prazo legal para conclusão dos autos do processo, impossibilitando a Comissão em precisar a autoria da ocorrência.

Art. 2º. Determinar que a Secretaria Municipal de Agricultura analise o orçamento do corrente ano ou inclua no planejamento orçamentário e financeiro do ano de 2017, o procedimento de instalação de câmeras, com intuito de garantir a máxima segurança na referida Secretaria.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0924/RH

PORTARIA N. 0924/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 040 a 043, dos autos da Sindicância Administrativa n. 002/2015, instaurada pela Portaria n. 0262/RH de 14 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 23 de abril de 2015 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 045 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 002/2015, instaurada para apurar possíveis irregularidades envolvendo o veículo Kombi ano 1997, placas LYR 2403, pertencente a Secretaria Municipal de Obras, arrematado por particular em leilão realizado em 17/12/2014, relacionadas a divergências de numeração do bloco de motor do veículo, constatadas em vistoria, em virtude de falta de provas suficientes para elucidar o caso, bem como, esgotamento do prazo legal para conclusão dos autos do processo, impossibilitando a Comissão em precisar a autoria da ocorrência.

Art. 2º. Determinar que a Secretaria Municipal de Obras analise o orçamento do corrente ano ou inclua no planejamento orçamentário e financeiro do ano de 2017, o procedimento de instalação de câmeras, com intuito de garantir a máxima segurança na referida Secretaria.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0926/RH

PORTARIA N. 0926/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

· As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 043 a 046, dos autos da Sindicância Administrativa n. 023/2014, instaurada pela Portaria n. 1203/RH de 25 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 02 de dezembro de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 048 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 023/2014, instaurada para apurar o enchimento do tanque de combustível do caminhão Ford F 1400, placa LXE 5486, frota 166, de propriedade da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, utilizado pela Secretaria Municipal de obras e Serviços Urbanos, com aproximadamente 20 litros de água, causando danos ao erário, em virtude de falta de provas suficientes para elucidar o caso, bem como, esgotamento do prazo legal para conclusão dos autos do processo, impossibilitando a Comissão em precisar a autoria da ocorrência.

Art. 2º. Determinar que a Secretaria Municipal de Obras analise o orçamento do corrente ano ou inclua no planejamento orçamentário e financeiro do ano de 2017, o procedimento de instalação de câmeras, com intuito de garantir a máxima segurança na referida Secretaria.

Art. 3º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 05 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0947/RH

PORTARIA N. 0947/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando o Parecer do Departamento de Controle Interno, de 02 de junho de 2016, às fls. 171, dos Autos da Sindicância Administrativa n. 012/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 010/2016, referente a empregada pública Glória Beatriz Borges Matuchski, matrícula n. 176311-2, ocupante do cargo Agente Comunitário de Saúde.

Parágrafo único – A empregada pública em questão, em tese, teria infringido o Art. 170, incisos III e IX, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015, Art. 6º da Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006, e Anexo II, da Lei Complementar n. 327 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 186, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

a) Claudir Heck, matrícula n. 171484-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal;

b) Eder Kreusch, matrícula n. 171417-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal;

c) Ana Paula Meneghetti Fiamoncini, matrícula n. 177695-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30%

(trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0950/RH

PORTARIA N. 0950/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando o Protocolo nº 132606/2012, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2016, referente ao servidor José Marconsini, matrícula n. 100749-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Parágrafo único – O servidor em questão, em tese, teria infringido o Art. 170, incisos I, III, VII, IX e XI, e Art. 171, inciso XVII, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 186, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

a) Claudir Heck, matrícula n. 171484-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal;

b) Eder Kreusch, matrícula n. 171417-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal;

c) Ana Paula Meneghetti Fiamoncini, matrícula n. 177695-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0951/RH

PORTARIA N. 0951/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando o Memorando nº 159/2016, do Depto. De Patrimônio, Boletim de Ocorrência 00015-2016-03676, da Delegacia de Polícia de Rio do Sul, de 11/07/2016, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 012/2016, referente ao servidor Fabrício Stolf, matrícula n. 106895-5, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Parágrafo único – O servidor em questão, em tese, teria infringido o Art. 170, inciso I, e Art. 171, inciso XVII, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 185, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

a) Valdenir Borges Ribeiro, matrícula n. 75620-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Digitador (36h);

b) Débora Pinheiro, matrícula n. 172120-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
c) Jefferson Olímpio Tambosi, matrícula n. 75795-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.
Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.
Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.
Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.
Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.
Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.
Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0952/RH

PORTARIA N. 0952/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013, e considerando as conclusões da Sindicância Administrativa n. 005/2015, na Portaria Nº 0998/RH, de 10 de dezembro de 2015, publicada em 15 de dezembro de 2015, e demais documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 013/2016, referente a servidora MARIA HELENA ANTONIO, matrícula n. 163651-4, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Parágrafo único – A servidora em questão, em tese, teria infringido o Art. 170, inciso X, e Art. 171, incisos I e XVII, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no Art. 185, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Valdenir Borges Ribeiro, matrícula n. 75620-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Digitador (36h);
- b) Débora Pinheiro, matrícula n. 172120-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Jefferson Olímpio Tambosi, matrícula n. 75795-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar nº 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0961/RH

PORTARIA Nº. 0961/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora CATIA DAGNONI, matrícula n. 194743-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, a quinta Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2013 a 2016, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de março de 2016, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0962/RH

PORTARIA N. 0962/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Alterar o Art. 2º, da Portaria n. 0345/RH de 26 de maio de 2015, publicada em 21 de julho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 001/2015, composta pelos seguintes servidores:

- a) Débora Roiwas, matrícula n. 224650-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) José Luiz do Nascimento, matrícula n. 76074-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos;
- c) Jean Marco Pegoraro, matrícula n. 173436-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0819/RH, de 07 de julho de 2016.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de agosto de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

RESUMO DO ADITIVO 068/2016

1ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 068/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2016

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos vinte e seis (26) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-900, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP inscrita com o CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede a Rua do Comércio, s/nº, BR 283, Centro, Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP 89.882-000, por seu representante legal, Srª Renata Raquel Ahlf dos Santos, ora denominada CONTRATADA, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 031/2016, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea “d”, inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 26					
Fornecedor: AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP					
Preço cotado para o Item: R\$ 11,23 (onze reais e vinte e três centavos)					
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS			PREÇO UNITÁRIO		

Leite em pó integral instantâneo 400gr/Aurora.	11,23
--	-------

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP
Srª. Renata Raquel Ahlf dos Santos

RESUMO DO ADITIVO 072/2016

1ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 072/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 156/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 091/2015

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos onze (11) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-900, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP inscrita com o CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, com sede a Rua do Comércio, s/nº, BR 283, Centro, Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP 89.882-000, por seu representante legal, Srª Renata Raquel Ahlf dos Santos, ora denominada CONTRATADA, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 091/2015, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 113					
Fornecedor: AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP					
Preço cotado para o Item: R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos) litro					
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS			PREÇO UNITÁRIO		
Leite integral longa vida/l litro/Piracanjuba			3,30/litro		

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP
Srª Renata Raquel Ahlf dos Santos

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2015 - VIVIANE BATISTA DA SILVA DE MEDEIROS

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VIVIANE BATISTA DA SILVA DE MEDEIROS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR ANOS INICIAIS – 40 HORAS).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0921/RH de 04/08/2016, publicada em 16/08/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 15 de agosto de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - LEILA CRISTINA PADILHA

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LEILA CRISTINA PADILHA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0919/RH de 03/08/2016, publicada em 16/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 15 de agosto de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0920/RH de 03/08/2016, publicada em 16/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 15 de agosto de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - MAURILIA BARBINO
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MAURILIA BARBINO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 0918/RH de 03/08/2016, publicada em 16/08/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 15 de agosto de 2016.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - FERNANDA TATIANE MENDES

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) FERNANDA TATIANE MENDES, nomeado (a) pela Portaria n. 0822/RH, de 07/07/2016, publicada no DOM na data de 12/07/2016, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 15/08/2016.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 08 de agosto de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - OSNILDA ODERDENG

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) OSNILDA ODERDENG, nomeado (a) pela Portaria n. 0823/RH, de 07/07/2016, publicada no DOM na data de 12/07/2016, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, Nível A, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 10/08/2016.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 08 de agosto de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 83/2016 COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17 - EDUCAÇÃO (MKW-6786),

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 83/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17 - EDUCAÇÃO (MKW-6786), conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 24/08/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 24/08/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 12 de agosto de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 8128

PORTARIA Nº 8128/2016

NOMEIA CANDIDATA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Nomear candidata abaixo relacionada para o cargo, carga horária de trabalho, secretaria e respectiva classificação, em virtude de ter obtido aprovação no processo seletivo nº 01/2015 devendo a mesma comparecer junto à Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, a fim de receber a relação de documentos e exames médicos necessário e complementares, a serem apresentados para efeitos de HABILITAÇÃO DE POSSE, devendo entregar os mesmos no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação da Portaria de Nomeação, podendo a pedido, ser prorrogado por igual período.

O não comparecimento ou não apresentação dos exames médicos e documentos complementares solicitados no prazo estabelecido importa a desistência da candidata em ingresso no serviço público municipal.

DA NOMEADA:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, MICRO AREA 10, carga horária 40 horas semanais

NOME: CLASSIFICAÇÃO:

JESSICA MARA BIRKHEUER 2º LUGAR

Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 12 de agosto de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 8129

PORTARIA Nº 8129/2016

HABILITA À POSSE SERVIDORA NOMEADA EM PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CERTIFICA para os devidos e correspondentes efeitos que está HABILITADA PARA TOMAR POSSE para o cargo para o que foi nomeada através da Portaria nº 8128/2016, publicada em 12/08/2016, no DOM, por ter preenchido os requisitos estabelecidos em normas municipais para o ingresso no Serviço Público Municipal, com seus efeitos a partir de 12 de Agosto de 2016, a candidata:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CARGO: AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE 40 HORAS SEMANAIS

NOME: JESSICA MARA BIRKHEUER

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 12 de agosto de 2016.

Valdoci Saul

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 054/2016

DECRETO Nº 054/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
Mod. de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 1100.00000 RECURSOS ORDINARIOS
Valor: R\$ 15.000,00
Red. 103

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor da anulação da seguinte Dotação Orçamentária?

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.042 – MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
Mod. de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 1100.00000 RECURSOS ORDINARIOS
Valor: R\$ 15.000,00
Red. 101

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 05 de Agosto de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 055/2016

DECRETO Nº 055/2016, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.046 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO
Mod. de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 1100.00000 RECURSOS ORDINARIOS

Valor: R\$ 30.000,00
Red. 115

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor da anulação da seguinte Dotação Orçamentária?

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 2.046 – MANUT. DA SEC. DE OBRAS E URBANISMO
Mod. de Aplicação: 3191.00. – APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 1100.00000 RECURSOS ORDINARIOS
Valor: R\$ 30.000,00
Red. 114

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 05 de Agosto de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 260/2016

PORTARIA Nº. 260/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a justificativa anexa,

RESOLVE:

Art. 1º. Retorna do afastamento, concedido pela Portaria nº 238/2016, de 04/07/2016, o Servidor Municipal, Sr. JANI CARLOS CONTE, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, no dia 08 de agosto de 2016, conforme justificativa apresentada.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 09 de Agosto de 2016.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 261/2016

PORTARIA Nº. 261/2016

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal 570/91.

CONSIDERANDO a portaria nº 235/2016 que concede afastamento do cargo para o servidor João Carneiro, o qual é readaptado para a função de Motorista na Secretaria de Saúde e Assistência Social pela Portaria nº 227/2016, a partir de 02 de julho de 2016, para que o Servidor possa concorrer a cargo eletivo, nas próximas eleições municipais de 02 de outubro de 2016.

CONSIDERANDO a portaria nº 236/2016 que concede afastamento do cargo para o servidor Clodoaldo José Vigolo, o qual é readaptado para a função de Motorista na Secretaria de Saúde e Assistência Social pela Portaria nº 214/2016, a partir de 02 de julho de 2016, para que o Servidor possa concorrer a cargo eletivo, nas próximas eleições municipais de 02 de outubro de 2016.

CONSIDERANDO o requerimento do Secretário de Saúde e Assistência Social do dia 29 de Julho de 2016, no qual solicitada a remoção de um servidor habilitado para exercer temporariamente a função de Motorista Classe II, até o retorno dos servidores afastados.

CONSIDERANDO o resultado da perícia médica do servidor Nadir Zanesco, na qual registra que o servidor não tem capacidade de desempenhar as atividades de seu cargo e pode ser remanejado para a função de Motorista.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a remoção temporária do servidor municipal NADIR ZANESCO, Operário Braçal, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, em virtude de interesse do Serviço Público, nos termos do Artigo 35, inciso III, da Lei nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de agosto de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 220/2016.

Salto Veloso-SC, 09 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 262/2016

PORTARIA Nº. 262/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 15 de agosto de 2016 a 13 de setembro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ALINE ANDRESSA MATIELO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 22/04/2015 a 21/04/2016 correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 15 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 263/2016

PORTARIA Nº. 263/2016

"REVOGA PORTARIA Nº 183/2016 QUE CONCEDIA FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR MUNICIPAL"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 16/2010 e Alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. Destitui a Função Gratificada – FG-1 do servidor ARNALDO ELÓI BENVENUTO JUNIOR, em função da revogação da Portaria nº 183/2016, passando o mesmo a exercer as atividades inerentes ao seu cargo de Servidor Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de agosto de 2016.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso SC, 15 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 055, DE 20 DE JULHO DE 2016.

Decreto nº 055, de 20 de julho de 2016.

Nomeia Leiloeiro notório para realizar leilão dos bens móveis do patrimônio público do município de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 52º da lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o art. 25 e suas alterações e da IN 113/10;

Decreta:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. DANIEL ELIAS GARCIA, matrícula AARC 306, com escritório a Rua Henrique Laje, nº 2201, na cidade de Criciúma, SC, matriculado regularmente na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, JUCESC, como Leiloeiro convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilões dos bens móveis do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pelo Decreto nº 037 de 01 de junho de 2016, cuja alienação foi Autorizada pela Câmara Municipal pela Lei nº 1014, de 12 de julho de 2016.

Art. 2º O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberão do Município pelos serviços prestados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de julho de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 056, DE 20 DE JULHO DE 2016.

Decreto nº 056, de 20 de julho de 2016.

Nomeia Leiloeiro notório para realizar leilão dos bens imóveis do patrimônio público do município de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 52º da lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o art. 25 e suas alterações e da IN 113/10;

Decreta:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. DANIEL ELIAS GARCIA, matrícula AARC 306, com escritório a Rua Henrique Laje, nº 2201, na cidade de Criciúma, SC, matriculado regularmente na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, JUCESC, como Leiloeiro convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilões dos bens imóveis do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pelo Decreto nº 036 de 01 de junho de 2016, cuja alienação foi Autorizada pela Câmara Municipal pela Lei nº 1015, de 12 de julho de 2016.

Art. 2º O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberão do Município pelos serviços prestados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de julho de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

EDITAL DE LICITAÇÃO PR Nº 069/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 069/2016- PR 069/2016

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a contratação de empresa para fornecimento de materiais para manutenção de bens imóveis, proteção e segurança e ferramentas para as secretarias do município. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 09h30min do dia 26 de Agosto de 2016, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09h45min do dia do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 15 de Agosto de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 173/2016

PORTARIA Nº 173/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada, a senhora IRMA CATARINA FEYH VIEGAS inscrito no CPF: 781.821.319-87, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 15 de Agosto 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

PORTARIA Nº 174/2016

PORTARIA Nº 174/2016

CONCEDE FÉRIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido 30 dias de férias regulamentares, a servidora pública municipal, senhora Rutiane Binotto, matr.3875/01, lotado na secretaria municipal de Saude. Período aquisitivo de 01-04-2014 a 03-03-2015, período de gozo de férias de 15/08/2016 a 13/09/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de Agosto 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1416/2016

DECRETO Nº 1416, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA GESTOR INTERINO DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar MARISA DO AMARAL, a partir de 29 de julho de 2016, como Gestora Interina do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência e ordenadora das despesas, conforme disposto no artigo 11, da Lei Municipal nº 1242, de 16 de fevereiro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 29 de julho de 2016.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 08/2016

ERRATA:

Na publicação das Portarias nº 12406/2016 e nº 12407, no DOM nº 2059, de 12 de agosto de 2016, pág. 354, nos locais que se lê "Nível I para o Nível IV" leia-se "Nível III para o Nível IV".

Na publicação das Portarias nº 12408/2016, 12409/2016, 12410/2016, 12411/2016, 12412/2016, 12413/2016, 12414/2016, 12415/2016, no DOM nº 2059, de 12 de agosto de 2016, pág. 354, nos locais que se lê "Nível I para o Nível III" leia-se "Nível II para o Nível III".

EXTRATO DE CONTRATO Nº 147/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 147/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MASTERMAK INDÚSTRIA E REFORMA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS LTDA - EPP.

DO OBJETO: Contratação de serviços de torno, fresa e soldas em geral para manutenção/reforma da frota da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, conforme Compra Direta nº 1196/2016 de 05 de julho de 2016.

DO VALOR: R\$ 6.700,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 26 (vinte e seis) dias a contar desta data.

São Bento do Sul, 05 de julho de 2016.

ASS: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

MASTERMAK INDÚSTRIA E REFORMA DE MÁQUINAS INDUSTRIAIS LTDA - EPP, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 153/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para ampliação da Iluminação Pública junto à escadaria da Igreja Matriz Puríssimo Coração de Maria, localizada à Rua Barão do Rio Branco, s/n, bairro Centro, Município de São Bento do Sul/SC, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 57/2016, e conforme Contrato de Repasse nº 323.288-92 e Termo Aditivo firmado com o Ministério do Turismo, aprovado pela Caixa Econômica Federal.

DO VALOR: R\$ 21.979,16 – valor total.

DO PRAZO: 03 (três) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço e Autorização da Caixa Econômica Federal.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses a contar de 21.07.2016, para fins administrativos e financeiros.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.

ASS: ROBERTO CORREA DA SILVA, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 158/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 158/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO (MEGA BRILHO).

DO OBJETO: Contratação de serviço de lavagem para veículos da Secretaria Municipal de Educação, conforme Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 133/2016, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente escritos, constante de 14 itens.

DO VALOR: R\$ 2.500,09 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 06 (seis) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 26 de julho de 2016.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO (MEGA BRILHO), como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 159/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2016

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO (MEGA BRILHO).

DO OBJETO: Contratação de serviço de lavagem para veículos da Secretaria Municipal de Administração e da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, conforme Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 133/2016, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente escritos, constante de 02 itens.

DO VALOR: R\$ 745,80 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 06 (seis) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 26 de julho de 2016.

ASS: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, pela Secretaria de Administração do Município.

MAGALY CELISA DEORACKI MACHADO (MEGA BRILHO), como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 043/2016 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 043/2016

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 043/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa GENTE SEGURADORA S.A, em 08 de julho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 58/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 043/2015 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de seguro total e contra terceiros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme relação dos veículos em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 58/2015.

Considerando o vencimento do referido Contrato na data de 31 de julho de 2016 e conforme Cláusula Terceira – Da Vigência, o mesmo pode ser prorrogado a critério do Contratante;

Tendo em vista a necessidade de se manter os serviços de seguros da frota do Fundo Municipal de Saúde do Município de São Bento do Sul faz-se necessário a prorrogação de acordo com o Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de 01 de agosto de 2016 e com término em 31 de julho de 2017.

O valor total da Renovação é de R\$ 10.412,28 (dez mil quatrocentos e doze reais e vinte e oito centavos) para o período prorrogado, onde será efetuado o pagamento em 01 (uma) + 03 (três) parcelas.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de julho de 2015, Termo Aditivo nº 051/2015 de 28 de agosto de 2015 e Termo Aditivo nº 054/2015 de 31 de agosto de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 25 de julho de 2016.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

GENTE SEGURADORA S.A, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 131/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 131/2016

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 140/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 11 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 140/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para à execução de Passeios, nos Bairros Brasília e Serra Alta, conforme Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA, memorial descritivo, projetos e demais informações conforme anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando a necessidade de alterações não previstas em projeto inicial observadas durante a execução do Contrato, descritos em justificativa anexo a este Termo Aditivo, tais como:

Item 01 – Execução de passeios Bairro Brasília: destocamento de árvore de pequeno porte, remoção de árvore de médio porte, corte calçada em concreto para colocação do piso tátil, retirada de piso intertravado de concreto “paver” para colocação de piso tátil e boca de lobo em alvenaria, inclusive tubos de ligação;

Item 02 – Execução de passeios Bairro Serra Alta: fornecimento e assentamento de sinalização tátil de alerta e direcional, fornecimento e instalação de guarda-corpo em tubo de aço galvanizado diam. 2” h=1,20 inclusive fundação completa, muro de contenção, relocação de cerca existente e placa de obra;

Considerando também que estas alterações foram aprovadas pelo órgão financiador em 13 de junho de 2016, e o vencimento do prazo de execução se dá em 01 de julho de 2016, sendo necessário tempo hábil para que possam ser executadas;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar, aditar e suprimir o referido contrato, com base no Art. 57 parágrafo 1º, inciso I e IV e Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 02 de julho de 2016 e com término em 01 de outubro de 2016.

Permanece o Prazo de vigência do Contrato com término em 31 de dezembro de 2016.

Fica incluso o valor total de R\$ 9.358,51 (nove mil trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e um centavos) referentes aos itens abaixo:

Aditivo Regularização e Pavimentação de Calçadas Bairro Brasília							
ADITIVO							
Item	Serviços	Unid.	Qdade	Custo Unitário	CÓD.	Custo Unit. BDI 23,38%	Preço Total
1.0	Serviços Preliminares						
1.4	Destocamento de árvore de pequeno porte. Inclusive carga, descarga e transporte de material	un	2,00	R\$ 410,00	PJ 19.10.0100	R\$ 505,86	R\$ 1.011,72
1.5	Remoção de árvore de médio porte. Inclusive carga, descarga e transporte de material.	un	1,00	R\$ 1.140,00	PJ19.10.0300	R\$ 1.406,53	R\$ 1.406,53
	Total do Grupo						R\$ 2.418,25
2.0	Calçada em Concreto Alisado						
2.1	Corte calçada em concreto para colocação do piso tátil	m²	16,00	R\$ 16,21	Planilha Lic.	R\$ 20,00	R\$ 320,00
2.8	Retirada de piso intertravado de concreto "paver" para colocação do piso tátil	m²	9,16	R\$ 9,00	85375	R\$ 11,14	R\$ 102,04
	Total do Grupo						R\$ 422,04
3.0	Drenagem						
3.3	Boca de lobo em alvenaria. Inclusive tubos de ligação.	un	1,00	R\$ 680,00	2s0496001	R\$ 838,98	R\$ 838,98
	Total do Grupo						R\$ 838,98
4.0	Sinalização Horizontal						
4.1	Fornecimento e Assentamento de sinalização tátil de alerta e direcional	m²	22,50	R\$ 52,68	Planilha Lic.	R\$ 65,00	R\$ 1.462,50
	Total do Grupo						R\$ 1.462,50
TOTAL ADITIVO							R\$ 5.141,77
Aditivo Regularização e Pavimentação de Calçadas Bairro Serra Alta							
ADITIVO							
Item	Serviços	Unid.	Qdade	Custo Unitário	CÓD.	Custo Unit. BDI 23,38%	Preço Total
4.	Sinalização Horizontal						
4.1	Fornecimento e Assentamento de Sinalização Tátil de Alerta e Direcional	m²	4,48	R\$ 52,68	Planilha Lic.	R\$ 65,00	R\$ 291,20
	Total do Grupo						R\$ 291,20
5.	Serviços Complementares						
5.1	Fornecimento e Instalação guarda-corpo em tubo de aço galvanizado diam. 2" h=1,20m (inclusive fundação completa)	m²	4,80	R\$ 202,63	Planilha Lic	R\$ 250,00	R\$ 1.200,00
5.2	Muro de Contenção	m³	0,88	R\$ 385,82	73844/002	R\$ 476,02	R\$ 418,90
5.3	Relocação Cerca existente	m²	168,00	R\$ 11,13	sco 04.05.0200	R\$ 13,73	R\$ 2.306,64
	Total do Grupo						R\$ 3.925,54
TOTAL ADITIVO							R\$ 4.216,74

Fica suprimido o valor total de R\$ 2.375,00 (dois mil, trezentos e setenta e cinco reais) referentes aos itens abaixo:

Supressão Regularização e Pavimentação de Calçadas Bairro Brasília							
SUPRESSÃO							
Item	Serviços	Unid.	Qdade	Custo Unitário	CÓD.	Custo Unit. BDI 23,38%	Preço Total
1.0	Serviços Preliminares						
1.1	Placa de Obra 3,00x2,00m - Conforme Caixa Econômica Federal	m²	6,00	R\$ 202,63	Planilha Lic.	R\$ 250,00	1.500,00
	Total do Grupo						R\$ 1.500,00
Supressão Regularização e Pavimentação de Calçadas Bairro Serra Alta							
SUPRESSÃO							
Item	Serviços	Unid.	Qdade	Custo Unitário	CÓD.	Custo Unit. BDI 23,38%	Preço Total
1.	Serviços Preliminares						
1.1	Placa de Obra ,00x3,00m - Conforme Caixa Econômica Federal	m²	3,50	R\$ 202,63	Planilha Lic.	R\$ 250,00	875,00
	Total do Grupo						R\$ 875,00

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 299/2015 de 10 de novembro de 2015, Termo Aditivo nº 304/2015 de 19 de novembro de 2015, Termo Aditivo nº 040/2016 de 19 de fevereiro de 2016 e Termo

Aditivo nº 069/2016 de 31 de março de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 23 de junho de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 134/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 134/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 027/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A, em 05 de fevereiro de 2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 9/2016.

Considerando o objeto do Contrato nº 027/2016, que consiste no fornecimento de passagens (vale transporte) sem seguro, para as cidades de Campo Alegre, Mafra e Rio Negrinho para funcionários da Rede Municipal pelo período de fevereiro à dezembro de 2016 e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 9/2016 de 05 de fevereiro de 2016;

Considerando aumento da tarifa dos vales transportes dos servidores conforme Resolução nº 004/2016 do Departamento de Transportes e Terminais - DETER em anexo ao Termo Aditivo, no percentual de 9,32% faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 027/2016, nos seguintes termos:

Ficam alterados os valores unitários das passagens conforme abaixo, a partir de 26 de junho de 2016:

Item	Unid.	Especificação	Valor Anterior	Valor Atual
1	Unid.	Passagens SBS x Rio Negrinho	R\$ 4,61	R\$ 5,04
2	Unid.	Passagens SBS x Campo Alegre	R\$ 4,87	R\$ 5,33
3	Unid.	Passagens SBS x Mafra	R\$ 16,16	R\$ 17,67

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 05 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de junho de 2016.

Ass: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, pela Secretaria de Administração do Município.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 140/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 140/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 225/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 13 de agosto de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 185/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 225/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, situado na Rua Anastácio Runschka s/nº, Bairro Cruzeiro em São Bento do Sul, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 812614/2014/FNAS/MDS/CAIXA, Processo nº SR.2626.1.021.393-28/2014.

Considerando o término da vigência do referido Contrato no dia 30 de junho de 2016 e que a liberação para início da obra por parte do órgão financiador ocorreu dia 14 de junho de 2016 conforme Ofício nº 0567/2016/GIGOV/JV/AG.SÃO BENTO DO SUL em anexo ao Termo Aditivo, e a Ordem de Serviço foi assinada em 20 de junho de 2016, contando a partir desta data o prazo de execução da obra;

Considerando também que o Contrato de Repasse nº 812614/2014/FNAS/MDS/CAIXA, Processo nº SR.2626.1.021.393-28/2014 foi prorrogado até 31 de março de 2017, conforme Termo Aditivo em anexo ao Termo Aditivo, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 01 de julho de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 13 de agosto de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de junho de 2016.

Ass: MARISA DO AMARAL, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ANDERSON HINKE, como Engenheiro Civil.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 145/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 145/2016

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 141/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 11 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 141/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para à execução de Abrigos de Embarque e Desembarque de Passageiros em diversos locais da cidade, conforme Contrato de Repasse nº 809115/2014/MCIDADES/CAIXA, memorial descritivo, projetos e demais informações conforme anexos ao Edital de Concorrência Pública nº 73/2015.

Considerando que para a instalação dos abrigos de passageiros, objeto do referido contrato, em frente às residências, é necessária a autorização por parte dos moradores das mesmas, acarretando assim em atraso no prazo de execução da obra, faz-se necessário a prorrogação

do mesmo, conforme Art. 57, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução dos serviços por 03 (três) meses, a contar de 02 de julho de 2016 e com término em 01 de outubro de 2016.

Mantém-se o prazo de vigência com término em 31 de dezembro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 11 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 305/2015 de 19 de novembro de 2015, Termo Aditivo nº 041/2016 de 19 de fevereiro de 2016 e Termo Aditivo nº 070/2016 de 31 de março de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de junho de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 152/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 152/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 028/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, em 05 de fevereiro de 2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 12/2016.

Considerando o objeto do Contrato nº 028/2016, que consiste no fornecimento de passagens (vale transporte) de São Bento do Sul – Fragosos/Trigolândia/Piên e São Bento do Sul x Fragosos/Trigolândia/Agudos do Sul para transporte dos Servidores Públicos Municipais pelo período de janeiro a dezembro de 2016, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 12/2016 de 05 de fevereiro de 2016;

Considerando aumento da tarifa dos vales transportes dos servidores conforme Resolução nº 5123/2016 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, de 22 de junho de 2016, em anexo a este Termo Aditivo, no percentual de 9,042% faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 028/2016, nos seguintes termos:

Ficam alterados os valores unitários das passagens conforme abaixo, a partir de 01 de julho de 2016:

Item	Unid.	Especificação	Valor Anterior	Valor Atual
1	unid.	Passagens SBS X Fragosos/Trigolândia/Piên.	R\$ 4,25	R\$ 4,55
2	unid.	Passagens SBS X Fragosos/Trigolândia/Agudos do Sul.	R\$ 6,72	R\$ 7,26

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 05 de fevereiro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 14 de julho de 2016.

Ass: EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS, pela Secretaria de Administração do Município.

EXPRESSO SÃO BENTO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 161/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 161/2016

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 022/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 21 de janeiro de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 360/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 022/2015, que constitui no fornecimento de material e mão de obra e demais obrigações necessárias para revitalização da rede cicloviária e acessibilidade na Avenida dos Imigrantes e Rua Antonio Kaesemodel, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 310.833-29/2009 - Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, em anexo a Tomada de Preços 360/2014.

Item 2 – Fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para revitalização viária da Rua Antonio Kaesemodel, situada no Bairro Boehmerwald, com extensão de aproximadamente 3.000m, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 310.833-29/2009 Ministério das Cidades/CAIXA.

Considerando Ofício nº 29/2016 enviado pela Contratada solicitando prorrogação dos prazos de execução e vigência do referido Contrato devido às baixas temperaturas registradas na região, acarretando em atraso na execução da obra;

Conforme Norma do DER/PR ES-P 24/05 Pavimentação: Lama Asfáltica, capítulo 4 Condições Gerais, Subitem 4.2, item (e), que esclarece que não é permitida a execução de serviços de aplicação de lama asfáltica quando a temperatura ambiente for igual ou inferior a 10º C, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e de vigência do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, para posterior continuidade da obra, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 28 de julho de 2016 e com término em 27 de setembro de 2016.

2º - Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 21 de agosto de 2016 e com término em 20 de outubro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 21 de janeiro de 2015, Termo Aditivo nº 195/2015 de 26 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 261/2015 de 24 de setembro de 2015, Termo Aditivo nº 280/2015 de 07 de outubro de 2015 e Termo Aditivo nº 309/2015 de 24 de novembro de 2015, Termo Aditivo nº 017/2016 de 27 de janeiro de 2016, Termo Aditivo nº 061/2016 de 23 de março de 2016 e Termo Aditivo nº 114/2016 de 25 de maio de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de julho de 2016.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 162/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 162/2016

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 218/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME, em 30 de julho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 177/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 218/2015, que consiste na contratação de empresa para fornecimento de serviço de Internet Via Fibra Óptica para o 23º Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, conforme especificações no Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 177/2015;

Considerando o término do Contrato no dia 31 de julho de 2016 e que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação;

Considerando que a Contratada se compromete a manter os valores conforme proposta em anexo a este Termo Aditivo, faz-se necessário prorrogar a vigência contratual, com base na Cláusula Sétima – Da Vigência do referido Contrato, de acordo com o Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de agosto de 2016 e com término em 31 de dezembro de 2016. Permanece o valor mensal de R\$ 295,00 (duzentos e noventa cinco reais) totalizando o valor de R\$ 1.475,00 (hum mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) para o período prorrogado para pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 30 de julho de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de julho de 2016.

Ass: OSMAR TELMA, pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município.

WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

RESCISÃO DO CONTRATO Nº 118/2015

EXTRATO DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 118/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Rescisão ao Contrato de Locação de Imóvel para abrigar o CEIM Amor Perfeito durante o período de Construção da Nova Sede de nº 118/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE de 10 de abril de 2015, conforme Dispensa de Licitação nº 100/2015.

Cláusula Primeira – Fica rescindido a partir da data de 15 de agosto de 2016, o Contrato de Locação de Imóvel de nº 118/2015 que tem por objeto a locação de imóvel para abrigar o CEIM AMOR PERFEITO durante o período de construção da nova sede, composto de um terreno conforme matrícula nº. 01.337 no livro 2 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, edificado com um prédio em alvenaria, em bom estado de conservação, situado na Zona Residencial 3 (ZR-3), em terreno localizado na Rua Alberto Malschitzky esq. Rua Guaramirim. O imóvel é coberto com telhas onduladas de cimento amianto, piso cerâmico, esquadrias metálicas e parte com forro PVC. É dotado de uma área para cozinha, com estrutura montada e área de banheiros em anexo. A área construída é de aproximadamente 420,00 m².

A rescisão se dá devido que a construção da sede própria do CEIM AMOR PERFEITO está concluída, sendo que está sendo feita a mudança da sede locada para a nova, e conforme Cláusula Oitava – da Rescisão, a LOCATÁRIA poderá, a qualquer tempo, rescindir administrativamente o presente contrato de Locação, com base na Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A rescisão de que trata o presente termo dá-se de forma amigável, na forma do art. 79, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93, conferindo quitação dos termos contratuais, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2016.

São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE, como Locadora.

CÂMARA MUNICIPAL**AUDIÊNCIA PÚBLICA SECRETARIA DE SAÚDE, APRESENTANDO RELATÓRIO 1º QUADRIMESTRE DE 2016**
EDITAL

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Saúde, Saneamento e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que a Secretária Municipal de Saúde, Senhor Deodato Raul Hruschka, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, o Relatório do 1º Quadrimestre de 2016.

Data: 16 de agosto de 2016

Hora: 15:30 hs

Local: Sede do Poder Legislativo Municipal

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 09 de agosto de 2016.

Edimar Geraldo Salomon

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Tirso Gladimir Hummelgen

Presidente da Comissão de Saúde, Saneamento e Assistência Social

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 53/2015

Contrato Nº: 49/2016 – 1º T.A.

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: João Alberto Tremel - ME

Vigência: Início: 24/06/2016 - Término: 24/07/2016

Recursos: Dotação:

(114) – 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: Locação de 01(um) veículo caminhão equipado com basculante (caçamba), com operador e fornecimento de combustível.

Valores: R\$ 7.406,47 (Sete Mil Quatrocentos e Seis Reais e Quarenta e Sete Centavos) valor mensal.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 27/2013

Contrato Nº: 50/2016 – 3º T.A.

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Ambiental Ajardinamentos LTDA

Vigência: Início: 15/08/2016 - Término: 14/08/2017

Recursos: Dotação:

(114) – 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: Prestação de serviços continuados de jardinagem, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra, com vistas à manutenção e conservação de áreas externas nas unidades operacionais do setor de abastecimento de água, conforme especificações e quantitativos abaixo discriminados:

1. R\$ 355,58 (Trezentos e Cinquenta e Cinco Reais e Cinquenta e Oito Centavos) para Reservatório de Água Tratada Bairro Colonial

- 1.114m²;
2. R\$ 580,94 (Quinhentos e Oitenta Reais e Noventa e Quatro Centavos) para Reservatório de Água Tratada Bairro Serra Alta – 1.820m²;
 3. R\$ 100,55 (Cem Reais e Cinquenta e Cinco Centavos) para Reservatório de Água Tratada Bairro Lençol – 315m²;
 4. R\$ 70,23 (Setenta Reais e Vinte e Três Centavos) para Reservatório de Água Tratada Bairro Mato Preto – 220m²;
 5. R\$ 261,74 (Duzentos e Sessenta e Um Reais e Setenta e Quatro Centavos) para Reservatório de Água Tratada Bairro Vila São Paulo – 820m²;
 6. R\$ 143,64 (Cento e Quarenta e Três Reais e Sessenta e Quatro Centavos) para Captação de Água Bruta Bairro Rio Vermelho – 450m²;
 7. R\$ 47,87 (Quarenta e Sete Reais e Oitenta e Oitenta e Sete Centavos) para Elevatória de Água Tratada Avenida São Bento – 150m²;
 8. R\$ 143,64 (Cento e Quarenta e Três Reais e Sessenta e Quatro Centavos) para Elevatória de Esgoto Bairro Brasília – 50m²;
 9. R\$ 319,20 (Trezentos e Dezenove Reais e Vinte Centavos) para Elevatória de Esgoto Geanir – 1.000m²;
 10. R\$ 357,50 (Trezentos e Cinquenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos) para Estação de Tratamento de Esgoto Mato Preto II – 1.120m²;
 11. R\$ 408,57 (Quatrocentos e Oito Reais e Cinquenta e Sete Centavos) para Estação de Tratamento de Esgoto Mato Preto I – 1.280m²;
 12. R\$ 31,93 (Trinta e Um Reais e Noventa e Três Centavos) para Estação de Tratamento de Esgoto Alpestre – 100m²;
 13. R\$ 798,00 (Setecentos e Noventa e Oito Reais) para Estação de Tratamento de Esgoto Compacta Parque Sueli – 2.500m².

Valores: R\$ 3.619,39 (Três Mil Seiscentos e Dezenove Reais e Trinta e Nove Centavos) valor mensal.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2388 DE 05 08 16 EXONERA A PEDIDO POLYANA PRETTO

DECRETO Nº 2388, DE 05 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao setor de pessoal solicitando a exoneração do cargo, firmado pela servidora Polyana Pretto, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria protocolo nº 1313, na data de 01 de agosto de 2016;

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora Polyana Pretto, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data;

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 2389 DE 09 08 16 DISPENSA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENE SANTINA PANTANO

DECRETO Nº 2389, DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidora pública municipal. O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar Municipal 0043, de 26/07/2012, e Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal protocolo nº 1371, na data de 09 de agosto de 2016, através do qual a servidora Marilene Santana Pantano, solicita dispensa do cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais), deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo da servidora Marilene Santana Pantano, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV (Séries Iniciais), 20 horas semanais, admitida em caráter temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data;

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 044/2016 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Marilene Santana Pantano, admitida em caráter temporário (ACT);

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município;

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

São Domingos (SC), 09 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 2391 DE 09 08 16 NOMEIA LUIZ FLIZIKOWSKI NO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DECRETO Nº 2391, DE 09 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Luiz Flizikowski, para exercer o cargo de Diretor de Departamento de Obras e Serviços Públicos, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.01, Nível CC-04, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada.

Art. 2º Fica revogada a portaria nº 1797, de 18 de junho de 2015.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 09 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 2392 DE 11 08 16 NOMEIA ELEONORA FERNANDA LISBOA NO CARGO DE ACESSOR DE SECRETARIA

DECRETO Nº 2392, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Eleonora Fernanda Lisboa, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.08, Nível CC-07, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 2394 DE 11 08 16 EXONERA A PEDIDO ANDRE SERGIO ROMANI OCUPANTE DO CRAGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

DECRETO Nº 2394, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo ao Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1398, na data de 11 de agosto de 2016, através do qual o servidor André Sérgio Romani, solicita exoneração do cargo de Operador de Máquinas deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal André Sergio Romani, do cargo efetivo de Operador de Máquinas deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 1613, de 26 de maio de 2014; nº 944 de 31 de agosto 2010; nº 836, de 05 de março de 2010; nº 131, de 08 de abril 2008; todas anteriores no que diz respeito ao servidor e nº 1619, de 02 de junho de 2014;

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 2397 DE 12 08 16 DISPENSA A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ANA CLAUDIA GAUER ARRUDA

DECRETO Nº 2397, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a extinção de vínculo de servidora pública municipal. O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012, e Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando que o período da admissão da servidora Ana Claudia Gauer Arruda, ocorreu de acordo com o disposto no Sexto Edital Chamamento, enquanto perdurar a Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Mari Tânia Lodi Bortolini, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV;

DECRETA:

Art. 1º Fica extinto o vínculo da servidora Ana Claudia Gauer Arruda, ocupante do cargo de Professor PD/C-III (Educação Infantil), 20 horas semanais, admitida em caráter temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data;

Art. 2º Fica extinto o contrato nº 039/2016 firmado entre o Município de São Domingos e a servidora Ana Claudia Gauer Arruda, admitida em caráter temporário (ACT);

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município;

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação; São Domingos (SC), 12 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 2396 DE 12 08 16 EXONERA A PEDIDO GIOVANE LEOPOLDO BUSATO OCUPANTE DO CARGO TÉCNICO AGRICOLA

DECRETO Nº 2396, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo ao Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1367, na data de 09 de agosto de 2016, através do qual o servidor Giovane Leopoldo Busato, solicita exoneração do cargo de Técnico Agrícola deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Giovane Leopoldo Busato, do cargo efetivo de Técnico Agrícola deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogadas as Portarias nº 1844, de 28 de setembro de 2015; nº 1613, de 26 de maio 2014, nº 944, de 31 de agosto de 2010; todas anteriores no que diz respeito ao servidor e nº 1976, de 01 de julho de 2016; nº 1853, de 08 de outubro 2015;

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 12 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

DEC 2398 DE 15 08 16 NOMEIA DUCLER ORTIZ NO CARGO DE ASSISTENTE PESSOAL DO PREFEITO

DECRETO Nº 2398, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Ducler Ortiz, para exercer o cargo de Assistente Pessoal do Prefeito, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.06, Nível CC-05, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. São Domingos (SC), 15 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

DEC 2399 DE 15 0816 ADMITE GIZIELI VALGOI GUSTMANN PROFESSOR PD D IV EM CARATER EMERGENCIAL

DECRETO Nº 2399, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a admissão de pessoal por tempo determinado em caráter emergencial.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0043, de 26/07/2012; e:

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes, Iraci Inês Marmentini Walendorff;

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1291, na data de 27 de junho de 2016, através do qual a servidora Lucinéia Rodrigues, solicita demissão do cargo de Professor PD/B-II deste município;

· Considerando que no Décimo Edital de Chamamento de candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, não houve candidatos interessados em assumir a vaga, nas áreas de Educação Infantil e Séries Iniciais, graduados e não graduados;

· Considerando o inciso VI do art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 0043 de 26 de julho de 2012, assim prevê:

“O suprimimento de pessoal para atuação nas áreas de educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatória do processo seletivo;”

· Considerando o Parecer Jurídico sobre a matéria;

· Considerando os princípios da legalidade e dos atos públicos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária emergencial de excepcional interesse público, a Senhora Gizeli Valgoi Gustmann, para exercer o cargo público de Professor PD/D-IV, Admitida em Caráter Temporário Emergencial, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes do Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora mencionado no art. 1º deste decreto será até a realização de novo Processo Seletivo ou até 31 de dezembro de 2016.

§ 2º A servidora integrará o Anexo IV – Quadro Geral de Cargos e Vencimentos do Magistério Público Municipal, com 20 (vinte) horas semanais, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 062 - COMISSÃO INTERSETORIAL ELABORAÇÃO PLANO DECENAL DCA

DECRETO Nº 062/16, DE 11/08/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO a RESOLUÇÃO Nº 171, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014 que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, "d"; nos incisos II e VII do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 2º do Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004;

CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de apontar orientações para que os conselhos dos direitos da criança e do adolescente estadual, distrital e municipal elaborem os seus respectivos planos decenais;

CONSIDERANDO que a elaboração do plano decenal deve ser realizada de forma articulada e intersectorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;

CONSIDERANDO as deliberações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, em sua 220ª Assembleia Ordinária, realizada nos dias 15 (quinze) e 16 (dezesesseis) de agosto de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade intersectorial de elaboração do Plano Municipal;

CONSIDERANDO que o Plano é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersectorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública e posteriormente a aprovação do CMDCA,

DECRETA:

Art. 1º Nomear a Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do Plano Municipal, conforme segue:

- I – Marli Henn, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II – Márcia Schneider, Conselho Tutelar;
- III – Rosilei Bruxel Anschau, Secretaria Municipal da Educação,

Cultura e Esportes

IV- Celina Lasarotto Grasel, Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social

V- Andressa Marasca, Departamento de Assistência Social

Art. 2º A Comissão Intersectorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 3º Compete à Comissão Intersectorial:

I – definir plano de atividades para discussão e elaboração do plano decenal, bem como elaborar a proposta do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação;

II – articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos

objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

IV – propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

V - submeter a minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente.

Art. 4º Compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – aprovar e deliberar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

II – apoiar e articular a implementação das ações do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – articular com os órgãos dos Poder Executivo e Legislativo visando à inserção de

ações constantes do plano decenal dos direitos da criança e do adolescente no plano plurianual e na lei orçamentária;

IV – definir instrumentos de avaliação e monitoramento da implementação do plano

decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes; e

V – encaminhar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º O Plano Municipal será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 30 de novembro de 2016.

parágrafo único: A Comissão Intersectorial definirá entre seus membros o plano de atividades das reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

São João do Oeste, SC, 11 de agosto de 2016.

SÉRGIO LUIS THEISEN

Prefeito Municipal

LEI 1687 - AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO E CEDÊNCIA DE SERVIDOR A ARIS

LEI Nº 1.687/16, DE 11/08/2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO E CEDER SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO PARA A ARIS – AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio entre o Município de São João do Oeste e a ARIS – Agencia Reguladora Intermunicipal de Saneamento, com sede no endereço: Centro Executivo Imperatriz, Rua General Liberato Bittencourt, 1885 - 12º Andar, Florianópolis, inscrita no CNPJ 11.400.360/0001-05, com o fim específico de ceder o servidor público municipal efetivo WILLIAM DILL ARENHARDT, portaria nº 119/2013, ocupante do cargo de Engenheiro Sanitarista e Ambiental, para fins de atuar naquele órgão, em sua área específica.

Parágrafo único: A cedência do servidor será sem ônus ao erário público municipal, sendo que as despesas correrão exclusivamente por conta do orçamento da entidade conveniente.

Art. 2º. As condições, prazos, objetivos, metas, direitos e deveres serão definidos no Termo de Convênio a ser firmado entre as partes.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 11 de agosto de 2016.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

PORTARIA Nº 329/2016

PORTARIANº 329/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Casamento, conforme apresentação de Certidão de Casamento a Senhora NAIANA RODRIGUES NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Saúde, a contar do dia 05/08/2016 á 11/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 330/2016

PORTARIANº 330/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte funcionário: - FRANCISCO DE ASSIS GUEDES, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 09/08/2016 à 07/09/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 331/2016

PORTARIANº 331/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - JANAINA UIARA DE ANDRADE, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 20/07/2016. - JANETE CECHINEL PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 27/07/2016, e o retorno de acordo com o INSS. - FABIANE CEVEY TAMAKI, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 28/07/2016. - NEURA CANDIDA DE LIMA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar

do dia 29/07/2016, e o retorno de acordo com o INSS. - ENEVALDO PINTO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Pintor, por 01 (um) dia, no dia 29/07/2016. - MARIA APARECIDA BORGES NUNES LUCIANO, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 03/08/2016. - ANA PAULA PEREIRA MARTINS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 01 (um) dia, no dia 04/08/2016. - ALESSANDRA GOULART ROSA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, por 10 (dez) dias, a contar do dia 04/08/2016. - OSMARINA DE FATIMA DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 03/08/2016. - JURACI DE FATIMA BRANCO DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 10 (dez) dias, a contar do dia 03/08/2016. - ANGELINA RAMOS FLORES NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 02/08/2016, e o retorno de acordo com o INSS. - MARCIA RIBEIRO, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 02/08/2016. - CARMEM LUCIA LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 01/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 332/2016

PORTARIANº 332/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: - ANGELITA BORGES ANDRADE, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 10 (dez) dias, a contar do dia 01/08/2016. - MARIA BERNADETE PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 04/08/2016. - ROSANE VALIM GUIMARÃES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 05/08/2016. - ROMILTO GUIMARÃES VELHO, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, por 01 (um) dia, no dia 05/08/2016. - DAURA IVONE NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 05/08/2016. - EALNIRA SOUZA GÓSS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 08/08/2016. - ELIZANDRA DA SILVA PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 05 (cinco) dias, no dia 08/08/2016. - ELCI NUNES AMARAL, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 08/08/2016. - MARIA APARECIDA BORGES N. LUCIANO, ocupante do Cargo de Professora, por 12 (doze) dias, a contar do dia 08/08/2016. - MARIA JULIA RUPNIEVSKI, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 08/08/2016. - ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 08/08/2016. - LARA APARECIDA SCHIMIDT, ocupante do Cargo de Contadora, por 01 (um) dia, no dia 08/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 333/2016

PORTARIANº 333/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – LÉA MARAFIGO JESUS NUNES, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem (SAMU), por 05 (cinco) dias, a contar do dia 08/08/2016. – JANAINA APARECIDA DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 08/08/2016. – TEREZINHA RIBEIRO DE JESUS, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 08/08/2016. – SIMONE DE FATIMA ROSA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 08/08/2016. – ALEXANDRE NUNES CHIODELLI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 09/08/2016. – MARIA DE FATIMA SOUZA NUNES, ocupante do Cargo de Arquiteta, por 01 (um) dia, no dia 09/08/2016. – CLAUDIA GÓSS, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, no dia 09/08/2016. – GISLAINE POLLI FARIAS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 09/08/2016. – TAILA GARCIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 03 (três) dias, a contar do dia 10/08/2016. – BERNADETE PORTO KAULING, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, no período Vespertino, do dia 10/08/2016. – SIMONE DE FATIMA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 10/08/2016. – JOSE PAULO DA SILVA, ocupante do Cargo de Encanador, por 03 (três) dias, a contar do dia 10/08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 334/2016

PORTARIANº 334/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública, Lei Nº 4.398/2016 de 11/03/2016; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as senhoras: - ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS ORENCIO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, na E.E.B.M.

Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, com 40 horas semanais, a contar do dia 09/08/2016, em substituição a agente Angelina Ramos Flores Nunes, que encontra-se em licença pelo INSS. – ARMANDA NATALINO MELO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, localidade de Pericó, Profª. 2º grau, na área de História, com 20 horas semanais, a contar do dia 09/08/2016, em substituição ao Prof. Rogerio Barbosa, que encontra-se em licença para concorrer a Cargo Eletivo. – JANAINA BORGES HABITZREUTER, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, Profª. Normalista, na área de Matemática, com 20 horas semanais, a contar do dia 09/08/2016, em substituição a Prof. Ezequiel Almeida Raichel, que pediu Exoneração. – KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, localidade de Pericó, Profª. Plena, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 09/08/2016, em substituição ao Profª Ana Zeni Lopes Zandonadi, que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 09 de Agosto de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 335/2016

PORTARIANº 335/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - MAIKON JHONATAN OLIVEIRA VALERIO, ocupante do Cargo de Calceteiro, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 10/08/2016 à 08/09/2016. – MARLI GERARDI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 10/08/2016 à 08/09/2016. – DAYANE OLIVEIRA DE BRIDA, ocupante do Cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2015/2016, a contar do dia 10/08/2016 à 08/09/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Agosto de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 336/2016

PORTARIANº 336/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública, Lei Nº 4.398/2016 de 11/03/2016; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - VERA LUCIA MATOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineira), no CEI Diomar Rodrigues Padilha, Bairro Nossa Senhora Aparecida, com 40 horas semanais, a contar do dia 10/08/2016, em substituição a agente Janete Cechinel Pereira, que encontra-se em licença pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 10 de Agosto de 2016.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PROCESSO 20/2016 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 20/2016

Pregão Presencial 15/2016

Objeto: Aquisição de Material de Higiene e Material de Limpeza para o Fundo Municipal de Assistência Social – Abrigo Municipal.

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 30/08/2016 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 30.047,30

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 15 de agosto de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

.

São José

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.272 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 1.272 de 15 de agosto de 2016

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 020272/2016, relativo a ato disciplinar da servidora A.S.S., e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Patricia Ana Marques e Eleana Costa Soares para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 15 de agosto de 2016

Daniela da Silva Fraga
Secretária Municipal da Educação Interina

PORTARIA Nº 1.273 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 1.273 de 15 de agosto de 2016

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

-A necessidade de análise de processo administrativo;
-O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
-E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso IX do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 020295/2016, relativo a ato disciplinar do servidor V.G.C., e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bittencourt, Patricia Ana Marques e Eleana Costa Soares para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 15 de agosto de 2016

Daniela da Silva Fraga
Secretária Municipal da Educação Interina

PORTARIA Nº 017/2014

PORTARIA Nº 017/2014

Prorrogação das Portarias nº 012/2016 e nº 08/2016 que reeditou as Portarias nº 010/2014, 012/2014, 014/2014 e 002/2015

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 010/2014, de 28 de agosto de 2014 e Reeditada pela Portaria nº 008/2016, de 08 de abril de 2016, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do dia 17 de junho de 2016.

São José, 15 de agosto de 2016.

Rodrigo João Machado
Procurador Geral do Município

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2016 – PROCESSO Nº 153/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2016 – Processo nº 153/2016 – Proc. Adm. 9282/2016 - Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES (INCLUINDO GABINETE, TECLADO, MOUSE E MONITOR) DESTINADOS À POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 16 de agosto de 2016 às 18h00min até dia 29 de agosto de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 29 de agosto de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2016 – PROCESSO Nº 326/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2016 – Processo nº 326/2016 – Proc. Adm. 21391/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE CURATIVOS ESPECIAIS PARA ATENDER AO PROGRAMA DE MATERIAIS ESPECIAIS, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 16 de agosto de 2016 às 18h00min até dia 26 de agosto de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 26 de agosto de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2016 - Processo nº 242/2016 – Proc. Adm. 13236/2016. Fornecedor: DOMINGOS MARTINS AUTO CENTER PEÇAS E MECÂNICA LTDA – EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS MOTOCICLETAS, QUE COMPÕEM A FROTA DO 7º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, SEDIADO À RUA ANTÔNIO SCHROEDER, 300, BAIRRO BARREIROS, SÃO JOSÉ/SC. Percentual de desconto: vencedora do lote único com o percentual de desconto no fornecimento de peças de 20% (vinte por cento) e o valor de mão de obra de R\$ 62,00 (sessenta e dois reais) por hora. Valor para mão de obra e para peças por Lote: mão de obra de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e de R\$ 20.000,00 (Vinte Mil reais) para peças. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 113/2015-01 – TP 013/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 113/2015-01 – TP 013/2015 - Processo 223/2015 – Proc. Adm. 5126/2016 – Contratado: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PICADAS DO SUL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. ALTERAÇÃO QUANTITATIVA – SUPRESSÃO: A partir deste termo o Contrato original fica suprimido em 14,03% do valor inicialmente contratado, o que corresponde a R\$ 25.772,18 (vinte e cinco mil, setecentos e setenta e dois reais e dezoito centavos). ALTERAÇÃO QUANTITATIVA – ACRÉSCIMO: De acordo com as planilhas de fls.16/20, o Contrato original fica readequado quantitativamente em 2,23% do valor inicialmente contratado, o que equivale a um acréscimo de R\$ 4.093,81 (quatro mil, noventa e três reais e oitenta e um centavos). ALTERAÇÃO QUALITATIVA – ACRÉSCIMO: Conforme planilhas de fls. 16/20, o Contrato original fica readequado qualitativamente com o acréscimo de 8,50% do valor inicialmente contratado, o que equivale a um acréscimo de R\$ 15.616,09 (quinze mil, seiscentos e dezesseis reais e nove centavos). VALOR DO CONTRATO: O Contrato original, era de R\$ 183.648,87 (cento e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos), e a partir deste termo, considerando-se o decréscimo de 3,30%, vigorará com o valor de R\$ 177.586,60 (cento e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos). Data da assinatura: 04 de agosto de 2016.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 166/2016/SF

DECRETO Nº. 166/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.879,17 (sete mil oitocentos e setenta e nove reais e dezessete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO. DOS ESPORTES

1.080 ACADEMIA AO AR LIVRE

"464"4.4.90.51.00.00.1.0701 Obras e Instalações
..... R\$7.879,17

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 7.879,17 (sete mil oitocentos e setenta e nove reais e dezessete centavos) de Recursos de Transferência do Estado, Fonte 1.0701, das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO. DOS ESPORTES

1.080 ACADEMIA AO AR LIVRE

"465"4.4.90.52.00.00.1.0701 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$7.879,17

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de agosto de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 167/2016/SF

DECRETO Nº. 167/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.531 de 10 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$109.369,95 (cento e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO – EDUCAÇÃO

"137"3.3.90.30.00.00.1.0058 Material de Consumo
..... R\$20.000,00

"138"3.3.90.39.00.00.1.0058 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$89.369,95

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$109.369,95 (cento e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos), Recursos Salário Educação, Fonte 1.0058, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"115"3.3.90.39.00.00.1.0058 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$109.369,95

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de agosto de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 168/2016/SF

DECRETO Nº. 168/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.532 de 10 de agosto de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$2.421,08 (dois mil quatrocentos e vinte e um reais e oito centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

"431"4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações
..... R\$2.421,08

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fonte nº 3.0000, Recursos Ordinários, no valor R\$2.421,08 (dois mil quatrocentos e vinte e um reais e oito centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de agosto de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5880/2016

DECRETO Nº 5.880, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

“DECLARA O CUMPRIMENTO DOS ENCARGOS, EXTINGUE CLAUSÚLA DE REVERSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990; e

CONSIDERANDO que a empresa Made Móveis Cedrense Ltda, CNPJ nº 80.955.206/0001-04 restou vencedora do Processo Licitatório nº 10/2008, Modalidade Concorrência Pública, dando origem ao Contrato nº 28/2008 de 09/03/2008, recebendo em doação o lote industrial nº 09 da quadra 02, com área de 4.000,00m², constante na Matrícula nº 9.488, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro – SC;

CONSIDERANDO que o prazo para cumprimento dos encargos venceu em 03/03/2013 e foi prorrogado mediante parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CODECE nº 005/2013 de 05/07/2013, por mais dois anos;

CONSIDERANDO que após nova análise efetuada pelo CODECE na data de 26 de julho de 2016, onde após análise do pedido e documentos apresentados pela empresa donatária foi constatada sua regularidade e atendimento dos encargos propostos, conforme Parecer nº 003/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Declara cumpridos os encargos assumidos e estabelecidos no Contrato de Doação com Encargos e Cláusula de Reversão nº28/2008– Processo Licitatório nº 10/2008 – Modalidade Concorrência Pública, podendo ser lavrados os competentes registros cartoriais.

Art. 2º. Declara cumpridos os encargos e extinta a cláusula de reversão averbada na Matrícula nº 9.488 do Registro de Imóveis de São José do Cedro – SC e concretiza a doação;

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 05 de agosto de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5881/2016

DECRETO Nº 5.881, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

“DECLARA O CUMPRIMENTO DOS ENCARGOS, EXTINGUE CLAUSÚLA DE REVERSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990; e

CONSIDERANDO que a empresa Presul Pré Moldados de Concreto Ltda, CNPJ nº 07.431.898/0001-00 restou vencedora do Processo Licitatório nº 65/2006, Modalidade Concorrência Pública, dando origem ao Contrato nº 58/2006 de 18/10/06, recebendo em doação o lote industrial nº 24, da quadra 03, com área de 2.000,00m², constante na Matrícula nº 9.503, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro – SC;

CONSIDERANDO que o prazo para cumprimento dos encargos venceu em 18/10/2011;

CONSIDERANDO que após análise efetuada pelo CODECE na data de 26 de julho de 2016, em atendimento ao pedido e documentos apresentados pela empresa donatária foi constatada sua regularidade e cumprimento dos encargos propostos, conforme Parecer nº004/2016;

DECRETA:

Art. 1º. Declara cumpridos os encargos assumidos e estabelecidos no Contrato de Doação com Encargos e Cláusula de Reversão nº58/2006, Processo Licitatório nº 65/2006 – Modalidade Concorrência Pública, podendo ser lavrados os competentes registros cartoriais.

Art. 2º. Autoriza a transferência do Imóvel constante na Matrícula nº 9.503 do Registro de Imóveis de São José do Cedro – SC a empresa donatária Presul Pré Moldados de Concreto Ltda, CNPJ nº 07.431.898/0001-00;

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 05 de agosto de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5882/2016

DECRETO Nº 5.882, DE 08 DE AGOSTO DE 2016

HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, Lei 2020/93, Lei nº 1490/89, Lei nº 3265/2006, Lei nº. 4.171/2013, Lei nº. 4.174/2013, Lei nº. 4.186/2013, Lei 4.271/2014, Lei Complementar 039/2014 e demais dispositivos legais vigentes:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 002/2016 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

Auxiliar de Ensino (Magistério)			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437088	Marilei Ruhoff Lunkes	DEFERIDA
Auxiliar de Ensino (Nível Especial)			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437149	Alessandra Carol Markus	DEFERIDA
Auxiliar de Serviços Gerais			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436330	Marivane Collett	DEFERIDA
2	437054	Sonia Aparecida Siqueira Ely	DEFERIDA
3	435631	Tatiana Kunzler Feiten	DEFERIDA
4	435647	Vanderleia Kunzler Kessler	DEFERIDA
Merendeira			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	428472	Alcineia Barbosa	DEFERIDA
2	435818	Barbara Cristina Schmidt	DEFERIDA
3	421849	Cenair Teresinha Sartori	DEFERIDA
4	422922	Elisete Camargo Elesbao Thalheimer	DEFERIDA
5	429502	Marli Maria Bossa Delavy	DEFERIDA
6	423034	Marlice Terezinha Hendges	DEFERIDA
7	422521	Rosanei Casali	DEFERIDA
Monitor de Creche			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437936	Aline Lorenzon Brixner	DEFERIDA
2	423320	Ana Claudia De Oliveira	DEFERIDA
3	436845	Andressa Carniel	DEFERIDA
4	435840	Carine Helena Mayer	DEFERIDA
5	435843	Carla Maria Mayer	DEFERIDA
6	437842	Carolina Schneider	DEFERIDA
7	437951	Cristiane Knob	DEFERIDA
8	436724	Diully Da Silva	DEFERIDA
9	425706	Eduarda Banhara Bortolotto	DEFERIDA
10	428711	Eliane Aparecida Almeida Cintra	DEFERIDA
11	418863	Emanuele Fernanda Fantinelli	DEFERIDA

12	427496	Fernanda Bosa Hart	DEFERIDA
13	435676	Fernanda Cristiane Chervinski	DEFERIDA
14	437224	Gisele Carla Marion	DEFERIDA
15	436792	Hianara Paula Schmidt	DEFERIDA
16	435201	Irene Margarida Nardes Hofstaetter	DEFERIDA
17	436841	Jessica Machado Neumann	DEFERIDA
18	437941	Josiane Adams	DEFERIDA
19	437301	Lucileide Krefta Pessotto Thalheimer	DEFERIDA
20	436515	Maiara Regina Rodrigues	DEFERIDA
21	436232	Marisa De Fatima Belle	DEFERIDA
22	435744	Micheli Carla Sartori	DEFERIDA
23	437865	Rozeli Pinheiro Wronski	DEFERIDA
24	427511	Sandra Zanotelli Martinelli	DEFERIDA
25	428888	Taila Avila Baladore	DEFERIDA
26	419995	Tainara Aparecida Nilsson Paulus	DEFERIDA
27	438053	Tatiane Debona	DEFERIDA

Professor de Artes - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435627	Marines Philipsen	DEFERIDA
2	419007	Rubia Taisi Pinheiro	DEFERIDA
3	417083	Silvana Ester Delevatti	DEFERIDA

Professor de Artes – Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437743	Samara Borille	DEFERIDA

Professor de Ciências - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	429363	Danielli Fernanda Picinin	DEFERIDA
2	435304	Karen Viviane Figueiro Ludwig	DEFERIDA

Professor de Ciências – Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	416034	Caroline Mortari	DEFERIDA

Professor de Educação Especial - 2º Professor - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436453	Angela Vendramin Rauber	DEFERIDA
2	421058	Deise Daniela Dassoler	DEFERIDA
3	435185	Dilse Maria Southier Vendramin	DEFERIDA
4	419778	Maide Luiza Klein Anzolin	DEFERIDA
5	435187	Marilene Trevisol Pompermayer	DEFERIDA
6	435186	Roseli Zamboni Scholl	DEFERIDA
7	435890	Sabrina Banhara	DEFERIDA
8	420520	Viviane Smaniotto	DEFERIDA

Professor de Educação Especial - 2º Professor - Não Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

--	--	--	--

Professor de Educação Física - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	428753	Carolina Brustolin	DEFERIDA
2	429058	Caroline Markus	DEFERIDA
3	435896	Cristiana Reichert	DEFERIDA
4	435461	Eider Carlos Silva	DEFERIDA
5	433600	Giovani Macedo	DEFERIDA
6	436398	Gustavo Andrioli	DEFERIDA
7	417728	Jaqueline Lazzari	DEFERIDA
8	435710	Jossiel Becker	DEFERIDA
9	435669	Karen Zanetti Bizotto	DEFERIDA
10	430615	Leandro Schein	DEFERIDA
11	435930	Rosane Maria Kummer	DEFERIDA
12	437744	Samara Borille	DEFERIDA
13	435386	Sirlei Rubin	DEFERIDA

Professor de Educação Física - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	427355	Elizandra Fontana	DEFERIDA
2	435041	Guilherme Smaniotto Toigo	DEFERIDA
3	437925	Nathan Kerkhoven	DEFERIDA
4	435244	Sibeli Vettorazzi	DEFERIDA

Professor de Educação Infantil - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	424181	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA
2	426804	Angela Cristina Both	DEFERIDA
3	427240	Beatriz De Mello Martini	DEFERIDA
4	435793	Betania Luiza Poli	DEFERIDA
5	418359	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
6	437011	Carla Ines Rosenbach	DEFERIDA
7	436239	Catiane Regina Lavall	DEFERIDA
8	437690	Claudiane Pauli	DEFERIDA
9	424963	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
10	421310	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	DEFERIDA
11	425797	Daiane Pavin	DEFERIDA
12	437034	Daiani Foretti	DEFERIDA
13	428492	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	DEFERIDA
14	428277	Dionara Decarli	DEFERIDA
15	429559	Edilaine Girardi	DEFERIDA
16	435811	Edina Seibel Backes	DEFERIDA
17	419802	Edinara Aparecida Spezia	DEFERIDA
18	436377	Eduarda Noro	DEFERIDA
19	437474	Eliane Ana Spironello Foppa	DEFERIDA
20	436730	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
21	435372	Elisiane Alves	DEFERIDA

22	423148	Francieli Batista	DEFERIDA
23	436667	Gessi Boller	DEFERIDA
24	437017	Ione Terezinha Rosembach	DEFERIDA
25	425060	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
26	436557	Ivanete Zimmer	DEFERIDA
27	437646	Janete Bernardy	DEFERIDA
28	427069	Janizes Ana Zanata	DEFERIDA
29	433693	Joceli Zanetti	DEFERIDA
30	434699	Juliana Both Maldaner	DEFERIDA
31	425846	Juliana Seibel Freddi	DEFERIDA
32	428747	Juliane Kafer	DEFERIDA
33	421811	Keila Cieplak	DEFERIDA
34	436382	Leda Maria Britz Lunkes	DEFERIDA
35	423825	Leila Britsche	DEFERIDA
36	436112	Leila Sandra Baierle Bittencourt	DEFERIDA
37	435293	Leonice Maria Bianchi	DEFERIDA
38	419463	Mara De Re	DEFERIDA
39	435289	Marinez Salete Justen	DEFERIDA
40	419327	Marivane Luiza Romio	DEFERIDA
41	436895	Neiva Maria Becker Bossa	DEFERIDA
42	418454	Rosamar Mazzone	DEFERIDA
43	419915	Rosicler Aparecida Lazzarotto	DEFERIDA
44	428202	Sandra Aparecida Dos Santos	DEFERIDA
45	428750	Sandra Luiza Back	DEFERIDA
46	424296	Solani Damo Salvi	DEFERIDA
47	436866	Sueli Conceicao Da Silva	DEFERIDA
48	428941	Sueli Zamboni	DEFERIDA
49	438062	Tania Teresinha Rodrigues Da Silva	DEFERIDA
50	420521	Viviane Smaniotto	DEFERIDA
51	429069	Yeligel Laris Delevatti	DEFERIDA

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437569	Andressa Gräf	DEFERIDA
2	437953	Angela Graf	DEFERIDA
3	437360	Caciane Marcela Madalozzo Arend	DEFERIDA
4	436652	Cleonara De Lima Vieira	DEFERIDA
5	430352	Daiane Cristina Giehl	DEFERIDA
6	436775	Darciane Fabiula Piran	DEFERIDA
7	437036	Fernanda Seibel	DEFERIDA
8	429812	Herica Todescatto Wagner	DEFERIDA
9	421990	Jarielly Guedes Dorneles	DEFERIDA
10	430199	Karline Elizabete Back	DEFERIDA
11	437639	Marta Elena Bernardy Apio	DEFERIDA
12	416143	Natalia Pasqualon	DEFERIDA
13	438055	Rosilei Alves Siqueira	DEFERIDA
14	436317	Taisa Degasperi	DEFERIDA

Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	424182	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA
2	426805	Angela Cristina Both	DEFERIDA
3	435943	Auriane Dos Santos Rubin	DEFERIDA
4	427242	Beatriz De Mello Martini	DEFERIDA
5	435794	Betania Luiza Poli	DEFERIDA
6	418360	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
7	419455	Claudiane Pauli	DEFERIDA
8	436974	Cleci Alves De Souza Santos Da Silva	DEFERIDA
9	424964	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
10	421311	Daiane Mireli Gulate De Mattos Passarin	DEFERIDA
11	425798	Daiane Pavin	DEFERIDA
12	424816	Debora Trevisol	DEFERIDA
13	421059	Deise Daniela Dassoler	DEFERIDA
14	424822	Deise Michele Tiecher	DEFERIDA
15	428278	Dionara Decarli	DEFERIDA
16	429560	Edilaine Girardi	DEFERIDA
17	435812	Edina Seibel Backes	DEFERIDA
18	436378	Eduarda Noro	DEFERIDA
19	437475	Eliane Ana Spironello Foppa	DEFERIDA
20	436731	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
21	435373	Elisiane Alves	DEFERIDA
22	438191	Elizabeth Terezinha Vendruscolo Blasi	DEFERIDA
23	423149	Francieli Batista	DEFERIDA
24	436668	Gessi Boller	DEFERIDA
25	422504	Giovana Cristina Breier Miola	DEFERIDA
26	429383	Greici Kely Muller	DEFERIDA
27	437893	Iana Patricia Caramori	DEFERIDA
28	425055	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
29	437647	Janete Bernardy	DEFERIDA
30	433694	Joceli Zanetti	DEFERIDA
31	435939	Jovana Neinas	DEFERIDA
32	436452	Judite Lorenzon Deicke	DEFERIDA
33	434700	Juliana Both Maldaner	DEFERIDA
34	425847	Juliana Seibel Freddi	DEFERIDA
35	437615	Julita Lucia Kieling Camini	DEFERIDA
36	421812	Keila Cieplak	DEFERIDA
37	427122	Leandra Valeria Schultz	DEFERIDA
38	436383	Leda Maria Britz Lunkes	DEFERIDA
39	435294	Leonice Maria Bianchi	DEFERIDA
40	436237	Liane Maria Lunkes Simioni	DEFERIDA
41	419779	Maide Luiza Klein Anzolin	DEFERIDA
42	419464	Mara De Re	DEFERIDA
43	437012	Maria Terezinha Lazzari	DEFERIDA
44	435290	Marinez Salete Justen	DEFERIDA
45	419328	Marivane Luiza Romio	DEFERIDA
46	436896	Neiva Maria Becker Bossa	DEFERIDA

47	435990	Nelia Maria Maldaner Picinin	DEFERIDA
48	429355	Odete Casarin	DEFERIDA
49	428478	Patricia Noll	DEFERIDA
50	418455	Rosamar Mazzone	DEFERIDA
51	435923	Roseli Maria Bonfante	DEFERIDA
52	419917	Rosicler Aparecida Lazzarotto	DEFERIDA
53	435891	Sabrina Banhara	DEFERIDA
54	428751	Sandra Luiza Back	DEFERIDA
55	436760	Sirlei Aparecida Reolon	DEFERIDA
56	437305	Susana Camicia	DEFERIDA
57	436863	Tathiane Mary Garcias Stanguerlin	DEFERIDA
58	436970	Vera Lourdes Fernandes Ducatti	DEFERIDA
59	435633	Vera Lucia Schmitz	DEFERIDA
60	429070	Yeligel Laris Delevatti	DEFERIDA

Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437671	Fabiola Bruna Rockenbach	DEFERIDA
2	437640	Marta Elena Bernardy Apio	DEFERIDA
3	437784	Monica Camila Tavella	DEFERIDA
4	426560	Nadir Salete Schultz	DEFERIDA
5	437754	Thais Regina Hoffmann	DEFERIDA
6	421806	Thalia Kraemer	DEFERIDA

Professor de Espanhol - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	431825	Graciela Neumann	DEFERIDA
2	437019	Marciele Dreyer Schneider	DEFERIDA
3	435746	Raquelly Taube	DEFERIDA
4	427919	Rosane Vichiatti	DEFERIDA

Professor de Espanhol - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	425385	Vanderlisse Ribeiro Alves	DEFERIDA

Professor de Geografia - Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

--	--	--	--

Professor de Geografia - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	416036	Caroline Mortari	DEFERIDA
2	433876	Raquel Gonzatto	DEFERIDA

Professor de História - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	426569	Lucas Antonio Ramos	DEFERIDA

Professor de História – Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	420825	Angela Maria Borssatti	DEFERIDA
2	416912	Eduarda Limberger	DEFERIDA
3	437658	Luiz Eduardo Bernardy Ramos	DEFERIDA
4	437142	Mileni Laura Breunig Schneider	DEFERIDA
5	436830	Sueli Conceicao Da Silva	DEFERIDA

Professor de Inglês - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	428347	Vanessa Trevisol	DEFERIDA

Professor de Inglês - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437624	Casiane Cristina Sbardelotto Salles	DEFERIDA
2	437751	Karine Maria Kuhn	DEFERIDA
3	421724	Marina Ongaratto	DEFERIDA

Professor de Matemática - Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

--	--	--	--

Professor de Matemática – Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	418078	Ana Regina Rodrigues	DEFERIDA
2	437963	Andreia Da Silva	DEFERIDA
3	436437	Eliate Cristine Schneider Balen	DEFERIDA
4	422404	Jessica Carolina Lemes De Souza	DEFERIDA
5	435688	Luana Maciel Padichello	DEFERIDA
6	428684	Tais Regina Luft	DEFERIDA

Professor de Português - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	417367	Marciane Bitsch	DEFERIDA
2	435747	Raquelly Taube	DEFERIDA
3	436811	Taisa Markus	DEFERIDA
4	425386	Vanderlisse Ribeiro Alves	DEFERIDA

Professor de Português - Não Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

--	--	--	--

Professor Habilitado com Magistério

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437046	Andreia Da Silva	DEFERIDA
2	436926	Fernanda Fatima Franzosi Castelli	DEFERIDA
3	436550	Franciela Triches Blasi	DEFERIDA
4	429442	Helena Cristine Pacheco	DEFERIDA
5	438030	Juliana Da Silva	DEFERIDA
6	436996	Lidiane Siqueira Weppo	DEFERIDA
7	430803	Maria Carolina Araujo Johner	DEFERIDA

8	426551	Nadir Salete Schultz	DEFERIDA
---	--------	----------------------	----------

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2016 do Município de São José do Cedro – SC, as seguintes inscrições:

Auxiliar de Ensino (Magistério)			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	417132	Andressa Frederich	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	437039	Rozeli Pinheiro Wronski	Anulada pelo candidato
3	420199	Simone Vettorazzi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
Auxiliar de Ensino (Nível Especial)			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	429765	Paula Alves De Brito	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
Auxiliar de Serviços Gerais			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	417570	Caciane Aparecida Martinello De Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	427932	Enrique De Moura	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
3	434562	Gutemberg Santos Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
Merendeira			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435491	Keli Regina Santin Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	437085	Marilei Ruhoff Lunkes	Anulada pelo candidato
Monitor de Creche			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	420922	Andressa Gräf	Anulada pelo candidato
2	420828	Angela Graf	Anulada pelo candidato
3	431675	Barbara Alice Lilly Lohmann Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
4	432221	Carine Goncalves Megier Bonavigo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
5	430753	Cesar Antonio Gallina	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
6	420454	Claudionara Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
7	416968	Daiane Petry	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
8	437377	Dainara Andres	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
9	427007	Diandra Antunes Gottardi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
10	416193	Eduardo De Oliveira Flores	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
11	433379	Eliane Ruth Mendes De Campos Campos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
12	427341	Elizandra Fontana	Anulada pelo candidato
13	422016	Elizandra Fontana	Anulada pelo candidato
14	427328	Elizandra Fontana	Anulada pelo candidato
15	425734	Gabriele Cristina Do Nascimento	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
16	420103	Josiane D Souza Conceicao	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
17	430643	Luciane Gracieli Lassen Reichert	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
18	435879	Talita Anschau Rossetti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
19	437849	Valdete De Lara	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
Professor de Artes - Habilitado			

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	425290	Claudia Sierota Pavinato	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	425234	Deise Ially Ferderle Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
3	437908	Edina Grasiela Tremea Spironello	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
4	427714	Nadio Diogo Reolon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.

Professor de Artes – Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435664	Iohana Eloise Weiss	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.

Professor de Ciências - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	428625	Francieli Delazeri	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	417900	Vinicius Jose Almeida Zuse	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.

Professor de Ciências – Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	421347	Francieli Delazeri	Anulada pelo candidato
2	417898	Vinicius Jose Almeida Zuse	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.

Professor de Educação Especial - 2º Professor - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436703	Mariele Schraegle Hoffmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	435988	Nelia Maria Maldaner Picinin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
3	436759	Sirlei Aparecida Reolon	Anulada pelo candidato

Professor de Educação Especial - 2º Professor - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	421210	Giovana Cristina Breier Miola	Anulada pelo candidato
2	421923	Jaqueline Nunes Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
3	435969	Saleta Klaus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
4	436525	Tania Teresinha Rodrigues Da Silva	Anulada pelo candidato

Professor de Educação Física - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	435888	Eurico Chagas	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	425239	Jorge Andre Ferderle Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
3	418497	Josiani Carine Comassetto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
4	417123	Juliana De Maman	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
5	437389	Luana Cristina Schmidt	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
6	419200	Jonas Paiva Flores	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
7	419796	Natieli Borla	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
8	437159	Neiva Maria Willers Kummer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
9	426543	Paloma Schuerz	Anulada pelo candidato
10	424206	Romario Adriano Pantoja dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.

Professor de Educação Física - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
----	------	-----------	--------------------

1	422027	Elizandra Fontana	Anulada pelo candidato
2	427336	Elizandra Fontana	Anulada pelo candidato
3	421791	Elizandra Fontana	Anulada pelo candidato
4	429824	Nicholas Rossini Rohenkohl	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
5	437264	Thaysa De Melo Assumpcao Moreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.

Professor de Educação Infantil - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	430263	Denise Fatima Gubert	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	434515	Dilvane Gaspar Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
3	425597	Franciele Da Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
4	437544	Gabriela Postai	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
5	421211	Giovana Cristina Breier Miola	Anulada pelo candidato
6	437734	Regi Dal'alba	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
7	435922	Roseli Maria Bonfante	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
8	436827	Sueli Conceicao Da Silva	Anulada pelo candidato
9	419001	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437974	Jaqueline Leticia Stalter	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	436063	Katiane Lucia Arpini Bencke	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
3	427966	Mara Regina Deves Budtinger	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
4	437683	Micheli Rubin Delazeri	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
5	437783	Monica Camila Tavella	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
6	426539	Nadir Salete Schultz	Anulada pelo candidato
7	437753	Thais Regina Hoffmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.

Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais - Habilitado

Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437031	Daiani Foretti	Anulada pelo candidato
2	434516	Dilvane Gaspar Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
3	425598	Franciele Da Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
4	437545	Gabriela Postai	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
5	426625	Gisele Aparecida Da Veiga	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
6	436704	Marciele Schraegle Hoffmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
7	434810	Quelem Gesswein Giacomelli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
8	437735	Regi Dal'alba	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
9	419002	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.

Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais - Não Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

--	--	--	--

Professor de Espanhol - Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

--	--	--	--

Professor de Espanhol - Não Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

Professor de Geografia - Habilitado			
Não há candidatos indeferidos neste cargo.			
Professor de Geografia - Não Habilitado			
Não há candidatos indeferidos neste cargo.			
Professor de História - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	427830	Eduarda Limberger	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	422720	Graciele Ines Junges	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
Professor de História - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436196	Fernanda De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	435970	Salete Klaus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
3	436084	Sueli Conceicao Da Silva	Anulada pelo candidato
Professor de Inglês - Habilitado			
Não há candidatos indeferidos neste cargo.			
Professor de Inglês - Não Habilitado			
Não há candidatos indeferidos neste cargo.			
Professor de Matemática - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	437045	Andreia Da Silva	Anulada pelo candidato
Professor de Matemática - Não Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	436883	Carina Aparecida Lemes De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
Professor de Português - Habilitado			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	417754	Silviana Machado	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
Professor de Português - Não Habilitado			
Não há candidatos indeferidos neste cargo.			
Professor Habilitado com Magistério			
Nº	INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
1	427967	Mara Regina Deves Budtinger	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
2	426509	Nadir Salete Schultz	Anulada pelo candidato
3	429750	Reni Dalmoro Alessio	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.
4	435573	Tania Mara Rubin Deutschmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.2.1, letra d) do edital.

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão os dias 09 e 10.08.2016 para interpor recurso no site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 08 de agosto de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5883/2016

DECRETO Nº 5.883, DE 09 DE AGOSTO DE 2016

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, GLECI RUBIN, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 176 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificada em 33º lugar, média final 6,40, a partir de 09 de agosto de 2016, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 09 de agosto de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5884/2016

DECRETO Nº 5.884, DE 11 DE AGOSTO DE 2016

“ALTERA DECRETO Nº 5.395, DE 24 DE ABRIL DE 2014, QUE NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo nº 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei Municipal nº 2.462, de 05 de junho de 1997;

DECRETA:

Art. 1º. O Artigo 1º do Decreto nº 5.395, de 24 de abril de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. O Conselho Municipal de Educação passa a ficar constituído pelos seguintes membros:

REPRESENTANTE DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

Efetivo: Sandra Claudete kunzler

Suplente: Julita Lúcia Kieling Camini

REPRESENTANTE DO PODER LAGISLATIVO MUNICIPAL

Efetivo: Marlene Albert

Suplente: Patricia Finch

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Efetivo: Lizete Terezinha da Fonseca Reolon

Suplente: Maria Irene Escher

REPRESENTANTE DO ENSINO ESPECIAL

Efetivo: Roseli Piccinin Gasperin

Suplente: Leonice kasper

REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES

a) ZONA URBANA

Efetivo: Marisete Balbinot

Suplente: Helena Cristina Pacheco

b) ZONA RURAL

Efetivo: Marciane Toigo Dal Sant

Suplente: Gisiane Reichert

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Efetivo: Arnélio Nadin

Suplente: Jacir Ciconeti

REPRESENTANTE DO GRÊMIO ESTUDANTIL

Efetivo: Jordana Gonzatti

Suplente: Daniel Henrique Klain

REPRESENTANTE DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR DO MUNICÍPIO

Efetivo: Tânia Becker

Suplente: Lisete Maria Brixner Weis

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS FUNCION. PÚBLICOS MUNICIPAIS

Efetivo: Marisete Zachi

Suplente: Jacinta Hanzen

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Efetivo: Salete Klaus

Suplente: Cleusa Klein

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Efetivo: Ana Paula da Luz Bianchini

Suplente: Alair Fernanda Cordazzi

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Efetivo: Mauro Weber

Suplente: Miria Salete Lorscheiter Spironello

REPRESENTANTE DO MAGISTÉRIO ESTADUAL

Efetivo: Denise Angeli

Suplente: Catia Maria Lunckes"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 5.769, de 01 de abril de 2016 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de agosto de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

LEI Nº 4530/2016

LEI Nº 4.530, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

“INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização mobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles situados na rua abaixo relacionada:

AVENIDA SALGADO FILHO, NESTE MUNICÍPIO DO SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via, no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte orçamentária de recursos, recursos do Contrato de Empréstimo com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina - BADESC, Processo Licitatório nº 67/2016 – Tomada de preços, correspondendo à quantia de R\$ 165.688,86 (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta e seis centavos), correspondente a uma área de 1.900,06m² (um mil novecentos metros e seis decímetros quadrados).

Art. 2º. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 3º - O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Art. 4º - A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Art. 5º- A base de cálculo da Contribuição de Melhoria a ser exigida pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas, será cobrada adotando-se como critério o benefício resultante da obra, calculado através de índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência.

§ 1o. A apuração da base de cálculo, dependendo da natureza da obra, far-se-á levando em conta a situação do imóvel na Zona de Influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 2o. A determinação da base de cálculo da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas Zonas de Influência.

§ 3o. A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis do domínio privado, situados nas áreas diretas e indiretamente beneficiadas pela obra.

§ 4o. Para a apuração da base de cálculo da Contribuição de Melhoria, o órgão responsável, com base no benefício resultante da obra – calculado através de índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência no Custo Total ou Parcial da Obra, no Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra e em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

§ 5o. Para a apuração do Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra, e dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização, a Administração Pública Municipal adotará os seguintes procedimentos:

I – delimitará, em planta, a Zona de Influência da obra;

II – dividirá a Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de Hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

III – individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;

IV – obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados.

V – Testada do imóvel.

Art. 6º - A base de cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

§ 1º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência da obra.

§ 2º. A percentagem do custo da obra a ser cobrado mediante Contribuição de Melhoria considerará a natureza da obra, os benefícios para os usuários, às atividades econômicas preponderantes e o nível de desenvolvimento da área beneficiada.

§3º. A valorização imobiliária dar-se-á conforme Parecer da Comissão Especial nomeada através do Decreto nº 5.842/2016, de 08 de julho de 2016.

Art. 7º A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, relativa a cada imóvel, será determinada pelo rateio do Custo Total ou Parcial da Obra, pelo Número Total de imóveis Beneficiados, situados na Zona de influência da Obra, em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

§ 1º. Os Fatores Relativos e Individuais de Valorização é a determinação do fator de absorção de benefício da valorização para toda a zona e para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§ 2º. O Custo Total ou Parcial da Obra, os respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização e o número total de imóveis beneficiados deverão ser demonstrados em Edital específico próprio.

Art. 8º - Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento da Contribuição de Melhoria:

I – o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – o espólio, pelos débitos do “de cujus”, existentes à data da abertura da sucessão;

III – o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do “de cujus” existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV – a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;

V – a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§ 1o. Quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública ou na hipótese do inciso III deste artigo, a responsabilidade terá por limite máximo, respectivamente, o preço da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou meação.

§ 2o. O disposto no inciso III deste artigo aplica-se nos casos de

extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art. 9º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, Edital Demonstrativo do Custo da Obra de Melhoria, que conterá os seguintes elementos:

I – memorial descritivo do projeto;

II - Custo Total ou Parcial da Obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;

III - delimitação, em planta, da Zona de Influência da obra, demonstrando as áreas, direta e indiretamente, beneficiadas, e a relação dos imóveis que a integram e respectivas medidas lineares das testadas, que serão utilizadas para o cálculo do tributo;

IV – A divisão da Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

V - Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da Obra;

VI – determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis situados na área de sua influência.

Art. 10º O contribuinte definido no artigo 3º da presente Lei poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova.

Parágrafo Único. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.

Art. 11 A autoridade competente para julgar a impugnação é aquela definida na Lei Complementar Nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, que dispõe sobre as normas gerais em administração tributária, que proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

Art. 12 A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.

Art. 13 Da decisão proferida em primeira instância caberá recurso à Segunda instância, a ser interposto no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência, sob pena de preclusão.

§ 1º. O julgamento em segunda instância obedecerá ao prazo estabelecido no artigo 69 da Lei Complementar nº 009/2005.

§ 2º. A forma de comunicação ao impugnante obedece ao estabelecido no artigo 301 da Lei Complementar nº 009/2005.

§ 3º. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da contribuição de melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir a melhoria decorrente de obra executada em parte na forma prevista no caput deste artigo nem impede a Administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 14 Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Art. 15 O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja regulamentado em edital e/ou Decreto.

Art. 16 A repartição fazendária competente notificará pessoalmente, via postal ou por edital o sujeito passivo, devendo a notificação conter os seguintes requisitos:

I – do valor da Contribuição de Melhoria lançada;

II – do prazo para o seu pagamento e, se for o caso, do número de parcelas mensais e respectivos vencimentos;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública

IV - do prazo para a impugnação do lançamento;

V - o local do pagamento da contribuição de melhoria.

Parágrafo Único. Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através de publicação no órgão oficial de publicação do Município ou jornal de circulação local, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.

Art. 17 Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcelado, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento da parcela.

§ 1º. No requerimento deverá constar o número de parcelas desejadas;

§ 2º. Deferido o parcelamento, a autoridade fazendária procederá à emissão do carnê de pagamento, expresso em UFRM- Unidade Fiscal de Referência Municipal, cuja transformação em moeda se dará no dia do efetivo pagamento da parcela.

Art.18 Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art.19. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 009/2005(Código Tributário Municipal).

Art. 20. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

Art. 21. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP), em caso de Contribuinte Pessoa Física, e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 22. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 23. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 24. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em duas vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 25. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 26. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 27. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I – Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser a vista em parcela única, ou parcelado conforme a Lei Complementar nº 009/2005, de 27 de setembro de 2005, não havendo a incidência de qualquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

II - independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado que o valor mínimo de cada parcela não será inferior a 0,50 UFRM (zero vírgula cinquenta) da Unidade Fiscal de Referência Municipal.

III - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até o último dia útil do mês do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do mesmo.

Art. 28. As parcelas não pagas até a data de vencimento serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005).

§ 1º. Quando for efetuado o parcelamento e ocorrer o não pagamento de 02 (duas) parcelas até o vencimento da terceira parcela subsequente implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de parcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente à contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 29. Ficam isentas e excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

§ 1º. Ficam isentas do pagamento de contribuição de melhoria, as entidades de saúde beneficentes e de assistência sociais, assim declaradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, proprietárias de imóvel beneficiadas com obra pública. A isenção será solicitada por parte das interessadas, mediante requerimento ao Chefe do Poder Executivo acompanhado de Certidão ou Certificado expedido pelo CNAS, vigente à época do respectivo edital.

§2º. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 30. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros demora.

Art. 31. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação anual do IGPM, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 32. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

§1º. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo

atualizado e exigidos a partir do primeiro dia após o vencimento do débito.

§2º. As multas serão aplicadas e calculadas em 2% (dois por cento), calculadas sobre o tributo devido atualizado monetariamente, sem prejuízo de juros de mora.

Art. 33. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de São José do Cedro é de até 30(trinta) dias a contar do 1º dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas inválidas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação

Art. 34. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90(noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 35. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;

II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional. Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 36. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 37. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 38. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 39. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 40. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 41. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 42. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 009/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.
§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 43. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de agosto de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4531/2016

LEI Nº 4.531, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$109.369,95 (cento e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO – EDUCAÇÃO

“137”3.3.90.30.00.00.1.0058 Material de Consumo
..... R\$20.000,00

“138”3.3.90.39.00.00.1.0058 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$89.369,95

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$109.369,95 (cento e nove mil trezentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos), Recursos Salário Educação, Fonte 1.0058, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

“115”3.3.90.39.00.00.1.0058 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$109.369,95

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de agosto de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4532/2016

LEI Nº 4.532, DE 10 DE AGOSTO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$2.421,08 (dois mil quatrocentos e vinte e um reais e oito centavos) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

"431"4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações
..... R\$2.421,08

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Fonte nº 3.0000, Recursos Ordinários, no valor R\$2.421,08 (dois mil quatrocentos e vinte e um reais e oito centavos).

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de agosto de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016 - SRP - PR Nº 081/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/08/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2016. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS, A SEREM UTILIZADOS NO PROGRAMA DE REFORMA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL "MORAR MELHOR" DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 15 de agosto de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

São Lourenço do Oeste, SC, 15 de agosto de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2016 - FMS

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2016 - FMS
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 028/2016 – Pregão Presencial Nº 025/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.
FORNECEDOR: FIPAL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA - CNPJ: 77.396.810/0008-00.

VALOR: R\$ 54.800,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos reais).

TOTAL: R\$ 54.800,00 (cinquenta e quatro mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/08/2016.

VIGÊNCIA: 12/08/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

DECRETO Nº 5.447, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5.447, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.296, de 11 de agosto de 2016, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.365.4505.2.0 15.3.1.90.00.00.00.00. 00.03.0032	185 Aplicação Direta	R\$ 175.000,00
---	----------------------	----------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.296, de 11 de agosto de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.365.4505.1.086.4.4.90.00.00. 00.00.00.03.0032	159 Aplicação Direta	R\$ 175.000,00
---	----------------------	----------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO Nº 005/2016, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 005/2016, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

"Dispõe sobre a criação e a composição da Comissão Intersetorial para discussão e elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de São Lourenço do Oeste – SC".

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE SC no uso de suas atribuições legais e;

Considerando os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

A Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

A Resolução do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Nº 171, que "Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013";

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes estruturada de forma intersetorial e com a participação da sociedade civil através de entidades.

Art. 2º Fazem parte da Comissão:

I – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que o coordenará:

- a) Governo: Silvana Furlanetto
b) Sociedade Civil: Mariza Helena Rambo
- II – Conselho Tutelar:
- a) Conselheiro Tutelar: Selvina Wesolovski
b) Conselheiro Tutelar: Altair Borges
- III – conselhos setoriais, em especial, de políticas sociais, tais como educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer;
- a) Conselho Municipal de Saúde:
Governo: Marlete de Fatima Bandeira
Sociedade Civil: Jociel Beal
- b) Conselho Municipal de Assistência Social:
Governo: Nivo Ede Mallmann
Sociedade Civil: Madelaine Lucia Castelli
- c) Conselho Municipal de Educação:
Governo: Elizangela Calegari
Sociedade Civil: Margarete de Giacometti Guerhardt
- d) Conselho Municipal de da pessoa com deficiência, mulher ou idoso:
Governo: Samara Alexandre
Sociedade Civil: Jandira Sordi
- IV – órgãos estaduais, distrital e municipais gestores das políticas sociais, tais como educação, saúde, assistência social, segurança, esporte, cultura e lazer:
- a) Secretaria Municipal de Assistência Social: Diogo Menegatti
b) Secretaria Municipal de Saúde: Maria da Graça Balvedi Nomura
c) Secretaria Municipal de Educação: Denize Ranzan
- VI – crianças e adolescentes.
- a) Ong entre Amigos e Crianças: Gessica Peretti
b) Núcleo de Atendimento á Criança e Adolescente: Aline G. de Almeida
c) Escola Básica Santa Maria Goretti: Guilherme Augusto Bortolini Bampi

Art. 3º O CMDCA através desta resolução convoca a audiência pública para apresentação, discussão e aprovação do plano decenal a ter sua data definida no processo de elaboração deste plano decenal.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor após a data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Caroline Geremia
Presidente do CMDCA

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EXT. CONTRATO 87.2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. CONTRATO 87/2016
Processo Licitatório nº 93/2016
Pregão Presencial nº 55/2016
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO DESTINADO PARA ESCOAMENTO DE AGUA PLUVIAL, NAS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO N.º 1881/ 2016.
VALOR: R\$ 19.805,00
CONTRATADO: EUROPA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP
VIGÊNCIA: 30/12/2017
ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR
ASSINA pela CONTRATADA: LEVINO LAZZAROTTO SILVESTRE
São Miguel do Oeste, SC., 09 de agosto de 2016.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.
OBJETO: Contratação de empresas para serviços de monitoramento de alarme com locação de materiais destinados para o Ginásio Municipal, para o período de 12 meses, de acordo com o anexo I do edital.
Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 30 de agosto de 2016.
Abertura: às 08h do mesmo dia.
Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br
São Miguel do Oeste/SC, 15 de agosto de 2016.
VALDIR BERTHOLDO FERNANDES
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 100/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.
OBJETO: Contratação de empresa para sistema completo de alarme, com monitoramento eletrônico 24 horas, com sensor infra vermelho de movimento interno e externo, cfe as necessidades do local, destinados para as Secretarias da Administração, Educação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Urbano e

Infraestrutura, período de 12 meses, de acordo com o anexo I do edital.
Entrega dos envelopes: Até às 10h45min do dia 30 de agosto de 2015
Abertura: às 11h do mesmo dia.
Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br
São Miguel do Oeste/SC, 15 de agosto de 2016.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

O Município de São Miguel do Oeste – SC , a partir do Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de monitoramento de alarme com colocação de materiais, destinados para Oficina da Cultura, Barracão da Cultura, Biblioteca Pública Municipal e no Museu Ruy Arcadio Luchese, para o período de 12 meses, de acordo com o anexo I do edital.
Entrega dos envelopes: Até às 08h15min do dia 30 de agosto de 2016.
Abertura: às 08h30 min. do mesmo dia.
Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.
Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br
São Miguel do Oeste/SC, 15 de agosto de 2016.
CARLOS MAGNO RIBEIRO CHAVES
Presidente da Fundação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.
OBJETO: Contratação de empresa para serviços de monitoramento de alarme com locação de materiais, destinados para o Centro de Convivência dos Idosos, Centro de Referência Especializado de Assistência Social-Creas e Cras, Centro de Atendimento Integral a Criança-Caic, para o período de 12 meses, de acordo com o anexo

I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 30 de agosto de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 15 de agosto de 2016.

SIMONE CARMEM THOMAS

Secretaria Municipal de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de monitoramento de alarme com locação de materiais, a ser utilizados no Pronto de Atendimento Leonardo Weissheimer –UPA 24 hs, Almoxarifado e Farmácia de Referência, Unidade Sanitária Central, Unidades de Saúde dos Bairros Estrela, Salete, Santa Rita, São Gotardo, São Luiz, São Sebastião, São Jorge, Progresso e Agostini, Centro de Atenção Psicossocial-Caps, Posto de Atend.Medico-Pam e Secretaria Municipal de Saúde, período 12 meses, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 30 de agosto de 2016.

Abertura: às 10h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 15 de agosto de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2016

O Prefeito Municipal DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de Professor(a) II, para assumir o Maternal I – Vespertino – CEI Profª Leonida Vieira Francener.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido ao afastamento temporário da Servidora Flávia Clasen de Souza, sendo assim o contrato temporário estará vinculado ao retorno do servidora a sala de aula.

Art. 2º - Os/as professores (as) interessados em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 17 de agosto de 2016, às 09h, portanto a seguinte documentação:

- I - Xerox Identidade;
- II - Xerox CPF;
- III - Xerox PIS PASEP;
- IV - Xerox Carteira Trabalho;
- V - Xerox Título de Eleitor;
- VI - Quitação Eleitoral;
- VII - Xerox Certificado de Reservista;
- VIII - Xerox Títulos Escolares (autenticado);
- IX - Xerox Certidão de Casamento;
- X - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;
- XI - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);
- XII - 01 Foto 3 x 4 atual;
- XIII - Comprovante de Residência;
- XIV - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h as 12h e das 13h as 17h ou através do telefone (48) 32770122 r:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - A vaga ofertada, tem como pré-requisito o título de graduação em pedagogia com habilitação em educação infantil, não havendo candidato com essa titulação será aberto a vaga para o título de magistério, contudo não havendo candidato que atende os pré-requisitos listados acima, será aberto para quem estar cursando a 5ª fase no curso de graduação em pedagogia.

Art. 4º - A escolha de turmas será realizada em forma de assembleia, sendo expostas todas as vagas, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um professor (a) interessado pela mesma turma, será adotado os seguintes critérios de desempate:

- I – Título em graduação com habilitação em educação infantil; havendo empate;
- II – Título de pós-graduação, na área de atuação; havendo empate;
- III – Título de magistério; havendo empate;
- IV - Tempo de magistério; havendo empate;
- V - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

§ 2º - Para o critério de desempate em tempo de magistério, o candidato deverá possuir um comprovante, que deverá ser a certidão original de tempo de magistério. A não apresentação de tal

documentação, no ato da escolha é de caráter eliminatório.

Art. 5º - O/a professor (a), que assumir o Maternal I, turno vespertino, CEI Profª Leonida Vieira Francener, devido ao afastamento da Srª. Flávia Clasen de Souza, estará ciente que seu contrato estará vinculado ao retorno de tal profissional a sala de aula.

Art. 6º - O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar a sua escolha, demonstrando ciência que em seu contrato haverá uma cláusula sobre a suspensão do contrato, devido ao retorno do Srª. Flávia Clasen de Souza.

Art. 7º - De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 08/2014, do CME: “Após a escolha não será permitida a permuta entre professores”.

São Pedro de Alcântara, 15 de agosto de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO e.e

Prefeito Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, servidor (a) aprovado (a) na Chamada Pública n.º 010/2016, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professor II para o Maternal I, turno vespertino, no CEI Profª Leonida Vieira Francener, devido ao afastamento Servidora Flávia Clasen de Souza.

Declaro ciência, que o meu contrato estará vinculado ao retorno da Servidora Flávia Clasen de Souza a sala de aula.

Declaro ciência, de que não haverá permuta entre professores.

São Pedro de Alcântara, de de 2016.

Nome:

PORTARIA N.º 264/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 264/2016

ATRIBUI EXERCÍCIO A SERVIDORA QUE MENCIONA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, Art. 45, Inciso XVI,

RESOLVE:

Art. 1.º- Atribuir exercício das atividades da servidora ANA LÚCIA HAMES PETRY junto a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/08/2016.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 77/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 77/2016-PMS

PROCESSO Nº. 140/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição do livro "DE SCHRÖDERSTRASSE A SCHROEDER: UM CAPÍTULO ATRAVÉS DE FRAGMENTOS DE MEMÓRIA E HISTÓRIA TEUTO-BRASILEIRA, NO VALE DO ITAPOCU", para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de agosto de 2016 às 08h45min

Abertura do Processo: 30 de agosto de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 78/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 78/2016-PMS

PROCESSO Nº. 141/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa especializada em confecção de crachás de identificação para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de agosto de 2016 às 08h45min

Abertura do Processo: 29 de agosto de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CANCELAMENTO DE ITEM 154 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/201

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro,

CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Ata de Registro de Preços nº. 14/2016

Processo de licitação nº. 35/2016 – FMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 15/2016 – FMS

CANCELAMENTO DE ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do item 154 - OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO COM 100ML, referente a Ata de Registro de Preços nº. 14/2016, Processo de licitação nº. 35/2016 – FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 15/2016 – FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, ao longo de 12 meses, vencido pela empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 94.516.671/0001-53, a qual solicitou cancelamento do item, o qual foi deferido, conforme Parecer nº 110/2016-PROJUR.

Schroeder, 15 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2015 – GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2015 – GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. FABIOLA OLIVEIRA DOS SANTOS ENGELMANN, inscrita no CPF sob nº.089.674.837-59, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2015 – GAB/PMS, para o cargo de PSICOPEDAGOGO, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00 h do dia 17 de agosto de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 13.5 e 13.6, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 15 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. DANIELE FERNANDA LANGE, inscrita no CPF sob nº. 056.421.929-06, aprovada em 27º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 17 de agosto de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 15 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LUCIANA GOMES DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 013.010.484-10, aprovada em 15º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,

no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 11 de agosto de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 09 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**DECRETO Nº 3.842/2016 DE 11 DE AGOSTO DE 2016**

DECRETO Nº 3.842/2016 de 11 de agosto de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.290,00 (quatro mil duzentos e noventa reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Material de Consumo R\$ 4.290,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Obras e Instalações R\$ 4.290,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.843/2016 DE 11 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.843/2016 de 11 de agosto de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.900,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.900,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.844/2016 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.844/2016 de 12 de agosto de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 75.578,16 (setenta e cinco mil quinhentos e setenta e oito reais e dezesseis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0016 - Material de Consumo R\$ 71.700,00

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.1.305 - Aquisição de Veículos Equipamentos e Máquinas

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0034 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.878,16

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0016 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 71.700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 11/2016-FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 11/2016-FAS

Dispensa de Licitação nº. 09/2016-FAS - Processo nº. 12/2016-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FABIO LUIZ LIBARDI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 18.869.450/0001-80, estabelecida na Rua Angelo Scarpetta nº 385 Sala 01, Cruzeiro Sul, na cidade de Joaçaba, Estado do Santa Catarina, CEP: 89.600-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a Contratação de empresa especializada em Apresentações teatrais com o Tema: Abuso e Exploração Sexual, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em Apresentações teatrais com o Tema: Abuso e Exploração Sexual. Sendo no dia 29 de setembro no Clube de Idosos de Schroeder: 1ª apresentação da manhã 08h30min às 09h30min 2ª apresentação da manhã 10h00min às 11h00min 1ª apresentação da tarde 13h30min às 14h30min 2ª apresentação da tarde 15h00min às 16h00min 1 apresentação da noite 19h30min	05	Paças	800,00	4.000,00
TOTAL R\$					4.000,00

Valor do contrato: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

Data da Assinatura: 15/08/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 94/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 94/2016-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 11/2016-PMS - Processo nº. 122/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Gustavo Streit, trecho 4 – estaca 00 à 12, bairro Tomaselli, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 240m e área total de 2.400m², de acordo com Recursos Próprio, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.211/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 165.670,00 (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e setenta reais)

Data da Assinatura: 15/08/2016 – Vigência: 31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.642/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.642/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da servidora, Sra. Debora Maria Almeida Magalhães Brito em 1º de agosto de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora Sra. Ivane Leu, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.643/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.643/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Gustavo Streit, trecho 4 – estaca 00 a 12, na localidade Tomaselli, neste Município, compreendendo uma extensão de 240m e área total de 2.400m², com Recursos Próprios, em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº. 2.211/2016, de acordo com as especificações no Contrato nº. 94/2016–PMS, Tomada de Preços nº. 11/2016-PMS, Processo nº. 122/2016-PMS - empresa: Paviplan Pavimentação Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 15 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.644/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.644/2016, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença do servidor, Sr. Saulo dos Santos Zini, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 15 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal
Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

RESOLUÇÃO Nº. 015/2016-CMS

RESOLUÇÃO Nº. 015/2016-CMS

APROVAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AOS MESES MARÇO E ABRIL, MAIO E JUNHO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 30 de agosto de 2016 RESOLVE APROVAR a Aprovação de contas referentes aos meses março e abril, maio e junho de dois mil e dezesseis.

Assim, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 30 de agosto de 2016.

Marilei Lenzi Tomaselli
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2016-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 11/2016-PMS, PROCESSO Nº. 122/2016-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Gustavo Streit, trecho 4 – estaca 00 à 12, bairro Tomaselli, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 240m e área total de 2.400m², de acordo com Recursos Próprio, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.211/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório. Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 165.670,00 (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e setenta reais)

Data da Assinatura: 15/08/2016 – Vigência: 31/12/2016

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 73/2016-PMS

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2016

Número do Registro de Preços: 58/2016 **Data do Registro:** 15/08/2016 **Válido até:** 15/08/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secret

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviço de manutenção preventiva e corretiva para Máquinas pesadas, mais lataria, pintura, estofamento ar condicionado: com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral, suspensão, mangueiras hidráulicas, freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvulas de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência	H	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	59,0000	1
			MAOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	60,0000	2
			IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME (13219)		0	60,0000	3
2	valor com desconto máquinas pesadas	UN	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	59,400,0000	1
			MAOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	60,000,0000	2
			IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME (13219)		0	60,000,0000	3
3	Serviço de manutenção preventiva e corretiva para Máquinas agrícolas, mais lataria, pintura, estofamento e ar condicionado: com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral, suspensão, mangueiras hidráulicas, freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvulas de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, vidros, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência	H	MAOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	52,3300	1
			IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME (13219)		0	55,9483	2
			OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	58,0000	3
4	valor com desconto máquinas agrícolas	UN	MAOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	40,000,0000	1

Página: 2/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2016

Número do Registro de Preços: 58/2016 Data do Registro: 15/08/2016 Válido até: 15/08/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secret

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME (13219)		0	37.931,0345	2
			OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	39.600,0000	3
5	Serviço de manutenção preventiva e corretiva, mais Laticeria, pintura, estofamento e ar condicionado para Linha Leve.Com fornecimento de peças e serviços como: revisão em geral, suspensão, freio, embreagem, mangueiras, embuchamento, vidros,câmbio, radiadores, caixa de direção, afinação e retífica de motores, troca de peças e acessórios. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA - ME (9801)		0	46,2500	1
6	valor com desconto linha leve	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA - ME (9801)		0	36.000,0000	1
			IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME (13219)		0	36.601,9417	2
7	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, mais laticeria, pintura, estofamento e ar condicionado: para Caminhões. Com o fornecimento de peças, Serviços de: revisão geral, suspensão, freios, embreagem, para-brisa, inter clima, câmbio, vidros, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pinos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência	H	IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME (13219)		0	26.0000	1
			VITOR ZANELLA ME (10092)		0	42,3609	2
			OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	52,4273	3
8	valor com desconto caminhões.	UN	IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME (13219)		0	60.000,0000	1
			VITOR ZANELLA ME (10092)		0	47,111,2834	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2016

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 58/2016		Data do Registro: 15/08/2016		Válido até: 15/08/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secret							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	58.758,1532	3
9	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, mais lataria, pintura, estofamento e ar condicionado; para Ônibus e microônibus. Com o fornecimento de peças. Serviços de: revisão geral, suspensão, freios, embreagem, para-brisa, inter clima, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, vidros, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pinos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência	H	IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME (13219)		0	50.8000	1
			VITOR ZANELLA ME (10092)		0	53.8193	2
10	valor com desconto ônibus e microônibus.	UN	IVONE IDA BRASILIA BARONI - ME (13219)		0	60.000,0000	1

Página: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2016

Número do Registro de Preços: 58/2016		Data do Registro: 15/08/2016		Válido até: 15/08/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secret					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VITOR ZANELLA ME (10092)		0	58.765,3615	2

Página: 5/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2016

Número do Registro de Preços: 58/2016		Data do Registro: 15/08/2016		Válido até: 15/08/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços para manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secret					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2016
PROCESSO Nº 133/2016

- (6178) - OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA
- (9801) - RMI COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME
- (10050) - MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA
- (10092) - VITOR ZANELLA ME
- (13219) - IVONE IDA BRASÍLIA BARONI - ME

Schroeder, 15 de Agosto de 2016.

DISPENSA 9/2016-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2016 - DL
	Processo Nr.: 12/2016 Data: 15/08/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: FABIO LUIZ LIBARDI - ME Endereço: R RUA ANGELO SCARPETTA,385 - SALA 01 Cidade: Joaçaba - SC CNPJ: 18.869.450/0001-80	Código: 13419 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em Apresentações teatrais com o Tema: Abuso e Exploração Sexual.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5,00	"Contratação de empresa especializada em Apresentações teatrais com o Tema: Abuso e Exploração Sexual. Sendo no dia 29 de setembro no Clube de Idosos de Schroeder: 1ª apresentação da manhã 08h30min às 09h30min 2ª apresentação da manhã 10h00min às 11h00min 1ª apresentação da tarde 13h30min às 14h30min 2ª apresentação da tarde 15h00min às 16h00min 1 apresentação da noite 19h30min"	PÇS	800,00	4.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A melhor maneira de se combater a violência sexual contra crianças e adolescentes é a prevenção. É necessário um trabalho informativo junto aos pais e responsáveis, a sensibilização da população em geral, e dos profissionais das áreas de educação, assistência social, saúde e jurídica, com a identificação de crianças e adolescentes em situação de risco, e o acompanhamento da vítima.

A Secretaria de Assistência Social estará fazendo em setembro um trabalho com os profissionais da educação das escolas estaduais (professores, diretores e demais participantes da escola) e alunos sobre o Combate e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, orientando a quem procurar se ocorrer a situação, sobre as denúncias, bem como a sensibilização através do teatro formas de prevenção à este tipo de violência. Em Maio, em virtude do Dia 18 de Maio, Dia Nacional de Combate a Exploração Sexual de Crianças, o trabalho de prevenção foi feito com as escolas municipais que atingiu m número de aproximadamente 1.666 alunos da rede. Setembro, no Dia 24 é Dia Estadual de Combate à Violência e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil que atingirá aproximadamente 1.679 alunos.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 9/2016 - DLProcesso Nr.: 12/2016
Data: 15/08/2016

Folha: 2/2

Schroeder, 15 de Agosto de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

15/08/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Agosto de 2016

Valor da Despesa: 4.000,00 (quatro mil reais)**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

Seara

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 475/2016

Portaria nº. 475/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Exonerar a pedido, Mayara Daiane Heemann, do cargo de provimento em comissão de Auxiliar de Secretaria - AUXI, da Secretaria Municipal da Cidade, anexo I-H, da Lei Complementar nº 024/2006, a partir de 12 de agosto de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 12 de agosto de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 12 de agosto de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Siderópolis

PREFEITURA

FAMSID 01/2016 PREGÃO VEÍCULO - RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL FAMSID Nº 01/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO FAMSID Nº 01/2016

O Município de Siderópolis torna público aos interessados que de conformidade com a Lei Nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e legislação subsequente, que promoveu a retificação na descrição do item do Edital acima especificado, cujo objeto é a aquisição de um veículo 0km para o desenvolvimento das atividades da Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis. Sendo assim, fica suprimida da descrição a expressão: "... porta-malas com no mínimo 290 litros de capacidade...". Desta feita, altera-se, inclusive, a data de abertura do certame para o dia 26/08/2016 às 09h00min. O Edital retificado encontra-se disponível no site da municipalidade: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 8900.

Siderópolis, 15 de agosto de 2016.

FRANCIELE ANSELMO FERREIRA

Presidente

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 320/2016

DECRETO Nº 320, DE 01 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TEC. E ADMINISTRATIVA

2.025 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.00.0087(65) - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 87 - Salário Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de agosto de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO COVÊNIO 829757/2016/MCIDADES/CAIXA

EXTRATO DE CONVÊNIO/CONTRATO DE REPASSE
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS – torna público, o referido Contrato de Repasse 829757/2016, Processo n.º 2623.1029700-41/2016, que celebram a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e o Município de Tigrinhos, objetivando a execução de ações relativas ao Planejamento Urbano – Pavimentação. Objeto: Pavimentação de vias públicas urbanas no Município de Tigrinhos/SC. Dos Recursos: serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto o montante de R\$ 251.804,55 (duzentos e cinquenta e um mil, oitocentos e quatro reais, cinquenta e cinco centavos), sendo R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais) Recursos de Repasse da União, e R\$ 5.954,55 (cinco mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) Recursos da Contrapartida aportada pelo Município, conforme o cronograma de desembolso e plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

TIGRINHOS/SC, em 08 de Agosto de 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03 2016 FUMDEC - RECUPERAÇÃO VEÍCULO TIPO FURGÃO FORD TRANSIT 125 T350 AMB

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 FUMDEC

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços especializados em mecânica, latoaria, pintura entre outros, com fornecimento de peças, objetivando a recuperação integral do veículo tipo Furgão, modelo Ford Transit 125, T350 TCA AMB, característica ambulância, placa MKT-4254, em atendimento as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó (Repetição total do Pregão Presencial nº 02/2016 FUMDEC). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 29 de agosto de 2016. ABERTURA: dia 29 de agosto de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 15 de agosto de 2016
FABIO MELERE
Coordenador de Defesa Civil

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 62 2016 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2016 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante VILLA GOURMET EVENTOS LTDA EPP, CNPJ nº 09.073.037/0001-14 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 23/08/2016
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 15 de agosto de 2016.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

DECRETO NO 4258, DE 03 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO No 4258, DE 03 DE AGOSTO DE 2016

Declara inservíveis para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº 1902, de 01 de março de 2016, no âmbito do Processo nº DAP-444,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

SECRETARIA DE SAÚDE – ESF “ QUINTINO BOCAIUVA ”		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1722	Armário de Ferro	R\$.40,00
1726	Cadeira Giratória	R\$.40,00
1733	Aquecedor de ar	R\$.15,00
1739	Estufa de Esterilização e Secagem	R\$.180,00
1744	Arquivo de Aço	R\$.80,00
1752	Cadeira para escritório	R\$.10,00

1756	Pia com tampo de inox	R\$.50,00
1763	Foto polimerizador	R\$.240,00
1765	Maca Hospitalar Pediátrica	R\$.20,00
11287	Teclado	R\$.25,00
12026	Banco em Cedrinho	R\$.265,47
12028	Banco de Atendimento em Fórmica	R\$.2.200,00
12031	Banqueta	R\$.35,00
12032	Banqueta	R\$.35,00
12033	Banqueta	R\$.35,00
12034	Banqueta	R\$.35,00
12092	Biombo	R\$.53,71
12095	Balde a Pedal	R\$.93,92
12185	Protetor Externo em Fibra	R\$.53,00
12196	Armário Astra	R\$.46,95
12521	Cadeira Fixa	R\$.29,00
12525	Cadeira Giratória	R\$.71,00
12526	Cadeira Giratória	R\$.71,00
12527	Cadeira Giratória	R\$.71,00
12528	Escada 6 degraus	R\$.37,00
12723	Dicionário	R\$.125,00
12772	Mesa Infantil	R\$.19,50
12773	Cadeira Infantil	R\$.12,20
12774	Cadeira Infantil	R\$.12,20
12775	Cadeira Infantil	R\$.12,20
12776	Cadeira Infantil	R\$.12,20
15137	Relógio de Parede	R\$.60,00
18483	Dicionário especialidades	R\$.80,00
18484	Dicionário especialidades	R\$.80,00
23008	Teclado	R\$.20,00
23009	Teclado	R\$.20,00
23023	Teclado	R\$.20,00
23317	Máquina de Costura	R\$.510,00
26366	Casco Botijão	R\$.95,00
26842	Botijão de Gás	R\$.95,00
26843	Switch	R\$.46,40
27013	Estetoscópio	R\$.40,00
27064	Fantochê	R\$.163,00
27074	Multimídia	R\$.136,00
27077	Botijão de Gás	R\$.95,00
27323	Botijão de Gás	R\$.95,00
27438	Suporte para CPU	R\$.34,00
27466	Termômetro	R\$.43,38
27965	Mouse Óptico	R\$.10,98
27975	Teclado	R\$.19,90
27985	Filtro de Linha	R\$.29,00

SECRETARIA DE SAÚDE – US “ IMIGRANTES ”

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
902	Armário Americano	R\$.10,00
1164	Arquivo de aço	R\$.80,00
1225	Estante de ferro	R\$.20,00
1226	Estante de Ferro	R\$.20,00
1325	Cadeira para escritório	R\$.10,00
1835	Cadeira para escritório	R\$.10,00
1844	Cadeira para escritório	R\$.10,00
1863	Banco estofado	R\$.30,00
5918	Geladeira Marca Consul	R\$.120,00
8817	Bancos sem encosto	R\$.50,00
8848	Cadeira para escritório	R\$.30,00
8859	Balança Filizola	R\$.100,00
9764	Balcão 2 portas	R\$.190,00
10227	Banco Estofado	R\$.75,00
11060	Escrivaninha	R\$.137,00
14077	Cadeira Fixa	R\$.39,00
14099	Cadeira Fixa	R\$.39,00

14450	Cadeira Fixa	R\$.39,00
14898	Bebedouro	R\$.287,00
14910	Mesa infantil	R\$.310,00
18480	Dicionário	R\$.80,00
21936	Ventilador de Teto	R\$.79,50
23614	Quebra cabeça	R\$.20,15
25909	Balança Digital	R\$.84,85
26770	Ferro de Passar roupas	R\$.39,01
26771	Ferro de Passar roupas	R\$.49,00
26779	Maleta para notebook	R\$.83,00
26780	Maleta para notebook	R\$.83,00
27066	Fantoche Arcada	R\$.163,00
27076	Kit Multimídia	R\$.136,00
27736	Teclado	R\$.14,00
27737	Teclado	R\$.14,00
28121	Cadeira para Escritório	R\$.30,00
SECRETARIA DE SAÚDE – ESF “ BAIRRO DAS NAÇÕES ”		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1546	Escada de aço com 5 degraus	R\$.5,00
1552	Ventilador 30 cm	R\$.15,00
1558	Mesa auxiliar	R\$.300,00
8887	Porta jaleco	R\$.30,00
11266	Braçadeira com pera	R\$.20,00
11592	Proteção para pia	R\$.21,00
12066	Antena interna	R\$.15,00
12493	12 jogos clínicos	R\$.541,46
12720	Dicionário terapêutico	R\$.125,00
14934	Telefone Intel Brás	R\$.20,00
15100	Cadeira giratória	R\$.70,00
15101	Cadeira giratória	R\$.70,00
18481	Dicionário farmacêutico	R\$.80,00
19527	Estetoscópio	R\$.34,90
20918	Quadro telefone	R\$.71,00
20966	Teclado for Windows	R\$.30,00
22980	Dicionário	R\$.52,13
27062	Fantoche	R\$.163,00
27072	Kit Multimídia	R\$.136,00
27695	Teclado ABNT	R\$.14,00
27909	Botijão de gás	R\$.89,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – NEI “ ARCO ÍRIS ”		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
15916	Fogão a gás	R\$.310,00
16010	Geladeira	R\$.990,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – UPE “ AMOR PERFEITO ”		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
17139	Forno Elétrico	R\$.200,00
SECRETARIA DE SAÚDE – SAMU		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
27988	Chuveiro elétrico	R\$.33,40
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
2373	Suporte para CPU	R\$.1,00
SECRETARIA DE SAÚDE – ESF “ POMERANOS ”		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1803	Cadeira Para Escritório Em Curvin Preto	R\$.10,00
1804	Cadeira Para Escritório Em Curvin Preto	R\$.10,00
1864	Banco estofado preto	R\$.30,00
8874	Prateleira envidraçada	R\$.50,00
8877	Foco clínico	R\$.30,00
8885	Mocho	R\$.50,00
8886	Mocho	R\$.50,00
8893	Maca adulto	R\$.50,00
8900	Cadeira giratória preta	R\$.30,00
8902	Cadeira estofada preta	R\$.50,00

8917	Mocho	R\$.40,00
8930	Banco sem encosto	R\$.80,00
8939	Prateleira envidraçada	R\$.50,00
8942	Maca adulta	R\$.50,00
8945	Maca adulta	R\$.100,00
8949	Prateleiras de aço	R\$.50,00
8950	Maca adulta	R\$.100,00
8953	Cadeira giratória	R\$.50,00
10225	Banco de madeira	R\$.75,00
10226	Banco de madeira	R\$.75,00
11261	Pé para conexão	R\$.30,00
12364	Ventilador de teto	R\$.58,60
12391	Armário dúplice c 7 ag.	R\$.295,00
12726	Dicionário terapêutico	R\$.125,00
12749	Mesa inf. Paquetá	R\$.26,00
12750	Poltrona Tramontina	R\$.10,50
12751	Poltrona Tramontina	R\$.10,50
12752	Poltrona Tramontina	R\$.10,50
12753	Poltrona Tramontina	R\$.10,50
12782	Mesa	R\$.124,00
12848	Mesa reunião	R\$.155,00
13099	Relógio ponto	R\$.744,25
13252	Rack estrela	R\$.75,00
14127	Bancos de madeira	R\$.320,00
18486	Dicionário	R\$.80,00
23060	Teclado usb	R\$.20,00
23063	Teclado usb	R\$.20,00
23064	Teclado usb	R\$.20,00
24402	Switch	R\$.49,00
24403	Switch	R\$.49,00
26844	Switch	R\$.46,40
27034	Lixeira	R\$.69,90
27044	Lixeira	R\$.69,90
27047	Lixeira	R\$.69,90
27065	Fantoche	R\$.163,00
27075	Kit multimídia	R\$.136,00
27410	Switch	R\$.147,10
27983	Filtro de linha	R\$.29,00
28086	Persiana	R\$.166,67
28087	Persiana	R\$.166,67
28088	Persiana	R\$.166,67
28089	Persiana	R\$.166,67
28090	Persiana	R\$.166,67
28091	Persiana	R\$.166,67
28092	Persiana	R\$.166,67
28093	Persiana	R\$.166,67
28094	Persiana	R\$.166,67
28095	Persiana	R\$.166,67
28096	Persiana	R\$.166,67
28097	Persiana	R\$.166,67
28098	Persiana	R\$.166,67
28099	Persiana	R\$.166,67
28100	Persiana	R\$.166,67
28101	Persiana	R\$.166,67
28102	Persiana	R\$.166,67
28103	Persiana	R\$.166,67
SECRETARIA DE SAÚDE – CAPS		
Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1808	Ventilador 30cm	R\$.15,00
14081	Mesa 1,20, 2 Gavetas	R\$.85,00
14082	Cadeira Giratória	R\$.85,00
14083	Cadeira Fixa De Tecido	R\$.39,00
14085	Cadeira Fixa De Tecido	R\$.39,00
14087	Cadeira Fixa De Tecido	R\$.39,00

14093	Cadeira Fixa De Tecido	R\$.39,00
14096	Cadeira Fixa De Tecido	R\$.39,00
14098	Cadeira Fixa De Tecido	R\$.39,00
14101	Cadeira Fixa De Tecido	R\$.39,00
14104	Cadeira Giratória	R\$.85,00
14106	Cadeira Fixa De Tecido	R\$.39,00
14108	Armário 2 portas	R\$.270,00
14109	Banco Curvin, 3 lugares	R\$.164,00
14110	Banco Curvin, 3 lugares	R\$.164,00
14111	Mesa Belo c/teclado	R\$.195,00
14114	Cadeira Fixa De Tecido	R\$.39,00
14115	Cadeira Fixa De Tecido	R\$.39,00
14147	Forno Elétrico	R\$.208,00
14148	Balcão de cozinha	R\$.189,00
14200	Suporte para soro	R\$.29,00
14212	Luz de Emergência	R\$.70,00
14218	Mesa Pequena	R\$.156,00
14247	Extintor	R\$.190,00
14351	Balcão para cozinha	R\$.190,00
14358	Bandeja Inox	R\$.42,50
14364	Ventilador de Teto	R\$.70,00
14382	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14383	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14384	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14385	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14386	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14387	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14391	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14392	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14394	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14402	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14403	Cadeira Plástica	R\$.14,00
14407	Central RXM	R\$.174,00
17847	Fogão industrial	R\$.0,00
18009	Estabilizador	R\$.97,00
18489	Dicionário	R\$.80,00
19008	Máscara para nebulização	R\$.1,00
19010	Máscara para nebulização	R\$.1,00
19524	Faet	R\$.69,00
20192	Ventilador	R\$.82,00
20193	Ventilador	R\$.82,00
23026	Teclado	R\$.20,00
23701	DVD player	R\$.180,00
24277	Livro - Psicopatologia	R\$.92,00
24278	Livro – CID-10	R\$.72,00
24279	Livro - Enfermagem	R\$.32,00
24280	Livro – Manual do Diagnóstico	R\$.122,00
24281	Livro - Medicamentos de A a Z	R\$.85,00
24282	Livro - Psicanálise	R\$.35,00
24283	Livro - Saúde Coletiva	R\$.140,00
26029	Hub 8 portas	R\$.46,40
26930	Switch	R\$.46,40
28183	Torneira Elétrica	R\$.93,06

SECRETARIA DE SAÚDE

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
774	Cadeira giratória	R\$.40,00
916	Enceradeira	R\$.60,00
1017	Mesa para impressora	R\$.40,00
1108	Monitor	R\$.150,00
1116	Cadeira Giratória	R\$.40,00
1119	Mesa em L	R\$.70,00
1120	Mesa em L	R\$.120,00
1127	Suporte para cpu	R\$.5,00
1129	Monitor	R\$.150,00

1131	Estabilizador	R\$.20,00
1133	Telefone	R\$.8,00
1137	Cadeira giratória	R\$.40,00
1142	Mesa para micro	R\$.90,00
1144	Mesa para micro	R\$.70,00
1146	Poltrona 3 lugares	R\$.40,00
1147	Estante melanina	R\$.70,00
1153	Cadeira giratória	R\$.40,00
1155	Cpu pentium	R\$.600,00
1158	Estabilizador	R\$.20,00
1160	Suporte para cpu	R\$.5,00
1168	Monitor	R\$.150,00
1170	Estabilizador	R\$.20,00
1172	Impressora matricial	R\$.200,00
1175	Armário de melanina	R\$.60,00
1176	Armário de melanina	R\$.60,00
1178	Escrivaninha de Madeira	R\$.70,00
1186	Cadeira preta	R\$.10,00
1201	Cadeira preta	R\$.10,00
1206	Cadeira preta	R\$.10,00
1210	Estufa para papel	R\$.15,00
1215	Tela para teatro	R\$.70,00
1217	Cadeira preta	R\$.10,00
1219	Cadeira giratória	R\$.40,00
1220	Cadeira giratória	R\$.40,00
1236	Banco Estofado	R\$.40,00
1242	Cadeira preta	R\$.10,00
1243	Cadeira preta	R\$.10,00
1246	Pia 1 cuba	R\$.58,00
1247	Porta balcão	R\$.30,00
1249	Geladeira	R\$.150,00
1253	Cadeira cinza	R\$.20,00
1258	Cadeira cinza	R\$.20,00
1275	Cadeira cinza	R\$.40,00
1279	Mesa para retro projetor	R\$.60,00
1282	Caveleto de madeira	R\$.10,00
1283	Caveleto de madeira	R\$.10,00
1284	Cadeira cinza	R\$.10,00
1294	Cadeira giratória cinza	R\$.40,00
1309	Mesa para maquina de escrever	R\$.20,00
1324	Cadeira preta	R\$.10,00
1332	Cadeira preta	R\$.10,00
1345	Armário 2 portas	R\$.60,00
1349	Cadeira cinza	R\$.10,00
1351	Cadeira cinza	R\$.10,00
1352	Cadeira cinza	R\$.10,00
1357	Escada de aço	R\$.10,00
1376	Cadeira Preta	R\$.10,00
1385	Maquina de escrever manual	R\$.30,00
1398	Mesa para máquina de escrever	R\$.10,00
1401	Negatoscópio	R\$.30,00
1402	Caixa de revelação	R\$.30,00
1416	Escada de ferro	R\$.5,00
1438	Cadeira giratória	R\$.10,00
1443	Mesa de madeira	R\$.10,00
1446	Cadeira preta	R\$.10,00
1454	Cadeira Giratória	R\$.40,00
1459	Luminária de haste	R\$.15,00
1483	Arquivo de aço	R\$.80,00
1484	Ventilador	R\$.15,00
1495	Ventilador	R\$.15,00
1502	Cadeira preta	R\$.10,00
1503	Banco estofado pretinho	R\$.40,00
1504	Banco estofado pretinho	R\$.40,00

1506	Banco estofado preto	R\$.40,00
1508	Banco estofado pretinho	R\$.40,00
1509	Banco de madeira	R\$.10,00
1511	Banco de madeira	R\$.10,00
1512	Bando de madeira	R\$.10,00
1513	Bebedouro	R\$.80,00
1524	Ventilador	R\$.15,00
1527	Luminária de haste	R\$.5,00
1530	Telefone	R\$.8,00
1609	Radio gravador	R\$.100,00
1611	Video cassete	R\$.180,00
1636	Frigobar	R\$.80,00
1641	Mesa auxiliar de enfermagem	R\$.45,00
1705	Frigobar	R\$.50,00
1774	Suporte para CPU	R\$.1,00
1789	Ventilador de Teto	R\$.15,00
1794	Telefone Intelbras	R\$.8,00
1824	Ventilador de Teto	R\$.15,00
1857	Ventilador de Teto	R\$.15,00
1858	Ventilador de Teto	R\$.15,00
1859	Ventilador de Teto	R\$.15,00
1872	Escada de ferro	R\$.10,00
1879	Telefone	R\$.8,00
5254	Cadeira giratória	R\$.40,00
5743	Carteira escolar	R\$.8,00
8254	Teclado	R\$.50,00
8602	Escrivania 3 gavetas	R\$.60,00
8854	Cadeira preta	R\$.30,00
10185	Cadeira fixa	R\$.36,00
10186	Cadeira fixa	R\$.36,00
10187	Cadeira fixa	R\$.36,00
10189	Aparelho de som	R\$.280,00
10218	Estante	R\$.145,00
10233	Ventilador	R\$.58,00
10235	Radio	R\$.148,00
10780	Máquina fotográfica	R\$.167,35
11267	Braçadeira	R\$.20,00
11268	Braçadeira	R\$.20,00
11269	Braçadeira	R\$.20,00
11270	Braçadeira	R\$.20,00
11281	Teclado	R\$.25,00
12069	Antena	R\$.15,00
12205	Livro Farmacologia	R\$.360,00
12381	Conjunto estante	R\$.65,00
12382	Conjunto estante	R\$.65,00
12383	Conjunto estante	R\$.65,00
12482	Dicionário terapêutico	R\$.125,00
12483	Dicionário terapêutico	R\$.125,00
12692	Telefone	R\$.35,00
12724	Dicionário terapêutico	R\$.125,00
12747	Copiadora	R\$.55,00
12864	Livro sexualidade	R\$.187,00
13060	Cadeira giratória	R\$.87,00
13231	Cadeira com rodizio	R\$.85,00
13232	Cadeira com rodizio	R\$.85,00
13234	Cadeira com rodizio	R\$.85,00
13236	Cadeira simples	R\$.41,00
13237	Cadeira simples	R\$.41,00
13238	Cadeira simples	R\$.41,00
13240	Cadeira simples	R\$.41,00
13241	Cadeira simples	R\$.41,00
13242	Cadeira simples	R\$.41,00
14184	Ventilador de teto	R\$.189,00
14188	Ventilador de teto	R\$.189,00

14189	Ventilador de teto	R\$.189,00
14192	Ventilador de teto	R\$.62,70
14224	Refratril para teclado	R\$.29,00
14256	Teclado	R\$.41,00
14289	Cadeira giratória	R\$.90,00
14291	Cadeira giratória	R\$.90,00
14348	Extensão elétrica	R\$.8,00
14432	Biro	R\$.137,00
14433	Biro	R\$.137,00
14436	Banco 3 lugares	R\$.173,00
14437	Banco 3 lugares	R\$.173,00
14438	Banco 3 lugares	R\$.173,00
14439	Cadeira fixa	R\$.39,00
14441	Cadeira fixa	R\$.39,00
14442	Cadeira fixa	R\$.39,00
14443	Cadeira fixa	R\$.39,00
14444	Cadeira fixa	R\$.39,00
14447	Cadeira fixa	R\$.39,00
14461	Suporte para tv	R\$.25,00
14462	Suporte para tv	R\$.25,00
14465	Extintor	R\$.72,00
14466	Extintor	R\$.72,00
14467	Extintor	R\$.215,00
14471	Luz de emergência	R\$.65,00
14472	Luz de emergência	R\$.65,00
14473	Luz de emergência	R\$.65,00
14474	Luz de emergência	R\$.65,00
14475	Luz de emergência	R\$.65,00
14477	Luz de emergência	R\$.65,00
14478	Luz de emergência	R\$.65,00
14479	Luz de emergência	R\$.65,00
14621	Teclado	R\$.200,00
14730	Balança	R\$.46,00
14816	Suporte para bebedouro	R\$.95,00
14819	Cadeira reclinada	R\$.70,00
14820	Poltrona	R\$.240,00
14881	Manual de bioquímica	R\$.226,00
14883	Luz de emergência	R\$.55,00
14890	Teclado	R\$.97,00
14891	Teclado	R\$.97,00
14912	Cadeira infantil	R\$.80,00
14913	Cadeira infantil	R\$.80,00
14914	Cadeira infantil	R\$.80,00
16287	Teclado	R\$.46,00
16288	Teclado	R\$.46,00
16339	Proteção para ar condicionado	R\$.85,00
16340	Proteção para as condicionado	R\$.85,00
16341	Proteção para ar condicionado	R\$.85,00
16342	Proteção para ar condicionado	R\$.85,00
16343	Proteção para ar condicionado	R\$.85,00
16368	Dicionário	R\$.110,00
16369	Dicionário	R\$.110,00
16370	Dicionário	R\$.110,00
17551	Teclado	R\$.30,00
18007	Teclado	R\$.30,00
19030	Pinça spencer	R\$.31,50
19031	Pinça spencer	R\$.31,50
19032	Pinça spencer	R\$.31,50
19033	Pinça spencer	R\$.31,50
19034	Pinça spencer	R\$.31,50
19035	Pinça spencer	R\$.31,50
19036	Pinça spencer	R\$.31,50
19037	Pinça spencer	R\$.31,50
19038	Pinça spencer	R\$.31,50

19039	Pinça spencer	R\$.31,50
19040	Pinça spencer	R\$.31,50
19043	Tesoura Cirúrgica	R\$.25,80
19044	Tesoura Cirúrgica	R\$.25,80
19045	Tesoura Cirúrgica	R\$.25,80
19046	Tesoura Cirúrgica	R\$.25,80
19047	Tesoura Cirúrgica	R\$.25,80
19048	Tesoura Cirúrgica	R\$.25,80
19049	Fluxometro	R\$.48,00
19050	Fluxometro	R\$.48,00
19051	Fluxometro	R\$.48,00
19052	Fluxometro	R\$.48,00
19053	Fluxometro	R\$.48,00
19054	Fluxometro	R\$.48,00
19055	Fluxometro	R\$.48,00
19056	Fluxometro	R\$.48,00
19057	Fluxometro	R\$.48,00
19058	Fluxometro	R\$.48,00
19059	Fluxometro	R\$.48,00
19060	Fluxometro	R\$.48,00
19061	Fluxometro	R\$.48,00
19539	Ventilador	R\$.72,00
19759	Ventilador	R\$.72,00
20200	Telefone sem fio	R\$.69,00
20203	Telefone sem fio	R\$.69,00
20287	Telefone sem fio	R\$.69,00
20292	Telefone sem fio	R\$.69,00
20293	Telefone sem fio	R\$.69,00
20294	Telefone sem fio	R\$.69,00
20295	Telefone sem fio	R\$.69,00
20554	Telefone	R\$.33,70
20555	Telefone	R\$.33,70
20556	Livro CID 10	R\$.119,80
20557	DEF	R\$.116,00
20558	DEF	R\$.116,00
20559	DEF	R\$.116,00
20919	Telefone	R\$.34,40
20998	Teclado	R\$.30,00
21005	Teclado	R\$.30,00
21668	Telefone	R\$.34,40
21669	Telefone	R\$.34,40
21741	Porta algodão	R\$.19,95
21742	Porta algodão	R\$.19,95
21743	Porta algodão	R\$.19,95
21744	Porta algodão	R\$.19,95
21746	Aparelho de som	R\$.165,00
21897	Cadeira Giratória	R\$.79,00
21898	Cadeira giratória	R\$.79,00
22972	Dicionário Farmaco	R\$.52,13
22974	Dicionário Farmaco	R\$.52,13
22975	Dicionário Farmaco	R\$.52,13
22976	Dicionário Farmaco	R\$.52,13
22977	Dicionário Farmaco	R\$.52,13
22978	Dicionário Farmaco	R\$.52,13
22979	Dicionário Farmaco	R\$.52,13
22981	Dicionário Farmaco	R\$.52,13
22982	Dicionário Farmaco	R\$.52,13
22983	Dicionário Farmaco	R\$.52,13
23061	Teclado	R\$.20,00
23133	Teclado	R\$.13,50
23136	Teclado	R\$.13,50
23142	Teclado	R\$.13,50
23607	Baralho de Emoções	R\$.85,00
23608	Baralho de Emoções	R\$.85,00

23609	Guerra ao Stress	R\$.39,00
23610	Guerra ao Stress	R\$.39,00
23611	Quebra Cabeça com 30 peças	R\$.20,15
23612	Quebra Cabeça com 30 peças	R\$.20,15
23613	Quebra Cabeça com 30 peças	R\$.20,15
23615	Quebra Cabeça com 30 peças	R\$.20,15
28131	Webcam	R\$.47,88
28132	Webcam	R\$.47,88
28133	Webcam	R\$.47,88
28134	Webcam	R\$.47,88
28135	Fone de Ouvido	R\$.38,59
28136	Fone de Ouvido	R\$.38,59
28137	Fone de Ouvido	R\$.38,59
28138	Fone de Ouvido	R\$.38,59

BENS TRANSITÓRIOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
1126	Suporte para cpu	R\$.5,00
1229	Estante de ferro	R\$.20,00
1237	Banco Estofado	R\$.40,00
1359	Cadeira estofada	R\$.10,00
1363	Armário de ferro	R\$.30,00
1364	Maca Hospitalar	R\$.20,00
1432	Balcão de fórmica	R\$.40,00
1442	Balcão de Madeira	R\$.20,00
1520	Armário americano	R\$.25,00
1534	Balança digital	R\$.50,00
1628	Maca Hospitalar	R\$.25,00
1748	Mesa de madeira	R\$.5,00
1777	Cadeira estofada	R\$.10,00
1788	Aquecedor	R\$.10,00
1791	Cadeira estofada	R\$.10,00
1792	Cadeira estofada	R\$.10,00
1805	Escada de ferro	R\$.10,00
1807	Ventilador de Teto	R\$.20,00
1810	Cadeira estofada	R\$.10,00
1812	Escada de ferro	R\$.10,00
1816	Balança para Banheiro	R\$.10,00
1817	Cadeira estofada	R\$.10,00
1818	Cadeira estofada	R\$.10,00
1821	Escada de ferro	R\$.10,00
1822	Cadeira estofada	R\$.10,00
1823	Escada de aço	R\$.10,00
1826	Escada de ferro	R\$.10,00
1828	Cadeira estofada	R\$.10,00
1829	Cadeira estofada	R\$.10,00
1830	Cadeira estofada	R\$.10,00
1839	Escada de ferro	R\$.10,00
1842	Cadeira estofada	R\$.10,00
1846	Banco estofado preto com encosto	R\$.40,00
1848	Banco estofado preto com encosto	R\$.40,00
1849	Banco estofado preto com encosto	R\$.40,00
1850	Banco estofado preto com encosto	R\$.40,00
1851	Banco estofado preto com encosto	R\$.40,00
1852	Banco estofado preto com encosto	R\$.40,00
1853	Banco estofado preto com encosto	R\$.40,00
1854	Banco estofado preto com encosto	R\$.40,00
1855	Banco estofado preto com encosto	R\$.40,00
1861	Cadeira estofada	R\$.10,00
1866	Suporte para soro	R\$.5,00
1867	Suporte para soro	R\$.5,00
1875	Mesa auxiliar de enfermagem	R\$.45,00
1876	Luminária de haste	R\$.10,00
1877	Suporte para soro	R\$.5,00
1878	Cadeira estofada	R\$.10,00

1880	Cadeira mocho	R\$.40,00
5246	Cadeira estofada	R\$.10,00
5249	Cadeira estofada	R\$.10,00
8819	Bancos sem encosto	R\$.50,00
8867	Abajur	R\$.30,00
8935	Balcão pia	R\$.40,00
8936	Balcão pia	R\$.40,00
12067	Antena interna	R\$.15,00
12543	Cadeira fixa cinza	R\$.29,00
12659	Cadeira fixa	R\$.45,00
12748	Tapete liso	R\$.74,30
12767	Mesa infantil	R\$.19,50
14075	Cadeira fixa	R\$.39,00
14084	Cadeira fixa	R\$.39,00
14349	Controles	R\$.25,00
14354	Esfignomanometro	R\$.45,00
14356	Cuba rim	R\$.15,80
14357	Cuba Rim	R\$.15,80
14445	Cadeira Fixa	R\$.39,00
14449	Cadeira Fixa	R\$.39,00
14783	Aparelho de pressão	R\$.49,00
15012	Cadeira fixa	R\$.43,00
15030	Estabilizador	R\$.55,00
15143	Cadeira plástico	R\$.22,00
15148	Cadeira plástico	R\$.22,00
15625	Cadeira plástico	R\$.22,00
15626	Cadeira plástico	R\$.22,00
15627	Cadeira plástico	R\$.22,00
16330	liquidificador	R\$.64,50
16335	Pia inox	R\$.75,00
16336	Pia inox	R\$.75,00
16337	Pia Inox	R\$.75,00
16338	Pia inox	R\$.75,00
16550	Banco fixo	R\$.48,00
16551	Banco fixo	R\$.48,00
16553	Banco fixo	R\$.48,00
16554	Banco fixo	R\$.48,00
17163	Escadinha 2 degraus	R\$.45,00
17164	Escadinha 2 degraus	R\$.45,00
17268	Suport3e para tv	R\$.34,00
17278	Cadeira	R\$.23,25
17288	Ventilador de teto	R\$.68,25
17725	Capacete aberto	R\$.50,00
17907	Termômetro	R\$.38,20
18994	Reanimador manual	R\$.77,00
19029	Otocone	R4.31,50
19534	Estabilizador	R\$.85,00
26808	Teclado	R\$.20,90
27004	Termômetro digital	R\$.32,00
27400	Placa de ramal	R\$.53,00
27401	Switch	R\$.46,40
27495	Timer analógico	R\$.45,00
27825	Cadeira plástico	R\$.39,90
27832	Switch	R\$.46,40
28184	Estetoscópio	R\$.14,26
28185	Estetoscópio	R\$.14,26
28186	Estetoscópio	R\$.14,26
28187	Estetoscópio	R\$.14,26
28188	Estetoscópio	R\$.14,26
28189	Estetoscópio	R\$.14,26
28190	Estetoscópio	R\$.14,26
28191	Estetoscópio	R\$.14,26
28192	Estetoscópio	R\$.14,26

28193	Estetoscópio	R\$.14,26
-------	--------------	-----------

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de agosto de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4259, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 4259, DE 05 DE AGOSTO DE 2016

Dispõe sobre a justificativa da quebra da ordem cronológica de pagamento a fornecedores do Fundo Municipal de Saúde de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII da Lei Orgânica do Município; Considerando para efeitos de ordem cronológica de pagamentos na administração pública o disposto do caput art. 5º da Lei 8.666/93: "Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada."

Considerando o disposto do art. 5º, § 3º da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 9.648/98: "§ 3º Observados o disposto no caput, os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, sem prejuízo do que dispõe seu parágrafo único, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 27.5.98)";

Considerando o disposto do art. 92, Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94 que classifica como crime a afronta à ordem cronológica: "Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei". (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 8.6.94);

Considerando o alcance do tema e da regra, as despesas de exercícios anteriores legalmente reconhecidas bem com para os Restos a Pagar da administração pública na forma do disposto da Lei 4.320/64 deve observar: "Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica. "

Considerando a observância da regra da ordem cronológica de pagamentos as sentenças judiciais proferidas contra a administração pública na forma do disposto do art. 100 do Texto Constitucional de 1988 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/09, salvo as ressalvas da própria lei: Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). (Vide Emenda Constitucional nº 62, de 2009) § 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). § 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009). § 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 62, de 2009).

Considerando o art. 67 da lei 4.320/64 e o disposto do art. 10 da Lei Complementar nº 101/000 (LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal): "Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição. "

Considerando que as Fontes/Destinação de Recursos possuem o objetivo de identificar as fontes de financiamento dos gastos públicos referindo-se a origem dos recursos e a sua destinação a pagamento de despesas, podendo ser ordinária quando da alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, ou vinculada quando da vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. (MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público disposto de Portaria da STN – Secretaria do Tesouro Nacional).

Considerando o disposto do art. 62 e 64 da Lei 4.320/64, segundo a qual "o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação", e que "a ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga".

Considerando as obrigações e responsabilidades funcionais que cabem aos gestores bem como servidores públicos envolvidos no processo de ordenação financeira e pagamentos das despesas da administração pública,

DECRETA

Art. 1º Fica o Fundo Municipal de Saúde do Município de Timbó dispensado de seguir a ordem cronológica de Pagamentos dos seguintes fornecedores, em face de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais da área de Saúde, até o mês de Dezembro/2016, tendo em vista a queda de arrecadação de receitas do município e atrasos nos repasses do governo federal e estadual:

Fornecedores	Justificativa
Pró –Cópia Tecnologia em Impressões	Locação de Impressora - Impressão de receitas
Olos Tecnologia Ltda ME	Processamento de dados
Análise Laboratório Clínico Ltda.	Exames laboratoriais
Laboratório de Análises clínicas Schutz Ltda.	Exames laboratoriais
Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente	Subvenção Social (Controle das zoonoses e do crescimento populacional animal)
Cagere Casa Assistencial EIRELI	Acolhimento de pessoas com deficiência
Casa de Assistência Dilony	Acolhimento de pessoas idosas
Celesc	Energia elétrica
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale	Serviços médicos/aquisição de medicamentos
Francisco Mattos de Lara ME	Manutenção predial
GTA Gestão Ambiental	Coleta de resíduos hospitalares
Assemmed Especialistas Médicos Associados	Serviço de laudos de raio x
Instituto Vida de Assistência a Saúde	Consultas ou procedimentos médicos
Marcel Clovis Roeder	Confecção próteses odontológicas
OI S.A	Telefone
Ordem Auxiliadora Senhoras Evangélicas de Timbó	Serviços médicos
Rede Feminina de Combate ao Câncer	Subvenção Social
Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE)	Água
Sul Card Administradora de Cartões	Cartão Alimentação
T. O. Administradora de Bens	Locação de imóvel (Programa Mais Médicos)
TIM Celular	Telefonia Móvel
TPA Telecomunicações	Internet
VGZ Administradora de Bens	Locação de imóvel (Programa Mais Médicos)
White Martins Gases Industriais	Oxigênio medicinal
Farmahaas Drogaria Ltda EPP	Medicamentos
Sesi – Serviço Social da Industria	Medicamentos
Supermercado Fistarol	Suprimento a secretaria de saúde
Supermercado Schutze Ltda.	Suprimento a secretaria de saúde
Refrigeração Lenzi	Manutenção de ar condicionado
Auto Posto das Nações	Combustível para a frota de veículos
Posto Fratelli	Combustível para a frota de veículos
Elotech serviços Industriais	Manutenção do elevador
Odonto Blu Comércio e Assistência técnica	Manutenção de Equipamentos Odontológicos
Instituto Nacional de Seguro Social	Impostos
Folha de Pagamento e Obrigações	FGTS, TIMBOPREV entre outros.
PASEP	
Diárias Motoristas, Adiantamentos, Auxílio Escolar	
Uniasselvi – Sociedade Educacional Leonardo da Vinci	Auxílio escolar

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2014.095 FUMTRAN

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/095

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito

CONTRATADO: Focalle Engenharia Viária Ltda.

OBJETO: Reajuste contratual no valor da fxa/mês que fica passando a ser R\$ 2.360,21 (dois mil trezentos e sessenta reais e vinte e um centavos), correspondente a aplicação do IGP-M/FGV (junho/2016).

DATA DA ASSINATURA: 01/08/2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 2052, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 2052, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

Nomeia Servidores para cargo em comissão na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, os Servidores abaixo relacionados, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇO URBANOS		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Carlos Piazza	Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos / CC-2	76
Ivanir Rodrigues Sozin	Supervisor da Divisão de Obras – CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2053, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

PORTARIA Nº 2053, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

Designa o Servidor Maurício Dias, para ocupar, em substituição o Servidor Orlei Adazir Pedron, por motivo de férias, o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no período de 15/08/2016 a 13/09/2016.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o Servidor MAURÍCIO DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Serviços Administrativos, para ocupar, em substituição ORLEI ADAZIR PEDRON, por motivo de férias, o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Símbolo DAS-1, no período de 15/08/2016 a 13/09/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de agosto de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 68/2016

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 10/2014

Termo Aditivo n° 68/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde – CNPJ n° 11.491.075/0001-39.

Contratado: Construtora Ic Ltda Me - CNPJ sob o n° 85.248,920/0001-86.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal n° 10/2014 prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e da vigência do item 4.2 para até 10 de outubro de 2016, para conclusão das obras dos Lotes 01 e 02, prazo máximo para a execução.

Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal n° 010/2014, incluindo a aquisição de materiais e mão de obra extra para aplicação de gesso nos cantos de paredes e tetos, com pinturas, nas salas de Vacinação das 03 (três) unidades básica de saúde.

Valor: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 15 de agosto de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 69/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 056/2016

Termo Aditivo n° 69/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ n° 83.102.400/0001-35.

Contratado: JRD - A Construtora Ltda - CNPJ sob o n° 05.978.834/0001-90.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal n° 056/2016 prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e da vigência do item 4.2 para até 11 de outubro de 2016, prazo máximo para conclusão das obras.

Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal n° 056/2016, incluindo a aquisição de materiais e mão de obra extra para a conclusão da obra.

Valor: R\$ 60.010,46 (sessenta mil e dez reais e quarenta e seis centavos).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 15 de agosto de 2016.

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2016

EXTRATO DE CONTRATO 40/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: ZAMBONI PINTURAS LTDA – ME

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços de forma parcelada de pintura de meio fios, nas ruas do perímetro urbano do Município de Treze Tílias, conforme descritivo constante no Anexo I do presente edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2016: 05.01.2015.33.90.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 182.808,00 (Cento e oitenta e dois mil, oitocentos e oito reais), de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 49/2016, conforme Termo de Homologação,

VIGÊNCIA: O presente contrato é válido por 12 meses, contados da data de sua assinatura.

DATA ASSINATURA: 15/08/2016

TREZE TÍLIAS, 15/08/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2016

EXTRATO DE CONTRATO 41/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: BIERBAUM COMERCIO E TRANSPORTES LTDA - EPP

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Exploração da Comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas ao público em geral, de 11 a 16 de Outubro, na área denominada praça de alimentação, nas dependências do Parque de Exposições Pe. Johann Otto Kúng, localizado na Rua Domingos Perondi, no Município de Treze Tílias, durante a realização da Tirolerfest 2016.

DOTAÇÃO: A receita proveniente desta permissão integrará o orçamento da Administração Municipal através da Rúbrica Orçamentária 4.1.9.9.0.99.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ajustado do presente contrato é de R\$ 41.800,00 (Quarenta e um mil e oitocentos), que deverá pago pela Contratada conforme segue.

VIGÊNCIA: O presente contrato até 30/10/2016, contados da data de sua assinatura.

DATA ASSINATURA: 15/08/2016

TREZE TÍLIAS, 15/08/2016

PORTARIA 123/2016

PORTARIA Nº 123/16 DE 12 DE AGOSTO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regular ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Diego Mergener	11/02/2015 a 10/02/2016	12/08/2016 a 31/08/2016	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 12 DE AGOSTO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 124/2016

PORTARIA Nº 124/16 DE 15 DE AGOSTO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - PUBLICAR que em reunião ordinária, os novos membros do Conselho Diretor do SIMA (Portaria nº 122/16 e Ata nº 001/2016 – De acordo com o Art. 37 da LC 045/2012), e levando em consideração a Ata nº 002/2016 de 15 de agosto de 2016 do Livro de Registro do SIMA, compuseram os cargos/competências do Conselho Diretor (De acordo com o Art. 39 da LC 045/2012), conforme abaixo descrito:

- Presidente (Gestora do SIMA) - Ane Margarida Soerger Zaro;
- Vice-Presidente - Marli Dirlei Brandalise Bavaresco;
- Secretário - Sérgio Júnior Dresch;
- 1º Tesoureiro - Vinícius Schirrmann Mendes;
- 2º Tesoureiro(a) - Clarice Salete Brandalise;

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 15 DE AGOSTO DE 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

061/2016

DECRETO Nº 061/2016 12 DE AGOSTO DE 2016.

"PRORROGA PRAZO LEGAL DO CONCURSO PÚBLICO "

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO Art. 37, inciso III da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado a vigência do Edital do Concurso Público 006/2014 da Prefeitura de Trombudo Central, pelo período de dois (02) anos.

Art. 2º- O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de agosto de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária Municipal de Administração e Finanças (Interina)

Tunápolis

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 02.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA/MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS

CHAMADA PÚBLICA

O Prefeito de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE nº26/2013, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE. A recepção da documentação para Habilitação e a entrega dos projetos da venda e a abertura dos envelopes acontecerá no dia 06 de setembro de 2016, às 10h00min no setor de compras e licitações. Maiores informações pelo telefone (0xx49) 36321122. Os interessados poderão adquirir cópia integral do edital no Setor de Compras, na Rua João Castilho nº111, Tunápolis, SC, nos horários : 7:30 às 11:30 e 13h às 17h de segunda a sexta feira.

Tunápolis, 15 de agosto de 2016.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal.

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 122/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 94/2016

Processo de Compra Nº.: 122/2016

Pregão Presencial nº: 94/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a MATERIAIS DIVERSOS PARA CONFECÇÃO DE ENFEITES DE NATAL UTILIZADOS NA DECORAÇÃO NATALINA DAS PRINCIPAIS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

Entrega das propostas e Credenciamento até 7h45min do dia 29 de agosto de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 15/08/ 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 123/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 95/2016

Processo de Compra Nº.: 123/2016

Pregão Presencial nº: 95/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por LOTE, que tem por objeto a aquisição de peças de primeira linha de montagem para a recuperação da caixa satélite, diferencial do Caminhão Mercedes Benz, traçado, ano 2014, modelo Atron 2729, Placa OKE 2315 do DMER.

Entrega das propostas e Credenciamento até 10h do dia 29 de Agosto de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 15 de agosto de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 13/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 13/2016.

1º Termo Aditivo, que entre si celebram o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com endereço na AVENIDA SÃO LUIZ, 531, inscrita no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, neste ato representada por seu PREFEITO MUNICIPAL, Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Empresa AIRES SILVESTREIN 82449171991, inscrita no CNPJ do MF sob o n. 23.719.985/0001-05, com sede na Av. Tiradentes, S/N, município de União do Oeste - SC neste ato representada por seu Representante Legal, Sr. AIRES SILVESTREIN, brasileiro, casado, portador do CPF n.º824.491.719-91 doravante apenas simplesmente chamada de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 12/2016 e ao Contrato Administrativo N.º 13/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, ao Edital e contrato supra citados celebram o presente termo aditivo:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de execução da obra e vigência do contrato supra citado, aditado através do 1º Termo Aditivo, para mais 150 dias, passando a vigor até 30 de dezembro de 2016.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 13/2016 permanecem inalteradas e válidas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

UNIÃO DO OESTE, 01 de agosto de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO
P/CONTRATANTE

AIRES SILVESTREIN 82449171991
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____	02. _____
Nome: Marília Miorelli	Nome: José Tessaro
CPF: 057.672.509-95	CPF: 460.292.909-59

Publicado na forma da Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3196/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3.196, DE 28 DE JULHO DE 2016.					
		DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			
		'O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1.033/2015;			
		DECRETA:			
Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2016 no valor de R\$ 6.836,30 (seis mil, oitocentos e trinta e seis mil e trinta centavos) oriundos do excesso de arrecadação do exercício corrente, destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa em fontes de recursos específicas:					

ADICIONAR DOTAÇÕES					
Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
Unidade Orçamentária: 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES					
FUNÇÃO: 12 Educação - SUBFUNÇÃO: 365 Educação Infantil					
Projeto Atividade: 2.036 – Manutenção da Educação Infantil					
146 - Aplicações Diretas - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0132					4.725,00
142 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0132					2.111,30
TOTAL SUPLEMENTADO				6.836,30
Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício corrente, originados das seguintes fontes de recursos descritas a seguir:					
ORIGEM DOS RECURSOS					
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE					
Fonte Recurso: 00.01.0132 Transferências de Convênios - União Educação					
Origem: Governo Federal - Programa Brasil Carinhoso					
					6.836,30
Total de Recursos Suplementados				6.836,30
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.					
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.					
				EVERALDO LUIS CASONATTO	
				Prefeito Municipal	

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

CANCELAMENTO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 166/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

CANCELAMENTO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 166/2016, publicado no DOM/SC – Edição nº 2059 do dia 12/08/2016, página 434, fica cancelado bem como todos os atos oriundos dele terão nulidade. Johnny Felipe – Prefeito Municipal.

Vidal Ramos

PREFEITURA

ATAS PREFEITURA E SAÚDE 004

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 40/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2016

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 05/08/2016

VALIDADE: 04/08/2017

EMPRESA: R.T TRATORES COMERCIO DE PEÇACS E SERVIÇOS LTDA EPP, ROD SC 429,175 – TREVO, EUROPISO, LONTRAS/SC, CEP: 89182-000.

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO LÂMINAS DE MOTONIVELADORA, CARREGADEIRA, PARAFUSOS, LÂMINAS REMOVIVEL PARA RETROESCAVADEIRA E PEÇAS VOLVO G930 COM ENTREGA FRAGMENTADA DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO SETOR.

LOTE 01

Item	Qt.	REFERENCIA/DESCRIÇÃO		MARCA	Unitário	Valor Total
			CARREGADEIRA NH W 130 B			
1	4	1"- 5FUROS	LÂMINA SOBREPOR FURO 3/4 - AÇO MICROLIGADO AO BORO - COMPOSIÇÃO QUIMICA C 0,20~0,36, SI 0,15~0,30, Mn 1,20~1,40, Cr 0,50~0,70, B 0,0020~0,0055, DUREZA (HB) 400~500, DUREZA (HRC) 42~50, TENSÃO DE RUPTURA (Kgf/mm²) 145 MIN.	METISA	571,4783	2.285,91
2	2	1"- 6FUROS	LÂMINA SOBREPOR FURO 3/4 - AÇO MICROLIGADO AO BORO COMPOSIÇÃO QUIMICA C 0,20~0,36, SI 0,15~0,30, Mn 1,20~1,40, Cr 0,50~0,70, B 0,0020~0,0055, DUREZA (HB) 400~500, DUREZA (HRC) 42~50, TENSÃO DE RUPTURA (Kgf/mm²) 145 MIN.	METISA	1.087,0433	2.174,09
					4.460,00	
			LOTE 02			
			RETRO CAT 416 E			
3	4	3/4- 4FUROS	LÂMINA SOBREPOR FURO 3/4 - AÇO MICROLIGADO AO BORO COMPOSIÇÃO QUIMICA C 0,20~0,36, SI 0,15~0,30, Mn 1,20~1,40, Cr 0,50~0,70, B 0,0020~0,0055, DUREZA (HB) 400~500, DUREZA (HRC) 42~50, TENSÃO DE RUPTURA (Kgf/mm²) 145 MIN.	METISA	505,7761	2.023,10
4	12	1358203	DENTE DIANTEIRO - aço média liga de cromo e silício, com tratamento térmico tempera/revenimento, pontas 477 a 512 HB (48 a 52 HRC), adaptadores: 364 a 418 HB (38 a 43 HRC), resistência a tração mínima, pontas: 160 kgf/mm², adaptadores 127 Kgf/mm²	METISA	63,0746	756,90

					2.780,00	
			LOTE 03			
			CARREGADEIRA KOMATSU WA200			
5	1	1"- 30FUROS	LÂMINA FIXA FURO 1" - - AÇO MICROLIGADO AO BORO - COMPOSIÇÃO QUIMICA C 0,20~0,36, SI 0,15~0,30, Mn 1,20~1,40, Cr 0,50~0,70, B 0,0020~0,0055, DUREZA (HB) 400~500, DUREZA (HRC) 42~50, TENSÃO DE RUPTURA (Kgf/mm²) 145 MIN.	METISA	2.278,5241	2.278,52
6	2	1"- 2FUROS	LÂMINA SOBREPOR FURO 1" - - AÇO MICROLIGADO AO BORO - COMPOSIÇÃO QUIMICA C 0,20~0,36, SI 0,15~0,30, Mn 1,20~1,40, Cr 0,50~0,70, B 0,0020~0,0055, DUREZA (HB) 400~500, DUREZA (HRC) 42~50, TENSÃO DE RUPTURA (Kgf/mm²) 145 MIN.	METISA	449,6084	899,22
7	1	1"- 4FUROS	LÂMINA SOBREPOR FURO 1" - - AÇO MICROLIGADO AO BORO COMPOSIÇÃO QUIMICA C 0,20~0,36, SI 0,15~0,30, Mn 1,20~1,40, Cr 0,50~0,70, B 0,0020~0,0055, DUREZA (HB) 400~500, DUREZA (HRC) 42~50, TENSÃO DE RUPTURA (Kgf/mm²) 145 MIN.	METISA	1.077,259	1.077,26
					4.255,00	
			LOTE 04			
			CARREGADEIRA CASE W-20E			
8	1	1"- 18FUROS	LÂMINA FIXA FURO 1" - - AÇO MICROLIGADO AO BORO COMPOSIÇÃO QUIMICA C 0,20~0,36, SI 0,15~0,30, Mn 1,20~1,40, Cr 0,50~0,70, B 0,0020~0,0055, DUREZA (HB) 400~500, DUREZA (HRC) 42~50, TENSÃO DE RUPTURA (Kgf/mm²) 145 MIN.	METISA	1.610,7457	1.610,75
9	2	1"- 9FUROS	LÂMINA SOBREPOR FURO 1" - - AÇO MICROLIGADO AO BORO - COMPOSIÇÃO QUIMICA C 0,20~0,36, SI 0,15~0,30, Mn 1,20~1,40, Cr 0,50~0,70, B 0,0020~0,0055, DUREZA (HB) 400~500, DUREZA (HRC) 42~50, TENSÃO DE RUPTURA (Kgf/mm²) 145 MIN.	METISA	1.534,6272	3.069,25
					4.680,00	
			LOTE 05			
			MOTONIVELADORA CAT 120 K			

10	2	3/4-13FUROS	LÂMINA CURVA FURO 3/4 - AÇO ALTO TEOR DE CARBONO - COMPOSIÇÃO QUÍMICA: C 0,70~0,93, Si, 0,15~0,40, Mn 0,70~1,20, Cr 0,30 máx, DUREZA (HB) 270~300, DUREZA (HRC) 27~31, TENSÃO DE RUPUTURA (Kgf/mm²), 95mím.	METISA	440,00	880,00
					880,00	
			LOTE 06			
			MOTONIVELADORA VOLVO 930G			
11	1	3/4-13FUROS	LÂMINA CURVA FURO 5/8 - - AÇO ALTO TEOR DE CARBONO COMPOSIÇÃO QUÍMICA: C 0,70~0,93, Si, 0,15~0,40, Mn 0,70~1,20, Cr 0,30 máx, DUREZA (HB) 270~300, DUREZA (HRC) 27~31, TENSÃO DE RUPUTURA (Kgf/mm²), 95mím.	METISA	434,5102	434,51
12	1	3/4-15FUROS	LÂMINA CURVA FURO 5/8 - - AÇO ALTO TEOR DE CARBONO - COMPOSIÇÃO QUÍMICA: C 0,70~0,93, Si, 0,15~0,40, Mn 0,70~1,20, Cr 0,30 máx, DUREZA (HB) 270~300, DUREZA (HRC) 27~31, TENSÃO DE RUPUTURA (Kgf/mm²), 95mím.	METISA	460,4898	460,49
					895,00	
			LOTE 07			
			PARAFUSOS E PORCAS			
13	100	1"X3.1/2	PARAFUSO DE LÂMINA	FEY	5,1577	515,77
14	100	1"	PORCA DE LÂMINA	FEY	1,9276	192,76
15	150	5/8X2	PARAFUSO DE LÂMINA	FEY	2,5528	382,92
16	140	5/8.	PORCA DE LÂMINA	FEY	0,9898	138,57
17	80	5/8X2.1/2	PARAFUSO DE LÂMINA	FEY	3,0737	307,37
18	100	3/4X2.1/2	PARAFUSO DE LÂMINA	FEY	3,5947	287,58
19	100	3/4.	PORCA DE LÂMINA	FEY	1,2503	125,03
					1.950,00	

LOTE 08

Item	Qtd.	REFERENCIA/DESCRIÇÃO		Unitário	Valor Total
20	2	12732300	BUCHA DESLIZANTE DE BRONZE - VOLIMPORTS	1.177,88	2.355,76
21	2	12727729	CAPA PROTETORA - VOLIMPORTS	47,9546	95,91
22	3	78685	PLACA DESGASTE - VOLIMPORTS	78,9253	236,78
23	3	78684	PLACA - VOLIMPORTS	24,9764	74,93
24	1	78921	BLOCO BORRACHA - VOLIMPORTS	96,9083	96,91
25	10	CALÇO	CALÇO - VOLIMPORTS	30,9707	309,71

3.170,00

VALOR: R\$ 23.070,00 (vinte e três mil e setenta reais)

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016**Laercio da Cruz – Prefeito Municipal****ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 41/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA****REGISTRO DE PREÇO Nº. 57/2016****ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS****ASSINATURA: 12/08/2016**

VALIDADE: COMÉRCIO DE MALHAS AMANDA LTDA ME, CNPJ nº. 80.421.738/0001-61, com sede à AVENIDA JORGE LACERDA, 1045, CEP: 88.443-000 VIDAL RAMOS /SC.

OBJETO: Contratação de empresa para Eventual Confecção de Camisetas com manga curta adulto, malha fio 30 penteada, gramatura 170g/m2, 100% algodão, gola careca em ribana largura 3 cm, bordado brasão da prefeitura na frente e costas em uma cor (serigrafia), nos tamanhos: PP, P, M, G, GG. Para atender as necessidades da secretaria de Educação de Vidal Ramos. .
Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

ITEM	Q.	UND	DESCRIÇÃO	PREÇO UNIT.	TOTAL
1	150	UND	Contratação de empresa para Eventual Confecção de Camisetas com manga curta adulto, malha fio 30 penteada, gramatura 170g/m2, 100% algodão, gola careca em ribana largura 3 cm, bordado brasão da prefeitura na frente e costas em uma cor (serigrafia), nos tamanhos: PP, P, M, G, GG. Para atender as necessidades da secretaria Municipal de Educação de Vidal Ramos. Cores variadas das camisetas a ser definido pela secretaria. MARCA: AMANDA	25,45	3.817,50
TOTAL				3.817,50	

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016**Laercio da Cruz – Prefeito Municipal**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 05/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016**

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

VALIDADE: DIMASTER - COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ
nº. 02.520.829/0001-40, com sede à RUA VASCO DA GAMA, 33, BAIRRO CENTRO,
CEP: 99740-000, telefone: (54) 3523-2600, Barão de Cotegipe/RS.

OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
7	Ácido Fólico 5 mg	COM.	50.000,00	NATULAB	0,045	2.250,00
29	AMPICILINA 500 MG	COM.	2.000,00	PRATI	0,20	400,00
32	Atenolol 50 mg.	COM.	25.000,00	PRATI	0,039	975,00
33	Atenolol 100 mg.	COM.	30.000,00	PRATI	0,05	1.500,00
34	AZITROMICINA SUSP. 200 MG/5ML 600 MG 15 ML	FRSC.	500,00	PHARLAB	2,45	1.225,00
80	Clonazepam 2 mg - Portaria 344/98	COM.	10.000,00	GEOLAB	0,069	690,00
145	Espironolactona 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	ASPEN	0,128	256,00
157	FIBRINOLISINA, DESOXIRIBONUCLEASE, CLORANFENICOL-15 G POMAD	TB	50,00	CRISTALIA	35,80	1.790,00
176	Hidroclorotiazida 25 mg,	COM.	20.000,00	CIMED	0,018	360,00
177	Hidroclorotiazida 50 mg,	COM.	10.000,00	PHARLAB	0,039	390,00
182	Imipramina 25 mg - Portaria 344/98	COM.	1.000,00	CRISTALIA	0,289	289,00
197	Levomepromazina 25 mg - Portaria 344/98	COM.	1.000,00	CRISTALIA	0,378	378,00
212	Losartana potássica 50 mg, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	10.000,00	PRATI	0,038	380,00
218	Metformina 850 mg.	COM.	5.000,00	PRATI	0,054	270,00
277	Risperidona 1 mg	COM.	2.000,00	U.QUIMICA	0,239	478,00
278	Risperidona 2 mg	COM.	2.000,00	U.QUIMICA	0,249	498,00
284	Salbutamol 100 mcg/dose, aerossol oral, frasco com 200 doses, embalagem individual em cartucho com no máximo 50 frascos.	FRSC.	50,00	GLENMARK	6,98	349,00
289	Sinvastatina 40 mg.,	COM.	36.000,00	MULTILAB	0,11	3.960,00
317	Azitromicina 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 15 ml, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRSC.	200,00	PHARLAB	2,45	490,00
318	Betametasona dipropionato associada a betametasona fosfato dissódico 2 mg + 5 mg/ml +, suspensão injetável, ampola de 1 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	AMPO	200,00	CRISTALIA	3,68	736,00

TOTAL DO LOTE R\$ 17.664,00 (dezessete mil seiscentos e sessenta e quatro reais).

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016

Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 06/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016**

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

VALIDADE: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº. 00.802.0001-02, com sede à ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320, BAIRRO CANOAS, CEP: 89.163-554, telefone: (47) 3520 -9000, fax: (47) 3520-9004, Rio do Sul/SC.

OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
4	Ácido Acetilsalicílico 100 mg	COM.	60.000,00	Imec	0,0179	1.074,00
6	ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO 200 MG CARDIO	COM.	30.000,00	E.M.S	0,226	6.780,00
12	Alendronato Sódico, 70 mg	COM.	2.000,00	Elofar	0,2499	499,80
15	Alprazolam 0,25 mg	COM.	4.000,00	Brainfarma	0,09	360,00
18	Alprazolam 2,0 mg	COM.	6.000,00	E.M.S	0,1559	935,40
21	Aminofilina 100 mg	COM.	30.000,00	Vitapan	0,038	1.140,00
28	AMPICILINA SUSP. 250 MG 60 ML.	FRO	100,00	Prati Donaduzzi	2,8999	289,99
35	Azitromicina 500 mg.	COM.	3.000,00	Pharlab	0,466	1.398,00
40	Bromoprida 4 mg/mL - gotas - frasco 20 mL	FRA	450,00	Mariol	0,97	436,50
48	Carbamazepina 400 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	15.000,00	Cristalia	0,411	6.165,00
50	Carbocisteína, 50 mg/mL, solução oral/gotas, frasco com 20 ml	FRA	250,00	Prati Donaduzzi	2,79	697,50
51	Carbonato de Cálcio 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	7.000,00	Imec	0,04	280,00
53	Carvedilol 12,5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	11.000,00	Torrent	0,137	1.507,00
54	Carvedilol 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	10.000,00	Torrent	0,189	1.890,00
55	Carvedilol 3,125 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	9.000,00	Torrent	0,103	927,00
56	Carvedilol 6,25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	12.000,00	Torrent	0,118	1.416,00
60	Cetoconazol 2%, xampu, frasco com 100 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	70,00	Prati Donaduzzi	5,4099	378,69
67	Cinazina 25mg Cp	COM.	6.000,00	Brainfarma	0,112	672,00
69	Ciprofibrato 100 mg.	COM.	1.000,00	Brainfarma	0,5199	519,90
72	Citalopram 20 mg - Portaria 344/98.	COM.	10.000,00	Torrent	0,15	1.500,00
73	Clindamicina 300 mg, cápsula, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	CÁPS	2.000,00	Teuto	0,989	1.978,00
78	Clomipramina 75 mg, comprimido liberação lenta, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.500,00	E.M.S	1,13	1.695,00

79	Clonazepam 0,5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.500,00	Tks	0,078	117,00
85	CLORETO DE SÓDIO 10 % 10 ML	AMP	150,00	Samtec	0,268	40,20
86	Cloreto de sódio 0,9%, solução fisiológica nasal, frasco com 30 ml, com conta gotas, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRSC	150,00	Natulab	0,97	145,50
88	Clorpromazina 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	3.000,00	Cristalia	0,2449	734,70
89	Clorpromazina 40 mg/ml, solução oral, frasco gotas com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	50,00	Cristalia	5,79	289,50
97	DELTAMETRINA LOÇÃO 0,02% 100 ML	FRSC.	100,00	Belfar	5,197	519,70
107	Diclofenaco Resinato gts. frasco 10 ML.	FRSC.	200,00	Vitapan	2,66	532,00
110	Digoxina 0,25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	5.000,00	Teuto	0,037	185,00
112	Diltiazem 60 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	5.000,00	Teuto	0,143	715,00
115	Dimeticona 40 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	3.000,00	Prati Donaduzzi	0,1019	305,70
116	Dimeticona Gotas 10 ML	FRSC.	100,00	Hipolabor	0,89	89,00
118	Dipirona sódica 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	10.000,00	Cifarma	0,07	700,00
120	Divalproato de sódio 500 mg	COM.	1.000,00	Zydus	0,75	750,00
122	Domperidona 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	E.M.S	0,1409	281,80
125	Doxiciclina 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	Pharlab	0,141	141,00
127	Dropropizina 3m/ml, xarope, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FRO	100,00	Brainfarma	3,75	375,00
133	Enoxaparina sódica 40 mg/0,4 ml, solução injetável, ampola preenchida, em embalagem individual ou no máximo, com 10 ampolas	AMP	50,00	Blausiegel	15,534	776,70
135	Eritromicina estearato 50 mg/ml, suspensão oral, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRSC.	30,00	Prati Donaduzzi	4,82	144,60
136	Eritromicina estearato 500 mg, comprimido ou cápsula, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	Prati Donaduzzi	0,735	735,00
139	Escopolamina butilbrometo 10 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	50,00	Hipolabor	8,57	428,50
147	Estriol 1 mg/g - creme vaginal	BISN	50,00	Sanval	9,321	466,05
148	ESTROGENIOS CONJUGADOS 0,625 MG CARTELA COM 28 COMPRIMIDOS	CART	50,00	Mabra	11,20	560,00

155	Fenobarbital 40 mg/mL - solução	FRSC.	50,00	Sanval	1,68	84,00
156	Bromidrato de Fenoterol 20ml (Gotas)	FRSC.	100,00	Prati Donaduzzi	2,58	258,00
159	Fluconazol 150 mg, cápsula, em embalagem primária individual tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	200,00	Prati Donaduzzi	0,255	51,00
160	Flunarizina 10 mg (Vertex).	COM.	1.000,00	Vitapan	0,106	106,00
163	Furosemida 40 mg .	COM.	10.000,00	Hipolabor	0,025	250,00
166	GLIBENCLAMIDA 0,5 MG	COM.	5.000,00	Geolab	0,0299	149,50
171	Haloperidol 1 mg - Portaria 344/98	COM.	500,00	Cristalia	0,168	84,00
172	Haloperidol 2 mg/mL - solução oral gotas	FRSC.	50,00	Prati Donaduzzi	2,36	118,00
178	Hidroxizina cloridrato, 25 mg, comprimidos, embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	COM.	500,00	Tks	0,165	82,50
189	Isossorbida mononitrato 40 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	5.000,00	Zydus	0,1899	949,50
190	Itraconazol 100 mg	COM.	500,00	Brainfarma	0,68	340,00
191	Ivermectina 6 mg comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	500,00	Vitapan	0,3639	181,95
193	Levodopa associado a Carbidopa 250 mg + 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	Teuto	0,254	254,00
194	Levofloxacino 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	E.M.S	0,9239	923,90
195	Levomepromazina 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	Cristalia	0,86	860,00
196	Levomepromazina 4 % - solução - Portaria 344/98	FRSC.	50,00	Cristalia	10,168	508,40
205	Lincomicina 600 mg - injetável	AMP	200,00	Brainfarma	3,30	660,00
206	CLORIDRATO DE LOPERAMIDA 2 MG	COM.	1.000,00	Brainfarma	0,18	180,00
207	Loratadina 1 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	50,00	Mariol	1,90	95,00
209	Lorazepam 2 mg.	COM.	1.000,00	Teuto	0,08	80,00
210	Losartana potássica 100 mg comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	Prati Donaduzzi	0,2249	224,90
211	Losartana potássica 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	Torrent	0,184	184,00
215	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150MG/ML	AMP	100,00	União Química	9,90	990,00
216	Meloxicam 15 mg	COM.	1.000,00	Pharlab	0,119	119,00
217	Metformina 500 mg.	COM.	5.000,00	Multilab	0,057	285,00
219	Metildopa 250 mg .	COM.	1.000,00	Tks	0,155	155,00
220	Metildopa 500 mg	COM.	1.000,00	Tks	0,23	230,00
222	Metoclopramida 4 mg/mL solução oral	FRA/	100,00	Mariol	0,565	56,50
223	Metoclopramida 10 mg	COM.	2.000,00	Belfar	0,092	184,00
226	BENZOILMETRONIDAZOL SUSP. 40 MG/ML 080 ML	FRSC.	20,00	Prati Donaduzzi	2,17	43,40
227	Metronidazol 100 mg/g, geleia vaginal, bisnaga com 40 g ou mais, com aplicador, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	BISN	50,00	Prati Donaduzzi	4,549	227,45

228	Metronidazol 250 mg,	COM.	1.000,00	Prati Donaduzzi	0,12	120,00
230	Miconazol 2% - creme vaginal, com aplicador	BISN/	20,00	Prati Donaduzzi	1,90	38,00
233	Morfina, sulfato 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	Cristalia	0,748	748,00
235	Nifedipina 10 mg	COM.	1.000,00	Brainfarma	0,038	38,00
236	Nifedipina 20 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	Brainfarma	0,037	37,00
238	Nimesulida 50 mg/ml, suspensão oral-gotas, frasco com 15 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	SUSP	50,00	Vitapan	1,12	56,00
239	NISTATINA 100.000 UI SUSP. ORAL	FRSC.	50,00	Prati Donaduzzi	2,35	117,50
240	NISTATINA CREME VAGINAL 60 GRAMAS	TB	50,00	Teuto	2,29	114,50
244	Norfloxacino 400 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	Medquimica	0,212	212,00
247	Nortriptilina 50 mg - Portaria 344/98	COM.	500,00	Ranbaxy	0,487	243,50
248	Nortriptilina 75 mg - Portaria 344/98	COM.	500,00	Hipolabor	0,186	93,00
249	Óleo Mineral 100 ml	FRSC.	50,00	Imec	2,00	100,00
257	Paracetamol 500 mg,	COM.	1.000,00	Prati Donaduzzi	0,057	57,00
258	Paracetamol 750 mg	COM.	10.000,00	Zydus	0,0749	749,00
259	Paracetamol associado com Carisoprodol, diclofenaco sódico, Cafeína anidra 300 mg + 25 mg + 50 mg + 30 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	500,00	Brainfarma	0,1499	74,95
261	Paroxetina 20 mg - Portaria 344/98	COM.	1.000,00	Aurobindo	0,188	188,00
262	Permanganato de potássio 100 mg.	COM.	500,00	Mariol	0,086	43,00
263	Permetrina 1% loção	FRSC.	50,00	Nativita	1,356	67,80
264	Permetrina 5%, loção tópica, frasco com 60 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRO	50,00	Nativita	2,65	132,50
266	Piroxicam 20 mg,	CÁPS	1.000,00	Prati Donaduzzi	0,125	125,00
267	Prednisolona 1 mg/ml, solução oral, frasco com 100 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	20,00	Prati Donaduzzi	6,68	133,60
268	Prednisolona 3 mg/ml, solução oral, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FRO	50,00	Prati Donaduzzi	3,73	186,50
270	Prednisona 5 mg	COM.	1.000,00	Nova Quimica	0,268	268,00
272	PROMETAZINA CREME	TB	500,00	Belfar	3,90	1.950,00
275	Propanolol 40 mg	COM.	1.000,00	Teuto	0,024	24,00
282	Salbutamol 0,4 mg/mL - xarope	FRAS	50,00	Natulab	1,172	58,60
283	Sertralina 50 mg - Portaria 344/98	COM.	40.000,00	Torrent	0,19	7.600,00
290	Sinvastatina 80 mg	COM.	3.000,00	Baldacci	2,358	7.074,00
293	SULFADIAZINA DE PRATA 1% 50 GR (CREME)	BISN	50,00	Prati Donaduzzi	4,66	233,00
294	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 40 mg + 8 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml ou mais com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	60,00	Sobral	1,25	75,00
296	Sulfato Ferroso 125 mg/ml.	FRSC.	100,00	Hipolabor	0,77	77,00
303	Tramadol cloridrato 50 mg, ,	COM.	1.000,00	Hipolabor	0,10	100,00

	comprimido, embalagem primária tipo blister, e secundária com no máximo 600 comprimidos					
309	Venlafaxina 150 mg - Portaria 344/98	COM.	2.000,00	Torrent	1,13	2.260,00
313	Ácido Acetilsalicílico 100 mg	COM.	20.000,00	Imec	0,0179	358,00
316	Amoxicilina associada com Clavulanato de Potássio 50 + 12,5 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	200,00	GlaxoSmithKline	9,021	1.804,20
320	Bloqueador solar fator de proteção 50, loção oil free, frasco com 120 mL ou mais, em embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRSC,	200,00	Cosmoderma	15,32	3.064,00
321	Bromazepam 6 mg.	COM.	20.000,00	Sanval	0,047	940,00
325	Cumarina associada com troxerrutina 15 mg + 90 mg, drágeas, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	DRÁG	15.000,00	Cifarma	0,186	2.790,00
328	Dimeticona 75 mg/ml, emulsão oral-gotas, frasco com 10 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA/	300,00	Hipolabor	0,8999	269,97
330	Finasterida 5 mg,.	COM.	2.000,00	Aurobindo	0,424	848,00
332	Hidróxido de Alumínio 61,5 mg/ml-suspensão oral	FRAS	500,00	Sobral	1,87	935,00

Total do Participante ----- 84.890,35
->

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 07/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

VALIDADE: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº. 05.782.733/0001-49, com sede à Rua Severino Augusto Pretto, 560, BAIRRO CENTRO, CEP: 95960-000, telefone: 51 3751 9300, ENCANTADO/RS.

OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
8	ACIDO VALPROICO 250 MG	COM.	12.000,00	ABBOTT	0,239	2.868,00
10	ACIDO VALPRÓICO 500 MG	COM.	6.000,00	ABBOTT	0,63	3.780,00
27	Amoxicilina associada com Clavulanato de Potássio 500 + 125 mg, cápsula, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	10.000,00	GLAXO	0,88	8.800,00
37	BECLOMETASONA 050 MCG SPRAY NASAL 200 DOSES	FRSC.	40,00	GLAXO	21,00	840,00
65	Cilostazol 100 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	BIOLAB	0,52	1.040,00
93	Colagenase associado cloranfenicol 0,6 UI + 1% , pomada, bisnaga com 30 g, embalagem primária em cartucho e secundária com no máximo 50 bisnagas.	BISN.	100,00	ABBOTT	10,90	1.090,00

96	Complexo B (Vitaminas B1 + B2 + B6 + B5 + Nicotinamida-PP), drágeas, em embalagem individual em cartucho e secundária com no máximo 600 comprimidos.	DRÁG	5.000,00	VITAMED	0,049	245,00
111	DIDROGESTERONA 10 MG	COM.	2.000,00	ABBOTT	1,499	2.998,00
242	Norestisterona 0,35 mg – cartela com 35 comp	CART	50,00	BIOLAB	7,35	367,50
251	Ondansetrona cloridrato, 4 mg, comprimidos, embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	COM.	2.000,00	BIOLAB	2,33	4.660,00
255	Pantoprazol 40 mg,.	COM.	5.000,00	MELCON	0,29	1.450,00

Total do Participante -----> 28.138,50

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 08/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

VALIDADE: DIMACI SC - MATERIAL CIRURGICO LTDA, CNPJ nº. 05.531.725/0001-20, com sede à Rua Santa Tereza, 333, BAIRRO BALNEÁRIO, CEP: 88075-330, telefone: 48 33482629, Florianópolis/SC.

OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	Aciclovir 200 mg	COM.	5.000,00	PHARLAB	0,294	1.470,00
3	ACICLOVIR 50 MG/G - CREME 10 G	BISN	250,00	PRATI	2,31	577,50
9	Valproato de Sódio 250 mg	FRAS	500,00	HIPOLABOR	2,00	1.000,00
11	ALBENDAZOL SUSP. 4% 10 ML.	FRA/	500,00	PRATI	1,039	519,50
13	Alopurinol 100 mg	COM.	5.000,00	SANVAL	0,037	185,00
14	Alopurinol 300 mg	COM.	10.000,00	PRATI	0,13	1.300,00
23	Amiodarona 200 mg.	COM.	24.000,00	GEOLAB	0,259	6.216,00
24	Amitriptilina 25 mg - Portaria 344/98	COM.	60.000,00	TEUTO	0,0299	1.794,00
26	Amoxicilina 250 mg/5mL pó p/ susp. Oral 60 mL	FRSC.	500,00	PRATI	2,394	1.197,00
30	ANLODIPINO 10 MG	COM.	15.000,00	GEOLAB	0,052	780,00
44	Captopril 25 mg, comprimido sulcado, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	75.000,00	SANVAL	0,0159	1.192,50
47	Carbamazepina 200 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	15.000,00	UNIÃO QUÍMICA	0,063	945,00
49	Carbocisteína, 20 mg/mL, xarope infantil, frasco com 100 ml	FRAS	250,00	PRATI	2,56	640,00
52	Carbonato de Lítio 300 mg - Portaria 344/98.	COM.	3.000,00	ACTAVIS	0,158	474,00
57	Cefalexina suspensão 250 mg/5mL frasco 60 mL	FRSC.	600,00	TEUTO	6,08	3.648,00
62	Cetoconazol 200 mg	COM.	6.000,00	PRATI	0,126	756,00
68	Cinarizina 75mg Cp	COM.	7.000,00	RANBAXY	0,123	861,00
70	Ciprofloxacino cloridrato 500 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	6.000,00	PRATI	0,157	942,00
71	Acetato de ciproterona 50 mg.	COM.	1.000,00	UNIÃO QUÍMICA	1,439	1.439,00

84	Clopidogrel bissulfato 75 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	5.000,00	ACTAVIS	0,399	1.995,00
94	Colchicina 0,5 mg	COM.	1.000,00	MULTILAB	0,241	241,00
100	Dexametasona creme 0,1% tubo com 10 g	TB	1.000,00	MULTILAB	0,578	578,00
101	Dexametasona 4 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	TEUTO	0,172	172,00
103	Dexclorfeniramina 2 mg maleato, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	5.000,00	TEUTO	0,079	395,00
119	Dipirona sódica 500 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 10 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos.	FRA/	200,00	FARMACE	0,60	120,00
130	Enalapril maleato 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	20.000,00	SANVAL	0,031	620,00
137	Escitalopram oxalato, 20 mg, comprimido, embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	COM.	1.000,00	RANBAXY	1,47	1.470,00
140	BULTIBROMETRO DE ESCOPOLAMINA MAIS DIPIRONA GOTAS 20 ML	FRSC.	3.000,00	FARMACE	6,30	18.900,00
142	Brometo N-butilescopolamina+Dipirona sódica	COM.	2.000,00	PHARLAB	0,464	928,00
158	Finasterida 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	AUROBINDO	0,37	370,00
162	Fluoxetina 20 mg - Portaria 344/98	COM.	25.000,00	TEUTO	0,038	950,00
164	Gabapentina 300 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	ACTAVIS	0,30	300,00
198	ANTICONCEPCIONAL COM 21	CART	50,00	MABRA	17,00	850,00
241	Nitrofurantoína 100 mg.	COM.	1.000,00	TEUTO	0,18	180,00
250	Omeprazol 20 mg	CÁPS	50.000,00	PRATI	0,038	1.900,00
276	Ranitidina 150 mg.	COM.	2.000,00	TEUTO	0,063	126,00
279	Risperidona 3 mg	COM.	1.000,00	RANBAXY	0,367	367,00
286	SECNIDAZOL 1000 MG	COM.	10.000,00	PHARLAB	0,441	4.410,00
287	Sinvastatina 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	5.000,00	PHARLAB	0,058	290,00
288	Sinvastatina 20 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	40.000,00	SANVAL	0,052	2.080,00
295	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 400 mg + 80 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	5.000,00	PRATI	0,104	520,00
314	Amoxicilina 50 mg/ mL -suspensão	FRSC.	500,00	PRATI	2,31	1.155,00
315	Amoxicilina 500 mg cápsulas.	CÁPS	10.000,00	PRATI	0,126	1.260,00
322	Carbonato de Cálcio associado com vitamina D3 1250 mg (equivalente a 500 mg de cálcio) + 200 UI, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	20.000,00	IMEC	0,084	1.680,00
327	Dimenidrinato, associado a piridoxina cloridrato, 50 + 10 mg	COM.	15.000,00	UNIÃO QUÍMICA	0,168	2.520,00
331	Fluconazol 150 mg	CÁPS	1.000,00	PRATI	0,231	231,00
Total do Participante ----->						70.544,50

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 09/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA
 REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016**

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

**VALIDADE: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
 ME, CNPJ nº. 13.568.558/0001-10, com sede à RUA CURITIBA, 255 D, BAIRRO
 CENTRO, CEP: 89801-341, telefone: 49 33226492, Chapecó/SC.**

**OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a
 população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo
 sistema de saúde municipal mediante prescrição médica.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
19	AMBROXOL XAROPE ADULTO 30 ML/5 ML	FRSC.	200,00	NATULAB	1,375	275,00
20	Ambroxol 15 infantil mg/mL - xarope	FRSC.	450,00	NATULAB	1,375	618,75
91	Clortalidona 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	3.000,00	VITAMEDIC	0,084	252,00
92	Clortalidona 50 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	3.000,00	VITAMEDIC	0,18	540,00
99	Dexametasona 01 mg ml elixir frasco com 100ml ou mais com dosador graduado embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	100,00	SANVAL	1,25	125,00
102	Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml maleato, solução oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	100,00	TEUTO	0,913	91,30
124	Doxazosina mesilato 4 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	SANDOZ	0,336	672,00
141	Escopolamina butilbrometo associada com dipirona sódica 6,67 mg + 333 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 20 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo	FRA	50,00	HIPOLABO R	8,25	412,50
154	Fenobarbital 100 mg	COM.	5.000,00	TEUTO	0,088	440,00
179	Ibuprofeno 300 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	TEUTO	0,05	100,00
180	Ibuprofeno 50 mg mL suspensão oral	FRSC	100,00	NATULAB	1,063	106,30
269	Prednisona 20 mg	COM.	2.500,00	SANVAL	0,22	550,00
280	Rosuvastatina cálcica 10 mg	COM.	1.000,00	SANDOZ	0,50	500,00
281	SOLUÇÃO REIDRATAÇÃO 27,9 GR P/1000ML	ENV.	250,00	NATULAB	0,478	119,50
298	CLORIDRATO DE TIAMINA 300 MG	COM.	1.000,00	NATULAB	0,10	100,00
300	Timolol 0,5%, solução oftálmica, frasco com 5 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRSC.	100,00	TEUTO	1,03	103,00
308	Varfarina sódica 5 mg.	COM.	1.000,00	TEUTO	0,123	123,00
310	VERAPAMIL 80 MG	COM.	5.000,00	SANVAL	0,058	290,00

326	Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml maleato, solução oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	300,00	TEUTO	0,92	276,00
-----	---	------	--------	-------	------	--------

Total do Participante -----> 5.694,35

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 10/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

VALIDADE: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº. 85.247.385/0001-49, com sede à R URUGUAI, 1538E, BAIRRO MARIA GORETTI, CEP: 89801-447, telefone: 4933245585, Chapecó/SC.

OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
131	Enalapril maleato 20 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	20.000,00	MEDQUIMICA	0,041	820,00
181	Ibuprofeno 600 mg.	COM.	10.000,00	TEUTO	0,08	800,00
291	SORO SISTEMA FECHADO FISIOLÓGICO 0,9% 125 MI	UN	100,00	EQUIPLEX	2,16	216,00
292	SORO SISTEMA FECHADO FISIOLÓGICO 0,9% 250 MI	UN	100,00	EQUIPLEX	2,43	243,00

Total do Participante -----> 2.079,00

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 11/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

VALIDADE: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, CNPJ nº. 06.035.038/0001-86, com sede à R RUI BARBOSA, 69 - CEP: 88900-007, telefone: 4835244524, Araranguá/SC.

OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
106	Diclofenaco potássico 50 mg.	COM.	5.000,00	CIMED	0,0489	244,50
114	Dimenidrinato 25 mg + piridoxina 5 mg - gotas	FRSC.	100,00	UNIÃO QUIMICA	3,51	351,00
117	Diosmina, associada à hesperidina 450 mg + 50 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600	COM.	5.000,00	SERVIER	0,32	1.600,00

comprimidos.

132	Enalapril maleato 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	20.000,00	CIMED	0,052	1.040,00
134	Enoxaparina sódica 60 mg/0,6 ml, solução injetável, ampola preenchida, em embalagem individual ou no máximo, com 10 ampolas	AMP	50,00	EUROFARMA	29,25	1.462,50
167	Gliclazida 30 mg, comprimido liberação controlada, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	SERVIER	0,22	440,00
168	Gliclazida 60 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	SERVIER	0,23	460,00
170	Glimepirida 2 mg	COM.	2.000,00	CIMED	0,0715	143,00
188	Isossorbida mononitrato 20 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	10.000,00	ZYDUS	0,07	700,00
208	Loratadina 10 mg .	COM.	1.000,00	CIMED	0,0507	50,70
213	Mebendazol 100 mg	COM.	5.000,00	SOBRAL	0,0449	224,50
214	Mebendazol 20 mg/mL, suspensão oral	FRSC	50,00	SOBRAL	1,157	57,85
237	Nimesulida 100 Mg	COM.	2.000,00	CIMED	0,0579	115,80
306	Valsartana 160 mg,.	COM.	1.000,00	GERMED	0,286	286,00
307	Valsartana 320 mg	COM.	1.000,00	GERMED	0,312	312,00
319	Bisacodil 5 mg, comprimidos, em embalagem primária tipo blister, e secundária com no máximo 600 comprimidos	COM.	2.000,00	UNIÃO QUÍMICA	0,143	286,00

Total do Participante

7.773,85

----->

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

VALIDADE: KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, CNPJ nº. 15.068.089/0001-03, com sede à RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 287ª, BAIRRO CENTRO - CEP: 99940-000, telefone: 54 33741036, IBIACÁ/RS.

OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
41	Budesonida Acqua 32mcg/dose Spray Nasal c/ 120 doses	FRSC.	250,00	BIOSINTÉTICA	16,39	4.097,50
64	CICLOSPORINA 100 MG	COM.	2.000,00	NOVARTIS	8,48	16.960,00
77	Clomipramina 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.500,00	EMS	0,71	1.065,00
82	Clonidina cloridrato 0,150 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	6.000,00	BOEHRINGER	0,24	1.440,00
83	Clonidina cloridrato 0,200 mg,	COM.	6.000,00	BOEHRINGER	0,299	1.794,00

	comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.					
87	Clorpromazina 100 mg - Portaria 344/98	COM.	3.000,00	UNIÃO QUÍMICA	0,20	600,00
128	Duloxetine 60 mg, microgrânulos de liberação lenta, Cápsulas, embalagem primária tipo blister, e secundária com no máximo 600 comprimidos	CÁPS	500,00	NOVA QUÍMICA	3,79	1.895,00
138	Escopolamina butilbrometo 10 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	UNIÃO QUÍMICA	0,489	978,00
144	Espiramicina 1.500.000 UI, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	SANOFI AVENTIS	3,21	3.210,00
153	Fenitoína 100 mg.	COM.	2.000,00	CAZI	0,25	500,00
173	Haloperidol 5 mg - Portaria 344/98	COM.	1.000,00	UNIÃO QUÍMICA	0,13	130,00
174	Hidralazina 25 mg.	COM.	2.000,00	NOVARTIS	0,276	552,00
175	Hidralazina 50 mg	COM.	2.000,00	NOVARTIS	0,368	736,00
183	Imipramina pamoato 75 mg	COM.	200,00	NOVARTIS	1,64	328,00
187	Isossorbida 5 mg - sublingual	COM.	1.000,00	BALDACCI	0,429	429,00
202	Levotiroxina Sódica 75 mcg	COM.	1.000,00	MERCK	0,174	174,00
204	Levotiroxina 112 mcg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	MERCK	0,267	267,00
224	METROPOLOL 100 MG	COM.	1.000,00	ASTRAZENECA/MEDLEY	1,349	1.349,00
225	METROPROLOL 050 MG	COM.	1.000,00	ASTRAZENECA/MEDLEY	0,82	820,00
245	Nortriptilina 10 mg - Portaria 344/98	COM.	600,00	NOVARTIS	0,748	448,80
301	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 0,50 MG	COM.	1.000,00	UNIÃO QUÍMICA	0,42	420,00
302	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 100 MG	COM.	1.000,00	UNIÃO QUÍMICA	0,73	730,00
304	CLORIDRATO DE TRAZODONA 100 MG	COM.	1.000,00	APSEN	2,20	2.200,00
305	CLORIDRATO DE TRAZODONA 0,50 MG	COM.	1.000,00	APSEN	1,10	1.100,00
329	Dabigatran etexilato, 110 mg, comprimidos, embalagem Primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	UN	1.000,00	BOEHRINGER	3,749	3.749,00

Total do Participante ----
---->

45.972,30

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016**

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

VALIDADE: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº. 15.068.089/0001-03, com sede à RODOVIA DA UVA, 902, BAIRRO ROÇA GRANDE - CEP: 83402-000, telefone: 4136067535, COLOMBO/PR..

OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
31	ANLODIPINO 05 MG	COM.	10.000,00	GEOLAB	0,02	200,00
38	PENICILINA SEM DILUENTE G	AMP	2.000,00	TEUTO	3,98	7.960,00
43	BENZATINA 1.200.000 Ui					
43	Bupropiona cloridrato 150 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	15.000,00	EMS	0,32	4.800,00
46	Carbamazepina 20 mg/mL - suspensão oral, frasco com 100 ml	FRAS	200,00	UNIAO QUIMICA	5,65	1.130,00
58	Cefalexina 500 mg, cápsula ou comprimido ou drágea, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	14.000,00	MULTILAB	0,54	7.560,00
123	Doxazosina mesilato 2 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	EMS	0,13	260,00
199	Levotiroxina 100 sódica mcg	COM.	2.000,00	MERCK	0,10	200,00
200	Levotiroxina 25 mcg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	MERCK	0,10	200,00
201	Levotiroxina sódica 50 mcg	COM.	2.000,00	MERCK	0,10	200,00
260	CODEINA 30 MG + PARACETAMOL 500 MG	COM.	500,00	GEOLAB	0,30	150,00

Total do Participante -----> 22.660,00

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 14/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016**

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

VALIDADE: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, CNPJ nº. 76.386.283/0001-13, com sede à RUA JOSE FRARON 155 SALA 01, BAIRRO FRARON - CEP: 85503-320, telefone: 4632243767, PATO BRANCO/PR.

OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
42	Budesonida 50 mcg/dose, spray nasal aquoso, frasco com 100 doses ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	250,00	BIOSINTETICA	24,60	6.150,00
59	Celecoxibe 200 mg, cápsulas ,	COM.	1.500,00	TEUTO	1,25	1.875,00

66	em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos. Cilostazol 50 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	EUROFARMA	0,25	500,00
81	Clonazepam 2,5 mg - gotas - Portaria 344/98	FRSC.	100,00	HIPOLABOR	1,38	138,00
10 5	Diclofenaco dietilamônio 11,6 mg/g, gel, bisnaga com 60 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	BISN:	100,00	HYPERMARCAS	2,90	290,00
10 8	Diclofenaco sódico 50 mg.	COM.	5.000,00	VITAMED	0,022	110,00
12 1	Domperidona 1 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	50,00	MEDLEY	12,60	630,00
12 6	Dropropizina 1,5m/ml, xarope, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FRO	100,00	HYPERMARCAS	2,80	280,00
14 6	NORETISTERONA + ESTRADIOL 0,5/1,0 MG COM 28 COMPRIMIDOS	CART	100,00	BIOLAB	24,00	2.400,00
16 5	Gentamicina 5 mg/ml, solução oftálmica, frasco com 5 ml embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRSC.	30,00	ALLERGAN	8,30	249,00
19 2	Levodopa associado a Benserazida 100 mg + 25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	500,00	ROCHE	1,32	660,00
23 1	TINIDAZOL +MICONAZOL CREME VAGINAL 80 GR	TB	50,00	HYPERMARCAS	7,20	360,00
24 6	Nortriptilina 25 mg - Portaria 344/98	COM.	500,00	EUROFARMA	0,29	145,00
25 4	Oxibutinina cloridrato 5 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	APSEN	0,71	710,00
27 1	Pregabalina 75 mg	COM.	1.000,00	MERCK	1,05	1.050,00
27 4	Propatilnitrato 10 mg	CÂPS	2.500,00	FARMOQUIMIC A	0,41	1.025,00
29 9	Tibolona 2,5mg comprimidos em embalagem primária tipo blister, contendo 28 comprimidos	CART	100,00	HYPERMARCAS	14,70	1.470,00
33 5	TROBAMICINA 0,3% SOLUÇÃO OFTALMICA FRASCO COM 5 ML	FRSC;	150,00	HYPERMARCAS	2,80	420,00

Total do Participante

18.462,00

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 15/2016 DO PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2016**

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDAL RAMOS

ASSINATURA: 26/07/2016

VALIDADE: 25/07/2017

VALIDADE: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ nº. 20.590.555/0001-48, com sede à AVENIDA PREFEITO GUIOMAR DE JESUS LOPES, 418 – BAIRRO CRISTO REI, CEP: 85602510, telefone: 4635236613, FRANCISCO BELTRÃO/PR.

OBJETO: Eventual Aquisição de medicamentos para distribuição a população do município que vierem a receber tratamento gerenciado pelo sistema de saúde municipal mediante prescrição médica

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	ACETILCISTEINA 40MG/ML ADULTO 120 ML	FRSC.	300,00	Legrand	7,228	2.168,40
5	ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO 100 MG CARDIO	COM.	30.000,00	Ems	0,45	13.500,00
16	Alprazolam 0,5 mg.	COM.	6.000,00	Legrand	0,104	624,00
17	Alprazolam 1 mg.	COM.	3.000,00	Legrand	0,105	315,00
22	Amiodarona 100 mg	COM.	20.000,00	Libbs	0,552	11.040,00
25	Amitriptilina 75 mg - Portaria 344/98	COM.	5.000,00	Legrand	0,232	1.160,00
36	BECLOMETASONA 250 MCG 200 DOSES SPAY ORAL	FRSC.	40,00	Chiesi	48,26	1.930,40
61	CETOCONAZOL 200 MG CREME	TB	75,00	Sobral	1,261	94,58
63	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 05 MG	COM.	5.000,00	Germes	0,165	825,00
74	Clobazam 20 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	2.000,00	Sanofi	0,82	1.640,00
75	Clobazam 10 mg - Portaria 344/98	COM.	5.000,00	Sanofi	0,499	2.495,00
90	Clorpropamida 250 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	3.000,00	Pfizer	0,42	1.260,00
98	DEXAMETASONA COLIRIO 05 ML	FRSC.	100,00	União Química	5,19	519,00
104	Diazepam 5 mg - Portaria 344/98	COM.	5.000,00	Santisa	0,037	185,00
113	Diltiazem , cloridrato 120 mg	COM.	1.000,00	Baldacci	1,843	1.843,00
129	Dutasterida 0,5 mg, cápsulas, embalagem primária tipo blister, e secundária com no máximo 500 comprimidos	COM.	800,00	Aché	1,80	1.440,00
150	ESTREOGENOS CONJUGADOS 0,300 MG	COM.	200,00	Wyeth	0,756	151,20
152	Esomeprazol 40 mg, sal magnésio, comprimidos, embalagem individual tipo blister, e secundária com no máximo 500 comprimidos	COM.	500,00	Germes	0,41	205,00
161	Flunitrazepam 1 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	COM.	1.000,00	Ems	0,56	560,00
169	Glicosamina 1,5 g , pó oral, em embalagem primária tipo sachê, e secundária com no máximo 30 sachês.	SACH	1.000,00	Nova Química	1,83	1.830,00
184	Brometo de Ipratropio 20 ml (Gotas).	FRSC.	100,00	Hipolabor	0,65	65,00
186	Isossorbida, dinitrato 10 mg	COM.	1.000,00	Germes	0,139	139,00
203	Levotiroxina Sódica 88 mcg	COM.	1.000,00	Merck	0,21	210,00
221	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10 MG	COM.	500,00	Novartis	1,043	521,50
229	Metronidazol 400 mg	COM.	2.000,00	Sanofi	0,84	1.680,00
232	Midazolam 15 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e	COM.	500,00	Medley	1,073	536,50

	secundária com no máximo 600 comprimidos.					
234	Neomicina 5Mg + Bacitracina pomada 10g	TB	100,00	Sobral	1,001	100,10
252	Oxcarbazepina 60 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos.	FRAS	20,00	União Química	18,81	376,20
256	Paracetamol 200mg/ml frasco 10 mL	FRSC.	100,00	Sobral	0,559	55,90
265	Periciazina , 4%, solução oral gotas, frasco com 20 mL ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FRA	50,00	Sanofi	15,55	777,50
273	CLORIDRATO DE PROPAFENONA 300 MG	COM.	1.000,00	Eurofarma	1,095	1.095,00
285	Salbutamol 2 mg	COM.	2.000,00	Gsk	0,195	390,00
297	Sulfato Ferroso 40 mg.	COM.	10.000,00	Nunesfarma	0,033	330,00
312	RETINOL + AMINOACIDOS + METIONINA + CLORANFENICOL 3	TB	50,00	Allergan	10,57	528,50
333	Óxido de Zinco associado com retinol e colecalciferol 150 mg + 5000 UI + 900 UI/g, pomada, bisnaga 45 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	BISN	1.000,00	Sobral	2,197	2.197,00
334	Saxagliptina, associada com metformina, 2,5 mg+ 1000 mg comprimidos revestidos, embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos	COM.	2.000,00	AstraZeneca	2,488	4.976,00

Total do
Participante ----->

57.763,78

Vidal Ramos, 15 de agosto de 2016
Laercio da Cruz – Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.205/16

DECRETO Nº 13.205/16 DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

12 – Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários		
01 – Fundo Municipal p/ Reeq. Bombeiros Voluntários		
2.072 –Manut. do Fundo Municipal p/ Reeq. Bomb. Volunt		
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0300 – Aplicações Diretas	130.000,00	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	130.000,00	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 12 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de agosto de 2016.

DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

EDITAL DECLARATÓRIO

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DECLARATÓRIO 025/2016

O Senhor ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças, no uso de sua competência, considerando o previsto no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) em seu artigo 59, inciso IV, "a" e artigo 132 e no Regulamento do Imposto Sobre Serviços - RISS/VDA-94 aprovado pelo Decreto 4.118 de 31 de agosto de 1994, no artigo 19, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo nº 1926/2016. (Fls 02 a 88)

Declara:

I - cancelada de ofício a inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipais das empresas e autônomos abaixo relacionados, a partir das datas e pelos motivos especificados:

II- Para os contribuintes do Imposto sobre Serviços – ISS, tornam-se inidôneos em todos os efeitos fiscais, os documentos emitidos em seus nomes datados após o cancelamento da inscrição.

Contribuinte: CLEMENTE BATISTA DA SILVA

Rua Bulcão Viana, nº 1256 - Bairro Floresta – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 2084503 CPF: 178.068.019-87

Titular: Clemente Batista da Silva

Não possui Autorização para impressão de Notas Fiscais de Prestação de Serviços

Sem Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 07/01/2016

Contribuinte: CMAKROS EMPREGOS E CURSOS PROFISSIONALIZANTES E IDIOMAS LTDA - ME

Avenida Dom Pedro II, nº 430 - Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 2084333 CNPJ: 01.672.942/0001-89

Sócio Gerente: Ricardo Luiz Cunha

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 112/2011

Sem Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 02/02/2016

Contribuinte: DERMOPRO – TECNOLOGIA EM ESTETICA LTDA ME
Rua Afonso Berwanger, nº 89 - Bairro Marafon – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 195733.3 CNPJ: 06.895.063/0001-30

Sócio Gerente: Elvis Peretti de Oliveira

Não possui Autorização para impressão de Notas Fiscais

Sem Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 27/01/2016

Contribuinte: FELISA ANDRIOLLI

Rua Saul Brandalise, nº 210 - Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 212278.2 CNPJ: 17.129.147/0001-89

Titular: Felisa Andriolli

Não possui Autorização para impressão de Notas Fiscais

Sem Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 02/02/2016

Contribuinte: GILBERTO PEDRO DE MORAIS

Rua Alberto Grando, nº 135 - Bairro São Cristóvão – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 2092271 CNPJ: 13.756.297/0001-61

Titular: Gilberto Pedro de Moraes

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar

o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 27/01/2016

Contribuinte: JACIR DO PRADO

Rua João Novelo, nº 386 - Bairro Farroupilha – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 209393.6 CPF: 13.600.921/0001-37

Titular: Jacir do Prado

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 05/01/2016

Contribuinte: JOCEMAR GAIO

Rua Brasil, s/nº - Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 209391.0 CNPJ: 13.739.858/0001-14

Titular: Jocemar Gaio

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 01/02/2016

Contribuinte: JOVANE DE GOES

Avenida Dom Pedro II, nº 35 - Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 2120267 CPF: 027.901.279-99

Titular: Jovane de Goes

Não possui Autorização para impressão de Notas Fiscais

Sem Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 05/01/2016

Contribuinte: JULIANA ALICE GAIO – ME

Rua Antonio Marafon, nº 287 - Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 212075.5 CNPJ: 16.889.505/0001-99

Titular: Juliana Alice Gaio

Não possui Autorização para impressão de Notas Fiscais

Sem Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 05/01/2016

Contribuinte: LUIS ANTONIO FERNANDES SANTANA

Rua Victor Meirelles, nº 491 - Bairro Matriz – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 2100746 CNPJ: 14.715.674/0001-87

Titular: Luis Antonio Fernandes Santana

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 219/2010.

Sem Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 02/02/2016

Contribuinte: PEDRAS RIOS BAR E LACHONETE LTDA

Rua Vereador Albino Secchi, nº 115 - Bairro Rio das Pedras – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 200369.4 CNPJ: 08.692.359/0001-89

Sócio gerente: Maiara Cristia Alves de Souza

Não possui Autorização para impressão de Notas Fiscais

Sem Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

Motivo do Cancelamento: Não solicitou baixa no cadastro municipal.

Data do Cancelamento: 02/02/2016

Contribuinte: PETERSON ANDREANI -ME

Rodovia SC 355, km 39 - Bairro Rio das Pedras – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 2068265 CNPJ: 10.277.056/0001-41

Titular: Peterson Andreani

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 251 a 500 (AIDF 361/2012).

Possui Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica nº 156/2014.

Motivo do Cancelamento: Não solicitou baixa no cadastro municipal.

Data do Cancelamento: 05/08/2016

Contribuinte: REGIANE MARQUES LOPES DA ROSA

Rua Coronel Fagundes, nº 654 - Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 2115085 CNPJ: 15.701.520/0001-07

Titular: Regiane Marques Lopes da Rosa

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 01/02/2016

Contribuinte: RESTAURANTE BELL PIATO LTDA

Rua Ernesto Fantin, nº 50 - Bairro SESI – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 207815.5 CNPJ: 12.806.339/0001-69

Sócios Gerentes: Gilberto Perazzoli e Chrystian Raony Perazzoli

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 15/01/2016

Contribuinte: RESTAURANTE E PIZZARIA REALEZA LTDA

Rua XV de Novembro, nº 1189 - Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 210964.6 CNPJ: 15.300.123/0001-15

Sócio Gerente: Gilmar dos Santos de Oliveira

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 26/01/2016

Contribuinte: RJ COSMÉTICOS LTDA

Rua XV de Novembro, nº 231 - Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 208437.6 CNPJ: 13.322.353/0001-50

Sócio Gerente: Raquel da Silva dos Santos

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 18/01/2016

Contribuinte: SALETE TEREZINHA FERREIRA

Rua Saul Brandalise, nº 354 - Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 209351.0 CNPJ: 13.936.907/0001-09

Titular: Salete Terezinha Ferreira

Não possui Autorização para impressão de Notas Fiscais

Sem Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica.

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 27/01/2016

Contribuinte: SANDRA FATIMA VAZ

Rua Brasil, nº 293 - Bairro Centro – Município de Videira/SC

Inscrição Municipal: 209320.0 CNPJ: 13.740.067/0001-04

Titular: Sandra Fátima Vaz

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 26/01/2016

Contribuinte: TRANSPORTE CAVICHON LTDA ME

Rua Aleixo Guill nº 63 - Bairro Morada do Sol – Município de Videira/SC
Inscrição Municipal: 2022168 CNPJ: 02.064.530/0001-29
Sócio Gerente: Luiz Carlos Cavichon
Não possui Autorização para impressão de Notas Fiscais
Sem Autorização para Utilização de Nota Fiscal de Serviços eletrônica.
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades sem comunicar o cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 12/01/2016

E, para que produza os efeitos legais, foi lavrado o presente edital.

Videira/SC, 15 de agosto de 2016.
Alexandre Ganasini
Secretário de Finanças

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016-PMV
ENCERRAMENTO

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2016-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURAS E DESENTUPIMENTO DE REDE DE ESGOTO, PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE), foi encerrada sem vencedores. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 15 de Agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2016

Ata de Registro de Preços nº: 123/2016
Data de Assinatura: 02.08.2016
Contratada...: Concretos Farroupilha Ltda - EPP.
Valor : R\$ 171.870,00
Licitação : Pregão Presencial nº 69/2016-PMV
Vigência : Início: 02.08.2016 Término: 02.08.2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS NA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2016

Ata de Registro de Preços nº: 124/2016
Data de Assinatura: 02.08.2016
Contratada...: Delcir Boesing – ME.
Valor : R\$ 116.350,00
Licitação : Pregão Presencial nº 69/2016-PMV
Vigência : Início: 02.08.2016 Término: 02.08.2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE TUBOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS NA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS EM DIVERSOS LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2016

Ata de Registro de Preços nº: 125/2016
Data de Assinatura: 04.08.2016
Contratada...: Valesan Materiais para Construção Ltda - Videira.
Valor : R\$ 56.348,88
Licitação : Pregão Presencial nº 70/2016-PMV
Vigência : Início: 04.08.2016 Término: 04.08.2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, BOMBEIROS MILITAR E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2016

Ata de Registro de Preços nº: 126/2016
Data de Assinatura: 04.08.2016
Contratada...: Joinmix Comércio Casa e Construção Ltda.
Valor : R\$ 54.654,00
Licitação : Pregão Presencial nº 70/2016-PMV
Vigência : Início: 04.08.2016 Término: 04.08.2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTOS PARCELADOS, DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, BOMBEIROS MILITAR E POLÍCIA MILITAR) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2016

Ata de Registro de Preços nº: 127/2016
Data de Assinatura: 09.08.2016
Contratada...: Ótica Calliari Ltda.
Valor : R\$ 9.012,50
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2016-PMV
Vigência : Início: 09.08.2016 Término: 31.12.2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTOS PARCELADOS, DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E COMPLEMENTOS ADEQUADOS PARA A REALIZAÇÃO DE AULAS MUSICAIS A SEREM PROMOVIDAS PELAS UNIDADES ESCOLARES VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2016

Ata de Registro de Preços nº: 128/2016
Data de Assinatura: 09.08.2016
Contratada...: Sione Maria Geremias Schaefer - ME
Valor : R\$ 1.300,00
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2016-PMV
Vigência : Início: 09.08.2016 Término: 31.12.2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM FORNECIMENTOS PARCELADOS, DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E COMPLEMENTOS ADEQUADOS PARA A REALIZAÇÃO DE AULAS MUSICAIS A SEREM PROMOVIDAS PELAS UNIDADES ESCOLARES VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

EXTRATO CONTRATO Nº 131/2016

Contrato nº: 131/2016
Data de Assinatura: 01.08.2016
Contratada...: Carlos Nataniel de Barros Heiler - ME
Valor : R\$ 27.752,00
Licitação : Pregão Presencial nº 25/2016 – FMS
Vigência : Início: 01.08.2016 Término: 31.12.2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

PARA A REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM E MOTORISTAS/SOCORRISTAS QUE INTEGRAM A EQUIPE DO SAMU, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA/SC.

EXTRATO CONTRATO Nº 132/2016

Contrato nº: 132/2016

Data de Assinatura: 02.08.2016

Contratada...: Tata Comércio de Equip. para Saúde, Odonto-Móvel Ltda – ME.

Valor : R\$ 23.983,00

Licitação : Pregão Presencial nº 25/2016 – FMS

Vigência : Início: 02.08.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE MACRO MODELOS PARA USO NAS PALESTRAS E ATIVIDADES EDUCATIVAS E DE UM KIT DE ESTABILIZADORES PARA ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 133/2016

Contrato nº: 133/2016

Data de Assinatura: 03.08.2016

Contratada...: Roberto Tessaro & Cia Ltda.

Valor : R\$ 3.005,00

Licitação : Pregão Presencial nº 06/2016 – FMAS

Vigência : Início: 03.08.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS DE INFORMÁTICA E EXPEDIENTE PARA USO DAS EQUIPES DE PROFISSIONAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CRAS DO BAIRRO AMARANTE, CREAS, E ABRIGO INSTITUCIONAL MENINO JESUS I E II, PELO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL

EXTRATO CONTRATO Nº 134/2016

Contrato nº: 134/2016

Data de Assinatura: 03.08.2016

Contratada...: Ótica Calliari Ltda.

Valor : R\$ 246,00

Licitação : Pregão Presencial nº 06/2016 – FMAS

Vigência : Início: 03.08.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS DE INFORMÁTICA E EXPEDIENTE PARA USO DAS EQUIPES DE PROFISSIONAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CRAS DO BAIRRO AMARANTE, CREAS, E ABRIGO INSTITUCIONAL MENINO JESUS I E II, PELO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

EXTRATO CONTRATO Nº 135/2016

Contrato nº: 135/2016

Data de Assinatura: 03.08.2016

Contratada...: L.A. CN Informática Ltda – ME.

Valor : R\$ 2.701,00

Licitação : Pregão Presencial nº 06/2016 – FMAS

Vigência : Início: 03.08.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS DE INFORMÁTICA E EXPEDIENTE PARA USO DAS EQUIPES DE PROFISSIONAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CRAS DO BAIRRO AMARANTE, CREAS, E ABRIGO INSTITUCIONAL MENINO JESUS I E II, PELO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

EXTRATO CONTRATO Nº 136/2016

Contrato nº: 136/2016

Data de Assinatura: 03.08.2016

Contratada...: Maxi Móveis e Papelaria Ltda – ME.

Valor : R\$ 1.036,00

Licitação : Pregão Presencial nº 06/2016 – FMAS

Vigência : Início: 03.08.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS DE INFORMÁTICA E EXPEDIENTE PARA USO DAS EQUIPES DE PROFISSIONAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, CRAS DO BAIRRO AMARANTE, CREAS, E ABRIGO INSTITUCIONAL MENINO JESUS I E II, PELO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

EXTRATO CONTRATO Nº 137/2016

Contrato nº: 137/2016

Data de Assinatura: 10.08.2016

Contratada...: Inovadora Sistemas de Gestão Ltda.

Valor : R\$ 91.400,00

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2016 – FMS

Vigência : Início: 01.10.2016 Término: 01.10.2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO EM SAÚDE.

EXTRATO CONTRATO Nº 138/2016

Contrato nº: 138/2016

Data de Assinatura: 11.08.2016

Contratada...: Florkar Máquinas e Equipamentos Ltda.

Valor : R\$ 4.589,00

Licitação : Pregão Presencial nº 76/2016 – PMV

Vigência : Início: 11.08.2016 Término: 31.12.2016

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONserto DO VEÍCULO PICK UP, PLACA MBL 3774, ANO 2002, FROTA 112, PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DO CONTRATO N. 0259/2016

Extrato do Contrato n. 0259/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ALBARI MARTINS

CPF: 626.643.109-25

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATUAÇÃO COMO PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES QUE NÃO COMPLETAM A CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS

VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 741,24 (setecentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0296/2016

Extrato do Contrato n. 0296/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANA PERAZZOLI

CPF: 075.779.939-64

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VACÂNCIA DO CARGO ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO NO CONCURSO EM VIGOR E SUA EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 31 de janeiro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0299/2016

Extrato do Contrato n. 0299/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LILIAN REGINA RIZZI ROBERTI

CPF: 892.158.189-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.053,92 (três mil e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0300/2016

Extrato do Contrato n. 0300/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA CRISTIANE ALVES

CPF: 061.429.499-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA FRANCIELE MARTINI AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETOR DE ESCOLA I

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0301/2016

Extrato do Contrato n. 0301/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLEI MENDES CASTANHA DIAS

CPF: 066.438.239-86

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA DORVALINA DOMINGUES DE SOUZA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 20 de julho de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0302/2016

Extrato do Contrato n. 0302/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLEY DE DEUS DE CAMPOS

CPF: 893.399.089-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IRMA WEISS COMERLATO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 14 de agosto de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0303/2016

Extrato do Contrato n. 0303/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSANE PINTO

CPF: 081.756.269-92

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SILVIA ABATI WURZIUS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 14 de agosto de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0304/2016

Extrato do Contrato n. 0304/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GUILHERME OGLIARI

CPF: 100.461.499-37

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR PAULO CESAR RICARDO

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 30 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0305/2016

Extrato do Contrato n. 0305/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NARDINA APARECIDA LOPES

CPF: 899.837.269-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CERES MIDDING AFASTADA PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE DIRETOR DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 30 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0306/2016

Extrato do Contrato n. 0306/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDRIELY GUSI

CPF: 086.701.069-06

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES QUE NÃO COMPELTAM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 21 de dezembro de 2016 FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.482,48 (um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0307/2016

Extrato do Contrato n. 0307/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LEONICE SCAPINELLO

CPF: 564.405.299-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARISTELA ELIZ FERLIN GRIFANTE EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 21 de julho de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0308/2016

Extrato do Contrato n. 0308/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELLE POSSERA

CPF: 089.933.369-97

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0310/2016

Extrato do Contrato n. 0310/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: THAIARA RAFAELA JUSTTI DOS SANTOS

CPF: 077.751.969-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATUAÇÃO COMO PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES QUE NÃO COMPLETAM A CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 15 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.111,86 (um mil, cento e onze reais e oitenta e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0316/2016

Extrato do Contrato n. 0316/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SALETE GIULIANI

CPF: 492.352.069-87

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA ODETE CARELLI GAIO EM LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 03 de outubro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0319/2016

Extrato do Contrato n. 0319/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JENIFER DIANA BALDISSARELLI

CPF: 010.400.039-23

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VACÂNCIA DO CARGO ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO NO CONCURSO EM VIGOR E SUA EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 31 de janeiro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0321/2016

Extrato do Contrato n. 0321/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANGELA MARIA TEIXEIRA DA SILVA

CPF: 026.461.799-10

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VACÂNCIA DO CARGO ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO NO CONCURSO EM VIGOR E SUA EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 21 de dezembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0322/2016

Extrato do Contrato n. 0322/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GUSTAVO DALVES BEVILAQUA

CPF: 104.308.889-02

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR SANDRO DE SOUZA FERNANDES EM LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 03 de outubro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0323/2016

Extrato do Contrato n. 0323/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANESSA ALVES DOS SANTOS

CPF: 050.827.479-67

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – VACÂNCIA DO CARGO ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO NO CONCURSO EM VIGOR E SUA EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2016 a 31 de janeiro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0326/2016

Extrato do Contrato n. 0326/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI

CPF: 048.765.029-86

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARLDA COSTA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 05 de julho de 2016 a 01 de agosto de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0328/2016

Extrato do Contrato n. 0328/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE ALVES DOS SANTOS

CPF: 081.780.739-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IRACILDA CAON PIROLI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 19 de julho de 2016 a 18 de agosto de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0329/2016

Extrato do Contrato n. 0329/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSILENE APARECIDA RIBEIRO

CPF: 023.895.009-35

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LUCELIA PONTES EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 19 de julho de 2016 a 14 de setembro de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0330/2016

Extrato do Contrato n. 0330/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: NATALIA PALHOZA

CPF: 088.409.009-42

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LIONETE LEITE BUSANELLO EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 19 de julho de 2016 a 12 de agosto de 2016

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0331/2016

Extrato do Contrato n. 0331/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLAUDETE MEDEIROS

CPF: 064.061.429-93

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIBEL LUIZA CASTILHO GATTI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de agosto de 2016 a 02 de setembro de 2016

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

PORTARIA Nº 0651/16

PORTARIA nº 0651/16

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.319/2016,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pela Cooperativa Agropecuária Videirense – COOPERVIL, no dia 29 de setembro de 2016, das 19h00min às 22h00min, para a realização de uma palestra motivacional.

§1º A responsável pela organização do evento se compromete a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando a requerente, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 11 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração
aos 11 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0652/16

PORTARIA nº 0652/16
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14183/2016.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora CLEUSA MARIA CAGNIN, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 11 de setembro de 2016 até 11 de dezembro de 2016, referente ao quinquênio de 02 de janeiro de 2008 até 01 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de setembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração
aos 11 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

ANEXO IV - GASTOS COM SAÚDE JULHO DE 2016**DECRETO 11.120/14****ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE JULHO DE 2016**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO
	ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	5.490.737,98
1.2 - ITBI	1.001.418,24
1.3 - ISS	6.087.069,55
1.4 - IRRF	1.393.670,19
1.5 - FPM	11.880.145,04
1.6 - ITR	744,02
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	89.340,86
1.8 - ICMS	21.739.211,10
1.9 - IPVA	3.951.517,32
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	311.278,63
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	350.199,52
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	269.244,04
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	52.564.576,49

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO
	ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	7.884.686,47
2.2 - TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO	5.286.077,35
2.3 - SUPERAVIT TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO E ESTADO	3.300.881,90
2.4 - CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE	0,00
2.5 - SUPERAVIT CONVÊNIOS VINCULADOS À SAÚDE	0,00
2.6 - OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE	380.311,48
2.7 - SUPERAVIT OUTRAS RECEITAS VINCULADAS À SAÚDE	206.599,83
TOTAL	17.058.557,03

3. APLICAÇÃO	RECEITA	DESPESA	%	DIFERENÇA
	ACUMULADA	LIQUIDADA		
3.1 - Limite constitucional 15% sobre receitas impostos	7.884.686,47	9.093.284,19	17,30	1.208.597,72
3.2 - Transferências do SUS - União e Estado	8.586.959,25	3.684.068,36	42,90	-4.902.890,89
3.2 - Convênios vinculados a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3 - Outras aplicações vinculadas à saúde	586.911,31	352.228,06	60,01	-234.683,25
TOTAL	17.058.557,03	13.129.580,61		-3.928.976,42

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 15 de Agosto de 2.016.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Rosani Luiza Schneider
Secretária Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO ATAS RP PRGÃO 0066 IMPRESSOS

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0079/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: GABRIEL LUCAS RICHARTZ – EPP (GRGRAF)

Objeto: A presente Ata de Registro de Preços tendo como objeto aquisição futuras e parceladas de Impressos destinados a manutenção da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê na quantidade estimada conforme Anexo I.

Valor total: R\$ 25.129,00

Vigência: 07/08/2017

Xanxerê-SC, 08 de agosto de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0080/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: ERECHIM ARTES GRAFICAS LTDA

Objeto: A presente Ata de Registro de Preços tendo como objeto aquisição futuras e parceladas de Impressos destinados a manutenção da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê na quantidade estimada conforme Anexo I.

Valor total: R\$ 19.570,00

Vigência: 07/08/2017

Xanxerê-SC, 08 de agosto de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0081/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: NOVELLO & CARBONELLI LTDA - ME

Objeto: A presente Ata de Registro de Preços tendo como objeto aquisição futuras e parceladas de Impressos destinados a manutenção da Secretaria Municipal de Saúde de Xanxerê na quantidade estimada conforme Anexo I.

Valor total: R\$ 12.748,00

Vigência: 07/08/2017

Xanxerê-SC, 08 de agosto de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 0067/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0082/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: DENTAL XAN COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para os CE-MEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor total: R\$ 84.040,82

Vigência: Até 27 de Fevereiro de 2017.

Xanxerê-SC, 10 de Agosto de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0083/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: CASA DE CARNES ALEMÃO LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para os CE-MEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor total: R\$ 122.344,60

Vigência: Até 27 de Fevereiro de 2017.

Xanxerê-SC, 10 de Agosto de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0084/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: MARCELO CANELO ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para os CE-MEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor total: R\$ 84.103,74

Vigência: Até 27 de Fevereiro de 2017.

Xanxerê-SC, 10 de Agosto de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0085/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: MERCADO KÁ E KÁ LTDA ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para os CE-MEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor total: R\$ 127.747,50

Vigência: Até 27 de Fevereiro de 2017.

Xanxerê-SC, 10 de Agosto de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0086/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: N.N COMERCIO DE PRODUTOS LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Gêneros Alimentícios destinados a Merenda Escolar para os CE-MEI's, Pré-Escolas e Escolas da Rede Municipal de Ensino.

Valor total: R\$ 11.687,00

Vigência: Até 27 de Fevereiro de 2017.

Xanxerê-SC, 10 de Agosto de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal

PORTARIA Nº RH - AJG 265/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 265/2016

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.776/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 15.08.2016, a Servidora Pública Municipal a Sra. ROSANE FARRAPOS LARA SCHIMIDT, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da Cédula de Identidade nº 1.785.654 e CPF nº 533.626.919-00, nomeada conforme Decreto nº JB 511/94 no cargo de AGENTE SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Trabalho, Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 1723322560 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 15 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH - AJG 267/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 267/2016

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 15.08.2016, a Servidora Pública Municipal a Sra. MARLI LUCIA BERNARDI CAUVILLA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da Cédula de Identidade nº 17/R 617.232 e CPF nº 384.882.309-82, nomeada conforme Decreto nº AM 085/02 no cargo de INSTRUTORA DE ARTES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Trabalho, Aposentadoria por Idade - INSS, conforme benefício nº 1723323605 Espécie 41.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 15 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH - AJG 268/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 268/2016

LOTAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO PRÍNCIPE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Art. 9.

RESOLVE

LOTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. JOSIANE ELZA CAVAGNOLI MACHADO, brasileira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da CI nº 3.289.815-0 e CPF nº 944.405.069-68, nomeada conforme Decreto nº BLB 166/11, no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com (20) vinte horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com lotação na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO PRÍNCIPE

Esta lotação atende ao pedido realizado no Ofício SME/M247/2016 datado em 10.08.2016 e ao parecer jurídico datado em 12.08.2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 15 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH -AJG 266/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 266/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 63 (sessenta e três) dias a partir de 01.08.2016 a 02.10.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. SALETE TEREZINHA CHENET, brasileira, portadora da CI 900.550, CPF nº 346.819.929-87 residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, nomeada conforme Decreto nº JB 70/94 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 0003038/2016. Datado de 11.08.2016.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

24.07.2006 a 22.05.2009: 03 dias

23.05.2009 a 22.05.2012: 30 dias

23.05.2012 a 22.05.2015: 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros a partir do dia 01.08.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 15 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH - AJG 257/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 257/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 13.05.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. TERESINHA DE ALMEIDA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 2.071.602-8 e CPF nº 008.307.169-55, nomeada conforme Decreto nº BLB 019/09 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLARES com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar conforme laudo médico e Ofício nº SME/M 190/2016, a Readaptação na função de AUXILIAR DE COZINHA devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 11 de agosto de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA RH - AJG 260/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
PORTARIA RH-AJG 260/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 03.06.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. INÊS SALETE SOLFOROSO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 12/C 3.234.000 e CPF nº 532.227.099-04, nomeada conforme Decreto nº JB 249/96 no cargo de MONITORA DE CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Determinar conforme laudo médico e Ofício nº SME/M 190/2016, a Readaptação na função de AUXILIAR DE PROFESSOR devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 12 de agosto de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA RH - AJG 261/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ
PORTARIA RH-AJG 261/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê
No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 13.05.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. GELCIRA PICCOLI,

brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17R-2.429.757 e CPF nº 736.400.699-00, nomeada conforme Decreto nº JB 463/94 no cargo de SERVENTE DE LIMPEZA com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar conforme laudo médico e Ofício nº SME/M 190/2016, a Readaptação na função de AUXILIAR DE COZINHA devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 12 de agosto de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA RH - AJG 262/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 262/2016
CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE PRESTAM SERVIÇOS EM UNIDADES DE SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar Nº AJG 3764/2015 e Lei Complementar nº AJG 3800/2015 e Decreto nº AJG 110/2016.
RESOLVE

CONCEDER Gratificação Especial aos Servidores Públicos Municipais, que prestam seus serviços junto a Unidades de Saúde de Urgência e Emergência (Pronto Atendimento) na Rede de Atendimento de Xanxerê, na razão de 10% (dez por cento), sobre seu vencimento básico no mês de julho de 2016 a ser pago aos servidores abaixo relacionados:

Andrea Ferraz de Oliveira, Andreia Rita Basso, Bruna Fiuza de Carvalho, Carlos Alberto de Oliveira Velasco, Diego Davi Corso, Dirlei Koserski de Saibro, Gilberto Scanagatta, Ivani Maria Moscon Balsanello, Juliana Aparecida Pasetti, Liamara Signori, Lucas Savaris Linhares, Maria Aparecida Silvestre da Paz Barela, Marines Graine Zattera, Marli Campagnolo Linhares, Monique Hamester, Natalia Siqueira Maciel Romero, Nedi Menegat Lange, Rejane Gubert, Salete Bellaver, Tania Regina Pinheiro.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a gratificação a partir do mês de julho de 2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC
Em 12 de agosto de 2016.
ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

PORTARIA RH - AJG 269/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 269/2016

REVOGAR A PORTARIA RH-AJG 038/2016 E ATRIBUIR A PEDIDO, FUNÇÃO DE PROFESSORA DE CEMEI A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NO CEMEI CANTINHO FELIZ.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Lei Complementar BLB 3375/2011 artigo 21 e 29.

RESOLVE

REVOGA a portaria RH-AJG 038/2016 e a pedido atribui, a partir de 15.08.2016, a função de Professora de CEMEI do CEMEI Cantinho Feliz, a Servidora Pública Municipal a Sra. Évani Carla de Quadros Viliati, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 3.720.552 e CPF nº 019.505.559-41, nomeada conforme Decreto nº AM 070/03 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO/CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta atribuição a pedido atende ao Requerimento protocolado sob o nº 0002886/2016. Datado de 02.08.2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 15 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH - AJG Nº 263/ 2016ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH- AJG Nº 263/2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 01.08.2016 a 30.08.2016 aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados:

Ana Maria Souza, Ana Paula Simionato, Anna Alice Debiasi, Barbara Graciele Pandolfo, Carlos Alberto Peretti, Claudemir Turela, Claudete de Fatima Anacleto, Claudete Maria Granoski Mollman, Cleuza Coradi, Cristhian Mateus Canan, Daniela Ribeiro dos Santos Meneguzzi, Edna Regina Turella, Elisangela Judite Pegoraro Bottega, Esmaela Marcon Trevisan, Francisco de Assis Pagotto, Jandira Maria Arno, Jhon Fischer Cucunuba Bermudez, Joelcir Jose Gheno, Jose Altamir dos Santos, Leandro da Silva, Luana Agnoletto Reis, Luciane Maria Bandeira Jardim, Marcia Aparecina Galvagni, Marcos Antonio Bossini, Maria Izabel Giroto, Marivone Fatima Moresco, Marli Aparecida Martinelli, Moacir Rocha Carvalho Filho, Neuza Spigiorin, Oneide Antonio Jaques, Renata Zaffari Monteiro, Rosane Dias de

Godoy, Sadi Gibikoski, Salete Fiorentin, Sandro Boeno de Oliveira, Sandra Ferreira Sotta, Santina Fernandes, Silvana Dachery, Suzanne Cristina Abido, Tania Maria Palavro, Tatiane Alves de Oliveira, Ilizete Alves de Mello, Janete dos Santos Cavassini, Janir de Oliveira Souza Junior, Marcia da Silva Barbosa Valdecantos, Michelle Garbozza Zucchi, Regina Amalia Gallon Tonial, Sergio Fontana, Tarcisio Noro Hamilton, Valmir Ancineli Cortelini.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar as férias a partir de 01.08.2016

Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 12 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH -AJG 258/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 258/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 13.05.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. SUZANA PUTON, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 2.074.819-1 e CPF nº 827.469.079-68, nomeada conforme Decreto nº AM 048/05 no cargo de MONITORA DE CRECHE com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar conforme laudo médico e Ofício nº SME/M 190/2016, a Readaptação na função de SEGUNDA PROFESSORA devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 11 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH -AJG 259/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 259/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM

2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 13.05.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. SANDRA REGINA BENTO GOUVEIA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 17/R 1.694.248 e CPF nº 844. 989.609-63, nomeada conforme Decreto nº AM 071/07 no cargo de COZINHEIRA com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar conforme laudo médico e Ofício nº SME/M 190/2016, a Readaptação na função de atuar no lactário devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 12 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AJG 270/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 270/2016

REVOGAR A DIREÇÃO DE ESCOLA E CEMEI DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006.

RESOLVE

REVOGAR a partir de 15.08.2016 a Atribuição de Direção de Escola e CEMEI a Servidora Pública Municipal a Sra. MARIVANIA APARECIDA BIASUZ SCANAGATTA, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 2.425.419 e CPF nº 893.239.479-20, nomeada conforme Decreto nº AM 030/03 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO com 20 (vinte) horas semanais, e Decreto nº JB 62/94 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 0002896/2016. Datado de 03.08.16.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 15 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA RH-AJG 264/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AJG 264/2016

READAPTAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê

No uso de suas atribuições legais e em conformidade da Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VII, Lei Complementar nº AM 2.907/2006 e Decreto nº AM 002/2004,

Considerando Laudo Médico emitido pela Junta Médica deste Município datado de 03.06.2016 que prevê a possibilidade de readaptação conforme as condições de saúde da Servidora;

RESOLVE

READAPTAR a Servidora Pública Municipal a Sra. GENI TERESINHA FERNANDES, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora da CI nº 12. R.1.016.113 e CPF nº 656.031.259-34, nomeada conforme Decreto nº EB 021/08 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças..

Determinar conforme laudo médico e declaração datada de 28.07.2016, a Readaptação na função de SERVIÇOS DE LIMPEZA INTERNA devido às patologias pré-existentes, passando a vigorar a partir desta data.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 15 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 9912330191**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MULTIPLO 9912330191

PARTES**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XANXERÊ**

Endereço: Rua Rui Barbosa, 238 - Centro - Xanxerê - SC.

CNPJ n. 83.828.285/0001-80

CONTRATADA: ECT EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS

CNPJ n.º 34.028.316/0028-23

Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 Bloco B - São José - SC

OBJETO DO CONTRATO ORIGINAL

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de correios.

TERMOS DO ADITIVO

Cláusula primeira - Por este termo, em comum acordo, resolvem as partes prorrogar a vigência do contrato supra mencionado, em conformidade com o art 57 II da lei 8.666/93 e cláusula sétima do contrato hora aditado.

Cláusula segunda - As demais cláusulas não sofrerão alteração.

Xanxerê (SC), em 15 de maio de 2016.

WILSON MARTINS DOS SANTOS ECT EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS Contratante Contratada

FERNANDO AUGUSTO DE SOUZA LIMA

ASSESSOR JURÍDICO**TESTEMUNHAS:**

GULHERME DA ROCHA TACIANE PAULA TEO

CPF 008.922.759.01 CPF 057.013.219-32

Xavantina

PREFEITURA

PP 036/2016 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2016 PMXV

Objeto: Registro de preços para a possível prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios para a manutenção da frota de máquinas do município e seus fundos, sendo peças genuínas da marca das máquinas ou originais de fábrica ou peças homologadas pelas montadoras e, serviços no que se refere à parte mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bomba e bicos injetores, estofaria, tapeçaria, suspensão, lanternagem em geral, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Maior Percentual de Desconto por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 26/08/2016.

Abertura: dia 26/08/2016, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 16 de agosto de 2016.

CLAUDI BABINSKI,

Prefeito Municipal Interino.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 0028/2016

AVISO DE DISPENSA 28/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE XAXIM-

O Município de Xaxim - SC através do seu prefeito comunica a presente dispensa, a saber :

Dispensa de Licitação N. 0028/2016

Processo Licitatório N. 0122/2016

Homologação:15/08/2016

Fornecedor: Vidraçaria Cichelero Ltda- Me

CNPJ:00.695.794/0001-55

Valor Total: 5.120,00

Objeto: Aquisição de divisórias de Eucatex com portas, vidro incolor, mão de obra de montagem e desmontagem para parte do atendimento, recepção da 16ª Delegacia Regional De Policia De Xanxerê-FRON- Delegacia De Policia Da Comarca De Xaxim-FRON. Vigência: 31/12/2016.

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Xaxim - SC, 15 de agosto de 2016.

IDACIR ORSO

Prefeito MUNICIPAL

CONVITE

CONVITE

A Administração Municipal de Xaxim, através de seu gestor e da comissão multidisciplinar, nomeada pelo decreto 254/2014, destinada a análise dos Estudos de Impacto de Vizinhança, (EIV), convida toda a população de Xaxim, para que no dia 24/08/2016, no auditório da ASPUX (Associação Servidores Públicos de Xaxim) com endereço a Rua Irineu Bornhausen nº 1299, Bairro Flor, na cidade de Xaxim SC, a partir das 18:30 horas, para que participe da discussão/apreciação do projeto quanto a implantação do Loteamento Habitacional BELMONTE, a ser implantado em uma área de terras de propriedade de SBL LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA ME, com área de 226.144,11m², situada no bairro Flor na cidade de Xaxim SC. Ainda os participantes da reunião, poderão desde que forma pertinente, realizar questionamentos aos empreendedores e a comissão multidisciplinar.

Xaxim 12/08/2016

Idacir Antonio Orso

Prefeitura Municipal de Xaxim

Membros da comissão multidisciplinar.

AVISO PREGÃO 0066/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 121/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 66/2016

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima a aquisição de materiais permanentes e de custeio diversos para melhorias e ampliação da AMPREX, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 26 de agosto de 2016, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 15 de agosto de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Associações

AMAI

RESOLUÇÃO 01/2016 - COAS/AMAI

RESOLUÇÃO Nº 001/2016

A Presidente do Colegiado de Assistência Social da Associação dos Municípios do Alto Irani (COAS/AMAI), Evandra Marchetti, Assistente Social do município de Lajeado Grande, nos termos do Regimento Interno e conforme deliberação da Assembleia do Colegiado, reunido no dia 14 de julho de 2016, na sede da Associação,

CONSIDERANDO:

- a) a demanda de capacitação solicitada pelos municípios na reunião de 9 de maio de 2016 sobre os temas: PAIF, Paefi e serviços de convivência;
- b) o orçamento apresentado pela Assessoria de Comunicação da AMAI na reunião do dia 14 de julho de 2016;

RESOLVE:

1- Repassar a AMAI a responsabilidade de organizar a referida capacitação;

2- Fica deliberado que os municípios que aderirem a capacitação, serão responsáveis pelo custeio da mesma em forma de rateio, devendo efetuar o pagamento a AMAI, nos parâmetros estabelecidos na ata de número 003 de 14 de julho de 2016;

3 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Xanxerê, 14 de julho de 2016.

Evandra Marchetti

Assistente Social de Lajeado Grande

Presidente do COAS/AMAI

AMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 012-2016- REGULAMENTA O REGÍSTRO DE ENTRADA E SAÍDA DOS EMPREGADOS DA AMERIOS

Resolução nº 012/2016

DISPÕE SOBRE OS HORÁRIOS DE TRABALHO PREVISTOS NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS EMPREGADOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS - AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. Rogério Perin, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 20, § 2º, III, combinado com o art. 18, II do Estatuto Social da AMERIOS, ratificado pela Assembleia Geral,

RESOLVE:

Art. 1º - O trabalho dos profissionais contratados de acordo com o plano de cargos e salários dos empregados da Associação dos Municípios do entre Rios - AMERIOS, obedecerá aos seguintes horários:

I – Expediente matutino: das 07:00 às 11:00
das 07:30 às 11:30
das 07:45 às 11:45

II – Expediente vespertino: das 13:00 às 17:00
das 13:15 às 17:15
das 13:30 às 17:30

Art. 2º - Fica obrigado o registro diário do horário de entrada e de saída do empregado;

Art. 3º - Fica vedado trabalho além do horário contratado, exceto quando autorizado expressamente em despacho de solicitação formalizada à Secretaria Executiva, de acordo com o anexo I, desta Resolução;

Art. 4º - O horário de trabalho laborado em regime extraordinário autorizado expressamente, conforme previsto no art. 3º desta Resolução, deverá ser compensado em folga proporcional, preferencialmente, ainda no mês em curso ou no mês subsequente ao laborado, mediante apresentação de relatório circunstanciado, que deverá ser protocolado, conforme modelo do anexo II desta Resolução.

Art. 5º - Nenhuma hora extraordinária será reconhecida como trabalhada se não houver autorização expressa da Secretaria Executiva, com

antecedência de 24 horas, assim como a que não for apresentado relatório circunstanciado até o mês subsequente para ser compensação em folga;

Art. 6º - O não cumprimento desta resolução, acarretará nas seguintes sanções, conforme a gravidade e reiteração:

- a) – Advertência;
- b) – Suspensão por 3 (três) dias com desconto proporcional na remuneração;
- c) – Demissão por justa causa.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Fazem parte integrante e indissociável desta Resolução, os anexos I, II e III, revogam-se disposições em contrário, em especial a Portaria nº 001/2007.

Art. 9º - Publique-se no local de costume.

Maravilha (SC), 2 de agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Flor do Sertão

ANEXO I

SOLICITAÇÃO

Eu, _____, solicito autorização para viajar a trabalho/serviço da Associação dos Municípios do Entre Rios AMERIOS, com saída prevista para às _____ horas do dia _____ e retorno previsto para às _____ horas do dia _____.
Declaro que tomei conhecimento do inteiro teor da Resolução nº 11/2016 e estou ciente de que a mim compete como empregado da Associação dos Municípios do Entre Rios AMERIOS, apresentar relatório circunstanciado sobre as atividades executadas e que serei compensado com folga proporcional ao laborado extraordinariamente se autorizado o presente pedido.

Maravilha, SC, em _____ de _____ de _____

Assinatura: _____

Nome completo: _____

RG: _____

CPF: _____

AUTORIZAÇÃO

Pedido autorizado.

Maravilha, SC, em _____ de _____ de _____

Carimbo e assinatura da Secretaria Executiva

ANEXO II

RELATÓRIO DE SERVIÇOS E COMPENSAÇÃO DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

Eu, _____, venho por meio deste, apresentar Relatório Circunstanciado de serviços extraordinários trabalhados:

DIA	HORA	DESCRIÇÃO	CIDADE

Solicito compensação em folga das horas extras trabalhadas conforme planilha a seguir:

DIA	REFERENTE O DIA	HORAS A COMPENSAR

NOME E ASSINATURA

ANEXO III

TERMO DE ACORDO E CIÊNCIA DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Eu, _____, RG n. _____, CPF n. _____, declaro que recebi cópia e tomei conhecimento do inteiro teor da Resolução nº 11/2016, ficando ciente de todas as responsabilidades que a mim competem como empregado da Associação dos Municípios do Entre Rios AMERIOS, que em comum acordo, responsabilizo-me no fiel cumprimento dos horários de trabalho e em caso de autorização expressa laborar além das horas contratadas, apresentar o relatório circunstanciado no prazo estabelecido e aceitar a compensação em folga proporcional.

Maravilha, SC, em _____ de _____ de _____

Assinatura: _____

Nome completo:

RG:

CPF:

RESOLUÇÃO Nº 013-2016- REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DE GOVERNO E CIDADANIA DA AMERIOS

Resolução nº 013/2016

REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DE GOVERNO E CIDADANIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS - AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. ROGÉRIO PERIN, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 20, do Estatuto Social da AMERIOS,

RESOLVE:

Art. 1º - Regular o funcionamento da Escola de Governo e Cidadania da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, de acordo com a Resolução n. 007/2013, do dia 11 de abril de 2013;

Art. 2º - A execução ficará a cargo da Escola de Governo e Cidadania da AMERIOS e da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, com apoio da FECAM;

Art. 3º - As inscrições serão realizadas no site da EGEM e AMERIOS;

Art. 4º - A definição dos docentes, bem como o conteúdo a ser abordado, será definida conjuntamente entre a EGEM e a AMERIOS;

Art. 5º - A sede permanente da Escola de Governo e Cidadania da AMERIOS será junto a Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS;

Art. 6º - As turmas serão formadas de acordo com a necessidade e demanda, sendo as aulas ministradas no auditório da AMERIOS, em datas a serem deliberadas pelo Presidente.

Art. 7º - A Escola de Governo e Cidadania da AMERIOS disporá de diretoria própria permanente com a seguinte composição:

I - Diretor (a) da Escola de Governo e Cidadania da AMERIOS, de investidura exclusiva de Chefe do Poder Executivo de Município associado à AMERIOS, pelo prazo de 1 (um) ano.

II - Coordenador (a) da Escola de Governo e Cidadania da AMERIOS, de investidura exclusiva de empregado (a) da AMERIOS, preferencialmente da secretária executiva da entidade, por prazo indeterminado.

Art. 8º - A Escola de Governo e Cidadania da AMERIOS terá os seguintes cargos de distinção:

I - Patrono (a) de turma, de indicação exclusiva a Chefe de Poder Executivo, a ser indicado (a) pela diretoria da AMERIOS, por ocasião do lançamento de cada turma ofertada.

II - Paraninfo (a) de turma, de indicação exclusiva a docente do curso, a ser indicado (a) pelos discentes, após a última aula de cada turma ofertada.

Art. 9º - Esta resolução entra em vigor por prazo indeterminado, na data de sua assinatura, revogando-se as disposições contrárias.

Maravilha (SC), 15 de agosto de 2016.

ROGÉRIO PERIN

Presidente da AMERIOS

Prefeito de Flor do Sertão

Consórcios

CIGA

COMUNICADO N.º 02 - AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO E CANCELAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 04/2016

COMUNICADO N.º 02

AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO E CANCELAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO

Licitação: Pregão Presencial n.º 04/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada no desenvolvimento de sistemas para prestação de serviços de implantação, capacitação, manutenção mensal, suporte técnico e desenvolvimento de novas funcionalidades e customização, sob demanda, do sistema de gestão de obras (G-Obras) pertencente ao CIGA, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

N.º do Processo Administrativo: 15/2016

Data de Abertura das propostas: Não definida

Data da Suspensão: 15/08/2016

Motivo da Suspensão: Reapreciação (avaliação e correção) do Edital

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Instrumento, vem COMUNICAR, de ofício, a SUSPENSÃO do andamento do processo em epígrafe e o CANCELAMENTO da sessão pública designada para o dia 16/08/2016, até que seja reapreciado (avaliado e corrigido) o edital de abertura do certame.

Novas datas serão marcadas e publicadas posteriormente.

Florianópolis, 15 de agosto de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/007 - LICITAÇÃO Nº 013/2016 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL/INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE COBERTURA VEGETAL DOS TALUDES, NAS DEPENDÊNCIAS DO ATERRO SANITÁRIO DO CIMVI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2016/007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Evergreen – Eireli ME

OBJETO: Registro de Preços para eventual fornecimento de mão de obra e material/insumos para realização de cobertura vegetal dos taludes, nas dependências do Aterro Sanitário do CIMVI, conforme segue:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
01	10.000	m²	Prestação de serviços de picoteamento com espaçamento médio de 20 (vinte) centímetros, adubação, calagem, neutralização do alumínio trivalente e plantio com aplicador de sementes, incluindo fornecimento de sementes de espécie permanente - grama amendoim (arachis repens) consorciada com sementes de espécies transitórias (lolium multiflorum avena sativa), e demais materiais/insumos, para cobertura vegetal dos taludes do Aterro Sanitário, conforme Licitação nº 13/2016.	3,50	35.000,00

VALIDADE DA ATA: até 31 de dezembro de 2016.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações

Timbó, 16 de Agosto de 2016.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

LICITAÇÃO Nº 013/2016 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 013/2016, consoante ata de julgamento.

Timbó, 16 de Agosto de 2016.

PATRICIA BARBARESCO

Pregoeira

Ciente da adjudicação

LUIZ CLÁUDIO KADES

Advogado

OAB/SC nº 17.692

LICITAÇÃO Nº 013/2016 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

Tendo em vista a decisão proferida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, designados através da Resolução nº 144 de 04 de janeiro de 2016,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor(es) da licitação, objeto do Pregão Presencial nº 013/2016, o(s) participante(s):

EVERGREEN – EIRELI ME	R\$ 3,50/m²
-----------------------	-------------

Timbó, 16 de Agosto de 2016.

Hartwig Persuhn

Presidente

CIS NORDESTE**EXTRATO DO 1º ADITAMENTO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 09/2016**

Extrato do 1º Aditamento ao Contrato de Rateio Nº 09/2016	
CONTRATANTE:	Município de Jaraguá do Sul
CNPJ:	83.102.459/0003-95
CONTRATADO:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC
CNPJ:	03.222.337/0001-31
OBJETO:	Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde prevista no art. 8º do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC– Cap. III, especialmente aqueles relativos à realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos, bem como treinamentos e desenvolvimento de pessoal, todos eles executados direta ou indiretamente pelo CISNORDESTE/SC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE..
FUNDAMENTO LEGAL:	Em conformidade com Lei Municipal nº 6.905/2014 concomitante com a Portaria nº 040/2016/Semsa.
JUSTIFICATIVA:	Alteração do valor do repasse mensal.
VALOR:	R\$ 80.230,15 (oitenta mil, duzentos e trinta reais e quinze centavos) mensais, perfazendo um total anual de R\$ 933.289,95 (novecentos e trinta e três mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos).
VIGÊNCIA:	O presente aditamento vigorará do dia 01 de abril de 2016 até 31 de dezembro de 2016.
Joinville/SC, 04 de abril de 2016. José Chaves Presidente do CISNORDESTE/SC	

EXTRATO DO 1º ADITAMENTO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 13/2016

Extrato do 1º Aditamento ao Contrato de Rateio Nº 13/2016	
CONTRATANTE:	Município de Rio Negrinho
CNPJ:	83.102.756/0001-79
CONTRATADO:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC
CNPJ:	03.222.337/0001-31
OBJETO:	Constitui objeto deste contrato a execução dos serviços públicos de saúde prevista no art. 8º do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC– Cap. III, especialmente aqueles relativos à realização de exames em auxílio diagnóstico e consultas médicas, terapias/tratamentos, procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos, aquisição e distribuição de medicamentos, bem como treinamentos e desenvolvimento de pessoal, todos eles executados direta ou indiretamente pelo CISNORDESTE/SC, em favor do CONSORCIADO CONTRATANTE.
FUNDAMENTO LEGAL:	Em conformidade com a Lei Municipal nº 2.370/2011 concomitante com os Decretos nº 12.297/2016 e 12316/2016.
JUSTIFICATIVA:	Alteração do valor do repasse mensal.
VALOR:	R\$20.801,00 (vinte mil, oitocentos e um reais) mensais, perfazendo um total anual de R\$262.092,60 (duzentos e sessenta e dois mil, noventa e dois reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA:	O presente aditamento vigorará do dia 01 de fevereiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.
Joinville/SC, 01 de fevereiro de 2016. José Chaves Presidente do CISNORDESTE/SC	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016

Extrato do contrato nº 08/2016

Data: 1º/08/2016

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Diagnosis Ltda (CEDUS – Centro de Diagnóstico) - CNPJ: 03.222.337/0001-31

Objeto: Prestação de serviços de saúde: exames de ultra-sonografia geral, ultra-sonografia vascular doppler colorido, exames doppler carótidas e exames de biópsia.

Valor Global Estimado do Contrato/ano: R\$ 643.584,00 (seiscentos e quarenta e três mil, quinhentos e oitenta e quatro reais)

Vigência: 01/08/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação – Edital 01/2015.

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Carlos Takashi Kakunaka – Clínica Diagnosis Ltda – (CEDUS)

CISAM**PORTARIA CISAM MEIO OESTE N° 05/2016**

CISAM Meio Oeste – SC

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário –Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

PORTARIA CISAM MO N° – 0005/2016 DE 18/07/2016

Elisabet Maria Zanela Sartori, Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM MO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Bruno Cesar Schmitt (Matr.0002), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Engenheiro Sanitarista, Nível154, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01/07/2014 à 30/06/2015, para serem fruídas no período de 22/08/2016 à 31/08/2016, de conformidade com o Art. 134 , § 1º da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Publique-se e Registre-se

Capinzal/SC, 18 de julho de 2016.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Superintendente

Ciente:

Servidor